

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DA EDUCAÇÃO



**Para a História da Educação de Infância em Portugal: O caso de Bragança
(1934-1986)**

Manuel Luís Pinto Castanheira

DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Especialidade História da Educação

2013

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DA EDUCAÇÃO



**Para a História da Educação de Infância em Portugal: O caso de Bragança
(1934-1986)**

Manuel Luís Pinto Castanheira

**Tese orientada pelo Professor Doutor Jorge Manuel Nunes Ramos do Ó,
Especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor em História da
Educação**

2013

Esta tese foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito da bolsa de investigação SFRH / BD / **42252/ 2007** e Programa de apoio à formação avançada de docentes do Ensino Superior Politécnico (Protec)

FCT Fundação para a Ciência e Tecnologia

Ministério da Educação e Ciência

A criança é território virgem, no qual podemos lançar sementes que, uma vez criadas raízes, se desenvolverão por si próprias.

Émile Durkheim
(1995:76)

Bragança é cidade onde não abundam os bens materiais, mas é rica em homens, e antes quebrar que torcer; em gente destinada a duras caminhadas da vida e a saber morrer sem queixume por amor a ideais que abraçou.

Veiga Simão
(*“Caminhos da Educação”, Jornal Mensageiro de Bragança, 26-01-1973:13*)

**À Isabel, minha esposa,
e às nossas filhas Ana Luís e Clara Isabel**

Resumo

É objetivo central desta tese aprofundar e alargar o conhecimento histórico sobre a realidade da Educação de Infância na cidade de Bragança. Pretende contribuir para a preservação da memória e do património educacional regional, através da valorização da Educação histórica na sociedade atual. Trata-se de uma investigação que procura dar resposta a uma lacuna existente: a falta de dados e conhecimentos sobre a vida educativa das crianças dos 3 aos 6 anos e das várias instituições de Educação de Infância que funcionaram, num período que se estende de 1934 – data do encerramento da primeira Escola Infantil oficial na cidade de Bragança – até a 1986, ano em que se publica a *Lei de Bases do Sistema Educativo* e se começa a sistematizar a Educação de Infância em Portugal.

Efetuuou-se um trabalho sistemático de recolha e tratamento de dados em séries documentais existentes em vários arquivos. Estes núcleos de fontes primárias circunscrevem-se quase na totalidade à cidade de Bragança, embora não se tenha descurado também a consulta noutras regiões por necessidade de cruzamento da informação.

A problemática abordada neste estudo enquadra-se no âmbito da História da Educação de Infância em Portugal, numa perspetiva pedagógica geral, em que se recenseiam as principais teses, e no distrito de Bragança em particular, operação esta que se crê fundamental para a compreensão da formação de Educadores de Infância e Professores. O paradigma de investigação que sustenta a tese integra-se numa perspetiva hermenêutica, utilizando metodologias de interpretação qualitativa e multidimensional dos problemas equacionados, assentando num forte trabalho de heurística e análise documental.

Os resultados obtidos permitem concluir que a sociedade de Bragança se conseguiu organizar, abrindo diversas instituições de Educação de Infância, apesar da ideia contrária do Estado Novo à generalização deste tipo de ensino. É ainda de referir que o seu processo de criação se deveu maioritariamente à iniciativa privada, de cariz educativo mas com forte prevalência assistencial, onde a Igreja desempenhou um papel basilar.

Palavras-Chave

História da Educação de Infância - Bragança - Experiencias pedagógicas - Modernidade pedagógica - Estado Novo - Pós 25 de abril.

Abstract

This thesis aims primarily at developing and extending the historical knowledge on the reality of early childhood education in the town of Bragança. It is intended to contribute to preserve local educational heritage and memory, by treasuring historical education in current society. This research intends to fulfil an existent gap: the lack of data and knowledge about the education of 3 to 6 year-old children. The answer is given by means of a study on the several kindergartens that were active from 1934 – when the first official kindergarten in Bragança closed down– until 1986, when the first Framework Law on Education was published and the network of kindergartens started to expand in Portugal.

The collection and systematic processing of data has been carried out on existing documentary series in several archives. These centres of primary sources are most of them limited to Bragança, even though research in other regions hasn't been neglected for cross checking data.

Focusing on a general pedagogical viewpoint, the problem raised here falls within the history of early childhood education in Portugal, where the main theses are recorded, and in the municipality of Bragança in particular. This research is believed to be crucial to understand kindergarten teachers and other teachers' training. The thesis research paradigm is part of a hermeneutic standpoint that comprises qualitative and multidimensional interpretation methodologies and an extensive heuristic work and documentary analysis.

Results show that the society of Bragança has managed to organise itself, by opening several kindergartens, despite the opposition of the *Estado Novo* (New State) to the expansion of this type of teaching. Kindergartens' creation process was mainly due to private initiative, strongly upholding an educational and supportive framework, guided also by the key role of the Church.

Keywords

History of early childhood education – Bragança – pedagogical experiences – pedagogical modernity – *Estado Novo* (New State)– post-25 April 1974

Siglas Utilizadas

ADB – Asilo Duque de Bragança

AHCMB – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Bragança

AHME – Arquivo Histórico do Ministério da Educação

APADI- Associação Pais e Amigos do Diminuído Intelectual

BMP – Biblioteca Municipal do Porto

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CEE - Centro de Educação Especial

CEE- Centro de Educação Especial

CRSFRJS – Congregação Religiosa das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado

CRSS- Centro Regional de Segurança Social

DG – Diário de Governo

DREN – Direção Regional de Educação do Norte.

EIB – Escola Infantil de Bragança

ESE – Escola Superior de Educação

IOS -Instituto das Obras Sociais

IPB – Instituto Politécnico de Bragança

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

JI - Jardim-de-infância

JMB – jornal Mensageiro de Bragança

ME - Ministério da Educação

MPF - Mocidade Portuguesa Feminina

OMEN – Obra das Mães pela Educação Nacional

SCJ- Sagrado Coração de Jesus

SCMB - Santa Casa da Misericórdia de Bragança

UNESCO- The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Agradecimentos

Desde a escolha da temática até à construção da presente tese percorri um longo caminho constituído por etapas diferenciadas, onde o esforço da pesquisa, análise, reflexão e escrita andaram intimamente associadas. Este trabalho reflete a circunstância de, ao longo dos últimos cinco anos, eu ter podido usufruir de alguns privilégios e apoios, sem os quais, teria sido pouco provável a sua conclusão. Embora seja, em muitos aspetos, um processo solitário, nunca é individual e, por isso, quero agradecer a quem direta ou indiretamente colaborou para a sua realização. A todos dirijo, desde já, o meu mais sentido apreço e gratidão, permitindo-me, no entanto, referir especificamente alguns sem que, de modo nenhum, tal signifique esquecimento ou menor importância dos outros.

Em primeiro lugar, um agradecimento especial ao Professor Doutor Jorge Ramos do Ó a quem dirijo a minha gratidão pelo acompanhamento e orientação deste doutoramento, pelo constante incentivo e pela forma sábia que, através da sua forma subtil, clarificou as dúvidas e questões e apoio a nível científico com que me confrontei e, por ter sido o causador desta minha envolvimento e fascínio pelo campo da História da Educação, pela promoção da minha autonomia na escrita e por ser um marco de referência para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. Recordo a forma sábia como articulou as questões de orientação com a minha liberdade de investigador, os conselhos precisos, os estímulos na hora certa, sem esquecer o apoio no acesso a bibliotecas e a arquivos.

Devo, por outro lado, salientar as ótimas condições disponibilizadas e o ambiente estimulante para o trabalho científico que usufruí no Instituto da Educação da Universidade de Lisboa. Guardo ainda na memória o debate vivo de ideias nos seminários abertos a investigadores de outras áreas do conhecimento, nacionais e estrangeiros. A nota que deles retiro é de um grande enriquecimento mútuo pela partilha constante de ideias.

A todos os Professores do Doutoramento, pela forma como partilharam comigo os seus saberes, contribuindo para que pudesse ver a História da Educação noutra perspetiva muito mais ampla e completa.

Um agradecimento especial aos Professores Doutores António Nóvoa, Justino Magalhães, Joaquim Pintassilgo e Maria João Mogarro, pela amabilidade e disponibilidade demonstrada nas palavras trocadas e conselhos importantes para

delinear os primeiros traços desta tese, pela bibliografia disponibilizada para a conceptualização teórica e pela ajuda preciosa no enquadramento teórico-prático na fase inicial desta.

Um agradecimento especial ao Professor Doutor Rogério Fernandes, que já não se encontra entre nós, a quem manifesto um sincero reconhecimento, designadamente pelo apoio e confiança que sempre me manifestou ao longo das etapas iniciais deste percurso científico.

Saliento também o amável apoio e atenciosa e quotidiana ajuda dos funcionários da Secretaria, Biblioteca e da reprografia do Instituto da Educação da Universidade de Lisboa.

Especial gratidão a todos os funcionários das bibliotecas e arquivos consultados que pelo seu profissionalismo e dedicação foram elementos facilitadores desta investigação.

Aos meus colegas de Doutoramento quero deixar uma palavra amiga, e ao mesmo tempo de coragem, pois com eles partilhei saberes, experiências, ajudando a amenizar sacrifícios comuns a todos nós.

Ao Conselho Diretivo anterior e atual da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança pelo apoio e incentivo incondicional nas pessoas da professora Mestre Conceição Martins e Professor Doutor Ribeiro Alves.

À amiga e colega Elza Mesquita a quem coube a ingrata tarefa de rever o texto, dando-lhe uma forma gráfica mais agradável, deixo um especial reconhecimento.

Agradeço também à professora Doutora Isabel Baptista que teve a paciência de ter lido e dado importantes conselhos no desenrolar da investigação

Ao meu amigo Vítor Barrigão pela importante ajuda final e decisiva que me deu na organização informática da tese.

Agradeço a todas as colegas de Departamento que sobrecarreguei durante o período em que decorreu esta investigação, com uma referência especial à Angelina Sanches.

Às Educadoras de Infância entrevistadas, Lúcia Borges, Anita Prada, Teresinha Martins, Alexandrina Moreira, Conceição Barreira, Estela Pereira, Isabel Poças, Lúcia Parra e Élia Cordeiro e à Assistente Social Hermínia Antunes, por partilharem comigo as suas memórias e a sua história no campo da Educação de Infância, contribuindo enormemente para a validação deste trabalho. Sem a sua confiança, o seu estímulo e entusiasmo, a tarefa teria sido bem mais penosa:

Aos meus alunos, cujas exigências ao longo destes anos me ajudaram a não parar.

Agradeço também à Zé pelo apoio e incentivo permanente e ao Paulo pela ajuda nos preciosismos da informática.

A toda a minha família, em especial à minha mãe e meus irmãos Normando, Tenxa e Zé, sempre presentes no incondicional apoio e carinho que sempre me deram bem como o incentivo e acompanhamento permanente.

Agradeço também à Fundação para a Ciência e Tecnologia pela bolsa que me concedeu e pelo programa implementado de apoio à formação avançada de docentes do ensino superior politécnico que o Instituto Politécnico de Bragança tão bem soube aproveitar.

Agracio ainda a todos os amigos por serem importantes colunas na minha vida.

Não posso terminar esta rubrica sem deixar aqui um agradecimento muito especial à minha esposa Isabel e às minhas filhas Clarinha e Ana Luís, cúmplices neste percurso pela paciência e compreensão demonstradas, pelos sacrifícios e constrangimentos suportados, pelo apoio e ânimo dispensados, privando-as de um maior convívio, sendo elas o suporte de apoio em todos os momentos, sem o qual não teria conseguido levar a bom término este estudo.

Ao meu pai, que está sempre presente na minha vida, agradeço pelo sentido de abnegação, dedicação e amor ao trabalho e ao próximo, que soube inculcar-me.

Para todos um “bem hajam”.

Índice

Resumo.....	V
Palavras-Chave	V
Abstract	VII
Keywords.....	VII
Siglas Utilizadas	XI
Agradecimentos	X
Índice.....	XII
Índice de Tabelas	XIX
Índice de Gráficos.....	XXII
Índice de Figuras.....	XXII
Índice de Anexos	XXIV
INTRODUÇÃO.....	1
Objeto.....	1
Problemas teóricos e soluções empíricas	5
Identificação do corpus documental e metodologia de análise	11
Roteiro de escrita da tese.....	13
 CAPÍTULO 1: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA.....	 19
1.1. Antecedentes históricos da Educação de Infância.....	19
1.1.1. O conceito de Infância	21
1.1.2. A educação das crianças até aos seis anos de idade.....	24
1.1.2.1. Os precursores da Educação de Infância	26
1.1.2.2. O Período Renascentista.....	30
1.1.2.3. O período Iluminista	32
1.1.2.4. A supremacia de Fröebel.....	36
1.1.2.5. O protagonismo da Escola Nova.....	40
1.1.2.6. A influência de Maria Montessori	47
1.1.2.7. O impacto de Jean Piaget.....	50
1.2. As instituições de Educação de Infância.....	51
1.2.1. As primeiras instituições e modelos curriculares.....	52

CAPÍTULO 2: CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA EM PORTUGAL.....	57
2.1. A Educação de Infância até finais da Monarquia.....	58
2.2. A Educação de Infância na 1ª República	63
2.2.1. A modernidade pedagógica	64
2.2.2. A construção da nova sociedade através da Educação.....	65
2.2.3. O advento das Escolas Infantis.....	68
2.2.4. O interesse pela Educação de Infância	68
2.2.5. A reestruturação do ensino	71
2.2.5.1. A Reforma da Instrução Primária de 1911	74
2.2.6. O programa e a organização das Escolas Infantis na 1ª República	76
2.2.7. A insistência Republicana pela Escola Infantil	81
2.2.8. A Reforma de João Camoesas.....	87
2.2.9. A descentralização do ensino.....	89
2.3. A Educação de Infância no período da Ditadura Militar em Portugal	94
2.4. O período do Estado Novo.....	95
2.5. A Educação de Infância no regime político do Estado Novo em Portugal	100
2.5.1. Escolas Infantis criadas entre 1926 e 1937.....	101
2.6. A 1ª década do Estado Novo: o desinteresse pela Educação de Infância.....	108
2.6.1. A extinção da Educação de Infância pública em Portugal em 1937	110
2.7. A valorização da função assistencial da Educação de Infância na 2ª metade do século XX	113
2.7.1. A década de 50: ventos de mudança externos	120
2.7.2. Dos anos 60 a 1974: a pressão internacional	123
2.7.2.1. A Reforma de Veiga Simão	129
2.8. A Educação de Infância no período democrático	130
2.8.1. A criação da Rede Pública de Educação Pré-escolar no ano de 1977	136
2.8.2. Os Estatutos dos Jardins-de-infância em 1979	141

2.8.3. A Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986	144
2.9. A profissão Educador(a) de Infância e as Escolas de Formação de Educadores de Infância	145
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	153
CAPÍTULO 3: CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA EM BRAGANÇA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	155
3.1. Bragança: Contexto histórico e sociopolítico entre 1934 e 1986.....	155
3.1.1. Enquadramento socioeconómico e cultural.....	155
3.1.2. A agricultura	157
3.1.3. O Comércio/Serviços	159
3.1.4. A população e densidade demográfica	161
3.1.5. A Emigração.....	166
3.1.6. O analfabetismo	167
3.1.7. A qualificação urbana, património e habitação	168
3.1.8. As acessibilidades	171
3.1.9. A Cultura	173
3.2. O poder da Igreja em Bragança	175
3.2.1. O Seminário Diocesano.....	177
3.3. A Imprensa como fonte histórico-educacional.....	178
3.3.1. A imprensa periódica local.....	180
3.3.1.1. O jornal Mensageiro de Bragança	181
3.3.1.2. A revista Os Nossos Filhos	186
3.4. A importância das instituições no campo da historiografia educativa	187
3.4.1. As instituições de carácter assistencialista.....	190
3.4.1.1. As instituições de assistência existentes em Bragança	193
3.4.2. As instituições de carácter educacionais.....	198
3.4.2.1. A Escola do Magistério Primário de Bragança.....	201
3.4.2.2. O Instituto Politécnico.....	208

3.4.2.2.1 A Escola Superior de Educação.....	209
CAPÍTULO 4: A EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA EM BRAGANÇA	213
4.1. Antecedentes históricos até 1934.....	213
4.2. A situação da Educação de Infância de 1934 a 1986	219
4.2.1. A Obra das Mães pela Educação Nacional.....	223
4.2.1.1. A Obra das Mães pela Educação Nacional em Bragança	228
4.2.2. A Creche “O Ninho dos Pequenininhos”	237
4.2.3. A influência do Bispo D. Abílio Augusto Vaz das Neves na Educação de Infância em Bragança	245
4.3. Debate em torno da importância dos Jardins-de-infância	255
4.4. À volta com a denominação institucional	260
4.5. A mãe educadora, a criança e o Jardim-de-infância	261
4.6. O Parque infantil público de Bragança	268
4.7. O Centro Regional de Segurança Social de Bragança.....	270
4.8. Os Jardins-de-infância públicos do Ministério da Educação	275
CAPÍTULO 5: HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA EM BRAGANÇA NO PERÍODO DE 1934 A 1986	287
5.1. Congregação Religiosa das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado - Santa Clara.....	287
5.1.1. A Casa Asilo de Pereira	289
5.1.2. A Casa de Santa Clara de Bragança: a Casa do Arco	296
5.1.3. Uma escola Montessoriana em Bragança: Jardim-escola ou Escola Infantil de Nossa Senhora das Graças	297
5.1.4. O Jardim-de-infância de Santa Clara	303
5.1.4.1. As instalações	305

5.1.4.2.	As crianças	308
5.1.4.3.	As mensalidades	309
5.1.4.4.	O horário	310
5.1.4.5.	O Modelo Pedagógico	310
5.1.5.	A Primeira Educadora de Infância de Bragança	317
5.2.	O Centro de Educação Especial de Bragança.....	320
5.2.1.	Jardim-de-infância do Centro de Educação Especial: salas de "classes sensoriais" e "classe Pré-primária"	325
5.3.	O Instituto das Obras Sociais	327
5.3.1.	O Jardim-de-infância do Instituto das Obras Sociais.....	328
5.3.1.1.	As instalações	329
5.3.1.2.	Os primeiros tempos.....	334
5.3.1.3.	O mobiliário, equipamento e materiais.....	339
5.3.1.4.	As crianças	345
5.3.1.5.	As mensalidades	350
5.3.1.6.	O horário de funcionamento.....	351
5.3.1.7.	O quadro de pessoal	352
5.3.1.8.	O Modelo Pedagógico	354
5.3.1.9.	As relações com os pais e familiares.....	358
5.3.1.10.	A transição educativa	359
5.3.1.11.	O novo Jardim-de-infância	359
5.4.	Congregação Religiosa das Irmãs da Caridade do Sagrado Coração de Jesus .	360
5.4.1.	O Jardim-de-infância do Sagrado Coração de Jesus.....	364
5.4.1.1.	As instalações	364
5.4.1.2.	As crianças	367
5.4.1.3.	A equipa educativa	369
5.4.1.4.	A metodologia de trabalho.....	370
5.5.	O Jardim-de-infância do Hospital.....	375
5.6.	A Santa Casa da Misericórdia de Bragança.....	383

5.6.1. O Jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia de Bragança	386
5.6.1.1. As primeiras instalações entre 1976 e 1981	396
5.6.1.2. As instalações entre 1981 e 1987	399
5.6.1.3. O horário de funcionamento	400
5.6.1.4. As crianças	402
5.6.1.5. A comissão de pais	405
5.6.1.6. A organização e funcionamento	406
5.6.2. A construção do Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Bragança e a demolição da Escola Adões Bermudes	413
5.7. O Jardim-de-infância Público nº.1 do Ministério da Educação	416
5.7.1.1. O novo edifício	422
5.7.1.2. As crianças	425
5.7.1.3. O horário de funcionamento	426
5.7.1.4. As Educadoras de Infância.....	427
5.7.1.5. As atividades desenvolvidas	430
5.7.1.6. A formação em serviço.....	432
5.7.1.7. Os pais ou encarregados de educação.....	433
5.7.1.8. A gestão	436
FECHO	439
6 -Fontes e Bibliografia.....	449
6.1 - Fontes Manuscritas	449
6.2 - Fontes Impressas.....	450
6.2.1 - Arquivos	450
6.2.1 - Jornais e revistas	451
6.3 – Legislação	472
6.4- Bibliografia.....	483
Anexos.....	509

Índice de Tabelas

Tabela n.º 1- População portuguesa nos anos de 1930 a 1991	99
Tabela n.º 2 - Escolas e secções infantis existentes em Portugal até 1926	102
Tabela n.º 3 - (Continuação) Escolas e secções infantis existentes em Portugal até 1926.....	103
Tabela n.º 4 - Cidades com Escolas Infantis em Portugal entre os anos letivos de 1926/27 a 1936/37	104
Tabela n.º 5 - N.º. de crianças por cidade entre os anos letivos 1926/27 e 1936/37	106
Tabela n.º 6 -N.º. de crianças a frequentar o Ensino Infantil particular em Portugal de 1940 a 1950.....	115
Tabela n.º 7 - Cidades com crianças a frequentarem Jardins-de-infância particulares entre 1940 e 1950.....	116
Tabela n.º 8 - Instituições com Jardins-de-infância particular em Portugal no ano letivo de 1945/46 por cidade	117
Tabela n.º 9 - Instituições com Ensino Infantil particular em Portugal no ano de 1946/47, por cidade.....	117
Tabela n.º 10- Instituições com Ensino Infantil particular em Portugal no ano de 1948/49.....	118
Tabela n.º 11 Instituições com Ensino Infantil particular em Portugal no ano de 1949/50.....	119
Tabela n.º 12 -N.º. de crianças a frequentar o Ensino Infantil particular.....	122
Tabela n.º 13 - N.º. de crianças a frequentarem o Ensino Infantil em Portugal de 1960 a 1974	126
Tabela n.º 14 - N.º. de crianças a frequentar o Ensino Infantil público e privado em Portugal (1974-1986)	134
Tabela n.º 15- N.º. de Educadores de Infância em Jardins-de-Infância oficiais e particulares de 1981 a 1986.....	135
Tabela n.º 16 - Aspectos de comparação entre a rede privada e a rede pública.....	139
Tabela n.º 17 - Evolução por setor da atividade económica do concelho Bragança de 1960 a 1991.....	160

Tabela n.º 18 - Indicadores da estrutura populacional da cidade de Bragança entre 1930 e 1980	162
Tabela n.º 19- Indicadores da estrutura populacional do Concelho de Bragança entre 1930 e 1991.....	163
Tabela n.º 20 - Percentagem da taxa de analfabetismo em Portugal e na cidade de Bragança entre 1930 e 1991	168
Tabela n.º 21 - Professores formados pela Escola do Magistério Primário de Bragança entre 1946- 1986.....	203
Tabela n.º 22 - Horário da turma de 1º ano do 1º Curso de Educadores de Infância do Magistério Primário de Bragança no ano letivo de 1983/84	205
Tabela n.º 23 - Horário da turma do 2º ano do 1º Curso de Educadores de Infância da Escola do Magistério Primário de Bragança no ano letivo de 1984/85	207
Tabela n.º 24 - Cidadãos bragançanos que estiveram ligados à criação da Creche "Ninho dos Pequenininos"	240
Tabela n.º 25 - Instituições do distrito com protocolo com o Centro Regional de Segurança Social de Bragança.....	275
Tabela n.º 26 - Alguns dados sobre a Educação Pré-Escolar Oficial no Distrito de Bragança entre os anos letivos de 1973-74 e 1985/86	280
Tabela n.º 27 - Crianças matriculadas em Jardins-de-infância no ano letivo 1982/83 em alguns concelhos do Distrito de Bragança	283
Tabela n.º 28 - Localidades do Distrito de Bragança com Jardins-de-infância no ano letivo de 1985/86.....	284
Tabela n.º 29 - Jardins-de-infância criados em Bragança no período de 1934 a 1986.....	287
Tabela n.º 30 - Instituições da Congregação das Religiosas das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado criadas até 1986.....	292
Tabela n.º 31 - (Continuação) Instituições da Congregação das Religiosas das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado criadas até 1986.....	293
Tabela n.º 32 - (Continuação) Instituições da Congregação das Religiosas das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado criadas até 1986.....	294
Tabela n.º 33 - Instituições da Congregação das Religiosas das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado, no ano de 2013	295

Tabela n.º 34 -Lista de material adquirido pelo Jardim-de-infância do IOS entre 1970 e 1975	342
Tabela n.º 35 – (Continuação) Lista de material adquirido pelo Jardim-de-infância do IOS entre 1970 e 1975.....	343
Tabela n.º 36- Comparticipações familiares no ano letivo de 1985/1986 no Jardim-de-infância do IOS de Bragança	351
Tabela n.º 37 - Frequência das crianças do Jardim-de-infância e Escola Primária do Sagrado Coração de Jesus de Bragança entre 1971 e 1989.....	368
Tabela n.º 38 - Organização do Tempo no Jardim-de-infância do Sagrado Coração de Jesus nos anos letivos de 1979/80 a 1986/87.....	372
Tabela n.º 39 – (Continuação) Organização do Tempo no Jardim-de-infância do Sagrado Coração de Jesus nos anos letivos de 1979/80 a 1986/87.	373
Tabela n.º 40 - Comparticipação das famílias por criança no Jardim-de-infância da SCMB no ano de 1976.....	402

Índice de Gráficos

Gráfico n.º 1 - N.º. de Escolas por cidade criadas entre os anos 1926/27 a 1936/37 105

Gráfico n.º 2 - N.º. de crianças por cidade entre os anos 1926/27 a 1936/37 106

Gráfico n.º 3 - N.º. de escolas ou secções infantis e n.º. de professoras entre os anos
1926/27 a 1936/37 107

Gráfico n.º 4 - Total do n.º. de crianças por ano letivo entre 1926/27 a 1936/37..... 107

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo de análise da pesquisa	10
Figura 2 - Creche Ninho dos Pequenininhos de 1958-Bragança.....	244
Figura 3- Casa do Arco onde funcionou o Jardim-de-infância entre 1956 e 1966.....	306
Figura 4 - Casa onde funcionou o Jardim-de-infância de Santa Clara entre 1966 e 1975.....	307
Figura 5 - Casa onde funcionou o Jardim-de-infância de Santa Clara entre 1975 e 1999.....	307
Figura 6 - Edifício do Centro de Educação Especial de Bragança	323
Figura 7 - Edifício onde funcionou o Jardim-de-infância do IOS entre abril de 1971 e abril de 1986.....	330
Figura 8 - Foto atual do mesmo prédio onde funcionou o Jardim-de-infância IOS	330
Figura 9 - Recreio do Jardim-de-infância do IOS em 1973	332
Figura 10 - O interior de uma sala do Jardim-de-infância do IOS	346
Figura 11 - Edifício onde funcionou o Jardim-de-infância do Sagrado Coração de Jesus entre 1971 e 1986.....	365
Figura 12- Edifício onde funcionou a Creche e Jardim-de-infância do Hospital entre os anos letivos de 1978/79 e 1986/87.....	380
Figura 13- Edifício da Santa Casa de Misericórdia de Bragança e hoje Lar de idosos	384
Figura 14 - Pavilhão onde funcionou o Jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia de Bragança entre 1976 e 1986.....	395
Figura 15 - Escola Adães Bermudes de Bragança.....	414
Figura 16 - Edifício do Jardim-de-infância nº.1 de Bragança construído em 1980.....	423
Figura 17 - Exposição de trabalhos numa sala do Jardim-de-infância nº. 1 no ano de 1986.....	434

Índice de Anexos

Anexo I - Guião de entrevistas	511
Anexo II – Entrevista Educadora 1 - Jardim-de-infância de Santa Clara	512
Anexo III - Entrevista Educadora 2 - Centro de Educação Especial e Jardim-de-infância do Hospital.	517
Anexo IV - Entrevista Educadora 3 - Jardim-de-infância do Instituto das Obras Sociais.	522
Anexo V - Entrevista Educadora 4 - Jardim-de-infância do Instituto das Obras Sociais.	528
Anexo VI - Entrevista Diretora e Assistente Social do Jardim-de-infância do Instituto das Obras Sociais.	533
Anexo VII - Entrevista Educadora 5 - Santa Casa da Misericórdia e Jardim-de-infância nº. 1 de Bragança do Ministério da Educação.....	537
Anexo VIII - Entrevista Educadora 6 - Centro de Educação Especial e Jardim-de-infância nº. 1 de Bragança do Ministério da Educação.....	543
Anexo IX - Entrevista Educadora 7 - Jardim-de-infância do Sagrado Coração de Jesus.	547
Anexo X - Entrevista Educadora 8 - Jardim-de-infância do Hospital Distrital de Bragança.....	551
Anexo XI - Entrevista Educadora 9 - Jardim-de-infância do Centro de Bem-Estar Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Bragança.	554
Anexo XII - Relatório final do Jardim-de-infância nº. 1 de Bragança do Ministério da Educação do Ano letivo 1982/1983.	558
Anexo XIII - Relatório e Projeto Pedagógico do Jardim-de-infância nº. 1 de Bragança do Ministério da Educação do ano letivo de 1983/84.	560
Anexo XIV - Relatório e Projeto Pedagógico do Jardim-de-infância nº. 1 de Bragança do Ministério da Educação do ano letivo de 1985/86.	569

INTRODUÇÃO

Objeto

O estudo que compõe o trabalho aqui apresentado sistematiza os resultados da investigação realizada sobre a Educação de Infância na cidade de Bragança no período de 1934 a 1986. Centra-se na produção de teorias e modelos específicos, com soluções educativas e pedagógicas, recorrendo às ideias do conhecimento de circulação universal e aos mecanismos sociais da sua difusão no governo da população escolar, dando especial relevo aos processos discursivos sobre a matéria. A temporalidade em que decorre a análise das fontes empíricas estende-se, ao longo do século passado, durante todo o período do Estado Novo e nos primeiros doze anos após o 25 de abril de 1974, períodos marcantes na sociedade portuguesa. Trata-se de um arco histórico que viu arrancar, desenvolver e finalizar o novo regime autoritário bem como a passagem para a democracia. Por um lado, moveram-me motivações pessoais e profissionais; por outro, a evidência, para mim cada vez mais tornada uma exigência, de que a História da Educação em Portugal ficará mais completa com a realização de estudos locais sobre educação em geral e a Educação de Infância em particular.

Ao abordar o tema em estudo procuro averiguar o espaço que a criança ocupa na sociedade do espaço em geral, e no período em estudo em particular na sociedade de Bragança. O objetivo inicial desta tese consistia na tentativa de apresentar a história da Educação de Infância das crianças desde o seu nascimento até à idade de entrada na escola Primária, e as políticas educativas do distrito de Bragança no período de 1880 a 1986. Contudo, na ausência – à data em que iniciei a pesquisa, corria o ano 2006 – de quaisquer investigações aprofundadas sobre o tema, da quase inexistência de documentos, em breve fui forçado a chegar à conclusão de que uma tal tarefa era quase impossível. Além disso, um estudo que englobasse quer a fase da história educativa quer a fase assistencialista era extremamente difícil de realizar com a profundidade e seriedade indispensáveis.

Daí que me tenha decidido pela análise da Educação de Infância no período de 1934 a 1986, limitada à cidade de Bragança mas nunca descurando o caráter assistencialista das políticas públicas e bem assim das organizações assistencialistas, mormente as que tem origem na Igreja. Optei por estabelecer o marco cronológico inicial no ano de 1934, por ser precisamente a data do *términus* de uma outra

investigação que fiz no âmbito de uma dissertação de mestrado no ano de 2006. Nesse trabalho, o objeto de estudo também foi a Educação de Infância em Bragança, mas na fase imediatamente anterior, (de 1915 a 1934), a que dei o título *A Escola Infantil de Bragança-1915-1934: Modernidade pedagógica e as 1^{as}. Práticas de Educação de Infância no interior*. Acabei por escolher 1986 como marco cronológico final, por considerar que foi a partir desta data que a Educação de Infância em Portugal estava finalmente no cerne das políticas públicas em educação, podendo seguir o seu caminho de normal desenvolvimento e crescimento auto-sustentado. Na verdade e finalmente, fazia parte do sistema educativo português. Pouco antes tinha sido criada a rede pública de Educação Pré-escolar (1977); estava suficientemente organizada através da publicação dos Estatutos dos Jardins-de-infância (1979); o Ministério da Educação começara a abrir Jardins-de-infância públicos por todo o país; o modelo de formação de Educadores de Infância estava organizado e entregue às Escolas Superiores de Educação; e por último por ter sido publicada no ano de 1986 a *Lei de Bases do Sistema Educativo Português*.

No decurso deste trabalho foram incontáveis as dificuldades com que me deparei. Quase não existem obras sobre o período em estudo, o regime salazarista influenciou profundamente a sociedade portuguesa que nunca se mobilizou para inscrever as questões educativas no centro das suas prioridades inadiáveis, senão a partir do final da década de 60. Esta evidência torna-se ainda mais palpável no que diz respeito à Educação de Infância. E sobre esta pouco se publicou até hoje no campo da história da educação, diferentemente de outros níveis de ensino que têm merecido à atenção dos investigadores nos últimos anos. Acresce que os arquivos e bibliotecas públicas geridas pelo Ministério da Educação contêm poucos documentos específicos sobre a temática. Nos arquivos distritais não abundam, igualmente, documentos sobre educação em geral, sendo ainda mais raros os respeitantes à Educação de Infância.

As instituições educativas privadas e públicas não tiveram o cuidado de conservarem documentos que chegassem até hoje, que seriam importantíssimos, como atas, relatórios, registo de matrícula e reflexões sobre o pensamento pedagógico, em especial relacionados com a vida das crianças até aos seis anos de idade. A utilidade das estatísticas oficiais é limitada e os critérios da sua organização iam-se alterando com frequência, o que torna muito difícil estabelecer um padrão de sequência diacrónica. As

principais fontes primárias em que me baseei consistem em material publicado: monografias e artigos de revistas pedagógicas, imprensa diária e periódica local (em especial o jornal *Mensageiro de Bragança* que se publica continuamente desde 1940), regional e nacional, legislação, publicações oficiais, registos de debates na Assembleia Nacional, revistas de educação, relatórios e revistas de Professores, revistas infantis, e, por fim, mas não menos importante, algumas memórias de Educadores de Infância e pessoal dirigente que trabalharam nas instituições em estudo.

Tentarei explicar porque dinâmicas históricas se passou a definir a Educação de Infância em Bragança e o seu papel nessa sociedade. A análise incide, portanto, em seis décadas (1930-40-50-60-70-80), chave do processo de afirmação do devir educacional no espaço da cidade de Bragança. No trabalho de recolha empírica procurei registar tanto as definições utilizadas para classificar esta modalidade educativa, quanto a miríade de rótulos, estatísticos e de natureza qualitativa, criados para a apreciar, descrever, avaliar e comparar (Ó, 2003). Procurei interpretar séries documentais que conectam diretamente as ambições das autoridades públicas com as capacidades e os comportamentos das individualidades da cidade. Pretendi caracterizar os saberes e as práticas relativas às instituições de Educação de Infância em Bragança no período referido. Para tal, parti de uma revisão bibliográfica sobre a Educação de Infância no mundo e em Portugal. Procurei observar, também, as relações entre os conhecimentos científicos sobre a infância, os discursos pedagógicos divulgados na época e as determinações legislativas referentes à Educação de Infância. Para a realização deste trabalho fui influenciado por trabalhos de diversos autores que abordo ao longo da sua apresentação. Inspirei-me nos trabalhos de Thomas Popkewitz que refaz a tópica da governamentalidade, apresentada por Michel Foucault, com o objetivo de perceber as dinâmicas de construção e reconstrução da subjetividade na edificação das sociedades modernas. Estes dois autores fornecem-nos relevantes instrumentos de trabalho para a perceção das conexões entre a criação de saberes no âmbito das ciências humanas e os planos de governo dos indivíduos nas distintas instâncias sociais, de entre as quais sobressaem, evidentemente, a família, a escola e as instituições educativas.

O trabalho está estruturado através de uma ordenação descritiva de forma a apresentar os saberes sobre a infância e as instituições de Educação Pré-escolar criadas,

identificar os seus objetivos, as características da população atendida e as suas condições de funcionamento.

O período sobre o estudo da Educação de Infância em Bragança passa por várias fases. Numa primeira são referidos os primeiros anos do Estado Novo onde se decidiu o fim da Educação de Infância oficial em Portugal, como veio a acontecer em 1937. Uma segunda fase, que vai até 1950, mostra como a Educação de Infância ficou essencialmente a cargo da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) e da iniciativa privada de algumas ordens religiosas e dos Jardins Escola João de Deus. Uma terceira fase, que cobre o período de 1950 a 1974, deixa perceber uma maior abertura ao estrangeiro, que influenciou novas ideias e coincidiu com o aparecimento de outro discurso mais positivo sobre a importância da Educação de Infância e a criação de instituições de Jardins-de-infância e escolas de formação de Educadores privadas e semi-estatais. Uma quarta e última fase, de 1974 a 1986, coincide com o fim de regime do Estado Novo e o início da democracia, sendo caracterizada pela segunda e definitiva entrada na Educação de Infância no sistema educativo Português.

A opção deste estudo justifica-se por duas grandes ordens de razões. A saber: (i) pelo facto da cidade de Bragança ter sido pioneira no panorama da Educação de Infância, não só no contexto local, mas também nacional; (ii) pelas características particularmente inovadoras da sua organização pedagógica, que lhe conferem um significado particular de modernidade pedagógica, durante uma época em que a Educação de Infância não era valorizada pelo Estado Português.

Recentemente a Educação de Infância tem vindo a suscitar um crescente interesse social e político, aspecto que se deve ao facto de ter vindo a adquirir espaço próprio na sociedade. Este espaço tem sido uma conquistada lenta traduzida nos avanços e recuos das políticas no final do século XIX, no século XX e início do século XXI, fortemente marcadas pela “ideologia da criança como centro da sociedade” (Ferreira, 2000:7). Embora a História da Educação de Infância seja tão velha como a História da Educação, as preocupações assistenciais da sociedade iluminista e liberal estavam já bem expressas nas rodas dos expostos, nas creches e nos asilos, onde, em alguns casos, se associava a vertente educativa. Na verdade, para uma melhor compreensão das características e das questões atuais que afectam a Educação de Infância hoje, é fulcral o estudo da História da Educação de Infância em tempos que nos precederam.

Problemas teóricos e soluções empíricas

Definir o tema desta investigação foi sobretudo pensar o objeto e não apenas escolher o assunto. Entende-se por Educação de Infância toda e qualquer educação destinada às crianças com idade inferior à idade da escolaridade obrigatória. No caso específico de Portugal, o período vai dos três aos seis anos de idade.

Não obstante as diferentes designações que a Educação de Infância foi assumindo ao longo do tempo na História da Educação, bem como na legislação, quer de Portugal, quer de diferentes Países (Educação Infantil, Educação Pré-Escolar, Asilos Infantis, Creches, Escolas Maternais, Escolas Infantis, Jardins de Infância, Infantários), segundo Cardona (1997: 21) “ao longo da sua evolução, podemos observar diversas oscilações em relação ao papel e à especificidade atribuída a este nível de ensino, podendo constatar-se a existência de diferentes concepções subjacentes à expressão Educação de Infância”. Registam-se, em primeiro lugar, preocupações assistenciais ao longo dos séculos XVIII-XIX e, mais recentemente, preocupações educativas e socializadoras. Teresa Vasconcelos (2003:20) refere que “a escolha da terminologia - Educação e cuidados para a infância - pressupõem uma perspetiva integrada e coerente, implicando políticas articuladas comuns à faixa etária dos 0 aos 5/6 anos por parte do ministério que tutela a educação e não a partir dos 3 anos, tal como a legislação portuguesa prevê”. Também a OCDE (2001:14) considera que “a educação e cuidados para a infância inclui todos os contextos que proporcionam cuidados e educação para as crianças antes do ingresso na escola obrigatória, independentemente do tipo de estabelecimento, horário de atendimento, financiamento, ou conteúdos programáticos. O período da pequena infância é, em geral, definido como abrangendo a faixa etária que vai dos 0 aos 8 anos de idade”. A opção por este tema na proposta desta pesquisa coloca-o como “Educação formal destinada às crianças dos três aos seis anos de idade, antes da entrada na Escola Primária, hoje designada, Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico.

A terminologia utilizada na classificação do período da criança de três a seis anos de idade, bem como as instituições que têm esta resposta educativa e os seus profissionais, passaram assim, por várias mudanças. As instituições: Escola Infantil, Jardim-escola, Escola pré-Primária, Jardim-infantil e Jardim-de-infância. A resposta

educativa: Ensino Infantil, Ensino pré-Primário, Educação Pré-escolar e Educação de Infância. Os profissionais: Professora Infantil, Educadora Infantil, Educadora de Infância. Por isso, procuro utilizar a que se utilizava na época em que me estiver a referir. No entanto, salvaguardo que as que considero mais corretas e que mais utilizarei ao longo desta obra é a de Educação de Infância e Educação Pré-escolar, quando me refiro à educação nas idades de três a seis anos, Jardim-de-infância ao nome da instituição e Educador de Infância à pessoa profissional especializada.

O tema situa-se num espaço social concreto e definido historicamente: A escolarização das crianças que antecede a escolaridade obrigatória, na cidade de Bragança, no período de 1934 a 1986. De acordo com Vieira (1989:28), ao afirmar que “a definição do tema a ser investigado e o tratamento do objeto de estudo têm uma relação com a postura do pesquisador”. De certo modo, a motivação para esta investigação foi a condição de Educador de Infância e Professor do Ensino Superior no departamento de Prática Pedagógica, nos cursos de Mestrado de Formação de Professores, em particular do Mestrado em Educação Pré-escolar. Sabe-se bem quanto a História da Educação em geral e da Educação de Infância em especial é importante, pertinente e desejável, num curso de formação de Professores, pois aprender com o passado a traçar planos para o futuro é um dos grandes objectivos do ensino da História da Educação. Penso como Lourenço Filho, citado de memória, ao afirmar que a História da Educação é a propedêutica da formação de Professores. Vale, portanto, ressaltar que é meu propósito, ao pensar no desenvolvimento desta tese – recriar a experiência em Educação de Infância na cidade de Bragança –, contribuir assim para uma formação mais completa e para uma melhor reflexão sobre a profissão de Educador de Infância.

Pena que a historiografia escolar se tenha “limitado a transmitir uma memória nacional, apresentada como memória colectiva de todo o povo, mas que não passa das suas “elites” (Proença, 1994:24). Com este estudo procura-se inverter esta tendência valorizando a historiografia escolar local, evitando assim o erro de se considerar o nacional como um todo homogéneo. Felizmente que os estudos locais/regionais estão em franca expansão e são promotores de conhecimento científico sobre a criança e o seu desenvolvimento. A ideia de que a educação é direito de todos, inclusive das crianças dos zero aos seis anos, tem contribuído para a expansão de estudos sobre Educação de Infância, um campo que tem vindo a crescer consideravelmente nos últimos anos, mas

que, ainda, tem continuado como principal referência as obras de Gomes (1977) e Cardona (1997).

É pois nesta área de ensino que se centra esta investigação. Pretende-se saber quando e como surgiram as ideias e os movimentos que levaram à abertura de Jardins-de-infância, bem como toda a sua história, que evoluções sofreram durante o intervalo de tempo considerado, qual o pensamento pedagógico que lhe estava subjacente. De imediato este objetivo lançou-me numa análise de diagnóstico da situação.

Neste sentido, definiram-se as perguntas de partida desta tese: o desenvolvimento da Educação de Infância estará relacionado com o desenvolvimento industrial de uma região, dos grandes aglomerados urbanos populacionais, do elevado nível socioeconómico, do acesso fácil a boas bibliotecas, da penetração de correntes pedagógicas modernas e estrangeiras, perto dos centros de influências políticas, com elevada empregabilidade feminina? E, sendo Bragança o contrário de todas estas realidades, que papel terá tido na Educação de Infância através da lenta afirmação de uma ideia de modernidade pedagógica e a sua implementação física, em que medida os Jardins-de-infância criados foram uma resposta da sociedade bragançana às ideias de renovação pedagógica que se faziam sentir em torno da Educação de Infância?

No intento de dar resposta a estas questões de pesquisa levantaram-se muitas outras. A sociedade de Bragança aceitou facilmente as ideias que o Estado Português lhe impôs ao longo dos anos? Será que ela, no período em estudo, se organizou para desenvolver a Educação de Infância contra a política que o Estado Novo tinha definido sobre o assunto? E as novas ideias pedagógicas chegaram facilmente a Bragança, sendo fácil a sua divulgação? Qual o papel da Igreja e dos seus principais intervenientes em todo este processo? Que iniciativas houve por parte do Estado, por parte da Igreja e de particulares para a abertura de Jardins-de-infância? Que hipóteses tiveram a sociedade de Bragança, nomeadamente as suas elites e instituições de se manifestarem contra as ideias do regime autoritário em matéria de Educação de Infância? Que contributos deram as instituições de Educação de Infância criadas em Bragança à escolarização, alfabetização, formação e qualidade de vida dos cidadãos? Outra questão não menos importante que se coloca neste estudo é se as instituições criadas foram ou não um instrumento de construção do cidadão ou constituíram um lugar de resistência à uniformização e homogeneização cultural que o nacionalismo dominante impôs durante

o Estado Novo? Em que medida as instituições de Educação de Infância criadas contribuíram para a estruturação primeiro no regime e depois na democracia do pós 25 de abril de 1974? Se em 1937 foi decretado a extinção do Ensino Infantil em Portugal mas não o Ensino Infantil da rede privada, porque não se criou nenhuma instituição com Ensino Infantil em Bragança até 1956? E porque se criaram depois desta data? Será que foi um aceiteamento de ideias consentido? Que dialéticas se formaram sobre a Educação de Infância durante este período? Será que o facto de ser uma cidade fortemente marcada pela ruralidade teve influência no desenvolvimento da Educação de Infância? A cidade de Bragança, no interior do Nordeste Transmontano, teve um papel ativo ou não na Educação de Infância em Portugal? Como se estruturou e organizou a sociedade para dar resposta às necessidades das crianças? Foi mais tardio o desenvolvimento da Educação de Infância nos meios rurais do que nos Urbanos? Se a Educação de Infância tem a sua origem para dar resposta às necessidades urbanas como se generalizou para as zonas rurais com os seus problemas específicos?

Procurou-se as respostas às questões atrás enunciadas através da reconstituição dos processos de criação e funcionamento dos Jardins-de-infância na cidade de Bragança, desde a sua criação até aos dias de hoje para os que ainda funcionam e até ao seu encerramento, para os que não já não existem. São todos localizados na complexidade da dinâmica dos processos educativos, nos aspetos de modernidade pedagógica, procurando-se que a análise dê ainda conta da constante mudança e transformação, dos fenómenos de retrocesso e rutura durante o seu período de funcionamento. Trata-se, portanto, de uma descrição explicada em termos de processo, onde as propriedades dos aspetos parcelares somente podem ser entendidas com base na dinâmica relacional do todo com as suas partes. Considero os Jardins-de-infância em estudo, organismos vivos, situados e localizados num espaço geográfico e num tempo próprios, abertos ao exterior, com o qual mantiveram trocas recíprocas, de natureza intrinsecamente dinâmica, ou seja, que influenciam e são influenciados (Morais, 2002:72-77).

Apresenta-se neste estudo a história das diversas instituições com Jardins-de-infância que surgiram em Bragança durante o período objeto de análise. Segundo Magalhães (2004:57), o conceito de instituição associa-se à ideia de permanência e sistematicidade, à ideia de norma e de normatividade e orienta o estudo empírico.

Consagra ainda uma combinatória de finalidades, regras e normas, estruturas sociais organizadas, realidade sociológica envolvente e fundadora, relação intra e extra sistémica. A história de uma instituição é um processo de investigação em que a instituição e a educação se articulam por ação dos sujeitos, situados num horizonte sócio cultural que define a sua existência e o sentido de cada um face aos seus interesses, motivações e expectativas. Em suma, a instituição é uma realidade dentro de outra realidade. Estudar e conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é, na opinião de Magalhães (2004:58) “analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagético e projectivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação”. Por isso ao se estudar estas instituições foi preciso ter presente que a dimensão material das estruturas e dos meios se alarga ao processo, à participação e à construção educacional dos sujeitos. Trata-se, portanto, de uma construção subjectiva que depende das circunstâncias históricas, das imagens e representações dos sujeitos, e que é afetada por dados de natureza biográfica e grupal. A sua história inscreve-se nos grandes marcos estruturais que constituem o Estado, a Família e as Corporações Administrativas, fazendo evoluir no tempo a relação entre estas estruturas e a dinâmica interna gerada. Nesta óptica, o desenvolvimento da pesquisa é um recuperar de memória destas instituições, um processo histórico em permanente diálogo: passado – presente - futuro. Na verdade, “a história das instituições educativas cumpre o triplo registo de conhecimento do passado, problematização do presente, perspectivação do futuro” (Magalhães, 2004:71). É um campo de investigação em que a instituição e a educação se articulam por acção dos sujeitos.

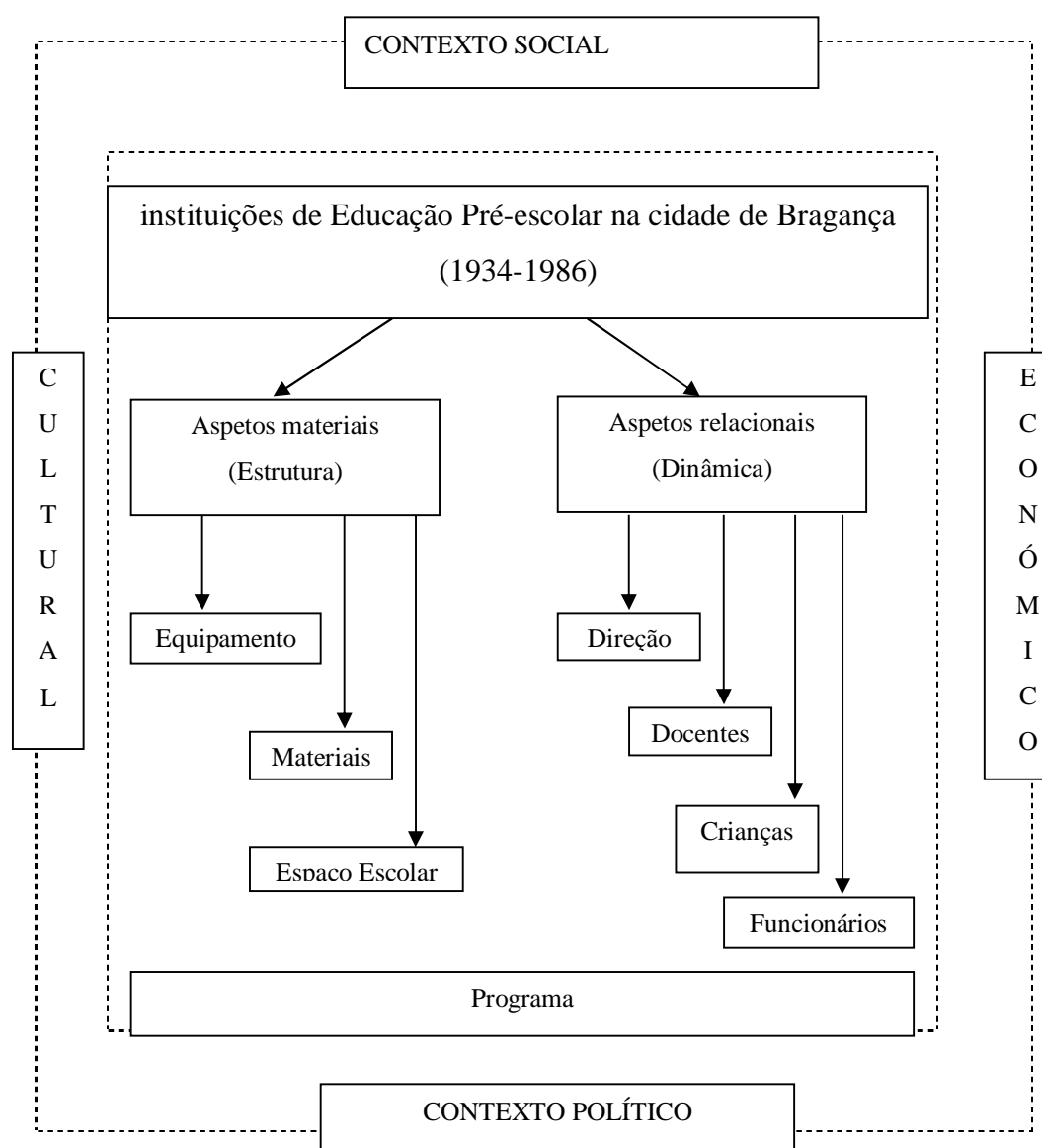
No processo de construção científica da História da Educação que se dá em instâncias do tempo presente, somos impelidos a lançar mão dos mecanismos que dão suporte à memória: documentos, arquivos e relatos. São a matéria-prima da construção da narrativa que corresponde a três dimensões fundamentais: a hermenêutica, a heurística e o registo ou relatório. Trata-se de uma investigação que opera basicamente através de um processo regressivo.

Tentar perceber toda esta trama, relacionado com todo o processo da história das instituições com Educação de Infância na cidade de Bragança no período em estudo, é um exercício concreto:

A problematização é contínua, acompanhando o trabalho todo: é o movimento constante que vai do empírico à teoria e vice-versa, demandando a elaboração ou reelaboração de noções, conceitos, categorias de análise, porque tais elementos, por mais abstratos que sejam, surgem de engajamentos empíricos e do diálogo com evidências” (Vieira, 1989:38).

Este modo de interpretar as instituições educativas levou à construção do modelo de análise de pesquisa, a seguir indicado:

Figura 1 - Modelo de análise da pesquisa



Fonte: Própria

O modelo, perspectivado na figura 1, contém de forma organizada as variáveis de

estudo e permite uma apropriação das instituições, de forma a revisitá-las, num ambiente de história cultural, ao evidenciar-se o interesse pelo significado em detrimento das causas (Canadine, 2006:10). As variáveis do estudo são de duas espécies, conforme se referem a dados da dinâmica ou da estrutura. No primeiro caso, são variáveis de execução, de funções e de papéis, características dos órgãos de gestão, dos funcionários, dos docentes e dos alunos. No caso das Educadoras de Infância e das crianças, às variáveis atributivas devem acrescentar-se as decorrentes do processo educativo pois são, de natureza processual. As variáveis que definem os aspetos materiais são dados de estrutura que por natureza são amorfos, definem e condicionam as restantes variáveis.

Identificação do corpus documental e metodologia de análise

Para a redação da tese procedeu-se, inicialmente, a um levantamento bibliográfico e à localização de fontes impressas e manuscritas. O acervo bibliográfico não só ajudou à construção de anotações a respeito do surgimento da Educação de Infância, mas também favoreceu a identificação das lacunas no conhecimento do objeto e os seus pontos de fragilidade. Destaca-se, a consulta de jornais, alguns dos quais publicados em Bragança e referenciados na obra *A imprensa de Educação e Ensino: Repertório Analítico (Séculos XIX – XX)*, de António Nóvoa (1993), que forneceu informação valiosa para levar a bom termo a pesquisa.

No Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Bragança, no Arquivo Distrital de Bragança, no Arquivo Histórico do Ministério da Educação em Lisboa, na Biblioteca Municipal do Porto e na Biblioteca Nacional de Lisboa - referidos por ordem de importância quanto ao fornecimento de dados para o estudo - encontraram-se alguns documentos, a maior parte manuscritos.

Depois delimitado o objeto de estudo e o *corpus* documental procedeu-se à sua análise. Neste processo, recorreu-se ao método histórico de análise documental e ao método de análise de conteúdo. O método histórico de análise documental visa investigar os factos sociais e as suas relações com o tempo sócio-cultural-cronológico (Flores, 1994:95). O processo seguido para desenvolver a análise, passou por se organizar toda a documentação recolhida em fichas de leitura. O objetivo foi conhecer os caminhos percorridos para a construção da Educação de Infância na cidade Bragança

no período referido. Realizou-se uma primeira organização do material, para que se pudesse olhar para o conjunto dos documentos de forma analítica, procurando averiguar a melhor forma de os tornar inteligíveis de acordo com o que era pretendido. Todos os documentos foram arquivados em pastas, ao mesmo tempo que os recolhia segundo as fontes históricas. As fichas de leitura foram importantíssimas neste processo. Cada ficha continha o resumo, a referência bibliográfica da publicação, além de transcrições consideradas importantes. As categorias de análises dependem dos documentos e estes precisam de ser tratados de acordo com o problema da investigação.

Como forma de recolher o máximo de informação possível nas pessoas vivas da cidade utilizei a técnica de recolha do inquérito por entrevista informal dirigida a oito Educadoras de Infância, que exerceram funções em Jardins-de-infância de Bragança no período em estudo e a uma Assistente Social que foi diretora de uma instituição. Esta técnica revelou-se fundamental para a obtenção de informações pertinentes para esta investigação, difíceis de recolher de outra forma, dada a falta de documentos escritos. As entrevistas foram realizadas num ambiente informal, utilizada uma linguagem simples de questões abertas e claras de modo a reconstituir o dia-a-dia das instituições de Educação de Infância. Foi utilizado um guião orientativo (Anexo I), com uma série de questões relativamente abertas, deixando as entrevistadas responderem livremente numa conversa fluída. No entender de Quivy e Campenhout (1992), este tipo de entrevistas possibilita um relativo grau de profundidade nos dados recolhidos, na medida em que se respeitam “os próprios quadros de referência, a sua linguagem e as suas categorias mentais” (p.127) nos entrevistados. Procedeu-se ainda a uma análise de conteúdo das respostas obtidas, no sentido de obter um aprofundamento de informações sobre as pistas de investigação enunciadas. Estas informações estão referenciadas através de citações *ipsis verbis* das entrevistas efetuadas ao longo do estudo empírico. As entrevistas tiveram uma duração média de 70 minutos, foram registadas em áudio, depois transcritas e encontram-se em anexo a este trabalho (Anexos II a XI). Optou-se pela gravação por considerar ser este meio aconselhável quando se pretende registar as respostas com precisão. Por outro lado, o uso do gravador não implicou nenhuma resistência por partes das entrevistadas, pois os objetivos da pesquisa foram claramente enunciados. Junto das entrevistadas, obtive informações pertinentes para ajudar a contextualizar a problemática da investigação e uma preciosa ajuda para a compreensão

da realidade das instituições. As entrevistas efetuadas em separado desenvolveram-se numa interação criadora e captadora dos significados que os sujeitos dão às situações (Olabuénaga, 1996). A grande vantagem das entrevistas segundo Bell (1997) é a sua adaptabilidade. Segundo este autor as respostas numa entrevista podem ser desenvolvidas e clarificadas, podendo obter-se material precioso e, muitas vezes, consolidar as respostas obtidas. Na perspetiva de Altricher, Posch & Somekh (1993), as entrevistas não são apenas uma forma de recolha de dados, elas são também uma maneira de o entrevistado pensar sobre o tema ou situação e compreendê-la melhor, o que pode levar a uma mudança de atitude e indiretamente da problemática.

Roteiro de escrita da tese

A tese organiza-se em duas partes, sendo a primeira de carácter teórico e histórico geral e a segunda de análise empírica.

A parte I é constituída por dois Capítulos.

No Capítulo 1 apresentam-se algumas considerações sobre a história da infância dos zero aos seis anos de idade, desde os alvares até ao primeiro quartel do século XX. É uma viagem no tempo, com omissões e lacunas, fruto de um défice de conhecimento neste campo de estudo. O objetivo fundamental foi o de tentar identificar e por em destaque as principais ideias em circulação no campo genérico da Educação de Infância e bem assim identificar os seus principais precursores.

No Capítulo 2 apresentam-se algumas considerações sobre a Educação de Infância em Portugal, para dessa forma melhor auxiliar na compreensão do objeto. Durante o período do Estado Novo a Educação Pré-escolar em Portugal sofreu um grande retrocesso que levou mesmo à sua extinção em 1937. No entanto, não se pode, por motivos quantitativos, desvalorizar os aspetos qualitativos e o pouco que se fez neste campo. Após 1974 assiste-se a uma viragem no campo da Educação de Infância: passa a fazer parte do sistema de ensino português através da criação da rede pública de Educação Pré-escolar (1977) e criam-se os estatutos dos Jardins-de-infância (1979). Não se pode por isso comparar estes períodos com outros da nossa história e deixá-los cair no esquecimento, desvalorizando o que a iniciativa estatal, privada e popular fez neste campo. Cardona (1997) refere que a principal âncora para definir a infância em Portugal é o prenúncio do adulto como sujeito económico, definido pelas suas

realizações materiais, pelo alcance do sucesso, do dinheiro e da fama, o que reflete, como de resto em qualquer época, os valores sociais vigentes. A disponibilidade dos adultos é limitada pela envolvimento dos pais no trabalho fora de casa. A maioria dos adultos com quem a criança convive é composta por profissionais, pessoas pagas para desempenhar os papéis de Educadores. A rede social está muito distante da que caracterizou a infância dos portugueses mais velhos: irmãos, primos e vizinhos de várias idades a brincarem nos quintais ou nas ruas. Essa rede praticamente deixou de incluir parentes e adquiriu um caráter de agrupamento etário, tendendo a ser domesticada em rotinas, materiais e procedimentos. A mesma autora refere que a criança urbana pobre, sem ter os benefícios de uma educação académica rica, paga um preço adicional à contemporaneidade. Além dos espaços exíguos e da falta de privacidade nas moradias, está ainda mais exposta aos riscos da violência urbana, uso e tráfico de drogas, criminalidade e violência sexual, ainda que, na enorme diversidade da realidade portuguesa, se encontre exemplos de infâncias mais “antigas”, com diferentes exigências, vantagens e limitações.

A segunda parte compõe-se de três capítulos distintos. No Capítulo 3 faz a contextualização histórica de Bragança, no período de 1934 a 1986. Caracteriza-se, de um modo breve, a cidade sob o ponto de vista geográfico, económico, cultural e social, para assim se ter um melhor conhecimento da realidade local, no tempo a que a pesquisa se reporta. No início da década de 30, discutiam-se em Bragança as questões de desenvolvimento da cidade, a sua situação periférica em relação aos grandes centros urbanos, nomeadamente Porto e Lisboa, o problema das acessibilidades, as grandes taxas de analfabetismo e a realidade da escolarização.

No capítulo 4 procura apresentar-se a história da Educação de Infância na cidade de Bragança até 1986, fazendo-se referência aos documentos e às obras relativas à vida educativa das crianças antes dos seis ou sete anos de idade. Numa primeira parte abordam-se os antecedentes históricos até ao ano de 1934, precisamente por ser o ano de início deste estudo. Numa segunda parte aborda-se o período que vai até 1986 que engloba todo o período do regime do Estado Novo e os primeiros doze anos da nova democracia que vai de 25 de abril de 1974 até ao ano de 1986.

No Capítulo 5 são focadas entre outras, as condições de funcionamento dos Jardins-de-infância criados na cidade de Bragança, a sua localização, os equipamentos e

toda a sua organização desde o regulamento interno e projetos pedagógicos, o calendário/horário escolar, bem como os docentes e a sua formação. Referenciam-se também os processos de abertura e os seus principais impulsionadores.

Nas transcrições que figuram ao longo da tese, optou-se por atualizar a ortografia e pontuação originais. Nas citações que se apresentam referentes a artigos de jornais optou-se por se referenciar o título da notícia em vez do autor que a escreveu, devido a, maioria das vezes, o autor ser anônimo, procurando dessa forma defender-se da censura que se fazia sentir durante o período do Estado Novo. No entanto, encontra-se em anexo no fim do corpo da tese a listagem completa dos autores e dos artigos insertos no jornal *Mensageiro de Bragança*, principal fonte que tratei.

Através deste estudo, pretende-se também demonstrar aos formadores de Professores e Educadores de Infância, aos estudantes de educação e à comunidade em geral, que o estudo do passado pode suscitar reflexões que sirvam para um melhor desenvolvimento profissional.

O discurso predominante sobre a sociedade não pode ser tido como uma explicação de situações reais. A essa dificuldade de se interpretar uma realidade social descrita de acordo com a ideologia dominante, juntam-se as contrariedades inerentes a qualquer tentativa de retratar as silenciosas classes dominadas a partir deste tipo de fontes. Acresce que todas estas dificuldades foram ainda agravadas pela censura rígida que se implantou no regime do Estado Novo, que é a maior parte do tempo deste estudo. No estado atual da investigação, as generalizações acerca da natureza das políticas educativas são muito arrojadas e os erros praticamente inevitáveis. Para dar um exemplo: é provável que este estudo projete a imagem de uma política do Estado Novo exageradamente monolítica, pela circunstância accidental de o seu tema específico – a Educação de Infância – dizer respeito a uma das áreas em que menos se manifestaram as tensões internas do regime, precisamente por não fazer parte das preocupações principais da sociedade. A censura a partir de 1934 a impôs uma rígida ortodoxia, asfixiou as polémicas públicas mas não suprimiu por isso as heresias subterrâneas. No entanto, considero que nenhuma dificuldade serve de desculpa para os eventuais defeitos do produto.

De qualquer feição, espera-se que este trabalho possa ser proveitoso tanto para a compreensão das articulações dos sistemas educacionais como para as estruturas

políticas e socioeconómicas de cada período da história de Portugal. Apresentar a análise e o impacto dos fatores políticos e ideológicos na educação, assim como o funcionamento da Educação de Infância na cidade de Bragança são os objetivos desejáveis de alcançar nesta investigação.

Dizer qual a importância de um estudo local para a compreensão dos sistemas educativos de um modo global. Para o que a tese contribui para uma articulação entre o local e o global.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA

Neste capítulo apresentam-se algumas considerações sobre a história da infância dos zero aos seis anos de idade, desde os alvares até ao primeiro quartel do século XX. É uma viagem no tempo, com omissões e lacunas, fruto de um défice de conhecimento neste campo de estudo. Procura-se dar especial destaque às principais ideias no campo da Educação de Infância e os seus principais precursores, bem como as primeiras instituições e modelos curriculares.

1.1. Antecedentes históricos da Educação de Infância

A produção bibliográfica em torno da problemática da criança não é ainda, neste início do século XXI muito significativa. Tardou para que as Ciências Sociais e Humanas focassem a criança e a infância como objetos centrais das suas pesquisas. Demorou ainda mais tempo para que centrassem as suas análises nas relações entre Sociedade, Infância e Escola, entendendo a criança como sujeito histórico e de direitos, tendo como eixo das suas investigações o registo das "falas" das crianças. Procurou interpretar-se as suas representações do mundo, entender o complexo e multifacetado processo de construção social da infância e o papel que a escola tem vindo a desempenhar perante a invenção da modernidade pedagógica.

Circunscrevem-se na Literatura Educacional, teóricos preocupados em delinear uma nova proposta educativa. Uns com o propósito de salvar as almas, através do restabelecimento da disciplina e do ensino do Cristianismo, outros na tentativa de garantir uma socialização e um conseqüente domínio das ciências, letras e instrumentos de produção. De entre os autores que, direta ou indiretamente se referem à educação, salienta-se apenas os que tecem considerações sobre a criança com idades inferiores aos sete anos, ou seja, sobre o período da Educação de Infância que constitui o locus deste trabalho.

Até ao início da década de sessenta a História da Infância e a História da Educação pareciam ser dois campos distintos e inconciliáveis de pesquisa, um cenário que pareceu alterar-se, após a publicação, em França (1960) e nos E.U.A (1962), do livro de Philippe Ariès (1978), sobre a história social da infância e da família, intitulado

A criança e a vida familiar do Antigo Regime. A partir da publicação desta obra, verificou-se, no seio dos historiadores da educação um manifesto interesse pelo tema da infância. Até então, segundo Bárbara Finkelstein (1986:21)

Sólo muy pocos Historiadores han sido sistemáticos en una tentativa de conectar la Historia de la infancia y la formación de los niños con la Historia de la educación, centrándose en los aprendices y el aprendizaje como aspectos fundamentales en el estudio de la Historia educativa.

Para Ariès a História da Infância e a História da Educação estão relacionadas tanto concetual, como socialmente:

La Historia de la infancia y la Historia de la educación estaban conectadas de modo inextricable, y en varios niveles. En primer lugar, estaban conectadas conceptual y psicológicamente. En segundo lugar, estaban relacionadas en el tiempo. En tercer y último lugar, estaban unidas social e institucionalmente. Tanto Ariès como De Mause enfatizaron la simultaneidad en el tiempo del descubrimiento o reconocimiento de la infancia moderna y de la aparición de instituciones protectoras donde cuidar y formar a la generación más joven (Finkelstein, 1986:20).

Depois de organizar e analisar a bibliografia em torno desta problemática, Simonetta Ulivieri (1986:48) conclui que os Historiadores, até à década de oitenta, não privilegiavam a criança nas suas pesquisas. Segundo a autora, o enfoque da história social não chegou apenas com atraso; existiu, também, uma certa indiferença em relação ao tema. "Muchas veces se relega la Historia de la familia al sector de estudios sociológicos (...), la Historia de la infancia, en fin, aún no se han abordado directamente y a fondo, sino tan solo en artículos o estudios cronológicamente sectoriales". E continua afirmando que não se estuda a criança "como objeto de examen histórico en sus condiciones reales de vida, que en muchos casos son condiciones de supervivencia". Para esta autora, a falta de uma História da Infância e o seu registo historiográfico tardio "son un indicio 'de la incapacidad por parte del adulto de ver al niño en su perspectiva histórica, (...) cabe decir que, al no existir el niño con todas sus características infantiles, tampoco existía su Historia'" (Ulivieri, 1986:48).

Somente nos últimos anos, o campo historiográfico rompeu com as rígidas regras da investigação tradicional, institucional e política, para abordar temas e problemas vinculados à história social. Narodowski (1994:73) centra as suas análises na relação

entre infância, poder e Pedagogia, na sua tese de doutoramento, publicada sob o título *Infância e poder: la conformación de la pedagogía moderna*. Identifica consensos entre os Historiadores acerca da definição de infância e defende que é um fenómeno histórico e não meramente natural, cujas "caraterísticas no Ocidente Moderno podem ser esquematicamente delineadas a partir da heteronomia, da dependência e da obediência ao adulto em troca de protecção" (Naradowski, 1994:73).

Vilhena (2002:9) afirma que a cada momento histórico, correspondem determinadas concepções de infância, modeladas pelas ideias filosóficas, políticas e religiosas predominantes, cujas raízes se encontram no passado e que, por sua vez, serviram de base para concepções futuras:

As concepções de família, maternidade ou infância que vigoram actualmente, no mundo ocidental, são produto de uma (re) construção destes conceitos, ao longo do tempo, pois estas não constituem realidades naturais e universais, existentes desde sempre, mas sim realidades históricas sujeitas a variações sociais e culturais.

Ariès (1978) refere que a infância, como período específico, com direito a tratamento próprio, esteve ausente durante grande período da História da Humanidade. Da mesma forma, em Portugal, são escassos os estudos sobre a criança dos zero aos seis anos de idade; as informações existentes estão dispersas e os dados estatísticos são pouco precisos como veremos mais adiante.

1.1.1. O conceito de Infância

Ariès (1978) descreve a vida da criança urbana na Idade Média de uma forma que lembra a infância descrita pelos nossos pais e avós: brincadeiras na rua, grupos multietários e fraca supervisão de adultos da comunidade imediata. No decorrer da história, a criança urbana torna-se progressivamente mais reclusa à família imediata e à escola e o seu quotidiano, é entregue às instituições onde se espera que profissionais substituam, com as necessárias vantagens, as relações afetivas primárias. Muitos leitores de Ariès (1978) interpretam as suas ideias como significando que a Antiguidade e a Idade Média não tinham um conceito de infância e representavam a criança como um adulto em miniatura e por isso, não lhe reservavam um lugar especial na sociedade e na cultura. No entanto, esta interpretação precisa de ser desmistificada. Qualquer sociedade

humana tem, necessariamente, um conceito de infância e das outras fases da vida. Se assim não fosse, bebês e crianças pequenas simplesmente não sobreviveriam. É evidente que todas as sociedades reconhecem as diferenças entre crianças pequenas, crianças maiores e adultos e lidam com elas a partir desta diferenciação.

O que distingue as concepções de infância em momentos e lugares históricos diferentes é a maneira como esse conceito é concretizado em cada cultura: em que idade a criança adquire autonomia, quando e como deve receber educação formal, qual a idade desejável para o casamento. Cada uma dessas concepções tem um preço de ajustamento entre a Natureza da infância e as expectativas culturais a respeito dela e do seu lugar no mundo (Juliá, 1996:170).

Admite-se, atualmente, pelo menos ao nível do discurso, que a criança é um ser diferente do adulto em pensamento, necessidades e problemas. A infância tem prioridade sobre os demais estágios da vida, devido não só à sua maior fragilidade, mas sobretudo pela responsabilidade de ter de assegurar as esperanças de continuidade no futuro. Esta mudança acompanhou o florescer das sociedades industriais, com as suas conquistas em conforto material e melhoria nos padrões de saúde e nos padrões de natalidade e mortalidade infantil. À medida que essas taxas decrescem e que a expectativa de vida aumenta, a criança passa a ser um bem mais raro e valioso, tendo uma probabilidade mais alta de sobreviver à idade adulta e merecendo, portanto, mais investimento, tanto dos pais como da sociedade.

Nunca se falou tanto da importância da infância. Nunca as sociedades disponibilizaram tantos recursos para fornecer bem-estar e, acima de tudo, influenciar as pessoas através da sua formação nos primeiros anos de vida. Na perspectiva de um embrião imaginário que possa escolher a época do seu nascimento, há motivos para celebrar a vinda ao mundo no século XXI. A probabilidade de sobreviver ao primeiro ano de vida aumentou drasticamente com a erradicação de muitas doenças graves e a disponibilidade de medicamentos para combater a maioria das doenças da infância. A expectativa de vida é muito mais elevada e a oferta de educação escolar é mais ampla. Contudo, não pode esquecer-se de escolher, além da época, o lugar de nascimento (Llop, 1996:47). As conquistas da infância não são universais, variando de uma região do mundo para outra e, dentro do mesmo país, de uma classe social para outra. Como em todos os outros aspetos da vida, não há igualdade na distribuição de recursos e todas

as sociedades ainda têm de alterar os mecanismos de acesso aos bens que garantam os reconhecidos direitos universais da criança. Mesmo aquelas crianças que nascem no lugar “certo” não estão a viver, necessariamente, a sua época de ouro. Infelizmente, a primazia que as sociedades vêm dando à criança ocorre mais pelo potencial futuro do que pelo seu valor atual. Se, por um lado, as realizações científicas do século XX, o postulado da continuidade entre os eventos ocorridos, a ideia de educabilidade e a possibilidade de moldar adultos a partir da educação certa representam um enriquecimento da vida das crianças; por outro cobram um alto preço ao seu presente.

A historiografia da infância desenvolveu-se nas vertentes da história da assistência, da família e da educação, constituindo um patamar para se avançar na compreensão das interrelações entre esses três aspetos (Kuhlmann, (2002:15). Compreende-se a infância como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial de vida, ou como o próprio período foi vivido pela criança, e como foi a sua vida em todas as suas vertentes. Segundo Kuhlmann (2002:20) a definição da duração do tempo da infância atribui-se a Hipócrates, 400 anos antes de Cristo, que classificou a idade de bebé dos zero aos sete anos de idade. No entender de Archard (*cit in* Ferreira, 2004:4), as concepções de infância podem variar, quer nas suas fronteiras, ou seja, na determinação do seu início e do seu final, quer nas suas dimensões, existindo variações nas definições formuladas para este período de vida. A infância pode ser subdividida numa série de períodos diferentes. Assim sendo, qualquer concepção da infância variará de acordo com o modo como as suas fronteiras são estabelecidas, as suas dimensões ordenadas e as suas divisões geridas. Kramer(1982) acrescenta ainda que a infância só adquire pertinência social quando lhe são atribuídas competências e papéis específicos. No parecer de Kramer (1982:18), a ideia de infância não teve sempre o mesmo significado, pelo contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que muda a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo, na sociedade burguesa passava a ser alguém que precisava de ser cuidada, escolarizada e preparada para uma função futura. Este conceito de infância é determinado historicamente pela modificação nas formas de organização da sociedade. Philippe Ariès (1978) refere no seu estudo que a arte medieval não conhecia a infância, ou não se esforçava por a representar até ao século XII. Ele refere mesmo que lhe custa a crer que fosse por falta de habilidade ou

impotência, mas simplesmente porque não havia lugar para a infância, fazendo mesmo referência a deformações do corpo da criança que os artistas representavam nas suas obras (Ariès, 1988:58).

As preocupações com a infância resultaram do reconhecimento e valorização que as crianças passaram a ter no meio em que viviam. Mudanças significativas ocorreram nas atitudes das famílias em relação às crianças que, inicialmente eram educadas a partir de aprendizagens adquiridas junto dos adultos e, aos sete anos, a responsabilidade pela sua educação era atribuída a outra família que não a sua. Apesar de uma grande parte das crianças com menos de sete anos de idade continuar a ser educada segundo as antigas práticas de aprendizagem, o surgimento do sentimento de infância provocou mudanças no quadro educacional. De acordo com Philippe Ariès (1978) esse sentimento surgiu no século XVII quando a sociedade passou a ter consciência da particularidade da infância que distingue essencialmente a criança do adulto.

Campanella (1568-1639) na sua obra *Cidade do Sol* criticou o ensino servil da gramática e da lógica aristotélica e realçou a importância das crianças aprenderem ciências, geografia, os costumes e as histórias pintadas nas paredes das cidades. Campanella já demonstrava uma preocupação com a educação das crianças antes dos seis anos de idade e, desde então, pode verificar-se que surgiram as primeiras propostas educativas contemplando a educação das crianças dos zero aos seis anos. A infância passa, a partir de então, a ser percecionada como uma fase da vida com valor próprio e não como uma simples etapa de preparação para a vida adulta. Segundo Nóvoa (1987:414). O facto da infância se tornar alvo de atenção e preocupação por parte dos adultos vai ter como consequência o desenvolvimento das preocupações educativas e a consequente criação de instituições consagradas ao ensino, o que pode ser interpretado como um sinal do reconhecimento de um estatuto próprio e diferente do dos adultos.

1.1.2. A educação das crianças até aos seis anos de idade

O tempo da vida da criança que antecede o período da entrada na escola formal, ou seja, até aos seis e os sete anos de idade, esteve sempre presente em todas as sociedades e em todas as épocas, embora de formas diferentes. Joaquim Ferreira Gomes (1977:13) inicia o seu livro *A Educação Infantil em Portugal: Achegas para a sua história*, abordando a problemática que a Educação de Infância suscitou nas sociedades

através dos tempos, começando por referir: “Desde que há homens, eles ocuparam-se e preocuparam-se com a educação dos seus filhos”. Desde os tempos mais recuados, filósofos e pedagogos – como Platão e Coménio – chamaram a atenção para a importância da educação das crianças até aos sete anos de idade. Este período, que vai da Antiguidade até ao nascimento do pensamento pedagógico moderno, com Coménio, é denominado, por Vilarinho (1987:10), como sendo o período do senso comum da Educação de Infância no mundo ocidental.

Durante muito tempo, na história da humanidade, a família era a única responsável pela educação das crianças. Vilarinho (1987:12) caracteriza o segundo período da História da Educação de Infância como sendo o período das primeiras formulações teóricas feitas a seu respeito. Este surge nos séculos XVI e XVII, com Coménio, Rousseau e Pestalozzi. A escola e a intencionalidade educativa fazem parte de uma evolução natural da espécie humana, demonstrando uma crescente preocupação com a formação.

Existe escola desde que há sociedades organizadas interessadas na transformação do seu legado cultural às novas gerações. Uma vez atingida uma certa complexidade cultural, a Humanidade nunca mais dispensou a escola. É de prever que a escola se tenha tornado um instrumento perene que acompanhará o Homem até ao seu desaparecimento como espécie (Marques, 2001:9).

A escola teve, em todas as épocas, o objetivo da transmissão do legado civilizacional às novas gerações e o desenvolvimento e realização das potencialidades de cada pessoa.

Ao longo da história da humanidade são poucas as referências às crianças até aos sete anos de idade. A Antiguidade Oriental influenciou a Cultura Ocidental através dos legados deixados pelas antigas civilizações dos vales do Nilo e Eufrates, Suméria, Israel e Egito.

Foi na Suméria que surgiram as primeiras escolas com o objetivo de formar os filhos dos escribas, os únicos com a possibilidade de aprender a ler e escrever depois dos sete anos de idade (Marques, 2001). No Egito a possibilidade de aprender a ler não estava restringida, como na Suméria, aos filhos dos escribas, alargando-se aos filhos dos quadros intermédios da administração do Estado. A criança entrava para a escola aos sete anos de idade e a sua formação podia ir até aos vinte e poucos anos.

Em Esparta e Atenas aparecem algumas referências à educação das crianças até aos sete anos. A criança era propriedade do Estado e, poucos dias após o nascimento, era examinada por um conselho de anciãos que decidia se ela devia morrer ou viver. As crianças doentes ou demasiado fracas eram, quase sempre, expostas até morrer. As outras eram entregues às mães até aos sete anos, depois eram entregues ao cuidado de uma escola oficial que deveria prepará-las para se tornarem bons soldados (Marques, 2001:22).

Logo que a criança começa a compreender o que lhe dizem, a ama, a mãe, o pedagogo e até o próprio pai se esforçam por que ela se torne o mais perfeita possível. A cada acção ou palavra que lhe ensinam ou apontam o que é justo e o que não é, que isto é benéfico e aquilo vergonhoso, que uma coisa é piedosa, e outra ímpia, e “faz isto”, “não faças aquilo”. E, ou ela obedece de boa mente, ou então, corrigem-na com ameaças e pancadas (Gomes, 1967:55).

Em Esparta as mães eram preparadas para educarem as crianças de uma forma viril para, assim, se tornarem cidadãs robustas e preparadas para a dureza da vida.

Até aos sete anos, a criança pertencia à família. Os recém-nascidos portadores de defeitos físicos que os tornassem inaptos para a vida militar eram sentenciados pelo conselho de anciãos a serem expostos nos Apotets, desfiladeiro do Taigeto, até morrerem de fome (eugenia). Os que nasciam fisicamente viáveis recebiam uma educação dura e severa, sem mimos nem comodidades, para o que as mães eram preparadas para uma educação viril (Gomes, 1967:31).

No entanto, importa referir que foi a dedicação de muitos autores a esta etapa da vida da criança que veio modificar a concepção existente sobre a Educação de Infância.

1.1.2.1. Os precursores da Educação de Infância

Muitos autores referiram-se à educação em geral mas não o fizeram relativamente à Educação de Infância, ou seja ao estudo das crianças antes dos sete anos de idade. Apresentam-se, de seguida, algumas considerações tecidas por autores que se referiram a este período da vida do ser humano. Alguns deles criaram modelos pessoais para a Educação de Infância, embora tais modelos não fossem necessariamente construídos com base em teorias do desenvolvimento da criança. Cada um dos modelos desenvolvidos por estes precursores era único, fruto de um trabalho individual e

baseado numa visão particular da infância e dos processos educativos. Assim, cada um representava um tipo de currículo particular.

Importa considerar que já Platão, discípulo direto de Sócrates (427 - 347 A.C.), propôs que as crianças pequenas ficassem sob a responsabilidade de pessoas voltadas para a sua educação. Aos três anos, o Estado tomava conta dos meninos, dirigindo-lhes a educação. Esta, nunca deixava de ser ministrada em comum e com o objetivo de destruir os sentimentos e interesses que separassem o indivíduo da ideia de Estado. Segundo Gomes (1967:101) sustentado em Platão “dos três aos seis anos, a educação devia ser ministrada em Jardins consistindo principalmente na prática de jogos”.

Pode então inferir-se que a palavra Jardim-de-infância surge com Platão e que poderá ter sustentado o conceito de Jardim-de-infância utilizado por Fröebel. Os princípios da Educação de Infância, com a idade perfeitamente definida para as crianças de três anos foram iniciados por Platão e ainda hoje são válidos. Platão chegou inclusive a expor programas de Educação de Infância e de organização dos Jardins-de-infância:

Aos três anos, aos quatro anos, aos cinco anos e até mesmo aos seis anos, os divertimentos são necessários às crianças. A partir desse momento, é preciso curá-las da moleza, corrigindo-as, sem lhes infligir, todavia, algum castigo ignominioso (...). Nessa idade, elas têm jogos que lhes são, por assim dizer, naturais, e que elas descobrem por si mesmas, quando estão juntas. É por isso que as crianças de cada bairro, dos três aos seis anos, se juntarão nos lugares que aí são consagrados aos deuses (Leis, livro VII, *cit in* Gomes, 1967: 105).

Aristóteles, em 384-322 A.C., discípulo de Platão, também abordou a questão da educação das crianças até aos sete anos de idade. Considerava que a atividade educativa devia começar muito antes dos sete anos de idade, na própria casa dos pais, embora a ordenação das atividades educativas fossem pertença do Estado. Alertava os pais para que exercessem um controlo sobre a maneira como as crianças passavam o tempo (Marques, 2001: 41). Dos cinco aos sete anos, a criança devia aprender a ver, a ouvir e a imitar sendo, este, o período da imitação.

Vilarinho (2001:45-46) refere que a preocupação com a educação das crianças antes da idade das aprendizagens formais existe desde a civilização Grega, acrescentando que “Aristóteles na obra “Política”, ao preconizar o início da escolaridade formal para os sete anos, reflete sobre a importância dos anos anteriores considerando-os como período prévio à escolarização”.

Aristóteles distingue dois períodos da vida da criança. Um vai dos dois/três anos até aos cinco anos e outro dos cinco aos sete anos. Debruça-se mais sobre o segundo período não fazendo referência à institucionalização da educação destas crianças e considerando fundamental que elas permanecessem na família, antes do ingresso na escolaridade formal.

Na Roma Antiga, a família, em especial a mãe, era quem se encarregava da educação dos filhos até à sua entrada na escola formal.

Durante mais de quatro séculos, os romanos não conheceram outra Instituição educativa além da família. Na puerícia, era a mãe quem cuidava, repreendia e castigava os filhos. A esposa era a guardiã do lar, gozando a matrona de uma consideração e de um respeito que a mulher ateniense não conheceu (Gomes, 1967:161).

Quintiliano (35-95 d.C.) foi um escritor, orador e pedagogo romano do Século I que também estudou este período da vida da criança. Considerava que esta deveria contactar precocemente com algumas normas elementares, através do jogo, de forma a facilitar a tarefa que se lhe apresentaria mais tarde. Segundo este autor, o primeiro cuidado devia dirigir-se à ama que cuida da criança. Esta deve ser de bons costumes e falar corretamente. Encarregar-se-ia de escolher os seus companheiros de brincadeira, logo que a criança, desse os primeiros passos. A criança deveria aprender intuitivamente através de jogos e de histórias. O autor estava a referir-se, ainda que de uma forma indireta, às crianças antes dos sete anos de idade.

Orígenes (185-253 d.C.), cristão egípcio, sábio e teólogo, opinava que “a educação dos filhos dos Cristãos continuava a formá-los de acordo com as condições da sua classe social, enviando-os às escolas oficiais ou particulares, mas dava-lhes, desde pequenos, sólida orientação espiritual no lar sob a assistência dos ministros religiosos” (Marques 2001:53).

São João Crisóstomo, que viveu em Antioquia nos anos de 347 a 411, mais conhecido como o “Boca de Ouro” devido à sua eloquência, como refere Ramiro Marques (2001), deixou-nos um bom livro de Pedagogia intitulado: *Sobre a Vanglória e a Educação dos filhos*, que é uma crítica à vanglória que triunfa em Antioquia. A má educação dos filhos devia-se à negligência dos pais que não foram capazes de os educar desde a mais tenra idade para a Moral. Expõe que os pais deviam tomar cuidados com a educação dos seus filhos de ambos os sexos, mas acrescenta que essa tarefa pertence,

em primeiro lugar, à mãe, pelo facto de passar mais tempo em casa. A responsabilidade da má educação dos filhos é, assim, dos pais que alimentam a vaidade, o orgulho e o amor pelo luxo. São João Crisóstomo acentua que a educação começa no berço e as virtudes devem tornar-se hábitos, antes de a criança ter oportunidade de contactar com os vícios.

Este pedagogo deixou-nos uma interessante teoria que, de modo involuntário, ou não, tem muito a ver com a educação das crianças até aos seis anos de idade. Criou uma alegoria sobre as cinco portas de entrada do bem ou do mal: o gosto, o ouvido, o olfato, o olhar e o tato. Todas estas portas tinham que ser bem trabalhadas, começando pela língua da qual devem sair boas palavras,

Para alcançar esse objectivo educacional, cumpre ser rigoroso com a criança. E isso é fácil de conseguir com ela, pois o menino ainda não luta por riquezas e pela glória. Promulga logo uma Lei, diz São João Crisóstomo, que impeça o menino de insultar os outros, de falar mal de alguém, de jurar ou procurar contendas. Se ele infringir a Lei, castiga-o com olhar severo, com palavras e censuras. Não permitais, porém, que se acostume ao castigo, pois do contrário este perde a sua força. Por isso, é preferível ficar na ameaça, para que a criança permaneça no temor. Esse, entretanto, é o lado negativo da educação. É preciso ensinar o menino a ser modesto e caridoso (Nunes, 1978:161).

A segunda porta é a audição, e por ela não devem entrar as palavras e as histórias desonestas. É preciso, portanto, escolher as pessoas certas a quem confiar as crianças e as suas companhias. O olfato, que era a terceira porta, era simplesmente para evitarem os perfumes artificiais para não desabituar a criança dos odores naturais. O olhar é a quarta porta, pela qual entra o gosto pela sensualidade e pelos prazeres sensuais. Deverá, pois, fazer-se tudo para cultivar o pudor. A quinta porta é o tato, onde a criança deve ter uma vontade forte habituando-se a coisas rijas; devem evitar-se os leitos macios que convidam a sonos prolongados e à preguiça. Depois destas cinco portas, São João Crisóstomo passa a analisar o interior da criança, o seu peito, coração e cérebro que originam a razão e a ira. A virtude que vem do coração é a prudência, e o vício é a insensatez. As virtudes que procedem do coração são a temperança e a modéstia, enquanto os vícios são a audácia, dureza e a dissolução dos costumes (Marques, 2001). Crisóstomo expressa também que as crianças, desde pequenas, “devem aprender a suportar as ofensas valorosamente mas, ao mesmo tempo, devem ser ensinadas a

atacarem valentemente os ofensores dos fracos, tomando a defesa deste, de modo conveniente” (Nunes, 1978:164).

Erasmus (1466-1536) foi pioneiro na apologia da Educação de Infância, defendendo o início dos estudos a partir dos três anos de idade, mas sempre no respeito pela maturidade da criança, procurando adaptar o ensino à personalidade do aprendiz (Marques, 2001:96).

1.1.2.2. O Período Renascentista

Segundo Manacorda (1989: 218) vários os teóricos que desenvolveram as suas ideias sobre educação, incluindo já a Educação de Infância. Estes foram influenciados por ideias de universalização dos conteúdos da instrução, pelo seu caráter moderno e científico, pela didática revolucionária, pela articulação da instrução com o trabalho e pela importância do trabalho agrícola, sempre marginalizado na reflexão dos filósofos e pedagogos.

Uma das figuras que prestou um enorme contributo à educação de crianças antes dos sete anos de idade foi João Amos Coménio (1592-1657). Em 1657 apresentou à sociedade europeia o seu tratado educacional *Didáctica Magna*. Nesta obra, enfatiza a importância da economia do tempo em *Bases para a rapidez de ensino, com economia de tempo e de fadiga*. Considerada por muitos “A sua obra-prima foi a *Didáctica Magna*, talvez, o primeiro tratado completo de Pedagogia a apresentar um método de ensinar tudo a toda a gente” (Marques, 2001: 116).

Para Coménio a educação devia ser profundamente Cristã e precoce, ou seja, devia iniciar-se o mais cedo possível. Organizou a sua didática em quatro períodos considerando os anos de desenvolvimento: o tempo da infância, da puerícia, da adolescência e da juventude, sendo que cada um desses períodos durava seis anos, uma vez que a escola materna era até aos seis anos. Segundo Coménio a formação do homem devia começar bem cedo, pois “Não deve passar-se a vida a aprender, mas a fazer” (Coménio, 1957:128). A grande modernidade pedagógica de Coménio reside no facto de ter defendido que o desenvolvimento humano segue determinados padrões que evoluem por etapas “Infância, puerícia, adolescência e juventude” (Coménio:1957:410). Ao ler-se o plano da escola materna na sua obra *Didáctica Magna*, pode constatar-se que foi elaborada atribuindo aos pais uma tarefa educativa de muita responsabilidade,

pois cabia-lhes a responsabilidade pela educação das crianças até aos seis anos de idade. O regaço materno era considerado a escola da infância ou escola materna, onde as crianças seriam educadas até aos seis anos. Nesta fase da vida “Devem-se exercitar sobretudo os sentidos externos, para que se habituem a aplicar-se aos próprios objectos e a conhecê-los distintamente” (Coménio:1957:411).

Na primeira infância, a criança dá os primeiros passos e começa a emitir palavras. Na segunda infância, aprende a falar e começa a emitir frases longas. Coménio comparava a escola materna à “Amena primavera, embelezada de rebentos e de florinhas de vária fragrância” (Coménio:1957:413).

O facto de atribuir aos pais a tarefa de educação das crianças antes dos seis anos de idade representava, para a época, um grande avanço. Coménio elabora um método a ser seguido pelos pais, ao elaborar o *Plano da Escola Materna* de modo especial dirigido à mãe para, em casa, iniciar a educação da criança nos primeiros anos de vida. Este método consiste em exigir que a criança observe determinada realidade para depois repetir a palavra apropriada (Coménio:1957:418). Chamou a atenção para a importância desse período e as suas repercussões na vida do ser humano. A sua contribuição ampliou-se ainda mais ao esboçar o que deve ser trabalhado nesse período e ao apresentar as áreas das matérias a serem ensinadas: desde a Metafísica, Ciências Físicas, Óptica, Astronomia, Geografia, Cronologia, História, Aritmética, Geometria, Estética, Artes Mecânicas, Dialética, Gramática, Retórica, Poesia, Música, Política (nomes de figuras e cargos políticos), Economia Doméstica, Moral (Ética), Religião e Piedade. Coménio pretendia que este plano funcionasse como um guia para toda a educação das crianças até aos seis anos de idade.

Como se pode perceber, não foram poucas as preocupações de Coménio em relação ao que a criança até aos seis anos devia aprender. Não se pode porém, deixar de ressaltar que, até hoje, são essenciais no desenvolvimento de propostas educativas junto das crianças. O método de Coménio baseava-se,

Na defesa do processo de maturação natural da criança, propondo um ensino que respeite as Leis do desenvolvimento mental do aluno. Partindo da observação e da experiência sensorial, a criança vai elaborando conceitos e ideias cada vez mais abstractos, acompanhando essa evolução mental de construções linguísticas cada vez mais complexas (Marques 2001:116).

Os princípios pedagógicos de Educação de Infância de Coménio podem resumir-

se ao seguinte:

O ensino deve adaptar-se à etapa do desenvolvimento mental do aluno; a escola deve estar aberta a todos, rapazes e raparigas, pobres e ricos; a aprendizagem deve basear-se na observação e na experiência sensorial; o aluno deve aprender a partir do mais simples para o mais complexo, em etapas suaves; deve haver um equilíbrio entre o estudo e o divertimento (Marques 2001:117).

Coménio considerava que a formação do homem se fazia com muita facilidade na fase da infância e só podia ser feita nesta etapa.

Outra personalidade que dedicou especial atenção a esta fase da vida da criança foi Locke (1632-1704). Da sua obra, podem retirar-se algumas referências sobre as crianças antes dos sete anos de idade ou antes da entrada na escola formal. Só quando a criança começa a desejar ler é que se impõe a aprendizagem da leitura, através do contacto com as fábulas, histórias para crianças e leituras da Bíblia. Depois de a criança ler bem, é tempo da aprendizagem da escrita. Locke, ao tecer estas considerações estaria a referir-se ao período que antecede a entrada da criança na escola que se faria por volta dos sete anos de idade. Segundo Marques, Locke era um pedagogo profundamente religioso, pois defendia que o “menino” aprendesse de cor o “Pai-nosso, o Credo e os Dez Mandamentos”, devendo repeti-los mesmo antes de saber ler. Era o ensino doutrinal a fazer-se antes da entrada da criança na escola. Fica-se sem saber se Locke seria mesmo religioso ou se era apenas o ensino que tinha características religiosas. Refere-se às crianças de três anos pobres, ao defender a existência de casas de trabalho com o objetivo de ocupar as crianças entre os três e os catorze anos de idade. O objetivo era dar-lhes comida, cuidados de higiene, formação moral e religiosa, a fim de se poderem tornar trabalhadoras obedientes, diligentes e respeitadoras.

Fénelon (1651-1715) também se preocupou com a Educação de Infância. Interessou-se essencialmente pela educação dos príncipes e das raparigas. Na obra *De L'Éducation des Filles*, fez referência à Educação de Infância ao chamar a atenção para a preparação das crianças para a instrução, mesmo antes de saberem falar bem.

1.1.2.3. O período Iluminista

Durante o período do Iluminismo, no Século XVIII, a educação ocupava lugar de destaque nas preocupações dos reis, pensadores e políticos. “É o Século pedagógico por

excelência” (Luzurriaga, 1989:149). Filosoficamente é o “século das Luzes” e politicamente, é a época do Absolutismo, marcado pelo advento da industrialização e, consequentemente, pela entrada da mulher no mercado de trabalho.

Neste período, destacou-se Jean Jacques Rousseau (1712-1778) que ao delinear a Educação de Infância ficou considerado como uma das personalidades mais destacadas da História da Pedagogia. Apesar de não ter sido propriamente um Educador, as suas ideias influenciaram muito a educação da modernidade. Foi ele quem centralizou a questão da infância na educação, evidenciando a necessidade de não considerar a criança como um homem pequeno, mas um ser que vive num mundo próprio, cabendo ao adulto compreendê-la. Ao ressaltar esse aspecto, direciona a discussão para o reconhecimento da necessidade de ver a infância como um período distinto que apresenta características peculiares, as quais precisam de ser estudadas e respeitadas. Rousseau chamou à atenção para esse aspecto ao afirmar:

Procuram sempre o homem no menino, sem cuidar no que ele é antes de ser homem. Cumpre, pois, estudar o menino. Não se conhece a infância; com ideias que se tem dela, quanto mais longe vão mais se extraviam. A infância, tem maneiras de ver, de pensar, de sentir, que lhe são próprias (Rousseau, 1979:166).

Com as suas ideias naturalistas entendia que a criança devia ser libertada dos pais para ser educada por preceptores. As suas concepções sobre a educação podem ser encontradas, em grande parte, na sua obra “*Emílio*” publicada em 1762. Enfatiza a individualidade do ser humano como marcante nos primeiros anos de vida. Nessa obra, Rousseau estruturou a educação em cinco partes, de acordo com as diferentes fases a serem vividas por Emílio – aluno imaginário – desde o seu nascimento até à idade de vinte e cinco anos. Os dois primeiros livros *Emílio* foram dedicados à infância. No *Livro Primeiro*: do nascimento aos dois anos, ressaltou a importância da valorização da infância, do seu desenvolvimento e suas especificidades. O *Livro Segundo*: dos dois anos aos doze anos é apresentado como sendo a idade da Natureza, onde ele aborda questões como o começo da fala da criança, a liberdade ligada ao sofrimento, a Educação na infância, o homem livre, as atitudes do Educador, as virtudes e a imitação, a ação, o pensamento e entre muitos outros temas. Neste sentido, o autor entende que:

Na primeira fase da infância, que deve passar-se sob a supervisão da mãe, com o pai só acompanhando de longe, deve deixar-se a criança livre, na medida do possível, só orientada pelas forças fundamentais do prazer e da dor. Para evitar toda a artificialidade, o ambiente não deve fugir ao normal. A criança deve acumular a experiência sensorial mediante encontros directos, enquanto os pais e outros adultos permanecem discretamente afastados. Em resumo, no início da vida, a criança só se interessa por aquilo que estimula os sentidos, e uma vez que estes últimos são a matéria-prima do conhecimento, segue-se a ordem natural quando se permite que a memória forneça essas experiências e compreensão (Rousseau 1979: 177).

Rousseau considerou muito importantes as instituições de crianças, ideia esta também evidenciada por Marques (2001:134), visto que “O homem deforma a sua própria Natureza devido às más instituições criadas por ele próprio. São as instituições e, em particular, a educação e a cultura que corrompem os homens”. Rousseau demonstrou toda a sua preocupação com a infância e considerava-a marcada pela vulnerabilidade, pois naquela época a infância apresentava grandes riscos de sobrevivência. Para ele, esse facto não podia servir como pretexto na limitação da educação que se impunha às crianças. A educação deveria estar vinculada à própria vida da criança e deveria, em cada fase do desenvolvimento, propiciar-lhe condições de a viver o mais intensamente possível. Defendeu que as crianças são naturalmente boas, sendo desviadas desse seu estado inicial pela sociedade. As suas ideias foram cruciais ao denunciarem um tipo de educação baseado na memorização acrítica e na violência. Rousseau foi fundamental para a História da Educação por ter afirmado a especificidade do ser criança. O seu principal livro de Pedagogia, intitula-se *Como Gertrudes educa o seu filho*.

Ainda no Século XVIII, no auge da Revolução Francesa, destaca-se a figura de Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), considerado o “Educador da humanidade”. Influenciado por Rousseau, preocupou-se com a formação do homem natural e procurou unir esse homem à sua realidade histórica. Foi quem criou o método intuitivo em educação (Luzurriaga, 1969), permitindo que Fröebel, como seu discípulo, adaptasse as suas propostas e ideias à Educação de Infância.

O sistema pedagógico de Pestalozzi tinha como pressuposto básico propiciar à infância a aquisição dos primeiros elementos do saber, de forma natural e intuitiva. Foi considerado um dos precursores da Educação Nova que ressaltou a importância da Psicologia na educação e definiu-a em função das necessidades de crescimento e

desenvolvimento da criança. Há que destacar, também, que o seu projeto educativo tinha a “Intuição” como fundamento básico para se atingir o conhecimento. Para Pestalozzi a educação fundamentava-se na arte de conduzir as crianças de intuições superficiais e fragmentárias a intuições mais claras e distintas.

Apesar de o situar no Século XVIII, é importante destacar que as suas contribuições foram uma mais-valia para a estruturação do pensamento educacional do Século XIX. Segundo Manacorda (1989:261) “O seu exemplo concreto e as suas intuições de Psicologia infantil e didáctica constituíram um dos pontos de partida de toda a nova Pedagogia e de todo o novo engajamento educativo dos oitocentos”. Tal como Rousseau, Pestalozzi acreditava na bondade natural da criança, mas entendia que devia ser educada pela mãe. Acentuou sempre a importância da ligação da educação à Natureza da criança. Defendeu a tese de que todas as crianças tinham direito à educação e a capacidade de a aproveitar para as suas vidas. De acordo com os seus princípios, acreditava que as faculdades das crianças deviam ser desenvolvidas segundo a sua Natureza. Os princípios gerais da Pedagogia de Pestalozzi podem resumir-se no seguinte: - a base da instrução é a percepção sensorial; - a linguagem deve estar sempre ligada à observação; - o ensino deve começar pelos elementos mais simples e evoluir para os mais complexos; - o aluno deve ter o tempo considerado necessário para completar as tarefas; - o Professor deve respeitar a individualidade do aluno; - a finalidade principal da educação é desenvolver a inteligência do aluno e não apenas transmitir-lhe informações; - o ato pedagógico deve basear-se no afeto, a instrução deve estar subordinada à educação. Muitos destes princípios ainda hoje se mantêm atualizados na Educação de Infância. Pestalozzi acentuou a importância da Educação Física, condenando o ensino da Matemática feito apenas de forma abstrata. A Música foi igualmente considerada importante, bem como o Desenho e a Modelagem (Abbagnano, 1982a: 557-567). Segundo Marques (2001:137) para Pestalozzi “A educação escolar é a continuação e o complemento da educação doméstica”. Porquanto, deverá a sociedade estar organizada de maneira que permita que a família possa desempenhar sempre a sua indispensável função, porque “Somente graças a esta educação fundamental e à educação escolar, pode a criança preparar-se para a vida, essa educação progressiva, no contacto com os homens e as coisas, sobretudo em virtude do trabalho diário”.

1.1.2.4. A supremacia de Fröebel

Evidencia-se neste trabalho, Fröebel (1782-1852) porque, além de ser a personagem que se destacou no contributo para o desenvolvimento da Educação de Infância, as suas ideias influenciaram o seu desenvolvimento no mundo, onde obviamente se inclui Portugal. Salienta-se, neste estudo, como *locus* de interesse natural a cidade nordestina de Bragança, como se observa ao longo deste trabalho nas referências que são feitas, em diversos artigos de opinião sobre o desenvolvimento da Educação de Infância, publicados ao longo do tempo e que serão objeto de estudo desta tese, delimitado ao espaço temporal de 1934 a 1986.

Fröebel trata-se de um Educador protestante alemão que desenvolveu as suas teorias assentes em pressupostos idealistas inspiradas no amor à criança e à Natureza. A sua filosofia educativa baseava-se na crença da unidade do mundo. Viu na Reforma da Educação de Infância a base de qualquer Reforma educativa. Ficou notadamente reconhecido pela criação dos “Kindergartens” (Jardins-de-infância), nos quais destacava ser importante cultivar as almas infantis e, para isso, o fundamental era a atividade da criança. Contactou com Pestalozzi e o seu sistema em várias escolas e, com a influência da obra de Coménio, “Sentiu-se arrebatado por uma ideia nova: a educação da primeira infância” (Gomes, 1977: 17). Da mesma maneira que em Coménio e Pestalozzi, predomina em Fröebel uma visão mística e humanista que serve de inspiração a toda a sua obra. A atividade e a liberdade constituem a essência da sua doutrina pedagógica. Entendia que a educação devia desenvolver a cooperação em vez da competição. A criança devia entender a unidade do mundo, e a presença do Divino na vida. Fröebel, com a sua mentalidade pronunciadamente metafísica, acreditava que a alma da criança deveria ser atingida e modelada na sua essência pelos estímulos educativos. O aprender a vestir-se, a lavar-se, não lhe parecia, em si importante: o importante era a descoberta para a criança do mundo das formas, dos seres e das cores. Com essa intuição mestra, Fröebel, servindo-se do instinto lúdico das crianças, propunha-se conduzi-las informalmente à descoberta da verdadeira realidade, isto é, conduzir a alma da criança ao mundo das figuras e das formas ideais. Nesse sentido, Fröebel criou os célebres dons: as esferas, os cubos, e outros estímulos educativos geométricos. Fröebel contactou, também, com o *Emílio* de Rousseau que teve muita influência na sua Pedagogia. Deixou-nos uma importante obra organizando as suas ideias educacionais

em livros como a *Educação do Homem* (1826), a *Mãe e Cantos de Berçário* (1843) e *Pedagogia do Jardim-de-infância* (1840). Essas ideias tiveram uma aplicação prática na primeira infância, mas considerava-se que elas se estendiam a todos os níveis educacionais, pois, para ele o conhecimento dá-se em todas as etapas da vida do ser humano. Considerado como o clássico da primeira infância, Fröebel, não se limitou às suas produções teóricas. Concretizou o seu projeto educativo com a criação do chamado Kindergarten, em 1837, em Blankenburg, na Alemanha.

Fröebel, criou, em 1837, na cidade de Blankenburg, uma Escola Infantil, a que deu o nome de Kleinkinderpflegestalt, designação então comum a todas as instituições desse género na Alemanha. Em 1840, dá à sua Instituição o nome de Kindergarten «Jardim infantil», para indicar que, como as plantas são tratadas num jardim com a protecção de Deus, em harmonia com a Natureza e sob o cuidado de jardineiros experimentados, também as crianças, como plantas dedicadas e embriões do homem de amanhã, devem ser tratadas de harmonia com Deus, com a Natureza e com elas mesmas (Gomes, 1977:17).

Sobre o mesmo assunto Marques (2001:141) refere que “Depois de algumas experiências fracassadas, Fröebel fundou uma escola, em 1837, em Blankenburg, para crianças de um a sete anos de idade, com a finalidade de experimentar com elas um ambiente mais livre e menos académico”. Desde então, todos os estabelecimentos criados para crianças com menos de sete anos de idade passaram a receber aquela denominação. Fröebel é, ao mesmo tempo, o máximo teórico do jogo educativo e o seu mais ilustre realizador prático: “Faz as primeiras explicações dos ‘jogos’ por ele inventados para a educação das crianças, os quais ficaram conhecidos pela designação de material Fröbeliano” (Gomes, 1977:17). Foi, portanto, um pedagogo que não se limitou a teorizar, foi muito prático e construiu material pedagógico que se viria a tornar importantíssimo para o reconhecimento do seu método. Segundo Marques (2001:141), foi “O primeiro pedagogo a desenvolver jogos e materiais educativos especificamente apropriados ao Jardim-de-infância”. Ao compreender o aspeto educativo do brinquedo ou das atividades lúdicas, Fröebel enfatizou o seu papel ativo como o caminho mais viável para a determinação de um processo educacional. Foi inovador ao defender a ideia de desenvolver o jogo como atividade educativa, entendendo também como fundamental as atividades manuais, como forma de desenvolvimento da ligação “cérebro-mão”, aquilo a que se poderia chamar “psicomotricidade”. Para Maria Pla i

A acção e a manipulação motora são eixos fundamentais da sua proposta didáctica. Intuiu o significado funcional do jogo. Enlaça-se com a teoria de Piaget na medida em que considerava a inteligência originada essencialmente pelo jogo das percepções ou sensações.

O seu método baseava-se na autoeducação, na atividade espontânea da criança, na sua bondade, no trabalho manual e na capacidade de compreensão da simbologia, frisando ainda as vantagens da educação do campo sobre a da cidade.

Nos Jardim-de-infância de Fröebel a educação era, antes de tudo, atividade livre ou amavelmente dirigida. A Educação Física fazia-se por meio de jogos livres, ou de exercícios atraentes de ginástica e pela vida ao ar livre. A educação sensorial era realizada por meio de habilidade manual e pela delicadeza das percepções. A educação era ativa, uma vez que comportava toda a espécie de pequenas criações e exercícios numerosos e variados de construções, de dobragens e de recortes, pela observação, comparação e curiosidade. Uma educação muito próxima da Natureza através de atividades de jardinagem. Não esqueceu a Educação Musical tendo mesmo composto um livro de cânticos, danças e movimentos rítmicos. A educação deve ser em grupo e alegre. Defendia também, que teria que ser religiosa. O Professor devia partir da atividade da criança, orientando-a, dando-lhe segurança e ajudando-a a descobrir o mundo. A educação é a própria vida e não uma preparação para a vida. Mais importante do que os resultados futuros que possam vir da educação é o próprio processo que consiste no envolvimento da criança em atividades que partam das suas necessidades e interesses. Assim, defendia que a educação se devia basear na evolução natural das atividades da criança. O objetivo do ensino, para Fröebel, era extrair mais do homem do que colocar mais e mais dentro dele. Só se devia iniciar um novo assunto quando a criança estivesse preparada para o receber e entender. Na educação inicial da criança o brincar é um processo essencial. Os currículos deviam basear-se nas atividades e interesses de cada fase da vida da criança. Marques (2001:142) refere que Fröebel “foi pioneiro na criação de um currículo para a infância centrado no jogo, na linguagem, no gesto e no canto”. Tinha a convicção de que a chave para o sucesso do pleno desenvolvimento do homem estava nos primeiros anos da sua vida. Partindo de vários postulados relativos à mentalidade da criança, Fröebel firmava a metodologia da sua

educação infantil na necessidade de educar e disciplinar o sentido do tacto. Para ele, a criança de tenra idade não presta atenção principalmente ao que vê, mas sim ao que faz. Ela nasce artista, produtora, inventora e criadora. Gosta de agarrar, palpar, desfazer e refazer, mover e experimentar todas as coisas. A sua natureza detesta a passividade. Para isso importa compreendê-la, disciplinando-a mas atendendo sempre a que a sua atividade seja rodeada de tais condições de delicada condução que ela não deixe de ser pessoal e espontânea. Deve adaptar-se a pedagogia à criança e não o contrário. Firmava-se pelas intuições dos dons geométricos, harmoniosos e simples. O mais importante dos dons seria a esfera, sugestão do infinito. Para a criança, esse “D.” deveria ser a expressão da forma de realidade dinâmica e inofensiva por excelência. O primeiro “D.” seria constituído por uma coleção de seis esferas de cores diferentes. Pela esfera, singular, a criança adquiriria a noção anímica de unidade; as seis representariam para o seu espírito a pluralidade nas cinco categorias: forma, cor, som, movimento e matéria. Pelo jogo das esferas, a criança exercitaria o seu espírito de observação e, em acréscimo, adquiriria o sentimento da concomitância do ideal e do real, bem como o sentimento da confiança plenamente lúdica e inocente. A seguir, facultar-se-ia às crianças outra ordem de dons: a bola, o cubo e o cilindro. Pela primeira, a noção de unidade, dada anteriormente pela esfera, seria enriquecida com a de elasticidade. Por seu turno, o cubo daria a intuição do repouso. Assim, mais nítidas se tornariam no espírito da criança as oposições metafísicas e físicas de mobilidade e estabilidade, de uniformidade e variedade. Com os três elementos oferecidos, a criança faria a sua primeira construção, a pedra miliar: o cubo a servir de plinto ao cilindro rematado pela esfera. Vencido este grau de educação lúdica, dar-se-ia à criança um cubo decomponível em oito cubos iguais. Adviria desta grande surpresa a noção de divisão e de número. Os exercícios recreativos que as crianças executariam em liberdade dirigida, num ambiente cuja única baliza de sujeição deveria ser a procura de boa convivência e da alegria rítmica, teriam, no parecer de Fröbel, alguma coisa como uma eficácia de calmantes inefáveis. Era crença sua, enfim, que nos dons havia uma espécie de ação modeladora ideal.

Dum modo geral, todos os continuadores da obra fröbeliana afastaram-se dessas intuições levemente místicas e cuidaram antes de aperfeiçoar o seu método, preenchendo, por exemplo, a carência que nele se descobriu de um meio eficaz de

educação: os jogos rítmicos. Fröebel, influenciado por Pestalozzi e Comenius, teve o grande mérito de revelar a verdade essencial de que as crianças dos três aos sete anos de idade podem e devem ser educadas em ambientes pré-escolares. Evitando, porém, todo o possível mal-entendido, Fröebel lançou as bases da sua pedagogia recusando o termo *escola* e optando pela palavra *jardim*. Preferiu chama-se *Jardim-de-infância* a *escola de infância*. No seu pensamento o uso desta palavra tinha um sentido essencialmente figurado. Propondo a ideia de que as instituições pré-escolares da *meninice* mereciam ser chamadas *Jardins-de-infância*, ele não queria significar propriamente que a educação das crianças tivesse necessariamente de ser ministrada dentro ou ao lado de jardins, mas sim que as crianças deveriam ser educadas com a mesma solicitude com que são tratadas as flores pelos floricultores mais hábeis e meticolosos.

A expressão *Jardim-de-infância* seria, pois, antes de mais, uma expressão simbólica. As crianças no *Kindergarten de Fröebel*, depois de vencidos os primeiros graus de educação pelos dons geométricos, eram encaminhadas insensivelmente ao sabor das suas propensões lúdicas, a prestar atenção às coisas ambientais, animais, plantas, objetos, brinquedos, aprendendo a descrevê-los, a designá-los, a distingui-los nas suas qualidades essenciais. Adicionando a estes leves exercícios de atenção sensorial periódicas sessões de canto, as crianças adquiriam múltiplas virtudes artísticas que as tornavam extremamente distinguíveis nos seus lares e nas escolas onde vinham a ingressar na idade própria. Foi sob a influência das suas ideias pedagógicas que a Educação de Infância mais se desenvolveu ao abrirem-se Jardins-de-infância na América e por muitos países da Europa como Inglaterra, França, Holanda, Bélgica, Suíça, Áustria, Itália, Espanha e Portugal.

1.1.2.5. O protagonismo da Escola Nova

No final do Século XIX e no decorrer do Século XX, na Europa e Estados Unidos da América, dão-se mudanças significativas no campo educacional. Um grande movimento de renovação pedagógica, denominado “movimento das escolas novas”, aconteceu nesse período. Pode dizer-se que a Educação de Infância está diretamente ligada à criação da Escola Nova porque, quando surgiram os Jardins-de-infância, tratava-se pois, de um conceito novo de uma verdadeira Escola Nova. Quando se fundou, no ano de 1889, em Abbotsholme na Escócia, a primeira *New School*,

começaram, a partir daí, a surgir em outros países como na Inglaterra, Alemanha, Suíça, Estados Unidos, escolas novas para experimentarem uma verdadeira Educação Nova, fundada no conhecimento da criança e adaptada às realidades e necessidades do mundo moderno. Revelou-se muito importante na História da Educação através do direito da educação na família e na escola. Pode dizer-se que esse movimento foi resultante de toda uma mudança que já vinha a ocorrer no processo produtivo, e consequentemente, gerou mudanças sociais. Essas, por sua vez, exigiam a criação de um novo sistema de instrução. A sua referência histórica principal baseia-se nos princípios pedagógicos da obra de Rousseau que inaugurou uma verdadeira modernidade na educação, ao romper com os métodos tradicionais de ensinar que se baseavam no papel principal do mestre e passaram a centrar-se na criança, na sua atividade própria, nas suas necessidades e nos seus gostos e interesses.

A Escola Nova marcou todo o desenvolvimento da educação do século XX, precisamente dentro do campo cronológico onde se insere esta investigação. Estava em especial destaque nos tempos da 1ª República, perdeu fulgor no Estado Novo e ganhou nova força nos primeiros tempos da democracia do pós 25 de abril de 1974. Durante o período do Estado Novo, podia não ter tido um papel de destaque, mas os seus precursores eram seguidos nas escolas e colégios de Educação de Infância. A exemplo disso, constata-se a influência de diversos pedagogos, constantemente evidenciados, citados, referenciados e seguidos nos discursos de criação de instituições, bem como depois, na execução das suas ideias e metodologia de trabalho. Os casos de Maria Montessori, Vygotsky e Piaget no campo da Educação de Infância, presentes sempre que se aborda o tema do Jardim-de-infância. No entanto, também há autores que defendem que “As Escolas Novas entraram em declínio precisamente no tempo da Ditadura Militar e primeiros anos do Estado Novo, em pleno tempo de crise do sistema liberal” (Pintassilgo, 2006:268-269).

Destacam-se a seguir os principais precursores da Escola Nova e o seu contributo para a Educação em geral e para a Educação de Infância em particular. Um dos pedagogos é precisamente John Dewey (1859-1952), considerado como um dos principais impulsionadores e defensores deste novo modelo de Escola. Era um filósofo e pedagogo liberal norte-americano e exerceu grande influência na Pedagogia contemporânea. Formulou uma conceção de educação fundamentada nos princípios de

utilidade do conhecimento (Pragmatismo), na aquisição do conhecimento através da liberdade de experiência (Experimentalismo) e na reflexão como elemento primordial da aprendizagem (Reflexionismo). As ideias de Dewey foram aplicadas, inicialmente, ao ensino elementar e médio, mas, depois, foram estendidas à Educação de Infância pelo seu carácter genérico, marcando, decisivamente, o movimento da Escola Nova. As suas ideias contribuíram como fundamentos à prática de Educação de Infância no começo do século XX.

Dewey, denominado como o máximo teórico da escola ativa e progressista, foi considerado um dos mais importantes teóricos da educação americana e, porque não dizer, da educação contemporânea. Na sua abordagem sobre educação, considerava que o método científico deveria subsidiar o trabalho na sala de atividades com as crianças, de tal maneira que o conhecimento fosse trabalhado de forma experimental desde a infância. Partia do princípio que o caminho mais viável para o aprender é o fazer, superando aquela visão de que cabia ao Professor a responsabilidade integral pelo conhecimento a ser adquirido pela criança. Para Dewey, o Professor, ao definir os objetivos, pode dimensionar um plano de ação e, conseqüentemente, prever os recursos disponíveis, as condições, os meios e os obstáculos para a sua exequibilidade. Dewey (2002: 62) refere que no que diz respeito aos objetivos, “o desenvolvimento moral da criança constituía o ideal do Jardim-de-infância, ao invés da instrução ou da disciplina: um ideal por vezes exagerado até ao sentimentalismo”.

Um dos pontos culminantes das contribuições de Dewey pode ser hoje encontrado em grande número de Jardins-de-infância. Trata-se do “método de projecto”. A sua génese encontra-se numa escola experimental da Universidade de Chicago, onde o que se desejava, com a mudança de procedimentos didáticos, era elaborar uma nova teoria experimental, através da qual melhor se definisse o papel dos impulsos da ação. Dewey defendia a continuidade educativa entre o Jardim-de-infância e a “Escola Primária”. No entanto, considerava difícil essa continuidade ao referir-se a um esquema por si desenhado sobre o sistema de ensino:

A linha traçada na parte superior mostra que existe uma certa interacção entre o jardim e a Escola Primária. Contudo, na medida em que a Escola Primária permaneceu, em espírito afastada dos interesses naturais da vida da criança, esteve isolada do Jardim-de-infância, de modo que actualmente constitui um problema introduzir métodos do Jardim-de-infância na Escola

Primária: o problema da chamada classe de ligação. A dificuldade reside no facto de os dois não constituírem um todo desde o princípio (Dewey 2002: 62).

Na realidade o que se passou foi o desencadeamento de novos modelos didáticos e, desde esse período, o “sistema de projectos” foi aperfeiçoado por vários discípulos de Dewey, como por exemplo Décroly (1871-1932).

Ovide Décroly desenvolveu as suas atividades junto de crianças com necessidades educativas especiais (1901). Este médico, belga, formulou uma metodologia a partir da crítica à organização tradicional do ensino, denominada – Centro de Interesse –, inicialmente destinada a alunos da escola elementar, e posteriormente aplicada com êxito em classes de Educação de Infância. A sua proposta de trabalho estava alicerçada nas atividades da individualidade e coletividade da criança, sustentada em princípios psicológicos. Primeiramente, as suas experiências foram concretizadas na sua residência, onde pôde observar, diretamente, o desenvolvimento infantil. Num momento posterior (1907) resolveu desenvolver a sua proposta educativa junto de crianças, criando uma escola em Bruxelas – *L'Ermitage*. O trabalho desenvolvido nessa escola serviu para que as autoridades belgas oficializassem o seu sistema nas escolas públicas (Gomes, 1962: 139-144). A sua preocupação, ao expor a proposta, era a de substituir o ensino formalista, baseado no estudo dos tradicionais livros de textos, por uma educação voltada para os interesses e necessidades das crianças. O Sistema Décroly era baseado em fins e em princípios para uma nova escola, que superasse a escola tradicional. Considerando a finalidade do seu sistema pode afirmar-se que o organizou com vista a superar as deficiências do sistema educativo que vigorava na época, criando novas possibilidades educativas (Gomes, 1962: 139-144).

Décroly concluiu que o mais importante é a criança conhecer-se a si própria para depois conhecer o meio em que vive. Foi em função dessa conclusão e das características e domínios, atrás citados, que apresentou o seu programa de ideias associadas. Preocupou-se com a forma como devia ser abordado o programa que apresentou. Partia do princípio que a melhor alternativa para o fazer seria o uso da “globalização”, esta, a seu ver, só seria possível se houvesse uma mudança na dinâmica do trabalho escolar e, para isso, propôs que o ensino fosse desenvolvido através dos Centros de Interesse. Partir do interesse da criança significa respeitar o seu desenvolvimento e as suas

necessidades; consiste em desenvolver uma proposta educativa que considere o seu universo real e respeite os seus desejos. A dinâmica desse trabalho vai exigir, segundo Décroly, novas estratégias para as crianças realizarem plenamente as suas atividades e, para tal, deviam-se fazer uso da Observação associada e da Expressão (Ballesteros, 1945:10-120).

A sistematização destes estudos leva à constatação, mais uma vez, da atualidade do pensamento de Décroly, estimulando-nos a procurar um aprofundamento sobre as suas contribuições para que possamos difundir a riqueza do seu pensamento.

Ao tratar a Educação de Infância, não posso deixar de referir o nome de Édouard Claparède (1873-1940), pois desenvolveu importantes trabalhos sobre Pedagogia e Psicologia da infância. Das suas obras destaca-se: *Psicologia da criança e Pedagogia Experimental* (1905), *Educação Funcional* (1931) e *Moral e Política* (1940), por prestarem um enorme contributo ao desenvolvimento da educação. Marques (2001:168) considera que “Claparède contribui, como poucos, para o desenvolvimento de uma Pedagogia centrada na criança, baseada no jogo e na actividade lúdica”, onde o Professor devia ser um estimulador dos interesses e das necessidades intelectuais da criança. Para Claparède a inteligência é uma forma de adaptação só necessária quando faltam instrumentos mais rudimentares: os instintos e os hábitos; é, assim, que a adaptação e a capacidade para resolver os problemas podem surgir ao indivíduo sob forma empírica ou racional. Chamou a atenção para que se conheça a criança a educar e se mobilize toda a sua atividade, incutindo-lhe, simultaneamente, amor ao trabalho (Claparède, 1931). Esta noção de Educação, tal como as concepções de Dewey, alterou a relação pedagógica da escola tradicional. Defendia uma “escola por medida”, uma escola adaptada às necessidades das crianças, para melhor poderem desenvolver as suas capacidades.

Adolphe Ferrière (1879-1960) considerava a educação fundada na ciência e no bom senso como a melhor forma para se renovar a humanidade.

Celestin Freinet (1897-1966) poderá parecer à primeira vista que nada teve a ver com a Educação de Infância, visto que a sua maior preocupação estava voltada para a renovação do Ensino Primário público. No entanto, à medida que se leem as suas obras, constata-se que as suas preocupações podem ser direccionadas à Educação de Infância, ao referir-se especificamente à escola maternal e toda a sua organização (Freinet,

1969:40). Foi considerado um Educador revolucionário; o cultivo do aspeto social, na educação, foi um dos grandes feitos desse Educador francês, Professor Primário, socialista, pacifista; acreditava mais no que acontecia na sala de aula, no contacto direto com os seus alunos, do que nos maiores compêndios sobre educação ou nas mais importantes conferências em congressos internacionais em que tomava parte.

Partindo de uma análise crítica do sistema de ensino francês, fez uma denúncia da escola capitalista, da sua incapacidade de atender aos verdadeiros interesses do povo. Freinet foi um autodidata, procurando soluções para os problemas que iam surgindo no quotidiano da sua sala de atividades com crianças. Lia muito e manteve-se aberto a todas as experiências pedagógicas da sua época. Defendia a ideia de que os Educadores experimentassem os diferentes métodos, não como adeptos ofuscados, mas como Educadores que estivessem decididos a extrair deles tudo que continham de válido (Freinet, 1969:39-43). Freinet desenvolveu com os seus alunos novas técnicas educacionais, a saber: a aula-passeio, a imprensa escolar, o texto livre, o livro da vida, a livre expressão, a correspondência interescolar, o jornal escolar, a cooperativa escolar, entre outros. Estas técnicas faziam sentido num contexto de atividades significativas que possibilitassem às crianças sentirem-se sujeitos do processo de aquisição de conhecimentos. Juntamente com outros Professores criou uma cooperativa para divulgar o trabalho realizado e para uma melhor formação dos Professores. Este movimento existe hoje em várias localidades do mundo (Freinet, 1969:48-61).

Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934) ao preocupar-se com o desenvolvimento cultural da humanidade, levou a envolver-se com a infância e a elaborar alguns estudos que lhe permitiram compreender o comportamento humano; “a necessidade do estudo da criança reside no facto de ela estar no centro da pré-história do desenvolvimento cultural devido ao surgimento do uso do instrumento da fala” (Rego, 1995:25). Vygotsky dedicou-se ao estudo da Pedologia – ciência da criança - voltada para o estudo do desenvolvimento humano, articulando os aspetos psicológicos, antropológicos e biológicos. O caminho trilhado baseou-se sempre nas contribuições de Carl Marx e procurou compreender o homem em constantes processos de interação social. As suas preocupações foram direcionadas para o entendimento das origens sociais e das bases culturais do desenvolvimento individual, tendo como pressuposto fundamental que “Tais processos psicológicos superiores se desenvolvem nas crianças

por meio da imersão cultural nas práticas das sociedades, pela aquisição dos símbolos e instrumentos tecnológicos da sociedade e pela educação em todas as suas formas” (Moll, 1996: 3).

Os postulados básicos de Vygotsky dão destaque à mudança em quatro níveis históricos: - filogénico – desenvolvimento das espécies; - histórico – história dos seres humanos; - Ontogénico – história individual das crianças; - micro genético; - desenvolvimento de processos psicológicos particulares. Estes níveis foram tidos em conta por ele e pelos seus colaboradores, na proposição das suas teorias, na escola sócio histórica. Aplicá-los ao problema do desenvolvimento cognitivo e da escolarização formal, permite compreendê-los de forma mais aprofundada.

Há que destacar, também, no que refere à relação entre desenvolvimento e aprendizagem, a contribuição deixada a respeito da “zona de desenvolvimento proximal”. Para Vygotsky, o desenvolvimento e aprendizagem são processos interativos. No entanto, cabe ao processo de aprendizagem, realizado num contexto social específico, possibilitar o processo de desenvolvimento; “a aprendizagem pressupõe uma Natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam” (Vygotsky, 1994:99).

Jerome Bruner (2001) desenvolveu estudos no campo da educação e nas teorias de desenvolvimento da criança. A teoria de instrumentalismo evolucionista que fomentou baseia-se no instrumentalismo evolucionista, uma vez que ele defendeu que o homem depende das técnicas à sua volta para o seu desenvolvimento natural. Bruner coloca a maturação e a interação do indivíduo com o ambiente no centro do processo do seu desenvolvimento e formação. Incorpora, de uma forma coerente, as contribuições maturacionistas de Gesell e os contributos ambientalistas que levam a que a criança organize diferentes modos de representação da realidade ao utilizar as técnicas que a cultura em redor lhe transmite. O cunho desenvolvimentista da sua teoria mantém-se graças à tónica que assenta na capacidade que cada pessoa tem de se autorregular. Bruner sustenta ainda que o desenvolvimento cognitivo da criança será tanto mais célere quanto melhor for o seu acesso a um meio cultural mais rico e estimulador. Para ele, a linguagem tem um papel ampliador das competências cognitivas da criança, ajudando-a a uma maior interação com o meio cultural envolvente (Bruner, 2001). Para este autor, o crescimento cognitivo da criança procede da utilização de técnicas de elaboração da

informação, com o objetivo de codificar a experiência, tendo em conta os vários sistemas de representação ao seu dispor. No seu entender, o desenvolvimento cognitivo da criança está dividido em três etapas: a primeira etapa é até aos três anos de idade, a criança está no estádios das respostas motoras. Neste período a criança faz representações de acontecimentos do passado através de respostas motoras apropriadas e privilegia a ação como forma de representação da realidade, por isso defende que a criança aprende através da manipulação de objetos e age com base em mecanismos de reflexos simples e condicionados até atingir os automatismos normais.

A segunda etapa, dos três aos nove anos de idade, a criança está no estádios da representação icónica. Esta etapa baseia-se no uso de imagens sinóticas, na organização de perceções de imagens e na organização visual. A criança apesar de conseguir reproduzir objetos está dependente de uma memória visual, concreta e específica.

A terceira etapa é a partir dos dez anos de idade, onde a criança se encontra no estádios da representação simbólica. Nesta fase, a criança consegue representar a realidade através de uma linguagem simbólica, de carácter abstrato e sem uma dependência direta da realidade. Consegue manejar os símbolos em ordem não só a fazer a sua leitura mas também a transformar a realidade. Bruner defende que a passagem da criança por cada uma destas etapas pode ser mais rápida através da inserção da criança num meio cultural e linguístico rico e estimulante.

1.1.2.6. A influência de Maria Montessori

Destaca-se neste trabalho Maria Montessori (1870-1959) por ser uma grande impulsionadora do desenvolvimento da Educação de Infância, tendo o seu método, juntamente com o de Fröbel influenciado fortemente o desenvolvimento da Educação de Infância no mundo e ocupado um lugar de destaque em Bragança, através da influência das suas ideias na abertura do primeiro Jardim-de-infância particular nesta cidade, corria o ano de 1956, como veremos mais à frente.

O envolvimento de Montessori com a Educação de Infância data de 1907, quando fundou em Roma a primeira “Casa dei Bambini”, para abrigar, aproximadamente, cinquenta crianças carentes, filhas de desempregados. Nessa casa-escola, Montessori realizou várias experiências que deram sustentação ao seu método, fundamentado numa conceção biológica de crescimento e desenvolvimento. Preocupou-se com o biológico,

contudo, não deixou de lado, o aspeto psicológico bem como o social. Montessori, ao referir-se ao seu próprio método, enfatiza:

Se abolíssemos não só o nome, mas também o conceito comum de método para substituí-lo por uma outra indicação, se falássemos de uma ajuda a fim de que a personalidade humana pudesse conquistar a sua independência, de um meio para libertá-la das opressões, dos preconceitos antigos sobre a educação, então, tudo se tornaria claro. É a personalidade humana e não um método de educação que vamos considerar, é a defesa da criança, o reconhecimento científico da sua Natureza, a proclamação social dos seus direitos que devem substituir os falhos de modos de conceber a educação (Montessori, 1944: 12).

É considerada uma das mais importantes representantes da mudança que se dá na escola com relação à concepção do ensino e aprendizagem. No livro – *A Pedagogia Científica* – apresenta as principais ideias do seu método que assenta na autoeducação e no emprego de abundante material didático como cubos, prismas, sólidos, caixas, cartões, etc. A criança deve envolver-se nas atividades de forma espontânea e com muita alegria; deve aprender fazendo. É a favor da disciplina mas sem coerções como as recompensas e os castigos (Montessori, 1944:173). Essa disciplina deve ter origem dentro da criança e não imposta de fora (Montessori, 1944:184). O seu método baseia-se num grande respeito pela personalidade da criança, com espaço para crescer numa independência biológica e com grande margem de liberdade. A individualidade de cada criança deve ser respeitada (Montessori, 1944:158). Deve trabalhar partindo da sua livre escolha, sem competição, sem tensões, sem sentimentos de inferioridade e outras experiências capazes de deixar marcas no decorrer da sua vida. A criança deve desenvolver todas as suas capacidades por inteiro, não apenas as intelectuais. Sustentava assim uma educação centrada na criança em que só ela é Educadora da sua personalidade (Montessori, 1944:153-218).

A Pedagogia de Montessori, inserida no movimento da Escola Nova, como uma oposição aos métodos tradicionais que não respeitavam as necessidades e os mecanismos evolutivos do desenvolvimento da criança, alertou para vários erros que os adultos cometiam, por exemplo, a impaciência quanto ao ritmo de aprendizagem, muitas vezes lento, impaciência essa que varia, geralmente, na razão inversa da necessidade e compreensão por parte da criança. Da sua Pedagogia destaca-se o Puerocentrismo, a Liberdade, o Movimento o amor e uma cientificidade bastante

avançada em relação à sua época. A flexibilidade do seu sistema não estava de acordo com a excessiva rigidez do sistema da época.

Montessori produziu uma série de material específico para a Educação de Infância, preponderante no seu trabalho educativo. Este material era um auxiliar preciosíssimo para a criança compreender as coisas, ajudando-a a desenvolver o seu impulso interior. Os materiais produzidos eram diversificados, relacionados com a vida quotidiana, material sensorial, material de linguagem, de matemática e de ciências. A livre escolha dos materiais e a concentração para a sua utilização são aspetos fundamentais para o desenvolvimento da criança (Montessori, 1944:171-173).

Primordialmente, o sistema de Montessori diz respeito às crianças dos jardins-de-infância, desde os 3 aos 7 anos. Montessori procura levar a criança a trabalhar por si mesma dentro de um ambiente próprio para uma escola ativa e de trabalho. A auto-atividade da criança é o seu princípio base. No sistema pedagógico Montessoriano, o trabalho da criança é, fundamentalmente, trabalho individual. Em Dewey, Décroly, Cousinet é o contrário: o fundamental é o trabalho coletivo. Em Montessori, Fröebel e Pestalozzi há perfeita identidade de ideias, mantendo-se o mais profundo respeito pela liberdade da criança, procurando que ela se eduque por si mesma. Na escola de Montessori não falta a disciplina. A professora montessoriana não pode aprovar tudo o que a criança faz e quer, porque esta tem de respeitar o trabalho e a liberdade dos outros. A pedagogia de Montessori, portanto, baseia-se nestes seis princípios que orientam toda a atividade da sua Escola: 1º- Conhecimento científico da criança como fundamento de uma educação adaptada à sua capacidade; 2º - Liberdade individual e respeito máximo pela criança; 3º - Criar um ambiente agradável às crianças onde possam movimentar-se e crescer livremente; 4º - Autoeducação e auto atividade da criança. Ela deve ser o agente ativo da própria educação; 5º - O Professor não deve apontar o erro nem emendá-lo, mas a própria criança é que há-de notá-lo e corrigi-lo; 6º - O Professor não deve ensinar, mas apenas observar para ajudar a criança. A principal virtude do Professor Montessoriano deve ser a humildade, a sua atividade deve ser discreta, mas inteligente e constante. Aliás é este o princípio genérico das Escolas Novas. O ensino coletivo verbal é suprimido, porque se conta com o ambiente, a precisão e a graduação do material didático. Portanto, a ocupação fundamental do Professor consiste, sobretudo, em observar as crianças no seu trabalho.

1.1.2.7. O impacto de Jean Piaget

Outro grande autor que nos deixou importantes contributos para a Educação de Infância foi Jean Piaget (1896-1980). Estudou a evolução do pensamento até à adolescência, procurando entender os mecanismos mentais que o indivíduo utiliza para captar o mundo. Como epistemólogo, investigou o processo de construção do conhecimento, sendo que nos últimos anos da sua vida centrou os seus estudos no pensamento lógico-matemático. A complexidade e a extensão da sua obra levou à opção pelo seu destaque neste estudo dos aspetos que estão mais diretamente ligados à Educação de Infância. Sempre esteve preocupado em investigar como se dava a construção do conhecimento no campo social, afetivo, bio fisiológico e cognitivo, mais especificamente, saber qual é a sua génese, os seus instrumentos de apropriação e em como se constituem, sendo as crianças o seu objeto de investigação, para a construção do conhecimento científico (Piaget, 1983). A aplicação da sua teoria no campo pedagógico não foi o seu objetivo principal. Este voltava-se para o campo epistemológico,

Estou convencido de que os nossos trabalhos podem prestar serviços à educação, na medida em que vão além de uma teoria do aprendizado e permitem vislumbrar outros métodos de aquisição de conhecimentos. Isso é essencial. Mas como não sou pedagogo, não posso dar nenhum conselho aos Educadores. A única coisa que posso fazer é fornecer fatos. Além do mais, considero que os Educadores estão em condições de encontrar por si mesmos novos métodos pedagógicos (Piaget, 1983:3).

Foi a partir destas investigações, que elaborou a sua “epistemologia genética”. Tratou-se pois de constatar, experimentalmente, como se processa a aquisição do conhecimento, evidenciando que esses conhecimentos são mutáveis ao longo de todas as fases da vida humana. Para a realização de tal feito, Piaget desenvolveu longos estudos e pesquisas nos mais diversos campos do saber. Como contributo para a Educação de Infância, destacam-se ainda, vários aspetos relevantes, de entre eles a construção do real, a construção das noções de tempo e espaço e a génese das operações lógicas. A obra de Piaget revela-se inovadora no seu tempo ao contrário da corrente maturacionista (defende a determinação genética das mudanças de desenvolvimento e da sua sequência). Piaget sustenta que o processo de desenvolvimento humano depende da maturação biológica da criança e da interação que estabelece entre ele e o meio físico

e social que o rodeiam. A criança desempenha um importante papel na construção do seu próprio conhecimento, pois é na sua interação com o meio que a rodeia que constrói o significado sobre a sua experiência. Esta interação resulta em formas de pensar a realidade física e social à sua volta. Este processo constitui a essência da sua visão construtivista acerca do desenvolvimento (Lourenço, 1994, 1997), Flavell, 1991). A teoria de Piaget sobre o desenvolvimento moral também foi importante e constitui, ainda hoje, uma referência teórica importante. Destaca tanto o papel ativo da criança na construção de formas mais complexas de pensamento e de conduta moral, como a importância da interação social nessa construção. Piaget (1983) refere que toda a moral consiste num sistema de regras e a essência de qualquer moralidade está no respeito que a criança adquire face a estas regras que a conduzem à tão desejada autonomia moral numa fase mais avançada. Mas o seu maior contributo foi a apresentação dos seus Estádios de desenvolvimento cognitivo da criança que descrevem as características desenvolvimentais desde o nascimento até ao final da adolescência. À medida que as estruturas cognitivas da criança se transformam, verificam-se mudanças importantes no seu comportamento na interação que estabelece com o mundo físico e social que a rodeia.

1.2. As instituições de Educação de Infância

A necessidade de criação de instituições de Educação de Infância está relacionada com o processo mais geral de institucionalização da educação, que originou a criação dos sistemas educativos contemporâneos (Orzaes, 1991), inserindo-se num projeto mais vasto de construção da modernidade, possuindo, segundo Bouillé (1988), as mesmas fontes ideológicas.

O século XIX foi o período de surgimento e divulgação das instituições de Educação de Infância. A sua principal finalidade, essencialmente de iniciativa filantrópica e religiosa era o acolhimento, a guarda e a educação das crianças antes dos sete anos de idade. É neste sentido que se pode falar no que Våg (1991) designa por “processo de institucionalização da Educação de Infância”. Neste século surge uma enorme crença nas potencialidades da educação, fundamentada pela “ideia de que o poder dos países se podia medir pelo seu nível de desenvolvimento escolar” (Nóvoa, 1996:418). Assim, a emergência dos sistemas educativos contemporâneos está

profundamente relacionada, não só com o advento da escola de massas e a expansão da literacia popular, mas também com a origem da escola do Estado que se tornou predominante em todas as sociedades modernas. Todos estes fatores levaram a que a Instituição escolar se transformasse num fenómeno de massas e num aspeto central de organização social. A realidade educativa de um país é o reflexo da sua realidade social, económica e política. Só a ocorrência de alterações mais profundas ao nível social, económico e político, é que possibilitam o surgimento de uma conjuntura favorável que determinam a emergência de qualquer sistema educativo. Estas instituições de Educação de Infância surgem assim neste contexto, tendo por modelo a Escola Primária (Nóvoa, 1996:420).

Segundo Allen (2000) embora a ideia dominante, no início do século XIX, fosse a de que as crianças, antes dos sete anos de idade, deviam ser educadas em casa, pelas suas mães, é reconhecido, em simultâneo que a Educação de Infância deve ser também uma preocupação pública, crucial para a preservação da ordem social e para a educação de uma nova geração de cidadãos. Pode assim inferir-se que a Educação de Infância no século XIX estava num processo irreversível e bem encaminhado, uma vez que se sustentou no trabalho de vários pedagogos.

Ao longo do século XX as instituições de Educação de Infância não pararam de aumentar. No entender de Wollons (2000) foi um século caracterizado por uma valorização da Educação de Infância e por um desejo de inovação no campo da educação. Ganhou uma posição cada vez mais importante dentro do sistema educativo com o contributo dos novos métodos como o de Montessori, da Educação Nova e da Educação Socialista (Våg, 1991).

1.2.1. As primeiras instituições e modelos curriculares

Segundo Gomes (1977) as instituições de Educação de Infância surgiram na Europa na segunda metade do século XVIII, como resultado da revolução industrial. Anteriormente já existiam instituições, de carácter caritativo e assistencial, mas que não fazem parte deste estudo, embora seja pertinente a sua referência, uma vez que se fundem, não sendo fácil distinguir com precisão as que se propunham a objetivos predominantemente pedagógicos ou educativos.

Um modelo curricular é uma representação de ideias teóricas, políticas administrativas e pedagógicas de uma realidade que visa alcançar resultados educativos. Assenta em teorias do desenvolvimento e da aprendizagem, em noções sobre a melhor maneira de organizar os recursos e as oportunidades de aprendizagem para as crianças e em conselhos avalizados sobre o que é mais importante e necessário as crianças saberem (Biber, 1984; Schubert, 1986; Spodek 2002). Divergem ou convergem nos seus fundamentos teóricos, políticas administrativas, conteúdos curriculares e métodos didáticos. Os modelos mais antigos diferiam dos modelos atuais de Educação de Infância, pois não estavam associados a teorias de aprendizagem e desenvolvimento. A área do desenvolvimento da criança só se começou a definir nos finais do século XIX. Antes desse século pouca influência sofreu essa área emergente, pois os seus criadores recorriam a outras fontes teóricas. Ao olharmos para o passado e ao consultarmos a mais diversa documentação, deparamo-nos com vários modelos de Educação de Infância que apresentam diferenças significativas em relação a modelos mais recentes e atuais. Os currículos de Educação de Infância que surgiram nos séculos XVIII e XIX foram concebidos antes do surgimento do estudo científico do desenvolvimento humano. Os modelos baseavam-se mais em concepções filosóficas do saber do que em concepções psicológicas do impacto das experiências no desenvolvimento das crianças. Tinham poucos conhecimentos acerca das características das crianças e estes eram mais intuitivos.

Antes do século XVIII, na Europa, com o Estado patrimonial descentralizado e o poder nas mãos da Igreja e do Estado, as políticas sociais eram filantrópicas, assistencialistas e o atendimento à infância era pouco específico, oriundo de iniciativas particulares e religiosas. Não ocorreram mudanças significativas nas políticas sociais no século XVIII, permanecendo este padrão filantrópico e assistencialista encontrado nos chamados “refúgios”. Segundo Gomes (1977), a iniciativa assistencial do Pastor Jean Frederick Oberlin em França, em 1769, mereceu registo na historiografia da educação como a primeira experiência mais formal de atendimento à criança em idade de Educação de Infância. Trata-se do modelo mais antigo concebido especificamente para crianças muito pequenas, a chamada “Escola de Tricô”: “As crianças com idades a partir dos dois anos, rodeavam a ‘Educadora’, que conversava com elas enquanto fazia tricô”. Este modelo incluía exercício físico, jogos e trabalhos manuais, bem como lições

sobre a natureza e a história através de imagens. Numa primeira fase trabalhava-se os nomes de objetos presentes nas gravuras nos seus dialetos e depois no Francês padrão (Deasey,1978). As “salas de Asilo” de Oberlin, aos poucos, foram-se expandindo pela França a mais cinco vilas antes da morte de Oberlin em 1826 e posteriormente por toda a Europa com a designação de “Écoles maternelles” (1977:14). No entanto, o modelo não chegou a ser adotado pelo resto da França nem por outro país da Europa. As razões da ausência de influência poderão ser devidas à revolução francesa e à atitude anticlerical que surgiu, uma vez que, durante a revolução, as atividades religiosas foram restringidas ou proibidas. No entanto, este modelo só viria a obter um autêntico significado educativo quando sofreram a influência das “Infant Schools” inglesas organizadas por Robert Owen (1771-1858), filantropo escocês que criou a “Escola Infantil” e o “Instituto para a formação do caráter”, numa cidade industrial da Escócia. Preocupado com as condições de vida do operariado, era um observador da realidade social do seu tempo. Em função disso, Owen criou, junto da sua fábrica de New Lanark, na Escócia, uma grande Instituição escolar que abriu em 1816 (Gomes 1977). Esta Instituição era para os filhos dos operários e marcou o início da passagem do usual atendimento ou assistência para uma ação de educação e de instrução. Alguns dos seus empregados tinham seis anos de idade, vindo depois a admitir apenas crianças com dez anos. Owen deu início a várias reformas sociais, incluindo o estabelecimento de dez anos como a idade mínima para uma criança começar a trabalhar. O fornecimento de bens de consumo a preços mais baixos dos que habitualmente praticados, bem como a melhoria das condições de habitação dos operários também foram algumas das suas medidas adotadas. Criou, ainda, o Instituto para a formação do caráter. Estava organizado em três níveis e era frequentado por alunos dos três aos vinte anos de idade, para lhes inculcar a prática de bons hábitos (Owen 1857). A Escola Infantil era destinada a crianças dos três aos seis anos de idade e era o primeiro nível. O segundo nível era frequentado pelas crianças de seis a dez anos de idade e o terceiro nível era destinado aos alunos de dez a vinte anos e funcionava à noite. Este terceiro nível pretendia dar resposta às necessidades dos jovens que tinham que trabalhar, pois a grande maioria só podia ir à escola no período noturno. No seu Instituto aprendia-se a ler, a escrever, aritmética, música, dança, história, costura e geografia. Havia muitas atividades ao ar livre e saídas ao exterior. Owen propunha uma reforma geral da sociedade, e as suas

instituições educativas deveriam preparar cidadãos para essa nova sociedade (Gomes, 1977:15). O modelo de Owen não se baseava em qualquer teoria do desenvolvimento da criança. Defendia que a aprendizagem se devia basear na razão. Os seus objetivos não eram apenas trabalhar as competências básicas de leitura, escrita e aritmética mas também os aspetos físico do mundo, os trabalhos manuais, canto e dança e os princípios morais. Lutou por uma escola atrativa onde as crianças não deviam sofrer castigos corporais nem serem coagidas a aprender e a portarem-se bem.

O pedagogo italiano Ferrante Aporti (1791-1858), baseando-se na experiência inglesa, abre em Cremona, dezasseis anos após a iniciativa de Owen, o primeiro “asilo infantil”. No princípio, esta Instituição foi destinada somente a crianças de famílias abastadas; só posteriormente aceitou crianças pobres. Aporti não foi um grande teórico da Educação de Infância, mas trabalhou dedicadamente para que as crianças desta idade não fossem apenas protegidas, mas também educadas e instruídas. Em 1848, o nome das “salas de asilo” foi substituído pelo de escola maternal. Em 1881, foi criada por Decreto a “escola maternal francesa”, que sucedeu às “salas de asilo”, sempre com caráter assistencial (Luc, 1982:305).

Em 1837 surgiu na Alemanha a primeira Escola Infantil de Fröebel e em 1840 passou a ser designada por “Kindergarten”. A influência de Fröebel fez-se sentir levando à abertura de Escolas Infantis um pouco por todo o mundo, sobretudo na Europa e na América. O país onde se deu pela primeira vez a consagração oficial aos princípios de Fröebel foi a Áustria que reconheceu a existência legal dos jardins-de-infância em 1872 (Gomes, 1977:18). Estes princípios surgem, posteriormente na Bélgica nas *Écoles de l'Ermitage* e em Espanha nas *Escuelas de Parvulos*. Regista-se também o Jardim-de-infância da Estrela de Lisboa e o “Colégio Pestalozzi Jardim e escola Fröebel”, em Portugal.

Pelo exposto, a experiência inglesa (Owen, 1817) e a Italiana (Aporti, 1833) expressam o caráter educacional que começa a ser dado à Educação de Infância. No entanto, é a proposta alemã de Fröebel (1837) que vai marcar profundamente a História da Educação de Infância, sendo o projeto mais significativo de cunho educacional/pedagógico que veio influenciar fortemente a Educação de Infância no mundo.

CAPÍTULO 2: CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA EM PORTUGAL

Neste capítulo apresentam-se algumas considerações sobre a história da Educação de Infância em Portugal. Quando e como começou, como se desenvolveu e quais foram os seus principais precursores. Despontou vagarosamente durante o século XIX, cresceu e desenvolveu-se durante o século XX e assumiu-se no século XXI. De uma necessidade assistencial das crianças passou-se para uma necessidade educativa e pedagógica. Vários fatores contribuíram para este percurso e para o desenvolvimento da educação a todos os níveis. Destaca-se como principal e decisiva, a necessidade de se formar uma sociedade nova com bons cidadãos em todos os regimes e estados que emergiam e em todas as localidades desses estados e desses regimes, onde se integra Bragança. Com a aposta na melhoria das condições de vida das crianças verificou-se uma diminuição dos níveis de mortalidade infantil, o que tornou compensador o investimento feito nas crianças. Devido à industrialização houve a necessidade de uma nova reorganização da sociedade com uma maior concentração de população em núcleos urbanos. “Entre os restantes fatores destacam-se uma industrialização e urbanização crescentes, que provocaram profundas mudanças na organização da sociedade ocidental relativamente à produção de bens de consumo, bem como mudanças na organização e na estrutura familiar” (Spodek, 2002:193).

Quando surgiram as instituições vocacionadas para a Educação de Infância, a principal preocupação era meramente a de matricular as crianças com os irmãos mais velhos. Tratava-se da primeira abordagem à educação das crianças. Numa primeira fase estavam mais vocacionadas para a assistência e numa segunda fase visavam essencialmente preparar a criança para a entrada na escola Primária. Havia, contudo, a convicção de que as experiências vividas pelas crianças na infância iriam influenciar o adulto emergente.

Diacronicamente, a Educação de Infância em Portugal sofreu grandes alterações. Segundo Gomes (1977:20), “Percorreu as mesmas etapas que noutros Países da Europa, embora com significativo atraso no que concerne ao calendário e ao número de

estabelecimentos”. Tal atraso deveu-se acima de tudo, no entender de Cardona (2006:132), ao facto do processo de industrialização e o desenvolvimento de políticas sociais para a infância terem sido mais lentos. As primeiras instituições tinham predominantemente fins assistenciais e sociais.

2.1. A Educação de Infância até finais da Monarquia

Em Portugal, os serviços de proteção à infância começaram nos séculos XV e XVI com a criação das Misericórdias pela Rainha D. Leonor (1458 – 1525), facto este referenciado por vários autores (Gomes, 1977; Ramirez, Penha e Loff, 1988; Bairrão/Vasconcelos/Cardona, 1997) “O seu início marcou o começo da criação de estruturas vocacionadas para a prática de obras de caridade destinadas aos pobres, doentes e crianças sem família” (Cardona, 1997:26). Muitas eram as designações dadas a estas instituições, tais como “rodas”, “refúgios”, “hospícios” e “asilos”. Através destas designações pode-se inferir que se propunham objetivos predominantemente sociais ou assistenciais, como já foi referido.

A componente assistencial sempre prevaleceu com especial incidência nas instituições particulares, grande parte delas tuteladas pela Igreja Católica. Afirma Magalhães (1997: 121) que “a primeira grande acção junto da infância foi de protecção”. O mesmo autor refere que as Misericórdias, os higienistas e a prática das amas no século XVII visavam sobretudo proteger e acolher a criança, ao mesmo tempo que procuravam proporcionar-lhes uma formação rudimentar - incluindo a leitura e a Escrita (Magalhães, 1997).

Apesar destas instituições se manterem ao longo dos tempos, a partir do século XVIII, mais precisamente durante a Revolução Industrial, foram-se distinguindo, entre instituições que propunham objetivos sociais ou assistenciais e instituições que propunham objetivos predominantemente pedagógicos ou educativos. Por vezes surgiam instituições que conciliavam estes dois objetivos – assistenciais e educativos. Segundo Magalhães (1997:122) esta crescente preocupação com a criança e com o seu sucesso educativo levou à necessidade de criação de “planos educativos estruturados e consequentes” dando origem a uma “meta-escolarização da Educação de Infância que tendeu a reduzir a acção educacional a uma propedêutica escolar”.

Pode dizer-se que em Portugal, tal como noutros países, a Educação de Infância passou por diferentes etapas, sendo o século XIX – pós Revolução Industrial, uma época marcante para a sua história uma vez que começa a ser mais valorizada, intimamente associada à afirmação da classe média que se torna cada vez mais influente, portadora de novos valores relativos à educação da criança e do cidadão. Surgiu lentamente como campo distinto da educação, havendo uma série de fatores que contribuíram para o seu desenvolvimento, tal como alerta Formosinho (1986:14):

A emergência de novos Estados e a sua necessidade de cidadãos com boa formação cívica contribuindo para o desenvolvimento da Educação a todos os níveis. O decréscimo da mortalidade infantil também tornou compensador investir nas crianças. O aumento da industrialização e da urbanização da sociedade ocidental com vista à produção de bens, tal como mudanças nas estruturas familiares e organização da família.

Em consequência da Revolução Industrial ocorreram mudanças a nível social, tais como o movimento das populações para as zonas urbanas, o que implicou a necessidade e a procura de níveis de Educação mais elevados e a emancipação feminina que levou às alterações da estrutura e do funcionamento da família. Só em 1834, com a expulsão das ordens religiosas do país é que se criaram as primeiras instituições para crianças até aos seis anos de idade, de iniciativa privada, com preocupações de tipo asilar, sedeadas nas grandes cidades e destinadas a crianças provenientes das classes sociais mais desfavorecidas. Estas instituições estavam integradas na “Sociedade das Casas da Infância Desvalida” -uma sociedade privada e sob proteção do rei D. Pedro IV (Gomes, 1977:20).

De acordo com os estatutos publicados em 1852, esta sociedade tinha como finalidade

Dar protecção, Educação e instrução às crianças pobres de ambos os sexos desde que tenham, acabado a criação de leite, tratando dos meninos até à idade de 7 anos e das meninas até à de 9 anos, habilitando assim os pais e mães de família a ocuparem-se da sua vida diária, sem o inconveniente de deixarem os filhos ao abandono (Cardona, 1997:27).

A partir da década de setenta do século XIX, começou a sentir-se cada vez mais a necessidade de criar mais instituições de Educação de Infância começando a notar-se a progressiva substituição do espírito assistencial por uma nova conceção educativa.

A *carta de Lei de 2/5/1878* define as condições para a criação de “Asilos de Educação” em todo o país, para crianças dos três aos seis anos. Estes “Asilos de Educação” eram considerados como auxiliares da Escola Primária. No entanto, apesar dos suportes legais, não houve grandes desenvolvimentos.

A expressão “Jardim-de-infância” só começa a utilizar-se, a partir de 1879, e observa-se essa designação na *Lei 11/6/1880* onde se expressa que o estado deve apoiar as iniciativas privadas na criação de “Jardins-de-infância”.

Em 1880 é criado um colégio, no Porto, designado “Colégio Pestalozzi Jardim e Escola Fröebel”, cujo regulamento se apresenta em suporte digital (Vide DVD) por se considerar pertinente para o estudo da História da Educação de Infância em Portugal, uma vez que é importante como prova documental e por se tratar do primeiro Jardim-de-infância em Portugal e, ainda, por ser um documento único:

Acrescentamos agora que em 4 de Outubro de 1880, Augusto Gustavo de Almeida fundou no Porto um estabelecimento de ensino a que deu o nome de “Colégio Pestalozzi – Escola Fröebel” (Revista da Sociedade de Instrução do Porto, Ano II, nº. 3, 1/3/1982:42, Gomes, 1977:43).

Decorridos dois anos, em 1882, é criado o Jardim-de-infância da Estrela em Lisboa, por ocasião do aniversário do centenário da morte de Fröebel, sendo este considerado, por vários autores (Gomes, 1977; Cardona 1997), o primeiro Jardim-de-infância em Portugal. Percebe-se também que a partir de 1880 o ensino começa a ser tema de discussão, não apenas nos círculos intelectuais de académicos e pedagogos, mas também na opinião pública que se vai inteirando cada vez mais dos altos índices das taxas de analfabetismo, através da revelação pela imprensa dos dados estatísticos, obtidos dos censos populacionais de 1878. Discute-se a validade e rentabilidade dos métodos e estratégias pedagógicas do ensino, a Educação de Infância também chega ao debate pedagógico.

Os telégrafos, a imprensa, o comboio e os modernos e mais rápidos navios encurtam distâncias, aproximando mais os países uns dos outros, o que permitiu compreender melhor o atraso do país face àqueles países com os quais mantínhamos relações políticas económicas e culturais mais intensas. Impunha-se, por isso, reformular as estruturas deste sistema e criar um novo que privilegiasse a instrução, investindo em crianças mais recetivas, em suma, criando um novo Homem, com outra

mentalidade e com outra dinâmica. Eram as ideias Republicanas a fazerem-se sentir.

Cardona (1997) refere que na década de 1880 se debate a Educação de Infância em várias publicações, destacando as conferências pedagógicas de 1881 e 1884.

Francisco Adolfo Coelho, em 1875/76, insurgiu-se como um defensor acérrimo da Educação de Infância e das ideias de Fröebel quando utilizou, no Porto, os materiais e exercícios fröebelianos sobre influência de Carolina Michaelis de Vasconcelos. Continuou com a divulgação destas ideias e da sua biografia na imprensa e em conferências, chegando, em 1883, a orientar um curso de formação teórico/prático em Lisboa sobre o método de Fröebel. Adolfo Coelho propôs ainda a aprovação da criação de Jardins-de-Infância nos principais centros de Portugal (Gomes, 1977). Este pedagogo sustentava que as crianças fossem educadas dos três aos seis anos sobre o método de Fröebel e seus continuadores, ressaltando as convenientes modificações e desenvolvimento.

Em 1876 João de Deus publica a “Cartilha Maternal” que conduz à criação, em 1882, da “Associação das Escolas Móveis” para divulgar o seu método de leitura e, desta forma, combater o analfabetismo (Sampaio, 1968:90; Gomes 1977:51). João de Deus considerou importante o começo do processo educativo na infância e, como tal, realçava o quão necessário era a criação de Jardins-escola. Nasceu, assim, o movimento de criação de Jardins-escola, a funcionar segundo o método de João de Deus. Posteriormente o seu filho, João de Deus Ramos, deu-lhe continuidade, contribuindo para a construção do primeiro Jardim-Escola em 1908, destinado a crianças dos três aos oito anos.

Na década de 1890 continua a preocupação em criar mais instituições para a Educação de Infância (Cardona, 1997). Em 1893 surge a obra do pedagogo José Augusto Coelho que publicou um programa para as crianças de quatro a oito anos, um método português para a Educação de Infância bastante influenciado pelas ideias de Fröebel (Gomes, 1977:48).

Na Reforma de João Franco, em 1894, “As Escolas Infantis recebem crianças dos três aos seis anos e são destinadas a ministrar-lhes o ensino compatível com a sua idade” (*Diário do Governo*, DG nº.292, 24/12/1894), (Sempre que, neste trabalho utilizar a expressão “*Diário do Governo*”, será substituída pelas iniciais DG). A Educação de Infância ganha destaque nas medidas dos Governantes ao referirem a sua

importância e a necessidade de se criarem Escolas Infantis, nas cidades do Porto e Lisboa, bem como em outras povoações importantes. Este Decreto regulamentado e aprovado em 1896 (*DG n.º.141, 27/6/1896*) reforçava a ideia da necessidade de criação de mais Escolas Infantis, os seus objetivos, as condições e normas de funcionamento a que estas deviam obedecer. Destaca-se também a palavra “ensino” ao referirem-se à Educação de Infância, destinada a crianças dos três aos seis anos, valorizando as recreações, favorecendo, essencialmente, o desenvolvimento físico e social das crianças, os seus hábitos e sentimentos, para que a criança tivesse um clima favorável de desenvolvimento, notando-se claramente a grande influência do método de Fröebel.

Nas orientações decretadas para a educação, em 1901, por Hintze Ribeiro (*Decreto n.º.8, de 24/12/1901*), salienta-se que a Educação de Infância não é um grau de ensino, mas sai reforçada a sua integração no sistema educativo português. No entanto, refere-se apenas ao apoio do Estado às instituições privadas. Destaca-se que a idade de entrada das crianças deixa de ser aos três anos para passar a ser aos quatro anos e nota-se a preocupação em preparar as crianças para a Escola Primária, valorizando o desenvolvimento intelectual, a leitura e a escrita, observando-se uma maior aproximação ao modelo escolar. A influência de Fröebel continua a verificar-se. Cardona (1997) refere que neste período não há referências à criação de Escolas Infantis em Portugal.

Nos últimos anos da Monarquia houve uma intensa atividade pedagógica, apesar da criação de instituições de Educação de Infância ser muito reduzida. Segundo Gomes (1977) foi criado um Jardim-de-infância no Porto em 1906, adotando o método de Fröebel. Adolfo Coelho, em 1910 refere que em Portugal só existe um Jardim-de-infância que foi criado em 1882, em Lisboa. A Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus, criada em 1882, “precedeu, em 1907, à Reforma dos estatutos, passando, a incluir nos seus objectivos a criação das escolas maternais” (Sampaio, 1968:90; Gomes, 1977:51). Em 1908, passou a denominar-se “Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-escola” (Gomes, 1977:51).

João de Deus Ramos pretendia, assim, criar Jardins-de-infância destinados a crianças dos três aos sete anos, onde fosse aplicado o método de João de Deus, criando um modelo de Escola Infantil Portuguesa. Este pedagogo, entre 1907 e 1910, esteve

envolvido na criação do Jardim-Escola de Coimbra, aberto em 1911. Em 1914 a Associação, ao remodelar os seus estatutos, passou a designar-se “Associação das Escolas Móveis e Jardins-escola João de Deus”, pretendendo criar Jardins-escola João de Deus de preferência nos centros de população operária, para abrigo, educação e ensino de crianças de quatro até ao máximo limite de idade de nove anos (Sampaio, 1968:92).

Destaca-se a voz de João de Deus Ramos, João de Barros e Casimiro Freire nos últimos anos da Monarquia, uma vez que ao abordar a questão da Educação de Infância e da importância que teria para a construção do homem novo. Segundo R. Fernandes (1992), em 1907, João de Barros e João de Deus Ramos elaboraram um relatório das visitas efetuadas a estabelecimentos de Educação de Infância em Espanha, França, Bélgica e Inglaterra. Combatem a escola velha para criar uma sociedade moderna, através de uma escola nova. Uma escola Republicana, laica, sem ensino religioso, com liberdade de culto e de religião.

Este relatório fundamentava a conceção de Ensino Infantil e a absoluta importância que era dada à sua expansão. Iria desenvolver aptidões, acentuar inteligências e definir carácteres. Defendia o ensino intuitivo, o ensino de toda a ciência e arte da vida. Advogava para a Educação de Infância a alegria, o bem-estar, o equilíbrio físico, moral e mental da nova geração de crianças. A utilização de instrumentos pedagógicos adequados permitia desenvolver as faculdades de raciocínio lógico, com plena vantagem da escolarização futura, defendia a preparação para a Escola Primária. Referia as vantagens da frequência do Ensino Infantil pelas crianças a partir dos três anos de idade, salvaguardando que este ensino fosse adaptado às necessidades do seu desenvolvimento físico e mental.

2.2. A Educação de Infância na 1ª República

Neste trabalho procura dar-se um especial ênfase à Educação Pré-escolar no período da 1ª República por considerar que teve um papel fundamental no seu desenvolvimento.

Embora o Governo Republicano enfatizasse o papel desempenhado pela educação no progresso do país, através do combate ao analfabetismo e à generalização da Escola Primária, a Educação de Infância era uma prioridade deste regime político (Cardona,

1997:35). Foi considerada, pela mesma autora (2006:135), “como sua missão primordial a preparação para a escola, paralelamente foi predominada a tendência para valorizar a especificidade deste ensino, tendo em conta as características das crianças”.

Neste período, como se constatará mais à frente, observaram-se algumas oscilações em relação à forma como a Educação de Infância foi concebida e desenvolvida.

2.2.1. A modernidade pedagógica

O direito de todas as crianças, dos quatro aos sete anos, receberem Educação escolar, gratuita e facultativa foi uma das primeiras inspirações no plano filosófico para o surgimento da escola moderna. Para compreender essa mudança é necessário entender a transformação da concepção de Homem e de mundo, uma vez que a modernidade, como revolução social promove a formação e a afirmação de uma nova classe: a Burguesia. Estas mudanças, por sua vez, produziram uma revolução na Educação e na Pedagogia.

Do ponto de vista ideológico-cultural, a modernidade opera uma dupla transformação: primeiro, de laicização, emancipando a mentalidade - sobretudo das classes altas da sociedade - da visão religiosa do mundo e da vida humana, ligando o homem à história e à direção do seu processo (a liberdade, o progresso); segundo, de racionalização, produzindo uma revolução profunda nos saberes que se legitimam e se organizam através de um livre uso da razão, a qual segue apenas os seus vínculos internos, opondo-se a toda a forma de preconceitos. O Iluminismo caracterizará de modo orgânico e explícito este novo modelo de mentalidade e de cultura (Cambi, 1999).

Assim, é possível constatar que na 1ª República a Escola Infantil foi-se renovando profundamente, assumindo a feição de escola moderna, minuciosamente organizada através de legislação própria, administrada pelas Câmaras Municipais sempre sobre olhar atento do Estado e capaz de formar o Homem cidadão, e não o perfeito cristão ou o bom católico, como ocorria anteriormente nas mãos da Igreja.

Os Republicanos mudaram profundamente os fins, os meios e os olhares sobre a escola, atribuindo-lhe um papel social mais central e universal e uma identidade mais orgânica e complexa.

A modernidade, enquanto revolução política, gira em torno do nascimento de um Estado moderno, centralizado e controlado pelo poder em todas as suas funções. Embora conformada pela realeza, passa a pautar-se, principalmente, num complexo sistema de controle, cuja função primordial é a elaboração do consenso e a penetração de uma lógica estatal (centralização das decisões e do controle) na sociedade no seu conjunto. Tal poder descentralizado gera, desse modo, a já referida nova classe - a Burguesia - construindo-se, pois, os primeiros passos em direção à formação e afirmação desta.

A formação do homem segue novos itinerários sociais, orienta-se segundo novos valores, estabelece novos modelos (...). Mudam assim os fins da Educação, destinando-se esta a um indivíduo ativo na sociedade, liberado de vínculos e de ordens, posto como artifex do mundo em que vive; um indivíduo mundanizado, nutrido de fé laica e aberto para o cálculo racional da ação e suas consequências (Cambi, 1999:198).

A ocidentalização da cultura caminha, simultaneamente, com o desenvolvimento urbano e comercial e a necessidade de letrados torna-se imperativa. As mudanças relativas aos fins da Educação conduzem, concomitantemente, a uma redefinição do lugar da escola na sociedade moderna. Segundo o autor que se tem vindo a citar

Toda a sociedade se anima de locais formativos, além da família e da Igreja, como ainda da oficina; também o exército, também a escola, bem como novas instituições sociais (hospitais, prisões e manicômios) agem em função do controle e da conformação social; entre essas instituições a escola ocupa um lugar cada vez mais central, cada vez mais orgânico e funcional para o desenvolvimento da sociedade moderna: da sua ideologia e do seu sistema econômico (Cambi, 1999:198).

O sistema escolar de Educação de Infância nasce com os Republicanos, tendo sido no final da Monarquia um modo embrionário e não totalmente desenvolvido nas suas potencialidades. Todavia, na 1ª República as características essenciais da Educação de Infância já estavam presentes.

2.2.2. A construção da nova sociedade através da Educação

O discurso pedagógico Republicano depositava desmedida confiança no progresso social, atribuindo-se à Educação um papel decisivo na consecução das novas metas estabelecidas. O seu projeto educacional era, por isso, francamente voltado para a

modernização do sistema educativo, mediante a criação de melhores condições de trabalho pedagógico, da renovação dos currículos, dos conteúdos do ensino e das atividades escolares, através da elevação qualitativa do nível da formação docente, (Fernandes, 1993).

A Educação escolar torna-se um objetivo primordial já que através dela, se conseguiu atingir e consolidar a democratização e modernização do país, sendo a Educação moral e cívica, o trampolim necessário para a sua consecução e a escola um dos pilares da República.

A política muda, e com ela muitos outros aspetos, pois, os Republicanos tencionavam implementar os seus princípios pedagógicos que foram vetor fundamental de propaganda durante a última fase da Monarquia

Conquistado o poder, o Partido Republicano nomeou um Governo provisório, simbolicamente presidido pelo idoso e respeitado Professor do Curso Superior de Letras, Teófilo Braga, mas cujos verdadeiros chefes eram os ministros do interior (António José de Almeida), da Justiça (Afonso Costa), dos Negócios Estrangeiros (Bernardino Machado) e, um pouco mais tarde, do Fomento (Brito Camacho). Em menos de um ano, o Governo Provisório conseguiu cumprir alguns dos pontos principais do programa Republicano, bem como consolidar o novo regime, assegurar a ordem pública interna e alcançar o reconhecimento por parte das potências estrangeiras (Marques, 1986:225).

Homens com capacidade não faltavam. Havia excelentes pedagogos com novos ideais e projetos, nomeadamente João de Barros, João de Deus Ramos, António Sérgio, Adolfo Lima, Álvaro Viana de Lemos, Faria de Vasconcelos, entre outros, sendo que

O que mais marcou, do ponto de vista educativo, a 1ª República foi a grande riqueza do debate pedagógico. Nunca até aí se tinham difundido e discutido tantas ideias inovadoras sobre Educação como nesse período em que a liberdade e a criatividade se juntaram às influências estrangeiras (Pintassilgo, 1998:52).

Os Republicanos depararam-se com um problema que era a alta taxa de analfabetismo, “uma taxa de analfabetismo na população maior de sete anos de 69,7%; uma rede escolar Primária extremamente deficiente existindo somente um terço das escolas necessárias para cobrir toda a população escolar” (Cardona:1997:34).

Gomes (1977:54) refere que “por altura da proclamação da República, a taxa de analfabetismo global, no país, ultrapassava os 75%”, “As taxas de analfabetismo rondavam os 75,1% na totalidade sendo de 81,2% para as mulheres” (Proença, 1998:60). Perante tais situações o combate ao analfabetismo impunha-se como objetivo prioritário. A valorização da Educação “muito típica da República surge intimamente ligada ao contexto sociocultural que caracterizava o país durante este período” (Cardona, 1997:37). A implantação da República trouxe um novo ânimo e uma nova esperança. “Transporta a ideia de homem novo” e introduz novos conceitos de participação e cidadania. A participação passa a ser entendida como um “instrumento imprescindível e essencial da democratização e modernização do País” (Sousa Fernandes, 1992:313).

Não há dúvida de que os Republicanos queriam acabar com este mal social que era o analfabetismo. Rogério Fernandes refere que, com o advento da 1ª República, surgiram as condições ideológicas favoráveis a uma renovada esperança da nossa sociedade. A Educação está relacionada com o desenvolvimento, “Ou seja, toma-se consciência da ligação entre Educação e desenvolvimento. O surgimento do novo regime é acompanhado da distinção entre Educação e instrução, percecionando-se esta como uma das componentes daquela acção global” (Sarmiento, 2002:138).

A 1ª República, como acentuou António Nóvoa, caracteriza-se por uma intensa atividade educacional. A necessidade de formar um Homem novo numa sociedade nova, diferente, moderna, rompendo com o passado, era uma das características da escola Republicana. Por isso a rutura teria que ser radical. Proença (1977) refere que os Republicanos estavam fortemente influenciados pela sociedade francesa e que uma Educação Republicana só seria possível fazer-se no seio de uma nova sociedade. Os Republicanos estavam determinados a educar, em todos os sentidos, o povo Português, mas,

Na prática nesse período a concretização destas boas intenções foi quase inexistente. Para solucionarem esta dificuldade os Republicanos concentraram todos os seus esforços educativos na Escola Primária. Mas o que fizeram, na verdade, foi “abrir o combate em todas as frentes” (Proença, 1977:54).

Apesar do regime Monárquico ter publicado algumas medidas legislativas para o desenvolvimento da Educação de Infância, foi na 1ª República que foi profundamente pensada, refletida, discutida e amplamente organizada e legislada.

2.2.3. O advento das Escolas Infantis

A expressão “Escola Infantil”, utilizada em Portugal nas últimas décadas do século XIX para caracterizar o Ensino Infantil de crianças dos quatro aos sete anos (Augusto Coelho, 1893:543), generalizou-se na 1ª República, com a valorização do Ensino Infantil.

Tratava-se, segundo Rumina Branco (1932:4-5), de “uma Instituição orientada para uma finalidade especial, estabelecida segundo regras que foram, pouco a pouco, formuladas por médicos, pedagogos e psicólogos”, para auxiliar a Educação das crianças dos três aos seis anos. A mesma autora considerava que a Escola Infantil não era uma escola na aceção vulgar da palavra, mas uma Instituição que se destinava a proteger e livrar a criança dos perigos que lhe advêm da falta de vigilância e dar-lhe, “dos três aos seis anos, todos os cuidados que necessita para o seu completo desenvolvimento físico, intelectual e moral”.

Esta autora considerava as Escolas Infantis como “a obra filantrópica de maior alcance social” (Rumina Branco, 1932:14). Admitia crianças dos três aos seis ou sete anos de idade, e podiam funcionar segundo os sistemas pedagógicos de Fröebel ou Montessori. Defendia que deviam estar mais ligadas à Creche que à Escola Primária, e que deviam ser um centro de Educação e de valorização do indivíduo antes da entrada na Escola Primária.

2.2.4. O interesse pela Educação de Infância

Passado quase um século desde a implantação da 1ª República em Portugal, tornou-se urgente reatar os fios que nos ligam, consciente ou inconscientemente, a esse período brilhante para a História da Educação, em geral, e da Educação de Infância, em particular. Dadas as circunstâncias atuais de instabilidade, justifica-se, mais do que nunca, um olhar diferente sobre este período histórico caracterizado de insegurança, de mudança e de incerteza em relação ao futuro da Educação em Portugal. Rogério Fernandes (1992:10) realça a importância deste facto da história, para desvendar, tanto quanto possível, “Uma realidade histórica privilegiada como momento revolucionário no passado recente do país e, por outra parte, que nessa mesma visão nos libertemos das ilusões que privaram de futuro, ou, pelo menos, de imediata continuação”.

Nos dezasseis anos de República, é importante determinar as principais realizações benéficas e duradouras, assim como as que não foram, ou foram menos. Contudo devemos ir mais longe e mais fundo, ultrapassando o registo, simples e elementar, dos deveres e haveres da contabilidade faciosa. O autor citado considera que “A Educação Republicana é um dos temas mais ricos da história da cultura Portuguesa, e ao mesmo tempo, um dos mais descurados.” (Fernandes, 1992:11). No entanto ressalva que não quer dizer que não tenha sido abordado já em alguns trabalhos pioneiros, mas pouco aprofundados. É impossível, de resto, no estado atual da investigação de base, iniciar-se alguém, numa obra de síntese no setor da instrução pública, sem a efetivação prévia e metódica de estudos monográficos sobre os seus vastos e diversos aspetos. Podemos dizer que a Educação de Infância ainda não foi objeto de discriminação analítica e crítica, indispensável na reconstituição historiográfica.

Muitos autores da História da Educação em Portugal têm feito alusões à História da Educação de Infância nesse período, embora que de uma forma pouco aprofundada, como aliás o é nos restantes períodos da nossa História da Educação.

Em 1968, o trabalho de José Salvado Sampaio, sobre o “Ensino Infantil”, foi a mais importante obra sobre Educação deste nível de ensino, mantendo-se como referência até 1977, altura em que surge o trabalho de Joaquim Ferreira Gomes *A Educação Infantil em Portugal*, e, em 1997, o estudo de Maria João Cardona *Para a História da Educação de Infância em Portugal*. Outros Historiadores da Educação em Portugal teceram referências sobre este nível de ensino, especificamente os grandes trabalhos de Rómulo de Carvalho, Rogério Fernandes, Áurea Adão, Rui Grácio, António Nóvoa, Justino Magalhães, Teresa Vasconcelos, Glória de Saraiva, entre outros. As suas obras manifestam-se como fundamentais para a construção da História da Educação em Portugal. No entanto, há muito ainda por fazer neste campo de investigação.

Com a 1ª República surgiu o advento de novos ideais de vida - a construção de um Homem novo, de uma nova sociedade – devia, então, começar-se pelo Ensino Infantil. Os homens Republicanos colocaram a criança e a Educação de Infância no centro das suas prioridades. Quando há interesse político e vontade popular, a obra pode nascer com mais facilidade. António Nóvoa (2005:109) refere que:

O Ensino Infantil é uma criação da República, que transforma em projecto legal a preocupação social com a pequena infância e com o seu enquadramento educativo. A decisão de “alargar para baixo” as responsabilidades do Estado deve ser vista à luz de uma transformação das primeiras idades em objeto autónomo de intervenção social e de reflexão crítica.

A 1ª República quis encaminhar a Educação e começou a idealizar os objetivos para o ensino, salvaguardando o Ensino Infantil.

Os homens da 1ª República tinham o mal perfeitamente identificado, tinham que por isso tomar medidas rapidamente, para recuperar o grande atraso relativamente aos outros Países da Europa. A urgência que os Republicanos puseram, logo nos inícios de 1911, na reformulação do Ensino Primário, justificava-se na urgência na actuação pois “Era preciso não atrasar a criação do novo modelo de homem português que a República trazia no seu programa e que deveria surgir das sementes lançadas logo no Ensino Infantil” (Carvalho, 2001:682).

A criança aparecia como elo fundamental para o desenvolvimento de um país. Nunca antes ninguém tinha feito tanto. Foi devido a acontecimentos como estes que começou por se designar o século XX como o século da criança. As ideias Republicanas viam a Educação como a principal via para atingir a igualdade de todos os cidadãos. A Educação de Infância teve aqui a sua idade de ouro, os seus tempos de brilho. Era vista como a modernidade, a inovação pedagógica de um país.

Finalmente, alguém se interessou pela Educação de Infância e pelas crianças antes dos sete anos de idade ou antes da entrada na Escola Primária. Esta nova ideia de escola teve mais peso valor na Escola Infantil. Este sistema seria novo em qualquer sociedade mundial. Foi uma revolução de mentalidades. Era, na verdadeira aceção da palavra uma Escola Nova em Portugal que não queria continuar atrasado em relação ao resto da Europa onde este nível de ensino estava mais desenvolvido.

As influências estrangeiras faziam sentir-se através da facilidade de acesso à literatura sobre o assunto e às visitas efetuadas ao Estrangeiro. O povo português não queria adormecer ao lado das grandes mudanças que iam acontecendo por essa Europa fora. Gomes (1977) e Cardona (1997) referem que, em menos de um mês após o início da República, foi decretada a criação de um Jardim-de-infância em Lisboa. No *Decreto n.º 25, do n.º.73, 3/11/1911*, o Governo Provisório decretou:

Art.1.º A antiga cerca das necessidades, adjacente ao Paço das Necessidades, e suas dependências rurais, passará a denominar-se Jardim-Infantil; *Art.2.º* A sua direcção ficará a cargo da inspecção escolar da cidade de Lisboa, que apresentará, dentro do mais breve espaço de tempo, um plano completo da adaptação da cerca das necessidades ao fim que lhe é destinado; *Art.3.º* Fica desde já, patente todos os domingos ao público o Jardim Infantil.

Infelizmente o Jardim-de-infância foi criado mas não saiu do papel, porque não foram reunidas as condições para que fosse materializado. Esta medida, poderá ser entendida, como um sinal para o advento que os Republicanos queriam dar à Educação de Infância.

2.2.5. A reestruturação do ensino

A urgência que os Republicanos puseram, logo nos inícios de 1911, na reformulação do Ensino Primário, justificava-se na premência da atuação, visto que “Era preciso não atrasar a criação do novo modelo de homem português que a República trazia no seu programa e que deveria surgir das sementes lançadas logo no Ensino Infantil” (Carvalho, 2001:682).

Identificado o problema, o Ministro António José de Almeida encarregou uma comissão de fazer o projeto da Reforma do sistema educativo, chefiada por João de Barros, Diretor Geral da Instrução Primária, e por João de Deus Ramos chefe da Repartição de Pedagogia que estava indicado para redator do projeto. Segundo João de Barros, o ministro apenas estava em discordância com o referido projeto no que respeitava à descentralização (Barros, 1911:I), mas o Ministro colocou inteiramente de lado esse projeto, devido a desentendimentos pessoais com João de Barros. A polémica estava estabelecida. O Ministro viria a publicar outro projeto, que, apesar de idêntico, continha algumas alterações; foi assim que nasceu a Reforma da Instrução Primária de 29/3/1911, com profundas influências de João de Deus Ramos.

João de Barros, depois de pedir a sua exoneração, publicou o seu projeto juntamente com a Reforma de 29/3/1911, fazendo a sua confrontação para justificar que o projeto era dele e de João de Deus Ramos, e que as alterações que lhe foram feitas, foram apenas para o descaraterizar. João de Barros tinha dedicado a sua vida à luta pelos ideais Republicanos, sendo um forte impulsionador na fase da Monarquia: “As ideias, quando verdadeiramente queridas e sinceramente defendidas triunfam sempre,

embora com o sacrifício das nossas melhores ilusões, ou da nossa mais profunda e mais nobre energia” (Barros,1911:II). O mesmo autor referia que o projeto dele era mais facilmente realizável do que a Reforma promulgada:

Parece-me, no entanto, que, pela nossa grande boa vontade, pelo nosso conhecimento do País, e pela nossa absoluta indiferença por tudo o que não fosse o problema pedagógico, fizemos uma obra melhor orientada e mais praticamente realizável, exequível, do que a Reforma promulgada pelo Ministro (Barros,1911:II).

Afirmou que a Reforma promulgada não é mais que “A cópia infiel, a tradução incorretíssima do nosso projecto (...). Mas com tal pressa, com tal desleixo, que tudo apareceu deturpado, desconexo e, creio-o bem, impossível de regulamentar em muitos artigos” (Barros:1911:III). A certeza é que o Projeto de João de Barros e de João de Deus Ramos foi publicado. A Educação de Infância continuava como uma prioridade. Numa análise aos dois projetos parece que ambos introduziam elementos novos para o país, representando uma positiva aquisição para o desenvolvimento e progresso. Era uma orientação nova ao Ensino Primário. As ideias de João de Deus Ramos e de João de Barros estão bem presentes na valorização da Educação de Infância e a necessidade do alargamento a todos os cidadãos. Consideram isso fundamental, apesar das limitações económicas do país.

Com efeito, o Ensino Primário não é, como tanta gente ainda julga, o primeiro ensino, o ensino sem o qual outro se não pode ministrar; é, sim, o ensino fundamental para todos os cidadãos, a sua carta de guia, aquele de que todos os homens carecem para obter o direito de cidade, o direito de colaborar na vida pública do País – pois lhes fornece a habilitação literária e científica absolutamente indispensáveis ao exercício consciente dessa actividade. Não deve considerar-se um preparatório para outro curso, ainda que para isso haja de servir também; é um ensino com valor próprio, limitado a si mesmo; e, rigorosamente, se as condições materiais do país o permitissem desde já, ninguém devia ser dispensado da frequência dos seus três graus (Barros,1911:IV).

Consideravam o Ensino Primário e o Ensino Infantil como o “*Substratum*” do verdadeiro cidadão que tinha de começar pela primeira infância e acabar com a adolescência, lançando para a vida não a criança, mas um indivíduo em que já se esboçassem as faculdades de adulto. Nunca antes se tinha colocado em causa estes dados e se tinha tentado criar, com eles, um novo espírito educativo e uma nova prática

pedagógica. Na estruturação do sistema de ensino, no entender de João de Barros, desenhando-o em forma de planta, o Ensino Infantil estava na base de tudo:

Que a raiz da árvore significa o Ensino Infantil; o tronco, a seguir na parte que não se ramifica, o Ensino Primário médio antigo 1.º e 2.º grau; e a continuação do tronco, de onde já se ramificam secções práticas (embora não propriamente profissionais) o Ensino Primário superior (Ramos, 1911:48).

Neste projeto realça-se a importância das aprendizagens inovadoras, quer de carácter intelectual, quer de carácter prático. As principais diferenças situam-se na divisão do ensino que, enquanto na Reforma de 1911, estava separado em categorias - Ensino Infantil e Ensino Primário, deixando o Ensino Infantil fora do Ensino Primário. No projeto de João de Barros, o ensino aparecia organizado em três graus: infantil, médio, e superior. O Ensino Infantil e o Ensino Primário superior eram facultativos, ainda que gratuitos, só o Ensino Primário médio (que se dividia em elementar e complementar) era obrigatório para ambos os sexos. A não desejável falta de obrigatoriedade dos três graus de ensino deve-se, segundo o relator do projeto, às condições materiais da escola portuguesa e à insuficiência da organização escolar.

João de Barros defendia que o método João de Deus Ramos deveria transformar-se no modelo Nacional. Referiu que esta nova Escola Primária, que o país há muito reclamava e que a República se comprometeu a dar, só poderia existir se houvesse Professores devidamente habilitados, com uma preparação pedagógica, profissional, assente em rigorosos princípios científicos e numa prática honesta e bem orientada, ou seja, a existência de uma formação de qualidade. Defendia a duração de dois anos para os cursos de formação de Professores ao contrário dos quatro anos que a Reforma de 1911 apresentou.

Ficando o curso normal reduzido a dois anos prestava-se um serviço grande ao país, que dentro de dois anos teria Professores verdadeiramente modernos. (...) uma diferença de dois anos, em progressão geométrica, representa para o futuro dez anos de atraso, pelo menos (Barros, 1911:VIII).

Não havendo Professores especializados, colocou-se a hipótese de serem recrutados no estrangeiro, desde que dominassem a língua portuguesa, devendo ainda ser exclusivamente do género feminino, já que “a mulher tem, por instinto e sensibilidade

delicada, condições de afabilidade e doçura para cuidar e dirigir crianças em tão tenra idade” (Ramos, 1911:6).

Os dois projetos defendiam que a construção dos edifícios ou aquisição de mobiliário e material pedagógico pertenciam às Câmaras Municipais, oferecendo o Estado os modelos que satisfizessem as principais condições higiénicas, pedagógicas e estéticas a adotar, segundo os *artigos 70.º a 75.º do citado Decreto n.º 25*.

2.2.5.1. A Reforma da Instrução Primária de 1911

Destaca-se a Reforma da Instrução Primária de 1911 por se considerar de vital importância na história da Educação em Portugal. O preâmbulo desta Reforma começa por valorizar a importância que a Educação tem para o homem: “O homem vale, sobretudo, pela Educação que possui, porque só ela é capaz de desenvolver harmonicamente as suas faculdades, de maneira a elevarem-se-lhe ao máximo em proveito dele e dos outros”, Reforma de Instrução Primária de 29/3/1911, do *DG n.º 73*. A Reforma da Instrução Primária de 29/3/1911 não legislava apenas o Ensino Primário, mas também o infantil, e o normal. A República pretendia recriar escolas com melhores condições. O objetivo do Ensino Infantil era, como se expressa nesta Reforma, “a Educação e desenvolvimento integral, físico, moral e intelectual das crianças, desde os quatro anos aos sete anos de idade”. Essa Educação seria realizada “na escola pela professora, e na família pela mãe, devendo ambas harmonizar-se na orientação a dar” (*Art. 5.º*). O Ensino Infantil, facultativo e gratuito (*Art. 38*), seria ministrado na “forma de lições de coisas e como preparação para o Ensino Primário” e compreenderia aquisições muito elementares de vocabulário, de leitura, de escrita, de geografia do lugar, de contos e lendas tradicionais “com intuitos morais e patrióticos”, e também o “conhecimento das diversas autoridades locais e pessoas mais prestimosas da terra”. Esta Reforma seria a primeira dos Republicanos e decisiva para o rumo que queriam dar à Educação em todos os ramos, começando pela Educação de Infância:

Do grau Primário ao universitário, do ensino clássico ao profissional nas suas diversas modalidades tudo foi contemplado com ampla visão (...). A Reforma da Instrução Primária de 29 Março é um documento notabilíssimo que nos colocaria ao nível dos Países mais avançados no domínio da instrução (...) e mostra bem não só como os seus redactores tinham plena consciência das necessidades daquele grau de ensino mas como também

estavam a par da Pedagogia mais progressiva da sua época (Carvalho,1986:663-665).

Era uma nova forma de estar na escola, onde haveria materiais e mobiliário completamente diferentes do usado até então. Era a influência dos materiais de Fröebel a serem levados à risca, com pormenores que nunca antes se repetiram.

Parece que nada ficou por contemplar neste notável Decreto de 29 de Março de 1911. Nele também não ficaram esquecidas a obrigatoriedade de excursões, de visitas, de passeios pedagógicos, a colheita e a colecção de espécimes para o estudo da Ciências Naturais, tudo isto num País com insuficientes escolas e em grande número degradadas, sem material de ensino e sem Professores habilitados (Carvalho, 2001:675).

Um dos principais objetivos do Ensino Infantil era, como se assume *no Decreto de 29/3/ 1911*, “a Educação e desenvolvimento integral, físico, moral e intelectual das crianças, desde os quatro anos aos sete anos de idade”. Na Escola Infantil dava-se a continuação da Educação pela família, em especial a mãe que era mais valorizada, “na escola pela professora, e na família pela mãe, devendo ambas harmonizar-se na orientação a dar” (*Art.5.º*).

Este ensino era facultativo e gratuito (*Art. 38.º*) e era visto como uma preparação para a Escola Primária: “As Escolas Infantis têm por missão tomar o filho à mãe, apresentando-o mais tarde ao Professor Primário, forte, robusto, alegre, equilibrado em suas faculdades, apto para receber a semente da verdadeira instrução” (*Programa do DG n.º.198, 25/8/1911*). Era ministrado na “forma de lições de coisas e como preparação para o Ensino Primário”, e compreendia aquisições muito elementares de vocabulário, de leitura, de escrita, de geografia do lugar, de contos e lendas tradicionais “com intuítos morais e patrióticos”, e também o conhecimento das “diversas autoridades locais e pessoas mais prestimosas da terra” (*Art.6, do Decreto de 30/3/1911, do DG n.º.73*).

Esta Reforma consagra a função educativa da Escola Infantil como forma de ascensão e igualdade social para todas as crianças “Esta valorização revela a importância que é dada a esta fase da vida, sendo as crianças vistas como responsáveis pelo futuro progresso do País” (Cardona, 1997:38).

A Escola Infantil passa a ser concebida de uma forma mais próxima do modelo escolar tradicional, sendo os seus objetivos definidos sobretudo em relação às futuras aprendizagens escolares.

2.2.6. O programa e a organização das Escolas Infantis na 1ª República

Ao apresentar o programa das Escolas Infantis, em 23/8/1911, o Governo pretendia esclarecer as inúmeras dúvidas que toda a sociedade tinha sobre esta nova escola. Parecia-lhe impossível uma escola para crianças desta idade. Era tudo novo, escolas, conceitos, hábitos, horários, materiais e uma idade diferente. Era novo para os pais, para os Professores e para a sociedade em geral que não conheciam qualquer escola a não ser a Escola Primária. Nunca até então lhes tinham dito os benefícios que os filhos teriam em ir à escola aos quatro anos de idade. Não foi um processo fácil, conseguir passar a mensagem, numa época em que ainda não se tinha assimilado totalmente a ideia e a necessidade da frequência escolar depois dos sete anos, mais difícil seria antes dessa idade: “Assentes estas considerações prévias, necessárias pelo melindroso do assunto e pela sua novidade entre nós, onde, a tal respeito, ainda se não passou de simples tentativas infelizes” (*Programa do DG n.º.198, 25/8/1911*).

Havia necessidade de informação de exemplos práticos sobre o que fazer com crianças tão pequenas que, durante séculos, tinham permanecido em casa. Ao lançar este programa, o Governo antecipava-se a toda uma sociedade de Homens e instituições que teriam de se preparar para esta nova exigência social.

Não se trata nesta idade da preocupação de armazenar conhecimentos, mas de aperfeiçoar os instrumentos de os adquirir, precisos, conscientes e perduráveis (...). Todo o fim, pois, das Escolas Infantis deve estar no robustecimento do organismo, na Educação dos órgãos dos sentidos, e no desenvolvimento das faculdades intelectuais das crianças segundo as Leis naturais do desenvolvimento humano, enriquecendo as faculdades infantis, hora a hora, dia a dia, progressivamente, com um considerável número de conhecimentos justos, precisos e verdadeiros (*Programa do DG n.º.198, 25/8/1911*).

Houve um cuidado especial neste programa para preparar as novas professoras, que deviam possuir uma formação específica e completa no sentido pedagógico, moral e profissional da especialidade: “O que mais importa, portanto é habilitar – educar – as

professoras e não lhes tornar efectiva a nomeação sem que hajam durante dois anos, depois de admitidas ao serviço nas Escolas Infantis, dado evidentes provas da sua capacidade e aptidões” (*Programa do DG nº. 198, 25/8/1911*).

A idade das crianças era diferente e, por isso, não poderiam sujeitar-se a uma sistematização de programas, de horários e de exercícios como na Escola Primária. Tinha que se respeitar a criança e o seu ritmo e não ser contrariada ou constrangida, tomando sempre como ponto de partida a sua curiosidade natural, desenvolvendo qualidades como a observação e a reflexão. Preconizava-se que se seguisse este programa no sentido de orientar toda esta nova estrutura organizativa, pois, se assim não fosse, correr-se-ia “o risco de se transformarem estas escolas, este ensino preliminar, em verdadeiros centros de desordem, de brincadeira ou de puro charlatanismo pedagógico” (*Programa do DG nº. 198, 25/8/1911*).

Este programa apresentava as bases para a professora realizar o seu trabalho nas diversas áreas de Educação, com as seguintes diretrizes:

- Favorecer o desenvolvimento da Educação Física onde se valorizava a liberdade e ação da criança, os jogos e exercícios de relaxamento, não esquecendo os cuidados com o vestuário, a higiene, a alimentação. Os espaços onde ocorriam estes exercícios deviam ser ventilados com luz e boa temperatura;
- Dos órgãos dos sentidos realça a importância das particularidades dos objetos quanto à forma, cor e modos da sua utilidade;
- Sobre o desenvolvimento do sentido da visão, realça a importância de uma boa e cuidada observação do que nos rodeia, exemplificando com alguns exercícios a fazer pelas crianças;
- Para o desenvolvimento do sentido da audição, deviam proibir-se as crianças de gritar, evitar sons bruscos, agudos e intensos. Referia também a importância de conhecerem os objetos pelos sons que produziam. Realçou a importância de cantar em coro a duas e três vozes hinos e canções populares;
- No desenvolvimento do sentido do tato, este programa referiu a importância de manter as mãos bem cuidadas, exercitar as crianças em tactear objetos sem os verem para os poderem identificar. Referiu também a importância de jogos e o jogo da cebra-cega;

- No desenvolvimento da habilidade manual, valorizou as construções escolares, a composição, decomposição e recomposição de objetos de variadas formas, naturais, arquitetônicas e artísticas, segundo as indicações de Fröebel, a modelagem em plasticina e barro e trabalhos elementares de jardinagem e horticultura também faziam parte do programa;
- Para o desenvolvimento da linguagem, propôs contos infantis, exercitação do vocabulário, da sílaba e da palavra, como precioso preliminar do ensino da leitura;
- Os sentimentos morais e os sentimentos de solidariedade social deviam ser desenvolvidos, chamando a atenção da criança para as suas próprias necessidades, valorizando a vida em comum, despertando o amor do próximo, bem como a valorização das relações dentro e fora da escola.

Levar suavemente a criança ao cumprimento dos seus deveres infantis, preceituados em harmonia com o que lhes é mais natural e possível, tanto em relação aos cuidados do asseio pessoal e conservação dos objectos do seu uso, como ao tratamento devido aos seus semelhantes, aos animais domésticos, etc. Conhecimento das diversas autoridades locais e pessoas mais prestimosas da terra, chamando a atenção das crianças para os serviços que umas e outras prestam à localidade, inculcando-lhes assim naturalmente os sentimentos de estima, de respeito e acatamento que se lhes devem. Despertar nas crianças o respeito e a sujeição às Leis e às autoridades da República chamando-lhes a atenção para as garantias de bem-estar e de segurança que estas representam na sociedade (*Programa do DG nº.198, 25/8/1911*).

- Sobre o desenvolvimento da inteligência, valorizou-se o exercício de todas as funções intelectuais, destacando a percepção e a atenção pela observação de objetos e fenómenos que rodeiam a criança, satisfazendo a sua natural curiosidade. Não se referiu especificadamente à Matemática, mas propôs o auxílio a objetos do dia-a-dia da criança para fazer simples adições, subtrações, para ensinar a contar até dez e até cem.

As noções de Geografia Descritiva também faziam parte deste programa, através da observação de lugares que a criança conhecia, principalmente os da sua localidade. Para tal realizavam-se passeios com as crianças e exemplificava-se através de construções e desenhos.

O ensino da Língua Materna mereceu especial atenção, pois todo o cidadão devia saber falar corretamente a sua língua. A Língua Materna segundo os Republicanos não

podia tratar-se isoladamente e abrangia todos os níveis de ensino, e devia iniciar-se logo que a criança balbuciasse as primeiras palavras. De realçar que neste programa não existe qualquer tipo de intenção de ensinar a ler ou a escrever, mas sim a preocupação de preparar a criança para tal. A criança devia conhecer o máximo dos nomes de objetos, animais, vegetais, minerais, móveis, utensílios caseiros, peças de vestuário, alimentos, pesos e medidas mais vulgares, realçando as suas qualidades, bem como as principais partes do corpo humano que deviam repetir para corrigir defeitos de dicção. Deverão repetir pequenas frases acerca desses mesmos objetos. Pensava-se que esta forma de ensino devia ser feita gradual e progressivamente e de uma forma intuitiva, separando claramente as crianças de quatro a cinco anos onde as lições deviam ser curtas e dedicadas quase exclusivamente ao aperfeiçoamento físico e orgânico (*Art.2.º, 3.º e 4.º*). Somente dos seis aos sete anos as crianças podiam receber lições metódicas, não devendo ultrapassar os vinte minutos de duração, intercalando sempre com cânticos populares patrióticos e jogos, pois é “brincando que a criança se educa” (*Art.5º*).

Para a estrutura organizativa de funcionamento das Escolas Infantis era muito importante esclarecer de forma clara qual o tipo de escola e dependências, o mobiliário e material de ensino pedagógico, o pessoal necessário e a frequência e divisão de grupos. Houve especial cuidado com a construção das Escolas Infantis. Deviam ser instaladas em edifícios próprios, construídas em terrenos vedados, em qualquer edifício público ou particular plenamente adaptado com todas as condições higiénicas e pedagógicas. Além de mostrarem preocupação pela qualidade do ensino estavam a acautelar possibilidades de construírem Escolas Infantis em outros locais. Legislou-se sobre a importância de haver um terreno anexo arborizado, onde se pudesse praticar a jardinagem e a horticultura e próprio para crianças (*Art.6.º*). As salas deviam ser espaçosas, com excelente disposição de luz, ventiladas e sempre que possível ao mesmo nível do jardim; estar preparadas para a necessidade que as crianças têm de representar objetos ou animais; de riscar, garatujar e escrever, como tal, deviam ser forradas a ardósia ou ter quadros pretos à altura das crianças. A professora tinha a oportunidade de trabalhar com a criança o gosto pelo desenho e a observação, desenvolvendo a educação dos sentidos e da destreza manual (*Art.7.º e 8.º*).

Devia ainda haver: um dormitório para repouso das crianças de quatro e cinco anos (*Art.9.º*); uma sala para cabides; um gabinete para a professora; uma sala com

lavatórios e um balneário para as crianças tomarem banho sempre que necessário; na impossibilidade da existência deste deveriam existir “tinhas para o mesmo fim na sala dos lavatórios” (*Art.10.º*).

Na ausência de uma cantina devia a Escola Infantil possuir uma “cozinha com fogão e o material necessário para que as empregadas possam aquecer e preparar as refeições que as crianças devem necessariamente tomar na escola” (*Art.11.º*).

Do mobiliário que se revelava muito importante para a especificidade desta escola, teria de constar “Uma mesa grande em forma de ferradura, disposta no meio de cada uma das salas, com bancos-cadeiras em volta, uma e outra proporcionados à altura das crianças; de cadeiras e secretárias para as professoras, e cadeiras pequenas para as crianças” (*Art.12.º*).

O material de ensino também mereceu especial atenção pois seria uma novidade pedagógica. Este devia compreender um ou dois quadros pretos, sendo um deles, quadrado; coleções de desenhos coloridos das plantas mais conhecidas e de animais do nosso país, uma coleção do material Fröbeliano entre os quais se destacaria os dons de Fröbel; coleções de jogos próprios para exercitar a atenção e a observação, a precisão e a destreza dos movimentos e auxiliar a Educação Física e a dos órgãos dos sentidos; uma coleção dos minerais mais conhecidos; barro ou plasticina para modelagem; alguns pesos e medidas e balança de braços iguais, bem como utensílios de jardinagem (*Art.13.º*).

Sobre o pessoal a trabalhar nas Escolas Infantis, o ensino devia “ser ministrado somente por senhoras de mais de vinte e um anos de idade, convenientemente habilitadas e dotadas de faculdades especiais indispensáveis a este ensino” . Refere-se a importância de possuir habilitação própria, ou seja, a especialização neste nível de ensino, bem como faculdades especiais indispensáveis. Na impossibilidade de existência de professoras especializadas, as Câmaras Municipais podiam contratar as professoras primárias com bom e efetivo serviço que provassem competência especial para ministrar este ensino. As nomeações anulavam-se se durante os primeiros dois anos de serviço se verificasse que a professora não possuía as qualidades, aptidões e competências indispensáveis, ou se mostrasse menos “zelo, cuidado, paciência e docilidade com as crianças”. Passados estes dois anos de bom serviço eram nomeadas definitivamente:

A professora que melhores provas tiver dado da competência e aptidão, juntas a mais tempo de serviço, assumirá as funções de regente da escola, tendo a seu cargo o trabalho da escrituração e fiscalização, dos empregados menores e sendo-lhe concedida uma vigilante. Esta vigilante deve, pelo menos, saber ler e escrever e apresentar documentos que atestem o seu bom comportamento e boa Educação (*Art.14.º*).

Além das professoras e vigilante, as Escolas Infantis deviam dispor de tantos empregados quantos fossem julgados necessários (*Art.16.º*). Só com bons profissionais e bem formados e com as condições ideais é que as Escolas Infantis podiam vingar. Era uma Educação cara que precisava de muitos recursos materiais e humanos.

A inspeção e fiscalização destas escolas estavam a cargo das professoras desta especialidade das escolas normais, dando conta anualmente à Direção Geral da Instrução Primária de dados da competência e qualidade (*Art.15.º*).

A frequência e a divisão das crianças também mereceram realce. As crianças deviam ser admitidas nesta escola depois de feitos os quatro anos de idade e com a apresentação de atestado médico, “ser vacinada e sem sofrer de doenças ou defeito físico que possa prejudicar os companheiros” (*Art.17.º*). Realça-se também que a matrícula era permanente e a família da criança recebia, no ato da matrícula, o certificado de admissão e as condições regulamentares.

Sobre o horário da escola, estabeleceu-se que “As crianças conservar-se-ão na escola, em regra das nove horas da manhã às três horas da tarde” (*Art.20.º*), sendo assim um horário igual ao das escolas primárias. As crianças eram distribuídas por grupos de quinze a vinte, sem distinção de sexo e idade, mais pelo seu desenvolvimento, temperamento, robustez e precocidade ou atraso. Cada um destes grupos estava a cargo de uma professora (*Art.21.º e 22.º*). Nestas escolas os feriados e férias eram os mesmos estabelecidos no regulamento das escolas primárias (*Art.23.º*).

2.2.7. A insistência Republicana pela Escola Infantil

No sentido de se proceder a uma melhor reorganização do ensino e para uma melhor administração, foi criado, em 7/7/1913, o Ministério da Instrução Pública. Pela necessidade de organizar e preparar tudo convenientemente, em sete de julho de 1914, através da *Lei n.º. 233 publicada no DG n.º.111, de 7/7/1914*, são definidas alterações em relação à formação das professoras. Com base nesta lei foram criadas as escolas normais

de Lisboa, Porto e Coimbra, e outras que obedeceram ao mesmo modelo e que foram requeridas pelas Juntas Gerais de Distrito (*Art.1.º*), em substituição das Escolas de Ensino Normal e de Habilitação ao Magistério Primário.

O curso de Professores primários tinha a duração de três anos, dividido por um curso teórico e por cursos práticos. Os dois últimos anos seriam destinados à prática de Ensino Primário ou Infantil (*Art.2.º*). Junto de cada escola havia uma escola para crianças dos quatro aos oito anos de idade com a designação de Jardim-Escola ou Escola Infantil (*Art.3.º*).

Ao ritmo e possibilidades da época iam sendo abertas Escolas Infantis pelo país, quer por iniciativa particular, quer por iniciativa do Estado, através das Câmaras Municipais.

Alguns autores referem que o ritmo de criação das Escolas continuou a ser muito reduzido. Em 1916, com a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, as coisas passaram a ser ainda mais complicadas, agravando-se a crise económica e a instabilidade política” (Cardona, 1997:40).

Segundo Gomes (1977) e Cardona (1997) foram abertas Escolas Infantis, como se abordará mais à frente, em cidades como Lisboa, Coimbra, Figueira da Foz, Alcobaça, Porto, Aveiro, Leiria e Braga. Nas cidades do Porto e Lisboa foram abertas em maior número. Nestes dois centros populacionais as escolas estavam a aumentar consideravelmente, e para responder às necessidades, o Governo através da *Lei nº. 449 de 18/9/1911*, regulamentada pelo *Decreto nº. 1:927 do DG nº. 200, de 2/10/1915*, determinou a criação, em cada uma das cidades do quadro do pessoal docente das escolas primárias e infantis e a sua respetiva organização para o concurso.

A sociedade, através das Câmaras Municipais estava a organizar-se e a preparar-se para a nova realidade. Prova disso foi que foram enviados Professores ao Estrangeiro para aperfeiçoamento em Educação de Infância. Gomes (1977) e Cardona (1997) referem que a Câmara de Lisboa enviou dois Professores primários, Pulsena Estrela da Costa e Ricardo Rosa y Alberty, ao Curso de Maria Montessori, realizado em Barcelona de 15/2 a 15/3/1916 e mandou publicar gratuitamente os relatórios desse curso pelas respetivas escolas da cidade. Estas situações provocaram hostilidades que começaram quando Casimiro Freire, defensor acérrimo do método João de Deus, viu um outro método – o de Maria Montessori – entrar no seu campo. Levantou, por isso, a sua voz

contra, enaltecendo o método de João de Deus que tanta prova já tinha dado em cidades como Coimbra, Figueira da Foz e Alcobaça.

Estavam, assim, três métodos em vigor: método de João de Deus, de Friederich Fröebel e de Maria Montessori, sendo que o primeiro era apenas seguido pelos Jardins-escola de João de Deus. Os únicos métodos que seriam adotados pelos Republicanos e consagrados na legislação foram o método de Friedrich Fröebel e o de Maria Montessori. Este último começou a ser divulgado em 1916 e para a sua difusão muito contribuiu a obra de António Sérgio e os relatórios dos Professores enviados ao curso de Montessori como afirma Cardona, (1997:40) “A influência desta pedagoga, cada vez mais evidente no País, tornou-se mais marcante a partir da publicação em Portugal da sua obra, traduzida por António Sérgio” .

Na constante procura de melhorar e conseguir os objetivos propostos, consciente da muita legislação publicada e da necessidade de ordená-la, o Ministro da Instrução Pública – Joaquim Pedro Martins –, reuniu, num só diploma, todas as disposições de Lei em vigor sobre a instrução Primária e fez uma nova publicação do Decreto, com força de *Lei, de 29/3/1911* que organizou, de uma forma atualizada, todas as disposições legislativas posteriores, respeitantes à instrução Primária (*Decreto n.º. 2387 de 12/5/1916 e Decreto n.º. 887 de 5/12/1916*). Decreto este publicado com alterações novamente em 13/1/1917. Esta medida demonstra a preocupação dos sucessivos Governos Republicanos pela Educação de Infância, uma prioridade que não esqueciam.

Durante este período observava-se que, paralelamente à publicação de medidas legislativas relativas à Escola Primária eram sempre integradas referências em relação ao Ensino Infantil, aspecto revelador da importância atribuída pelo Estado a este nível de ensino, como parte integrante do sistema educativo. Após a Primeira República, foram necessários muitos anos para que esta valorização se voltasse a observar (Cardona, 1997:41).

Em 1917, o Governo regulamenta a legislação referente às novas escolas primárias e infantis pelo *Decreto n.º. 2:947, do DG n.º.11, de 20 de janeiro*. Sendo direcionado para as escolas primárias e infantis, havia aspetos específicos para estas últimas. Esta regulamentação ia aos mínimos pormenores, nomeadamente:

A superfície total do terreno, quando o edifício escolar tenha um só pavimento, será calculada, por aluno, na razão de 8 metros quadrados (...). No edifício em que devam funcionar as duas escolas cada uma delas será

independente da outra e terá entrada própria. (...) A sala de aula não deverá comportar mais de 40 alunos (...). A superfície do pavimento será calculada na razão de 1 metro quadrado por aluno (...). As salas de aula devem medir 8 metros de comprimento e 5 de largura (*Decreto 2:947:Cap.I*).

A sua especificidade passava também por inúmeros pormenores relativamente à sala de atividades e outros espaços considerados necessários como vestíbulos, corredores, cozinha, balneário, recreio coberto e ao ar livre, iluminação e ventilação, aquecimento e, até, a habitação do Professor. O mesmo Decreto refere as características do edifício de Escola Infantil:

a) Três salas para as ocupações educativas e instrutivas; b) Um vasto recinto coberto destinado aos jogos e ao recreio; c) Gabinete para o pessoal docente; d) Vestíbulo, que poderá também servir de sala de espera; e) Um aposento com algumas camas para as crianças acidentalmente indispostas, que careçam de repouso; f) Vestiários com lavatórios e bebedouros; g) Balneário; h) Cozinha e refeitório, para o qual poderá ser utilizado o pátio coberto; i) Sentinas para os alunos, distintas segundo os sexos, e para o pessoal docente e menor; j) Jardim e recreio (*Decreto 2:947; Cap. II*).

Para muitos, principalmente para a resistência Monárquica, a Igreja e até alguns Republicanos, que de alguma forma tinham sido postos à margem, o Governo nada fazia, apenas legislava. Com base em declarações da altura, muitos historiadores, citando vozes que se manifestavam, disseram e escreveram que a República pouco fez na obra da Educação de Infância:

Todas estas Leis, Decretos, propostas e requerimentos iam ficando “no papel”, o que levou alguns velhos Republicanos a queixarem-se amargamente da inoperância e incapacidade dos políticos (...). Apesar dessa inoperância (se exceptuarmos apenas o promissor “arranque” no Porto), a máquina legislativa não parava (Gomes, 1977:74-75).

Uma dessas vozes foi Casimiro Freire, João de Barros e ainda outros com poder de opinião que se iam manifestando na comunicação social da altura. Como a descentralização, que se abordará no decorrer deste estudo, não dava sinais de sucesso, pois o Governo, através do *Decreto nº. 4:594, inserto no DG nº. 141, de 13/07 de 1918*, centraliza novamente o Ensino Primário.

A legislação continuava a sair e, em 1919, o Ministério da Instrução Pública, sob a direção de Leonardo Coimbra, fez uma nova reorganização do Ensino Primário pelo

Decreto n.º 5.787, do DG n.º 98, de 10/5/1919 que, embora conservasse grande parte do articulado das anteriores Reformas, alterou a forma de gestão que estava entregue às Câmaras Municipais. Passou, com este Decreto, a ser feita por uma Junta Escolar, devido aos maus resultados que a descentralização tinha demonstrado.

Por Decreto de 10 de Maio de 1919 ensaia-se um novo sistema, uma solução intermédia que atribuía a gestão dos serviços do Ensino Primário não às Câmaras nem ao Estado mas a organismos chamados Juntas escolares, que incluíam, entre outros, representantes das Câmaras e Professores primários. Inicialmente contou o sistema com a simpatia dos próprios Professores, mas a satisfação não foi duradoura. Um Decreto de 12 de Maio de 1922 determina, em parte, a sua dissolução antecedendo-a de vários considerandos: “considerando que algumas Juntas escolares não cumprindo com a sua missão, têm cometido as maiores ilegalidades; Considerando que em alguns concelhos estão de tal forma divididas e os seus membros tão incompatibilizados, que a sua existência só prejudica a boa administração do ensino;” (...); “Considerando, enfim, que se torna indispensável regular devidamente o seu funcionamento, para que não aumente o caos na administração do ensino, que em alguns concelhos já existe” (Carvalho, 2001:679).

O que este Decreto trouxe de novo para a Educação de Infância foi a divisão do Ensino Primário em três graus: Infantil, Primário Geral e Primário Superior, tal como defendeu João de Barros. O Ensino Infantil estava dentro do Ensino Primário e era “especialmente destinado à preparação para o Ensino Primário geral”. A divisão desse grau de ensino era feita por três secções: 1ª crianças de quatro a cinco anos de idade; 2ª de cinco e seis anos e a 3ª secção crianças de seis e sete anos. Era, também, novidade neste Decreto a formação de classes preparatórias sempre que não existissem Escolas Infantis ou o seu número fosse insuficiente, a funcionarem junto das escolas de Ensino Primário geral, destinadas exclusivamente a crianças de seis e sete anos de idade, correspondente à 3ª secção das Escolas Infantis.

O ano de 1919 foi dos mais produtivos em matéria de publicação de legislação sobre Educação, na 1ª República. Rómulo de Carvalho refere-se ao assunto:

Assim como o ano de 1911 foi notável na actividade legislativa da República, também o foi o de 1919, que muito a excedeu quantitativamente. O primeiro, por ser a arrancada do novo regime; o segundo, possivelmente por se seguir ao termo da 1ª Grande Guerra (1914-1918). A legislação dos diversos Ministérios Republicanos, toda datada do mesmo dia 10 de Maio

de 1919, onde se inclui a nova Reforma do Ensino Primário, ocupa 623 páginas da Colecção da Legislação Portuguesa (Carvalho, 2001:681).

Passados apenas quatro meses da nomeação do Ministro Joaquim José de Oliveira, é regulamentado o *Decreto n.º 5.787, através do Decreto 6.137, do DG n.º 198, de 29/9/ 1919*, retomando e reforçando a legislação anterior em especial a de 23/8/1911. Definia, de uma forma mais detalhada, as normas de funcionamento das escolas, as condições das instalações e respetivo equipamento. Neste Decreto, destaca-se para o Ensino Infantil, particularmente, a coleção de material a existir nas Escolas Infantis, e a referência clara aos métodos de Maria Montessori e de Fröebel. Nota-se a influência, mais uma vez, de António Sérgio e dos novos métodos pedagógicos, dos quais os Republicanos eram adeptos. Mantém as três secções em regime coeducativo. Legislou-se pela primeira vez sobre a entrada e saída das crianças da escola e pelo seu acompanhamento, demonstrando preocupação com estes aspetos, ao mencionar:

As crianças não são admitidas na escola antes da sua abertura, nem podem estar além da hora do seu encerramento, não sendo contudo, obrigadas a entrar ou a sair a hora determinada (*Art.18.º*), e As crianças devem sair da escola sempre acompanhadas; no caso dos pais, tutores ou responsáveis pela sua Educação as mandarem desacompanhadas, serão advertidos e poderá até ser proibida a frequência das crianças (*Art.19.º Decreto, n.º.6.137, do DG n.º.198, 29/9/1919*).

Quanto ao contrato e à nomeação de professoras, manteve-se e reforçou-se o publicado anteriormente, mas, acrescentou-se que passaria a ser de três anos em vez dos habituais dois anos, ao fim dos quais seria renovado, por igual período, se a docente demonstrasse aptidão, competência e profissionalismo. Apenas ao fim de seis anos de bom e efetivo serviço se tornaria definitivo o contrato, enquanto anteriormente era ao fim de dois anos.

Relativamente ao pessoal de apoio, nomeadamente o de vigilante, enquanto antes bastava saber ler e escrever, com este Decreto estabeleceu-se que só podiam concorrer a esta categoria candidatas que tivessem o curso da Escola Primária superior ou qualquer outro equivalente. Apareceu, também, pela primeira vez, a categoria de Servente para as Escolas Infantis. As exigências e a preocupação pela qualidade mantinham-se e esperava-se que aumentassem.

No *art. 355.º* do citado diploma legal, relativamente à prática dos alunos em formação nas escolas normais primárias, determinava-se que nas Escolas Infantis apenas poderiam praticar alunas, ficando os homens fora da Educação de Infância. No mesmo sentido, no *art. n.º. 271 do Capítulo XVII* do mesmo Decreto, refere-se que as cantinas das Escolas Infantis estariam a cargo duma professora da mesma escola, que procedia à sua gestão: requisição de fundos, organização da lista mensal das refeições e inspeção dos géneros para confecionar as refeições. Manifestava-se, no meu entender, a contínua preocupação de garantir as condições necessárias para o arranque decisivo da Educação de Infância.

Numa atitude de contínua reflexão sobre este nível de ensino, em 1922, foi publicada a *Lei n.º. 1.264, de 9 de maio*, onde se determina o início e fim do ano letivo para as escolas do Ensino Infantil e Primário geral que era 6 de outubro e 31 de julho respetivamente. Define-se a duração do tempo das aulas, quer no Ensino Infantil, quer nas duas primeiras classes de Ensino Primário geral, que não deviam exceder os trinta minutos (*Art.1º*). Com estas medidas verifica-se o quão importante era para os Republicanos a Educação de Infância, pois colocavam-na em igualdade com a Escola Primária. Percebe-se assim, que as duas primeiras classes do Ensino Primário geral estavam em igualdade de circunstâncias com os dois últimos anos da Escola Infantil. Gomes (1977:79) vai mais longe e tira daqui um indício de que “estas disposições legais pressupõem que havia “Escolas Infantis” ou “secções infantis”. É de destacar ainda, neste Decreto, o disposto no *art.3º* ao estabelecer que a quinta-feira deixava de ser feriado, como o era até àquela data.

2.2.8. A Reforma de João Camoesas

Em 22/6/1923 é apresentado ao Parlamento, pelo Ministro João Camoesas, uma proposta de Lei sobre a reorganização da Educação Nacional. Camoesas tentou reunir toda a legislação publicada sobre a educação, tal como já tinha feito anteriormente, em 1919, o Ministro da Instrução Pública – Joaquim Pedro Martins. No entanto, Rómulo de Carvalho refere-se a este assunto, como se fosse a primeira vez que alguém o tivesse feito:

Toda a legislação publicada foi fragmentária dificultando a visão global do sistema escolar que não chegou a ser esboçada. Houve, porém, um momento

em que alguém tentou fazê-lo. Foi em 1923, quando João José da Conceição Camoesas tomou conta da pasta da Instrução Pública. Camoesas singularizou-se pela preocupação de dar uma ordem coerente e profícua à linha geral dos estudos que substituísse o intrincado amálgama de Leis, Decretos e Portarias, constantemente promulgados, suspensos, alterados e acrescentados. Consistiu o seu projecto em redigir um documento, que designou Estatuto da Educação Pública, não se atrevendo a fazê-lo por si só, mas procurando entre as pessoas competentes o indispensável auxílio (Carvalho, 2001:697).

A Reforma de João Camoesas apareceu numa altura crucial, pois o país, que já tivera melhores dias, ainda se recompunha da 1ª Guerra Mundial. Camoesas considerou de início que a recente guerra, que assolara o mundo, de 1914 a 1918, e que todos tinham presente na memória, obrigara as diversas nações a transformar o seu sistema de instrução pública e que, Portugal, por mais forte razão, deveria tentá-lo em consequência do seu atraso nesse campo. Na guerra, em que participámos, a “energia portuguesa” soube mostrar quanto valia “mas a sua eficácia social mantém-se num estado desesperadamente rudimentar” (Carvalho, 2001:698).

A sua proposta para Reforma do ensino era a continuação do objetivo Republicano: só com uma sociedade bem formada se podia construir um país melhor. Pensou a Educação de Infância na sua gratuidade e continuidade. Considera a proposta de que a Educação Pública deve compreender três categorias que designou por geral, especial e superior. A educação geral abrangia três graus: o grau infantil, gratuito, ministrado em Jardins-de-Infância, com quatro anos de duração, dos três aos seis, sem carácter de obrigatoriedade, mas com tendência para o ter quando as condições económicas do país fossem propícias (Carvalho, 2001:699).

Camoses tinha o Ensino Infantil como prioridade. Destaca-se a referência que fez à inexistência de Escolas Infantis fora do âmbito de iniciativa particular, apesar da Educação Infantil ser um serviço público, ou tender a sê-lo nos países mais desenvolvidos. O Ministro João Camoesas, ao dizer que não havia Escolas Infantis a não ser as particulares, estaria a fazer sentir a necessidade de se abrirem. Levanta-se a dúvida se ele pensava mesmo que não existiam, ou se o reduzido número de escolas o levou a dizer que era a mesma coisa que não existissem. Era um facto que Camoesas acreditava neste sistema de ensino e sentia necessidade de se abrirem Escolas Infantis.

O *Decreto n.º 9.223 de 6/11/1923, no art.20*, refere-se às classes preparatórias, que deviam ser regidas por professoras diplomadas em Ensino Infantil: “As classes

preparatórias das escolas primárias gerais serão regidas sempre por professoras diplomadas com o curso de Ensino Infantil”, e se não houvesse professoras com essa especialidade, no quadro das escolas, seria aberto concurso entre as professoras com essa habilitação. Este facto veio demonstrar, no meu entender, que os Republicanos pretendiam que o máximo de crianças tivesse acesso ao Ensino Infantil. Para tal, criaram-se as classes preparatórias, regidas, obrigatoriamente, por professoras primárias do Ensino Infantil dando assim oportunidade às crianças de terem este nível de ensino, enquanto não fossem criadas Escolas Infantis. Para Ferreira Gomes (1977:80) “este Decreto vem reforçar a hipótese de que em Lisboa, a Educação Infantil se limitaria às classes preparatórias”.

Esta Reforma tentou trazer algo de novo à educação, mas não se concretizou, pois não conseguiu ser publicada. Sobre esta temática pronunciou-se Rogério Fernandes ao dizer:

Durante a 1ª República, a chamada “Reforma de João Camoesas” (1923), constitui uma referência doutrinal em que confluem os ideários pedagógicos da Educação nova e da escola activa. Nesse traço pesaram certamente os contributos de Faria de Vasconcelos e de António Sérgio (...). Reforma falhada, como tantas outras. (...) António Nóvoa classificou-a como a última grande manifestação da Pedagogia Republicana (Fernandes, 1993:164).

A Educação de Infância seguia o seu caminho, de uma forma pensada, organizada, contudo, precisava agora de tempo e que se continuasse a apostar nela.

2.2.9. A descentralização do ensino

Os Republicanos optaram, de acordo com a sua ideologia, por uma política descentralizadora, entregando a gestão das escolas primárias às Câmaras Municipais e, pela primeira vez, também as Escolas Infantis. Esta boa vontade, bem como a promoção da qualificação científica e pedagógica dos Professores primários, inserto na Reforma do Ensino Primário de 1911, seria importantíssima para alcançarem os seus objetivos. Segundo Rómulo Carvalho (2001) a execução da descentralização a que se propunham os Republicanos não teve as consequências positivas que os Governantes desejariam que tivesse, nem sequer foi tentada em muitos dos seus princípios. Portugal não tinha reunido as condições para fazer face ao arranque das providências decretadas, devido às

carências económicas e, acima de tudo, também pela carência de uma mentalidade disposta a aceitar mudanças de comportamento social.

Segundo o mesmo autor, as Autarquias também não estariam interessadas, nem seriam a favor da descentralização. As dificuldades previstas e, logo de início, sentidas pelo Governo de Teófilo Braga, fizeram atrasar a sua regulamentação e execução, o que só veio a ocorrer decorrido dois anos, com a publicação da *Lei de 29/7/1913*.

O tema da descentralização era uma temática muito discutida na imprensa da época. Por um lado, estava a máquina do poder a elogiar os efeitos da descentralização e dos bons resultados dessa medida e, por outro, estavam as vozes dos que simplesmente consideravam que não poderia funcionar corretamente.

No Semanário Pedagógico *A Escola Nova*, do dia 19/5/1912, cujo redator principal era João de Barros, aparece um texto de Kemp Serrão sobre a descentralização, que considero importante referenciar neste estudo:

O meio político não está preparado para a descentralização do ensino (...). Tão pouco é azado o momento político, para se fazer uma completa descentralização. É verdade que a actual Lei de instrução Primária, determinando a descentralização do ensino, teve o cuidado de estabelecer penalidades às Câmaras que faltassem ao rigoroso cumprimento do seu dever, mas há um abismo entre uma Lei que acaba de se promulgar e a sua execução prática na vida (Ano I, nº. 23:1 e 2).

Ao abordar as intenções do Governo para o ensino, Rogério Fernandes (1993) afirmou que tinham de se ter em consideração as condições do meio social e do momento político. Falou das penalizações cominadas às Câmaras, no caso do não cumprimento das medidas do Governo. Kemp Serrão, citando Kropotkine no seu trabalho sobre a Revolução Francesa “Mas como podiam as Leis da Assembleia entrar na vida, sem que a revolução de facto se tivesse realizado em cada cidade, em cada aldeia, em cada uma das trinta e seis comunas de França” (*A Escola Nova*, Ano I, nº. 23:2). O país não estava preparado para fazer a descentralização. Primeiro havia que formar a geração presente que frequenta a escola, completando, assim, a futura descentralização. Previa que as queixas e os abusos de poder não demorariam a fazer sentir-se por parte de muitos: “Debalde se esforçarão os Inspectores em clamar contra as ilegalidades cometidas, contra os abusos, as violências: nem por isso elas deixarão de se

efectivar” (Ano I, nº. 23:2). A descentralização só podia obter sucesso em sociedades onde a cultura e a consciência cívica se encontrassem bem desenvolvidas.

Um dos aspetos que diferenciou a Reforma de 1911 do projeto da Reforma de João de Barros foi precisamente a descentralização. Defendia uma descentralização mais leve e dividida entre Estado e Autarquias, onde o Governo se responsabilizasse, acima de tudo, pelo pagamento dos ordenados dos Professores.

Os objetivos salientados na execução da descentralização não foram atingidos devido, em grande parte, ao facto de desinteresse e falta de meios das autarquias “Quanto à descentralização não possuíam as Autarquias os meios suficientes para assumirem as suas responsabilidades, e muitas vezes elas próprias se comportavam como se não estivessem interessadas em assumi-las” (Carvalho, 2001:678). Esta medida viria a ser suspensa cinco anos mais tarde pelo Ministro da Instrução Pública, Alfredo de Magalhães, do Governo de Sidónio Pais, por força do *Decreto nº. 4594, de 13/7/1918*. Para Pintassilgo (1998:52) “o falhanço dessa política obriga-os a regressar, em 1918, a formas mais centralizadas de ensino”. Quando os resultados não aparecem, quando as queixas são muitas, quando as pessoas diretamente relacionadas com Professores e Autarquias estavam descontentes, então o melhor seria repensar esta descentralização.

Sousa Fernandes (1992) analisa e sintetiza esta situação da descentralização, da seguinte forma:

A descentralização do Ensino Primário e Infantil traduziu-se numa transferência de encargos financeiros do Estado para as Câmaras Municipais, mas não na transferência de competências na elaboração e controlo do projecto educativo. A aplicação da descentralização deparou com dificuldades e resistências que conduziram ao seu abandono em 1918: escassez dos recursos camarários para suportar os custos da educação que conduziu a várias medidas legislativas destinadas a supri-las com subsídios estatais; no desvio da contribuição municipal para a instrução Primária, para outras finalidades o que mostra que não havia consonância entre as Autarquias e o Governo quanto à importância política da instrução popular; na oposição dos Professores primários à sua transferência de funcionários do Estado para funcionários Municipais, pois, viam nesta transferência uma ameaça à sua estabilidade económica e à sua independência em relação às influências locais. Com o Decreto de 12 de julho de 1918, regressa-se à centralização plena (Fernandes, 1992:355).

Rómulo de Carvalho também se refere à situação do Ensino Primário, se corria mal no sistema de centralização, antes de 1911, igualmente mal continuou a correr com a descentralização:

De facto, em Decreto datado de 12 de Julho de 1918, decorridos apenas cinco anos sobre a entrada em vigor do novo sistema administrativo que tão desejado fora, a questão é posta nos seguintes termos: “Verificando-se que a descentralização dos serviços da instrução Primária” (...) “não tem produzido no maior número de Municípios os benefícios que deveriam resultar da autonomia administrativa desses serviços” (...) “Reconhecendo-se que limitado tem sido o número de Câmaras Municipais a quem os interesses do ensino e do professorado tenham merecido o justo desvelo e consideração que lhes é devido” (...), determina-se que: “*art. 1.º* - Os serviços de instrução Primária que” (...) “pertenciam às Câmaras Municipais passam a ser administrado pelo Estado a partir do ano económico de 1918-1919”. Assim terminou a descentralização do ensino, um dos estandartes erguidos com mais entusiasmo em prol do progresso da Nação, correspondendo o Governo, deste modo, às queixas do próprio professorado que via passar-se os fins de meses sem receberem os magros salários, cujo pagamento competia às Câmaras (Carvalho, 2001:678).

Independentemente deste jogo do poder local sobre o central, ou da sobreposição do central sobre o local, isto é, da maior ou menor importância da vida municipal, a intervenção das Autarquias na educação era reduzida às contribuições a que estavam obrigadas e que eram impostas pelos diversos Governos. O Estado não abria mão e reservava para si todas as competências no domínio pedagógico, curricular e inspetivo. A superintendência administrativa da gestão dos edifícios escolares nunca fez parte das competências Municipais. Assim, e segundo Sousa Fernandes (1994:52), “os Municípios e os cidadãos tinham sobretudo deveres e não direitos educativos; o dever de mandar os filhos à escola, expressa na obrigatoriedade, no caso dos pais; o dever de contribuir para as despesas educativas, no caso dos Municípios”.

Na tentativa de solucionar o problema foi publicado o *Decreto n.º 5787-B do DG n.º 98, de 10/5/1919* que pretendia retirar ao Estado a exclusiva implementação do Ensino Primário dos encargos inerentes, bem como às Autarquias e veio atribuir a sua gestão às Juntas Escolares, constituídas por representantes dos executivos Municipais e dos Professores primários:

É incompreensível que não tendo as Câmaras capacidade para administrar o Ensino Primário se lhes imponha a obrigatoriedade de satisfazer os encargos

respectivos, o que demonstra que o Estado considera como interditos na administração do ensino os Municípios, nomeando como tutores umas juntas de que fazem parte, em cada concelho, dois representantes da respectiva Câmara e portanto, igualmente interditos os quais não têm evidentemente competência legal para administrar uma coisa que por Lei lhes é vedada (Peixoto, 1922:7).

Este Decreto não teve grande sucesso, acabando por, face à contestação, ser revogado pelo *Decreto n.º 8203 do DG n.º 121, de 19/6/1922*, que justificava a medida do Governo de António Maria da Silva:

Considerando que algumas Juntas Escolares não cumprindo com a sua missão, têm cometido as maiores ilegalidades; considerando que em alguns concelhos estão de tal forma divididas e os seus membros tão incompatibilizados, que a sua existência só prejudica a boa administração do ensino; Considerando, enfim, que se torna, indispensável regular devidamente o seu funcionamento (Carvalho, 2001: 678).

Na 1ª República o papel dos Municípios na educação não foi pacífico, sendo objeto de contestação por parte dos próprios Municípios, pela manifesta falta de recursos para sustentarem o sistema educativo e por parte dos Professores, por um lado, pelo conhecimento que tinham da situação financeira das Autarquias, e por outro, pelo receio da falta de pagamentos dos salários e das dependências políticas que um sistema desta Natureza pode originar.

A alta e patriótica missão que os Municípios vêm desempenhando na administração local incita-os a enfrentarem com o maior ardor o magno problema do ensino popular, procurando reaver a sua administração a fim de continuarem a obra admirável da descentralização, concorrendo assim para que as crianças, os cidadãos de amanhã, aqueles que hão de ser os defensores da Pátria e os dirigentes dos destinos da Nação, possam encontrar, durante a idade escolar, o auxílio de que carecem e a que têm direito, transformando o grande santuário da escola num centro propulsor do desenvolvimento e da riqueza da nossa Nacionalidade (Peixoto, 1922:12).

Embora a 1.ª República fosse um período áureo de Reformas da administração autárquica, os constrangimentos à autonomia financeira dos Municípios mantiveram-se, pelo que a instrução esbarrou sempre com a falta de preparação e de vontade e com as carências financeiras das Câmaras Municipais.

2.3. A Educação de Infância no período da Ditadura Militar em Portugal

A Ditadura Militar (1926 – 1932) foi um período transitório entre a 1ª República e o Estado Novo. Correspondeu a uma revolução que permitiu a implementação de uma nova filosofia política e ditadura administrativa.

Segundo Gomes (1977: 90), nos anos seguintes ao fim da 1ª República, a preocupação com a Educação Infantil manteve-se. O Governo da Ditadura Militar reconheceu as suas vantagens. No entanto, segundo o autor, verificou-se uma diminuição de legislação própria e realizações concretas. Continuou, contudo, a ser uma aposta do governo:

O desenvolvimento que na vigência da República começou a dar-se ao Ensino Infantil, comprovado pelas modelares escolas existentes na cidade do Porto e pelo número de secções infantis existentes nas escolas de Lisboa, tem de ser continuado (Ministro Duarte Pacheco, *Preâmbulo do Decreto n.º 16037, do DG n.º 237, 15/10/1928*).

Neste período destaca-se um facto novo para o Ensino Infantil, ao determinar-se que, através do *parágrafo único do art.2º, do Decreto n.º 13619 de 17/5/1927*, nas localidades em que houvesse escolas de Ensino Infantil, os alunos que a frequentassem com aproveitamento, podiam matricular-se na 2ª. classe do ensino elementar. Seguidamente, o artigo n.º 13791 de 17/6/1927, veio alterar ligeiramente esta disposição estabelecendo que os Professores fossem autorizados a manter na 1ª. classe os alunos que tivessem frequentado as classes infantis, apenas pelo tempo indispensável para a aquisição dos conhecimentos necessários para a passagem à 2ª. classe. Este aspeto podia ter sido fundamental para aumentar a frequência escolar no Ensino Infantil que se verificou nesses anos, como se constata ao analisar os dados do Anuário Estatístico do período da Ditadura Militar, em que houve um ligeiro aumento de Escolas Infantis, de crianças e de professoras deste nível de ensino, como ainda abordarei mais adiante.

Neste período destacou-se Irene Lisboa, uma professora Primária que se dedicou ao Ensino Infantil e exerceu a sua função nas Escolas Infantis de Lisboa. Depois de efetuar uma visita às Escolas Infantis de Genebra, Paris, Bruxelas e Roma apresentou, nos anos trinta do século XX, uma proposta para um programa da Escola Infantil. Esta proposta reforçava a especificidade do Ensino Infantil e diferenciava-o do Ensino

Primário. Manifestava, ainda, preocupação com a organização do espaço, do tempo e dos materiais, ao considerar que deviam proporcionar às crianças momentos de jogo livre e orientado, reduzindo a interferência da professora (Cardona, 1997:45).

No período de transição da ditadura militar para o Estado Novo continuou a apoiar-se o desenvolvimento da Educação Infantil. Esta devia manter-se e duplicar-se por corresponder a uma necessidade social. Defendia-se que deveria haver uma diferenciação pedagógica entre o Ensino Infantil e a escola Primária e em função disso, devia haver uma formação diferente dos Professores (*Decreto nº. 16.307, de 15/10/1928*). Após o 28 de maio, era Ministro da Instrução Artur Ricardo Jorge, o governo continuou com a abertura de Escolas Infantis. Este assunto será abordado mais à frente, com a criação das escolas infantis desde o fim da 1ª República até ao ano de 1937.

2.4. O período do Estado Novo

Ao caraterizar-se os Estado Novo têm-lhe sido aplicados vários conceitos como nacionalismo, catolicismo, conservadorismo, tradicionalismo e modernismo, fascismo e autoritarismo, entre outros. No decorrer deste trabalho, não deixarei, também, de recorrer a essas noções conceituais, nomeadamente à de totalitarismo. O Estado Novo está diretamente ligado ao seu grande criador e líder - António de Oliveira Salazar – e por isso, não poderia apresentar este trabalho sem descurtar as suas ideias e as do seu regime, embora, de forma breve, mas para melhor se compreenderem as medidas tomadas sobre a Educação de Infância neste período em Portugal, como foram aceites pela sociedade portuguesa, em geral e, pela de Bragança, em particular.

O Estado Novo em Portugal foi um regime político autoritário e corporativista que decorreu entre 1933 e 1974. A denominação oficiosa "Estado Novo" foi criada por razões ideológicas e propagandísticas para pôr fim a um ciclo político que tinha começado com a 1ª. Republica em 1910 e a construção de uma nova sociedade, através de um novo Estado. Também designado por período do Salazarismo devido ao nome do seu fundador, líder e Presidente do Conselho de Ministros - Primeiro-ministro ininterruptamente até 1968, precisamente no ano em que, devido a doença, foi substituído Marcelo Caetano que chefiou o governo até 1974. Foi um tempo marcado pela publicação da Constituição do Estado em 1933 e um tempo onde a ideologia nazi e

fascista mais se manifestou com o incremento de medidas repressivas (Sarmiento, 2002). Durante este período a Educação de Infância passou por várias fases, as quais se realçam mais à frente.

No início da década de 30, 80% dos quase sete milhões de portugueses (mais precisamente 6.825.883, segundo os dados do INE no ano de 1930) viviam no campo. Lisboa e Porto, eram as únicas cidades com mais de 50.000 habitantes, totalizando 12% da população portuguesa. Os restantes 88% encontravam-se disseminados por pequenas povoações, cujas populações oscilavam entre os dois e três mil habitantes. Portugal era essencialmente uma sociedade rural, com uma economia agrícola praticamente de subsistência, com uma estrutura social muito hierarquizada, com proibições de debate político público e fechado ao exterior. Este é um período que se caracteriza por uma grande desvalorização da vida cultural do país. As vias de comunicação eram essencialmente as vias férreas (Mónica, 1978: 69) que se estendiam por 3500 km. A hierarquia social era considerada eterna e imutável por todos quanto lhe pertenciam e a segregação entre classes era quase total. A religião legitimava o ascendente social e a autoridade política e a sua eficácia assentava em relações materiais de dependência. Nas aldeias, vilas e cidades do interior, os dias e os anos passavam com reduzida participação da população nos negócios políticos ou administrativos do governo central. Alguns que participavam eram nomeados pelo governo com frequência de monopólios. O nível cultural da população, em particular no interior mais isolado, era extremamente baixo. A palavra escrita continuava a pertencer apenas aos poderosos (pároco e a um ou outro camponês mais próspero). A taxa de analfabetismo rondava os 70%, (mais precisamente 67.8) (*Anuário Estatístico de Portugal, 1930*). No campo e na cidade predominava a pobreza e o desemprego que, por sua vez, provocavam uma elevada taxa de emigração. Em 1930 a economia portuguesa estava entre as mais atrasadas da Europa, isto porque Portugal era geograficamente distante do centro europeu desenvolvido e, detinha um processo de industrialização lento, devido essencialmente aos interesses coloniais mantidos em África e à dominação económica estrangeira. Foram estas as condições do país, que encontrou o novo regime do Estado Novo. Foi nestas condições que apareceu Salazar com um novo discurso político, baseado grandemente no pensamento católico, num conservadorismo tradicional, que se apresentava como um verdadeiro herdeiro dos ideais contrarrevolucionários clássicos,

um homem que transmitia segurança e inquietava os corações que ansiavam por uma voz autoritária, depois dos devaneios da 1ª República. O povo ansiava por um homem, ou um conjunto de homens (não partidos ou facções) que solucionassem os problemas políticos, sociais, económicos, financeiros e até morais de que o país padecia. Tratava-se de uma linguagem nova e de um político radicalmente diferente. Enquanto produto de um longo desenvolvimento histórico, as sociedades não podiam, nem deviam ser revolucionadas de acordo como ideais utópicos.

Para Salazar, a igualdade entre os homens era um mito, o poder político legítimo não residia no cidadão, simples conceito abstrato, derivava antes das entidades concretas como a família, o município, com existência lógica e ontologicamente anterior à comunidade política (Salazar, 1938). Para ele os valores da hierarquia, da disciplina e da obediência não precisavam de justificação. Defendia que a natureza humana exigia um poder coercivo, daí a legitimidade e a indispensabilidade de um Estado forte, de um poder centralizado (Mónica, 1978). Segundo Salazar era na obediência que residia a virtude fundamental e só com tempo e paciência conseguiria inculcá-la nos grupos rebeldes que haviam originado o caos da 1ª República. Queria instituir e transmitir um novo sistema de valores. Na boa tradição católica, uma sociedade bem organizada pressupunha o controlo e a destruição de muitas inclinações humanas como condição para o estabelecimento de uma verdadeira liberdade. A natureza dos homens forçava-os a escolher entre a anarquia e a disciplina imposta por um governo de autoridade. Um político assim, granjeou muito apoio popular e por isso, conseguiu pouco a pouco impor a sua ideologia política do seu Estado, mediante uma pressão constante que atuava no íntimo das pessoas sem jamais provocar a mínima resistência violenta nem tumultos nem alvoroços na 1ª metade do seu regime (Mónica, 1978). Assim se entende como todas as medidas que implementava eram aceites pela sociedade. Evidentemente que contava sempre com o apoio do Exército, sem o qual, teria sido impossível conseguir o pretendido, coisa que, de resto, Salazar não hesitava em sublinhar ao referir que era o *andaime* indispensável à construção do Estado Novo. Considerava também muito importante a contribuição da Igreja, em especial nas regiões rurais nortenhas e onde atuou essencialmente como veículo de legitimação da autoridade política. A sua solução para a crise do Estado Moderno consistia na rejeição

tanto da concepção liberal como na concepção totalitária de Estado e no retorno a uma filosofia cristã do poder (Salazar, 1938).

No início dos anos da década de 30 do século XX, Portugal era uma sociedade paternalista e polarizada em termos de classes. Salazar defendia um Estado essencialmente Corporativista derivado do pensamento social cristão constituído, não por classes, mas por grupos harmónicos, divididos verticalmente segundo as respetivas funções na comunidade. Nos ideais de Salazar, quanto à política externa, Portugal não precisava de ser expansionista, nem de recorrer à guerra para unificar a nação, uma vez que não tinha territórios a reclamar. Portugal tinha as mesmas fronteiras desde o século XII e um vasto império desde o século XVI. Salazar pretendia, assim, manter Portugal longe das lutas europeias e em conservar a herança recebida. No campo da economia a sua estratégia do processo de industrialização, passava por modernizar lentamente o país sempre que possível, mas sem destruir as tradições e valores antigos. Nos anos finais do seu regime, Salazar lastimou-se, meio resignado à destruição que via do mundo que conhecia. Defendia as virtudes austeras dos pequenos proprietários rurais e desprezava prazeres e confortos burgueses. Nos discursos proferidos durante o seu regime, privilegiava sempre a vida do campo. Temia as aglomerações nas cidades que davam origem à decadência moral. Nos quarenta anos do seu regime assistiu-se a uma vasta reorganização industrial. Preso na contradição entre as relações de produção para cuja manutenção fora instituído e o inevitável desenvolvimento económico, o Estado Novo acabou por favorecer a situação para as classes dominantes poderem prosseguir os seus fins numa sociedade ainda pouco industrializada. Mas foi a partir da década de 50 que o ritmo da industrialização do país se acelerou. A partir da Segunda Guerra Mundial o Estado Novo teve as primeiras crises sérias. Os equilíbrios sociais, económicos e políticos pacientemente construídos por Salazar na década de 30, são colocados em causa e começam a ameaçar a estabilidade do regime (Fernandes & Pintassilgo (Org.), 2003:27). Sem o apoio constante dos militares, em particular em épocas de aparente rutura institucional, como 1945 e 1958, o regime nunca teria conseguido durar por tantas décadas. A política do Estado Novo revelava-se pouco interessada em tornar muito ilustrado o povo português, mas mais preocupado em investir nos níveis de ensino que permitissem a criação de pessoal especializado para as indústrias e comércio, um funcionalismo público e privado suficientemente instruído para poder e saber

executar, sem opinar fosse no que fosse, as determinações superiores e uma classe dirigente elitista culta, mas submissa ao regime, disposta a empenhar-se, com total e absoluta disponibilidade, na execução do plano de doutrinação social de Salazar. Pode dizer-se que na primeira fase do Estado Novo até 1947 a intervenção estatal na educação das crianças e das famílias no espaço doméstico se baseava na sua doutrinação. Numa segunda fase, até 1958, o Estado passou a ser mais cuidadoso com as suas formas de lidar com o povo com uma linguagem mais cuidada, diminuindo o discurso mobilizador. O lento desenvolvimento da industrialização que se verificava, exigia a expansão da escolaridade e a promoção da alfabetização massiva. Numa terceira fase, até 1974, pode dizer-se que foi uma tentativa de remediar a situação ao tentar reformar a educação como foi o caso da chamada Reforma de Veiga Simão, ministro da Educação, de que tratarei mais adiante.

Para melhor se compreender o que foi a evolução da população portuguesa durante o período deste estudo apresento a seguir uma tabela com a evolução demográfica segundo os censos efetuados em Portugal pelo Instituto Nacional de Estatística.

Tabela n.º 1- População portuguesa nos anos de 1930 a 1991

Censos	Total da população
1930	6.825.883
1940	7.722.152
1950	8.441.312
1960	8.889.392
1970	8.611.045
1981	9.833.014
1991	9.867.131

Fonte: Censos do Instituto Nacional de Estatística

A população portuguesa cresceu consideravelmente durante o período, objeto deste estudo, passando de 6.825.883 habitantes em 1930 para 9.867.131 no ano de 1991.

2.5. A Educação de Infância no regime político do Estado Novo em Portugal

Os governantes portugueses do Estado Novo procuraram sempre estar na vanguarda na construção teórica do discurso sobre a importância da educação e sobre os métodos pedagógicos, mas estiveram muito aquém nas concretizações e nas realizações. A principal razão desta *praxis* neste período deve-se a sermos um país mal organizado, incapaz de reorientar a dinâmica dos interesses individuais, grupais e corporativos, pelo menos com elites intelectualmente frágeis e com níveis de corrupção elevados. De 1930 a 1952 é, no plano educacional, um período extremamente controverso e com um debate muito aceso sobre o papel da escola na sociedade. Da querela entre conservadores e progressistas, ao longo da década de 30, em especial entre 1936 e 1938, resultou a vitória dos primeiros, segundo os quais a escola Primária deveria ser uma agência de instrução e de socialização nos valores da passividade política, da obediência, da ordenação da hierarquização da sociedade e promoção de valores e tradições rurais, um papel de segunda ordem para a mulher e a consagração da trilogia Deus, Pátria, Família, como orientação fundamental dos atos do Estado e da Sociedade (Formosinho, 1987). A Educação de Infância tinha uma diminuta visibilidade social, praticamente sem debates públicos. Os avanços que se fizeram na 1ª. República encontrou no Estado Novo fortes obstáculos. Os valores de liberdade, responsabilidade social e de cidadania implícitos trabalhados de então, rapidamente são submersos pelo forte aparelho de doutrinação em que se tornou o novo regime:

O Estado não estava interessado em formar cidadãos esclarecidos, em investir na cultura do país, logo, a educação, ainda que com sentido de instrução, não era entendida como um valor principal, muito menos a educação de crianças até aos 6 anos (Sarmiento, 2002:142).

As escassas iniciativas estatais em relação ao atendimento à infância, durante o período do Estado Novo, foram essencialmente de caráter assistencialista, procurando responder às questões sociofamiliares que afetassem a vida das crianças. Nos últimos anos do regime, com Veiga Simão, surgiu o debate sobre a criação da Educação Pré-escolar oficial e a sua importância como uma inovação no sistema educativo.

Apresento a seguir as escolas Infantis que foram criadas na transição do fim da 1ª República até ao fim do Ensino Infantil decretado em 1937, para melhor se entenderem as políticas educativas para a Educação de Infância.

2.5.1. Escolas Infantis criadas entre 1926 e 1937

Neste estudo procuro fazer um levantamento das Escolas Infantis criadas em Portugal no período do início da 1ª República até 1937, através de pesquisa efetuada no Arquivo Histórico do Ministério da Educação e no Anuário Estatístico de Portugal.

Não posso dissociar este trabalho, como forma de comparação, dos documentos específicos encontrados que indicam, claramente, o número de escolas criadas até 1926, bem como a localidade e data da sua criação. O Ministério da Instrução Pública ao pretender averiguar qual o número de Escolas Infantis que existiram em Portugal até essa data, enviou, em 8/3/1926, uma carta para os Diretores de todos os Círculos Escolares do país, por intermédio do Diretor Geral Interino, que solicitou o envio dos dados pedidos a que eu tive acesso no Arquivo histórico do Ministério da Educação (Série nº.5 -Postos escolares -Cx. 3475-1927).

Apresento, pormenorizadamente, a seguir em tabela os dados que nos indicam as Escolas Infantis criadas, a localidade e a data da sua criação. As localidades onde houve Escolas Infantis ou secções infantis até 1926 foram: Aveiro 3, Braga 6, Bragança 1, Porto 13, Lisboa 29, Leiria 1, Torres Novas 2, e Guimarães sem indicar o número.

Tabela n.º 2 - Escolas e secções infantis existentes em Portugal até 1926

Cidade	Nome	Escolas Infantis (EI) Secções Infantis (SI) Classes preparatórias (CP)	Edifício	Data da criação	Data dos dados
Porto (1) (Inspeção do Círculo Escolar do 2º Bairro do Porto)	Foz do Douro	2 EI	Próprio	9-1-1915	15-03-1926
	Cedofeita	5EI	Arrendado	9-1-1915	
	Lordelo do Ouro	6EI	Arrendado	9-1-1915	
Lisboa (Inspeção do Círculo Escolar do 1º Bairro de Lisboa)		4 SI			11-3-1926
	Patronato	1 EI		2-10-1923	
Bragança		1EI	Arrendado da Câmara Municipal)	6/11/1915	13-03-1926
Leiria	1CP “1 Classe preparatória nos termos do art.5 do Decreto-Lei nº.5787 a correspondente à 3ª secção das Escolas Infantis. (...). Aproveito o ensejo para informar que estão iniciados os trabalhos de construção de um Jardim- Escola em Leiria” (Inspetor Escolar)			12-2-1925	13-03-1926
Aveiro	Nº.1	1EI“4 salas de aula”	Edifício do Estado	1-4-1916	20-8-1916
	Nº.2	1EI“4 salas de aula	Edifício do Estado	11-5-1917	
	Nº.2	1CP		26-10-1925	
	Nº.13	1CP		15-12-1923	
	Nº.16	1CP		2-11-1925	
	Nº.22	1CP		15-12-1923	
	Nº.33	1CP		1-2-1924	
	Nº.34	1CP		1-2-1924	
	Nº.35	1CP		10-10-1924	
	Nº.37	1CP		25-2-1924	
	Nº.38	1CP		11-1-1924	
	Nº.45	1CP		31-10-1925	
	Nº.46	1CP		31-10-1925	
	Nº.49	1CP		15-12-1923	
	Nº.50	1CP		10-10-1925	
	Nº.67	1CP	Edifício próprio	5-4-1924	
Lisboa (Inspeção do Círculo Escolar do 2º Bairro de Lisboa)	Nº.7	1SI	Nenhuma funciona em edifício próprio.		30-3-1926
	Nº.14	1SI			
	Nº.42	1SI			
Lisboa (Inspeção do Círculo Escolar do 4º Bairro de Lisboa)	7 SI que funcionam em escolas primárias				19-8-1926

Fonte: AHME, Caixa 3475.

Tabela n.º 3 - (Continuação) Escolas e secções infantis existentes em Portugal até 1926

Cidade	Nome	Escolas Infantis (EI) Secções Infantis (SI) Classes preparatórias (CP)	Edifício	Data da criação	Data dos dados
Braga	S. João do Souto	1EI	Edifícios das antigas escolas, em salas e anexos adaptados		19-3-1926
	S. Lázaro	1EI		Depois de 20 de Março e 1920	
	S. Vítor	1EI			
	Maximinos	1EI			
	Real	1EI		1-10-1924	
	Junto ao Colégio dos Órfãos	1 SI	Dependências do colégio dos Órfãos	17-11-1925	27-4-1926
Torres Novas		2 CP	Edifício da Escola Primária Central	19/1/1923	18/3/1926
São Pedro do Sul	“..não existem nem nunca existiram embora a sua falta se faça sentir na educação das respectivas crianças”				17-4-1926
Guimarães	Algumas CP sem referir o n.º. que funcionam em escolas nos termos do disposto do art.5 do Decreto-Lei n.º. 5.787ª				15-3-1926
Arcos de Valdevez	“Aproveito, porém o ensejo de manifestar a V. Exª a necessidade da criação de uma Escola Infantil (3ª classe) na escola central desta vila, começando a funcionar desde que se consiga instalação, mobiliário e material, para o que conto com a auxiliar e boa ajuda da Câmara Municipal deste Concelho”				11-3-1926
Coimbra	“...neste círculo escolar, não existe nenhuma escola ou secção infantil, a não ser o Jardim Escola João de Deus, em Coimbra”				11-3-1926
Alcobaça	“a)Neste círculo só existe o Ensino Infantil ministrado no Jardim Escola João de Deus, com edifício próprio, desde 1914. b) Em nenhuma outra escola há secção infantil (...). d) Estão matriculadas 52 crianças, que recebem duas refeições na respectiva cantina”				13-3-1926
Figueira da Foz	“ ...neste círculo escolar existe nenhuma Escola Infantil, nem junto das escolas primárias funciona qualquer curso com essa denominação. Há apenas nesta cidade da Figueira da Foz um Jardim Escola João de Deus, mas de iniciativa particular, sendo as despesas respectivas pagas por uma comissão. Funciona em edifício próprio O Pessoal contratado pela comissão				17-3-1926
Vila Franca de Xira	“...cumpre-me informar de que neste círculo não há nenhuma Escola Infantil, existindo apenas uma secção infantil recentemente criada no Instituto Feminino de Educação e Trabalho de Odivelas, a qual ainda não funciona”				13-3-1926
Anadia	“As respectivas Câmaras reconhecem a extrema importância dessas escolas..... e centros de maior população mas não pode promover a sua criação por falta de casas apropriadas para a sua instalação, mobiliário e material de ensino”				

Fonte: AHME, Caixa 3475.

Durante a 1ª República foram criadas em Portugal vinte e duas Escolas Infantis, quinze secções infantis e pelo menos dezassete classes preparatórias, perfazendo o número total de cinquenta e cinco. Não se apurou o número exato das classes preparatórias porque a Junta Escolar de Guimarães apenas indicou que existiam, mas sem as quantificar. Apenas contabilizei as escolas oficiais pertencentes aos Círculos Escolares, sendo excluídos os Jardins Escola João de Deus e outros de iniciativa particular. Os dados apresentados indicam que foram criadas mais Escolas Infantis que apenas as sete indicadas por Gomes (1977). Algumas localidades manifestaram interesse em abrir Escolas Infantis, mas as dificuldades económicas eram as razões apontadas para a não abertura.

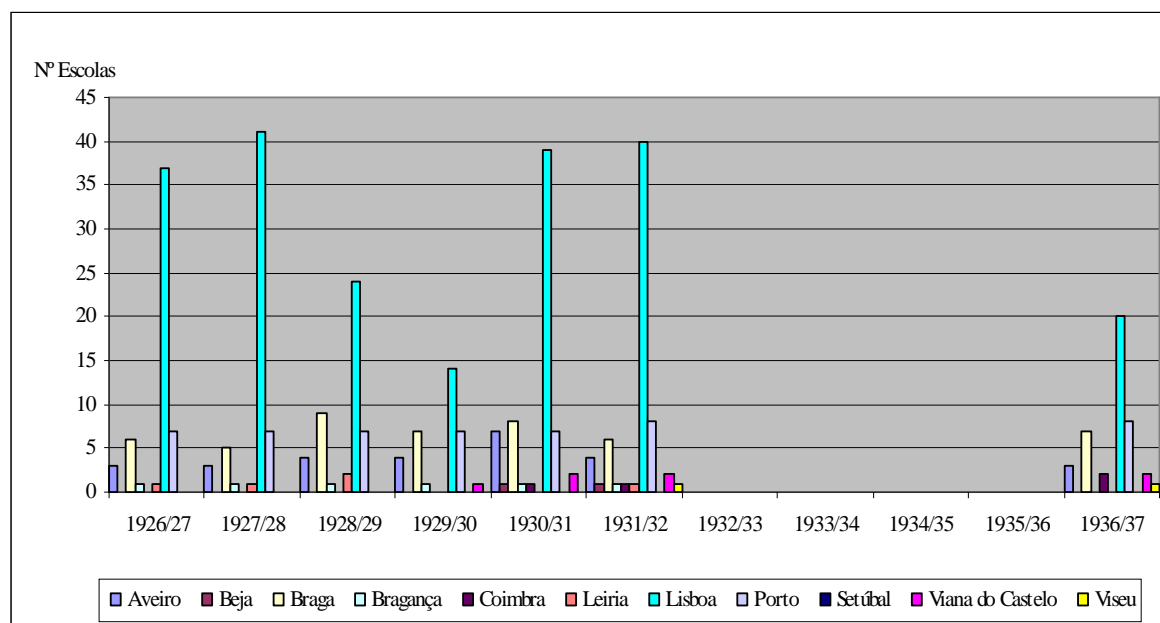
O *Anuário Estatístico de Portugal* começou por apresentar dados sobre as Escolas Infantis criadas em Portugal no ano letivo de 1926/27 e fê-lo até ao ano letivo de 1936/37. No ano letivo de 1926/27 havia cinquenta e cinco escolas e secções infantis. A seguir apresento as tabelas e respetivos gráficos, correspondentes às cidades onde houve Ensino Infantil oficial, bem como o número de escolas e de secções infantis e o número de alunos, entre os anos letivos de 1926/ 27 a 1936/37.

Tabela n.º 4 - Cidades com Escolas Infantis em Portugal entre os anos letivos de 1926/27 a 1936/37

Anos Cidade	1926/27	27/28	28/29	29/30	1930/31	1931/32	1936/37
	Escolas	Escolas	Escolas	Escolas	Escolas	Escolas	Escolas
Aveiro	3	3	4	4	7	4	3
Beja	-	-	-	-	1	1	-
Braga	6	5	9	7	8	6	7
Bragança	1	1	1	1	1	1	-
Coimbra	-	-	-	-	1	1	2
Leiria	1	1	2	-	-	1	-
Lisboa	37	41	24	14	39	40	20
Porto	7	7	7	7	7	8	8
Setúbal	-	-	-	-	-	-	-
Viana do Castelo	-	-	-	1	2	2	2
Viseu	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal*, dos anos 1926 a 1937 e *AHCMB*

Gráfico n.º 1 - N.º. de Escolas por cidade criadas entre os anos 1926/27 a 1936/37



Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal*, dos anos 1926 a 1937 e *AHCM*).

Durante esse período histórico constata-se que na região Norte havia cinco cidades com Ensino Infantil: Aveiro, Braga, Bragança, Porto e Viana do Castelo; na região Centro, três cidades: Coimbra, Leiria e Viseu; na região Sul também três cidades: Lisboa, Setúbal e Beja. Entre os anos letivos 1932/33 a 1935/36 o *Anuário Estatístico* não disponibilizou informação, quanto ao número de escolas, apenas apresentou informação quanto ao número de crianças existentes no Ensino Infantil, razão pela qual não apresento em gráfico a Escola Infantil de Setúbal, apenas com dados referentes ao ano letivo de 1935/36 com 31 crianças, como veremos no gráfico seguinte. As cidades apresentadas no gráfico são as únicas que tiveram Ensino Infantil oficial em Portugal no período de 1926 a 1937.

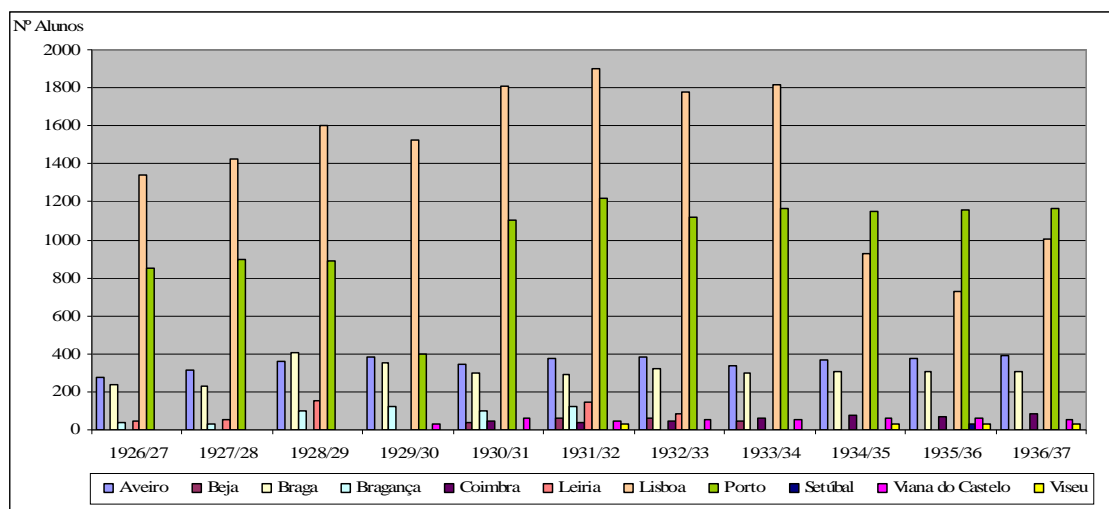
Lentamente o Governo foi extinguindo algumas Escolas Infantis, como aconteceu nas cidades de Beja e Bragança no ano letivo de 1933/34 e Setúbal em 1935/36.

Tabela n.º 5 - N.º. de crianças por cidade entre os anos letivos 1926/27 e 1936/37

Anos Cidade	1926 /27	1927 /28	1928 /29	1929 /30	1930 /31	1931 /32	1932 /33	1933 /34	1934 /35	1935 /36	1936 /37
Aveiro	276	313	362	385	341	375	386	336	366	372	391
Beja	-	-	-	-	38	62	58	45	-	-	-
Braga	236	227	403	349	300	288	325	302	307	305	307
Bragança	35	28	99	119	103	120	-	-	-	-	-
Coimbra	-	-	-	-	45	40	47	60	75	68	87
Leiria	43	51	153	-	-	148	82	-	-	-	-
Lisboa	1343	1428	1600	1527	1812	1898	1780	1817	929	727	1001
Porto	851	897	890	395	1102	1215	1122	1168	1147	1155	1167
Setúbal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	-
Viana do Castelo	-	-	-	31	59	47	57	54	58	60	51
Viseu	-	-	-	-	-	31	-	-	27	28	28

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal*, dos anos 1926 a 1937 e *AHCMB*

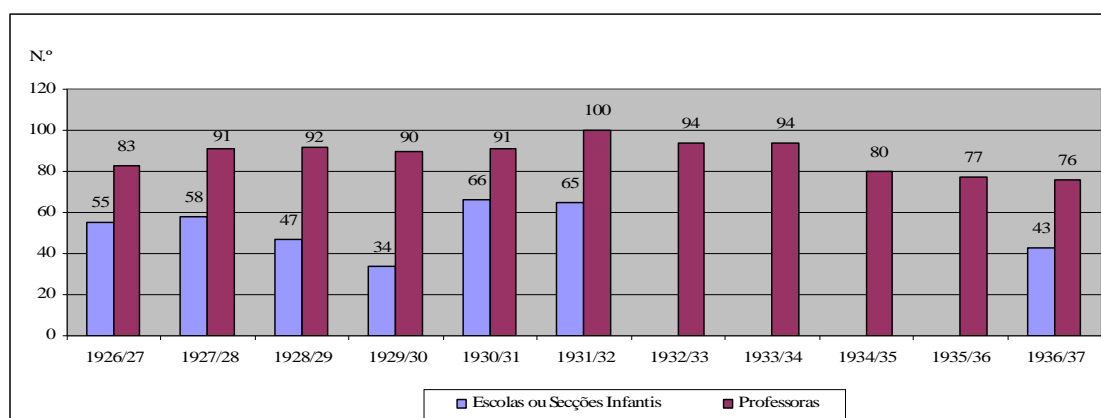
Gráfico n.º 2 - N.º. de crianças por cidade entre os anos 1926/27 a 1936/37



Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal*, dos anos 1926 a 1937 e *AHCMB*.

O número de crianças que frequentavam o Ensino Infantil era muito elevado no Porto e em Lisboa, comparativamente com as outras cidades. Tal justifica-se pelo facto de nestas cidades haver mais população e um maior número de Escolas Infantis.

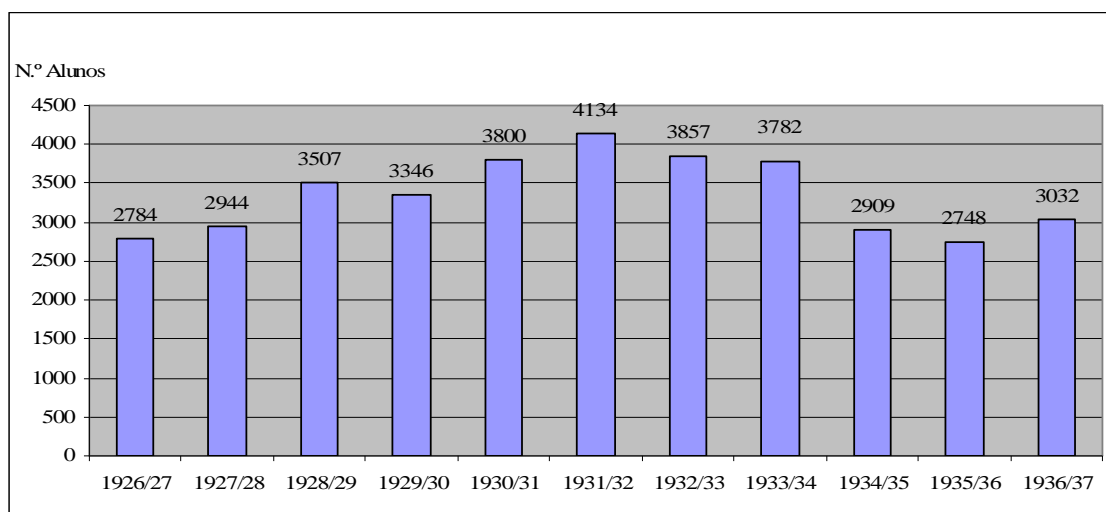
Gráfico n.º 3 - N.º. de escolas ou secções infantis e n.º. de professoras entre os anos 1926/27 a 1936/37



Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal*, dos anos 1926 a 1937 e AHCMB

A abertura de Escolas Infantis foi um pouco uniforme ao longo deste período, reduzindo de cinquenta e cinco, em 1926, para quarenta e três, em 1936/37. O número de professoras também reduziu passando de oitenta e três, em 1926/27, para setenta e seis, em 1936/37. Ainda que lentamente estava a dar-se o fim do Ensino Infantil em Portugal.

Gráfico n.º 4 - Total do n.º. de crianças por ano letivo entre 1926/27 a 1936/37



Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal*, dos anos 1926 a 1937 e AHCMB.

Através da análise deste gráfico pode-se verificar que houve apenas um ligeiro aumento de crianças inscritas no Ensino Infantil durante este período. De 2784 crianças em 1926/27 passou-se para 3032 em 1936/37.

Pela totalidade de dados apresentados, conclui-se que, na no período que vai do fim da 1ª República até ao fim da Educação de Infância oficial, decretada em 1937, o interesse pela Educação Infantil se mantinha igual ao do período da 1ª. República. Continuava a ver-se o reconhecimento das suas vantagens, continuava a legislar-se e continuava a haver as mesmas construções práticas, ou seja, poucas. A alteração quanto ao número de escolas infantis, de crianças e de Professores era idêntica. Em 1935 legislou-se mesmo sobre o programa das disciplinas comuns aos cursos do Magistério Elementar e do Magistério Infantil e das disciplinas especiais do curso do Magistério Infantil (*Decreto-Lei nº.25:311, de 10 de maio de 1935, I Série, nº. 106*). Não se entendia o facto de se estar a planear e a organizar a formação de Professores para as escolas infantis e se era intenção do governo terminar com a Educação Infantil. As disciplinas específicas eram Psicologia Infantil, Jogos educativos, Pedagogia do Ensino Infantil, Educação Feminina, Puericultura. Cada uma apresentava conteúdos específicos para uma boa formação. Apesar de todo este trabalho e investimento o Ensino Infantil estatal terminou em Portugal em 1937.

2.6. A 1ª década do Estado Novo: o desinteresse pela Educação de Infância

No campo da Educação de Infância, o Estado Novo constituiu-se como uma rutura com a orientação educativa que se começou a desenvolver durante a 1ª. República (Vilarinho, 2000; Gomes, 1977; Cardona, 1997). A sua filosofia educativa instaurou uma rutura no desenvolvimento do Ensino Infantil oficialmente institucionalizado. No entanto, nos primeiros anos do Estado Novo, essa rutura não se verificava nem se conseguia identificar, pois tudo funcionava normalmente. A mudança do discurso sobre o desinteresse pela Educação de Infância não foi consumada de uma forma abrupta e radical em 1937, embora hoje se possa constatar que se estava a preparar o seu fim. Foi um processo lento, acautelado, de modo a que não provocasse agitação. Foi isso que se verificou, pois, até 1936 o discurso oficial continuava a reconhecer as vantagens do Ensino Infantil, como se pode verificar na legislação

publicada, as Escolas Infantis continuavam a funcionar, as professoras continuavam a ser colocadas e as crianças a serem inscritas.

O discurso de Salazar começou por valorizar a família e os valores da Igreja. Apresentava o ambiente familiar e a vida rural como a mais honrada e feliz. Sobre a mulher dizia que seria muito mais feliz se estivesse em casa a cumprir as tarefas caseiras e a tomar conta dos filhos. Logo na constituição de 1933 é referido que o ensino deve ser orientado para os princípios tradicionais da religião católica, sendo a família considerada como a primeira base da educação e o encargo primordial da ação formativa. Os principais valores que se transmitiam, contrariamente à laicidade da 1ª República, eram os que tradicionalmente a Igreja defendia: obediência, resignação e caridade. Eram definidos como grandes princípios ideológicos: a unidade, a ordem e o nacionalismo, onde a Igreja e a escola teriam um papel decisivo (Cardona, 1997).

Salazar começou também a pronunciar-se sobre a forma de combater o analfabetismo através da escola Primária. A escola tinha como principal missão a propaganda das ideias defendidas pelo Estado. Era vista, como um meio privilegiado de doutrinação das pessoas. A família representava a harmonia e a felicidade e a principal responsável pela educação das crianças antes da idade de entrarem na escola Primária. Na constituição de 1933 preconizava que a mulher deveria ser considerada de acordo com o bem-estar da família. Neste enquadramento foi publicado o *Decreto-Lei n.º 24402, de 24/8/1934-I- Série n.º.199* que terminava com a obrigatoriedade das fábricas criarem creches para os filhos das mulheres trabalhadoras, pois, estas não deveriam trabalhar fora de casa. As medidas tomadas iam no sentido de preservar a família e incentivar as mães a ficarem em casa a cuidar e educar os filhos:

Havendo homens desempregados, não é de permitir em muitas indústrias o recurso abusivo à mão de obra mais barata fornecida pelas mulheres e pelos menores. Além disso as consequências de ordem higiénica e moral que daqui resultam são verdadeiramente deploráveis. Inútil pretender dignificar a família operária e elevar o seu nível moral, se as mulheres casadas tiverem que abandonar os lares para fazer turnos noturnos nas fábricas e se os menores de ambos os sexos se sujeitarem desde verdes anos à vida áspera das oficinas e aos perigos que daí resultam, sem algumas medidas que os protejam (*Decreto-Lei n.º. 24402, de 24/8/1934-I- Série n.º.199*).

Depois das ideias inovadoras da primeira República e perante as ideias do novo regime político, adivinhava-se que o cenário educativo português iria sofrer alterações

radicais. Pode constatar-se isso, não só através da legislação que lentamente foi publicada, mas também pelo fim das obras de construção de alguns Jardins-de-infância, como foi o caso de Bragança. As obras de construção de um novo Jardim-de-infância já tinham sido iniciadas e os financiamentos aprovados. O empréstimo que, entretanto, já tinha sido efetuado foi depois canalizado para a construção de uma escola Primária (Castanheira, 2006). O mesmo se passaria no resto do país. Lentamente o governo foi decretando o fim de Jardins-de-infância públicos, como foi o caso de Bragança, no ano de 1934.

A mudança de rumo que se verificou nos primeiros anos do Estado Novo concretizou-se com a entrada do novo governo que tomou posse em janeiro de 1936, com Carneiro Pacheco como Ministro da Educação Nacional. A partir daqui o rumo da Educação de Infância conhece grandes e radicais transformações. Concluiu-se o que lentamente se andou a preparar desde o início do regime, ou seja, o fim do Ensino Infantil público. Mas mesmo com Carneiro Pacheco, ainda não foi um fim abrupto. Esteve ainda um ano para preparar os argumentos para o documento final. Primeiro, cria e aprova os estatutos da Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN) (*Decreto n.º 26:893 do DG n.º 191 de 15/8/1936*). Pretendia, assim, que esta obra promovesse e assegurasse em todo o país a Educação Infantil pré-escolar em complemento da ação da família.

Depois da extinção do Ensino Infantil, em 1937, o estado cria a Escola Normal Social, no ano de 1939, para formar assistentes de serviço social para trabalharem em instituições com finalidades educativas e de apoio social, na sua maioria ligadas à Obra das Mães pela Educação Nacional (*Decreto-Lei 30-135 – 14-12-1939 DG n.º 291*).

2.6.1. A extinção da Educação de Infância pública em Portugal em 1937

Com a entrada de Carneiro Pacheco para o Governo, em 1936, verificou-se uma mudança de rumo radical relativamente ao Ensino Infantil, passando o Estado a ter uma postura muito mais evidente face a este. A grande preocupação foi o Ensino Primário e a redução da taxa de analfabetismo. O governo propunha colocar o Ensino Infantil fora do quadro do ensino oficial. Procurava-se desta forma fazer “ressurgir a vida do passado nas suas virtudes, na sua pureza, no seu amor ao trabalho, restabelecendo a família no

seu antigo lugar, a tradicional família portuguesa, tão cristã” (Carvalho, 2001:763). Havia também quem considerasse que o Ensino Infantil oficial seria “um desgraçado aliciamento ao desaparecimento e à aniquilação da família” (Carvalho, 2001:764): Para se entender como se chegou a esta decisão, é importante conhecer-se a realidade portuguesa dos anos de 1930. Constituíram-se estes em anos com muita incerteza e insegurança devido à grave situação económica e financeira que afetava toda a vida do país. A extinção do ensino oficial infantil “sepultou” de forma poderosa a sua expansão. Restringe-se a escolas particulares, facto que transformava a sua frequência mais difícil, por motivos óbvios.

O Governo passou a valorizar as formas de atividade educativa como a da “Obra das Mães para a Educação Nacional” criada em 1936. Esta instituição tinha como missão promover e assegurar a Educação Pré-escolar em todo o país em complemento com a família. A consequência da criação desta obra foi o encerramento de todas as Escolas Infantis existentes em Portugal de caráter oficial no ano de 1937. São assim extintas ou transformadas todas as escolas infantis, sendo justificado o seu encerramento, com os argumentos de que o seu número reduzido abrangia menos de 1% das crianças, sendo o custo da sua expansão e manutenção demasiado elevado para as finanças públicas (Gomes, 1977; Bairrão *et al.*, 1990; Bairrão & Vasconcelos, 1997; Cardona, 1997). O Estado reconhecia, desta forma, que não era o momento e não estavam reunidas as condições para se continuar a desenvolver o Ensino Infantil como serviço oficial do Estado: “E porque a experiência tem demonstrado, que o Ensino Infantil, não se encontra organizado para que os frutos correspondam aos encargos” (*Decreto n.º. 28081, do DG n.º.236 de 9/10/1937*). Os Professores de Ensino Infantil passaram a pertencer ao quadro dos Professores do Ensino Primário. Enquanto na 1ª República se comparava a escola a um *Jardim onde as flores se iam desenvolvendo naturalmente*, durante este período falava-se de *pedras em bruto* que era necessário *polir* ou *cortar*.

Dá-se, assim, uma paragem e um grande retrocesso no desenvolvimento da Educação de Infância, pois, este Ensino deixa de estar a cargo do Ministério da Educação e volta a ter uma função essencialmente assistencial, sendo colocada de lado a sua função educativa. É dada maior relevância à função educativa da família, em detrimento da função educativa da escola.

A prioridade era a Reforma do Ensino Primário de ensinar o povo português a ler escrever e contar. Só quando esta estivesse solucionada se deveria passar para o Ensino Infantil (*Diário das sessões da Assembleia Nacional e Câmara corporativa, 5 de março de 1938*). O Estado devia estimular a ação educativa da família e auxiliar as instituições particulares que promovessem o Ensino Infantil. O governo tomou esta medida no sentido de estimular a função educativa da família e de apoio a instituições privadas. O Ministério da Educação deixou, assim, de ser responsável por este Ensino, enquanto outros Ministérios como os do Interior, Corporações, Previdência Social e mais tarde Saúde e Assistência, desenvolverem serviços para as crianças antes da entrada para a escola Primária. Estes serviços visavam a diminuição da mortalidade infantil, proporcionando-lhes melhores condições de higiene e alimentação. Consideravam que havia uma grande diminuição do rendimento escolar quando as crianças entravam na escola Primária. Desta forma, pouco se fazia para combater o analfabetismo. Nos ideais do Estado Novo era fundamental apoiar a família, em especial as mães, para que fossem as responsáveis pela educação das crianças até aos sete anos de idades. Para apoiar a família, era preciso criar instituições assistenciais que promovessem e orientassem o desenvolvimento normal da criança como lactários e dispensários. Era fundamental que, por isso, não faltasse às crianças o carinho maternal, uma alimentação adequada, hábitos de higiene e saúde. O Estado pretendia “substituir a ficção do Ensino Infantil oficial pela realidade de estímulos eficazes à ação educativa da família e à iniciativa privada que se destine a promover a assistência educativa pré-escolar” (Gomes, 1977: 95). Ficaria responsável também por apoiar a “Obra das Mães pela Educação Nacional” e apoiar as instituições particulares que promovessem a assistência educativa pré-escolar. Neste caso, o Estado depositou a confiança na iniciativa privada, nomeadamente nos Jardins-escola João de Deus, enquanto modelo pedagógico nacional. Em 1937 existiam em funcionamento em Portugal sete Jardins-escola João de Deus. Entre 1926 e 1974 funcionaram dezanove Jardins-escola (Gomes, 1977:96). Neste período abriram os Jardins-de-infância João de Deus, de Leiria e Castelo Branco em 1936, de Viseu em 1943, Mortágua e Chaves em 1948, Porto em 1951, dois em Tomar sendo o primeiro criado no ano de 1955 e o segundo no ano de 1962, Torres Vedras em 1964, Lisboa, Tramagal e Estarreja em 1965, Matosinhos em 1969, Entroncamento em 1971 e Urgeiriça e São Bartolomeu de Messines no ano de 1972.

Apesar do Estado dizer que apoiava a criação de Jardins-de-infância da rede privada, a realidade é que além dos de João de Deus, foram poucas as instituições que se criaram. A preocupação do governo era apoiar a família na educação dos filhos e criar-lhe estruturas assistenciais de apoio. Devido à nova ordem ideológica, a mulher passa a ter um papel de destaque na ação educativa das crianças. Trabalhar fora de casa era considerada uma influência negativa para os valores defendidos pelo regime (Gomes, 1977; Cardona, 1997).

2.6.2. A valorização da função assistencial da Educação de Infância na 2ª metade do século XX

Pode dizer-se que os anos de 1940 a 1950 na Europa foram marcados por uma situação histórico-social de crise e da II Grande Guerra Mundial (Decorreu entre 1939 e 1945), pelo aparecimento de teorias científicas que evidenciaram a importância dos primeiros anos da formação da personalidade. Foram ainda marcados por práticas renovadoras dos métodos pedagógicos relacionados com a expansão regular do setor privado e experimental da Educação de Infância.

Até à primeira metade do século XX verificou-se um (des)investimento estatal na Educação de Infância em Portugal. Nem a “Obra das Mães” desempenhou as funções para as quais tinha sido criada, que era a de desenvolver e fomentar a Educação de Infância, nem se definiram medidas legislativas no sentido de concretizar essa determinação. Tal não se verificou nesta década de 40, nem se veio a verificar nas seguintes. A Educação de Infância passou a ser exclusivamente da responsabilidade da iniciativa privada e da assistência social. Nesta década, o governo regulamenta o Estatuto da Saúde e Assistência, cria o Fundo de Socorro Social, reforça a obrigatoriedade de as fábricas criarem creches, cria o Instituto Maternal e Centros de Assistência Social Infantil para a assistência à maternidade e à primeira infância, cria o Instituto de Assistência a Menores e o Instituto de Assistência à família (Instituto Nacional de Estatística, 1950).

O carácter assistencialista deste período do Estado Novo está bem evidente *na Lei n.º 1998 de 15/5/1944, I Série n.º.102*, que estabelece as bases reguladoras da assistência social em Portugal, quer da responsabilidade do Estado, quer da responsabilidade particular. A assistência deverá preferencialmente ser destinada à maternidade, à

orfanidade ou abandono e à doença ou invalidez e será prestada de preferência no lar (*Lei nº. 1998 de 15/5/1944, I Série nº.102, Base VI, nº.6*). A assistência à maternidade e primeira infância seria feita por meio de um instituto maternal com funções de aperfeiçoamento e coordenação das modalidades pré e pós natais, cantinas maternas, postos de assistência ao domicílio, maternidades, creches, lactários e dispensários infantis. O *Decreto-Lei nº. 35108 de 7/11/1945* encarrega o Instituto de Assistência à família de fomentar a criação de estabelecimentos e serviços de assistência infantil (*Art.123º*). Visando uma maior orientação das diferentes modalidades assistenciais, criaram-se os institutos maternos de assistência a menores com funções de apoio à família. O instituto de Assistência à família passou a ser o responsável pela criação de instituições de cariz assistencial e de Educação de Infância. Foi neste âmbito que se criaram as Casas da criança. Estas eram essencialmente de cariz assistencial, mas já contemplavam a abertura de creches para crianças até aos 3 anos de idade e parque infantil para crianças de 3 a 6 anos de idade. De 1936 a 1970 foram criadas 25 Casas da criança (Gomes 1977).

Assistiu-se pelo país à criação de creches pelas ordens religiosas destinadas sobretudo a crianças mais carenciadas e à abertura de Jardins-escola João de Deus. Assim, as medidas políticas do governo orientaram-se no sentido de estimular a função educativa da família e no apoio a instituições particulares onde se destacavam os Jardins-escola João de Deus. O Ministério da Educação deixou de ser responsável pela Educação Pré-escolar, enquanto outros Ministérios, tais como o Ministério do Interior, o Ministério das Corporações e Previdência Social e mais tarde o Ministério da Saúde e Assistência (criado em 1958), desenvolveram, progressivamente, serviços para as crianças antes da sua entrada no Ensino Primário. O objetivo primordial destes serviços visava a diminuição da mortalidade infantil através da melhoria das condições de higiene e de alimentação. Uma vez que estes Ministérios não tinham pessoal especializado em Educação de Infância, a enfermeira de saúde pública tinha um papel fundamental. A grande preocupação do Estado Novo continuava a ser o Ensino Primário, pois continuava a construir escolas primárias, embora não deixasse de incentivar a iniciativa privada dos poucos Jardins-de-infância existentes. Neste período observou-se uma diminuição das contribuições do Estado e também a diminuição das contribuições solidárias e voluntárias das pessoas.

Destaca-se o reduzido número de escolas infantis privadas que foram criadas até à década de 50. Apesar do Estado não proibir e até apoiar a criação de Jardins-de-infância privados, como dizia, questiona-se a razão da sua quase nula fundação a seguir à extinção do Ensino Infantil em 1937. Pode constatar-se isso nas tabelas de frequência de crianças do Ensino Infantil e das instituições existentes. Eram poucas as cidades que tinham Ensino Infantil e foram poucas as cidades que se atreveram a criá-lo. Apresento a seguir a tabela com a frequência de crianças do Ensino Infantil particular em Portugal na década de 40. Não apresento dados nos anos letivos de 1941/42, 1943/44 e 1944/45, porque não existem no Instituto Nacional de Estatística nem os consegui encontrar em quaisquer outros documentos. Este facto poderá ser explicado por ser coincidente com o período de Guerra pelo qual se estava a passar.

Tabela n.º 6 -Nº. de crianças a frequentar o Ensino Infantil particular em Portugal de 1940 a 1950

Anos Letivos	Crianças Ensino Infantil Particular
1940-41	1334
1941-42	1008
1942-43	872
1943-44	906
1944-45	973
1945-46	959
1946-47	1812
1947-48	1575
1948-49	1709
1949-50	1778

Fonte: INE

Pela leitura da tabela verifica-se uma descida no nº. de crianças do Ensino Infantil particular nos anos de 1942 a 1946, facto que poderá estar associado à vivência de um período de guerra, a II Guerra Mundial. Posteriormente, ou seja, a partir do ano de 1946 até ao ano de 1950 verificou-se um aumento do número de crianças, com pequenas oscilações. Apresenta-se também a seguir em tabela as cidades portuguesas onde havia Ensino Infantil e o número de crianças a frequentá-lo entre 1940 e 1950. Não apresento dados nos anos letivos de 1941/42, 1943/44 e 1944/45, pelas razões já enunciadas.

Tabela n.º 7 - Cidades com crianças a frequentarem Jardins-de-infância particulares entre 1940 e 1950

Cidades	Ano Letivo/n.º. de crianças						
	40-41	42-43	45-46	46-47	48-49	49-50	50-51
Braga	308	-	38	22	189	188	227
Castelo Branco	58	36	61	73	60	65	67
Coimbra	185	110	170	212	275	279	272
Leiria	145	81	146	179	180	147	90
Lisboa	363	207	425	1002	750	876	941
Porto	45	19	40	42	61	42	181
Funchal	230	-	-	-	-	-	-
Viseu	-	34	73	78	135	137	127
Vila Real	-	-	-	-	59	44	49
Total	1334	906	953	1812	1709	1778	1954

Fonte: Consulta do Instituto Nacional de Estatística- Tabela feita no âmbito deste trabalho

Como se pode verificar nesta tabela, segundo os dados recolhidos junto do Instituto Nacional de Estatística (INE), o número de crianças que frequentavam os Jardins-de-infância de instituições privadas pouco oscilou, sendo as poucas instituições existentes da responsabilidade da Associação de Jardins-escola João de Deus. Destacam-se as cidades de Lisboa, Porto, Braga e Coimbra como aquelas onde havia mais crianças a frequentarem os Jardins-de-infância, provavelmente por serem cidades maiores e com mais facilidade para a existência deste tipo de ensino.

Em 1945-46 havia em Portugal 49 instituições de Educação de Infância privadas, destas, 11 eram só de Infantil, 29 de Infantil e Primária e 9 de Infantil, Primária e Liceal. Apresento os dados, onde se constata esta situação, para o ano letivo de 1945/46 na tabela que se segue:

Tabela n.º 8 - Instituições com Jardins-de-infância particular em Portugal no ano letivo de 1945/46 por cidade

Ano Letivo 1945-46	Nº. instituições	Infantil	Infantil- Primária	Infantil- Primária- Liceal
Braga	5	-	4	1
Castelo Branco	1	1	-	-
Coimbra	3	3	-	-
Leiria	3	2	1	-
Lisboa	29	4	19	6
Porto	3	-	4	1
Vila Real	1	-	-	1
Viseu	2	1	1	-
Total	49	11	29	9

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Da análise da tabela verifica-se que o número de instituições só com Ensino Infantil é maior do que com Infantil e Primária ou com os três níveis de ensino. De destacar ainda que a cidade com maior número de instituições é Lisboa, com grande diferença em relação ao Porto e a outras cidades.

Tabela n.º 9 - Instituições com Ensino Infantil particular em Portugal no ano de 1946/47, por cidade

Ano Letivo 1946-47	Nº.		Infantil	Infantil- Primária	Infantil- Primária- Liceal
	J.I.	Crianças			
Braga	5	304	-	4	1
Castelo Branco	1	-	1	-	-
Coimbra	3	107	3	-	-
Leiria	3	272	2	1	-
Lisboa	35	1490	6	24	5
Porto	7	63	-	4	3
Vila Real	1	-	-	-	1
Setúbal	1	-	-	1	-
Viseu	6	167	2	1	3
Total	62	2687	14	35	13

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Nesta situação, para o ano letivo 1946-47, verifica-se que existe um maior número de instituições com Ensino Infantil e Primário, relativamente às instituições com apenas Ensino Infantil e Ensino Infantil, Primário e Liceal. Mais uma vez Lisboa se destaca

pela cidade que possui maior número de instituições de ensino e, conseqüentemente, um maior número de crianças a frequentá-lo.

Para o ano letivo 1948/1949 apresentam-se os dados disponíveis na tabela nº. 8. Apresentam-se apenas alguns anos letivos e não todos pelo facto de os considerar suficientes, uma vez que o número de instituições e de crianças não alterou muito.

Tabela n.º 10- Instituições com Ensino Infantil particular em Portugal no ano de 1948/49

Ano Letivo 1948-49	Nº.		Infantil	Infantil- Primária	Infantil- Primária- Liceal
	J.I.	Crianças			
Braga	5	282	2	4	1
Castelo Branco	3	85	4	1	-
Coimbra	4	438	2	-	-
Leiria	3	265	9	1	-
Lisboa	42	1179	-	28	5
Porto	8	97	-	5	3
Vila Real	1	81	-	-	1
Setúbal	1	-	2	1	-
Viseu	1	196	19	1	-
Total	72	2623	2	41	10

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Para o ano letivo 1948/49 verifica-se uma situação análoga à do ano letivo de 1946/47. Destaca-se, no entanto, um aumento do número de instituições, embora não se verifique o mesmo número de crianças a frequentar este nível de ensino.

Tabela n.º 11 Instituições com Ensino Infantil particular em Portugal no ano de 1949/50

Ano Letivo 1949-50	N.º		Infantil	Infantil- Primária	Infantil- Primária- Liceal
	J.I.	Crianças			
Braga	5	275	-	4	1
Castelo Branco	4	102	1	3	-
Coimbra	4	430	4	-	-
Leiria	2	220	2	-	-
Lisboa	47	1365	13	27	7
Porto	9	66	1	4	4
Vila Real	1	64	-	-	1
Setúbal	1	-	-	1	-
Viseu	3	211	1	1	1
P. Delgada	1	-	-	-	1
Funchal	1	-	-	-	1
Total	78	2733	22	40	16

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Pela leitura da tabela realça-se, comparativamente com a tabela anterior, um aumento do número de instituições, mas apenas de Ensino Infantil. Destaca-se neste ano que começa a haver a especificidade do Ensino Infantil, dando alguns sinais de que algo estava a mudar, como se observará mais à frente. No entanto, as instituições de Ensino Infantil e Primário continuavam a predominar.

Pode dizer-se que o período de maior retrocesso na história da Educação de Infância em Portugal ocorreu no período entre 1937 e 1950, precisamente no período de maior retrocesso em Bragança, aspeto que ainda abordarei adiante. A função educativa era desvalorizada e predominava a função assistencial. Neste período o Ensino Infantil estava apenas nas mãos da Associação de Jardins-escola João de Deus. Esta associação criou em 1943, em Lisboa, um curso de formação de Educadoras para as suas instituições. Voltava-se novamente ao processo inicial do final da Monarquia quando a Educação de Infância dava os primeiros passos. Era preciso agora iniciar um novo caminho.

Dada a necessidade de se inspecionar o que se fazia nas instituições privadas, no ano de 1949 cria-se a inspeção do ensino privado com a publicação do novo estatuto do ensino particular (*Decreto n.º 37.545 de 8 de setembro de 1949*). Preconiza-se que o Ensino Infantil “destina-se à formação moral e a acompanhar e orientar o desenvolvimento do corpo e do espírito da criança” (Cardona, 1997: 53), evidenciando-

se também, neste estatuto, que este tipo de instituições eram “sempre dirigidas por pessoas do sexo feminino” (Gomes, 1977: 100). No Decreto define-se ensino particular como sendo todo o ensino que não é ministrado em escolas pertencentes ao Estado. É a inspeção do ensino particular que tem a seu cargo a responsabilidade de fiscalização e orientação de todo o ensino particular (*Art. 2*), bem como tem competências para fiscalizar o cumprimento, por parte destas instituições, dos princípios e Leis que regem a boa prática pedagógica e a cooperação com os objetivos do Estado em matéria educativa nos termos da constituição de 1933 sempre com irrepreensível comportamento moral e cívico (*Art.3, a*)). Na alínea b) do mesmo artigo, expressa-se que se devem dedicar especiais cuidados à fiscalização do modo como são educadas as crianças, devendo a sua educação ser orientada no sentido de “conservação e defesa das virtudes tradicionais da mulher portuguesa e da exaltação da dignidade moral dos lares”. Deviam também fiscalizar-se as condições higiénicas e pedagógicas das instituições, bem como a vistoria das condições dos edifícios. Determina similarmente que o Ensino Infantil é o ensino ministrado a crianças que ainda não atingiram a idade escolar. Este ensino destina-se à formação moral e ao acompanhamento e orientação para o desenvolvimento do corpo e do espírito. Só era autorizado o funcionamento do Ensino Infantil em instalações adequadas e com cantina, e sempre dirigidas por mulheres (*Art.16.º*). Em relação às professoras do Ensino Infantil, preconiza-se que deviam ser especializadas neste tipo de ensino.

O Estado procurava, desta forma, tentar controlar os colégios particulares que funcionavam em Portugal e que viriam a abrir nos tempos seguintes.

2.6.3. A década de 50: ventos de mudança externos

O período de 1950 a 1960 caracteriza-se, na Europa, por uma situação histórico-social de Guerra Fria, de grande número de crianças órfãs e pelo regresso ao trabalho da mão-de-obra feminina. Caracteriza-se ainda pela difusão das teorias científicas concernentes à interação criança-mãe e à sua vinculação e, no plano da prática, pela criação de creches para os filhos dos trabalhadores. Em Portugal são anos de procura da consolidação económica e da defesa intransigente dos ideais do Estado Novo, da defesa da Igreja e do medo do poder soviético e dos ideais comunistas, judaicos e da maçonaria, como se pode verificar numa leitura atenta da imprensa dessa época, através

dos discursos de pessoas ligadas ao Estado, à Igreja e a outros setores da vida pública e de diversos artigos publicados. O Estado português, agora mais do que nunca, procurava defender os seus ideais, o papel da Igreja e os valores cristãos, como a única saída para evitar uma III Guerra Mundial. Tratava-se do medo do governo face às eventuais consequências da modernidade (Cardona, 1997).

Em relação à Educação de Infância verifica-se uma maior abertura ao estrangeiro através de novos projetos. Esta década marca o início de um processo de mudança na Educação de Infância em Portugal. É, nesta década, que começam a aparecer pequenos indícios de novos ventos de mudança. No ano de 1959 inicia-se um estudo sobre o sistema educativo português financiado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) e integrado no “Projeto Regional do Mediterrâneo”. Este projeto tinha como objetivos realizar um estudo dos sistemas educativos dos países mais a sul da Europa nomeadamente, Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Turquia e Jugoslávia, países subdesenvolvidos no campo educacional (Stöer, 1986; Carvalho, 2001). Procurava-se desenvolver, um sistema de ensino mais adaptado à realidade socioeconómica de cada país. No caso português são organizados grupos de trabalho para refletir sobre a situação educativa portuguesa e os objetivos a atingir no âmbito da organização da educação. Esta abertura ao exterior significou um processo de mudança que atingiu o seu auge com a Reforma de Veiga Simão no ano de 1973, onde a Educação de Infância teve um papel de destaque.

A década de 50 marcou uma nova era sobre a forma de pensar o Ensino Infantil em Portugal, embora de forma lenta. Nos primeiros anos do Estado Novo tinha sido essencialmente, prioritária a manutenção da ordem social e a propaganda de novos ideais. A Educação de Infância tinha sido completamente depreciada e o medo do governo pelas consequências da modernização persistiam. Mas, a evolução económica e a falta de pessoal especializado, começaram a fazer novas exigências ao sistema educativo (Cardona, 1997). Os dados do INE confirmam que a década de 50 teve um aumento considerável de instituições particulares de Educação de Infância, ao contrário da década de 40 que se manteve estacionária. Seguidamente apresento alguns dados referentes aos anos letivos da década de 50. Evidenciamos, na tabela nº. 10, o número de escolas infantis, bem como o número de crianças a frequentar este nível de ensino.

Tabela n.º 12 -Nº. de crianças a frequentar o Ensino Infantil particular

Anos Letivos	Escolas Infantis	Nº. de crianças
1950-51	94	1954
1951-52	100	3155
1952-53	122	4263
1953-54	127	4817
1954-55	128	5258
1955-56	-	4853
1956-57	163	4820
1957-58	172	4978
1958-59	186	5890
1959-60	177	6126

Fonte: Instituto Nacional de estatística

Pela leitura da tabela observa-se que houve um aumento gradual do número de instituições de Ensino Infantil e, conseqüentemente, um maior número de crianças a frequentar este nível de ensino. De salientar que no ano letivo 1959/60 houve um decréscimo do número de instituições, embora o mesmo não se reflita no número de crianças que frequentaram a Educação Infantil.

Face ao crescimento de abertura de Jardins-de-infância particular através da Obra dos Jardins-escola João de Deus e das Congregações religiosas, houve a necessidade de formação de pessoal especializado. Por isso, foram surgindo escolas de formação de Educadoras de Infância para darem resposta a esta necessidade. Como a maioria das instituições com Jardins-de-infância que abriam eram de ordens religiosas, houve um grande número de freiras a frequentarem esses cursos. Neste campo ganha destaque a mulher freira e Educadora.

Perante o desinteresse do Estado relativamente ao fomento da Educação de Infância, estes estabelecimentos particulares de formação de docentes iam-se desenvolvendo sem qualquer controlo pedagógico uniformizado e com ausência de programação científica adequada. O Estado ia levando por diante a construção de algumas escolas primárias dado que era este o nível de ensino preconizado oficialmente, mas sem que, aqui e além, fossem concedidas autorizações para abertura e funcionamento de alguns estabelecimentos particulares de Educação de Infância.

2.6.4. Dos anos 60 a 1974: a pressão internacional

O desenvolvimento da Educação de Infância em Portugal, no período que medeia entre os anos 60 e o 25 de abril de 1974, é caracterizado por uma forte pressão internacional em virtude do interesse pela escola e pela Educação de Infância que se verificava em muitos países. A década de 60 e 70 do século XX, na Europa, foi um período de explosão demográfica e crescimento económico. No plano dos ideais defendidos verificou-se a relevância da teoria do capital humano com a consequente valorização do contributo da Educação de Infância para a formação da inteligência adulta. No plano da prática, pela expansão geral dos equipamentos educativos que provoca a discussão acerca das finalidades atribuídas a este setor da educação. Pode dizer-se que foi durante esta década que se sentiu um grande impacto no desenvolvimento da Educação de Infância em diversos países europeus, tais como França, Bélgica e Holanda (Cardona, 1997). Começa a questionar-se, de uma forma mais intensiva, o papel relevante do sucesso escolar na promoção social (Bourdieu & Passeron, 1964). Estes desenvolvimentos, verificados nos outros países, de alguma forma influenciavam a Educação de Infância no nosso país.

Em Portugal foi um período de fim de ciclo de um longo regime de 40 anos. Ficou marcado também por movimentos de contestação ao regime, em especial pela manutenção de Portugal de uma guerra colonial. No final dos anos 60 o chefe do Governo, Oliveira Salazar, é substituído por Marcelo Caetano e deu-se uma aparente abertura do regime. Depois, em 1974, ocorre a revolução de 25 de abril e com ela o início de uma nova era – a Democracia.

O desenvolvimento do país verificou-se de uma forma mais acentuada e significativa a partir de 1970. É notória uma valorização de tudo o que se refere à criança, ao mesmo tempo que assumem particular importância os domínios da pedagogia e da psicologia do desenvolvimento da infância. Inicia-se, nesta época, um processo de transformação com a abertura do mundo do trabalho a todas as classes sociais. O trabalho das mulheres fora de casa generaliza-se, independentemente da sua classe social, o que provocou alterações no seio da vida familiar. Verificou-se o aumento do número de mulheres na vida profissional ativa, levando à necessidade de criação de estruturas de apoio às crianças. A ocorrência da deslocação para as cidades das famílias que viviam nas aldeias originou o aumento da população e,

consequentemente, do número de crianças, passando a sua sobrevivência e a sua educação a serem alvo de uma maior preocupação. O início da guerra colonial, para onde foram muitos pais de família, originou também a procura de trabalho fora de casa pela mulher. Tudo isto originou alterações profundas na estrutura familiar (Cardona, 1997). As crianças eram cada vez mais numerosas em relação à globalidade da população, devido aos maiores cuidados e à sua maior importância (Cardona, 1997, Gomes, 1977). As melhores condições de vida conduziam a uma maior atenção à criança. Esta atenção vai originar expectativas em relação ao seu futuro, onde a escola e o sucesso educativo ganham um valor fundamental. Fruto de todos estes fatores foi necessária a criação de mais instituições de Educação de Infância e mais estruturas sociais e educativas que as cidades não tinham.

Começou a surgir um discurso oficial forte a favor da Educação de Infância por parte de diversos setores da vida política (Deputado Nunes de Oliveira, *cit. in* Sessão da Assembleia Nacional de 21/1/1964). Defendia-se o caráter indispensável da elaboração de um plano de educação, com a criação de uma rede de Jardins-de-infância (Gomes, 1977, Cardona 1997). Preconizava-se que a frequência do Jardim-de infância facilitaria o sucesso e integração na escola Primária de todas as crianças. Uma das preocupações era a de que as crianças de idade pré-escolar tivessem um contacto prévio com o ambiente escolar antes da entrada na escola Primária pois favorecia a sua ambientação. A Educação Pré-escolar começa a ser vista como um fator fundamental no combate ao insucesso escolar, porque se verificava uma elevada taxa de insucesso escolar no início da escolaridade. Começam a surgir as ideias de que a melhor forma de combater o analfabetismo é começar pela frequência do Jardim-de-infância. Iniciou-se, desta forma, uma nova fase da Educação de Infância. Havia um novo discurso muito mais acentuado na imprensa nacional e regional (Ex: a revista “*Os Nossos Filhos*” e jornal “*Mensageiro de Bragança*”) e em outras publicações sobre a vida das crianças antes da Escola Primária. Constatava-se uma mudança na linguagem, alegando-se que, as crianças estariam melhor em instituições bem equipadas e com pessoal bem formado, do que na família. As famílias querem o melhor para os seus filhos e talvez não tenham as melhores condições para assegurar uma preparação adequada das suas crianças, sendo a frequência nas instituições mais vantajosa do que a educação familiar (Cardona, 1997). As ideias dos agentes educativos, das famílias e dos pedagogos iam todas no sentido do

reconhecimento da importância de as crianças frequentarem o Jardim-de-infância. A sua frequência contribuía para o desenvolvimento cognitivo, principalmente das crianças e meios mais desfavorecidos onde estas ideias tiveram maior influência.

A participação de Portugal no Projeto Regional do Mediterrâneo, já referido anteriormente, exerceu uma forte pressão internacional para o desenvolvimento da Educação de Infância. Os grupos de trabalho que se organizaram neste projeto, apresentaram um primeiro relatório no ano de 1963, onde se refere que a Educação de Infância em Portugal está exclusivamente entregue a instituições privadas, com mensalidades elevadas e a funcionarem apenas nos grandes aglomerados populacionais, deixando de fora todas as comunidades rurais. É de referir que nessa época, funcionavam em Portugal, instituições que praticavam diferentes tipos de mensalidades, tal como se verificava agora. A existência destes dois tipos de instituições em nada contribuía para a igualdade social. No ano de 1964 é apresentado o segundo relatório deste projeto, onde é referido a previsão e frequência que 24 mil crianças frequentariam os Jardins-de-infância até ao ano letivo de 1974/75. Estas previsões foram largamente superadas pois naquele ano letivo foram inscritas na Educação Pré-escolar em Portugal, 42490 crianças (Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, 2009: 91).

Para ajudar a compreender melhor a situação, apresento de seguida uma tabela com a evolução da frequência das crianças na Educação Pré-escolar. Apresento também o número de crianças por idades que aparecem, pela primeira vez, nos registos do Instituto Nacional de Estatística.

Tabela n.º 13 - N.º. de crianças a frequentarem o Ensino Infantil em Portugal de 1960 a 1974

Anos Letivos	Crianças do Ensino Infantil Particular			
	Crianças	Idades		
		3-4	5	6
1960-61	6528	2056	2795	1677
1961-62	7030	2391	2848	1791
1962-63	8039	2803	3188	2048
1963-64	9411	3539	3726	2146
1964-65	10350	4098	4426	1826
1965-66	11271	4593	4717	1961
1966-67	12417	5243	5018	2156
1967-68	13548	5518	5781	2249
1968-69	14536	5932	6133	2471
1969-70	15153	6124	6257	2772
1970-71	17135	7186	7195	2754
1971-72	18687	7691	7706	3290
1972-73	18964	8080	7811	3073
1973-74	41080	19118	14907	7055

Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação 2009:77-90

Através da análise da tabela pode observar-se que houve um crescimento contínuo de crianças a frequentar os Jardins-de-infância. Observa-se um aumento significativo nos anos letivos de 1972-1973 de 18964 crianças para 41080 no ano letivo seguinte, de 1973-74. Este acréscimo de frequência da Educação de Infância vem demonstrar o crescente interesse pelas famílias em inscreverem os seus filhos na Educação Pré-escolar. No entanto, apesar do grande crescimento observado, ainda estava longe de abranger todas as crianças do país. Na década de 60, apesar de se ter desenvolvido a preocupação pelos aspetos educativos das crianças antes da escola Primária, ainda eram os aspetos assistenciais que mais preocupavam. Primeiro havia que criar condições para todas frequentarem o Jardim-de-infância, criar-lhes estruturas de apoio e dar respostas às suas necessidades. Pode constatar-se esta ideia pela legislação publicada neste período como a criação dos Estatutos dos Serviços de Saúde e Assistência (*Lei n.º. 2120, de 19/7/1963*), o *Despacho 11/1965* que cria o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal, no domínio da Direção Geral de Assistência, integrado no Instituto da família e Ação Social, pela criação de obras de Assistência Materno Infantil (*Portaria 21906 de 4/3/1966, DG n.º. 53 do Ministério das Corporações e Previdência Social*). Procurava dar-se as respostas sociais, principalmente nos meios mais carenciados,

através de ajuda às crianças e às famílias. Não havia pessoal docente especializado suficiente para as instituições de Educação de Infância que iam surgindo. Este facto originou que o trabalho docente fosse assegurado por pessoal auxiliar. Desta forma, as instituições funcionavam mais como apoio assistencial e menos como apoio educativo. Sem técnicos especializados restava a guarda e a manutenção de uma boa assistência, enquanto não se formavam técnicos especializados ou melhor preparados. Para dar resposta a esta falta de Educadores de Infância e como as necessidades eram imediatas, criaram-se cursos para auxiliares de Educação. Neste sentido, estabeleceram-se acordos entre Ministério da Saúde e Assistência (que também tinha cada vez mais instituições sob a sua tutela) e a Direção Geral de Assistência e, ainda com a Sociedade das Casas de Asilo para a Infância Desvalida para a criação de cursos de auxiliares de Educação. Surgiu assim a Escola de Auxiliares de Educação de São Tomé, em Lisboa no ano de 1967, e outras iniciativas de Ordens Religiosas como a Escola do Arcediago Van Zeller, no Porto, e a escola Paulo VI em Lisboa, no ano de 1969.

Além do grupo de trabalho do Projeto do Mediterrâneo, foram constituídos outros, na década de 60 e inícios de 70, para estudar a situação e o aperfeiçoamento da Educação em Portugal. No ano de 1964 foi criado um grupo, especializado, liderado por Émile Planchard, que elaborou um relatório final, onde apresenta um discurso diferente do praticado até esta data. Defende-se, pela primeira vez, a necessidade de se criar uma rede oficial de Jardins-de-infância mas de carácter mais “educativo” e não de “ensino” ao substituir a palavra “ensino” por “educação”. O Jardim-de-infância não poderia ter o cunho formal do Ensino Primário. Este seria a melhor forma de preparar as crianças para a entrada no Ensino Primário. Foi ainda mais radical ao ir contra o discurso do Estado Novo sobre o valor da família e da mãe. A educação das crianças não deveria ser tarefa das mães mas em conjunto com o Jardim-de-infância. No entanto, Planchard também defendia as ideias do Estado Novo, isto é, de ser a escola a “moldar” a criança e a prepará-la para a sociedade, libertando-a, quando fosse o caso, das influências nocivas da família, em especial quando eram contra o regime. Defende-se, também, a necessidade de criação de mais escolas de formação de Educadores de Infância. Sustentou-se ainda a necessidade de todas as instituições de Educação de Infância ficarem sob a dependência do Ministério de Educação.

Verificou-se na década de 60 a criação, sobretudo nas grandes cidades e áreas industriais, de bastantes estabelecimentos destinados a receber crianças antes da idade escolar, que resultava da crescente ocupação das mulheres fora do lar e pela pressão internacional. Estes estabelecimentos prosseguiram as suas atividades livremente e por vezes em instalações que não ofereciam o mínimo de condições de higiene e sem pessoal técnico que assegurasse o seu funcionamento de uma forma satisfatória. Nesse sentido, o governo procurou tomar medidas legislativas adequadas, regulamentando o seu funcionamento. Desta forma, decretou que os estabelecimentos com fins lucrativos que se destinassem a receber crianças até aos 7 anos de idade, em regime de internato ou semi-internato, ficavam sujeitos à fiscalização dos serviços de Assistência no que se refere às condições de instalação e funcionamento (*Decreto – Lei nº. 48580, Art.1º*). O mesmo Decreto excluía desta fiscalização os estabelecimentos destinados a crianças que funcionassem com alvará do Ministério da Educação Nacional.

No ano de 1970 é constituído outro grupo de trabalho do Gabinete de Estudos e Planeamento da Ação Educativa do Ministério da Educação, que referia que a Educação de Infância em Portugal estava exclusivamente entregue às iniciativas privadas, facto que constituía o aumento das discrepâncias sociais. Este grupo apresentou também um plano de formação para Educadoras de Infância, a funcionarem nas escolas do Magistério Primário, com a duração de três anos. Defendia, também que a tutela de toda a política educativa para a infância fosse apenas da responsabilidade do Ministério da Educação. Salientava que a coordenação das funções educativas e sociais deveriam ser assumidas por instituições a criar pelo Ministério da Educação.

No ano de 1971 o Ministério das Corporações e Previdência Social e o Ministério da Saúde e Assistência criam a Comissão Coordenadora da Instalação de Infantários e Jardins-de-Infância, mais tarde designada por “Comissão permanente Interministerial para o Desenvolvimento Social”. Esta comissão apoiou a criação de instituições de Educação de Infância e supervisionou o desenvolvimento e a qualidade do seu funcionamento, bem como a formação de pessoal, pelo Instituto das Obras Sociais e do Instituto da Família e da Ação Social. Estabeleceram-se as zonas prioritárias para a abertura de instituições e a necessidade de inventariar todas as ofertas educativas existentes para, desta forma, poder planificar-se o crescimento da rede institucional da

responsabilidade do Estado, onde a iniciativa privada deveria ter um papel complementar.

No período que antecedeu a Reforma do Sistema Educativo de 1973 (*Lei nº. 5/73 de 25 de julho*), é proposta a criação de um Conselho Pedagógico coordenado pelo Ministério da Educação em colaboração com outros Ministérios, bem como a organização de comissões regionais. Defendia-se a organização de cursos de curta duração para as Auxiliares de Educação poderem passar a ser Educadoras de Infância. Neste período, a Educação de Infância foi valorizada como forma de compensação social.

Em 1973 é criada a Divisão de Educação Pré-escolar e é definido a abertura de dois cursos públicos de formação de Educadores de Infância a funcionarem em regime experimental no Magistério Primário de Coimbra e Viana do Castelo. Finalmente a Educação de Infância era prioridade do Estado Novo, pena é que o tenha sido apenas nos últimos tempos, como se demonstra na Reforma de Veiga Simão.

2.6.4.1. A Reforma de Veiga Simão

Destaca-se neste trabalho a *Lei nº. 5/73 - de 25 de julho, I Série – nº. 173*), vulgarmente designada por Reforma de Veiga Simão, por ter sido com ela que a Educação Pré-escolar voltou a fazer parte do sistema educativo português “O sistema educativo abrange a Educação Pré-escolar, a educação escolar e a educação permanente”.

A Educação Pré-escolar tem por finalidade o desenvolvimento espiritual, afetivo e físico da criança. Imprime-lhe um carácter único e com uma diferenciação pedagógica que a distingue dos outros níveis de ensino de carácter académico e escolástico “sem a sujeitar à disciplina e deveres próprios de uma aprendizagem escolar”. Esta Lei definiu que a Educação Pré-escolar se destinava a crianças de 3 a 6 anos e devia ser assegurada por Jardins-de-infância do setor público e privado, não sendo a sua frequência obrigatória. Nesta Lei traçaram-se os principais objetivos da Educação Pré-escolar:

- a) Favorecer o desenvolvimento harmonioso e equilibrado da criança ;b) Estimular a sua curiosidade, pela observação e compreensão dos factos do mundo que a rodeia; c) Desenvolver a coordenação perceptiva e motora da criança e aperfeiçoar a sua linguagem; d) Favorecer a sua capacidade criadora e proporcionar-lhe meios de expressão; e) Facilitar a sua integração

em outros grupos sociais além da família, tendo em atenção a afetividade própria da idade; f) Promover, com a participação de serviços ou instituições adequadas, o diagnóstico de deficiências, inaptações ou precocidades da criança e o seu tratamento e orientação (*Lei n.º 5/73 (de 25 de julho, I Série – n.º 173, Base V, 1.)*).

O Ministério da Educação passava a ser responsável pela definição das normas de funcionamento e organização dos Jardins-de-Infância, desde a definição dos programas educativos à formação de Educadores de Infância.

Apesar de ser uma Lei que foi publicada, nunca chegou a ser posta em prática devido à queda do regime no 25 de abril de 1974. No entanto, esta Lei passou a ser uma referência no sistema educativo português, em geral, e na Educação de Infância, em particular. Muitos dos seus princípios mantiveram-se ao longo dos tempos e ainda continuam a fazer parte dos discursos oficiais e a serem considerados importantes atualmente: a diferenciação pedagógica, o que a diferenciava dos outros níveis de ensino, e os objetivos de, favorecer o desenvolvimento harmonioso da criança, estimular a sua curiosidade e favorecer a sua capacidade criadora. Um novo período veio a seguir. Muito se fez e muito ficou por fazer.

2.7. A Educação de Infância no período democrático

A década de setenta do século XX na Europa, é socialmente marcada pelos movimentos para a igualdade social e pela afirmação dos direitos das minorias. É marcada também pelo impacto das análises sobre o insucesso escolar e a diferenciação de resultados conforme os grupos sociais de origem e pelo surgimento de programas experimentais e da Educação Compensatória que apareciam um pouco por toda a Europa. Na década de oitenta assiste-se, no plano social, à sistematização das mulheres ao mercado de trabalho, aos movimentos feministas e a uma revolução demográfica, acompanhada de estagnação económica. Os estudos teóricos surgem sustentados nas perspetivas etológica e ecológica do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1974) e adquirem relevo as que evidenciavam a importância social da interação entre os grupos contemporâneos.

Em Portugal, no período que se seguiu ao 25 de abril de 1974 até 1986, a vida pautou-se por grandes mudanças económicas e sociais que afetaram a vida do país, mas, ao mesmo tempo, por uma grande valorização social. Finalmente assiste-se ao regresso

da democracia, à liberdade do pensamento, ao fim da repressão política, ao aumento de salários, ao fim da guerra colonial e à melhoria das condições de vida que originaram uma forma de estar diferente da sociedade portuguesa. Passados os anos iniciais de esperança, entra-se nos anos 80 e volta o espetro da recessão económica e da crise financeira. O aumento do número de desempregados estimula o aumento da emigração, mas, a esperança regressa com a entrada na Comunidade Económica Europeia no ano de 1986. A aposta num melhor sistema de ensino reacende a esperança do progresso social, económico e de desenvolvimento da sociedade (Cardona, 1997). De acordo com a filosofia do novo sistema pós-revolução, estender a pré-escolaridade a toda a população tornou-se um objetivo nacional, tendo em vista atenuar rapidamente as diferenças socioeconómicas e culturais, promover o bem-estar social e desenvolver as potencialidades das crianças (*DR, Decreto-Lei nº. 542/79 de 31/12/1979, I Série, nº. 300*).

Surge uma nova estruturação familiar onde os dois elementos do casal estavam empregados ou procuravam empregos, com a grande migração das famílias dos campos para as cidades, o que originou grandes aglomerados populacionais. A mudança das mentalidades dos cidadãos deveria começar o mais cedo possível, pela escola e na Educação Pré-escolar. O Estado e as cidades não estavam preparados para esta situação. Havia muito por fazer na organização, controle, fiscalização e criação destas instituições. Desta forma, estavam reunidas as condições para a proliferação desorganizada e clandestina de instituições. Neste contexto, surgiram diferentes movimentos populares para encontrarem as respostas para as principais necessidades onde se encontrava a situação da ocupação das crianças das famílias empregadas ou à procura de emprego. Verifica-se uma expansão e renovação das instituições da sociedade civil. Surgiram iniciativas populares de base e por experiências de gestão social e de democracia comunitária. Observa-se a criação de várias creches e Jardins-de-infância de iniciativa popular, em zonas rurais e urbanas, de iniciativa de partidos políticos, fábricas, comissões de moradores e associações diversas que constituem um marco importante da capacidade de organização e numa verdadeira rede humana. Foi após 1974 que, perante a dispersão dos serviços de Educação de Infância por vários Ministérios, se começou a sentir a necessidade de uma maior coordenação de esforços.

Fizeram-se diligências no sentido de dar resposta às necessidades sociais sentidas pelos trabalhadores, no que à educação dos seus filhos dizia respeito. Houve a necessidade urgente de se organizar a sociedade, quer no campo da Educação de Infância, quer em muitos setores da sociedade, onde a desorganização era grande.

Na Educação de Infância os problemas iam sendo resolvidos à medida que surgiam, mas sentia-se a necessidade de uma definição urgente de políticas bem pensadas e globais. Em 1974 um grupo de Educadoras de Infância entrega uma petição ao Ministério dos Assuntos Sociais e ao Ministério da Educação do Governo provisório a pedir a definição das políticas educativas para a Educação de Infância e a necessidade de criação de uma rede de Educação Pré-escolar. São criados diversos grupos e comissões de trabalho (grupos de trabalho da UNESCO e Fundação Calouste Gulbenkian no ano de 1975; grupos interministeriais em 1974 e 1975; Comissão Interministerial para a Educação e Proteção à Infância e grupo Sector Único do Ministério dos Assuntos Sociais em 1976), para estudar a situação e apresentarem propostas de soluções para a melhoria da situação da infância e das políticas de proteção à maternidade (Godinho, 1974:8). Estes grupos estudavam a situação e apresentaram depois um relatório com as medidas para a melhoria da situação da Educação de Infância, salientando os anos que seriam precisos para as concretizar. Apuraram também a grande heterogeneidade do funcionamento da rede institucional, com uma grande diferenciação social entre as crianças a frequentarem as diversas instituições existentes, o que implicava a existência de uma situação de segregação social que tinha que ser alterada. Constataram, também, a necessidade premente de formação de mais Educadores de Infância e a de formação de cursos de promoção de auxiliares de educação a Educadoras de Infância. No ano de 1977 criam-se os Centros Regionais de Segurança Social e fundem-se os serviços da Previdência e da Assistência Social. Foi criada a rede oficial de Educação Pré-escolar no ano de 1977 e a criação dos Estatutos dos Jardins-de-infância no ano de 1979, pelo Ministério da Educação, assunto este que se retomará mais à frente. Apesar de não se revelarem suficientes, estas duas medidas revelaram-se fundamentais. Até então não existia qualquer política educacional formal relativa à Educação Pré-escolar. Todavia, existiam já (e continuam a existir atualmente) muitas instituições de Educação Pré-escolar públicas, dependentes de outros departamentos governamentais nomeadamente do Ministério do Trabalho e da

Solidariedade Social. Os estatutos revelaram ser um documento de referência durante muitos anos no panorama da Educação de Infância em Portugal, pelo menos até à publicação das orientações curriculares da Educação Pré-escolar em 1996. Apesar de serem regulamentadas para a rede pública, as suas orientações eram também seguidas pelas instituições da rede privada. Neste sentido, o Ministério dos Assuntos Sociais, publica ainda no mesmo ano os Estatutos das instituições Particulares de Solidariedade Social que passam a abranger as instituições de Educação de Infância sem fins lucrativos. A fiscalização dos Jardins-de-infância existentes é feita por duas entidades diferentes: os serviços de inspeção dependentes do Ministério da Educação como os Jardins-de-infância da rede pública e, os dependentes da Segurança Social que fiscalizavam os seus Centros Regionais e as instituições privadas da sua dependência.

O panorama mudou ligeiramente no que à Educação Pré-escolar diz respeito, quando se entra nos anos 80. Segundo o estudo de Cardona (1997), até ao ano de 1982 tinham sido criadas em Portugal 1801 salas de Jardins-de-infância da rede pública. O número de Educadores ultrapassava os mil, o que justificava, como veio a acontecer neste ano, a definição de um novo sistema de colocações, específico para estes profissionais. Até à data, as colocações eram realizadas segundo as normas já existentes para os Professores da escola Primária, o que não facilitava o processo, dada a diversidade de características das duas redes institucionais. No que à criação de salas diz respeito houve uma ligeira estagnação. Nos anos de 1983 e 1984 não são publicadas Portarias de criação de Jardins-de-infância pelo Ministério da Educação, mas continuam a criar-se novas instituições por iniciativas das autarquias locais. Por sua vez, a Segurança Social limitava-se a manter as iniciativas existentes. Esta situação é devida às dificuldades financeiras que se faziam sentir no país. Apenas no ano de 1985 o Ministério da Educação volta a publicar Portarias de criação de Jardins-de-infância. Em 1986 a taxa de cobertura institucional para crianças de Educação Pré-escolar era de 35,6%. (Cardona, 1997:94). Apesar de todos os condicionalismos, o setor, ainda que de forma lenta, cresceu consistentemente. No ano letivo de 1985/86 abrangia 128089 crianças (Gabinete de Estatística e Planeamento (GEPE) da Educação, 2009:102).

Apresenta-se a seguir uma tabela indicadora do número de crianças inscritas nos Jardins-de-infância, de acordo com as suas idades, no período de 1974 a 1986.

Tabela n.º 14 - N.º. de crianças a frequentar o Ensino Infantil público e privado em Portugal (1974-1986)

Anos Letivos	Crianças Ensino Infantil Particular				
	Total	Idades			
		3-4	5	6	
1974-75	42490	19834	14927	7729	
1975-76	44832	21181	16120	7531	
1976-77	61868	3	4	16687	7796
		17700	19685		
1977-78	64739	18443	20842	18666	6788
1978-79	69126	17956	21537	22997	6636
1979-80	80373	19501	25399	29037	6436
1980-81	100178	21831	31532	37215	9600
1981-82	112412	24895	36046	43119	8352
1982-83	114640	25836	36024	43545	9235
1983-84	117859	26532	36247	42141	12939
1984-85	116325	26620	35370	41078	13257
1985-86	128089	29749	39559	47494	11287
1986-87	137869	30254	43971	54585	9059

Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação 2009:91-103

Através da análise da tabela comprova-se um aumento muito grande de crianças que passou de 42.490 no ano letivo de 1974/75 para 137.869 em 1986/87. Continua a verificar-se um aumento do número de crianças a frequentar o Jardim-de-infância com maior evidência nos anos 80. Este crescimento deve-se à criação da Rede Pública em 1977 e à publicação dos Estatutos dos Jardins-de-infância em 1979 que levou à abertura de muitos Jardins-de-infância pelo país. De destacar que se verifica um decréscimo das crianças de 6 anos a frequentar este nível de ensino, provavelmente porque transitaram para o Ensino Primário.

A criação de novos Jardins-de-infância e creches e a integração da Educação Pré-escolar no sistema oficial tiveram como consequência imediata a necessidade de formação de Educadores de Infância. Ao mesmo tempo que eram necessários mais Educadores, uma preocupação geral com a formação profissional de todos aqueles que trabalhavam com crianças começou também a fazer-se sentir.

Apresenta-se a seguir a tabela com os dados sobre a formação de Educadores de Infância em instituições de formação públicas e privadas no período de 1981 e 1986.

Tabela n.º 15- N.º. de Educadores de Infância em Jardins-de-Infância oficiais e particulares de 1981 a 1986

	Até 1981	81/82	82/83	83/84	84/85	85/86	86/87	Total
Particular	3874	339	356	439	490	533	551	6582
Oficial	806	382	382	490	558	618	612	3984
Total	4680	721	874	929	1048	1151	1163	-

Fonte: Estatísticas da Direção Geral do Ensino Básico e Secundário

Pela leitura da tabela pode observar-se que até ao ano de 1981 se tinham formado em Portugal 4680 Educadores de Infância, sendo a maioria formados na rede particular de escolas de formação. Constatase, também, o aumento considerável no número de Educadores de Infância qualificados entre 1981 e 1986/87. Passou-se de 721 no ano letivo de 1981/82 para 1163 no ano letivo de 1986/87. A partir de 1981 as escolas oficiais desempenharam um papel primordial no que se refere à formação profissional dos Educadores, formando sempre um maior número de Educadores que as escolas privadas. Em 1977/78, por exemplo, só estavam em funcionamento oito escolas de formação de Educadores. Em 1977 foram criadas as Escolas Superiores de Educação vocacionadas para qualificar Educadores de crianças dos 3 aos 12 anos de idade (Gomes, 1977).

Para as crianças do nível etário dos zero aos três anos de idade, a legislação portuguesa, não empreende nenhuma responsabilidades na sua educação a qualquer Ministério ou serviços do Estado. Nesta faixa etária não existe provisão formalmente reconhecida de qualquer oferta educativa de cariz formal, pública ou privada. Apresenta-se o fundamento de que compete às famílias a educação destas crianças, num registo informal de socialização principal. O Ministério da Educação não definiu qualquer tipo de iniciativas ou linhas de orientação educativas. Contudo, a guarda destas crianças ficou sobre a responsabilidade da Segurança Social através da criação de creches e outros serviços de apoio. Em 1980 é publicado um Despacho (*Despacho 170/80, de 19/6/1980, DR n.º. 136*), que cria a Obra Social do Ministério, estipulando a responsabilidade de criar Jardins-de-infância, mas também creches, destinadas preferencialmente para os filhos dos funcionários do Ministério da Educação devendo funcionar em horário alargado como o das instituições dependentes do Ministério da Assistência Social. Apesar de ser de iniciativa do Ministério da Educação, a Creche

funcionava com linhas orientadoras assistenciais e de apoio à família e não com linhas educativas.

Após 1985, surgem diversos tipos de centros de acolhimento e outros dispositivos, públicos e privados, como creches, mini-creches, amas oficializadas e creches familiares que prestam cuidados de assistência e não de educação (Barros, 2008). A provisão destes cuidados estava concebida e organizada numa lógica de prestação de serviços de apoio às famílias. Em muitas situações os cuidados eram garantidos ou financiados no âmbito de políticas públicas de proteção social, a cargo ou com tutela das autoridades governamentais do setor. O serviço de amas era definido como uma “resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais”. Definiram para este serviço os seguintes objetivos: “apoiar as famílias mediante o acolhimento de crianças, providenciando a continuidade dos cuidados a prestar: manter as crianças em condições de segurança; proporcionar, num ambiente familiar, as condições adequadas ao desenvolvimento integral das crianças” (*Decreto-Lei nº. 158/84, de 17 de maio, e Despacho Normativo nº. 5/85, de 18 de janeiro*).

Chegados ao ano de 1986, com a rede pública criada em 1977, com a publicação dos estatutos dos Jardins-de-infância em 1979 e a *Lei de Bases em 1986*, o sistema de Educação Pré-escolar estava finalmente a ficar organizado, apesar de ainda não haver um plano nacional para a Educação Pré-escolar.

2.7.1. A criação da Rede Pública de Educação Pré-escolar no ano de 1977

No ano de 1974, um grupo de Educadoras de Infância teve a iniciativa de entregar, ao Ministério dos Assuntos Sociais e ao Ministério da Educação, uma petição para a abertura de uma rede pública de instituições de Educação Pré-escolar (Cardona, 1997:73). Apesar de, por diversas vezes, terem discutido o assunto, ainda não se tinham reunido as condições e vontades às Educadoras para o fazer. Existia apenas a rede privada dependente da Segurança Social e por isso, a constituição de uma rede de Educação Pré-escolar pública por parte do Ministério da Educação era justificada e

imprescindível. Havia muita pressão e influência do contexto sociocultural para que se criasse. No ano de 1975, foi apresentado um relatório, elaborado pela UNESCO (1982), sobre a realidade da educação em Portugal que apresentou a necessidade de implementação de uma rede pública de Educação Pré-escolar. Convém referir que dentro da rede privada existiam instituições de qualidade completamente díspares. Algumas instituições da rede privada, algumas com fins lucrativos, dependentes da Inspeção do Ministério da Educação que recebiam essencialmente crianças pertencentes a níveis socioeconómicos elevados e que praticavam mensalidades elevadas. Outras, também Jardins-de-infância de qualidade e com superior poder financeiro, pertenciam à Santa Casa da Misericórdia, ao Instituto das Obras Sociais e a colégios de instituições religiosas. Funcionavam ainda outras dependentes da Assistência Social e que recebiam as crianças mais pobres, por vezes de menor qualidade, com más condições e, algumas, em situação clandestina.

No ano de 1977 é então criada a rede pública de Educação Pré-escolar do Ministério da Educação (*Lei n.º 5/77 de 1 de fevereiro, I- Série n.º. 26*). Apesar de criada a rede pública, a rede privada funcionou sempre em paralelo e independente desta. Segundo a *Lei n.º. 5/77, de 10 de fevereiro*, a Educação Pré-escolar tinha como objetivos principais favorecer o desenvolvimento harmónico da criança e contribuir para corrigir os efeitos discriminatórios das condições socioculturais no acesso ao sistema escolar. Os estabelecimentos designam-se de Jardins-de-infância e não altera nada na definição do seu carácter facultativo e de se destinar às crianças desde os três até à idade de entrada na escola Primária. Esta Lei representou um marco importante, pois definiu, organizou e regulamentou a educação das crianças (a partir dos 3 anos de idade), enquanto direito público. Tendo em conta que a maioria dos Jardins-de-infância se encontravam em funcionamento nos grandes aglomerados populacionais, acrescentou que para a sua abertura se devesse favorecer as zonas rurais e suburbanas e as condições de ordem social, económica e cultural das diversas áreas do país. O Ministério da Educação privilegiava, assim, as zonas mais carenciadas para que a Educação de Infância chegasse ao máximo de crianças e não só às de famílias de maior poder económico e a viverem nas cidades. Em contrapartida, os critérios de abertura de um Jardim-de-infância pela Segurança Social baseavam-se no número elevado de crianças existentes em determinada áreas ou localidade. Isto levou a que a rede privada se expandisse nas

idades e a rede pública do Ministério da Educação se expandisse nas zonas rurais. Em função disso, abriram-se Jardins-de-infância da rede pública em muitas localidades rurais, muitas vezes apenas com um grupo de crianças, fora dos grandes aglomerados populacionais, o que originou a saída das cidades de muitos Educadores para zonas rurais para exercerem as suas funções, aumentando o isolamento profissional. Considerava-se, também, importante a colaboração das autarquias locais e de outras entidades públicas e particulares na sua instalação e manutenção. Sobre as orientações pedagógicas a seguir apenas contemplava que se devia imprimir um carácter flexível que permitisse a sua adaptação às diferentes zonas geográficas do país e às condições socioculturais nelas predominantes.

A seguir, apresenta-se uma tabela reveladora do que são as principais diferenças entre a rede pública e a rede privada de Jardins-de-infância.

Tabela n.º 16 - Aspetos de comparação entre a rede privada e a rede pública

Rede Privada	Rede Pública
Dependente do Ministério da Assistência Social	Dependente do Ministério da Educação
Maioria dos Jardins-de-infância localizados em localidades grandes: Cidades e vilas	Maioria dos Jardins-de-infância localizados em pequenas localidades: aldeias
Maior número de Grupos de crianças constituídos por Jardim-de-infância	Maioria de apenas um grupo de crianças por Jardim-de-infância
Maior número de crianças por sala	Menor número de crianças por sala
Horário diário extenso: 10-12h	Horário de funcionamento diário reduzido: 5 horas
As Crianças passam muitas horas na instituição	As crianças passam poucas horas na instituição
Horário seguido: Os pais levam de manhã a criança e vão buscar ao fim do dia	Horário intercalar: Os pais levam a criança de manhã e vão buscar para almoçar e voltam a levar ao início da tarde e vão buscar novamente a meio da tarde.
Horário estabelecido de acordo com as necessidades dos pais	Horário estabelecido de acordo com as necessidades dos pais
Horário Letivo extenso: Indiscriminado	Horário letivo reduzido: 5 horas
Crianças passam mais tempo com o pessoal auxiliar	Crianças passam menos tempo com o pessoal auxiliar
Está aberto todo o ano	Encerra nos períodos de Natal, Carnaval, Páscoa e Verão
Maior oportunidade de convívio e troca de experiências dos Educadores de Infância com colegas de profissão	Menor oportunidade de convívio e troca de experiências dos Educadores de Infância com colegas de profissão
Menor formação continua	Mais formação continua
Mensalidades a pagar por cada criança muito elevada	Sem mensalidades: Gratuito
Salários mais baixos	Salários mais elevados
Jardins-de-infância mais bem equipados em termos de material e mobiliário	Jardins-de-infância mais mal equipados em termos de material e mobiliário
Prioridade das respostas sociais das crianças dos zero aos seis anos de idade: Creche e Jardim-de-infância	Prioridade das respostas educativas às crianças dos três aos seis anos de idade: apenas Jardim-de-infância
Caráter assistencialista	Caráter educativo
Mais apoio à família	Menor apoio à família
Prioridade: Respostas às necessidades sociais das crianças e das famílias	Prioridade: Respostas às necessidades pedagógicas e educativas
Componente não letiva assegurada	Componente não letiva não assegurada
Serviço de cantina com almoço	Serviço de cantina apenas com serviço de lactário
Maior apoio financeiro do Estado	Menor apoio financeiro do Estado
Menor apoio da autarquia	Maior apoio da autarquia
Menor controlo pedagógico	Maior controlo pedagógico
Maior exigência e controle dos pais	Menor exigência e controle dos pais
Menor qualidade na Educação das Crianças	Melhor qualidade da educação das crianças
Funcionários com um mês de férias por ano	Funcionários com mais de um mês de férias por ano
Devido à falta de Educadores de Infância recorreu-se a auxiliares de educação	Devido à falta de Educadores de Infância recorreu-se a professoras primárias

Fonte: Própria – Baseada nas conclusões dos diversos textos e documentos analisados.

Nesta tabela apresento alguns aspetos que originaram um longo processo de divergências entre a rede pública e a rede privada e que ainda se mantêm nos dias de hoje. A Segurança Social privilegiava mais as necessidades sociais das crianças e das suas famílias, desde o nascimento até aos seis anos, enquanto o Ministério da Educação tinha como prioridade dar uma resposta educativa às crianças dos três aos seis anos de idade, sem qualquer tipo de iniciativa para as crianças até aos três anos. A grande maioria dos Jardins-de-infância da rede privada estava localizada nas cidades e vilas, integrando diversos grupos de crianças; os da rede privada passaram a estar localizados também nas aldeias e nos pequenos aglomerados populacionais. Isto originava um maior isolamento dos Educadores que exigia uma deslocação diária ou a residir nessas localidades. Por sua vez os Jardins-de-infância da rede pública tinham um horário reduzido igual ao das escolas primárias, e seguiam o calendário da escola Primária ao encerrarem também nos períodos do Natal, Carnaval, Páscoa e Verão. Na rede privada, dependentes do Ministério da Assistência Social continuavam a ter 10 a 12 horas de funcionamento diário e mantinham-se abertos todo o ano, dando desta forma uma resposta mais adequada e mais ao encontro das necessidades das famílias. A preocupação do Ministério da Educação era essencialmente as crianças e a do Ministério da Assistência as famílias. Os Educadores da rede privada, apesar de trabalharem mais horas, tinham um vencimento menor do que os da rede pública. Verificavam-se algumas diferenças entre as duas redes, causadas pela desarticulação e divergência das mudanças governativas.

A rede pública de Educação Pré-escolar criada pela *Lei n.º 5/77* surgiu sem ser integrada numa política educativa definida e concertada. Veio apenas contribuir para a abertura de Jardins-de-infância, sem definir as condições necessárias. Para Cardona (1997:79) “estas indefinições tornaram fácil a sua concretização, contribuindo para agravar a descoordenação entre os diferentes serviços responsáveis”.

A Lei diferenciava as instituições de Creche e de Jardim-de-infância e desta forma fomentou uma separação entre os Ministérios da Educação e a Segurança Social. Para se em prática a rede pública de Educação Pré-escolar começou-se por formar um ano específico para as crianças com cinco anos de idade, antes da entrada na escola Primária designado por ano preliminar. Procurava-se, desta forma, usar a Educação Pré-escolar apenas para satisfazer os fins da escola Primária, ou seja, preparar, moldar, ambientar as

crianças à escola Primária para reduzir o insucesso escolar que predominava nos primeiros anos do Ensino Primário obrigatório. Para agravar a situação, e face ao reduzido número de Educadoras de Infância, é definido que poderiam ser colocadas as professoras do Ensino Primário. Para a concretização desta Lei são envolvidas as autarquias no processo de abertura de Jardins-de-infância das suas áreas e na cedência de instalações e equipamentos. Os Jardins-de-infância que iam sendo criados pelo país confrontavam-se com falta de recursos materiais e humanos (Cardona, 1997) por isso, havia que investir e organizar-se melhor o sistema de formação de Educadores de Infância.

A coexistência das duas redes pública e privada de Educação Pré-escolar do Ministério da Educação e do Ministério da Segurança Social manteve-se e as divergências também. Assim têm continuado, cada uma centrada nas suas questões educativas e ordem social e nos seus objetivos.

2.7.2. Os Estatutos dos Jardins-de-infância em 1979

Os Estatutos dos Jardins-de-infância foram criados em 1979, nos termos *Decreto-Lei nº.542/79, 31/12/1979-.I-Série, nº. 300* e entraram em vigor em 1 de janeiro do ano de 1980. Tinham como objetivos principais ajudar à clarificação do subsistema da Educação Pré-escolar. Havia uma diversidade de soluções e orientações dependentes de diferentes Ministérios, e uma desarticulação entre as redes privada e pública, particular e cooperativo, que justificava a apresentação de um plano nacional para a Educação Pré-escolar. Procurava-se também salvaguardar os direitos dos Educadores de Infância que, nesta altura, ainda não tinham direito a lugares de quadro no sistema de ensino. Os estatutos apresentaram algumas ideias para a Educação Pré-escolar. Manteve-se a importância crucial da família em todo o processo educativo, defendia-se a articulação entre as redes do sistema público, particular e cooperativo, a criação de condições para uma maior envolvência das populações no processo de execução da rede bem como, e não menos importante, a articulação com a escola do Ensino Primário. A máxima sobre a ligação da Educação Pré-escolar à família é quando refere no seu *artigo 1º* que “A Educação Pré-escolar é o início de um processo de educação permanente a realizar pela ação conjugada da família, da comunidade e do Estado”. Desta forma, estas três entidades procuravam assegurar e contribuir para o desenvolvimento global da criança

com direitos plenos de acesso à escola e à sua integração plena na sociedade. Os Estatutos apresentaram ainda um conjunto de objetivos para a Educação Pré-escolar que se revelaram importantes para o percurso que a Educação Pré-escolar fez e continua a fazer em Portugal, a saber (*Art.2º*):

a)-Contribuir para a estabilidade e segurança afectivas da criança; b)- Favorecer, individual e colectivamente, as capacidades de expressão, comunicação e criação; c)- Despertar a curiosidade pelos outros e pelo meio ambiente; d)-Desenvolver progressivamente a autonomia e o sentido de responsabilidade; e)- Inculcar hábitos de higiene e de defesa da saúde; f)- Despistar inadaptações ou deficiências e proceder ao encaminhamento mais adequado; g)- Fomentar gradualmente atividades de grupo como meio de aprendizagens e factor de desenvolvimento da sociabilidade e da solidariedade; h)- Assegurar uma participação efectiva e permanente das famílias no processo educativo, mediante as convenientes interações de esclarecimento e sensibilização.

Este documento revelou-se muito importante porque apresentou todo o processo de abertura, organização e funcionamento dos Jardins-de-Infância. Apresentou as finalidades da Educação Pré-escolar, as instalações, o regime de atendimento, o regime de frequência das crianças, as atividades a desenvolver, bem com a gestão e administração dos Jardins-de-Infância. Os estatutos valorizaram muito as iniciativas das populações e das autarquias na criação dos Jardins-de-infância. Vieram reforçar a especificidade da Educação Pré-escolar, salvaguardando a sua autonomia em relação à escola Primária.

A publicação dos Estatutos dos Jardins-de-infância não foi suficiente para ultrapassar as controvérsias existentes entre as redes privadas e públicas. Estes apresentam os critérios de localização e implementação dos Jardins-de-infância e tinham como preferência as localidades onde se verificassem taxas mais elevadas e população ativa feminina, as zonas carenciadas de equipamentos sociais e culturais e as iniciativas de grupos de cidadãos ou de entidades coletivas de natureza económica, social ou cultural. Tinham também como prioridade a instalação de Jardins-de-infância em localidades com ausências de equipamentos sociais como creches e Jardins-de-infância, atividades culturais ou desportivas. Em suma, estava a dar-se prioridade à instalação de Jardins-de-infância nas pequenas localidades rurais onde existissem crianças, mas sem qualquer tipo de estrutura de apoio. Na grande maioria das aldeias não existia nenhum destes serviços. Em todas havia a Igreja e, em muitas delas, já havia

a escola Primária. Os estatutos dos Jardins-de-infância vieram permitir a criação de Jardins-de-infância nestas localidades.

Os estatutos definiram também o horário de funcionamento que seria igual ao praticado nas escolas primárias. Destaca-se, também, nestes estatutos, o número de crianças a cargo de cada Educadora que seria no máximo de vinte e cinco crianças e de quinze crianças se o grupo fosse homogêneo com três anos de idade. Da organização e orientação das atividades a desenvolver pelas Educadoras, fomentou a participação das famílias e a importância que desempenhavam no conhecimento das crianças. As atividades deviam centrar-se na criação de condições que permitissem à criança, individualmente e em grupo, realizar experiências adaptadas à expressão das suas necessidades biológicas, emocionais, intelectuais e sociais (*DR- Decreto-Lei nº.542/79, 31/12/1979- I-Série, nº. 300, art.28-1*). Os estatutos definiram também que as atividades fossem objeto de planificação anual por objetivos nas grandes áreas do desenvolvimento da criança que eram as áreas afetivo-social, psicomotor e percetivo-cognitivo (*DR- Decreto-Lei nº.542/79, 31/12/1979- I-Série, nº. 300, art.28-2*). As capacidades das crianças são valorizadas de acordo com a teoria maturacionista de Gesell. Segundo esta teoria, o desenvolvimento da criança deve-se fundamentalmente a processos internos de maturação do organismo. As diferenças observadas ao longo do desenvolvimento ocorrem numa sequência geneticamente determinada, devendo muito pouco às influências ambientais externas. O desenvolvimento das crianças realizava-se segundo quatro dimensões: motora, verbal, adaptativa e social. Nesta perspetiva cabe um papel decisivo às maturações nervosa, muscular e hormonal no processo de desenvolvimento da criança (Gesell, 1979).

Destaca-se ainda a forma de gestão dos Jardins que deveriam ser geridos por uma diretora que era eleita entre as Educadoras do Jardim, por um conselho pedagógico constituído por todas as Educadoras e por um conselho consultivo onde estavam a diretora, dois representantes dos pais, um representante do pessoal auxiliar e um representante dos órgãos autárquicos locais (*DR- Decreto-Lei nº.542/79, 31/12/1979- I-Série, nº. 300, art.28-. art. 31*).

2.7.3. A Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º. 46/86 de 14 de outubro I-Série n.º. 237) já era esperada desde 1973. Trata-se de uma Lei muito importante porque veio estabelecer um novo sistema educativo português, organizado em diferentes estruturas e ações diversificadas de distintas instituições públicas, particulares e cooperativas. Contempla os princípios gerais, organizativos que irão vigorar a partir desta data em Portugal. A configuração da provisão da educação formal para as crianças até aos 12 anos foi estabelecida desde então e inclui a Educação Pré-escolar (dos 3 aos 5 anos), o 1º ciclo do ensino básico (dos 6 aos 9 anos, correspondendo a 4 anos de escolarização) e o 2º ciclo do ensino básico (10 e 11 anos correspondendo a 2 anos de escolarização). Com o subsequente 3º ciclo do ensino básico (3 anos de escolarização) completam-se os 9 anos de escolaridade obrigatória, sendo legalmente compulsiva a permanência na escola até aos 15 anos de idade, independentemente da conclusão do ciclo de estudos. Sobre a Educação de Infância considera que esta faz parte do sistema educativo e destina-se às crianças entre os três anos de idade e o ingresso no ensino básico. É ainda complementar à família e facultativa, ao reconhecer que cabe à família um papel essencial no processo da Educação Pré-escolar “no seu aspeto formativo, é complementar e ou supletiva da ação educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação (*Lei n.º. 46/86 de 14 de outubro I-Série n.º. 237, art.4, n.º. 2*). Estabelece também os objetivos da Educação Pré-escolar que são apresentados de uma forma muito completa.

a) Estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades; b) Contribuir para a estabilidade e segurança afectivas da criança; c) Favorecer a observação e compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança; d) Desenvolver a formação moral da criança e o sentido da responsabilidade, associado ao da liberdade; e) Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade; f) Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa, e estimular a atividade lúdica; g) Incutir hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e colectiva; h) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança (*Art. 5º*).

Define que para se atingirem estes objetivos deve ter-se em conta a articulação com as famílias, além dos conteúdos métodos e técnicas apropriadas. A rede de Educação Pré-escolar deve ser assegurada pelo Estado. Nesta Lei o Estado deu uma grande margem de constituição de instituições de Educação de Infância, de iniciativa do poder central, regional ou local, e de diversas entidades coletivas e individuais. Competia ao Estado a coordenação, apoio e fiscalização da política educativa nomeadamente os aspetos técnico-pedagógicos. Esta Lei é também importante na definição da formação inicial de Educadores de Infância.

A Lei de Bases do Sistema Educativo representou um passo em frente no cenário educativo português.

2.8. A profissão Educador(a) de Infância e as Escolas de Formação de Educadores de Infância

Um dos aspetos que mais condicionou o desenvolvimento da Educação de Infância em Portugal foi o problema da formação específica dos profissionais para trabalharem nos Jardins-de-infância. Ao longo dos tempos, este processo passou por muitas fases. Construíram-se Jardins-de-infância sem se pensar bem nos profissionais que se iam lá colocar. Por isso, eram colocadas diferentes pessoas sem formação nem habilitação própria a substituir os Educadores de Infância. Encontram-se desde auxiliares de educação, professoras primárias a outras pessoas que considerassem terem “sensibilidade” para trabalhar com crianças.

A importância de se ter uma profissão surgiu ao mesmo tempo que o homem passou a viver em sociedade. A princípio, tratava-se apenas de uma preocupação em dividir as tarefas. Dessa forma, ao longo dos séculos, as profissões apareceram e desapareceram de acordo com as necessidades. O desenvolvimento da sociedade aumentou as opções profissionais. A abordagem de uma profissão obriga ao estudo do trajeto feito por essa profissão. A própria imagem que esta tem de si própria deriva das posições tidas noutras épocas e, no caso concreto dos profissionais de Educação de Infância, deriva dos estádios da educação portuguesa e do respetivo processo de escolarização. Compreender a profissão obrigaria, assim à sua inserção numa estrutura, nos apoios, obstáculos e limites de que os homens não se podem evadir. Trata-se pois de uma profissão muito recente em Portugal. Cardona (2008) refere que a existência das

duas redes institucionais pública e privada, dependentes de diferentes serviços, a par da indefinição curricular, implicou várias ambiguidades que tiveram consequências no desenvolvimento e funcionamento da Educação de Infância e na história dos seus profissionais. A história da Educação de Infância incutiu a esta profissão características muito específicas e diferenciadas.

Um dos grandes pioneiros das escolas para a formação de Educadores foi o suíço Johann Heinrich Pestalozzi. Este pedagogo sentiu a necessidade de espalhar o seu método educativo e, para tal, precisava de o difundir entre pessoas bem formadas. Criou assim em Yverdon (1805) a primeira tentativa coerente de formação e informação das pessoas interessadas. Ali acorreram estagiários de diversos países para se formarem no seu método, uma verdadeira escola de formação de novos Educadores através da prática diária (Gomes, 1977). Friedrich Fröbel (1782-1852) foi também um dos pioneiros na formação de Educadores de Infância, com a criação em 1837, de um curso normal para a formação de jardineiras da infância, no Instituto Blankenburg na Alemanha para colocar a dirigir cada *Kindergarten* criado.

Em Portugal esta profissão passou por especificidades próprias que acompanharam o desenvolvimento da Educação de Infância. Muitas foram as pessoas que trabalharam diretamente com crianças de zero aos seis anos, ou seja, antes da entrada na escola Primária. A partir do século XVIII deixa de ser permitido ensinar sem uma licença ou autorização do Estado, concedida na sequência de um exame prévio. Só pode considerar-se Educador de Infância aquela pessoa que esteja formada pedagogicamente e com diploma específico para exercer a profissão com crianças na faixa etária referida. Devido à falta de profissionais qualificados recorreu-se, muitas vezes, a Professores primários e alguns deles depois de fazerem um pequeno estágio formativo num Jardim-de-infância e em outras situações outras pessoas sem qualquer tipo de formação pedagógica. As primeiras instituições para as crianças mais pequenas surgiram para dar resposta a uma necessidade social e só depois se deu atenção ao seu potencial educativo. Criavam-se escolas infantis ou Jardins-de-infância mas não havia Educadores preparados como foi o caso do Jardim-de-infância de Lisboa criado em 1882 e que funcionou até 1892 tendo sido frequentado por 2932 crianças dos três aos sete anos de idade (Gomes, 1977). Embora apoiado por diversos intelectuais como Joaquim de Vasconcelos, Carolina Michaelis e Adolfo Coelho, não teve continuidade,

entre outras razões, por não ter Educadores preparados que assegurassem a ação educativa. Em 1896, na sequência da reforma do sistema educativo, iniciada dois anos antes, surge uma das primeiras referências relativamente à formação e estatuto das professoras das escolas infantis. Este documento determina que nestas escolas existirão somente mulheres, habilitadas com o curso de formação de professoras da escola Primária, mas estas podiam ter mais uma pequena formação para o Ensino Infantil.

Na 1ª República, em 1911 foi criado o Ensino Infantil público que passou a coexistir com Ensino Infantil privado, através dos Jardins escola João de Deus e mais tarde com Jardins-de-infância de instituições religiosas. Continuou a ser reforçada a especificidade da Escola Infantil, considerando o seu caráter *maternal*, sendo a professora colocada em paralelo com a mãe da criança. Em relação à formação destas professoras é definido que esta deverá ser feita numa Escola Normal, a par da formação das professoras do Ensino Primário. É muito valorizada a qualidade da formação das professoras, elemento fundamental para um bom funcionamento das escolas infantis. Considera-se basilar “Habilitar - educar - as professoras e não lhes tornar efetiva a nomeação sem que haja durante dois anos, depois de admitidas ao serviço nas escolas infantis, dado evidentes provas da sua capacidade e aptidões” (Programa das escolas infantis -DG, n.º.198, 25/8/1911). Devido à abertura de um considerável número de escolas infantis neste período, recorreu-se sempre às professoras primárias para desempenharem este cargo. Sobre o pessoal a trabalhar nas Escolas Infantis, o ensino devia “ser ministrado somente por senhoras de mais de vinte e um anos de idade, convenientemente habilitadas e dotadas de faculdades especiais indispensáveis a este ensino”. Refere-se a importância de possuir habilitação própria, ou seja a especialização neste nível de ensino, bem como faculdades especiais indispensáveis. Na impossibilidade de existência de professoras especializadas, as Câmaras Municipais podiam contratar as professoras primárias com bom e efetivo serviço, que provassem competência especial para ministrar este ensino. As nomeações anulavam-se se durante os primeiros dois anos de serviço se verificasse que a professora não possuía as qualidades, aptidões e competências indispensáveis, ou se mostrasse menos “zelo, cuidado, paciência e docilidade com as crianças”. Passados estes dois anos de bom serviço eram nomeadas definitivamente.

A professora que melhores provas tivesse dado da competência e aptidão, e com mais tempo de serviço, assumiria as funções de regente da escola, tendo a seu cargo o trabalho da escrituração e fiscalização, dos empregados menores e era-lhe concedida uma vigilante. Esta vigilante devia, pelo menos, saber ler e escrever e apresentar documentos que atestassem o seu bom comportamento e boa educação (*DG, nº.198, 25/8/1911, art.14.º*).

Além das professoras e vigilante, as Escolas Infantis deviam dispor de tantos empregados quantos fossem julgados necessários (*Art.16.º*). Só com bons profissionais e bem formados e com as condições ideais é que as Escolas Infantis podiam crescer como instituições. Verifica-se neste período, na muita legislação publicada, a preocupação em promover uma formação cada vez mais especializada para as professoras das escolas infantis e primárias, salientando a importância da formação dos profissionais já em serviço nas escolas.

A partir de 1926 começa a observar-se um desinteresse pela Educação de Infância e pela formação. A grande desvalorização observada durante os anos iniciais do Estado Novo culminou com o encerramento das escolas infantis oficiais no ano de 1937, passando as suas professoras a pertencer ao quadro do Ensino Primário. No ano de 1936 a Santa Casa da Misericórdia de Coimbra cria a Escola Normal Social que formava assistentes sociais, enfermeiras puericultoras e visitadoras da infância. Neste período a profissão foi tão desvalorizada que em 1939, quando é criada a Escola Normal Social para formar assistentes de serviço social, é determinado que estas possam trabalhar em instituições de Educação de Infância (Cardona 1997). À falta de apoio do Estado para a formação começam a desenvolver-se as iniciativas privadas. Neste contexto, é criado em 1943 o primeiro curso de formação de Educadores em Portugal pelo método João de Deus baseado nas orientações do seu método pedagógico, para formar Educadoras para as suas instituições e que ainda hoje funcionam.

Com o crescimento da rede institucional privada através das instituições religiosas, a falta de Educadoras veio dar origem à abertura de mais escolas de formação privadas, criadas a partir da ação de movimentos católicos. Em 1954 começam a funcionar a Escola de Educadoras de Infância de Lisboa, que ainda hoje existe, sob a designação de Escola Superior de Educação *Maria Ulrich*, e o Instituto de Educação Infantil, também em Lisboa que encerrou em 1976/77 (Costa, 1998:73).

Tudo isto implicou que a formação se tivesse começado a organizar sem a existência de um referencial claramente definido pelo Estado. Assim, sem uma clara explícitação de princípios orientadores, cada escola de formação transmitiu “uma certa filosofia de formação e de Educação Pré-escolar, determinados modelos curriculares de Educação de Infância, nem sempre claros nem definidos (...) apresentados como exemplo de boa prática, prática alternativa, e quase diríamos rival de outras práticas possíveis” (Silva, 1990:55). Devido à necessidade de um maior controle quanto à certificação da formação e por não haver nenhuma orientação oficial, é publicado em Diário da República a aprovação do funcionamento das novas escolas de formação e a Associação João de Deus procede também ao pedido de oficialização do seu curso de formação (*Decreto-Lei 39828/1954*). No entanto, os princípios pedagógicos e estruturais a que os cursos devem atender continuaram, sem ser claramente definidos pelo Estado. Foram depois, em 1963, criados mais dois cursos de Educadoras de Infância de iniciativa de movimentos religiosos: o curso de Educadoras de Infância na *Escola de Nossa Senhora da Anunciação no Instituto Ancilla Domine*, em Coimbra, que viria a encerrar em 1975 (Costa, 1998:73) e na *Escola Superior Paula Frassinetti no Instituto das Irmãs de Santa Doroteia*, no Porto que fechou em 1974, mas reabriu novamente e ainda hoje funciona como Escola Superior de Educação.

Na década de 60, no seguimento da reorganização dos serviços de saúde e assistência, a criação do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal (CFAP) no Instituto da Família e Ação Social (IFAS), veio marcar o início de uma nova fase a nível do apoio e formação do pessoal que trabalhava nas instituições de Educação de Infância, dependentes destes Ministérios. Sentiu-se a necessidade de formar as pessoas que trabalhavam diretamente com as crianças no apoio às Educadoras de Infância. Em 1967 foi criado, pelo Ministério da Saúde e Assistência, o curso de Auxiliares de Educação Infantil na *Escola de Auxiliares de Educação de São Tomé*. Foi ainda criado no mesmo ano o curso de auxiliares de Educação Infantil na *Escola Arcediago Van-Zeller no Instituto das Irmãs de Santa Doroteia*, no Porto. Esta última instituição religiosa criou, no ano de 1969, em Lisboa, o Curso de Educadoras de Infância e de Auxiliares de Educação na *Escola Paulo VI*. Estes cursos foram todos encerrados em 1975 (Gomes, 1977). As poucas instituições dependentes da Assistência tinham um funcionamento baseado numa perspetiva caritativa, sendo reduzido o pessoal especializado existente.

Perante a impossibilidade de colocar Educadoras profissionais em todos os grupos de crianças, foram organizados estágios de formação para o pessoal que já trabalhava nestas instituições. Foram ainda distribuídas bolsas de estudo para a realização de cursos de formação nas escolas privadas já existentes. No ano de 1969 o Estado criou, a título experimental, dois cursos públicos de Educadoras de Infância nas cidades de Coimbra e Viana do Castelo a funcionarem no Magistério Primário. Mas foi mesmo no terminus do regime do Estado Novo, quando o debate sobre a importância da Educação Pré-escolar estava aceso que se publicou a Reforma do Ensino de Veiga Simão (*D.G. 173, 1ª Série - Lei nº. 5/73 de 25 de julho*) que definia o novo sistema educativo português e que abrangia a Educação Pré-escolar. Nesta Lei, a profissão de Educador de Infância continuou a ser restrita às mulheres. Assim, em 1973, criaram-se, a título experimental, as Escolas Públicas de Educadores de Infância em Coimbra e Viana do Castelo (Ponces de Carvalho, 1991), mas a mudança política vivida no ano seguinte veio atrasar a sua concretização. Nos anos seguintes criaram-se em Portugal diversos cursos de Educadores de Infância de organização particular e oficial. Em 1974 foi criado um curso na Escola de Educadoras de Infância de *Santa Mafalda* no Porto. Após lutas internas esta escola viria a encerrar em 1977. Com a criação da rede pública de Jardins-de-infância em 1977, pelo Ministério da Educação é legislada a criação das Escolas Normais de Educação. Com a *Lei nº. 6/77* vieram a organizar-se melhor as Escolas Normais de Educadores de Infância para que funcionassem com edifícios, Professores e orçamentos próprios. Pela primeira vez se refere à formação de Educadores de Infância em vez de Educadoras de Infância o que significa que a profissão deixa de ser apenas restrita ao género feminino. Abriram-se escolas em Angra do Heroísmo, Aveiro, Caldas da Rainha, Évora, Faro, Fundão, Lamego, Leiria, Lisboa, Penafiel, Porto e Vila Real. Os seus Estatutos foram publicados dois anos depois, em 1979, onde se definiram os objetivos e planos de estudos (*Decreto-Lei nº. 51- 9-R2/79, de 29 de dezembro*). Devido à constante diferenciação na formação de Educadores de Infância de instituições públicas e privadas o Governo deu equivalência em 1978 entre os cursos ministrados nas escolas privadas e os cursos ministrados nas escolas públicas (*Decreto-Lei nº. 78/78, de 3 de agosto*). Em 1979 é criado o Ensino Superior Politécnico (*Decreto-Lei nº. 513-T/79 de 26 de dezembro de 1979*). Pretendia-se dotar o país como os profissionais de perfil adequado de que este carece para o seu desenvolvimento. Destaca-se a

formação de Educadores de Infância em Escolas Superiores de Educação que viriam a extinguir as Escolas Normais de Educadores de Infância e Escolas do Magistério Primário. Prevvia-se a criação de uma Escola Superior de Educação (ESE) por distrito, com exceção de Aveiro, Braga e Évora por já terem centros universitários de formação de Professores. No ano de 1981 criou-se o curso de Educadores de Infância na Escola de Educadoras de Infância *Santa Maria*, no Porto, e que ainda funciona atualmente. No ano seguinte, em 1982, abriu o curso de Educadores de Infância na Escola de Educadores de Infância *Jean Piaget* no Instituto *Jean Piaget*. Em 1983 abriu a ESE de Viseu que começou a funcionar de forma experimental. Foi a primeira ESE do país, integrada no Instituto Politécnico de Viseu e começou logo a formar, a nível superior, Educadores de Infância com o grau de bacharelato. Nesse ano e nos seguintes abriram, pelo país diversas ESE integradas em Institutos Politécnicos. Entre 1983 e 1987 abriram-se Escolas Superiores de Educação em quase todas as capitais de distrito.

Na *Portaria 352/86*, que determina a criação dos cursos de formação, expressa-se que as ESE passassem a poder ministrar a formação inicial de Educadores de Infância, Professores do 1º e 2º ciclo do ensino básico em várias variantes. O acesso aos cursos passa a ser igual ao acesso ao ensino superior universitário (12 anos de escolaridade) sendo sujeito aos mesmos critérios de seleção. A formação destas escolas é correspondente ao grau académico de *bacharelato*, tendo os cursos uma duração de 3 anos, organizados em 6 semestres.

Com a publicação da *Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86)* é determinado o início de funcionamento dos cursos das ESE integradas em Institutos Politécnicos. Estas inovações foram vividas com uma certa apreensão, sobretudo porque, nesse ano de 1986, o grupo de profissionais de Educação de Infância atravessava uma fase difícil em consequência do crescimento da rede institucional ter diminuído. Este fator, associado ao cada vez maior número de Educadores formados, veio marcar o início de uma fase difícil na história destes profissionais (Cardona, 2008). Na consulta documental realizada, nos inúmeros contactos com profissionais de Educação de Infância e através da prática vivenciada, indicamos a seguir algumas características importantes do Educador de Infância na perspetiva das escolas de formação. O Educador de Infância devia ter bastante criatividade, capacidade de estudo e formação permanente e muita estabilidade emocional. O gosto pelo trabalho e a

abertura para fazer face a novas perspectivas e capacidade de reagir a situações novas também eram importantes, bem como a capacidade de lidar e trabalhar com os pais, a capacidade de trabalho, capacidade lúdica, empatia com as crianças, gosto pelas relações com outras pessoas, capacidade de animação permanente, capacidade expressiva, capacidade de organização e autodisciplina. Na perspectiva das escolas de formação apresento alguns aspetos menos positivos encontrados em Educadores de Infância, tal como a escolha da profissão com quase total desconhecimento do que ela representa. Aparece também um certo isolamento e um certo desfasamento do mundo do adulto, devido à pouca ligação e convivência profissional com os Professores dos outros níveis de ensino. A pouca afirmação profissional também era uma característica muito apresentada, bem como uma maior vocação para uma espécie de serviço de ama do que para Educador e ainda pouco empenhamento profissional. Alguns problemas se colocam aos Educadores de Infância no seu desenvolvimento profissional como a verificação de muitas vezes verem a ocupação do lugar do Educador por quem não tem preparação específica. A existência de instituições sem objetivos educacionais com papel essencialmente assistencial com que a profissão é conotada. Durante bastante tempo encontravam-se níveis de remuneração pouco gratificantes com diferentes tabelas salariais, não proporcionais a um curso tão dispendioso e por último o desconhecimento pelo poder do papel que os Educadores de Infância desempenham no desenvolvimento das comunidades. Os Educadores tiveram e têm bastantes saídas profissionais ao desempenharem as suas funções em todos os locais com crianças entre os zero e os 12 anos de idade. Além dos Jardins-de-Infância também as creches, internatos, colónias de férias, na pediatria de hospitais, atividades de tempos livres, bem como nos serviços educativos de bibliotecas, ludotecas, museus e outras instituições e pertencerem a diversas equipas de trabalho e de investigação. Em resumo, na problemática das saídas profissionais, a criatividade, a consciência de um saber profissional e alguma ousadia podem ser vias de resolução de uma certa estagnação e isolamento.

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO 3: CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA EM BRAGANÇA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Neste capítulo procura-se apresentar o *locus* objeto deste estudo, nos diversos campos: socioeconómico, cultural e educativo. Situar os acontecimentos e a vida das pessoas e instituições no contexto histórico em que decorreram, é condição indispensável para a boa compreensão e correta apreciação dos mesmos. Nestes entendo, constitui-se como finalidade, a realização de uma breve síntese que se apresenta a seguir sobre a Cidade de Bragança no período de 1934 a 1986. Este período engloba todo o regime do Estado Novo e os primeiros 12 anos, do pós 25 de abril de 1974 em Portugal que vai até 1986.

3.1. Bragança: Contexto histórico e sociopolítico entre 1934 e 1986

3.1.1. Enquadramento socioeconómico e cultural

Esta caracterização sumária assenta numa leitura, inevitavelmente pessoal dos documentos e dos contributos de estudiosos que nos precederam e cujas contribuições aqui se integram. Dada a relativa brevidade do texto, é muito mais o que se silencia do que o que aqui se revela. Acresce ainda que, por opção pessoal, acaba-se por privilegiar determinados momentos em prol de outros. O decurso de tempo abordado foi ocupado e transformado por homens e mulheres, por núcleos populacionais que escreveram e inscreveram a sua história. A localização no extremo mais nordeste do país fez com que Bragança tivesse tido, ao longo da sua existência, uma dupla posição geográfica periférica, a nível nacional e a nível regional. Esta situação periférica foi atenuada devido a ser capital de distrito e sede de concelho, o que levou a uma melhor posição sobre a sua envolvente externa como centro político, administrativo e populacional, encontrando-se em Bragança a sede de algumas entidades e associações de cariz regional e delegações de Direções Regionais e de Direções Gerais da Administração Central. Não se pode perder de vista, como envolventes que parametrizam o contexto de Bragança, a montanha, a interioridade, o isolamento e a proximidade com Espanha, que ajudam a compreender certos traços culturais, variadas inércias, diversas persistências,

alguns arcaísmos e, por vezes, certas originalidades e também determinadas especificidades. A interioridade não diz respeito a esta região, pois a interioridade e o isolamento nem sempre tiveram o peso negativo que comumente se lhe atribui. Os problemas de subalternidade são mais o resultado da história e da ação dos homens, do que propriamente das condições geográficas. Em muitas situações, em Bragança, os lamentos foram substituídos pelo empenho, pela ação e dedicação. No entanto, foi evidente que a economia concelhia apresentou uma performance modesta, fruto do encravamento a que esteve sujeita e do seu afastamento, quer dos mercados, quer dos centros económicos e de decisão. Atualmente (estou a reportar-me ao ano de 2013) a cidade é em parte, ou no seu todo, um testemunho material da sua atividade humana e, por isso mesmo, um documento de análise. Apesar disso, considera-se que é fundamental discernir e decidir o que deve ser conservado e vivificado para evitar a sua destruição em todos os campos. As correntes políticas que vingaram foram completamente antagónicas em todos os aspetos da vida política e social durante o período deste estudo (1934-1986). A adoção do país por um modelo de desenvolvimento que privilegiou sobretudo o litoral, traduziu-se na existência de profundas disparidades regionais, causadoras de um progressivo despovoamento das zonas rurais do interior e na concentração da população em núcleos urbanos de média dimensão.

Pode dizer-se que uma cidade é o reflexo da sociedade, mas não é menos verdadeiro que, por sua vez, a cidade afeiçoa a sociedade. Guarda sinais do seu passado remoto, quer na sua localização, quer nas suas estruturas e aspeto, quer, ainda, nas suas tradições. Bragança saiu do período da 1ª República onde predominou a escassez económica e sofreu, dez anos depois, com a falta de meios devido às ligações de Portugal ao abastecimento de produtos para a 2ª Grande Guerra Mundial. A cidade continuou encerrada no seu quotidiano, o atraso económico fazia-se sentir de forma acentuada. Os primeiros anos do Estado Novo não foram suficientes para a fazer sair do entorpecimento de modo a ser quebrada a dura capa da burocracia, da resignação e do conformismo.

Bragança constituiu-se, no século XX, como uma cidade, âncora do crescimento económico do distrito, apesar de a sua economia ter sempre assentado numa forte dependência do emprego no setor público administrativo e no setor dos serviços,

estatais e não estatais. As principais fragilidades foram sempre o fraco aproveitamento dos seus recursos naturais, sobretudo os seus proveitos agroflorestais, devido às fracas vias de comunicação, à baixa produção bem como à falta de capacidade financeira empresarial. A situação da cidade nos anos 80 continuava a sofrer o peso da interioridade agravado pela situação económica que o país atravessava:

Nesta cidade sofre-se ainda hoje o custo da interioridade, produto da situação económica que o País atravessa. Somos um distrito com ausência de rede viária, que tem isolado as populações; somos uma região onde ainda há uma elevada taxa de analfabetos; há um não aproveitamento dos recursos agrícolas, minerais e turísticos, apesar das potencialidades que existem; temos um quase nulo nível de industrialização; temos um incompleto saneamento do meio ambiente (talvez, o factor que mais pesa no condicionamento do estado de saúde da população). Enfim, temos baixos indicadores de nível de vida e suportamos toda uma série de custos, que só a desburocratização do aparelho do Estado poderá sanar (“*A Segurança Social*”, Pimentel, Diretor do Centro Regional de Segurança Social, JMB, 4/5/1984:7).

Contudo, os problemas sociais foram comuns a outras cidades do país durante este período. Em Bragança os seus cidadãos tiveram “problemas de alcoolismo, tabaco, fome, delinquência infantil e juvenil, adultério, incapacidade física, intelectual e profissional, doenças morais e físicas múltiplas, várias e graves” (“*Crise de habitação*”, JMB, 17/12/1965:4).

3.1.2. A agricultura

Durante o Estado Novo, a vocação agrícola de Portugal foi o grande argumento utilizado contra quaisquer veleidades de industrialização do país, admitindo as elites política e agrária de então e a indústria subvertia o sistema socioeconómico vigente. Portugal retardou, assim, o processo de industrialização, abrindo-se muito lentamente ao mesmo.

Durante o período do Estado Novo houve sempre uma grande campanha política pela vida no campo e pelos trabalhos agrícolas. Em Bragança o pároco e o Professor desempenhavam um importante papel no incentivo à vida no campo e às atividades económicas à sua volta:

Mister faz que pároco e Professor se interessem pela vida agrícola e industrial das populações rurais, esclarecendo-as sobre processos de cultura,

tratamentos cúbricos, aquisição e aplicação de adubos químicos, arborização, etc. Devem combater-lhes o chamado urbanismo, despertar-lhes o amor à terra, à lavoura, às pequenas artes e ofícios, indispensáveis à normalidade da sua vida agrícola e económica. Ao lado de cada escola, de colaboração com o pároco e o Professor devia haver um pequeno campo de experiências agrícolas e pequenas oficinas de artes e ofícios, como preparação próxima dos nossos futuros lavradores e donas de casa. Ao pároco e Professor fica muito bem o interesse pela lavoura e até, nas horas vagas, a enxada e o arado, irmanados, com os homens do campo, no amor à terra, à procura de um Portugal maior (*“Vida Rural”*, JMB, 1/10/1942:1).

A realidade mostrava que em Bragança, principalmente Professores e párocos, sobretudo estes últimos, quer nos seminários quer nas paróquias fixos, durante muitos anos numa aldeia onde residiam, se dedicavam fortemente à agricultura.

A agricultura em Bragança era essencialmente do tipo familiar. O defeito das estruturas, principalmente a grande divisão das propriedades, o cultivo dos cereais em terras pobres e a impossibilidade da prática de culturas horto-industriais, por falta de indústrias de regadio, originaram um retardamento no desenvolvimento da região, que de ano para ano, se foi acentuando. O pouco rendimento das propriedades não estava de acordo com os anseios da vida moderna e deu-se uma fuga das gentes da agricultura tradicional pobre e imóvel. Em Bragança, as produções agrícolas eram irregulares com fracos rendimentos, estimando-se que apenas cerca de 18% da áreas total tenha aptidão para a agricultura. O acidentado relevo, as elevadas amplitudes térmicas, as geadas tardias, os solos delgados e ácidos e as poucas áreas de regadio estavam na base de tão baixo índice de aptidão agrícola. Estes fatores, conjugados, levavam aos contínuos maus anos agrícolas. Os terrenos agrícolas não tinham a fertilidade dos da lezíria ribatejana e o minifúndio prevalecia. Bragança mantinha-se dependente da agricultura, tendo no mercado de gados, serviços e funcionalismo a matriz do seu modo de estar. Na década de 70 do século XX o conhecimento tradicional das técnicas agrícolas tinha a sua maior relevância nos níveis etários mais elevados, fruto de uma experiência adquirida ao longo dos anos. A contrapartida deste saber de experiência feito era uma enorme relutância por parte dos mais idosos, sobretudo em aceitar e adotar novos conhecimentos, inovações e adequados métodos de gestão. Acresce o facto de muitos dos dirigentes das explorações agrícolas concelhias (43.2%) serem analfabetos e apenas 2% terem cursos secundários, médios ou superiores. Desta conjugação de fatores resultou uma agricultura arcaica, de baixo nível tecnológico, com fraca produtividade e, na maior

parte dos casos, de subsistência. A população ativa concelhia na agricultura era de 70.3%. A partir desta década verificou-se uma diminuição sucessiva da população no setor Primário. Esta diminuição deveu-se, sobretudo, ao êxodo da população que trabalhava nos campos, fruto de um abandono progressivo da agricultura nacional e concelhia. Da conjugação destes dois fatores, associada a uma política agrícola comum desadequada, encontra-se a justificação para esta diminuição.

3.1.3. O Comércio/Serviços

A cidade de Bragança viveu sempre do setor comercial constituído essencialmente por pequenas empresas familiares. A agricultura e os serviços sempre foram o motor do comércio na cidade. Bragança, enquanto capital de distrito, sempre concentrou, necessariamente, um conjunto de serviços públicos. Nos anos de 1970 a 1980 verificou-se um aumento da população ativa no setor secundário. No entanto, a quantidade de pessoas que absorve foi mínima, fruto da existência de algumas microempresas onde predomina o auto emprego. A partir de 1981 perdeu muita população que só veio a recuperar nas décadas seguintes. Verificou-se um aumento significativo da população no setor terciário, consequência natural da cidade se assumir, cada vez mais, como um centro de serviços. No ano de 1985 foi criado o Núcleo Empresarial de Bragança (NERBA), com a finalidade de defender e promover as empresas do Nordeste. Até 1950 reinou uma grande tranquilidade política em termos de reivindicações de medidas e meios para o concelho, sair do atávico marasmo (Fernandes, 2009) como se comprova através do diminuto investimento público, nenhuma indústria se implantou. Destacaram-se apenas, como veremos, alguns empreendimentos e melhoramentos.

A partir do 25 de abril de 1974, os primeiros anos são de lenta transformação da urbe de Bragança como veremos nas páginas seguintes. Bragança era uma pequena e isolada cidade do interior com consequências de décadas de atrofimento. As consequências do 25 de abril e do programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) originaram, em todo o país, uma grande vontade de mudança de todas as estruturas dirigentes do aparelho de Estado. Em Bragança também prevaleceu esse desejo. O presidente da Câmara Municipal da altura Dr. Francisco Fernandes colocou o seu lugar à disposição da Junta de Salvação Nacional e foi substituído por nomeação do MFA pelo Arquiteto Manuel Faria Ferreira Rodrigues que desempenhou as funções de

Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Bragança, de junho de 1974 a janeiro de 1975. A 10 de janeiro de 1975 foi nomeado o Capitão e Engenheiro José Luís Pinheiro, novo presidente da Comissão Administrativa, vindo depois a ser o primeiro presidente da Câmara Municipal de Bragança, eleito por eleições livres, no ano de 1976 (Atas da Câmara Municipal de Bragança). Desempenhou essas funções, eleito em vários mandatos até 1990. As alterações provocadas pelo 25 de abril vieram definir as novas competências dos Presidentes de Câmara e dar maior autonomia ao poder local (*Decreto-Lei 701-A-76 de 29 de setembro*). Até à data tinha vigorado o Código Administrativo de 1936-40. Surgem novos Decretos-Lei e Leis visando o seu aperfeiçoamento e aprofundamento, tendo como plano de fundo, no que diz respeito às atribuições e competências dos órgãos autárquicos, a Constituição da República Portuguesa e a Carta Europeia de Autonomia Local. A publicação, em 1979, da Lei de Finanças local, e os seus aperfeiçoamentos sucessivos, veio dar mais autonomia financeira às câmaras municipais. Permitiu a existência de receitas próprias e a transferência de fundos do Orçamento de Estado para as comunidades locais. Bragança passou de um período ditador e controlador do Estado Novo para um período de liberdade e falta de controlo no pós 25 de abril de 1974.

Apresenta-se a seguir uma tabela sobre os dados da evolução por setor da atividade económica de Bragança entre 1960 e 1991. Não se apresentam os dados referentes aos anos anteriores devido à sua inexistência.

Tabela n.º 17 - Evolução por setor da atividade económica do concelho Bragança de 1960 a 1991

	1960		1970		1981		1991	
	N.º Pessoas	%	N.º Pessoas	%	N.º Pessoas	%	N.º Pessoas	%
Setor Primário	9714	72%	5789	61%	3842	36%	3427	25%
Setor Secundário	1452	10,70 %	1371	14,40%	1955	18,40%	2193	16%
Setor Terciário	2335	17,20 %	2375	25%	1955	18,40%	8087	60%
População ativa	13576	36,2%	9535	29,73%	10634	30,05%	13707	41%
População Total	37053	100%	33928	100%	35380	100%	33670	100%

Fonte: INE, Censos 1960, 1970, 1981, 1991.

Pela análise da tabela verifica-se uma contínua redução de população no setor Primário passando de 72% no ano de 1960 para 25% no ano de 1991. Ao mesmo tempo constata-se o contrário verificando-se um aumento sucessivo do setor terciário passando de 17,20% em 1960 para 60% em 1991. No setor secundário não foi tão significativo, antes pelo contrário, pois chegou mesmo a reduzir de 1981 para 1991, ao passar de 18.40% para 16%, respetivamente.

3.1.4. A população e densidade demográfica

O desenvolvimento urbano e industrial não afetouem especial as cidades do interior fronteiriço, como Bragança. Daí, ser uma cidade marcada pelo afastamento de muitos jovens ativos, alterando-se a sua estrutura populacional ao longo deste período. Esta tendência, de longa duração da dinâmica demográfica do concelho e cidade, condicionou a sua organização que se refletiu nas suas vicissitudes políticas, económicas e sociais.

Bragança foi ainda uma das cidades oficialmente considerada das mais pequenas da rede urbana nacional ao longo do século XIX e, assim, continuou ao longo do século XX. Em 1801 tinha 3151 habitantes, em 1864 contava com 4754 e em 1890 com 5840. Só em 1930 ultrapassa os 6000 habitantes, em 1950 chega aos 8818, mas na década seguinte a população reduz, como consequência da emigração que marcou esta época. O Norte Transmontano foi penalizado pela crescente mobilidade interna e a intensificação do fluxo migratório, principalmente, na segunda metade do século XX. Os fenómenos da emigração e das migrações marcaram vincadamente o não crescimento da população transmontana. Entre 1920 e 1950 registou-se um crescimento populacional contínuo em Portugal, embora limitados a partir de meados da década de 40 pelo retomar da emigração. A cidade de Bragança atingiu precisamente o valor máximo da sua população até então, no ano de 1950. O crescimento populacional privilegiou a cidade, pelo menos desde 1950. Passou por diversas fases que seguiram as tendências nacionais e distritais, ainda que com intensidade diferente. As décadas de 50 e 60 foram bastante penalizadoras e nem o crescimento natural elevado conseguiu evitar um crescimento negativo entre 1960 e 1974. Diminuiu de população na década de 60 descendo para 8662 habitantes e voltou a crescer para os 10971 habitantes na década de 70 (Vide tabela seguinte). A partir de 1980 começou a constituir-se como um núcleo

urbano atrativo e muita população das aldeias e vilas do distrito retornaram à cidade, o que fez crescer a sua importância a nível regional. Em 1981, viviam na cidade de Bragança 40,1% da população do concelho (Moreira, 2001:200-202) muito por causa do efeito da cidade como polo de atração. Bragança foi sempre muito dependente, face às conjunturas porque foi passando. A tendência foi sempre negativa, à exceção das décadas de 1920 e 30, quando os fluxos emigratórios abrandaram, devido à II Guerra Mundial, e na década de 80 devido, ao regresso de emigrantes e de portugueses que chegaram das ex-colónias. Foi também devido à Revolução do 25 de abril de 1974, geradora de esperança em melhores dias, fez com que muitas pessoas que estavam para partir esperassem para ver. Coincidiu também com a vinda de muitas pessoas que estavam nas ex-colónias e que se instalaram em Bragança. Muitas dessas pessoas, já pertencentes aos quadros do Estado, entram no quadro de adidos e são destacadas para serviços públicos que funcionavam em Bragança, tal como o novo hospital -inaugurado em 1973- onde se empregaram muitas enfermeiras e outro pessoal, o novo liceu e outros organismos públicos. Bragança viu assim nestes anos um aumento considerável de famílias que se instalaram em Bragança e aí constituíram novas famílias. Havia que dar resposta às necessidades das crianças destas famílias até aos seis anos de idade. Bragança não estava preparada. Diluído o efeito dos retornados, no final da década de 80 verifica-se um esvaziar da população do concelho. Longe dos centros industriais e de comércio, sem comunicações rápidas e eficientes, a região “exportou gentes”, já que não tinha capacidade para as sustentar e fixar.

A evolução da população de Bragança neste período foi marcada pelas formas de organização do território, caracterizadas pelo redirecionamento da ocupação humana do espaço que privilegia o litoral em relação ao interior.

Tabela n.º 18 - Indicadores da estrutura populacional da cidade de Bragança entre 1930 e 1980

Ano	1930	1940	1950	1960	1970	1981
População Cidade Bragança	6141	6977	8818	8662	10971	14369

Fonte: INE (1930-1981)

Pela leitura da tabela, e tal como já foi referido anteriormente, entre a década de 30 a 50 do século XX, verifica-se um aumento da população. Pelo contrário, a partir dos

anos 50 até aos anos 70 denota-se uma diminuição da população, situação que se inverte a partir da década de 80, pelas razões anteriormente apontadas. A dinâmica demográfica durante este período, em Bragança, caracteriza-se por uma intensa expansão demográfica entre 1930 e 1950 e de uma queda considerada abrupta entre 1950 e 1970.

Tabela n.º 19- Indicadores da estrutura populacional do Concelho de Bragança entre 1930 e 1991

Faixa etária Ano	0-14	15-64	+65	Total
1930	9840	17787	1948	29575
1940	11308	21066	2148	34522
1950	12156	23418	2496	38070
1960	12404	22460	2689	37553
1970	10040	19125	2910	32075
1981	9413	21155	4412	34980
1991	6420	21291	5344	33050

Fonte: Instituto Nacional de Estatística: Recenseamento Geral da População referente aos censos dos anos apresentados

Através da leitura da tabela verifica-se um aumento da população entre 1920 e 1991, com exceção do intervalo entre a década de 50 a 70, tempo em que se verifica uma diminuição. De destacar que a maior parte da população se enquadra na faixa etária dos 15 aos 64 anos. Isto deve-se à elevada taxa de mortalidade infantil da altura e a uma esperança média de vida muito mais baixa. A perda da população ativa da cidade foi acompanhada da descida gradual das taxas de natalidade, com reflexo no envelhecimento da mesma.

Durante o período de tempo, objeto deste estudo (1934-1986), a cidade de Bragança sofreu os efeitos dos movimentos políticos, económicos e sociais ocorridos no país. Destes, realçam-se principalmente, o tardio desenvolvimento industrial e a exclusão do interior desse processo nos primeiros vinte anos do regime do Estado Novo. A industrialização que começou a fazer-se sentir em Portugal a partir da década de 50, fez com que o interior se despovoasse devido ao êxodo verificado para as cidades em especial do litoral e ainda devido à emigração para as colónias ultramarinas e Europa.

Durante o período objeto de estudo deste trabalho, as elites da cidade estiveram condicionadas às ideias do Estado Novo. Não havia elites para lá dos defensores da ideia do Novo regime. O termo elite surge sempre como um conceito associado a um

grupo de indivíduos congregados entre si por motivos sociais, políticos, económicos ou outros, representando uma faixa social muito própria no seio de uma sociedade (Fernandes, 2009).

Sobre as elites Veiga Simão disse em Bragança no ano de 1973:

Eu não sou contra a existência de elites, pois que são necessárias e fundamentais para a promoção do desenvolvimento nacional. Penso, contudo, que não as podemos recrutar exclusivamente em determinadas classes como se as elites tenham de ser dinásticas, com um outro ponto de descontinuidade! O que pretendemos é que brotem de todas as classes sociais, é que os melhores ocupem os lugares a que têm direito exclusivamente escolhidos em função do seu mérito e independentemente das condições sociais e económicas de cada um. Então sim teremos elites autênticas. Grandes desafios exigem respostas ousadas. O desafio está lançado... A resposta depende da capacidade de todos os que acreditam nas virtudes ímpares do Povo Português (Veiga Simão, “*A democratização do Ensino ideal*”, (JMB, 23/3/1973:3).

No entanto, em Bragança, havia um grupo naturalmente privilegiado, pelo seu poder, sua importância, ou destaque a diferentes níveis. Tratava-se de núcleos familiares proeminentes de onde emanaram indivíduos imbrincados com o seu desenvolvimento e a sua afirmação enquanto centro de negócios e polo político e social e muito vinculados ao desenvolvimento económico. Emergiram também indivíduos com alguma sustentação social em cargos de natureza pública, política e administrativa. Destaca-se algumas personalidades do período em estudo por se terem envolvido no desenvolvimento da Educação de Infância, ainda que alguns de forma indireta: Manuel Gonçalves Cavaleiro Ferreira (1911-1992), Francisco Manuel Alves- Abade Baçal (1865-1947), Artur Alberto Camacho Lopes (1881-1968), Cândida Florinda Ferreira (1893-?), Augusto Ladeiro, Carlos Alberto de Lima e Almeida, José de Castro (1886-1966), Augusto César Moreno (1870-1955), Emília Augusta de Sá Vargas Martins (1905-1995), Francisco José Martins Morgado (1873-1957), Abílio Augusto Vaz das Neves (1894-1980), Artur Augusto das Neves (1900-1964), Paulo Manuel Pires Quintela (1905-1987), Agostinho da Ressurreição Gonçalves Rapazote (1918-1974), António Manuel Gonçalves Rodrigues (1906-1999), Raul Manuel Teixeira (1884-1955), José Luís Pinheiro (1944-2007).

Bragança esteve sempre bem representada no governo em todas as fases da sua vida política. Dá-se como exemplo o ano de 1950, quando o distrito de Bragança esteve

representado no Governo por quatro ministros: Manuel Cavaleiro Ferreira, do concelho de Bragança – Ministro da Justiça, Artur Águedo de Oliveira - do concelho de Moncorvo – Ministro das Finanças, Joaquim Trigo de Negreiros – do concelho de Mirandela – Ministro do Interior e Sarmento Rodrigues – do concelho de Freixo de Espada à Cinta – Ministro da Marinha. Logo em 1934 Salazar visitou Bragança, designadamente a Cidadela e o Museu Regional Abade Baçal (“*Salazar responde*”, *jornal Terras de Bragança*, 1934:4).

A tropa era bastante representativa na população da cidade de Bragança. Desde longa data que existiram aquartelamentos militares na cidade. O regimento de infantaria nº. 10 no ano de 1939 é transferido de Bragança para Aveiro e veio para Bragança o Batalhão de Caçadores nº. 10. O Batalhão de Caçadores nº. 3, regressou a Bragança no ano de 1943, para substituir o batalhão de caçador nº. 10. No ano de 1958 é extinto, o que acarreta o encerramento do Museu Militar e a transferência do seu acervo para o Museu Militar de Lisboa. Este batalhão é novamente reativado no ano de 1966 e instalado na zona do trinta. No ano de 1975 passa a Destacamento do Regimento de Infantaria de Vila Real. Com a eclosão da guerra colonial em 1961, revigorou um pouco a herança militar da cidade.

Nas décadas de 30 e 40 do século XX, com a Ditadura Militar e o Estado Novo, Bragança deixou de ser um centro militar de importância, retirando-lhe três unidades militares, ficando apenas a funcionar o Batalhão de Caçadores nº.3 que viria a ser um centro de instrução, após o irromper da guerra colonial (1961), onde participaram muitos bragançanos (Jacob, 1997). Paulatinamente, Bragança, perdia importância estratégica em termos de guarnição militar com diversos oficiais militares. As elites bem argumentaram para impedir o seu encerramento. Aquando duma visita a Bragança, do então Presidente da República Ramalho Eanes no ano de 1977, o Presidente da Câmara da altura – Engenheiro José Luís Pinheiro, apresentou os argumentos para impedir o encerramento do quartel Militar:

São argumentos de carácter social e económico que se relacionam com a já fraca possibilidade de sobrevivência das pessoas nestas terras. Os nossos jovens poderiam fazer aqui o serviço militar, podiam dinamizar a atividade económica aqui, porque um quartel militar é, em todas as cidades do país, um elemento importantíssimo na vida da organização económica da região (“*Bragança recebe calorosamente o Presidente da República*”, JMB, 22/07/1977:1).

O encerramento definitivo das unidades militares deu-se no ano de 1979 com a extinção da unidade militar do Destacamento de Infantaria de Vila Real, sedeadada em Bragança. Este acontecimento revelou-se como uma importante perda para Bragança, facto muito discutido na altura como se constata nas inúmeras referências na imprensa.

3.1.5. A Emigração

A emigração é uma caraterística de todos os povos. Em todas as épocas, as migrações humanas não se fizeram sem dor e sem empobrecimento demográfico das zonas de onde vieram, motivando a desagregação das famílias. A ruralidade, característica de Bragança, apesar de alguns períodos de maior vitalidade, veio abrir caminho aos fluxos migratórios, para o litoral para o estrangeiro, tornando-os uma constante da história contemporânea de Bragança e condicionando a dinâmica de desenvolvimento desta região nordestina. Nas décadas de 60 e 70 do século XX, houve uma forte emigração de muitos cidadãos de Bragança, tal como aconteceu nos restantes distritos do país. Entre os anos de 1955 e 1964 a maioria da emigração do distrito de Bragança fez-se para o Brasil, mais precisamente 30024 pessoas. De entre elas, 2546 eram do concelho de Bragança (Dados do INE 1965). Com o albar da década de 60, declinou a corrente de emigração para o Brasil e começou-se a emigrar mais para a Europa. A França tornara-se o país mais procurado, porque ao perder o norte de África, faltou-lhe a mão-de-obra necessária para continuar o seu desenvolvimento económico, já dentro de um clima de progresso social. Daí que acoressem pessoas de países mais pobres. De 1954 a 1967 foram para a França 10473 pessoas do distrito de Bragança (INE, Censos de 1960 e 70). Também emigraram muito para a Alemanha, país que ainda se encontrava em reconstrução dos pós guerra. Entre 1955 e 1975 cerca de 16,5% dos seus residentes deixaram o concelho (Cepeda, 2009); Fernandes, 2009). Tratava-se de uma emigração clandestina, isoladamente ou aos grupos que passavam a fronteira para Espanha. Iam na ânsia de procurar melhorar de vida e viam-se obrigados a procurar sustento noutras terras, dadas as dificuldades de em Bragança governarem a família e educarem os filhos. Gente que partiu, se organizou noutras paragens, que não esqueceu a terra onde nasceu, mas a que poucos regressaram, visto os seus descendentes se terem integrado nos países onde nasceram e foram educados. Bragança foi assim uma cidade que ao longo do tempo, contribuiu com enormes contingentes para a emigração, estando

este fenómeno sempre presente no horizonte de muitos dos seus naturais. A procura de uma vida digna e desafogada constituiu, desde sempre, uma das preocupações fundamentais dos seus habitantes, impossibilitados muitas vezes de concretizarem os objetivos que pretendiam atingir e aos quais tinham direito. Mas também se emigrou para ex-colónias portuguesas. Tudo isto deixava uma cidade empobrecida demograficamente, economicamente e moralmente. Não há povoamento moderno eficaz sem que se vença a mentalidade fatalista de uns e a incoerência de outros. Em resumo, verificou-se uma saída significativa de população para o Continente Americano – sobretudo Brasil - nas décadas de 50 e 60, países da Europa Central – França e Alemanha, principalmente, ex-colónias portuguesas na década de 60, mas também houve êxodo da população de Bragança para as cidades do litoral português (áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto) ou capitais de distrito, nas décadas de 70 e 80.

3.1.6. O analfabetismo

A taxa de analfabetismo devido à pouca procura da escola, era elevada tanto para o género masculino como para o género feminino. Por isso, os rapazes viam no alistamento militar e na emigração a sua escapatória. Para as raparigas serem serviçais na cidade ou na emigração era sempre uma das suas maiores alternativas. A taxa de analfabetismo no concelho de Bragança no ano de 1930 era de 78%, em 1940 era 55,6%, passou para 23% em 1981, tendo chegado aos 15,3% em 1991 (INE).

A população da cidade de Bragança tem vindo, ao longo da sua história, a assistir a uma diminuição progressiva das taxas de analfabetismo, seguindo a tendência do país. Esta explicação tem a ver, simultaneamente, com a normal substituição de gerações - as mais novas, teoricamente, mais alfabetizadas e com um maior investimento na educação. No ano de 1970 havia 31,7% da população sem nenhum nível de ensino. A maioria da população (60,8%) tinha apenas o Ensino Primário concluído. Apenas 4,1% concluiu o então ensino preparatório e 2,1% conseguiram terminar o Ensino Secundário. O peso da população com formação superior era na época apenas de 1,3% (INE).

Na Educação Especial e nos apoios educativos deram-se passos muito significativos, para os quais muito contribuíram as políticas de apoio sócio-económico-escolar (alimentação, transportes, vestuário, alojamento, material escolar) iniciadas em 1974, para todos os níveis de ensino, e de apoio curricular e pedagógico, iniciadas em

1974, no Ensino Primário, em 1979, no ensino preparatório e secundário, e, em 1983, na Educação Pré-escolar. A generalização destas medidas de apoio curricular e pedagógico deu um novo fôlego à igualdade de oportunidades perante a escola. A equipa de Educação Especial, criada em 1974, só começou a funcionar em Bragança no ano de 1980.

Tabela n.º 20 - Percentagem da taxa de analfabetismo em Portugal e na cidade de Bragança entre 1930 e 1991

Ano	Percentagem Portugal	Percentagem Bragança
1930	60%	78%
1940	52%	55,6%
1950	42%	78%
1960	33%	35,4%
1970	26%	31,7%
1981	21%	23%
1991	11%	15,3%

Fonte: Dados do Instituto Nacional de Estatística dos anos referidos

Pela análise da tabela podemos verificar o contínuo decréscimo da taxa de analfabetismo em Portugal. Nota-se uma evolução positiva muito grande entre os anos de 1930 com 60%, para o ano de 1981 com 21%. Comparando com a taxa de analfabetismo de Bragança verificamos que esta estava sempre com uma taxa mais elevada que a média nacional. A diferença maior entre a taxa de analfabetismo de Bragança em relação à média nacional foi no ano de 1930, com uma diferença percentual de 18%.

3.1.7. A qualificação urbana, património e habitação

Com o Estado Novo uma nova racionalidade urbanística permitiu um planeamento urbano mais cuidado, nos arruamentos que se faziam, na criação de alguns jardins e praças públicas. A cidade cresceu para lá da linha do comboio que durante muito tempo delimitou a poente o perímetro da cidade até aos anos 30. Este limite foi ultrapassado já no período do Estado Novo com a execução do Bairro Social da Estação no ano de 1937. A partir daqui Bragança passou por um período de entorpecimento e um lento crescimento manter-se-á até à década de 70. No entanto, neste período começaram a aparecer pequenos núcleos periféricos como os do Bairro da Coxa (cuja primeira casa e durante muito tempo única) data de finais da década de 40, Formarigos,

Ilha do Rei e Bairro de São João de Brito (Jacob, 1997). Construíram-se também alguns espaços e edifícios que marcaram a cidade, sendo exemplos mais significativos a construção do Jardim público António José de Almeida em 1935, o edifício dos Correios no ano de 1945, o Patronato de Santo António e o Palácio da Justiça com a casa dos Magistrados, inaugurados em 1952, o edifício das Corporações, o Banco de Portugal no ano de 1947 que passou depois a funcionar como Magistério Primário. Em 1956 veio, depois, a inaugurar-se a instalação da Escola do Magistério Primário em edifício adaptado para o efeito. Já na década de 60 e princípios de 70 salienta-se o planeamento urbano do arquiteto Viana de Lima, já sob outra conceção estética, através do planeamento de novos bairros e novos edifícios marcadamente funcionais como os do Montepio, o Hospital Distrital (1973), as Escolas Primárias das Beatas, Colégio de S. João de Brito (1952), a Pousada de S. Bartolomeu, a antiga Escola Industrial e Comercial, o antigo Liceu e o Hotel Torralta (Moreira, 2001).

Na sequência do 25 de abril de 1974, a cidade evolui lentamente devido ao abandono praticado pelo poder central, ao não conceber projetos estruturantes para a região, e ao negar-lhe recursos suficientes para a colocar em igualdade de circunstâncias com outras cidades do país. O crescimento urbano não foi acompanhado por espaços verdes de lazer, à exceção do Campus do Instituto Politécnico criado na década de 80. Em Bragança, no ano de 1986 havia apenas um parque infantil público. Mas mesmo assim, uma nova fase na evolução urbanística da cidade surgiu, atendendo a que se assistiu a um crescimento que triplicou num curto período de tempo a população da cidade, devido, muito especialmente, à vinda e instalação dos *retornados* das ex-colónias, provocando o proliferar de novos bairros. Surgem de uma forma quase anárquica os novos bairros da Mãe-de-Água, do Sol, Cantarias, São Francisco e Vale d'Álvaro e o crescimento dos já existentes. Quase todos inicialmente clandestinos e sem infraestruturas básicas, devido à ineptidão de resposta dos serviços municipais que não tinham estruturas para responder a este crescimento. Ao fluxo emigratório inesperado dos fins dos anos 70 e inícios de 80 temos ainda de acrescentar o retorno, em muitos casos repatriamento, de emigrantes europeus. Ambos os fluxos são portadores de padrões mentais e estéticos muito próprios, que contribuíram, cada um à sua maneira, para uma reformulação da urbe, não sem contrastes e conflitos significativos (Jacob, 1997).

Nos pós 25 de abril houve necessidade de fazer a legalização e o saneamento de bairros clandestinos, e construíram-se dois Bairros Sociais (Coxa e Mãe d'Água), a cargo do Fundo Fomento de Habitação. Depois, de uma forma mais organizada, a partir dos anos 80, surgem novos bairros como a Estacada, Rubacar, Campo Redondo, Artur Mirandela e São Tiago, ao mesmo tempo que cresce o interior da cidade, com a remodelação de casarios arruinados, especialmente nas ruas mais comerciais. Assistiu-se também ao crescimento de várias artérias da cidade como as avenidas Sá Carneiro e das Cantarias, rua do Loreto, avenida Abade Baçal, avenida João da Cruz, largo do Toural e avenida do Sabor.

Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), no ano de 1986, iniciou-se um ciclo no qual Bragança aproveitou importantes apoios comunitários para se modernizar em termos urbanos. A cidade cresceu com novas edificações, urbanizações, avenidas, ruas pavimentadas, infraestruturas de saneamento básico, rios despoluídos, melhoria da iluminação pública, mobiliário urbano adequado e uma grande evolução na sua limpeza, além da evidente multiplicação dos espaços verdes. É também na década de 80 que, com o inconformismo e a tenacidade de algumas pessoas, aparecem o Instituto Politécnico de Bragança (IPB), em 1983, e o Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA) no ano de 1985, importantes polos de desenvolvimento económico, social e cultural de Bragança.

No período de tempo que vai de 1934 a 1986 as famílias viviam em diferentes tipos de habitação conforme as condições socioeconómicas. No entanto, a maioria das habitações familiares na cidade de Bragança tinha fracas condições de habitabilidade, em especial as das famílias com fracos rendimentos económicos. Para retratar a situaçãoapresenta-se um artigo publicado no jornal *Mensageiro de Bragança* no ano de 1965 sobre as condições de habitabilidade que se verificavam:

Saímos do centro da cidade e percorremos os bairros periféricos: quer por razões económicas, quer urbanísticas, quer ainda por motivos de vária ordem que embora fáceis de compreender nem sempre são fáceis de aceitar, vemos grande número de famílias condicionadas ao alojamento em barracões. Espalhados por todos os cantos, formam no conjunto, tristes bairros, com escuras, estreitas e lamacentas “avenidas”, onde brincam crianças descalças e despidas, tiritando de frio, infantilmente ignorando os trabalhos e desilusões diários dos pais na luta quotidiana para lhes darem o pão que elas pedem com olhos chorosos, e que nem sempre existe. Estas casas – se na verdade merecem este título – são, com poucas excepções, de

tábuas, pedras soltas e uma mistura de telhas e zinco, por onde entra o frio e a chuva nos gélidos dias de Inverno, que quase batem o “record” de temperaturas negativas. Lá dentro, uma pequena e negra cozinha, no chão de terra batida, uma lareira onde nem sempre há lume, um armário velho, uma mesa, e, não raramente, uma cama para os membros da geralmente numerosa prole. Algumas têm um pequeno quarto anexo, com o chão de tábuas podres ou terra húmida, com duas ou mais camas, onde pais e filhos – rapazes e raparigas – se misturam sem condições de higiene e moralidade. É frequente a Água das chuvas passar sob a cama, de tal modo, que “não é necessário Água para nos lavarmos” - ouvimos. Pelas paredes, vêm-se quadros de santos, de membros da família, recortes de revistas imorais, e, amontoando-se a um canto, objetos domésticos e roupa suja, como que completando um quadro triste, de casas-barracões, nos quais habita miseravelmente uma grande parte da população da cidade. Quase todos se localizam nos bairros dos arrabaldes, desde o Alto da Boa Vista, à Ponte do Jorge, à Coxa e Bairro da Mãe-d’Água. Para completar a descrição destes barracões, poderemos informar, a título de curiosidade, que muitos deles são alugados, pelos quais o “pobre inquilino” paga uma importância exorbitante. E talvez não seja nada despropositado, aproveitar a ocasião para lembrar que, apesar de legais, existem bairros sem saneamento, sem abastecimento de Água domiciliário, e onde as ruas, sem calcetamento são um lamaçal contínuo, para martírio dos moradores e especialmente das donas de casa (“*Crise de habitação em Bragança*”, JMB, 26/11/1965:3).

A construção clandestina surgia em muitos locais da cidade, sem obedecer a um plano de urbanização, sem redes de saneamento básico, abastecimento de Água, luz e sem arruamentos. Na década de 70, mais especificamente após 1975, viu-se uma melhoria considerável nas condições da habitabilidade das casas familiares, a que não é alheia a melhoria das condições económicas das famílias em virtude de passarem a trabalhar os dois elementos do casal. Verificou-se um aumento considerável do investimento público por parte do executivo camarário: eletrificação de todos os bairros, arruamentos, saneamentos, surgimento de novas urbanizações, melhoria nos transportes e acessibilidades. Surgiram diversos edifícios para compra e aluguer de apartamentos, melhorando substancialmente a qualidade de vida na cidade de Bragança.

3.1.8. As acessibilidades

Não se pretende apresentar um estudo exaustivo sobre as acessibilidades de Bragança no período em estudo. No entanto, pretende-se deixar uma ideia geral. O problema das acessibilidades foi sempre um problema do país e sempre de forma muito mais acentuada em Bragança, devido à sua distância relativamente à capital, e devido ao

seu acidentado terreno. Durante o período em estudo, Bragança tinha fracas acessibilidades com uma rede de estradas complicada que foram melhorando nos últimos anos até 1986. “Nos anos 70 ainda era difícil andar de aldeia em aldeia ou das aldeias para a cidade devido ao mau estado dos caminhos e das estradas” (Fernandes, 2004: 12).

O comboio era um meio de transporte de pessoas e mercadorias muito importante a funcionar em Bragança desde 1905. A melhoria das acessibilidades era um pedido continuamente feito aos governantes: “Uma rede rodoviária moderna e funcional e sobretudo uma estrada Porto Bragança a sério” (Deputado Moreira Pires, *in* Diário das Sessões 12-XII-1973, *cit. in* Fernandes, 2004). A fronteira de Quintanilha é aberta no ano de 1953 constituindo-se em algum benefício para a região. As acessibilidades das aldeias à cidade eram muito difíceis e, em muitos casos, inexistentes. Bragança perdeu a linha férrea (linha do tua) no ano de 1992.

No período que vai de 1934 a 1986, objeto temporal deste estudo, não apresento, porque foge ao âmbito do mesmo, um estudo profundo sobre o desenvolvimento das acessibilidades a Bragança. Para dar uma ideia sobre as acessibilidades, apresenta-se a seguir uma citação de 1977, do discurso do Presidente da Câmara da altura – Engenheiro José Luís Pinheiro, aquando duma visita a Bragança do então Presidente da República Ramalho Eanes:

O desenvolvimento desta região terá, por força das circunstâncias, e passar pelas fronteiras, pelas francas ligações com a Espanha. E isto não deve ser entendido com nenhum caráter de separatismo. Nós estamos a 480 quilómetros de Madrid e a 510 quilómetros de Lisboa e a 250 do Porto. As nossas vias de comunicação com as principais cidades são extremamente más (“*Bragança recebe calorosamente o Presidente da República*”, JMB, 22/07/1977:1).

As acessibilidades eram fracas, já na altura se apresentavam os argumentos da falta de ligação a Espanha como fatores impeditivos do desenvolvimento de Bragança. Destaca-se também um artigo do ano seguinte (1978), sobre a situação das acessibilidades à cidade:

A zona fronteiriça do Norte, desde Bragança ao Gerês, necessita urgentemente de ser mais apoiada, quanto a ligações terrestres, já que marítimas não existem e as aéreas não se fazem. Das vias ferroviárias... dada a delicadeza das composições e a pobreza dos traçados. Restam as

possibilidades rodoviárias em notório atraso, face às tremendas necessidades regionais que se impõem. Bragança dista cerca de 6 horas do Porto, e de Chaves perto de 4 horas, por traçados sinuosíssimos e pavimentos paupérrimos, o que em nada dignifica o conceito de estradas nacionais, nem serve capazmente as isoladas aldeias transmontanas, de tudo carecidas. ... É uma necessidade de elementar justiça que algo se faça neste sentido. Os produtos agrícolas da região seriam de mais fácil escoamento e, para casos de recurso hospitalar e outros relacionados, ter-se-iam encontrado viáveis soluções. Tem de reconhecer-se que Trás-os-Montes está muito mal servido de meios de comunicação. Além disso continua a ser a província mais isolada e afastada dos grandes centros nacionais e, pelas suas infindas necessidades sócio-económicas, bem merece melhor sorte (*“Estradas do Nordeste”*, por *Inocência Pereira*, 20-10-1978:1-5).

As debilidades de Bragança foram também a fraca interação verificada com as cidades envolventes, devido principalmente às fracas acessibilidades aliadas à distância das cidades mais próximas como Chaves e Zamora (100 kms) e Vila Real (120), e a diminuta aptidão de fixação da população jovem devido à baixa oferta de serviços, à inexistência de industrialização e à motivação para a migração emigração. Não se entende, como nos dias de hoje, depois de tantos milhões gastos pela União Europeia, os argumentos ainda continuem a ser os mesmos. Não se entende que, com a posição geográfica que Bragança ocupa no contexto Ibérico, possuir uma autoestrada recentemente inaugurada que termina na fronteira de Quintanilha, sem ligação à autoestrada da cidade Espanhola de Zamora. Não se entende ainda que, não tenhamos ligação por autoestrada a Puebla de Sanábria, localidade espanhola a 50 km de Bragança que possui uma linha de comboio de alta velocidade e uma autoestrada que liga a Região Autónoma da Galiza a toda a Espanha. Ainda mais, quando há alguma tradição de intercâmbio das pessoas de Bragança com as localidades das regiões da Galiza e Leão, por motivos laborais, sociais, educacionais que os séculos de vizinhança consolidaram e que devem continuar a ser estimulados para benefício da região.

3.1.9. A Cultura

A cidade de Bragança foi, ao longo de décadas, um pólo cultural interessante e vivo que se impôs na aridez cultural transmontana, constituindo-se como um núcleo de saber e de cultura. Assumiu-se como uma cidade estudantil por excelência e criou fortes tradições culturais no âmbito das diversas artes do espetáculo. A vida cultural de

Bragança, durante décadas, esteve dependente dos localismos de grupo, de café, de jornal, rua ou de bairro. Não existia uma vida cultural aberta, muito menos cosmopolita. Tratava-se de um meio cultural fechado sobre si próprio. Uma das razões devia-se à falta de estruturas e equipamentos culturais e a outra razão à falta de apoio à criação, inovação e experimentação. O cinema Camões nos anos 50 e o cineteatro Torralta nos anos 70 são exemplos dessa vivacidade através da exibição e apresentação de filmes e de espetáculos musicais e teatrais constantes. Até ao 25 de abril de 1974, as estruturas culturais que mais se destacaram em Bragança foram o Museu Abade Baçal e o Museu Militar. As escolas também sempre tiveram um papel ativo na cultura da cidade com os seus projetos educativos que contemplavam clubes e *ateliers*, grupos de teatro e clubes de Jornalismo, tunas e grupos corais, cujas atividades eram partilhadas com a comunidade. O museu militar de Bragança surgiu na primeira metade do século XX mais propriamente no ano de 1928, pelo comandante do Regimento de Infantaria nº. 10. Apareceu como um espaço de salvaguarda das lembranças dos feitos bélicos das forças militares sedeadas em Bragança. Após a saída de Bragança do Batalhão de Caçadores nº. 3 em 1958, o museu é temporariamente encerrado e trasladado o acervo para o Museu Militar de Lisboa. Já no ano de 1983 o museu volta a ser instalado no local de origem, na torre de menagem do castelo, e impõe-se como espaço de memória das vivências militares da cidade onde ainda hoje funciona.

O Museu Abade Baçal foi fundado, em 1915, com o nome Museu Regional de Bragança, instalado no antigo Paço Episcopal e, em 1935, passou a designar-se Museu Abade Baçal. O seu patrono foi uma figura proeminente em Bragança da 1ª metade do Estado Novo. Francisco Manuel Alves foi conhecido como - o Abade de Baçal. Nasceu na aldeia de Baçal do concelho de Bragança em 9 de abril de 1865 e faleceu a 13 de novembro do ano de 1947. Trata-se de uma importante figura da cidade de Bragança como arqueólogo, historiador e genealogista português. Deixou um importante trabalho pois passou a sua vida a recolher testemunhos arqueológicos, etnológicos e históricos respeitantes à região de Trás-os-Montes e, muito especialmente, no distrito de Bragança. Entre muitos escritos que nos deixou como artigos em jornais, correspondência, participação em colóquios e seminários, a sua obra principal são as *Memórias arqueológicas-históricas do distrito de Bragança* (1909-1947), em onze volumes. Trata-se de uma obra fundamental para a compreensão da história longínqua e recente

da região de Bragança em todas as suas dimensões. Em 1925, foi nomeado diretor-conservador do *Museu Regional de Bragança* que, desde 1935, é designado por Museu do Abade de Baçal em sua homenagem.

3.2. O poder da Igreja em Bragança

Pode dizer-se que o Cristianismo foi semeado em toda a região de Bragança, desde muito cedo. A cidade de Bragança sofreu com a criação do Estado laico durante a 1ª República e abriu uma ferida que só foi sarada com o Estado Novo. Durante este período a generalidade da população cristã de Bragança deu testemunho público de uma fé e de uma cultura adquirida no seio da família, da escola e da Igreja, ideias amplamente difundidas pelo regime. O regime Salazarista considerava muito importante a contribuição da Igreja, em especial nas regiões rurais nortenhas e onde atuou essencialmente como veículo de legitimação da autoridade política (Salazar, 1938). Por isso, a maioria das iniciativas de criação de instituições de assistência e educação criadas em Bragança tinham por trás a iniciativa e o apoio da Igreja e de um Bispo em particular, D. Abílio Vaz das Neves. Para este bom relacionamento entre o Estado e a Igreja muito contribuiu a Concordata de 7 de maio de 1940, celebrada entre a Santa Sé e o Estado Português. A sua aplicação contribuiu de maneira relevante para reforçar os seus laços históricos e para consolidar a atividade da Igreja Católica em Portugal, em benefício da comunidade portuguesa em geral.

Constata-se que, no período do Estado Novo, a Igreja contribuiu para o progresso da população, no povoamento e na orientação espiritual e material de uma região que vivia da terra. Neste período, Bragança aceitou a Igreja, agarrou-se a ela, alimentou-a e acarinhou-a, com a doutrina do evangelho, com o ensino das letras e das ciências e com o exemplo que procurava dar pela retidão moral e espiritual a uma população maioritária, ou totalmente, cristã. A Igreja e as suas instituições eram criadas pelo povo e para o povo. As suas gentes, a maioria envolvidas no trabalho da terra sempre tiveram tempo para ouvir as pregações, assistir às missas e demais ofícios. Tiveram sempre tempo para se divertir e conviver nos adros das Igrejas e nas festas e romarias, mas também para erguerem capelas e Igrejas em toda a circunferência da cidade. Enfim, contribuíram para a construção de uma cidade cristã, cultural, religiosa e económica, e as populações contribuíram neste período com a sua força espiritual e para a sua

continuidade. Entre 1969 e 1973, registaram-se, no país, movimentos de forte contestação à Igreja como se constata nos jornais da época.

Os bispos que governaram a Igreja na urbe brigantina no período em estudo foram: o Bispo D. Luís de Almeida de 1932 a 1935 que foi o 39º bispo da diocese; de 1935 até 1938 o Bispo Monsenhor Manuel António da Ressurreição Fernandes. Sucedeu-lhe o Bispo D. Abílio Vaz das neves de 1938 a 1965. No período de 1965 a 1978 o Bispo D. Manuel José Pereira. De 1978 até 2001 o bispo António José Rafael. O bispado de D. Luís António de Almeida ficou positivamente marcado pela conclusão das obras e inauguração do edifício do Seminário de Bragança no ano de 1932. Veio a resignar por motivos de saúde. Seguiu-se-lhe o Bispo Monsenhor Manuel António da Ressurreição Fernandes. Este Bispo nasceu em Sanhoane, concelho de Mogadouro, a 2 de abril de 1882. Doutorou-se em Teologia e Filosofia pela Universidade Gregoriana de Roma. Foi Cónego da Sé de Bragança, Professor do Seminário e vice-reitor do mesmo, examinador pró-sinodal e oficial da cúria diocesana. Depois, acabado de chegar da Índia, foi nomeado Bispo da Diocese de Bragança e Miranda D. Abílio Augusto Vaz das Neves, que conduziu a diocese de Bragança entre 1938 e 1965, e desempenhou um papel importante na Educação de Infância em Bragança, como mais adiante, ainda neste trabalho, será objeto de estudo. Sucedeu-lhe o Bispo D. Manuel José Pereira. A 20 de fevereiro de 1965 a Nunciatura Apostólica distribuiu um comunicado, anunciando a nomeação de D. Manuel de Jesus Pereira para Bispo de Bragança e Miranda. Em 2 de maio tomou posse da diocese de Bragança por procuração. Morreu a 11 de setembro de 1978. No período de 1965 a 1977 a Diocese foi governada pelo Bispo D. Manuel José Pereira. A sua ação pastoral foi marcada pela visita pastoral que efetuou a toda a diocese. Era um homem singular, amigo dos padres e dos seus diocesanos, qualidades que o distinguiam dos bispos da altura. Não era homem de grandes cerimónias o que granjeava popularidade entre os seus diocesanos. Continuou a obra da catequese e reorganizou as conferências arciprestais (Fernandes 2009).

Outro bispo da Diocese foi António José Rafael que conduziu a diocese de 1979 até 2001. Nasceu no ano de 1925, em Paradinha - Moimenta da Beira. No ano de 1976 foi nomeado Bispo Auxiliar de Bragança. No ano de 1977, foi a sua Sagração Episcopal na Sé de Lamego. Ainda no mesmo ano, com a morte do então Bispo de D. Manuel, ficou provisoriamente à frente da Diocese. Em 1979 o Papa João Paulo II nomeou-o

Bispo Residencial de Bragança e Miranda. Enquanto bispo da Diocese de Bragança e Miranda foi o responsável pela criação da Sé Catedral de Bragança inaugurada no ano de 2001. Chegava ao fim um sonho de mais 230 anos, disse no dia da inauguração o Bispo D. António Rafael. Em 11 de julho de 1981 lembra o atraso e empobrecimento de Trás-os-Montes e critica o vencimento dos deputados (“Bispo de Bragança”, jornal *Mensageiro de Bragança*, 17/07/1981:1,8)

3.2.1. O Seminário Diocesano

O Seminário Conciliar de São José nasceu no ano de 1600 em Miranda do Douro. Mudou-se para Bragança no ano de 1764. Em 1920 é transferido para Vinhais e volta novamente para Bragança no ano de 1932. Funciona ininterruptamente desde esse ano no novo edifício que ficou concluído no bispado de D. Luís de Almeida, em 1932. Trata-se de uma instituição não estatal, mas com orientação confessional. Depois da publicação da Lei da separação da Igreja do Estado ainda na 1ª República, demorou a que os seminários tivessem ajuda ou subsídios estatais. Passaram por tempos difíceis e nem mesmo após a Concórdia, celebrada entre o Governo Português e a Santa Sé, a situação melhorou. Devido à Lei de separação, os seminários viram-se quase sem propriedades que foram usurpadas pelo estado, incluindo as dos próprios edifícios em que se encontravam instalados. Foi um processo demorado para que os seminários voltassem a reerguer a sua obra. Foi preciso muito esforço da Igreja e dos seus fiéis para o conseguirem. Por isso, o Seminário de Bragança foi mudado para o seminário de Vinhais em 1920, só regressando a Bragança em 1932. Nas primeiras décadas do Estado Novo, o Seminário de Bragança, conforme encontramos em várias referências no jornal *Mensageiro de Bragança*, debateu-se com sérios problemas: “O Seminário não é como os pobres que andam de porta em porta mendigando uma esmola por amor de Deus. Todos os dias eles precisam de recorrer à caridade das almas boas e generosas para não perecerem de fome” (“Bispo de Bragança e Miranda Abílio Vaz das Neves”, jornal *Mensageiro de Bragança*, 15/9/1942:1,2). A sociedade organizou-se para dar donativos ao Seminário de Bragança. Eram constantemente feitos pedidos de ajuda à comunidade através dos jornais. Os donativos de particulares e instituições eram publicados no jornal *Mensageiro de Bragança* (Ex: 15/11/1942:2). Nos anos de 1940 as dificuldades

foram agravadas com a situação internacional que levou ao aumento de preços dos géneros de primeira necessidade.

A grande caridade do clero e dos fiéis desta diocese tem-se desentranhando em prodígios de benemerência a favor dos seminários, não só nas circunstâncias ordinárias, por meio de donativos, quer anuais quer eventuais, mas também e principalmente em ocasiões extraordinárias, como, por exemplo, quando se procedeu à construção dos edifícios destinados a constituírem a sede do Seminário Maior. Ora a ocasião em que nos encontramos é sem dúvida de uma gravidade extraordinária, como todos facilmente compreendem (Bispo de Bragança e Miranda Abílio Vaz das Neves, jornal *Mensageiro de Bragança*, 15/9/1942:1,2).

3.3. A Imprensa como fonte histórico-educacional

A imprensa, jornais e particularmente revistas pedagógicas, tem sido utilizada como fonte e objeto da pesquisa histórico-educacional e tem sido enfocada do ponto de vista teórico metodológico e da periodização. Neste caso, a consulta de jornais, mais especificamente do jornal *Mensageiro de Bragança*, contribuiu para ampliar a pesquisa regional e local, dando-lhe contornos e vitalidade que não seria possível observar, por ausência de fontes. Através desta fonte, pode-se verificar a dinâmica social, bem como a vinculação ao processo de produção da existência humana. Neste sentido, contribui-se para a ampliação da conceção de História da Educação, que de modo algum é apenas uma história da escola, ou do ensino, ou da aprendizagem, ou mesmo das ideias pedagógicas ou da educação escolar. Se a educação é uma prática social que se estrutura a partir do que é veiculado pela cultura, a imprensa tem o seu lugar na educação dos homens em sociedade (Schelbauer e Araújo, 2007:6). Ao recorrer à imprensa como fonte histórico-educacional, implica ampliar horizontes para além da educação escolar. Se um jornal retrata a sociedade e se a escola faz parte dessa sociedade, é fundamental utilizar esse jornal como fonte, principalmente quando são poucas as fontes sobre o assunto. Para a realização deste estudo constatou-se no terreno uma grande ausência de fontes sobre a Educação de Infância em Bragança no período de 1934 a 1986. A imprensa e a educação não são elas que se estruturam pela pesquisa, mas que se constroem historicamente, uma vez que as suas relações são intrínsecas. Ao utilizar-se a imprensa como fonte, procura-se encontrar registos importante no tempo passado, sobre

os caminhos percorridos pela história da educação. Nóvoa (1997:30-31) valoriza muito a investigação na imprensa referindo o assunto

Na verdade, é difícil encontrar um outro corpus documental que traduza com tanta riqueza os debates, os anseios, as desilusões e as utopias que têm marcado o projecto educativo nos últimos dois séculos. Todos os actores estão presentes nos jornais e nas revistas: os alunos, os Professores, os pais, os políticos, as comunidades. As suas páginas revelam, quase sempre “a quente”, as questões essenciais que atravessaram o campo educativo numa determinada época.

No decorrer deste trabalho, pode verificar-se a importância da imprensa no campo educativo. Vêm a debate público, diversas questões essenciais no campo educativo como é a Educação de Infância e cujo interesse se expressa na vida da criança até aos seis anos de idade, em Bragança. Os estudos, que utilizam a imprensa como referência para a compreensão da realidade, têm-se desenvolvido muito nos meios académicos, nomeadamente nas áreas da história da educação. A conjugação da informação Jornalística com a metodologia histórica tem-se mostrado produtiva para ambas as áreas. A imprensa tanto ganhou na forma de tratar as informações como no enriquecimento da sua própria história. Também a história, propriamente dita, encontrou um novo manancial de dados, a partir do qual, pode ampliar o seu ângulo de visão e promover interpretações mais abrangentes que consigam reproduzir, de forma mais eficiente, a dinâmica social. No campo educacional têm surgido importantes trabalhos que tomam como objeto de estudo a imprensa educacional, dando um grande contributo, tanto em termos de percepção da realidade, como de demonstração metodológica de novas formas de se compreender a educação, pela utilização de outras fontes de informação. Destaco como fundamentais, para o conhecimento histórico e para a investigação sobre a realidade portuguesa, os trabalhos de António Nova: “Imprensa Pedagógica”, os “Educadores Portugueses”, os “Liceus de Portugal” e Áurea Adão “A Educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo” (1945-1969).

Concorda-se que “A imprensa periódica, particularmente no que respeita à educação, revela-se um espelho da realidade, nas suas diversas facetas e muito especificamente da relação entre o Estado e a Sociedade (Adão 2012:5).

3.3.1. A imprensa periódica local

A Imprensa representou para a cidade de Bragança como que um “adubamento” de mentalidades, suscitando o aparecimento de grupos orientados para a defesa do progresso social da região, com o incremento da instrução e da cultura. Mas foi, também, um instrumento de divulgação de ideias e de controlo das massas. Ideias estas de difusão de defesa de um sistema político, de doutrinação pelo poder religioso e de oposição quando não era censurada. A imprensa em Bragança, no período do presente estudo, está longe do fulgor que teve desde meados do século XIX até ao ano de 1926. De tão intenso e rico período destacam-se alguns periódicos como *O baixo Clero*, crítico da hierarquia religiosa (1899-1902), o progressista *Nordeste* (1888-1910), o regenerador *Gazeta de Bragança* (1892-1910), o *Pharol Transmontano* (1845-1847) defensor dos interesses locais, os republicanos *O Concelho de Bragança* (1911) e *Pátria Nova* (1908-1915) entre muitos outros. Com o aparecimento do Estado Novo a imprensa regional passa a ter sérias dificuldades.

A censura afetou profundamente o consumo de bens de cultura o que levou ao encerramento da maioria dos jornais. Logo no ano de 1934 surgiu o jornal *Terras de Bragança* que, por dificuldades diversas, encerrou em 1940. A partir desta data até 1955 apenas conseguiu subsistir o jornal *Mensageiro de Bragança* (1940 até aos dias de hoje). Trata-se de um jornal da Diocese que se tem publicado ininterruptamente desde o seu aparecimento até 2013. No ano de 1955 aparece o Boletim dos *Amigos de Bragança* que teve um percurso modelar na defesa da região e que, após várias interrupções, reaparece no ano de 1984 e, a partir daí, publicou mais algumas edições. Com a instauração da democracia após o 25 de abril de 1974 apareceram novas publicações de órgãos de informação. Alguns apareceram e funcionaram apenas algum tempo como os casos de *O Cardo jornal do Nordeste* (1982), *Novo Rumo*, *jornal Énié* (1975) e revista *Loa*. Outros continuaram como são o exemplo dos Jornais *A Voz do Nordeste*, *O Informativo*, o *jornal Nordeste*. No início do Estado Novo, mais precisamente no ano de 1934 foi criado em Bragança o jornal quinzenário *Terras de Bragança* e encerrou em 1940. Encerrou este jornal precisamente no ano em que se fundou e foi publicado o jornal *Mensageiro de Bragança*, então criado pelo Bispo D. Abílio Vaz das Neves. Em 1981 surge a revista *Brigantia* que granjeou prestígio, não só pela qualidade dos conteúdos, mas também pela sua pendularidade ao longo dos anos.

A imprensa local cresceu e estruturou-se durante o último quarto de século e tem sido um fator importante de formação qualitativa da opinião pública, no que respeita aos problemas locais e regionais e até nacionais e que, por sua vez, sempre contribuiu para a crescente qualificação das estruturas de decisão, tanto no setor público como no privado. É certo que as estruturas de decisão têm presente a opinião pública, muitas vezes transmitida em tempo real pela comunicação social, razão pela qual os jornalistas devem obrigar-se a princípios de qualidade, confiança e de formação, no sentido do respeito pelos destinatários, os cidadãos, para que estes possam interpretar os acontecimentos, proporcionando-lhe diferentes pontos de vista, contribuindo, assim, para a valorização da cidadania das instituições e da democracia.

Durante o período do Estado Novo a imprensa foi importante não só para divulgar os ideais e programas de ação governamental do Estado e da Igreja mas também para a formação das pessoas, veiculando ideias e representações relativas à Educação por meio de comentários, exposições e estudos e, muitas vezes, artigos com pseudónimos para iludir a censura. “Durante o Estado Novo, a imprensa, nacional e regional, revestia uma importância significativa na (in)formação dos diferentes tipos de leitores, não só nos centros urbanos como também nas outras regiões da chamada província” (Adão, 2012:11). Por isso, considera-se importante recolher e trabalhar os artigos da imprensa, não só nacional, mas também a local e regional, para melhor se compreenderem as fases de evolução da Educação, podendo, ao mesmo tempo, sugerir pistas para novos trabalhos e novas reflexões.

3.3.1.1. O jornal Mensageiro de Bragança

Destaca-se o jornal *Mensageiro de Bragança* (JMB) por ser a principal fonte de dados que se recolheram no âmbito deste estudo. O seu primeiro diretor foi o Cónego Manuel Nunes Formigão e o primeiro administrador o Cónego Manuel Joaquim Cardoso. Trata-se de um jornal da diocese de Bragança e Miranda, para dar resposta ao vazio deixado pela extinção do *Boletim Diocesano* dois anos antes de 1940. Intitula-se como um jornal “Católico e patriótico. Formativo e informativo, diocesano e regionalista”. Inicialmente começou como quinzenário, passando em 1947 para decenário, tendo no horizonte a passagem a semanário, o que acabou por acontecer em 1950, ano em que o jornal se torna propriedade oficial da Diocese de Bragança-

Miranda. Dizia-se ser um jornal Católico, apartidário cujo objetivo era esclarecer os leitores: “Um jornal Católico, como é o nosso, não tem partido político, porque está fora e acima da política. A sua missão é esclarecer os leitores (...), a sua missão é defender a Igreja e pregar a sua doutrina; o jornal, como o clero católico, está obrigado a instruir o povo” (“*Pela Igreja e pela Pátria*”, JMB, 20/1/1949:1).

Ao tomar-se o jornal *Mensageiro de Bragança* como principal fonte histórico-educacional do estudo, implicou um ampliar dos horizontes para lá da educação escolar. Contudo, devido ao facto do jornal só ter começado no ano de 1940, ressalva-se que só não foi fonte deste estudo nos primeiros seis anos, ou seja, no período que vai de 1934 a 1940. No restante período, em Bragança, não se encontrou outro corpo documental que traduzisse com tanta riqueza os debates, os anseios, as desilusões e as utopias sobre a Educação de Infância. Nele se encontrou presentes, todos os atores: o discurso oficial do Estado através das diversas publicações e referências a legislação e ideias do Estado, acontecimentos sobre a vida das crianças e das suas famílias, as diversas posições sobre o tema Educação de Infância das diversas instituições, os Professores, os pais, os políticos, a comunidade. Neste jornal acharam-se as questões essenciais que marcam o dia-a-dia e o pensamento sobre a temática no período de 1940 a 1986. Outro conhecimento encontrado prendeu-se com o facto de que na maior parte deste período, especialmente até 1950, o tema dos Jardins-de-infância não fazia parte do debate pedagógico e as referências a ele eram muito escassas. Pode-se dizer que este jornal aborda e trata todas as questões relacionadas com Bragança, mas, evidentemente que se salientam todas as relacionadas com a Educação em geral e sobre a Educação de Infância em particular. Trata-se, portanto, de um terreno fértil no campo histórico-educacional. Revela-se como um jornal de enorme crença na instrução e na educação, conscientes da sua importância para o país. Pensa-se que, em muitas situações e períodos da sua história, este jornal foi responsável por interferir maciçamente nos assuntos educacionais, elegendo a educação e escolarização como uma das suas bandeiras de luta. Procurava explicar o atraso do ensino como reflexo da situação do país e, outras vezes, via-o como a sua consequência. Os autores dos artigos sobre Educação eram sobretudo Professores, padres e outros intelectuais, conhecidos publicamente por apoiantes, e até por opositores ao Regime. Encontrou-se os que se

responsabilizavam publicamente, assinando os seus artigos, outros que o faziam, utilizando pseudónimos, mas eram muitos os trabalhos não assinados.

Em muitos períodos de tempo, o jornal *Mensageiro de Bragança* exerceu uma forte influência nas instituições, quer através da sua divulgação, quer através do incentivo na sua abertura ou continuidade.

O primeiro artigo deste jornal apresentado na 1ª página expunha como título *Alea jacta est....* Tratava-se de um título sugestivo a dizer que os dados estavam lançados e agora era deixar seguir o seu caminho naqueles tempos de incertezas. Seria o primeiro de muitos artigos, mas este teve a particularidade de lançar o jornal no percurso de existência que ainda prossegue hoje. Este artigo aborda a situação em que se vivia e o período de guerra na europa “A europa e a Ásia ardem em fogueira imensa, o mundo estremece até aos alicerces presa de sobressaltos e inquietações, e o futuro antolha-se a todos, povos e governos, como um terrível ponto de interrogação”. Aborda a situação do país, ao dizer que, apesar de gozar de paz, sentia-se os efeitos do flagelo da nova grande guerra, ao constatar a enorme subida de preços já verificada. Por isso, questiona, como surge o jornal nestas condições

Sendo isto assim, a que vem agora a publicação dum novo jornal em Bragança? Não será tal iniciativa uma temeridade evidente, mais ainda, um verdadeiro acto de loucura? Talvez. Mas diz a sabedoria popular que “quem não se arriscou não perdeu nem ganhou” e também “que dos fracos não reza a História (*“Alea jacta est...”* JMB, de 01/01/1940:1).

Como o próprio nome indica, este jornal, tinha como objetivos ser o *Mensageiro de Bragança* para todo o distrito, e tinha como preocupação informar sobre a atualidade regional e, ao mesmo tempo, passar uma mensagem de valores cristãos. Sendo um jornal de cariz cristão, a abertura à sociedade fez e faz parte da sua missão bem como manter a imparcialidade que o Jornalismo requer, o que nem sempre conseguiu. Teve sempre como objetivos manter uma linha editorial positiva de forma a “estimular o desenvolvimento da região, o cultivo de valores humanos e cristãos, ao invés de explorar o lado miserabilista da região, sendo a sinceridade, honestidade e a veracidade referências fundamentais da linha editorial do *Mensageiro de Bragança*” (Pereira, 2004:77). No 1º artigo encontram-se as seguintes palavras:

Ele irá levar a todos os recantos do distrito a voz do Pastor das almas, transmitido pelas suas pastorais, pelas suas exortações, pelos seus conselhos e pelos seus decretos (...). Ele defenderá os direitos e a justa liberdade da pessoa humana contra as grandes heresias da actualidade – o bolchevismo ateu e materialista e o racionalismo exagerado. Ao mesmo tempo, dará conta dos principais acontecimentos nacionais e estrangeiros, e fornecer-lhe-à leitura sã, variada e recreativa. Procurará ser, tanto quanto possível, um periódico moderno, que satisfaça as justas e legítimas exigências de todos. Terá essencialmente um carácter regionalista (....). Alea jacta est....(*“Alea jacta est...”* JMB, 01/01/1940:1).

Ainda na 1ª página do primeiro número deste jornal traz outro artigo intitulado *Uma poderosa arma*. Destaco também este artigo, porque ao apresentar este título, em tempos de guerra, pensa-se logo que o conteúdo tratado será sobre o momento da guerra que se vivia. Mas, contrariamente, o conteúdo tratado é a imprensa e a força que representa numa sociedade. Trata-se do jornal do Nordeste Transmontano que atualmente conta com mais anos de história. Na década de 50, ficou conhecido pela elevada qualidade literária e pelas polémicas em que se envolvia a nível regional. No período pré 25 de abril, foi conotado como "jornal vermelho" devido à abertura aos novos ideais de abril, e manteve-se como espaço de debate político e difusão das inquietações revolucionárias. A partir de 1980 o jornal adquire dimensão empresarial, adquirindo novas instalações, novos equipamentos e alarga o quadro de funcionários.

O JMB afirmou-se como o órgão mais representativo da imprensa regional escrita, sendo um jornal pluralista no qual se destacam as potencialidades e a cultura de Bragança e região nordestina, ao ajudar a construir o presente e o futuro no respeito pela tradição e pelos cidadãos. Num artigo de 1949 a imprensa foi considerada fundamental para esclarecer as populações:

A imprensa como alavanca e timoneira da civilização moderna, é, antes de tudo, uma escola de civismo. Por isso impõe-se, a quem escreve para o público, joeirar escrupulosamente todas as informações e aproveitar apenas as verdadeiras, para não induzir em erro aqueles que nos lêem (*“A Estrada das Arcas”*, JMB, 1/5/1949:1).

Jornal católico e defensor da região são referências que se encontram repetidas várias vezes nas suas páginas nestes anos da sua existência: “A missão de arauto e defensor da doutrina católica e dos interesses da região”. Sempre defensor da Igreja Católica tinha a liberdade e a ciência como seus opositores. Em 1950, num artigo a comemorar os dez

anos da existência do jornal, defende os ideais da Igreja e sustenta a influência que um jornal desempenha na vida das pessoas:

Para saber qual o meio mais eficaz a empregar para aniquilar definitivamente o Reino de Deus: fechar os templos e matar os templos, adulterar o Evangelho e espalhar heresias perigosas, opor a ciência à fé, embriagar os homens com a liberdade, corromper a todos, levar a humanidade ao pecado (...). Fundar um periódico, editar um diário, é alcançar o êxito completo; tudo é vítima da imprensa; o homem pensa e vive segundo o jornal que lê (*“Dez anos de vida”*, JMB, 1/1/1950:1).

Durante o período da sua existência e até 1986, o JMB teve vários diretores que se apresentam a seguir: Manuel Nunes Formigão, (1940-1946); Artur Fernando Reino, (1946-1950 e 1954-1958); Baltasar Pires, (1950-1954); Francisco Videira Pires, (1958-1962); Francisco da Silva João, (1962-1964); José Baptista Ferreira, (1964-1967); Manuel Adelino Ramos, (1967-1969); Manuel dos Anjos Lopes Sampaio, (1971-1974); Ângelo Olímpio Melenas, (1974-1979); Em 1979 pela 1ª vez é nomeado diretor uma pessoa que não é padre nem ligado à Igreja. Trata-se do Jornalista Inocêncio Augusto Pereira que foi diretor de março a junho de 1979; Belarmino Afonso, de julho de 1979 a abril de 1980 e Abílio Augusto Miguel de 1980 e nos anos seguintes até 2003.

Dos colaboradores mais antigos deste jornal destacam-se: Abade de Baçal, Padre Firmino Martins, Bispo Abílio Vaz das Neves, Padre Miranda Lopes, Beatriz Arnut, Maria do Carmo, Padre José de Castro, Ferreira de Deusdado, António Mourinho, Luís Chaves, Amorim Girão, Padre Manuel Teixeira, António José Teixeira, João Vilares, Águedo de Oliveira, Maria de Lurdes Bártolo, Fernando Subtil.

O jornal *Mensageiro de Bragança* apresenta e apresentava sempre nas suas páginas notícias do mundo e do país sobre os mais diversos assuntos:

Não alimentamos a utópica pretensão de agradar a todos. Temos leitores de mentalidade tão diferente” Desde o humilde e iletrado aldeão à alta figura da Igreja, da Ciência e da Política, desde o bragançano que não saiu da sua terra até aquele que imigrou para o Brasil para o Ultramar ou para a Argentina, que gostos tão diferentes e até opostos! E por cima da paixão ou da visão unilateral dum assinante, a Direcção tem que ver a heterogeneidade dos seus leitores e os seus diversos interesses ou necessidades espirituais (*“Ao entrar nos 14 anos”*, JMB, 2/1/1953:1).

Isto, só por si, já é revelador da importância e influência que o jornal mensageiro de Bragança teve e continua a ter na sociedade bragançana e nordestina.

3.3.1.2. A revista Os Nossos Filhos

A revista “*Os nossos filhos*” foi uma revista que desempenhou, em Bragança, um importante papel no que diz respeito à informação e formação das mentalidades das pessoas sobre a Educação de Infância, razão pela qual é destacada neste trabalho. Totalmente dedicada à educação das crianças foi publicada em Portugal, de 1 de junho de 1942 a dezembro de 1964. Teve periodicidade mensal até dezembro de 1959. A partir desta data e até 1964 teve periodicidade anual. Além de chegar a algumas famílias bragançanas de forma direta, chegava a muitos lares através do jornal *Mensageiro de Bragança*. Este jornal recebia-a e fazia sempre uma apresentação dos seus conteúdos. “Temos em nosso poder o número de Maio que denuncia um progresso constante nesta revista que em tão pouco tempo conseguiu lugar de honra no nosso meio literário. Da valiosa colaboração destaca-se: “Jardins Infantis; “A criança e a vida” (Pimparel, “*Revista Os nossos filhos*”, JMB; 15/7/1943:2), “Tudo é interessante e valioso no presente número (...) muito oportuno e suficientemente elucidativo (...). Além das secções habituais sobre educação, literatura, enfermagem, puericultura, moda infantil (...). A Creche da Empresa Fabril do Norte” (“*Revista os Nossos Filhos*”, JMB, 1/11/1943:2),

Damos o sumário do número de Janeiro desta excelente revista: A meus Filhos, poesia por Henrique Lopes de Mendonça - Coração de oiro conto de Ludovina Frias de Matos - Criar e educar, pelo Prof. Dr Ferreira de Mira - Os 10 Mandamentos do Educador, por José Francisco Rodrigues - Os Filhos acima de tudo, por Sara Pinto Coelho – Os erros dos nossos avós, pelo Dr., J. Risa Paixão - A Puberdade, da Liga de Profilaxia, Social - No limiar da Adolescência - A Criança, de Maria Montessori- A Semana da Mãe - Um dos nossos maiores, por Emília de Sousa Costa - Carta da América - A acção moral e educativa no seio da Família, conferência do Dr. Ferreira Deusdado - Um caso triste - As crianças e os espectáculos - A alimentação do Bebê, pela Dra. Branca Rumina - Pequenas coisas - A Culinária e a Educação das Raparigas, por Adriana Rodrigues - O invento do Felisberto, conto infantil de Campos de Figueiredo Crítica literária, Conselhos, Receitas práticas e de culinária. Jogos e passatempos, etc. - Bordados,

rendas, malhas, Figurinos para os Filhos e para as Mães, etc. (“*Revista Os nossos filhos*”, JMB; 20/2/1945:2).

A revista influenciou de forma direta os leitores que a liam e de forma indireta os leitores que liam o jornal *Mensageiro de Bragança*, onde era referenciada. Era uma revista especialmente dedicada aos cuidados e educação das crianças, destinada sobretudo às mães e Educadores. Esta revista teve uma forte responsabilidade na divulgação das ideias pedagógicas em Bragança sobre a Educação de Infância. As reflexões apresentadas na revista eram, muitas vezes, tratadas em artigos de opinião no jornal *Mensageiro de Bragança* sobre a importância dos Jardins-de-infância, os pedagogos e as suas ideias. Portanto, foi também através desta Revista que os ideais pedagógicos sobre a Educação de Infância chegaram e influenciaram a sociedade de bragançana.

3.4. A importância das instituições no campo da historiografia educativa

As instituições educativas existem e são criadas num tempo e num espaço, construídas por elementos desse tempo e desse espaço, para dar respostas às necessidades dessas mesmas sociedades. Por isso, existem diferentes instituições educativas de cariz diferente, conforme as necessidades mais sentidas pelas famílias: o de carácter mais assistencialista ou mais educativo. De todas as formas, para se entender o campo da investigação escolar, tem de se entrar obrigatoriamente dentro das instituições. A historiografia das instituições escolares não é uma área nova de estudos na história da educação, o que é novo são os estudos sobre essas instituições educativas (Magalhães, 2004). Ao enveredar pela focalização nas instituições educativas de Educação de Infância em Bragança, procura-se, através dos seus atores e do sentido das suas ações, a relação entre as suas estruturas, de forma a se recuperarem informações e fontes sobre o seu quotidiano, práticas e representações para que se possa reconstruir a sua história:

A história de uma instituição educativa constrói-se entre a materialidade, a representação e a apropriação. As instituições educativas e por consequência a sua história constituem a representação discursiva, memorística e antropológica das mais complexas dialéticas educacionais (Magalhães, 2004:64).

As instituições educativas que se criaram em Bragança foram construídas a partir das histórias dos homens e das mulheres da sociedade emergente na época, num processo através do qual eles produzem socialmente as suas vidas e os seus projetos de ordem ideativa. Encontraram-se instituições de iniciativa de ordens religiosas, da Irmandade da Misericórdia, do poder autárquico e do Estado. Mas em todas elas, estão por trás pessoas de Bragança a incentivar a sua criação. Precisamente as pessoas que mais poderiam beneficiar delas juntamente com todas as famílias da localidade.

No início do período deste estudo, encerrou a única instituição educativa de Bragança para crianças antes da escola Primária. Existiam algumas instituições de carácter assistencial para as crianças destas idades, mas apenas de carácter pontual, e em nenhum caso se tratava de instituições com frequência de espaço de apoio por períodos do dia. Nenhuma delas era de carácter educativo como um Jardim-de-infância. Depois de 1934, só no ano de 1956 é que a cidade de Bragança teve novamente uma instituição educativa de Educação de Infância. Importa aqui fazer referência a uma das questões do estudo que é averiguar porque é que após ter sido decretado, em 1937, a extinção do Ensino Infantil em Portugal, mas não o Ensino Infantil da rede privada, não se criou nenhuma instituição com Ensino Infantil em Bragança até 1956.

Penso que isto estará ligado à forte pressão e doutrinação que o Estado desenvolveu no sentido de convencer as famílias, não só de Bragança, mas de todo o país, de que o lugar das crianças antes da entrada na escola Primária é em casa com a família e em especial com a mãe. A missão principal da educação das crianças desta idade era da responsabilidade das mães. Esta doutrina, praticada num regime ditatorial e segregador, é muito forte e tem uma grande capacidade de persuasão, em especial num meio pequeno que dependia muito do investimento e apoio público. Mas em 1956 abriu-se um Jardim-de-infância de uma instituição religiosa, situação esta que ainda se esclarecerá no decorrer deste estudo.

Neste longo período de ausência de Ensino Infantil as crianças de Bragança, antes de entrarem para a Escola Primária, passavam estes importantíssimos anos nas famílias e nas ruas. Não tinham o processo normal de vida da triangulação casa/escola/rua. Embora se faça referência a diversas instituições assistências e educativas de outros níveis de ensino que existiram em Bragança no período em estudo, dedica-se especial atenção e de uma forma mais aprofundada àquelas – sete ao todo - que tiveram

Educação Pré-escolar. Destas, apenas uma é uma instituição da rede oficial – Jardim-de-infância n.º.1 de Bragança. As restantes seis são todas pertencentes à rede privada: Escola Infantil Nossa Senhora das Graças - também designada por Jardim-Escola Santa Clara; Jardim-de-infância do Instituto das Obras Sociais; Jardim-de-infância do Centro de Educação Especial; Jardim-de-infância do Hospital; Jardim-de-infância do Sagrado Coração de Jesus e o Jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia de Bragança. Como eram, na sua grande maioria, privadas, pensa-se ser importante averiguar se todas tiveram liberdade e autonomia pedagógica para exercerem a sua atividade. É sabido que a constituição de 1933 veio estabelecer o princípio da liberdade de criação de estabelecimentos de ensino particulares, verificando-se, a partir daqui, algum dinamismo na criação de colégios católicos. Sabe-se que tinha sido condicionada a sua criação desde a Reforma da Instrução Primária de 1911. Apesar de alguma liberdade de ensino, o Estado queria controlar o que se ensinava. Diversos diplomas vieram, posteriormente impor algumas limitações ao exercício daquele direito. Destacam-se alguns exemplos como o *Decreto-Lei n.º. 22482 de 18/7/1933* que impunha no ensino privado o respeito pela “exatidão das doutrinas e a verdade nacional que convém à nação”, o *Decreto-Lei n.º. 23447 de 5/1/1934* que proibia o ensino de “doutrinas contrárias” ou o *Decreto-Lei 37545 de 8/9/1949* que definia os estatuto do ensino privado e determinava no seu *art. 22.1* que os colégios particulares seriam “orientados pelos princípios da doutrina e moral cristã tradicionais do país”. Apesar de alguma resistência de setores ligados ao ensino privado, à Igreja e às ordens religiosas, o Estado Novo impôs a sua doutrina programática e doutrinária a todo o ensino, incluindo o do ensino particular. Em Bragança são disso exemplo os dois colégios de ensino particular femininos e masculinos que existiam, o Colégio do Sagrado Coração de Jesus e Colégio do São João de Brito, respetivamente, ambos com Ensino Primário e Secundário. No caso de Bragança, não se tem conhecimento, durante o período em estudo, de alguma instituição privada existente que não tivesse estado alguma vez em sintonia com as orientações da política educativa do Estado e tivesse constituído lugar de resistência à pedagogia dominante.

3.4.1. As instituições de caráter assistencialista

O problema da assistência a crianças, antes da entrada na escola Primária, em Bragança, no período em estudo, passou por diversas fases. Pode dizer-se que até 1950 houve um desinvestimento estatal, quer na criação de novas instituições, quer no apoio às existentes. Em Bragança, a Igreja estava diretamente ou indiretamente por trás da criação e funcionamento de todas as instituições de assistência existentes e desempenhava este papel em todas as suas dimensões. A partir de 1950, começou a verificar-se uma evolução lenta da melhoria das condições assistenciais. Logo a seguir a 1962 os serviços assistenciais receberam uma nova dinâmica com a criação da Caixa de Previdência, o que proporcionou melhores condições assistenciais. Com a passagem do tempo as condições foram melhorando continuamente e de uma forma acelerada no pós 25 de abril de 1974.

Na década de 30 todas as vilas do concelho possuíam Hospital concelhio. Similarmente, as Casas do Povo prestaram os seus serviços a nível assistencial. De interesse histórico é a referência feita ao antigo Hospital Militar. Depois de 1934, e até à década de cinquenta, funcionaram em Bragança apenas instituições de assistência à infância como veremos.

Resolver o problema da assistência foi sempre uma preocupação na cidade de Bragança em todas as épocas. Sempre se procuraram soluções dentro das possibilidades para resolver os problemas básicos dos cidadãos, como a fome, a miséria e os cuidados de saúde para os mais necessitados. Apresenta-se a seguir um texto que é o reflexo de como era a assistência que se praticava em Bragança no início da década de 40:

Desde longa data que o problema da assistência local necessita de uma solução tanto quanto possível eficiente. Nos últimos anos tal necessidade tem-se acentuado bastante pois as medidas que em tempos se tomaram, não foram, como logo se previra, mais do que soluções momentâneas e deficitárias. E aprovar esta nossa afirmação. Temos os factos. Resolver o problema da assistência local não é fácil, mas também nem muito difícil. Depende a sua solução de um estudo consciente, inteligente e prático, abrangendo as possibilidades de vária ordem, enfrentando as dificuldades crónicas, mas curáveis, e sobretudo procurando, com a ausência completa de preconceitos ou comodismos, os meios indispensáveis para a solução do importantíssimo problema. Há quem chame ao problema da assistência local, o problema máximo da nossa Terra. E com efeito assim é. Ao nosso conhecimento têm chegado factos, de observação direta, uns, e indirecta outros, que confrangem e tocam – por momentos – os corações mais

endurecidos. Presentemente possui Bragança, alguns estabelecimentos de assistência, cujo número basta para a solução do problema. E, porém, incompreensível como, numa localidade que tem, entre outras obras de assistência, dois patronatos (Masculino e feminino) um Asilo (Feminino), um Hospital da Misericórdia, uma Associação protectora dos pobres, três Conferências de S. Vicente de Paulo, um Albergue Distrital, etc, se não conseguiu, ainda, resolver o problema dos problemas citadinos (*“Ação católica em Marcha”*, JMB, 15/10/1942:2).

A questão que se levantava na altura era porque não se conseguia resolver o problema da assistência com as instituições que havia, através da alimentação que proporcionavam como a “sopa dos pobres”, o vestuário e alimentação que davam numa localidade com 6500 habitantes e um concelho com 34.500:

Com tantas e tão boas instituições, “se não é defeituosa a orientação e administração dessas instituições”, onde está então a dificuldade do problema? Falta de dinheiro, ausência de boas vontades e competentes vontades, em quantidades necessárias? De tudo um pouco, mas quanto a nós a falta é principalmente outra. Reside mais na necessidade de elaboração de um plano, baseado na legislação vigente, fruto de estudo consciente, inteligente e prático. A Assistência dispersa, particular ou oficial, sem unidade de direção e orientação, sem o objectivo duplo de fornecer o pão do espírito e o pão do corpo, aos necessitados de qualquer deles ou de ambos – descarrilada dos seus princípios da caridade cristã que nos faz sentir o mal que o nosso semelhante, sofre – não pode ser uma assistência completa e duradoura. Não são as comissões dispersas os meios para resolver o problema da assistência local, mas sim a realidade palpável duma obra bem alicerçada, onde a benemerência e a caridade cristãs permanentes, substituam a filantropia ocasional, evitada de vaidade e de egoísmo. Um só desejo é o nosso e o de todos aqueles que aspiram a ver este problema solucionado por amor de Deus e dos homens para prestígio da nossa terra, consideração, respeito e carinho pelos necessitados. Mas isso torna-se necessário reunir a caridade particular e o auxílio oficial com o rendimento dos bens próprios, e desta reunião, chave do problema nascerá uma solução completa, duradoura e digna de todos nós, e não uma solução transitória para agradar momentaneamente, e eis o que todos pretendemos (*“Ação católica em Marcha”*, JMB, 15/10/1942:2).

Em todo este processo de assistência estavam as crianças até atingirem a idade de seis anos, filhas das famílias pobres, sem condições, desamparadas, que deambulavam pelas ruas e que “lutavam” por alguma alimentação e agasalho. As instituições só lhes davam respostas momentâneas. Restava-lhes conseguirem sobreviver até à entrada na escola Primária e terem a sorte de os pais as deixarem frequentar. Ao não haver

iniciativas ou apoios estatais, a organização da sociedade civil sentia dificuldades em se conseguir organizar através das iniciativas particulares, bem como as ordens religiosas e do poder crescente da Igreja. O apoio à infância e às crianças antes da entrada na escola Primária passava apenas por amparo assistencial, o que não era suficiente. As recomendações estatais emanavam, que o lugar das crianças era na família, aos cuidados das mães até à sua entrada na escola Primária. Para contextualizar apresenta-se uma transcrição de uma entrevista dada pelo presidente do Conselho de Ministros – Dr. Oliveira Salazar, ao jornal *A verdade* e reproduzida na íntegra no jornal *Terras de Bragança* no ano de 1935 que retrata muito bem o pensamento e as ideias do governo do Estado Novo sobre a importância da família e a desvalorização de se “internarem” as crianças em creches e asilos:

Robustecer moral e materialmente a família, para que ela possa, no seu seio, cumprir o dever sagrado da assistência. A nossa doutrina conduz a uma família sadia, moral e fisicamente; uma família que seja a fonte dos sentimentos mais nobres do indivíduo, que alimente os laços da mais viva solidariedade, do amor e da amizade. Uma família, enfim, que seja unida e solidária, na vida e na morte, nas alegrias e sofrimentos. Toda a assistência deve ser prestada pela família, no próprio lar, salvo os casos específicos, como operações cirúrgicas, necessidades de grandes e indispensáveis hospitalizações, etc. Nesse caso é necessário habilitar a família, economicamente; para isso tendemos: a nossa doutrina não florirá enquanto esse objetivo não fôr atingido! Os pais mandam os filhos para as creches e asilos; os filhos internam os pais, e os irmãos dividem-se por sanatórios e “casas de sanidade. E tudo isso sabe porquê? Porque a humanidade, acobardada, teme o espetáculo da dor! E procura afastá-lo dos olhos por todos os meios, como se a vida não fosse, também, sofrimento e não nos impusesse o dever de acarinhar, pessoalmente, os que sofrem! Mandam-se os doentes sistematicamente, para os hospitais para se poder continuar a ir à noite, ao cinema! Isso é comunismo puro, porque atenta, direta e gravemente, contra os alicerces morais da família, provocando a sua dissolução. Calcule o senhor! Ainda há dias, numa revista do Estado, se defendia o aborto” E explicava-se pormenorizadamente, como ele se devia fazer, remetendo-se as mulheres para casas de saúde, médicos, etc. Igualava-se a mulher, na sua função mais nobre, àqueles animais que para ali estão, como se fosse a sua função na vida fosse dar-nos filhos e abandoná-los logo a seguir, como irracionais! A assistência deve ter, pois, origem e fim no seio da família, salvo nos casos de manifesta impossibilidade. Para isso, o Estado cuidará de habilitar a família, moral e economicamente, a cumprir essa sua missão fundamental. O resto é caminhar, às cegas, para o comunismo – com as mais nobres e louváveis intenções de se estar fazendo bem. (“*Salazar responde*”, jornal *Terras de Bragança*, 1935:4).

O pensamento de Salazar, sobre o problema da assistência, está bem explícita neste artigo de jornal. Quando esta mensagem, vinda do chefe de estado, chegou a Bragança, terá influenciado o pensamento de muitos e conduziu ao desinvestimento em instituições, quer de origem estatal, quer de origem privada de apoio assistencial. O mesmo se passou em todo o país. Não havia investimento público na construção de instituições assistenciais para crianças até a entrada na escola Primária. Valorizava-se sim a assistência à família e dada pela família. A criar instituições assistenciais, a principal função destas seria apoiar diretamente as famílias. Instituição com iniciativas que apoiassem a família, quer na sua formação, quer na distribuição de bens alimentares e de vestuário. Este papel podia e era desempenhado pela Igreja. Este facto veio desvalorizar a abertura de instituições assistenciais de creches e Jardins-de-infância e dar pouco apoio estatal às existentes. As pessoas mais dependentes, como as crianças e as pessoas idosas, deviam estar com a família em casa. Esta entrevista, dada por Oliveira Salazar em 1935 veio refletir-se na criação da Obra das Mães pela Educação Nacional em 1936 (*Decreto-Lei 26893 -15/08/1936*) e pelo encerramento de todos os Jardins-de-infância públicos em 1937 (*Decreto-Lei 28081 -09/10/1937*).

Em Bragança, uma forma considerável válida para dar assistência às crianças até aos seis anos era dar o máximo de apoio à mãe para ela ser a primeira no trabalho direto com as crianças. Estava em causa a melhoria das condições de vida destas crianças e a redução da mortalidade infantil que era elevada (*“Assistência à mãe e à criança em Portugal”*, JMB, 20/8/1947:1). No ano de 1945, por exemplo, a percentagem da mortalidade infantil em crianças até um ano de idade, na cidade de Bragança, foi de 12,9%, quando a média nacional era de 11,1% (INE, 1945). Havia, por isso, muito a trabalhar neste campo.

3.4.1.1. As instituições de assistência existentes em Bragança

As instituições de assistência sedeadas em Bragança, no período objeto deste estudo, tinham os seus objetivos bem definidos, abrangendo todas as classes e idades mais desfavorecidas. A assistência à infância, praticada em Bragança, no período em referência, funcionou de maneira semelhante às instituições criadas nesse período em Portugal, não havendo, por isso, qualquer uma que fosse específica a Bragança. Numa primeira fase eram mantidas, quase sempre, por organizações religiosas e orientadas por

ideais de caridade. Numa segunda fase eram também mantidas por organizações religiosas mas, além da orientação religiosa, tinham também um forte apoio do Estado. Nos primeiros anos do Estado Novo verificou-se o surgimento de algumas instituições de assistência e apoio à família: a Câmara Municipal construiu e doou à Santa Casa da Misericórdia, o Lactário construído na Rua Alexandre Herculano e que ainda hoje existe o edifício, “devido aos esforços do Ilustre Governador Civil. Com o material comprado pelo Provedor da Santa Casa do Sr. Dr. Manuel Torres fica sendo um dos melhores do país (*“Lactário”*, jornal *Traz-os-Montes*, nº. 156, de 16/04/1931:3). A Santa Casa da Misericórdia de Bragança prestava, assim, apoio através do Lactário que fornecia alimentos, em especial leite e vestuário aos bebés. Anos mais tarde, em 1935, inaugurou-se no Lactário da Misericórdia o posto de proteção à Infância que prestava cuidados médicos às crianças e encaminhava as situações mais preocupantes (*“Bragança – Conferências Pedagógicas”*, jornal *Traz-os-Montes*, nº. 256, de 16/06/1935:3). Existia também a Obra de Santa Joana que distribuía refeições às crianças necessitadas (*“Bragança – Beneficência”*, jornal *Traz-os-Montes*, nº. 246, de 16/01/1935:3), recomendado para tratar as crianças sem distinção de classes nos cuidados médicos (AHCMB, *Lv. 33*, 1935:39). Defendia-se, em Bragança, como se pode verificar na consulta das atas da Câmara Municipal, que todas as instituições educativas e assistenciais de utilidade pública, tinham de cumprir a missão de beneficência às necessidade das crianças: “As casas de beneficência e de utilidade pública para aquele efeito são: todas as escolas, Asilo Duque de Bragança, Lactário, Dispensário, Sopa dos Pobres e Santa Casa da Misericórdia de Bragança” (AHCMB, *Lv. 33*, 1936:106f). No ano de 1938, havia na cidade de Bragança as instituições de beneficência “Conferência de São Vicente de Paula da Sé e de Santa Maria e feminina, sopa dos pobres de Nossa Senhora de Fátima” (AHCMB, *Lv. 38* (1936:57f).

Destaca-se no ano de 1942, um artigo do jornal *Mensageiro de Bragança* com o título *“Bragança e o Problema da Assistência”* onde se aborda “o problema dos problemas citadinos” que era a Assistência às crianças, “Assistência local é o problema máximo da nossa terra”. No artigo refere-se, que em 1942, Bragança tem instituições de assistência suficientes para resolverem o problema e bem demonstrativo da situação que se vivia na época, e a preocupação e dúvidas que se levantavam, por não conseguir

resolver o problema. Defendia-se que deveria haver uma melhor organização de todas as partes, em vez de ajudas esporádicas e desorganizadas

Presentemente possui Bragança alguns estabelecimentos, cujo número basta para a solução do problema. É porém incompreensível, como numa localidade que tem entre outras obras de assistência, dois patronatos (Masculino e Feminino), um Asilo (Feminino), um Hospital da Misericórdia, uma Associação Protectora dos Pobres, três Conferências de S. Vicente de Paulo, um Albergue Distrital, etc. Devemos ainda salientar, e com toda a justiça, a valiosíssima assistência que o Governo Civil do distrito presta pelo seu Cofre de Assistência, e até pelo seu cofre Privativo... Examinando a estrutura, orientação, direção e administração de cada uma destas obras de assistência, nada temos a dizer em seu desabono: - são dignas do nosso maior respeito e dos mais rasgados elogios. Mas se assim é:- porque se não resolve o problema com tantas e boas instituições, numa região cuja população concelhia, pelo último recenseamento, não vai além de 33.5000 habitantes? Se não é defeituosa a orientação e administração dessas instituições, onde está então a dificuldade na solução do problema? Falta de dinheiro, ausência de boas e competentes vontades, em quantidades necessárias? De tudo um pouco. Mas, quanto a nós a falta é principalmente outra. Reside mais na necessidade de elaboração de um plano geral, baseado na legislação vigente, fruto de estudo consciente, inteligente e prático a que atrás referimos. A assistência dispersa, particular ou oficial, sem unidade de direção e orientação, sem o objectivo duplo de fornecer o pão do espírito e o pão do corpo, aos necessitados de qualquer deles ou de ambos (*Anónimo, "Bragança e o problema da assistência", JMB, 15/10/1942:4*).

Funcionavam ainda a Associação de Socorros Mútuos, fundada em 1870, e o Patronato masculino, também denominado Casa de trabalho Dr. Oliveira Salazar que foi fundado em 1940. O outro patronato feminino tratava-se do Lar de São Francisco fundado em 1974. Estas instituições, que também recebiam crianças antes dos seis anos de idade, uma vez que não tinham a resposta educativa de Educação de Infância, limitavam-se a recolher as crianças que se encontravam na situação de ausência de família ou abandonadas e protegê-las das intempéries, alimentando-as, vestindo-as, cuidando-as e evitando, desta forma, a morte prematura. As condições das instalações que as recebiam eram precárias e estavam mais bem preparadas para crianças a partir dos seis anos de idade, quando já eram mais autónomas.

O louvor do auxílio privado aos necessitados, em especial às crianças, sempre existiu, mas a institucionalização dessa ajuda e a sua conjugação com a intervenção do Estado assumem agora um carácter oficioso. Enquanto na 1ª República se deram os primeiros passos para o desenvolvimento de instituições de ensino educativas para

crianças até à sua entrada na escola Primária, com o advento do Estado Novo desapareceu a parte educativa e elevou-se a parte assistencial. Na parte final do regime e após o 25 de abril de 1974 as condições assistenciais para as crianças mudaram consideravelmente. O Estado e a sociedade organizaram-se e as beneficiadas foram as crianças. As instituições educativas também davam apoio assistencial na distribuição de leite para todas as crianças, bem como alimentos e vestuário.

A principal instituição de Assistência em Bragança era a Santa Casa da Misericórdia, mas, por desempenhar também um importante papel no campo da Educação de Infância, será ainda objeto de análise.

Outra das instituições importante no campo assistencial foi a Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança. Surgiu no ano de 1869 (*“Bragança e o problema da assistência”*, JMB, 1/4/1946:2) e ajudava os mais necessitados no apoio à alimentação e ao vestuário. Também se dedicou à cultura, tendo um importante salão de festas e espetáculos com cinema. Na década de 1950, construiu-se o primeiro cinema de Bragança, denominado de "Cinema Camões". No ano de 1969 um incêndio levou-o quase ao seu encerramento. Mas só veio a acontecer no ano 1971 quando ruiu o telhado e, a cidade ficou sem sala de espetáculos.

Outra instituição importante no campo assistencial aos jovens do género masculino dos seis aos dezoito anos foi o Patronato de Santo António, mais tarde designado Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar criado em 1936. Tratou-se de uma instituição de assistência social destinada a crianças do género masculino desvalidadas. Proporcionou educação e trabalho a centenas de jovens com situação familiar difícil. Os seus estatutos foram publicados em 1941 e no *art. 2.º* do seu Regulamento, estipulou-se que o rendimento e capitais que formavam o fundo da casa eram constituídos pelo produto do trabalho de menores, donativo dos protetores e subscritores, subsídios do Governo, e do Governo Civil e legados ou heranças. O seu *art. 18.º* é singularmente representativo na história de Bragança, de reordenamento espacial e temporal entre a Igreja e o Estado. O Bispo D. Abílio Vaz das Neves foi o seu principal impulsionador e responsável pela sua criação. A partir de 1962 os serviços assistências receberam uma nova dinâmica com a criação da Caixa de Previdência.

A prestação dos Serviços de Saúde toma outra orientação. Em 1983 cria-se, então, a Administração Regional de Saúde (A. R. S.) onde se fundem os Centros de Saúde a

nível de distrito, prestando os cuidados primários. Em cada concelho aparece um Centro de Saúde integrado.

Destaca-se, também, o Asilo Duque de Bragança que abriu, em Bragança, nos finais da segunda metade do séc. XIX. Funcionava num convento da ordem beneditina e era um centro para crianças órfãs do género feminino e economicamente desfavorecidas, dos seis aos dezoito anos de idade. No ano de 1940, funcionava também o Lar Feminino Nossa Senhora de Fátima com a mesma resposta assistencial. No ano de 1945 estas duas obras foram fundidas numa só e passou a designar-se Asilo Escola de São Francisco. Passou a funcionar no convento de S. Francisco, sob a responsabilidade de irmãs da Congregação Religiosa da Caridade do Sagrado Coração de Jesus e com uma direção administrativa constituída por destacadas pessoas da cidade. Tinha como objetivos, nos estatutos publicados nesse ano, Proteger em regime de internato, as pessoas inválidas do género feminino do distrito de Bragança, colaborar com as outras obras congéneres na assistência designadamente no que respeita ao fornecimento de refeições gratuitas aos pobres e necessitados e colaborar com os serviços da Assistência Social na criação e manutenção de cozinhas económicas ou outras modalidades semelhantes para as pessoas necessitadas. Poderia funcionar também uma escola de donas de casa, destinada a recolher e educar menores do género feminino do distrito (*“Estatutos de Asilo Escola de S. Francisco”*, JMB, 1/3/1946:2). No ano de 1974, após a mudança de regime em Portugal, esta instituição ficou na posse do Estado que o integrou na direção do Centro de Educação Especial, passando a chamar-se Lar de São Francisco. Em 1979, foi integrado no Centro de Regional de Segurança Social e, em 1993, no Centro Social e Paroquial do Santo Condestável.

Já depois do 25 de abril de 1974, foram fundadas outras obras importantes no campo assistencial a crianças e jovens. No ano de 1979, foi fundada em Bragança a Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual (APADI), importante no campo assistencial no acompanhamento e apoio de crianças e jovens com Necessidades Especiais. No apoio a crianças e famílias carenciadas foram criadas: em 1983, a Obra Social Padre Miguel; o Centro Social e Paroquial São Bento e São Francisco, em 1985; e o Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires e a Obra Kolping de Bragança e Miranda, no ano de 1986.

3.4.2. As instituições de carácter educacionais

Bragança possui nos arquivos, bibliotecas, museus e nos estudos já realizados, mas pouco publicitados, uma história rica em educação e ensino. A escola, durante este período, passou por grandes modificações. Foi-se democratizando, isto é, foi passando de uma escola de elites sociais e económicas para uma escola de todos os alunos. Para isso, houve necessidade de profundas alterações na sociedade e em tudo o que a ela dizia respeito. Passou por profundas transformações no parque escolar da cidade, levando a que todas as crianças tivessem a possibilidade de frequentar a escola e continuar os seus estudos. Em Bragança, houve a necessidade de harmonizar o ideal de abril com a exigência de maior qualidade, quer nas diferentes possibilidades de ensino e suas práticas, quer ainda na qualidade das aprendizagens (Fernandes 2004:123).

Nos anos a seguir ao 25 de abril de 1974, em matérias de educação tudo foi diferente em especial na Educação de Infância. Se no Estado Novo a Educação de Infância passou por fases diferentes, começando pela sua extinção total a nível oficial, pelo apoio a algumas iniciativas particulares até na sua fase final por algum apoio através da legislação da Reforma de Veiga Simão de 1973, objeto de estudo mais adiante.

Os estabelecimentos públicos e privados de ensino não abundavam na cidade de Bragança, em 1970, sendo mesmo desolador o seu número. Para além dos edifícios das escolas primárias (havia quatro escolas primárias na cidade), só havia um edifício para o ensino preparatório e dois para o secundário. Não havia nenhum Jardim-de-infância público e havia apenas 2 particulares. O ensino superior não passava de uma miragem, algo longínquo e inacessível para a esmagadora maioria da população.

Apesar disto, os estudantes representavam um peso significativo ao longo dos anos no conjunto da população. Eram importantes na animação económica do respetivo mercado local e, sobretudo, no potencial de desenvolvimento da cidade.

Bragança conheceu, desde 1933, a instalação das Inspeções de Distrito Escolar e das Delegações das Inspeções Escolares. As inspeções escolares passaram a chamar-se, após 1956, de Direções de Distrito Escolar e em 1981 de Direções Escolares. Com o desenvolvimento e expansão verificada no ensino após o 25 de abril de 1974, funcionaram em Bragança vários serviços educativos como as Coordenações Distritais e Concelhias de Educação de Adultos, os Serviços Distritais e Concelhios de

Coordenação do Desporto Escolar e o Gabinete Coordenador de Ingresso no Ensino Superior.

Nos anos iniciais do Estado Novo, o parque escolar da cidade começou a melhorar, através da construção de escolas primárias. Estas escolas construídas na década de 30 e 40 pertenciam à tipologia inicial do Plano dos Centenários com a construção da Escola da Estação, do Loreto, da Estacada e de São Sebastião. Ao longo dos anos 50, 60 e 70, o parque escolar, na cidade de Bragança, foi melhorando continuamente, com a construção das escolas das Beatas, Toural, Cantarias, Mãe d'Água, Artur Mirandela e Campo Redondo. A frequência escolar no Ensino Primário foi passando de 20% nos anos 40, para 90% no início dos anos de 1970. De realçar o paralelismo pedagógico para as três instituições não estatais de Ensino Primário que eram: o Colégio do Sagrado Coração de Jesus; O Colégio do Arco ou Santa Clara e a Santa Casa da Misericórdia de Bragança. Funcionava, também, a Escola Preparatória Augusto Moreno inaugurada no ano letivo 1968/69, no antigo Convento dos Jesuítas no centro da cidade.

Até 1948, Bragança possuía ensino secundário público através do Liceu Emídio Garcia e Ensino Particular Secundário com o Colégio de São João de Brito só para rapazes do género masculino. Funcionavam nestes colégios o 1º e 2º Ciclo dos liceus. Em 1948 foi reconhecido oficialmente também o Colégio do Ensino Secundário Particular para o género feminino (*“Colégio Sagrado Coração de Jesus”*, JMB, 1/10/1948: 1). Os alunos e alunas destes dois colégios particulares tinham que fazer exame de admissão ao 7º ano, ou seja, ao ensino oficial público no Liceu. Na década de 70, a população em idade escolar no ensino secundário era de 15% mas não ultrapassando os 50% a taxa de conclusão. O Colégio particular de São João de Brito funcionava como internato, e no ano de 1952 são melhoradas as suas condições ao serem inauguradas as novas instalações do Colégio. Tratava-se de uma instituição não estatal que lecionava até ao 7º ano do liceu (*Decreto n.º. 37.545 de 8 de setembro de 1949*).

O Ensino Secundário Público em Bragança começou no ano de 1853, na forma de liceu e na forma de escola técnica desde 1879, embora que de uma forma continuada apenas depois de 1919. A partir desta data, acompanhado do ensino técnico, antecessor do ensino industrial e comercial, na reforma de 1949 e até 1976. O Liceu funcionou no

século XX no antigo Convento dos Jesuítas, hoje Centro Cultural. A partir de 1967, mudou-se para o edifício novo onde ainda hoje funciona, apesar de profundas remodelações e com outra nomenclatura. A cidade ganhava jovialidade durante os anos letivos devido ao vigor de centenas de alunos do Liceu, que levou Santa Rista Xisto (1974) a escrever um livro cujo título é “Bragança, Coimbra em Miniatura”, onde aborda a vida académica da juventude de Bragança. No ano de 1969 foi construída a Residência de estudantes da Fundação Calouste Gulbenkian que veio a desempenhar um importante apoio aos estudantes dora de Bragança, permitindo assim a muitos alunos das aldeias poderem continuar os seus estudos na cidade e fazerem o ensino secundário. Antes da democratização do ensino pela reforma do ministro Veiga Simão, só existia o Liceu de Bragança, ao qual vinham fazer exame os alunos dos colégios. Apenas para dar uma ideia, no ano letivo de 1982/83, o Liceu Emídio Garcia de Bragança tinha 2150 alunos a frequentar, bem mais que os 1250 que frequentavam a Escola Secundária da Sé. Esta diferença de alunos só por si já explica a preferência dos alunos de Bragança por esta escola devido às características do ensino, mais teórico ambicionando os alunos a entrada no ensino superior (*“40 mil alunos matriculados no distrito de Bragança”*, JMB, 15/10/1982:6).

A Escola Comercial e Industrial, cujo embrião é a Escola Industrial criada em 1919, chamava-se Escola Emídio Navarro até 1948. Nesse ano passou a designar-se Escola Profissional Comercial e Industrial de Bragança. A partir de 1979 passou a designar-se de Escola Secundária da Sé e depois Escola Secundária Abade Baçal. Funcionou nas instalações do Centro da cidade, mais especificamente na Rua direita até 1964. A partir deste ano funcionou em novo edifício construído para o efeito.

A formação profissional existiu continuamente entre 1919 e 1976, porque foi extinta em 1974 no ensino estatal. Em 1976 foi criada a Escola Prática Universal, reconvertida em Escola Profissional em 1989, no âmbito das escolas profissionais. Em 1986, a formação profissional regressou às antigas escolas industriais e comerciais.

Devido às alterações feitas ao ensino secundário pelo Ministro da Educação Leite Pinto em 1961, que consistiu em desobrigar as crianças e as suas famílias de escolherem logo após a 4ª classe entre liceu e escola técnica e prolongar a escolaridade obrigatória para seis anos, o Ensino secundário alterou-se em Bragança, na sua configuração a partir de 1964. Foram retirados os dois primeiros anos, que passaram a ser ministrados

de várias formas. No ano 1965 começou a ser implementado o ciclo complementar do Ensino Primário. Em 1967/68, o ciclo preparatório, na Escola Preparatória Augusto Moreno e mais tarde com a escola Preparatória Paulo Quintela, em 1983.

No Ensino Secundário, a evolução a frequência escolar foi de 5%, em 1940 e de 18% em 1970. A taxa de frequência no 2º e 3º Ciclos do ensino básico passou de 6% em 1940 para 25% no ano de 1970. No ano letivo de 1985/86 iniciam-se os cursos técnico-profissionais (10º, 11º e 12º anos) na Escola Secundária Abade Baçal. Apenas para dar uma ideia, no ano letivo de 1982/83, a Escola Secundária da Sé de Bragança tinha 1250 alunos a frequentar, bem menos que os 2150 do Liceu (*“40 mil alunos matriculados no distrito de Bragança”*, JMB, 15/10/1982:6).

3.4.2.1. A Escola do Magistério Primário de Bragança

Existiu também na cidade de Bragança a Escola de Habilitação para o Magistério Primário. Passou por vários períodos de existência. Foi criada em 1883 e inaugurada em 1896 por Decreto de 17 de outubro e começou a funcionar em 1897. Funcionou até ao ano de 1936 altura em que foi encerrada por ordem do Estado Português.

Depois de encerrar no ano de 1936, passou a ser desejo da cidade voltar a ter novamente Escola do Magistério. Era fundamental para Bragança, porque dava movimento à cidade e mais importante, habilitava Professores primários sem precisarem de irem para longe. No ano de 1942 era publicada no jornal *Mensageiro de Bragança* uma notícia a dizer que iriam ser reabertas as escolas do Magistério Primário em Portugal onde se formariam os Professores primários:

Os novos Professores delas sairão com sólida orientação cristã a quem cabe a nobre missão de Educadores e protectores natos das nossas populações rurais, em cujo seio exercem a sua nobre profissão, o alto Ministério dos eu sacerdócio, pois a missão de educar é, por sua natureza e pelos sacrifícios que implica, mais um sacerdócio que outra coisa (*“Magistério Primário”*, JMB, 1/10/1942:1).

Os habitantes de Bragança ansiavam pela reabertura desta escola por corresponder a uma necessidade premente, uma vez que havia escolas primárias fechadas por falta de Professores, pois os dos outros distritos só viriam para o de Bragança em último caso, e só com muitos sacrifícios é que os alunos de Bragança poderiam ir frequentar as escolas afastadas. Mesmo assim, alguns frequentavam as escolas do Magistério do Porto, Braga,

Coimbra e até Évora. Bragança era dos distritos que dava maior número de alunos para as escolas do Magistério Primário (“*Magistério Primário*”, JMB, 1/10/1942:1).

No ano de 1945 foi publicada a notícia no jornal *Mensageiro de Bragança* da criação e reabertura da Escola do Magistério Primário em Bragança

De todos é conhecido o grande contentamento que a notícia da criação da Escola do Magistério Primário em Bragança provocou nos habitantes deste distrito, que, unanimemente, sentiram o alto significado da medida governamental, satisfazendo umas das mais justas aspirações das terras bragançanas (“*Escola do Magistério Primário em Bragança*”, JMB, 1/9/1945:1).

A Foi também um momento muito importante na vida desta escola o dia de inauguração das novas instalações, num edifício que foi completamente remodelado, no ano de 1956. Contaram com a presença das pessoas mais ilustres da cidade e com o subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. Baltasar Rebelo de Sousa.

Reabriu assim novamente em janeiro de 1946 (*por Despacho de 27 de julho de 1945*), com 68 alunos do 1º ano e 7 do 2º ano (“*Magistério Primário*”, JMB, 1/2/1946:2). A inauguração foi motivo de longos discursos, com diversos artigos publicados na imprensa local e nacional, desde o Governador Civil de Bragança, ao Bispo da Diocese, presidente da Câmara Municipal, diretores escolares, etc.. Sustentavam que com a criação da Escola, beneficiou a cidade, todo o distrito e o país. “A Escola veio beneficiar particularmente esta cidade que cresceu em prestígio e importância”, (“*Conferência Abílio Vaz das Neves*”, JMB, 15/2/1946:1,2,3,4).

Quando reabriu, começou a funcionar em instalações provisórias e adaptadas para o efeito no Liceu Nacional de Emídio Garcia. Em 1948 ficou instalada no antigo Banco de Portugal localizado em frente ao Governo Civil (“*Magistério Primário*”, JMB, 1/1/1948:4) até 1955. No ano de 1956, inaugurou as novas instalações noutra edifício na Rua 1º de dezembro, onde hoje está a Casa do Professor (“*Magistério Primário*”, JMB, 10/11/1956:1-5). No ano de 1974, foi transferida para novo espaço remodelado onde antes tinha funcionado o colégio São João de Brito. Os cursos do Magistério Primário tinham a duração de 2 anos letivos. A partir de 1975/76, os cursos do Magistério Primário passaram a ser de três anos. Depois de 1980, passou a ser necessário o 12º ano para se ingressar nos cursos.

Apresenta-se a seguir a tabela com o número de Professores formados pela Escola do Magistério Primário de Bragança entre 1946 e 1986:

Tabela n.º 21 - Professores formados pela Escola do Magistério Primário de Bragança entre 1946- 1986.

Anos	Nº de Docentes	Anos	Nº de Docentes	Anos	Nº de Docentes	Anos	Nº de Docentes
1946	7	1957	74	1968	51	1979	202
1947	62	1958	72	1969	70	1980	35
1948	31	1959	74	1970	82	1981	24
1949	38	1960	60	1971	132	1982	29
1950	63	1961	89	1972	110	1983	41
1951	57	1962	112	1973	156	1984	66
1952	60	1963	118	1974	122	1985	92
1953	78	1964	118	1975	16	1986	93
1954	72	1965	81	1976	181		
1955	66	1966	120	1977	-		
1956	73	1967	85	1978	171		

Fonte: Sousa, (2013:407)

Pela análise da tabela pode verificar-se o elevado número de docentes formados em alguns anos, com destaque para 1979 com 202 Professores formados e para o ano de 1976 com 181. Constata-se também que há anos com reduzido número de Professores formados como em 1946 com apenas 7 Professores formados e 1981 com 24.

O processo de transferência para a Escola Superior de Educação não se revelou uma tarefa fácil, em especial o processo de alargamento de admissões e transferências dos alunos. A situação dos alunos que concorreram à Escola do Magistério Primário de Bragança e que passaram nos exames de admissão, mas que não foram admitidos na Escola, tornou-se complicada. Prestaram provas escritas de admissão à Escola do Magistério Primário 427 candidatos, dos quais 112 foram admitidos à prova oral e aprovados. Destes, porém, apenas 25 foram aceites na referida Escola. Prestaram também exames para Educadores de Infância 395 candidatos. Destas foram admitidas e passaram na prova oral 91; todavia, só tiveram acesso à Escola 25 alunos. Na lista de espera ficaram, pois, 80 para o Magistério Primário e 59 para Educadores de Infância. Pressionadas as entidades centrais, quer pelos alunos, quer pelo deputado social-democrata de Bragança, Amândio Gomes, quer por instituições particulares, foi autorizada mais uma turma de 25 alunos para cada uma das áreas, ficando ainda pelo caminho 55 candidatos à Escola do Magistério Primário e 34 futuros Educadores de Infância. Os alunos aprovados nos exames de admissão, mas que não tiveram acesso à

Escola por motivos do incómodo “*numerus clausus*”, pretenderam ainda que o Diretor daquele estabelecimento de ensino lhe garantisse lugar na Escola no ano seguinte, sem que fosse necessário fazer de novo provas de admissão. Esses alunos ainda pediram revisão de provas, mas não lhes foi permitida pelo Director da Escola do Magistério Primário. Houve ainda quem tentasse a sorte tendo dirigido-se directamente ao Ministério da Educação. Ainda foram oferecidas 75 vagas à Escola do Magistério de Bragança, sendo, porém recusadas 25, alegando-se falta de instalações e Professores. Os Professores chegaram mesmo a reunir-se e aprovado o alargamento das vagas, mas o director da Escola não terá concordado (“*Alargamento de admissões no Magistério Primário*”, JMB, 29/1/1985:9).

A Escola do Magistério Primário de Bragança formou sempre Professores primários e no ano de 1983/84, começou a formar também Educadores de Infância. A primeira turma do Curso de Educadores de Infância surgiu no ano letivo de 1983/84 e era constituída por 27 alunas. A segunda turma surgiu no ano letivo seguinte de 1984-85 e teve 30 alunas. No ano letivo de 1985-86 teve 52 alunos que foram divididos por duas turmas de 26 alunos cada: turma A e turma B. De destacar que, cada turma tinha um aluno do género masculino que viriam a ser os primeiros Educadores de Infância do género masculino a serem formados na Escola do Magistério Primário de Bragança.

O curso de Educadores de Infância tinha a duração de 3 anos. O plano de estudos era constituído por diversas disciplinas:

- 1º Ano:
Pedagogia, Psicologia, Matemática, C. Naturais, Português,
Literatura Infantil, Ed. Musical, Movimento e Drama, Antropologia,
Técnicas Pedagógicas, Saúde, Expressão Plástica, CHR.
- 2º ano:
Português, Psicologia, Pedagogia, Matemática, Educação Visual, Ciências
Naturais, Sociologia, Educação Física, Educação Musical, Movimento e
Drama, Saúde, CHR, Técnicas Pedagógicas (com estágio), Português e
Literatura Infantil.
- 3º Ano:
4 dias de estágio e as disciplinas à sexta-feira de Legislação, Pedagogia,
Psicologia, Movimento e Drama, Reflexão, Planificação, Educação Visual,

Literatura Infantil, Ciências Naturais e História (Diferentes em cada semestre).

Apresento a seguir a título de exemplo o horário com as respectivas disciplinas do 1º curso de Educadores de Infância num dos semestres do 1º ano no ano letivo de 1983/84:

Tabela n.º 22 - Horário da turma de 1º ano do 1º Curso de Educadores de Infância do Magistério Primário de Bragança no ano letivo de 1983/84

Horas	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-Feira
8:30		Ed. Visual			Técnicas Pedagógicas
9:40	Matemática	Antropologia	Ed. Física	Educação Musical	Ed. Visual
10:40	Literatura Infantil	CHR	Pedagogia	Pedagogia	Português/Literatura Infantil
11:40	Ed. Física	Português	Técnicas Pedagógicas		Ed. Musical
12:40	ALMOÇO				
14:10		Ciências Naturais			
15:10		Saúde	Antropologia	Movimento e Drama	Psicologia
16:10		Matemática	Psicologia	Matemática	
17:10				C. Naturais	
18:10					

Fonte: Livro de sumários do 2º ano do Curso de Educadoers de Infância de 1983-84, Arquivo do Magistério Primário no Arquivo Distrital de Bragança.

De destacar que a disciplina de Técnicas pedagógicas incluía um tempo de observação em diferentes contextos de Educação como Creches e Jardins-de-infância. Através de uma análise cuidada dos livros de sumários de algumas disciplinas do curso de Educadores de Infância do Magistério Primário de Bragança, destaco algumas disciplinas, dada a pertinência dos assuntos tratados. A disciplina de Pedagogia tratava de assuntos como: a subordinação do adulto à criança na escola de Freinet e Carl Rogers; a interacção Educadora/Crianças, Família/Meio; Sebastião da Gama; os ideais pedagógicos de Rousseau; o naturalismo humano em Rousseau; o contrato Social de Rousseau; o Emilio de Rousseau; reflexão sobre Pestalozzi; reflexão sobre Froebel; os jogos educativos; pedagogia de Tolstoi; a Escola Nova; exemplos de escolas infantis de

Inglaterra, França e Alemanha e os seus princípios; as escolas Móveis; perspectivas Psicológicas de Froebel; Melanie Klein; e técnicas de Responsabilidade;

Na disciplina de Técnicas Pedagógicas trabalhavam-se temas como: as características gerais do grupo de crianças; a transição da Família para a Escola; a origem dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar; as perspectivas da Educação em Portugal; os grandes objectivos da Educação Pré-Escolar; as qualidades Pedagógicas das Educadoras; o papel da Educadora na comunidade Local; as creches e as suas origens; as amas; as creches: o exterior e meio ambiente; o pessoal especializado e auxiliar das Creches; o brinquedo; os estagios em Pediatria, Creches e Jardins de Infância; os castigos na escola Infantil. Na disciplina de Psicologia destacava-se a preocupação pelo desenvolvimento mental da criança; desenvolvimento sensorio-motor da criança; e o método psicanalítico. Na disciplina de Educação Física dava-se especial destaque ao estudo da idade Psicomotora das crianças 0 aos 6 anos. Em Educação Visual destacavam-se as diferentes técnicas de expressão como a pintura, digitinta; construção de jogos e brinquedos, e a reutilização e aproveitamento de materiais. Em Movimento e Drama evidenciavam-se os jogos como reflexos do desenvolvimento da criança. Em Português e Literatura Infantil: Trabalhar histórias Infantis; A palavra e o som; A biblioteca e o Cantinho da Leitura;

Apresento também na tabela seguinte o horário com as respectivas disciplinas do 2º curso de Educadores de Infância, no ano letivo de 1984/85:

Tabela n.º 23 - Horário da turma do 2º ano do 1º Curso de Educadores de Infância da Escola do Magistério Primário de Bragança no ano letivo de 1984/85

Horas	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-Feira
8:30					
9:30		Educação Física	Pedagogia		Português
10:40	Ed. Visual	Ed. Musical	Movimento e Drama		Ed. Musical
11:40	Saúde	Português Literatura Infantil	Ed. Física		Ed. Física
12:40	Saúde				
14:00		Português		C. Natureza	C.H.R
15:00		Ciências da Natureza	Sociologia	Psicologia	Psicologia
16:10		Psicologia	Técnicas Pedagógicas	Sociologia	Ed. Visual
17:10		Matemática	Ed. Musical	Pedagogia	Ed. Visual
18:10				Técnicas Pedagógicas	Matemática

Fonte: Livro de sumários do 2º ano do Curso de Educadores de Infância de 1984-85, Arquivo do Magistério Primário no Arquivo Distrital de Bragança.

Não apresento o horário do 3º Ano em tabela. Este era constituído por 4 dias de estágio em instituições de Educação Pré-escolar e com aulas à sexta-feira, com disciplinas diferentes no 1º e 2º semestre. Tinham Legislação, Pedagogia, Psicologia, Movimento e Drama, Reflexão, Planificação, Educação Visual, Literatura Infantil, Ciências Naturais e História.

A disciplina de Pedagogia neste ano tratava: os objectivos da Educação Pré-Escolar; as funções da Escola Infantil; o papel da Família; a análise de casos do Jardim-de-infância; sugestões de ação didática com base em Piaget; a Escola Infantil: uma escola para todos; os principais erros na intervenção no Jardim de Infância; a criança: a sua natureza e cultura; o papel do Educador de Infância; a inteligência da Criança; a reflexão sobre os estágios; as tarefas no Jardim-de-infância; os comportamentos no Jardim-de-infância, etc;

A disciplina de Legislação tratava sobre: norma de comportamento social; as Leis da Educação de Infância, os órgãos e funções de serviços do Ministério da Educação; a Constituição portuguesa; as funções e obrigações escolares; as faltas e licenças; os direitos e deveres dos docentes, etc;

Psicologia: dados sobre a conduta da criança; contributos de Watson;

Literatura Infantil: a linguagem da criança e do Educador; banda desenhada; texto e ilustração no livro infantil; lengalengas; contos de fadas e a sua importância; poesia; a criança e o livro; história da Literatura Infantil;

Educação Visual: o papel do Educador de Infância com a expressão artística; pasta de modelar; método lectògrafico; técnicas de Expressão, etc;

Movimento e Drama: dramatização, mímica; a importância da expressão corporal; jogos; animação de livros; diálogo Corporal, etc;

No ano letivo de 1984/1985 ingressaram na Escola do Magistério Primário 120 alunos, sendo 90 para o curso de Professores primários e 30 do curso de Educadores de Infância que viria a ser a primeira turma de Educadores de Infância formados na cidade de Bragança (*“Escola do Magistério Primário”*, JMB, 21/12/1984:3). O seu último ano letivo em funcionamento foi o de 1985/86, passando depois a formação de Educadores de Infância e Professores primários a ser feita na Escola Superior de Educação de Bragança, inaugurada no ano de 1986.

3.4.2.2. O Instituto Politécnico

Por *Decreto n.º 513 – T/1979* foi criado o Instituto Politécnico de Bragança que iniciou a sua instalação em 28-01-1983. É uma instituição pública de ensino superior, empenhada na oferta de formação de qualidade e na promoção de atividades de investigação e extensão com impacto no meio económico, social e cultural. Os primeiros cursos de bacharelato nas Escolas Superiores de Educação e Escola Superior Agrária funcionaram em 1986/1987. A administração do Instituto Politécnico de Bragança funcionou na antiga escola do Magistério nas instalações da Rua 1.º de dezembro entre 1983 e 1987.

Neste ano de 2013 funciona no Campus de Santa Apolónia, abrangendo uma importante área central da cidade de Bragança onde funciona todos os seus serviços administrativos e onde foram construídas 3 edifício para as Escolas: Escola Superior de Educação; Escola Superior Agrária e Escola Superior de Tecnologia e de Gestão. Faz parte também do IPB a Escola Superior de Saúde que está localizada junto ao Centro Hospitalar do Nordeste na cidade de Bragança. Conta ainda com a Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo que funciona na cidade de Mirandela.

3.4.2.2.1 A Escola Superior de Educação

Apesar de considerar muito importante A Escola Superior de Educação de Bragança tem vindo a desempenhar desde a sua formação um importante papel no campo da formação de diversos agentes educativos, em especial de Educadores de Infância, bem como as diversas ações de formação contínua realizadas. O seu início de funcionamento foi após 1986, ficando assim de fora do tempo cronológico desta tese (1934-1986), razão pela qual não faço uma análise investigativa mais aprofundada. Ficará para futuras investigações.

A ideia de se criar uma Escola normal superior em Bragança já vinha desde a década de 70, dirigidas para a formação profissional ou Escolas Normais Superiores destinadas à formação de Professores “Nada mais apropriado para uma cidade com mais de 5000 alunos, ciosa de nobres tradições escolares, viveiro de devotados agentes de ensino espalhados pelo País, a criação de uma Escola Normal Superior A democratização do Ensino ideal” (“*Veiga Simão*”, JMB, 23/3/1973:3). Foi então decidido a criação duma Escola Normal Superior em Bragança que desde a primeira hora a considerou vital para o seu futuro, surgindo como uma das suas grandes aspirações:

Estas Escolas Superiores integram-se no projectado sistema educativo, concedendo bacharelatos em tudo do mesmo nível que os das actuais Faculdades de Ciências e Letras das Universidades. É nosso objectivo estruturar estas Escolas rapidamente, com a noção clara de que a formação de meios humanos constitui a principal dificuldade (Veiga Simão, “*A democratização do Ensino ideal*”, JMB, 23/3/1973:3).

Devido à queda do regime político em abril de 1974 não se viria a formar a Escola Normal Superior de Bragança. Mas a ideia ficou e, surgiu a Escola Superior de Educação de Bragança (ESE) em substituição da Escola do Magistério Primário de Bragança. A ESE fazia parte do Instituto Politécnico de Bragança juntamente com a Escola Superior Agrária. Iniciou a sua atividade no ano letivo de 1986/87 com os cursos de Educadores de Infância e Professores do 1º ciclo. Esta escola representava a evolução para o ensino superior da Escola do Magistério Primário. Começou a funcionar no edifício próprio onde hoje existe a escola Augusto Moreno entre 1986 e 1994. Tinha uma lotação para 330 alunos. A Escola Superior de Educação destinava-se à formação de Professores desde Educadores de Infância e Professores do 1º e 2º Ciclo.

Tratou-se de um investimento elevado na construção de um edifício que se decidiu depois que não seria definitivo:

O investimento com a nova infraestrutura rondou inicialmente os 130 mil contos, mas, como houve necessidade de fazer o aproveitamento de uma cave e proceder a correções de erros e omissões, prevê-se que ultrapasse os 155 mil contos. O novo estabelecimento de ensino poderá vir a ser entregue pela Direcção-Geral das Construções Escolares ao ME (Ministério da Educação) já no próximo mês de agosto. A partir daí, a Comissão Instaladora que acaba de tomar posse começará a utilizá-lo. O edifício, composto por três pisos, está dividido em vários blocos. Assim, na zona de utilização aberta instalam-se a administração, secretaria, cantina/convívio/associação de alunos, anfiteatro e instalações sanitárias. Na zona de utilização fechada inserem-se as salas de aulas, sala de observações, gabinete de docentes, laboratório de ciências, sala de artes e ofícios, sala de música e drama, ginásio/vestiário/cacifos e instalações sanitárias. Na zona de utilização semi-aberta ficam a biblioteca, o centro de recursos educacionais, gestão pedagógica e instalações sanitárias. O imóvel dispõe ainda duma zona cívica e cultural. A Escola Superior de Educação, aguardada há mais de 10 anos, interessa a cerca de 20 mil alunos e a 1.200 Professores, aproximadamente (*“Escola Superior de Educação”*, 2/3/1984:7).

Era desejo do Instituto Politécnico de Bragança centralizar todas as suas escolas num campus Politécnico. Por isso, no ano de 1994 fez-se a mudança da ESE para as novas instalações recentemente inauguradas da Escola Superior de Tecnologia e Gestão onde funcionou entre 1994 e 1999, enquanto se aguardava pela conclusão do seu edifício definitivo para onde se mudou no ano de 1999 e onde ainda hoje funciona.

Em termos de graus académicos, a Escola Superior de Educação pode ministrar licenciaturas a partir de 1989/90. Desde o seu início começou a ministrar Bacharelatos e Cursos de Estudos Especializados, equivalentes a Licenciatura. A partir de 1998/99, todos os cursos de formação inicial passaram a ser ou de licenciatura ou bi-epáticos (bacharelato mais complemento para aquisição de licenciatura).

Apresento a seguir um texto importante publicado no jornal Mnesageiro de Bragança no ano de 1986, precisamente quando iniciou funções a Escola Superior de Educação de Bragança:

Há quantos anos as populações de Bragança anelavam por este desejo! Quanto anseio de promoção individual, familiar e colectiva acalentaram pais, filhos, profissionais do ensino, autarcas! E, todavia, como tudo soa a falso! Como todas essas expectativas promocionais engalanadas esbarram

em concretizações bem envergonhadas! Senão, veja-se. Em recente disposição legal, o Decreto-Lei n.º 59, de 21 de março, faz-se o ordenamento funcional das Escolas Superiores de Educação. Aí se diz que estas formarão essencialmente Professores dos ensinos Pré-Primário e Primário. Mas, e a formação de Professores para o ensino preparatório? Perguntarão aqueles que sempre acalentaram esperanças de verem Bragança aboletar uma quase universidade. Pois bem, numa manobra de retracção inesperada, que seguramente se prende com a pressão monopolista das universidades, o referido Decreto não bloqueia descaradamente a formação de Professores do ensino preparatório, nas Escolas Superiores de Educação. Simplesmente, esse vector de formação depende da existência de vagas no ensino preparatório, teria a duração de cinco anos e nunca seria franqueado aos Professores do ensino pré-Primário. Ora, entende-se que, os dois primeiros factores apontados são soberbamente obstaculizadores dessa tarefa, tão esperada como promocional, que é a formação de Professores do ensino preparatório. Sorte tiveram as populações de Vila Real, nativos como nós deste mar de pedra e de esperança que se estende para cá do Marão. Em Decreto recente, viram o seu instituto politécnico transformado numa universidade, com um consecutivo alargamento dos cursos. A partir do próximo ano, as Línguas e Literaturas Modernas farão a sua aparição na Universidade de Vila Real. E se, ao menos, sobrasse uma migalhinha para nós! Sejamos realistas, no entanto. Com a nossa Escola Superior de Educação transformada, afinal, num herdeiro directo da Escola do Magistério Primário e Educadores de Infância, batalhemos neste reduzido espaço que nos deixaram. Consciencializemo-nos que o pior são os escassíssimos 138 lugares de Jardins-de-infância que se dispersam por esse distrito fora. Retiremos todas as virtualidades da nossa Escola Superior de Educação, no sentido de combatermos o diminuto ensino Pré-Primário na nossa região. Pressionemos para que o distrito de Bragança seja considerado zona prioritária no que concerne à educação Pré-Primária. Assim se evitariam dois redutores do nosso progresso: por um lado a sub-utilização das potencialidades da educação Pré-Primária, já que ela é, reconhecidamente, fulcral no combate ao insucesso escolar; e por outro, um adivinhável estrangulamento de entradas de alunos (o famoso “*numerus clausus*”) na Escola Superior de Educação, que deriva da não implementação do ensino Pré-Primário e levará jovens transmontanos ao desemprego e à angústia da falta de saídas profissionais. E estas afirmações não são de um pessimista agoirento, mas derivam da constatação de uma realidade regional que em nada as desvirtua ou desmente (“*138 lugares de Jardim-de-infância na ESEB*”, JMB, 18/4/1986:16).

Este texto trata sobre diversos temas mas eu destacaria a importância que é atribuída à Educação Pré-escolar e do desejo de o Instituto Politécnico passar a ser Universidade. Deixo aqui uma importante linha de investigação que ainda está por fazer, que é o papel do Instituto Politécnico de Bragança, mais propriamente da Escola

Superior de Educação, no campo da Educação de Infância no distrito de Bragança e do país.

CAPÍTULO 4: A EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA EM BRAGANÇA

Neste Capítulo procura apresentar-se a história da Educação de Infância na cidade de Bragança até 1986, fazendo-se referência aos documentos e às obras relativas à vida educativa das crianças antes dos seis ou sete anos de idade. Numa primeira parte abordam-se os antecedentes históricos até ao ano de 1934, precisamente por ser o ano de início deste estudo. Numa segunda parte aborda-se o período que vai até 1986 que engloba todo o período do regime do Estado Novo e os primeiros doze anos da nova democracia que vai de 25 de abril de 1974 até ao ano de 1986.

4.1. Antecedentes históricos até 1934

A Educação de Infância em Bragança pode-se dizer que começou em 1917, precisamente na altura da abertura de uma Escola Infantil de Bragança (EIB) oficial que funcionou até 1934 (Castanheira, 2006). Até esta data, não houve qualquer iniciativa de abertura de instituições de carácter educativo. Houve apenas a preocupação com as crianças até aos sete anos de idade, mas mais de cariz assistencial e não de cariz educacional ou pedagógico.

Houve sempre crianças abandonadas e órfãs que necessitavam de cuidados e assistência que recebiam em instituições como hospitais e albergarias a cargo dos Municípios, (Oliveira, 1997:512). Com a difusão das Misericórdias, que eram instituições vocacionadas para a assistência, com competência e legitimação, esse apoio em Bragança, foi assumido pela Santa Casa da Misericórdia. Segundo Alves (Tomo II, 1986:289) esta instituição foi fundada em 6 de julho de 1518.

À semelhança de outras localidades, também em Bragança, a infância das crianças passou por diferentes etapas, sendo o século XIX uma época marcante para a sua história. Ao nascerem, as crianças ingressavam necessariamente no mundo dos adultos que exerciam a hegemonia dos processos sociais, ficando ao cuidado da família; se fossem abandonadas eram apoiadas por instituições.

No século XIX a infância em Bragança estava diretamente relacionada com a Roda dos Expostos, organização com regulamento próprio que surgiu no século XVIII.

Na sequência da legislação de Passos Manuel uniformizou-se o serviço de Expostos (*Decreto de 19/9/1836*), atribuindo-os exclusivamente às Juntas Gerais do Distrito e Câmaras Municipais. Foi deliberado, em 1837, pela Junta Geral do distrito de Bragança a criação de uma Roda dos Expostos em cada sede dos concelhos do distrito, ficando cada uma a cargo do seu município (*ADB, Atas da Junta Geral do Distrito, Núcleo do Gov. Civil, 1836-1842, Cx.204, Lv.824, fl.29v.-31*).

A Roda dos expostos recebia crianças abandonadas que eram entregues até aos sete anos de idade ao cuidado de amas. Depois desta idade eram entregues à tutela dos Juizes de Órfãos. Aos vinte anos eram consideradas livres e emancipadas. As Rodas do distrito foram extintas em 1872 (*ADB, Atas da Junta Geral do Distrito, Gov. Civil, 1865-1872, Cx. 204 Lv. 827, fl.13*), e, em sua substituição, foi criada em Bragança uma roda-hospício, onde as crianças eram sustentadas até aos três anos de idade. Depois desta idade e até aos sete eram entregues a amas. Neste ano, sob proposta do Governador Civil aprovou-se a criação de uma Creche que ficou anexada ao Asilo Duque de Bragança (*ADB, Atas da Junta Geral do Distrito, Gov. Civil, 1865-1872, Cx. 204. Lv. 827, fl.13*). Este Asilo, criado em 1867, destinava-se a “proteger, instruir e educar moral, civil e religiosamente as crianças desvalidas do sexo feminino” (*Diário de Lisboa, 14-06-1867*).

Segundo o relatório do Governador Civil António Ferreira, apresentado na Junta Geral do distrito de Bragança em 1872, a Creche estava dividida entre o Hospício e o Asilo

Admitindo crianças até à idade de sete, as que ainda carecem de ser amamentadas ficam nos seus braços a cargo das amas internas do hospício, e as outras que já andam e brincam são entregues aos cuidados especiais das suas Governantes no asilo (*ADB, Atas da Junta Geral do Distrito, Gov. Civil, 1865-1872, Cx. 204. Lv. 827, fl.13*).

A Creche estava dividida em três partes ou secções: Berço, Recreio e Guarda, e Escola. O Berço era para as crianças que ainda eram amamentadas. O recreio e guarda era a fase em que as crianças deixavam de ser amamentadas mas ainda não tinham a marcha e outras destrezas desenvolvidas. A escola era para crianças com mais autonomia e do género feminino, mas com a intenção de vir a ser também do género masculino. Nesta Creche as crianças não recebiam apenas assistência, uma vez que havia preocupação com o seu desenvolvimento, conforme a idade, proporcionando-lhe

“aparelhos próprios para formarem os primeiros passos ou brinquedos e distrações, que as entrettenham conforme os seus gostos e idades” (*ADB, Atas da Junta Geral do Distrito, Gov. Civil, 1865-1872, Cx. 204. Lv. 827, fl.13*).

O governador aludiu aos êxitos que as creches faziam noutras localidades. Pretendia fazer um estabelecimento novo e diferente. Contava ter sucesso com esta experiência e melhorá-la continuamente. No entanto, por ser uma novidade para Bragança, colocava as suas reservas pois dizia-se que o povo não aceitava logo as inovações: “se os resultados forem prósperos, como têm sido em toda a parte onde têm criado Creches, ir-se-á melhorando sucessivamente; por agora são ensaios, e os nossos povos não vão de repente para as inovações” (*ADB, Atas da Junta Geral do Distrito, Gov. Civil, 1865-1872, Cx. 204. Lv. 827, fl.13*). Não se encontraram fontes que indicassem até quando durou esta experiência, nem registos que comprovem se existiram outras semelhantes antes de 1917. Pensa-se que esta Creche tenha sido a experiência mais aproximada ao Ensino Infantil.

A instituição do Asilo Duque de Bragança ainda existe atualmente com o nome de Lar de São Francisco. Continua vocacionada para receber crianças depois dos dez anos apenas do género feminino, órfãs, abandonadas e maltratadas.

As crianças da cidade de Bragança apenas vieram a ter oportunidade de frequentar o Ensino Infantil quando chegou a EIB em 1917 (Castanheira, 2006). Bragança teve, desta forma, um período áureo com o funcionamento desta Escola Infantil.

A EIB foi criada em 6/11/1915 de acordo com notícia veiculada por um periódico local:

Por Decreto de 6 do corrente, foi criada nesta cidade uma Escola Infantil, que Bragança deve à iniciativa, concurso e boa vontade do Dr. Artur Lopes Cardoso, ilustre deputado da nação, (*Jornal Notícias de Bragança, 18/11/1915:2*).

A Escola Infantil de Bragança nasceu ao mesmo tempo que se falava na criação do Jardim-Escola João de Deus, vindo a ser este a sua base. Esta ideia parece que estava suficientemente amadurecida para que pudesse ser concretizada. Foi através da dinâmica surgida em torno da criação do Jardim-Escola João de Deus que ajudou na criação da EIB. Foram fatores pessoais e sociais que estiveram subjacentes à sua fundação. À medida que os acontecimentos se iam desenrolando surgiram obstáculos

que era preciso ultrapassar e estratégias que era preciso implementar (Castanheira, 2006).

Bragança era capital de distrito e sede de concelho e foi das poucas cidades que se esforçou por reunir as condições necessárias e avançar para a criação de uma Escola Infantil. A Câmara Municipal elaborou o processo de criação com a colaboração do Inspetor Escolar. Segundo o *Decreto n.º 134, de 13/9/1913*, com força de *Lei de 29/3/1911*, competia às Câmaras Municipais organizar os processos para a criação de escolas de instrução Primária onde se incluía a Infantil. No processo da EIB a Câmara incluiu cópia do recenseamento escolar com o número de crianças recenseadas entre os quatro e os sete anos indicou a casa onde se projetava instalar a Escola Infantil, a relação do mobiliário e material escolar respetivo (AHCMB, Lv. 19, 1915:128 f e v).

Pretendia-se criar-se o Ensino Infantil em Bragança independentemente de partir de uma iniciativa particular do Jardim-Escola João de Deus ou oficial, através da Escola Infantil. Na época, realçava-se o facto de Bragança ser a primeira cidade da província a ter Escola Infantil oficial. Era também uma das primeiras do país, pois apenas existia uma no Porto. A imprensa local noticiava assim:

É, pois, Bragança a primeira terra da província que, devido a uma iniciativa feliz, aliada a uma vontade de ferro na consecução de tão importante melhoramento, tem uma Escola Infantil que muito realce vem dar a esta terra esquecida e ignorada, vítima do mais absurdo desprezo dos poderes públicos. Bragança, com a sua Escola Infantil, é pois por assim dizer a percursora de um novo caminho, mais rutilante e seguro no nosso meio pedagógico. A esta criação, indubitavelmente, outras se hão-de seguir, ainda que de uma maneira lenta. E quando convenientemente se achem disseminadas por todo o País, marcarão um ponto indelével na história da nossa civilização. Serão a base de um novo alicerce educativo pela realização prática de teorias que entre nós, há pouco ainda, do livro não passavam. É a primeira experiência que o nosso País há anos vem fazendo neste importante ramo de educação popular. Oxalá que a orientação e cuidado que lhe deve merecer, sejam igualados ao daquelas nações que por estes e outros gostos não menos sublimes e transcendentais, na vanguarda têm acompanhado o progresso” (*“Escola Infantil ou Jardim Escola”*, jornal *Notícias de Bragança*, 18/11/1915:2).

A Câmara, conforme determinado na Lei (*Decreto n.º 134, de 13/9/1913, com força de Lei de 29/3/1911*), procedeu à realização das obras de adaptação do edifício, à aquisição de mobiliário e material escolar, bem como à contratação de funcionários, Professores e pessoal auxiliar. O Inspetor Escolar encarregou-se de elaborar a listagem

de material e mobiliário considerado suficiente. Em sessão da CECMB, de 7/9/1916, decidiu-se a abertura do concurso para provimento de três professoras para a EIB, anunciado em *DG*, nº.296, *III Série de 19/12/1916*.

Concorreram à EIB treze professoras primárias, das quais foram selecionadas três, em sessão de Câmara, no dia 8/11/1916. Ainda nesta sessão se decidiu que, conforme a indicação da Inspeção Escolar, e uma vez que a escola era moderna em Bragança, fosse enviado ao Porto o Inspetor Escolar em visita às Escolas Infantis da cidade, em busca de orientações no campo da organização do Ensino Infantil (programa, métodos, horários, etc.). Todas as despesas do Inspetor seriam assumidas pela CECMB, como o transporte de ida e volta e ajudas de custo de 2\$00 por dia, durante os dias que durasse aquela comissão (*AHCMB*, *Lv.* 20, 1916:82v a 86f). O Inspetor foi ao Porto e lá permaneceu de 8 a 21 de janeiro de 1917. Foram-lhe pagas todas as despesas efetuadas na quantia de 41\$64 (*AHCMB*, *Lv.* 20, 1917:128f).

O Inspetor Escolar entregou à CECMB o relatório que elaborou da visita às Escolas Infantis do Porto, tendo sido lido em sessão de 14/3/1917. Neste documento focou a visita efetuada, descrevendo as Escolas Infantis que visitou bem como o seu funcionamento e organização. Terminou fazendo propostas à CECMB: uma de aprovação de programas e horários; outra relativa ao pessoal nomeado, para que as três professoras estagiassem, durante dois meses, na Escola Infantil modelo, anexa à do Ensino Normal do Porto. Depois de lido o relatório, o Presidente da CECMB propôs que fosse na íntegra transcrito na Ata da reunião e propôs um louvor para o Inspetor Escolar. Esta proposta foi aprovada pela Comissão nos seguintes termos:

Um voto de bem merecido louvor àquele digno e inteligente funcionário – O Inspetor deste Círculo Escolar, Sr. Augusto Ladeiro, por tão útil e profícuo trabalho, cuja correcção de fundo, clareza e desenvolvimento com que foi elaborado, revela profundos conhecimentos pedagógicos do assunto tratado, por mais que desta deliberação se disse, digo, por isso mais propor que desta deliberação se desse conhecimento à competente Repartição de Instrução Primária e que o mesmo funcionário fosse publicamente louvado pela proficiência com que tratou o assunto, fazendo companhia a proposta da cópia do relatório (*AHCMB*, *Lv.* 20, 1917:162v-163f).

As nomeações das professoras foram publicadas no *DG*, nº.296, *III Série*, de 19/12/1916. Em 29 de dezembro o Presidente da CECMB envia ofício às professoras nomeadas para tomarem posse até 3/1/1917 como veio a acontecer (*AHCMB*, *Lv.*

Correspondência de 1914-1935, nº.571, 1916). As professoras tomaram posse e os primeiros dias de atividade foram destinados à organização, arranjo e equipamento da escola. O mobiliário e materiais iam chegando conforme as possibilidades e disponibilidade. Por curiosidade, pensou-se como relevante referir que, de acordo com a deliberação tomada em reunião AHCMB, de 17/1/1917, foram mandadas limpar as instalações da EIB e nomeada uma servente. Até esta data terá funcionado sem auxiliar. As professoras da EIB, também compravam material considerado necessário, decidindo a Câmara “Pagar 1\$50 a uma das professoras nomeadas pela compra de material para a escola” (AHCMB, Lv. 20, 1917:125v). Nesta fase ainda não estaria completamente equipada com mobiliário e material, pelo que o veio a receber nos meses seguintes. A matrícula das crianças e a sua frequência começou logo em janeiro de 1917. Em 11/2/1917 ainda se estavam a matricular crianças como se constata pela notícia saída num jornal local (“Escola Infantil”, *O Transmontano*, 11/2/1917:1). Em 22 de março a EIB funcionava em pleno com 60 crianças matriculadas, conforme ofício de uma professora enviado à CECMB, onde pedia outra servente pois a que havia não chegava para o muito serviço que tinha (AHCMB, Lv. 20, 1917:169f).

Apesar da expectativa e curiosidade inicial, a Escola Infantil não foi bem recebida e aceite por toda a população de Bragança. Logo nos primeiros anos da sua existência começaram a surgir indícios de que a EIB não era compreendida, nem os seus métodos de ensino aceites:

A massa do povo inculto, parece, recebeu mal esta utilitária e benemérita instituição, mas, não admiremos. O povo não conhece nem compreende o alcance das Escolas Infantis. Mergulha na treva da ignorância e fecha os olhos à luz coruscante da razão. Também, ninguém lhe disse coisa alguma a tal respeito. É de esperar que dentro em pouco os frutos colhidos nesta escola sejam lisonjeiros para os seu fundadores, porque o povo há-de convencer-se de que é melhor mandar os filhos para a Escola materna onde a mestra canta, vida ri e a liberdade existe, de que deixá-los vadiar pelas vielas da cidade. O povo não admite que se cante na escola, mas assim tem que ser nas Escolas Infantis (“*A criança e a escola*”, jornal *O Leste Transmontano*, de 18/3/1920:1).

No entanto, com mais ou menores dificuldades, a EIB seguiu o seu percurso até ao encerramento, por ordem governamental em 28/7/1934 (*Decreto-Lei 24:246:1415*). Depois desta data e até à década de cinquenta funcionaram em Bragança apenas instituições de assistência à infância como o lactário da Santa Casa da Misericórdia,

uma Creche e o Asilo Duque de Bragança, entre outras instituições. Durante este período não se criou nem se abriu qualquer Jardim-de-infância de iniciativa particular ou do estado.

4.2. A situação da Educação de Infância de 1934 a 1986

Na primeira metade da década de 30, a cidade de Bragança teve um Jardim-de-infância público com duas salas de atividades que já se encontrava a funcionar desde o ano de 1917 (Castanheira, 2006). Com o seu encerramento, em 1934 (Decreto n.º 11.000) entrou-se num período de ausência desta resposta educativa por um período de vinte e dois anos, até à abertura do primeiro Jardim-de-infância de iniciativa privada no ano de 1956. Não houve neste período em Bragança Educação Pré-escolar para crianças antes da sua entrada na escola Primária. Pode dizer-se que, o encerramento da Escola Infantil na cidade de Bragança, funcionou para o Estado Novo como que uma forma de testar a reação das pessoas ao encerramento do Ensino Infantil em Portugal em 1937. Primeiramente testou em Bragança com o encerramento definitivo da Escola Infantil em 1934, e ao verificar como a sociedade Bragançana reagiria seria um indicador de como reagiria a sociedade portuguesa quando se decidisse encerrar definitivamente todas as escolas infantis públicas em Portugal. Se foi das primeiras cidades em Portugal a ter Ensino Infantil oficial, também foi das primeiras cidades a deixar de o ter neste período. Os grandes argumentos do governo para justificar o encerramento do Ensino Infantil em Bragança em 1934, foi precisamente o que se utilizou, três anos mais tarde, para o encerramento das restantes em Portugal. Esses grandes argumentos prendiam-se com a maior importância que davam à necessidade de construção de escolas primárias pelo país, ao combate do elevado analfabetismo e as más condições económico-financeiras do Estado. Se em Bragança estes argumentos foram bem aceites, no resto do país também o seriam. Se a sociedade de Bragança se tivesse revoltado, se tivesse contestado e não tivesse aceite o encerramento do Ensino Infantil de forma amena como aceitou, a história da Educação de Infância em Portugal poderia ter sido diferente. A Educação de Infância oficial em Bragança poderá estar, desta forma, diretamente ligada à forma como foi tratada nos 40 anos de regime do Estado Novo. A Escola Infantil fechou no primeiro ano do Estado Novo e assim se manteve em todo o regime, vindo só a existir novamente em 1979 aquando da criação do Jardim-de-infância n.º 1 público do

Ministério da Educação como se apresenta mais à frente. Constatase desta forma que, em termos oficiais, Bragança se manteve fiel ao regime.

Salazar chamou a esta fase, “a era do engrandecimento” (“*Salazar responde*”, jornal Terras de Bragança, 10/9/1935:4) e os textos da legislação oficial revelam a limitada importância que o Chefe de Estado Novo conferia às questões do Ensino Infantil e das escolas oficiais. As políticas governamentais conseguiram eliminar qualquer tentativa ou pensamento de organização de uma nova instituição deste cariz educativo, na cidade Bragança. Face a isto, pode constatar-se que, nas primeiras décadas do século XX, a sociedade de Bragança aderiu rapidamente às ideias das políticas governamentais. Verificou-se no período da 1ª República ao aderir às ideias republicanas para a Educação de Infância como se verificou com a criação e abertura da Escola Infantil. Pode verificar-se também na 1ª metade do período do Estado Novo ao aceitar todas as recomendações e políticas educativas para a Educação de Infância. O Jardim-de-infância passou de muito importante na 1ª República, para perfeitamente dispensável neste novo regime político. A Educação de Infância teve, assim, um forte retrocesso, voltando-se aos primórdios da visão de assistência e guarda, passando a defender-se e a dar prioridade à educação na família sem complemento escolar. Em matérias de educação a preocupação da sociedade de Bragança era a mesma do regime político: desenvolver o Ensino Primário; combater o analfabetismo e construir e abrir escolas primárias. Sobre este assunto pode-se consultar o livro de atas da Câmara Municipal de Bragança, nº.33, de 31 de agosto de 1935 a 4 de janeiro de 1937, onde existem diversas referências ao processo de construção de muitas escolas primárias na cidade de Bragança, nomeadamente empréstimos obtidos na Caixa Geral de Depósitos, orçamento da Câmara destinado para o efeito, escolha dos locais a construir, aprovação e construção, material necessário e todos os cadernos de encargo das respetivas obras, e resultou na construção e abertura de 3 novas escolas tipo Plano dos Centenários, com 4 salas de aula para cada uma, sendo elas as escolas primárias do Loreto, da Estação e de São Sebastião.

Neste período, em Bragança ocorreu o que a teoria marxista dizia que a socialização é fundamentalmente a sujeição das classes dominantes à hegemonia ideológica das classes dominantes e a adoção, ao menor custo, das práticas sociais convenientes à reprodução vigente.

Na década de 1940 a 1950 continuou-se em Bragança com o processo de sistematização do ideário político do Estado Novo em matéria de Educação de Infância. Com uma população de 6595 habitantes em 1940 e com 1971 em 1950 (*Censos do INE de 1940 e 1950*) neste período, não houve abertura de nenhum Jardim-de-infância nem se vislumbraram quaisquer tentativas. No entanto, a educação das crianças era uma preocupação constante. A Igreja e a família assumiram-se, neste período, como as principais responsáveis pela educação das crianças até à entrada na escola Primária. Mas, a Igreja, uma forte aliada do Estado, não investiu na abertura de Jardins-de-infância. As poucas iniciativas vinham apenas do movimento de escolas e Jardins-de-infância João de Deus. Nesta década, em Bragança, verificaram-se apenas algumas tentativas de abertura de creches para crianças até três anos de idade, de iniciativa de grupos de mães, mas que tal nunca se veio a verificar. A natureza das instituições era sempre de cariz assistencial. Existiam diversas instituições assistenciais, no entanto, não se conseguiram resolver os problemas das crianças da cidade. Estes problemas já vinham de longa data e necessitavam de uma solução, tanto quanto possível eficiente. Nestes anos, tal necessidade acentuou-se bastante, pois as medidas tomadas até então não tinham sido suficientes e não passaram de soluções deficitárias. Resolver o problema da assistência local em Bragança não era tarefa fácil. Dependia da solução de um estudo consciente, inteligente e prático, abrangendo possibilidades de vária ordem, enfrentando as dificuldades crónicas, mas curáveis e, sobretudo, procurando, com a ausência completa de preconceitos ou comodismos, os meios indispensáveis para a solução do importantíssimo problema. O problema da assistência local tratava-se de um dos maiores problemas da cidade. Os jornais da época, de onde se destaca o jornal *Mensageiro de Bragança*, relatam diversos factos confrangedores sobre crianças e as suas condições de vida. No ano de 1942 o tema da assistência era uma preocupação e estava longe de ser resolvida. Apresenta-se a seguir um texto ilustrativo da situação na altura:

Bragança possui alguns estabelecimentos de assistência, cujo número bastaria para a solução do problema. É, porém, incompreensível como, numa localidade que tem, entre outras obras de assistência, dois Patronatos (masculino e feminino), um Asilo (feminino), um Hospital da Misericórdia, uma Associação Protectora dos Pobres, três Conferências de S. Vicente de Paulo, um Albergue Distrital, etc, se não conseguiu, ainda, resolver o problema dos problemas citadinos. Devemos ainda salientar, e com toda a

justiça, a valiosíssima assistência que o Governo Civil do Distrito presta pelo seu Cofre de Assistência, e até pelo seu Cofre Privativo na repatriação de indigentes. Examinando a estrutura, orientação, direcção e administração de cada uma destas obras de assistência, nada temos a dizer em seu desabono. Antes pelo contrário: — são dignas do nosso maior respeito e dos mais rasgados elogios. Mas se assim é: — porque se não resolve o problema com tantas e tão boas instituições, numa região cuja população concelhia, pelo último recenseamento, não vai além de 33. 500 habitantes? Se não é defeituosa a orientação e administração dessas instituições, onde está então a dificuldade na solução do problema? Falta de dinheiro, ausência de boas e competentes vontades, em quantidades necessárias? De tudo um pouco, mas quanto a nós a falta é principalmente outra. Reside mais na necessidade de elaboração de um plano geral, baseado na legislação vigente, fruto de estudo consciente, inteligente. A assistência dispersa, particular ou oficial, sem unidade de direcção e orientação, sem o objectivo duplo de fornecer o pão do espírito e o pão do corpo, aos necessitados de qualquer deles ou de ambos — descarrilada dos sãos princípios da caridade cristã que nos faz sentir o mal que o nosso semelhante sofre — não pode ser uma assistência completa e duradoura. Não são as Comissões dispersas (onde a personalidade fictícia e nominal costuma suplantiar a actividade e competência indispensáveis aos fins a atingir, onde os hábitos costumam mostrar monges feitos que mais farde, tempo perdido, se revelam perfeitos leigos) os meios para resolver o problema da assistência local, mas sim a realidade palpável duma obra bem alicerçada, onde a benemerência e a caridade cristãs permanentes, substituam a filantropia ocasional, eivada de vaidade e de egoísmo. Um só desejo é o nosso e o de todos aqueles que aspiram a ver este problema solucionado por amor de Deus e dos homens, para prestígio da nossa Terra, consideração, respeito e carinho pelos necessitados. Mas para isso torna-se necessário reunir a caridade particular e o auxílio oficial com o rendimento dos bens próprios, e desta reunião, chave do problema, nascer uma solução completa, duradoura e digna de todos nós, e não uma solução transitória (*“Bragança e o problema da assistência”*, JMB, 15/10/1942:3).

No ano de 1947 tentou criar-se o Centro de Assistência Social Materno Infantil que nunca se veio a verificar. Num ofício do Governo Civil do Distrito, com o nº. 1005, L2, Pº8/2, datado de 25/6/47, solicitou à Câmara que se pronuncia-se sobre o auxílio com que se podia concorrer, no ano seguinte, para se levar a efeito, nesta cidade a “criação do Centro de assistência Social Materno Infantil. A Câmara resolveu incluir no orçamento do próximo ano a importância de 5.000\$00” (*AHCMB, Lv. 44 (1947:152v)*). Só no ano de 1956 se abriu o primeiro Jardim-de-infância sob a responsabilidade duma Congregação Religiosa, que será objeto de estudo mais à frente. Só depois na década de 70 se voltou a verificar a abertura de mais Jardins-de-infância, de iniciativa privada e semi-privada.

A Educação Pré-escolar oficial em Portugal, como já se referiu anteriormente, foi criada em 1973 e desenvolveu-se ao longo da década de 80, depois do impulso do *Decreto-Lei nº. 542/1979* que criou os Estatutos dos Jardins-de-Infância. Na cidade de Bragança, até 1974, havia apenas em funcionamento os Jardins-de-infância do Colégio de Santa Clara e do Instituto das Obras Sociais. A partir de 1974 deu-se a abertura de vários Jardins-de-infância. Dos que abriram a maioria era claramente da iniciativa privada. A nível estatal, foi representada apenas pelo Jardim-de-infância nº. 1, sob a responsabilidade do Ministério da Educação.

A rede pública dos Jardins-de-Infância é constituída pelos estabelecimentos de Educação Pré-escolar a funcionar na direta dependência da administração central. Em Bragança entrou em funcionamento no ano letivo de 1978/79. Esta data de início de funcionamento dos Jardins-de-Infância oficiais da tutela do Ministério da Educação é coincidente com a criação da rede pública nacional. O arranque das primeiras salas deveu-se essencialmente a dois fatores: por um lado, as Juntas de Freguesia da cidade de então – Santa Maria e Sé, imprimiram uma forte dinâmica ao processo de abertura do Jardim-de-infância e, por outro lado, por haver disponibilidade imediata de instalações para o seu funcionamento.

O período de maior população residente na cidade de Bragança que foi no ano de 1980 com 13749 habitantes, coincidiu com o período de existência de maior número de Jardins-de-infância, sete num total de 20 salas de atividades que davaM resposta a 500 crianças. No entanto, continuavam a não ser suficientes, e a haver uma longa lista de espera na maioria dos Jardins-de-infância. Só não havia listas de espera nos Jardins-de-infância do Hospital e do Centro de Educação Especial, dada a especificidade da sua frequência. Este assunto encontra-se mais desenvolvido nos pontos seguintes deste estudo ao tratar-se sobre as instituições criadas.

4.2.1. A Obra das Mães pela Educação Nacional

Com o Estado Novo a mulher reforça o estatuto de Educadora dos seus filhos. Salazar impôs as suas ideias anti-individualistas sobre a família, da qual o homem e a mulher eram partes integrantes e que constituíam o núcleo Primário do Estado Corporativo (Pimentel, 2001:25). Distinguiu entre as mulheres solteiras e as casadas. A mulher solteira, que vivia sem família ou com família a seu cargo, devia ser

pragmatically facilitado o emprego, e a mulher casada, tinha como missão a família, tão importante como a do homem:

A mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável de uma obra de reconstrução moral. Dentro do lar, a mulher não é escrava. Deve ser acarinhada, amada e respeitada, porque a sua função de mãe, de Educadora dos seus filhos, não é inferior à do homem. Deixemos, portanto, o homem lutar com a vida no exterior, na rua (...) e a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa (Salazar, 1938:136).

A participação da mulher portuguesa no espaço público era escassa. Com o Estado Novo passou a ser a responsável da manutenção do lar no espaço privado e passou a ter a responsabilidade da assistência e da educação no espaço público. A partir daqui as suas responsabilidades foram maiores quando foi criada a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), no ano de 1936, pelo Ministro da Educação Carneiro Pacheco e promulgados os seus estatutos (*Decreto n.º 26:893, I Série do DG n.º 191 De 15/8/1936*). Tratava-se de uma organização criada no Estado Novo que funcionou entre 1936 e 1975, constituída por mulheres, para dar resposta às necessidades das mães para educarem os seus filhos e a dar assistência materno-infantil. Foi nomeada Presidente de Honra da Junta Central Maria do Carmo Carmona, tendo sido nomeada logo de seguida Presidente Laura Diogo da Silva de Melo e Faro que se manteve no cargo até 1950. Foi depois nomeada Presidente Maria Amélia Séguier Costa Leite que se manteve até 1975 (Pimentel, 2001:177). À frente da OMEN como presidente da Direção Nacional ficou Isabel d'Albignac Bandeira de Melo (Condessa de Rêlvás) até ao ano da sua morte em 1945, ficando conhecida como “uma nobre figura de mulher (...) um generoso coração ao serviço de uma inteligência invulgar” (Carvalho, 2001: 76) e como vice-presidente Maria Guardiola. De 1945 a 1975 foi nomeada Presidente da Direção Nacional Maria Francisca F. Frazão. Constata-se assim, o facto de as suas diretoras terem sido constantes ao longo de um período quase tão longo como o da vigência do regime. A OMEN tratou-se de uma ideia muito conveniente para servir os interesses e ideias do Estado Novo. Passou a ser a responsável pela orientação das mães portuguesas de acordo com as ideias do regime. Tinha como objetivos principais a “associação de utilidade pública cuja personalidade jurídica se destinava a estimular a ação educativa da família e a assegurar a cooperação entre esta e a escola nos termos da constituição”

(Pimentel, 2001:177). A sua principal função era a de ser responsável pela Educação de Infância em complemento da ação familiar, ou seja, passou a ser responsável pela educação das mães portuguesas, de acordo com as ideias do regime. A OMEN ficou também responsável pela Organização Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) que tinha, como objetivo principal contribuir, por todas as formas para plena realização da educação nacionalista da juventude portuguesa (*Art.2, n.º.11*). Além de envolver a MPF nas suas atividades, envolvia também outras organizações como a Mocidade Portuguesa Masculina e a Legião Portuguesa. As filiadas da MPF também exerciam atividades de benemerência como a confeção de enxovais para as crianças recém-nascidas, filhas de mães pobres e de famílias numerosas. Segundo Carvalho (2001:759), até 1954, esta organização já tinha distribuído “7745 enxovais, dos quais 2762 acrescentado com um berço e 83087 peças soltas para o mesmo efeito”. A maioria destas dádivas eram efetuadas no evento da semana e dia da mãe organizado anualmente em cada capital de distrito pela OMEN.

A Obra das Mães era orientada por uma junta central e tinha comissões distritais, concelhias e de freguesia onde se deveriam efetuar reuniões regulares para as quais deveriam ser sempre convidadas as autoridades locais escolares do Ensino Primário e o pároco da freguesia. A junta central era constituída por uma presidente, uma vice-presidente e vogais. Era nomeada pelo governo e competia-lhe dirigir, coordenar e fiscalizar todos os procedimentos da organização, desde a sua representação, emitir pareceres sobre os problemas da educação e a promoção da OMEN. Os seus Estatutos foram aprovados pelo Ministério da Educação Nacional (MEN) e tinha como princípios essenciais:

1º Orientar as mães portuguesas, por uma activa difusão das noções fundamentais de higiene e puericultura, para bem criarem os filhos, em colaboração com a denominada Defesa da Família; 2º Estimular e dirigir a habilitação das mães para a educação familiar, tendo em conta as diversas circunstâncias de vida e de meio; 3º Promover o embelezamento da vida rural e o conforto do lar como ambiente educativo, em relação com os usos locais e as boas tradições portuguesas, defendendo e estimulando as atividades caseiras; 4º defender os bons costumes, designadamente no que respeita ao vestuário, à leitura e aos divertimentos; 5º Promover e assegurar em todo o país a educação infantil pré-escolar, em complemento da ação da família; 6º Dispensar aos filhos dos pobres a assistência necessária para que possam cumprir a obrigação de frequentar a escola, designadamente pela instituição de cantinas, pelo fornecimento de uniformes e outros artigos de

vestuário, pela distribuição de livros e pelo fornecimento das caixas escolares; 7º Coadjuvar com o Professor na organização do recenseamento escolar, na vigilância da compostura, da assiduidade e da aplicação dos alunos, e na instituição de prémios; 8º Dar ao Professor uma cooperação afectiva na educação moral e cívica dos alunos, no ensino do canto coral, no exercício da ginástica rítmica e nas festas escolares; 9º Desenvolver entre os portugueses o gosto pela cultura física, tendo em vista a saúde de cada um e serviço da Pátria; 10º Organizar a secção feminina da Mocidade Portuguesa (...); 11º De um modo geral contribuir por todas as formas para a plena realização da educação nacionalista da juventude portuguesa; do Império Português (*Estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional, Decreto nº. 26:892, art. 2.º, de 15/08/1936, I Série, nº. 191*).

Esta organização procurava dar uma nova auréola à família, à maternidade, ao papel da mãe Educadora, fazendo a reeducação da mulher no sentido moral, familiar e doméstico. O Estado, através do seu ministro Carneiro Pacheco, criou esta estrutura, mas deixou a concretização do programa da organização feminina, à livre iniciativa das suas dirigentes. Apesar de ter sido criada em 1936, só em 1938 apresentou trabalho prático e visível. Até aqui, esteve a organizar-se, a delinear o que pretendia fazer, a tentar criar as comissões pelo país. Apesar de estar determinado nos seus estatutos, a organização de congressos, a criação de um jornal e organizar até 31 de dezembro de 1937, todas as comissões distritais, municipais e paroquiais, nada disto aconteceu. Além de, neste período, não ter realizado nenhum congresso e não publicou nenhum jornal (só veio a acontecer em meados da década de sessenta), e no ano de 1939, só tinha ainda criado nove comissões distritais em todo o país. Nas cidades de Bragança, Braga, Beja, Coimbra, Évora, Guarda, Lisboa, Porto e Viseu (Pimentel, 2001:148). Só a partir do mês de junho de 1938, é que a presidente da direcção expôs as primeiras medidas práticas que seriam, principalmente, a comemoração anual do dia e da semana da mãe no mês de dezembro (Zorro, 1966). Propunha-se atuar diretamente através dos seus centros, em reuniões públicas de propaganda, na imprensa, no cinema e na rádio, através de fundos que procedessem das quotizações particulares ou públicas e de subsídios do Ministério da Educação Nacional. Tratava-se de uma organização de filiação voluntária, tendo como associadas efetivas as mães portuguesas e como associadas auxiliares as mulheres e jovens emancipadas, mesmo não sendo mães, mas que quisessem colaborar na obra da educação e juventude e nas instituições de carácter educativo. Ao longo dos anos teve a gestão de algumas cantinas, da organização de alguns cursos de puericultura e de formação familiar e à organização da semana da mãe,

onde entregava os Berços e Enxovais e os prémios às famílias com maior número de filhos, que era a iniciativa mais visível. No entanto, o Estado pretendeu atribuir à OMEN, pelo menos em teoria, a responsabilidade pelo Ensino Infantil, e suprir a impreparação destas crianças para o ingresso na escola Primária. Desta forma facilitaria a missão da escola e fora dela. Mas como se constatou, o papel da OMEN, no campo da Educação Pré-escolar, não se fez sentir ao longo dos anos. Isto deveu-se, por um lado, por as suas principais dirigentes não estarem vocacionadas nem preparadas para o Ensino Infantil e, por outro, porque ocupar-se dele obrigava a conseguir grandes verbas orçamentais que a OMEN não tinha nem nunca logrou obter do Estado (Pimentel, 2001). Ao longo do seu tempo de existência criou a Escola D. Luís de Castro e uma Biblioteca em Lisboa, alguns Centros Sociais, Rurais e centros de operários como em Cascais, Portalegre, Braga, Guimarães e Aveiro, e Centros Urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra. No apoio à infância esta estrutura organizativa, além de uma ou outra iniciativa social materno-infantil, apoiou maternidades e lactários, cantinas escolares e alguns dispensários durante toda a sua existência. Em matéria de Educação de Infância criou uma instituição com Creche e Jardim-de-infância no Casal Ventoso em Lisboa e dois Jardins-de-infância, um em Guimarães e outro em Coimbra, este último já na parte final do regime no ano de 1971 (Pimentel, 2001). De facto, a criação de apenas estas obras é muito pouco para uma instituição que ficou responsável pelo Ensino Infantil em Portugal.

A OMEN passou por diferentes fases ao longo da sua existência, decorrida entre 1936 e 1974, marcadas pelas disposições da sociedade e do Estado, mas principalmente deste último. Foi uma fase de implantação e dedicação à educação e à assistência que durou a até 1947. A segunda fase foi de 1948 a 1957, marcada por uma viragem da OMEN para a educação familiar rural, como se o seu voluntarismo feminino pudesse refrear a industrialização, a urbanização e a modernização que se fazia sentir em Portugal. A partir desta data a OMEN passou a ter um papel de menos destaque e ficou mais isolada. Para isto muito contribuiu a separação e autonomização da Mocidade Portuguesa Feminina no ano de 1950 que, até à data, tinha estado debaixo da sua tutela. A terceira fase ocorreu entre 1958 e 1967 e ficou marcada pela formação de quadros de educação familiar Rural. O desenvolvimento do mundo rural precisava de uma juventude bem formada e por isso, a OMEN criou em 1958 a Escola de Agentes de

Educação Familiar Rural. Esta fase terminou em 1967, numa altura de maior contestação e de maior crescimento da autonomia da família e da escola, coincidente também com a substituição no Governo, de Salazar por Marcelo Caetano. A última fase foi até 1974 e já foi uma fase de mera existência insignificante (Pimentel, 2001). A OMEN foi extinta pelo *Decreto-Lei n.º. 698/75 de 15 de novembro de 1975*. O seu património foi distribuído por diferentes Ministérios. A escola D. Luís de Castro e a Biblioteca da organização foram entregues ao Ministério da Educação e Investigação Científica, os Jardins-de-Infância de Guimarães e Coimbra foram inseridos no Ministério dos Assuntos Sociais, os Centros Rurais e Centros Operários foram integrados na Junta Central das Casas do Povo e os Centros Urbanos de Lisboa, Porto e de Coimbra foram extintos (Pimentel, 2011).

4.2.1.1. A Obra das Mães pela Educação Nacional em Bragança

Em Bragança, a comissão da OMEN foi formada logo no ano de 1937, constituída por mulheres, bem posicionadas na sociedade de Bragança, tal como as responsáveis nacionais, também esposas de homens que se destacavam pelas posições que ocupavam na sociedade. Era constituída por uma presidente, duas vice-presidentes e quatro vogais. Foi nomeada presidente da Direção Distrital Luíza Eugénia Furtado Dias Teixeira e subdelegada regional Maria Adriana Faria Lopes (*“A Obra das mães em Bragança”*, jornal *Terras de Bragança*, 2/11//1937:3). Acrescentar-se que a presidente da direção foi também diretora do Patronato de Santo António de Bragança. No ano de 1949 foi nomeada Vice-Presidente Clarisse Lobo de Miranda e presidente da comissão Municipal Carolina Maldonado Neves (*“Prémios do dia da mãe”*, JMB, 1/12/1949:1-4). Bragança, como se referiu, foi das primeiras cidades a ter uma Comissão organizada da OMEN. Esta comissão começou logo a funcionar e a apoiar e dar assistência às famílias no ano de 1938, precisamente o primeiro ano em que se organizou a semana da mãe a nível nacional (*“Prémios do dia da mãe”*, JMB, 1/12/1949:1-4).

Tal como no resto do país, em Bragança, a OMEN também era apoiada e estava muito ligada à Igreja. Logo no ano de 1937 a Presidente da Comissão Nacional enviou uma carta ao Bispo da Diocese de Bragança e Miranda – D. Abílio Vaz das Neves a pedir-lhe para que a Igreja desse todo o apoio à OMEN e auxiliasse na criação e na sua organização (*“A Obra das mães”*, jornal *Terras de Bragança*, 2/11//1937:3). Isto

demonstrava o poder da Igreja que funcionava como principal intermediária entre a OMEN nacional e a comissão distrital de Bragança. A partir daqui, a Igreja esteve sempre ao lado das atividades da OMEN, quer na criação e organização da estrutura, quer depois na organização das semanas da mãe e na seleção das famílias, através das paróquias, para receberem os prémios (“*A obra das Mães está com Igreja e sente com ela*”, JMB, 1/1/1943:1). Sentia-se o peso e o valor da Igreja, mas também se sentia o peso e o valor do Estado, fazendo uma propaganda pelos valores da família: “A atividade da “Obra das Mães”, assinala uma vez mais, que o alto significado da palavra *Família* encontrou, com o Estado Novo, quem o acarinhe; numa palavra: quem o eduque para melhor” (“*Semana das Mães*”, JMB, 10/12/1945:1). Em Bragança discutia-se muito, como se pode constatar pela leitura da imprensa da época, sobre o papel da família e da mulher e sobre a crise dos lares. A OMEN procurava proteger a mulher portuguesa e o seu regresso definitivo à vida da família: “É necessário, pois, que a mulher regresse definitivamente à vida da família, à vida íntima, aos vestidos baratos e às longas noites de “croché”, no recanto da braseira. O homem, depois, à força do hábito e ainda do exemplo, acostumar-se-á a ficar na sua companhia” (“*OMEN*”, JMB, 5/1/1946:3).

O apoio que a OMEN prestava na cidade passava por iniciativas que, pontualmente, organizava como eventos para distribuir alimentos e vestuário aos mais carenciados. Nas atas da Câmara Municipal de Bragança constata-se a referência a diversos ofícios da Obra das Mães pela Educação Nacional a solicitar apoio financeiro à Câmara, para distribuir pelas famílias mais necessitadas (AHCMB, Lv. 38 (1938:22v). Quando foi criada, já não havia em Bragança Ensino Infantil nem creches, nem contribuiu para a abertura das que abriram a partir dos anos 50. A sua função limitava-se a auxiliar as crianças e famílias mais necessitadas. Mas a principal atividade que organizava e aquela que lhe dava mais protagonismo era a semana da mãe.

A primeira semana da Mãe organizada em Portugal pela OMEN foi no ano de 1938. Até à década de 60 a semana da mãe foi sempre entre 8 e 14 de dezembro. Iniciava-se no dia 8 de dezembro para se evocar a proteção de Nossa Senhora da Conceição, a Padroeira de Portugal para todas as mães, e era escolhido o domingo dessa semana para ser o dia da mãe, uma vez que “o descanso dominical facilitava aproximação das famílias em volta das mães a homenagear” (“*O dia da mãe*”, JMB,

1/12/1948:1-4). Após 1948 passou a ser no dia 8 de dezembro, porque o dia da Imaculada Conceição foi oficializado como feriado. O dia da mãe foi depois alterado para o primeiro domingo de maio a partir de 1987. Tratou-se da primeira de muitas semanas anuais da Mãe, com as quais se tentou exaltar a família, a maternidade e, ao mesmo tempo, lutar contra o trabalho feminino extra doméstico, as restrições da natalidade e a mortalidade infantil. Bragança foi uma das cidades que organizou também esse evento logo em 1938, ainda que sem a entrega de prémios, mas apenas de donativos a algumas famílias (*“O dia da mãe”*, JMB, 1/12/1948:1-4). A partir daí, foi um acontecimento que se realizou todos os anos. No ano de 1939 a presidente da OMEN - Condessa de Rilvas -, enviou uma carta para o Bispo de Bragança e Miranda D. Abílio Vaz das Neves a pedir-lhe para secundar a semana da Mãe que se efetua desde 8 a 14 de dezembro, em especial o dia da mãe que nesse ano se realizaria no segundo domingo de dezembro e referia também o sucesso do ano anterior. Nesta carta, a presidente da OMEN, pedia a ajuda do Clero e explicava as razões da realização da semana das Mães e o alcance pretendido. Esta carta foi publicada no jornal local pelo Bispo de Bragança de forma a explicar às populações o que era a semana da mãe e quais os seus objetivos:

Em atenciosa carta pede-nos a Ex.^{ma} Senhora Presidente da “Obra das Mães pela Educação Nacional” que recomendemos ao Nosso Rev.^{mo} Clero, especialmente ao Paroquial, se secunde a “Semana da Mãe” que se efetua desde 8 a 14 de Dezembro de cada ano, principalmente “O dia da Mãe”, que no ano corrente se celebrará no segundo domingo de Dezembro. O fim com que foi instituído “O dia da Mãe”, e ao êxito que teve no primeiro ano que se realizou, descreve-o assim a Ex.^{ma} Presidente da “Obra das Mães”:

O dia da Mãe, instituído principalmente para incutir no espírito das crianças e até dos adultos, menos amoráveis, a veneração por aqueles que lhe deram o ser, teve logo a comovida aceitação de todas as pessoas dos mais diversos sentimentos; e assim em grande número de lares já na 1^a “semana da Mãe, em 1938, as mais enternecedoras cenas de homenagem prestadas às Mães pelos filhos, dos mais pequeninos aos mais encanecidos. Dádivas carinhosas de significativos presentes, ofertas de umas simples flores, até do campo, íntimas festas de verdadeira apoteose, ou algumas palavras escritas com o coração quando a distância os separava, tudo isto que já então ocorreu, deveria agora generalizar se, em absoluto, por todos os recantos de Portugal; não sendo também esquecidas, para os sufrágios da Igreja, as Mães que já não são deste mundo. Deseja-se que entre as solenidades do “Dia da Mãe” não falte a Santa Missa aplicada pelas Mães Portuguesas e a consagração destas a Nossa Senhora, feita segundo uma fórmula oficial, que foi aprovada por Sua Ex.^a Rev.^{ma}, o Sr. Cardeal Patriarca, a qual será lida, em nome de

todas as Mães, pela Presidente da “Obra das Mães” na localidade ou por uma Mãe que a represente. Pode V.^a Rev.^{ma} obter exemplares desta fórmula pedindo-a à Presidente Distrital da “Obra das Mães” Ex.^{ma} Senhora D. Luíza E. F. Dias Teixeira, Rua Direita, Bragança. Exortamos os RR. Párocos e demais Ver.^{mo} Clero a facilitar e a animar esta simpática obra dando-lhe a sua melhor cooperação, pois muito interessa à dignificação e santificação das famílias. Da vossa parte a melhor cooperação será, se possível for, aplicar o Santo Sacrifício da Missa pelas Mães Portuguesas, fazer a Homília sobre os deveres dos filhos para com os pais, rezar o terço em comum pela santificação das Mães e terminar com a consagração das Mães a Nossa Senhora feita por uma delas em por V.^a Rev.^{ma} (“*A Obra das mães*”, *jornal Terras de Bragança*, 1/12//1939:1).

A Igreja passou a ser a parceira ideal da OMEN, pois era um ótimo instrumento de divulgação das suas ideias e um excelente auxiliar na sua ação, conjuntamente com o Estado que era o principal interessado em que esta união funcionasse:

A Obra das Mães está com a Igreja e sente com ela: com a Igreja está o nosso governo a quem se deve a Obra das Mães. Esta união de pensamento e mútua compreensão encontrava-se concretizada na presença à memorável sessão, do nosso Venerando Prelado e do Ex.^{mo} Sr. Governador Civil do Distrito (“*Obra das Mães*”, JMB, 1/1(1943:1).

No dia da mãe entregavam-se os prémios às três famílias com maior número de filhos vivos do distrito de Bragança. Para serem aspirantes a receberem os prémios os pais tinham que ser casados pela Igreja, terem um mínimo de cinco filhos menores legítimos e batizados, um “porte moral exemplar” e estarem inscritos na Obra das Mães:

A escolha das famílias a premiar é feita da seguinte forma: Pelos boletins de inscrição que a “Obra das Mães” recebe e em que as declarações dos inscritos estejam devidamente autenticadas pelas autoridades competentes, são feitas as fichas existentes no Secretariado Geral da Obra. Em cada ano, procura-se nessas fichas qual a família de cada distrito ainda não premiada que tenha maior número de filhos, e nos casos de equivalência, dando-se a primazia à que tenha maior número de menores indigitando-se essa para o 1º prémio; a imediata em número de filhos para o 2º, e pela mesma regra são indigitadas as que estejam em condições de receber o 3º, o 4º, etc. Feita esta primeira escolha procura-se obter informações sobre a conduta moral de cada família, que só fica definitivamente escolhida se tais informações são absolutamente satisfatórias. Cada rejeitada é substituída pela imediata, com o respetivo acesso. Não é premiada nenhuma família que não esteja já inscrita nos respetivos boletins da nossa secção de “Famílias Numerosas” (“*Prémios da semana da mãe*”, JMB, 10/12/1949:1-4).

Em caso de morte de um dos progenitores, os prémios só eram entregues às viúvas e nunca aos viúvos com famílias numerosas. Uma família só podia ser premiada uma vez na vida, a partir daí, saía das listas candidatas. Nestas sessões, as famílias eram também homenageadas e engrandecidas: “Nas famílias mencionadas, nós queremos honrar a Família Portuguesa de que eles são modelos vivos (*“Prémios da semana da mãe”*, JMB, 10/12/1949:1-4).

No seu propósito de combater a desmoralização e de exaltar as virtudes da mulher, criou a “Obra das Mães” os prémios pecuniários para as famílias numerosas da classe pobre. Trata-se, portanto, em primeiro lugar, de um prémio às virtudes maternas e sociais, e não de simples esmolas a qualquer condição de pobreza. Por isto mesmo só são premiadas as famílias que, além de legitimamente constituídas, tenham a mais exemplar conduta moral: famílias que aos olhos de todos possam servir de modelo edificante (*“Prémios da semana da mãe”*, JMB, 10/12/1949:1-4).

As informações eram dadas pelas comissões paroquiais, pelo pároco, pelos Professores e algumas entidades públicas e privadas, chegando mesmo a indagar-se junto da Conservatória do Registo Civil. O controlo das famílias era assim exercido pelas mais variadas personalidades ligadas ao Regime e à Igreja, mas eram os párocos os que tinham maior responsabilidade de outorgar ou recusar a entrega dos prémios. Era com eles que a OMEN contava para fazer a triagem das famílias, o controlo dos comportamentos mais íntimos de todos os seus membros e quem fazia a pressão para que os casais se casassem pela Igreja e batizassem os seus filhos. Era através dos padres e dos Professores que a informação sobre as candidaturas a estes prémios chegava a todas as aldeias. A conduta religiosa e a situação matrimonial dos casais eram minuciosamente indagadas pelos párocos que chegavam ao ponto de terem em atenção o trabalho ao domingo ou a ida à Missa. Eram eles que lhe preenchiam os formulários e os entregavam nas sedes de direção da OMEN. Dá-se como exemplo a seleção de uma família que recebeu o primeiro prémio, entregue no ano de 1948, graças ao papel, desempenhado pelo padre da paróquia. Esta família vivia numa pequena quinta isolada do Concelho de Vinhais, distrito de Bragança, chamada Ribeirinha e, nesse ano foi, a escolhida para receber o primeiro prémio de 2500\$00 (*“O dia da mãe”*, JMB, 1/12/1948:1-4). Tratava-se de uma família cujo pai, agricultor, chamado José Maria Castanheira (era irmão do meu avó paterno que nasceu e viveu também nessa quinta) e a sua esposa, Esperança da Glória. Na altura da entrega do prémio tinha onze filhos

vivos e todos menores de idade. Esta quinta, dista 3 km da aldeia mais próxima - Armoniz -, onde frequentavam a Igreja, para onde se deslocava a pé a família inteira, sempre que havia missa. Só existiu escola nesta aldeia nos anos 60. Fruto deste incentivo, ou não, esta família ainda veio a ter mais três filhos. Nos dias de hoje ainda vivem onze filhos dessa família (Dez no Brasil e um em França), os restantes três faleceram já de idade avançada.

Nos primeiros anos da realização do dia da mãe, entregavam-se às famílias quatro prémios, no valor de 1500\$00 para o 1º, 1000\$ para o 2º, e 500\$0 para o 3º e 4º prémios. Estes prémios monetários entregues às famílias eram essencialmente provenientes de beneméritos “eu bem sei que aqueles exíguos 1500\$00 são obra de um benemérito, mas aqui é que devia actuar a Obra das Mães. Arranjar beneméritos” (“*A semana da mãe*” JMB, 1/1/1942:1). Em 1 de janeiro de 1943 realizou-se uma dessas sessões e foram entregues a famílias os prémios, em que o 1º prémio, de 1.500\$00, foi entregue a uma família de Mirandela, com onze filhos vivos. O 2º prémio de 1000\$00, a uma família de Vila Flor, com onze filhos; o 3º prémio de 500\$00 a uma família de Mirandela também com onze filhos e o 4º prémio, também de 500\$00, a uma família de Bragança, com doze filhos (“*A semana da mãe*” JMB, 1/1/1942:1). A partir de 1945, ano da morte da primeira presidente da OMEN nacional – a Condessa de Rivas-, passou a haver mais um prémio de 1000\$00 “em homenagem à memória de tão ilustre Senhora e que foi saudosa presidente e dedicada impulsionadora de tão prestigioso organismo” (“*Semana da Mãe*”, JMB, 10/12/1945:1). Nos anos seguintes, os prémios foram aumentando de valor. Em 1948 os prémios foram respetivamente de 2.500\$0, 2000\$00, 1500\$00, 1000\$00 e 500\$00 (“*O dia da mãe*”, JMB, 1/12/1948:1-4), e o prémio da Condessa de Rivas foi aumentado para 4000\$00. Foi ainda acrescentado mais um prémio de 500\$0 de um Benemérito chamado “Peixoto da Fonseca” Neves (“*Prémios do dia da mãe*”, JMB, 1/12/1949:1-4) e a partir de 1959 passou a ser dado um prémio de 4000\$00 para a família mais numerosa de entre toda as contempladas (“*Estabelecimentos sobre os prémios do dia da Mãe*”, JMB, 2/1/1959:1-4). Daí em diante os prémios não sofreram alterações.

Todos os anos, no jornal local, era publicado o nome completo e profissão do pai de família e da mãe bem como a sua localidade, a quantia que era entregue a cada família, bem como o número de filhos vivos, e os menores (“*Estabelecimentos sobre os*

prémios do dia da Mãe”, JMB, 2/1/1959:1-4). No caso de Bragança a profissão dos pais na sua grande maioria eram profissões ligadas ao campo como agricultor, lavrador e pastor.

A cerimónia de entrega dos prémios do dia da Mãe era realizada na sala de espetáculos mais importante da cidade - o cineteatro Camões - principal e único da cidade e que contava sempre com a participação das pessoas mais importantes do distrito, como o Sr. Bispo Diocesano - que era quem presidia às sessões -, o Governador Civil e os Presidentes de Câmara, que não perdiam a oportunidade de apresentarem os seus discursos. Era um acontecimento cultural muito importante para a cidade e de grande visibilidade com a participação de muitas pessoas da comunidade “os olhos dos vizinhos possam servir de modelo edificante”, “O Teatro Camões gentilmente cedido estava à cunha” (“*A obra das Mães*”, JMB, 1/1/1943:1).

Tratava-se de um evento que era publicitado antes e depois no jornal local e único (Até 1940 *jornal Terras de Bragança*, a pós 1940 *jornal Mensageiro de Bragança*). Pode encontrar-se em todos os meses de dezembro de cada ano uma notícia no jornal *Mensageiro de Bragança* a informar ou publicitar a realização da semana e dia da mãe. Na maioria das vezes era notícia de primeira página como podemos constatar nas referências da página dos jornais:

A comemoração do dia da Mãe de ano para ano não tem se integrado tanto na alma portuguesa que, por certo, já será desnecessária a nossa exortação para que naquele dia a toda as Mães seja prestada pelos seus filhos a homenagem de ternura que elas, sem dúvida já esperam e cuja falta, por conseguinte, lhes deixaria no coração uma nuvem de tristeza (“*OMEN*”, JMB, 10/12/1947:1-4).

Era costume também haver uma notícia a relatar e a fazer o balanço do acontecimento também no mês de dezembro, mas já na parte final ou, então, no mês de janeiro de cada ano. Este facto é demonstrativo da importância que o dia representava para a cidade. Na semana da mãe, além das atividades da cerimónia da entrega de prémios às famílias, havia também outros eventos alusivos à mãe como as jornadas das mães de família:

Durante a semana, far-se-á a exaltação das mães portuguesas nos templos, nos lares, nas escolas. O sacrifício, o amor, o espírito educativo e mais predicados da alma feminina serão consagrados como herança majestática

que se estende de geração em geração, passa de vida para vida numa permanente continuidade, credora de admiração e simpatia, de respeito e carinho” (*“Semana das Mães”, JMB, 10/12/1945:1*).

Envolvia a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) na sua organização e também suas filiadas. Eram elas que produziam e angariavam a maioria das ofertas que se iam presentear e tratavam de toda a animação do espetáculo que decorria:

O significado da solenidade promovida no dia 13 foi também compreendido pela Mocidade Portuguesa Feminina de Bragança que generosamente prestou o seu concurso para que a sessão de homenagem às Mães fosse um acontecimento que a honra e nobilita. Carinhosamente, as nossas filiadas confeccionaram os enxovais que foram oferecidos, nesse dia, com dois berços- mimos de simplicidade e bom gosto - que desinteressadamente contribuíram, por sua vez, para o deslumbramento da sessão (*“Obra das Mães”, JMB, 1/1/1943:1*).

A organização desta semana e a homenagem que se fazia às famílias com muitos filhos era uma autêntica campanha de propaganda da natalidade prolífica: “A Obra das Mães luta pelo engrandecimento da Nação ofertando-lhe muitos filhos e da melhor qualidade, dignificando a Família e restituindo-a à grandeza das épocas gloriosas” (*“Obra das Mães”, JMB, 1/1/1943:1*). Todos estes movimentos serviram à OMEN como forma de dominação das famílias e injunção de determinada conduta social, moral e religiosa. Usados também para instituir um paradigma de família pobre, conformista, obediente e subserviente perante as elites, adaptada à ideologia e à moral vigente.

Também sofreu alguma contestação visível em algumas notícias de jornais No início de janeiro de 1942 é publicado um artigo sobre a semana da mãe no jornal *Mensageiro de Bragança* (JMB) onde o autor, apesar de tributar simpatia e louvor à OMEN, e demonstra-lhe apoio, lamenta que não haja também uma Obra dos Pais. Mencionou que não entende o alcance da obra porque foi assistir a uma exposição da Obra das Mães de berços e enxovais, mas, afinal, o que viu foi obra das filhas – as moças da MPF. Referiu que viu berços, mas vazios sem a obra das mães que seriam os bebés. O autor estava a referir-se que as mulheres deviam, contribuir mais para o aumento da natalidade (*“Obra das Mães”, JMB, 1/1/1942:1*). Evidentemente haveria outras contestações, mas essas não seriam tornadas públicas.

A organização da semana da Mãe era a principal atividade que a Obra das Mães realizava na cidade de Bragança. No entanto, em especial nos primeiros anos da OMEN,

organizou algumas exposições de enxovais e promoveu alguns espetáculos no Cineteatro Camões, fora da semana da Mãe, mas à sua semelhança, também com a ajuda da MPF e com a presença das individualidades da cidade. Como exemplo faz-se referência a uma sessão solene organizada no dia 22 de junho de 1942 pelas 22:00 no Cineteatro da cidade organizado pela OMEN e presidida pelo Sr. Bispo e Governador Civil (“*Obra das Mães*”, JMB, 1/7/1942:1). Esta sessão solene foi organizada para entregar simplesmente “três berços e outros tantos enxovais a três famílias desta cidade”. A realização de exposições de berços e enxovais era para transmitir o “asseio e bom gosto compatíveis com a pobreza” (“*Obra das Mães*”, JMB, 1/7/1942:1).

Além da ajuda que a OMEN contou das mulheres da MPF (pelo menos até 1950), também teve a ajuda das alunas de diversas escolas da cidade - Escola Industrial Emídio Navarro, alunas do Liceu Emídio Garcia, alunas internas do Asilo Duque de Bragança, alunas internas do Colégio do Sagrado Coração de Jesus e alunas do Magistério Primário de Bragança, principalmente na confeção de enxovais e berços.

A OMEN era referenciada em Bragança como um “organismo que tem como função primeira educar gerações no culto da Pátria e da Família, através da multiplicação da prole” (“*Semana da Mãe*”, JMB, 10/12/1945:1).

Também foi discutida a questão se a OMEN era mais de caráter assistencialista ou de caráter educativo. A Obra das Mães também contava com a ajuda dos Professores na divulgação da sua obra e na sensibilização das crianças para a importância do dia da mãe. Considerava muito importante a envolvimento das famílias, mas também considerava importante a envolvimento da escola, através do Professor:

É no entanto, na alma das crianças que muito principalmente convém despertar a compreensão e o interesse por estas expansões efectivas, que hão-de concorrer para lhes inculcar ou radicar na alma o sentimento terníssimo que lhes deve merecer a Mãe. No lar, os pais e os mais velhos devem ser os grandes impulsionadores deste movimento infantil. Mas, talvez, ainda mais na Escola, os Professores – agindo como insuspeitos – poderão exercer nos seus pequenos alunos a poderosa sugestão para esta prática edificante. E a Obra das Mães pela Educação Nacional não ignora nem esquece quanto já se deve à dedicação do Professorado, na preparação espiritual e até material destas jornadas da infância, em cidades e vilas como nas mais recônditas aldeias (“*O dia da mãe*”, JMB, 1/12/1948:1-4).

Durante o período da existência da Obra das Mães, precisamente entre 1936 e 1975, abriram-se em Bragança alguns Jardins-de-Infância mas nenhum foi da sua

iniciativa. A única diligência que se lhe reconhece teve a ver com o interesse e ajuda que a direção da OMEN de Bragança manifestou em fundar, na década de 50, uma associação designada “Amigos da Infância” para benefício das crianças da cidade com o objetivo de abrirem um Jardim-de-infância, uma Creche e um Parque Infantil (“Jardim Escola e Jardim Infantil de Bragança”16/6/1954:6). Em junho de 1954, reuniram com o Presidente da Câmara onde o informaram das suas pretensões e da recolha de apoios que andavam a fazer junto das entidades oficiais. Nessa conversa discutiu-se a melhor maneira de se levar a efeito o que se pretendia e sobre os locais que seriam mais apropriados para cada uma das obras desejadas e sobre a organização da associação a fundar (“Jardim Escola e Jardim Infantil de Bragança”16/6/1954:6). Entretanto, o Bispo D. Abílio, andava também a fazer diligências para a abertura de um Jardim-de-infância na cidade, da responsabilidade da Congregação Religiosa das Irmãs Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado que se efetivou no ano de 1956.

A OMEN ajudou a criar a Associação “Amigos da Infância” mas não conseguiram atingir os objetivos pretendidos na sua totalidade. Com o auxílio da Congregação das Servas Franciscanas de Jesus Sacramentado, ajudou apenas à criação de uma Creche pela associação que foi inaugurada no dia 28 de fevereiro de 1958, nas instalações da Casa do Arco (*“Infantário do Centro de Assistência Social”*, JMB, 7/2/1958:6), onde também funcionava o Jardim-de-infância Santa Clara, inaugurado em 1956. No dia da inauguração já tinham seis bebés inscritos e dez berços: “dez berços, rescendentes de graça, estão prontos para receber outras tantas crianças. Os seis pequerruchos que estão já a ser assistidos apresentavam um magnífico aspeto” (*“Infantário do Centro de Assistência Social”*, JMB, 7/2/1958:6). A Creche foi uma iniciativa que durou pouco tempo pois encerrou passados poucos anos.

4.2.2. A Creche “O Ninho dos Pequenininhos”

No ano de 1958 foi criada em Bragança a Creche “O Ninho dos Pequenininhos” que teve apenas um ano de existência. Merece ser destacada neste trabalho, por ser uma iniciativa particular, de um grupo de senhoras sem qualquer ligação a uma instituição religiosa ou organismo estatal. Era um grupo de senhoras bragançanas, pertencentes à elite da cidade, esposas de figuras proeminentes da sociedade, que constituíram uma

comissão organizadora: Laura de Sá Alves, Ana Pires Quintela, Laura Lopes Torres e Maria Montalvão Machado Cunha.

A interessante iniciativa de um grupo de senhoras, que à obra citadina de beneficência tem oferecido a melhor da sua deicação, verifica-se, hoje, como alegre realidade, a criação, em Bragança, do «Ninho dos Pequeninos». É mais uma luz no ambiente carinhoso da nossa Terra. É mais um sopro vivicante para a obra de proteção às criancinhas, fruto da bondade, de carinho e de amor da comissão organizadora: Dona Laura de Sá Alves, Dona Ana Pires Quintela, Dr^a. D. Laura Lopes Torres, Dona Maria Montalvão Cunha. Para a consecução deste objetivo meritório, que teve o aplauso unânime de boa gente bragançana, destaca-se a actuação do Dr. António Quintela e do Prof. Dr. Paulo Quintela, que ligaram o seu nome, de forma indelével, a mais uma obra prestimosa.

Eleitos, em assembleia geral, os corpos directivos, assim constituídos: Assembleia Geral: Presidente, Cónego Luís Ruivo; Vogais, Dr. Manuel Pires e Dr. Artur Flores. Direção: Presidente, Dona Luísa Furtado Dias Teixeira; Secretária, Dona Maria Montalvão Cunha; Tesoureira, Dona Laura Lopes Torres; Vogais, Dona Amélia F. Rapazote e Dona Beatriz Pires Monteiro (*“Ninho dos Pequeninos”*, Grupo *Os amigos de Bragança*, 3/2/1958:9).

A sua principal impulsionadora foi Maria Montalvão Machado Cunha, flaviense de origem mas que casou em Bragança onde passou a residir. Escritora de lendas e contos e de vários artigos de jornais (ex: *“Virtudes das Gentes transmontanas”* Grupo *Os amigos de Bragança*, Março de 1955), ligada e devota às causas sociais da Cidade:

A Senhora D. Maria Montalvão Cunha – esposa e mãe – vai modelando a sua obra primorosa: Prosa, de estilo vivo e brilhante; páginas de arte, de beleza e sinceridade. Em linguagem elegante, dá vulto e alma às suas lendas e aos seus contos, urdidos pela humildade, pela sinceridade e pela fé. É sinceramente devotada à gente e coisas bragançanas. Todos os seus trabalhos literários, de leitura tão útil, tão interessante e tão agradável, devem figurar, por prazer espiritual nos escaparates das nossas pequenas bibliotecas (*“Página Feminina”*, Grupo *Os amigos de Bragança*, Julho de 1959, nº 22).

A ideia de abrir uma Creche era sonho antigo desta senhora. Para isso sentiu necessidade de ir visitar uma Creche e verificar como funcionava. Queria levar consigo um grupo de amigas importantes da cidade a visitar uma Creche, para que ficassem, tal como ela, com o desejo de, na sua terra e consoante as possibilidades, fundarem uma Creche para bem das mães – onde se “abrigariam os filhos durante a sua ausência do lar,

das mães que labutam dia a dia pelo pão” (“*A Creche da Areosa*”, *Os amigos de Bragança*, Maio de 1955). Não se revelava tarefa fácil, porque havia poucas creches em funcionamento. No ano de 1955 conseguiu organizar-se e foram fazer uma visita à Creche de uma fábrica - a Creche da Areosa no Porto - propriedade do industrial e benemérito Pinto de Azevedo -, no sentido de se inteirar da sua importância e do seu funcionamento (“*A Creche da Areosa*”, Grupo *Os amigos de Bragança*, Maio de 1955). Ali puderam constatar o que pretendiam saber sobre o funcionamento de uma Creche:

Ver aquelas criancinhas aí resguardadas desde as sete da manhã às cinco da tarde, auferindo todas as regalias como se filhas de milionários fossem. Tudo nos foi patenteado pela Ex.ma Directora desde o horário do regime alimentar sabiamente prescrito às diversas idades, aos consultórios médicos, - instalações de Raio X, etc – refeitórios, dormitórios, vestuário, lavandarias e recinto próprio onde as mães lactantes e segundo as regras higiénicas, podem amamentar os seus bebés. É nesta altura tão propícia que às mães são dadas noções de puericultura, - necessárias a toda a mulher!- Elucidando-as dos perigos a que expõem os seus pequeninos usando de costumes e hábitos nocivos, tendentes só a prejudicar esse ser tão débil que é a criança em seus primeiros meses e anos (“*A Creche da Areosa*”, Grupo *Os amigos de Bragança*, Maio de 1955).

Depois desta visita o seu desejo de abrir uma Creche na cidade de Bragança saiu reforçado. Além do seu grupo de amigas, envolveu na criação da Creche outras personalidades de reconhecido destaque social na altura, na sociedade de Bragança. Apresenta-se a seguir uma tabela com as principais individualidades da cidade de Bragança que estiveram ligadas à criação da Creche *O Ninho dos Pequeninos*.

Tabela n.º 24 - Cidadãos bragançanos que estiveram ligados à criação da Creche "Ninho dos Pequenininos"

Nome	Função na Creche Ninho dos Pequenininos	Profissão
Cónego Luís Ruivo	Presidente da Assembleia Geral (AG):	Pároco
Manuel Pires	Vogal da AG	Médico do Hospital da SCMB
Artur Flores	Vogal da AG	Médico do Hospital da SCMB
Luísa Furtado Dias Teixeira	Presidente da Direção	Presidente da Obra das Mães pela Educação Nacional
Maria Montalvão Cunha	Secretária da Direção	Escritora e esposa do Médico escolar do Liceu
Laura Lopes Torres	Tesoureira da Direção	Médica na SCMB e esposa de Manuel de Jesus Torres (Major do exército e médico) Exerceu ainda os cargos de: -Diretora do Hospital da SCMB Diretora do Colégio do Sagrado Coração de Jesus Fundadora e diretora do Lactário de Bragança Diretora do Asilo de São Francisco
Amélia F. Rapazote	Vogal da Direção	Esposa do Major e Médico António Gonçalves Rapazote
Beatriz Pires Monteiro	Vogal da Direção	Professora Primária e pintora
Laura de Sá Alves	Comissão Organizadora da Creche	Professora Primária Esposa do Advogado Dr. Sá Alves
Ana Pires Quintela	Comissão Organizadora	Irmã de Paulo e António Quintela
António Quintela	Apoiante e amigo da Creche	Professor do Liceu de Bragança
Paulo Quintela	Apoiante e amigo da Creche	Professor Universitário

Fonte: Informações de várias pessoas vivas da cidade de Bragança

Como se pode observar na tabela, várias individualidades da cidade quiseram estar ligadas à criação da Creche. Era uma necessidade que se fazia sentir na cidade. Nesse ano de 1958 não havia qualquer resposta educativa e assistencial para crianças até 3 anos de idade. Havia apenas uma instituição a funcionar com Jardim-de-infância (Jardim-de-infância ou Escola Infantil de Santa Clara inaugurado em 1956) para crianças de idades de 3 a 6 anos. Procurava-se desta forma dar resposta às necessidades das famílias com crianças até 3 anos de idade para frequentarem a Creche.

A Creche foi inaugurada no dia 30 de janeiro de 1958 (*"Ninho dos Pequenininos"*, Grupo *Os amigos de Bragança*, 3/2/1958:9). Ficou instalada, ainda que a título provisório, numa dependência da Escola Infantil Católica de Nossa Senhora das Graças. A direção

fez a inauguração, com a presença de diversas personalidades da cidade como o Governador Civil do Distrito, as autoridades civis, militares e religiosas e as pessoas de maior relevo. No ato da inauguração foram proferidas as seguintes palavras pela Secretária e ilustre escritora, Senhora Dona Maria Montalvão Cunha que aqui se apresenta na íntegra:

Saúdo V. Ex.^{as} e presto a minha homenagem de muita admiração e reconhecimento por quem tão altamente, como V. Ex.^{as}, patrocinou aquela ideia, aquele anseio, que nasceu no coração das mães desta cidade e que era, nem mais nem menos do que a criação deste Ninho que ora se inaugura com tão subido prazer de alma. Vós o sabeis: Três anos foram de canseiras, de projectos e até de sonhos, porque não? É que esta obra, de tão afectiva dá asas à imaginação em voos constantes de Beleza e espargue na alma daquela doçura que vai despertar, ainda, mais, esse sentimento tão profundo em toda a mulher: o instinto maternal. Que maternal é toda a assistência prestada à infância! Mas, em sua essência, o que é um ninho? V. Ex.^{as} o sabem. Contudo, permita-se-me que o delinie, o esboçe, em seu mais amplo e elevado sentido: Um Ninho é essa organização tão bela tendente a recolher a infância em suas idades primeiras, salvaguardando-a dos perigos a que estraia exposta, pela ausência das Mães, em virtude do seu trabalho fora do Lar. Porém, mais longe vai o seu alcance social e moral: Preparar seres sádios, para um dia, trinfarem na vida. Por outras palavras e até espiritualizando-as: Um Ninho é prodigioso de Amor, nessa Obra de formação de corpos e início de modelação de almas. O pequenino ser aí será cuidado em seu todo físico e, consoante os anos se forem dobrando pelas mãos do Tempo, modelado sem eu ser moral. Não digamos que é cedo em demasia. Seríamos retrógados perante a ideia dos Mestres que nos mostram à evidência que, sendo a criança um ser em evolução, necessita desde os primeiros dias que dela nos ocupemos, não só física como psiquicamente. A primeira educação se ministra no berço, prossegue além dos dias doirados da infância, para dar seus frutos na juventude, quando orientadas, essas fases da vida, debaixo daqueles princípios que a lógica da ética e da boa razão ordenam. É por tal motivo que, se toda a Obra Social, é uma necessidade ingente – Assim nos manda o decálogo e a mesma Lei civil – que deve merecer do alto critério dos governos a maior atenção, esta, das Creches ou Ninhos Infantis, é primacial. Olhemos ao longo da história: Que vemos nós? Os povos que fortalecida queriam a sua grei iam prepará-la à infância, a esses primeiros anos tão definitivos no todo somático e psíquico do indivíduo. É flagrante a analogia do ser vegetal como o ser humano em seus primórdios: Planta mal nascida e com deficiência cultivada, pouco ou nada há a esperar dos eu viço futuro. Quanto a este parecer está tão enraizado na mente popular que de geração para geração vai tornando morredoiro o seus entir, fundado na experiência, que é a sua sabedoria, quando diz; - De pequenino se torce o pepino. Para que assims eja há que lançar-lhe a mão da Caridade, os eflúvios do espiritualismo, as fragrâncias da religiosidade, corrigindo e aperfeiçoando, sempre que a natureza não seja

pródiga em seus dons. No vasto e complexo campo educacional nada é impossível, entre os seres normais, desde que o tacto e perseverança se arvorem em bem cumprir, semeando o amor e mais amor. Pois foi ali cercada neste amor – base, pedestal de toda a virtude cristã – que se instituiu a Obra das Creches, hoje de projeção mundial e que os eu início teve em França, por 1844. Tão bela iniciativa, tendo por mira proteger a infância, educar a Mãe e depurar os costumes, criação do espírito gentil de João Baptista Francisco Marbeau, não só empolgou todo o povo francês, dedicando-se-lhe no tempo de Napoleão III a formosíssima Imperatriz Eugénia, como os Pontífices Romanos Gregório XVI e Pio IX se dignaram abençoá-la. E ideia endémica, verdadeira pandemia a quem se não demarcam fronteiras, implanta-se nos países europeus e, como não podia deixar de ser, livre entrada teve nas Terras mimosas de Santa Maria, tão fecundas em nobres gestos e façanhas. Desta forma se abriu a primeira Creche, denominada de S. Vicente de Paula, em Portugal, na Capital do Norte a 21 de Novembro de 1852. O idealista benemérito, que a tal trabalho se propôs, foi João Vicente Martins e dizem as crónicas do tempo que coadjuvado foi nesta realização, por nomes de primeira grandeza no Campo das Letras e da Oratória. A segunda Creche Portuguesa se fundou em Lisboa, sob a proteção da mui nobre alta Rainha Senhora D. Maria Pia. Estava lançada, entre o doce povo português, a criação dos Ninhos, Obra tanto mais bela quanto é certo que, da boa constituição física, depende, em grande parte, o robustecimento moral. E porque assim é, sendo a criança ser mimoso, dedicado fruto do Amor apto a receber todas as formas, necessários e torna amparar e modelar a preceito. E como podem as Mães, que obrigadas são a ganhar o Paão Nosso de cada dia, velar, como convém, pelo filho tamanhinho? Neste ponto, olhemos, minhas Senhoras e meus Senhores, a realidade sem os atavios da imaginação ou as galas da Literatura. A Mãe sai de casa porque a tal obriga a necessidade, horas talvez a fio e o filho, o pequenino inocente, o ser débil que um amparo constante requer, a quem ficará entregue? A uma vizinha igualmente atenta aos seus filhos e às suas lides? Deitadinho sem eu berço sem ninguém que o vigie e o atenda em suas necessidades? O acalme sem eus choros que podem ser de dor? Eis meus senhores e Senhoras o problema crucial de toda a Mãe sem haveres. E que há aí, nas moradias humildes, onde por vezes, é um viveiro humano, que prescindia das canseiras fora do Lar? Meditemos queridas Mães desta terra, tão linda porque nela viceja o Amor pelas Obras de Bem-Fazer: Se na alma de nós outras existe esse affecto tão grande, esse amor incomensurável, mesmo maior que os espaços ilimitados no Infinito – quem jamais poderá avaliar o maior sagrado de uma mãe, qualquer que ela seja? – pelo filho que geramos e demos à luz da vida – o nosso querido menino que aos Anjos sorri e a sua Mãe! – fiando, recendo e bordando para ele as vestes mais macias, vigiando-o depois com amor, será justo, será humano, que não pensemos nas demais Mães que tais desvelos não podem prestar aos eu menino, por falta de haveres e de tempo? Oh! Seria crueza do nosso lado que Deus não perdoaria. Igualmente imprevidência das autoridades se tal assistência se não exercesse. Toda a criança representa um valor social e moral. É uma força! Logo, por ela velar, antes e após o nascimnto, dando-

lhes pão e ambiente sadio no seu mais amplo sentido, é garantir, sem sombra de dúvida, a saúde física e moral da grei. Hoje criança – botãozinho róseo que nos enleva e faz sonhar em tudo quanto é bom e puro, amanhã homem, soldado da Pátria, cidadão do Mundo, impelido por seus princípios salutareis, havendo por base a ética, a honrá-la, engrandecê-la, inscrevê-la nas páginas de ouro da imortalidade. Pois bem. O Centro de Assistência Social, desta cidade de Bragança, abre neste momento – hora linda para as mulheres desta Terra por cujas mãos patricias passaram as delicadas roupinhas que irão acalantar os pequeninos a quem a fortuna não doirou os berços da infância. Vós Mulheres Brigantinas, fostes quais outras Fadas Boas que sorrindo e cantando, eus ei, talvez alguma canção de embalo, confeccionastes pequeninas maravilhas, coisas mimosas e belas, com o único objectivo de minorar a dor. Graças vos sejam dadas, mulheres brigantinas – força do Lar e arrimo da pobreza. Vós, como os heróis de antanho desta Província Transmontana, ostentar podeis, a par da sua coroa de loiros, símbolo da vitória, o troféu da Caridade. Dele sois detentora por direito e por justiça. Hora linda e hora grande é a que decorre neste momento, sim, mas também hora a registar, pois que assinala, mais uma vez o espírito altruísta e inovador, das EX.^{mas} Autoridades Religiosas e Civis desta Terra, patrocinando tão merotória Obra – que de um sonho nasceu e o Amor- Amor sublime! – fez triunfar. Por tal motivo, a alegria que nos inunda a alma é tão intensa e neste júbilo estão connosco, não só a Direcção actual de quem é Digníssima Presidente a Ex.^{ma} Senhora D. Luísa Furtado Dias Teixeira, como a precedente e a quem esta Obra muito e muito deve, desde a Ex.^{ma} Senhora D. Laura Sá Alves, à Ex.^{ma} Senhora D. Ana Quintela e Ex.^{mo} Senhor Dr. António Pires Quintela, que nós podemos dizer: Foi uma das horas felizes da nossa vida – hora e hora bela!- porque um sonho se concretizou, o que na existência do Homem neste mar-magnum de incertezas e de lutas é pão nosso de cada dia. Ex.^{mas} Autoridades! Nobilíssimos Brigantinos! Senhoras minhas e filhas desta Terra tão justamente citada por seus feitos de valentia e dons de intelectualidade e benemerência: O Centro de Assistência Social, não já no edifício que se lhe destina com todos os requisitos que a técnica actual impõe, mas em aposentos provisórios mui gentilmente cedidos pelas Irmãs Franciscanas Reparadoras do Santíssimo Sacramento, abriu os seus braços aos pequeninos num óculo de Boas – Vindas. Acarinhemo-lo! Proteja-mo-lo! Bafeje-mo-lo de ternura, ajudando-o, acalentando-o, animando-o, como e aqui estivera a ser embalado o vosso, o meu filho, pequenininho. 30 de Janeiro de 1958 (*“Ninho dos Pequeninos”*, Grupo *Os amigos de Bragança*, 3/2/1958:9).

Sem edifício nem instalações próprias, a Creche ficou instalada numa divisão que lhe foi concedida pela Congregação Religiosa das Servas Franciscanas de Jesus Sacramentado na Casa do Arco onde funcionava também a Escola Infantil.

Depois até nos pediram para lhe deixarmos instalar diziam provisoriamente uma sala de Creche aqui. Mas funcionou durante pouco tempo. Aquilo não

deu em nada. Abriram em 1958 e estiveram abertos pouco tempo à volta de um ano. Nós não tínhamos nada a ver com aquilo. Elas lá montaram um quarto que lhe disponibilizámos, puseram lá umas caminhas e tinham lá alguns bebés (Entrevista Educadora 1).

Na figura a seguir apresenta-se a figura com a sala onde funcionou a Creche.

Figura 2 - Creche Ninho dos Pequenininos de 1958-Bragança



Fonte: Revista *Os amigos de Bragança*, 3/2/1958:9).

Pode observar-se o aspeto do interior da sala da Creche, com 5 camas pequenas e algumas crianças a brincarem no chão com diversos brinquedos espalhados pelo chão.

A Creche nunca chegou a mudar de instalações e encerrou ao fim de um ano de existência (Entrevista Educadora 1). Chegou assim ao fim uma experiência de Creche na cidade, de iniciativa particular. Teria sido muito difícil a sua manutenção sem estar ligada a nenhuma instituição religiosa, sem qualquer apoio financeiro estatal, sem instalações próprias, tendo todos os custos que ser suportados pelos pais das crianças, o que acarrearia uma mensalidade incomportável para a maioria das famílias. Só viria a criar-se novamente uma creche na cidade de Bragança no ano de 1976, com a inauguração do Centro de Bem Estar Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Bragança.

4.2.3. A influência do Bispo D. Abílio Augusto Vaz das Neves na Educação de Infância em Bragança

Neste estudo destaca-se o Bispo D. Abílio Augusto Vaz das Neves por se considerar que foi muito importante na educação em Bragança, em particular na Educação de Infância, e porque se constituiu o principal responsável pela abertura dos Jardins-de-infância da cidade e do distrito, como se procurará demonstrar a seguir.

O Bispo nasceu a 8 de Junho de 1894 e faleceu a 7 de março de 1980. Era Natural de Ifanes, concelho de Miranda do Douro. Na adolescência foi para São Tomé de Meliapor na costa oriental da Índia, onde estudou e foi educado no seminário local com muita influência inglesa. Depois de concluir o liceu passou para o seminário maior dirigido por padres jesuítas italianos onde frequentou o curso de Teologia, sendo ordenado presbítero em 1919. Além de exercer funções de capelão na Sé de Meliapor foi também diretor de um internato e depois de um orfanato e também Professor na Universidade Feminina de Madrasta. Em 1933, foi eleito bispo de Cochim na Índia, onde ficou até ser transferido para a Diocese de Bragança no ano de 1937. Foi bispo de Bragança entre 1938 até ao ano em que veio resignar, em 1965. O trabalho de D. Abílio manifestou-se na organização da catequese em todas as paróquias da Diocese, na educação das crianças, em especial na preparação das mentalidades das pessoas da sociedade para a importância da educação das crianças antes da entrada na escola Primária, na Obra dos Seminários, no Congresso Eucarístico Diocesano e na fundação do Semanário Diocesano o jornal *Mensageiro de Bragança* no ano de 1940. Procurou, com muito rigor disciplinar, organizar o clero e fundou a Ação Católica. Em 1943 começou a organizar as festas do 4º centenário da Fundação da Diocese, celebradas em Miranda do Douro no ano de 1945. Reorganizou todas as paróquias da diocese e fez a visita pastoral, diversas vezes, a toda a diocese. Fundou ainda a Congregação Feminina das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado, onde se destacou pelo apoio que deu a esta Congregação na abertura de diversas creches e Jardins-de-infância em várias localidades, e na abertura dos colégios São João de Brito de Bragança e de Mogadouro, destinados à educação dos jovens. Durante o seu prelado, a Diocese teve uma vida religiosa intensa. Com o rigor e zelo que o marcaram, conseguiu unir a diocese, fazer-se obedecer e respeitar. Foi um dos bispos que mais relevo alcançou na vida da Igreja, quer na cidade quer em toda a sua diocese. Via o investimento na

formação, principalmente das crianças e dos jovens, como um predado da sua Obra Social e Religiosa. Incentivou a promoção de obras em prol da Educação de Infância e de jovens nas diversas instituições que apoiou e ajudou a formar.

A sua formação educativa foi, essencialmente, prática na formação dos jovens nos Internato e Orfanato da Índia e, teórico-prática, através da enorme campanha a favor da educação na diocese de Bragança, contra a “ignorância religiosa” e “falta de mentalidade católica” que disse ter encontrado em Portugal (Neves, 1962). Elaborou diversas pastorais sobre educação cristã e ensino religioso, destinadas aos diocesanos de Bragança e Miranda. Para organizar a catequese da diocese, publicou um extenso programa de instrução e formação religiosa, com indicações didáticas para as catequistas, padres e Professores. Preconizava um ensino baseado na narrativa bíblica de aplicação prática. Defendia que se devia usar uma linguagem adaptada às crianças e com auxílio de imagens. Demonstrou sempre preocupação pela educação das crianças onde destacou o papel primordial que desempenha a Igreja, a Família e o Estado, como principais responsáveis, mas via a família como o primeiro núcleo de formação. Para ele era fundamental formarem-se os jovens nubentes, principais responsáveis nos deveres ordinários e elementares de Educadores do lar. Nesse sentido, apresentou os princípios fundamentais sobre a sua formação: O que é a educação; Sobre que pessoas recai principalmente a obrigação de educar; Qual é a ordem dos Educadores sob o ponto de vista da sua influência na formação da criança; O que se entende por harmonia dos Educadores; Porque é que a criança tem necessidade de ser amada; Quando deve principiar a educação moral. Na apresentação que fez, sobre a pastoral sobre o ensino religioso e formação cristã, denunciou a crise de fé que afetava, naqueles tempos, a população da sua diocese. Nesse sentido, disse que competia à família em primeiro lugar a “dar as primeiras lições de educação e criar a criança num ambiente de fé” (“*D. Abílio*”, JMB, 1/3/1942:1-4), e que cabia aos párocos consciencializar os pais do seu gravíssimo dever de iniciar e orientar a educação e formação religiosa dos seus filhos e a criação de “escolas infantis junto às escolas de catequese de cada freguesia, principalmente onde se verifique o trabalho intenso das mulheres casadas e com filhos “onde quotidianamente, religiosas ou catequistas especializadas ministrassem às crianças dos 3 aos 6 anos os primeiros elementos da religião e as preparassem para o futuro ingresso na Catequese Paroquial e na instrução Primária” (Neves, 1962:25).

É precisamente devido a este seu interesse pela Educação de Infância que é destacado neste trabalho. Foi um dos homens que mais fez pela Educação de Infância na cidade de Bragança nas décadas em que esteve a dirigir a diocese, e a ele se deve a abertura de Creches e Jardins-de-infância em todo o distrito: “Abriu escolas Infantis em Bragança, Mirandela e Macedo de Cavaleiros (*“D. Abílio Vaz das Neves”*, JMB, 14/1/1958:3). Era um homem viajado e culto e quando apareceu na cidade, tinha uma grande experiência no campo educativo e sabia o que as crianças e as famílias precisavam para o seu desenvolvimento:

Mas depois veio o senhor D. Abílio para Bispo de Bragança e Miranda. O senhor D. Abílio foi formado na Índia e vinha com a formação inglesa e francesa. Ele sabia o que a sociedade precisava e por onde começar que era pela educação das crianças desde o berço (Entrevista Educadora 1).

No ano de 1940, o tema da educação das crianças antes da entrada na escola Primária, era um assunto que já estava resolvido e não fazia parte da discussão pública – O Estado tinha-se encarregue de fazer bem este trabalho de doutrinação – e era, unanimemente, aceite por toda a sociedade que as crianças destas idades deviam estar em casa com a família, e em especial com a mãe. Ao aparecer uma personalidade com um discurso diferente, iria demorar tempo a conseguir passar a sua palavra, e mais do que isso, a operacionalizar as suas ideias. Defendia a abertura em todas as paróquias, ou de uma “Escola Infantil” de orientação cristã com edifício próprio, ou na sua substituição de duas salas de catequese (*“D. Abílio”*, JMB, 15/2/1942:1-4). Para o que ambicionava sabia que não podia contar com a ajuda nem apoio estatal, pois o dinheiro não abundava nem na Igreja nem na sociedade, por isso não era tarefa fácil. Sabia que tinha que ser através das pessoas, das suas vontades e para tal, havia que as formar numa primeira fase para serem elas a desejarem e a operacionalizarem essas ideias. Iniciou assim um trabalho de formação e de sensibilização com toda a comunidade sobre a importância da educação das crianças logo a partir do nascimento e o papel que cada um desempenhava nesse campo. Defendia que tinham responsabilidades desde a família em especial a mãe, o pai, a Igreja através dos párocos e o Estado através dos Professores. Mas também eram importantes todos aqueles que contactassem com as crianças desde os irmãos, tios, avós, vizinhos, etc. Quando chegou a Bragança, em 1938, não havia na cidade qualquer instituição educativa para crianças antes dos seis

anos de idade, por isso, quando soube da existência de um pequeno asilo e Creche para crianças, criado por duas senhoras devotas, numa pequena aldeia da sua diocese – Asilo de Pereira-Mirandela – interessou-se logo pela sua obra, visitou-as logo em 1939 e auxiliou-as, no seu desejo de se transformarem em Congregação (“*Provisão – D. Abílio Vaz das Neves*”, JMB,15/2/1942:1-4). Nessa visita, verificou que, além das fundadoras, trabalhavam no asilo uma professora, 4 senhoras auxiliares e havia perto de 40 crianças (“*Inauguração do Asilo de Pereira*”, JMB,20/2/1949:1). Viu, nesta pequena instituição, a ajuda e motivação que precisava para iniciar o que pretendia: abrir escolas infantis e salas de catequese e tinha agora ótimas aliadas. Ajudou-as a desenvolverem-se, a abrirem creches em várias localidades e no seu processo de formação, até ser decretada, legalmente no ano de 1950, instituição canónica como Congregação Religiosa de direito diocesano, denominada Congregação Religiosa da Congregação das Servas Franciscanas de Jesus Sacramentado:

Ele vinha com essa formação de lá, e então, quando chegou à Diocese não tinha catequistas nem tinha nada. Depois havia uma nossa fundadora e mais duas senhoras que já há muito tempo que queriam fundar uma Congregação em Pereira e ele tomou logo a iniciativa e aproveitou a iniciativa e fundou logo a Congregação juntamente com elas. Elas tinham o desejo de abrirem uma Congregação e ele tinha o desejo de abrir escolas infantis e salas de catequese e para isso contava que as irmãs o ajudassem (Entrevista Educadora 1).

Estava decidido a conseguir criar o Jardim-de-infância, e ver realizado o seu sonho desde que chegou à diocese. Sabia que o Estado Português não abria escolas infantis e, por isso, solicitava ajuda aos “chefes de família e instituições citadinas, particulares e públicas, como eram, o Governo Civil, Câmara, Tribunais, Regimento, Liceu, Escolas, Câmara Eclesiástica, Seminário, Bancos, Grémios, etc”:

Actualmente o Estado não tem, nem nos consta que tenha em vista fundar Escolas Infantis. Porém a Igreja, mãe carinhosa, pode e deve fundar Escolas infantis. Para esta obra não podemos contar com qualquer auxílio do Estado, pois estas escolas não estão previstas por Lei. Por este meio, pois, como Bispo da Diocese e amante da infância que Deus nos confiou, venho convidar todos os Chefes de família e todos os amantes da infância desta cidade a ajudar-nos na fundação desta Obra, Escola-Jardim Católico (“*Uma escola Montessoriana em Bragança*”, JMB, 27/4/56:1).

Foi a partir desta Congregação que se abriram vários Jardins-de-infância, entre eles o de Bragança que faz parte do objeto deste estudo e apresentado no capítulo seguinte. “Ele fundou, foi o da iniciativa dos colégios todos que existiam. Havia um em Miranda do Douro, outro em Mogadouro, outro em Vila Flor e o de cá e de não sei quantos mais” (Entrevista Educadora 1).

A razão das suas preocupações era por ver o estado em que estava a educação das crianças e a necessidade de se lhe começar a dar uma educação o mais completa e cedo possível. Isto pelo que observava na diocese: “É com sentimento de grande tristeza que vimos observando, desde que entrámos na nossa querida Diocese, os males da educação familiar” (“*D. Abílio*”, JMB, 15/2/1942;1-4). Via crianças e jovens afastados da Igreja e sem educação, no seu entender: “Quando olhamos para tantos adolescentes dos nossos dias, saídos dos nossos lares de vontade fraquíssima, religiosamente anémicos, julgando poder educar-se a si mesmos” (“*Provisão – D. Abílio Vaz das Neves Os pais o padre e o Professor*”, JMB,1/3/1942:1). Considerava que se vivia numa época de remodelação de ideais, onde os princípios da educação familiar tradicional cristã deviam ser vinculados a fim de que perdurassem. Na senda dos seus propósitos de mudanças educativas como pretendia enviou “aos Rr. Párocos, Srs. Professores, aos pais e especialmente às mães” uma missiva que foi publicada em várias edições do jornal *Mensageiro de Bragança*. Nessa missiva defendia conceitos considerados determinantes para a mudança pretendia: determinar a parte da educação que pertencia à Igreja, à Família e ao Estado. Ele queria o melhor para os seus diocesanos, estava decidido a mudar o estado da educação em Bragança: “A maior desgraça de um povo é não receber a educação que merece”. Defendia uma educação assente em valores cristãos. Quando se trata de educação trata-se da formação do homem, com as suas faculdades gerais e individuais como no seu entender o exigiam a sociedade e a religião. Defendia um homem de razão, de bom senso, de bom gosto, imaginativo e de bom coração, de vontade firme e reta, em suma, um homem do seu século e do seu país. Dizia que do que tinha visto nas escolas primárias, secundárias e superiores só se a atendia à formação da inteligência e tinha-se abandonado por completo a educação moral, religiosa e física. Determinava a importância de se olhar a história do país e olhar para ela para retirar ensinamentos: “Todos nós os que somos adultos temos o dever de preparar um futuro pedindo lições ao passado” (“*Provisão – D. Abílio Vaz das Neves Os pais o padre e o Professor*”,

JMB,1/3/1942:1). Na educação dos filhos, defendia D. Abílio que era fundamental a harmonia entre os Educadores, entre o pai e a mãe, entre os pais e os Professores, e entre os próprios Professores. Sem um bom entendimento e o devido respeito entre todos “a grandiosa obra de educar uma criança não pode ser levada a bom termo” (*Provisão – D. Abílio Vaz das Neves Os pais o padre e o Professor*”, JMB,1/3/1942:1).

D. Abílio dizia que, os pais pouco ou nada se preparavam para cumprirem a sua missão de Educadores. Deviam aprender bem e não só genericamente, mas em particular, os seus deveres sobre a educação religiosa, moral e cívica dos filhos e os métodos mais adequados, além do exemplo da sua vida. Considerava que os pais eram aqueles mais diretamente responsáveis pela educação dos seus filhos e os que não conheciam os princípios e métodos educativos adequados. A educação entrava nas devidas proporções na lógica da paternidade e da maternidade partilhando iguais responsabilidades. Defendia, secundando um Padre francês Didon, que “para fazer um homem, são necessários Deus, o pai, a mãe, o padre e o Professor”. Deus cria a alma, o padre orienta-a para Deus, o pai tem a seu cargo as relações exteriores de ordenar e proteger e o Professor desenvolve a inteligência. Mas a mais importante a seguir a Deus considerava ser a mãe, pois é dela que depende o futuro do seu filho. D. Abílio defendia que um casal com filhos não se deveria separar devido à responsabilidade que tinham para com a educação dos filhos que deviam presidir conjuntamente. A ação do pai representava a autoridade e não podia livremente separar-se da educação dada pela mãe que representava o amor, e eram estas duas forças conjuntas que presidiam à educação dos filhos. Os esforços dos dois devem concertar-se para o mesmo objetivo. Os pais devem dar o bom exemplo para em tudo edificarem e formarem o caráter dos seus filhos.

D. Abílio sabia que não podia ir contra as ideias do Estado, com o qual discordava em matérias de educação das crianças em Jardins-de-infância, mas concordava com o Estado ao ver as mães como muito importantes na educação dos filhos. Por isso, defendia que era a mãe que, na prática, lhe incumbia a maior parte da tarefa na hierarquia dos Educadores e, era por isso, que ela tinha a sabedoria, a inteligência, a clarividência como suas qualidades e que Deus, criador da Natureza, a indicou como a principal Educadora dos seus filhos (*Provisão – D. Abílio Vaz das Neves Os pais o*

padre e o Professor”, JMB,15/3/1942:1). Apesar de ver o pai com um papel mais secundário na educação dos filhos em relação a mãe, também o considerava um pilar na estrutura familiar, pela sua autoridade de chefe. Alegava que o pai tinha a função de formar o pensamento e mentalidade dos filhos, com autoridade e com o exemplo da sua vida de dever e de honra. Considerava-o o “juiz” em última instância das resoluções a tomar e a formação dos seus filhos dando-lhes “arrojo, energia e a constância que lhe são necessárias”. Entendia que a formação de um homem supunha o começo de um bom lar.

O padre e confessor era o representante da Igreja junto das crianças e dos pais e o principal colaborador da família, com quem a família devia sempre contar como auxiliar na educação. Considerava o Estado o terceiro Educador, mas justificava a ausência do mesmo nesta responsabilidade pelos muitos “filhos que tem”, “Mas o Estado tem filhos demais para que possa ser bom pai de família” (“*Provisão – D. Abílio Vaz das Neves Os pais o padre e o Professor*”, JMB,15/3/1942:1). Por isso, dizia que o Estado só se podia limitar a apoiar a família. Dizia que “quase todos os Estados chamam a si a Educação da infância e da adolescência, e fazem-se representar junto da criança, pelo Professor oficial, o que naturalmente procura educar como o Estado manda e quer” (“*Provisão – D. Abílio Vaz das Neves Os pais o padre e o Professor*”, JMB,15/3/1942:1). Vê-se no discurso de D. Abílio um tom crítico em relação ao Estado, a quem indiretamente acusava de pouco fazer pela Educação de Infância. Vê-se claramente no seu discurso, que defendia uma educação pública oficial e da responsabilidade do Estado com Professores oficiais. Só que, evidentemente, tinha que ser discreto nas suas críticas, pois ele sabia que o *jornal Mensageiro* era visado pela comissão de censura. Como bom cristão que era e pessoa com mais alta responsabilidade da Igreja no distrito todos os seus princípios estavam dentro dos preceitos da Santa Igreja Católica Romana. Por isso tudo tinha que estar ligado à Igreja. O Professor para ser um verdadeiro colaborador dos pais deviam ser cristão, tanto nas suas convicções como nos sentimentos. Os Professores deviam continuar na escola a obra dos pais no lar e serem amáveis e sinceros (“*Provisão – D. Abílio Vaz das Neves Os pais o padre e o Professor*”, JMB,15/3/1942:1).

Sobre a criança, que considerava o centro da sua ação, dizia: “A criança, é o futuro homem, merece a educação a que a sua personalidade tem direito”. D. Abílio

defendia que a criança tinha necessidade de ser amada e devia crescer “no ambiente do amor e do carinho”, na nobre tarefa de educar, árdua e difícil para o Educador e para a criança. Defendia a importância da sociedade dar o melhor que podia e sabia às crianças e que, mesmo assim, não era suficiente. Considerava a criança o futuro:

A criança é a esperança do futuro. Todos os cuidados são poucos da parte dos pais para procurar dar às crianças a atmosfera e o ambiente necessário à sua educação, porque a criança é como um botão prestes a desabrochar, promotor de rico fruto; é um pequeno regato, uma pequena nascente que poderá tornar-se um rio majestoso. E por isso a esperança da sua terra, da qual já constitui riqueza; é a esperança da Pátria que nela se renova; é a esperança da família da qual faz a alegria e as delícias, e da qual se tornará a coroa e a honra; é finalmente a esperança do céu, porque dele é herdeira, objeto das complacências de Deus, é irmã e amiga dos Anjos. Se esta criança frustrar estas esperanças, qual não será a desolação do país? (“D. Abílio”, JMB,15/2/1942:1-4).

D. Abílio defendia a importância da educação moral da criança, da educação física e da educação intelectual. Dizia que os sentidos da criança despertam e manifestam-se à nascença, logo depois do nascimento e, que só depois vem inteligência, por isso, defendia que, devia principiar-se a educar os sentidos da criança desde o nascimento. Se os Educadores deixarem a educação dos sentidos para o momento em que principia o despertar da inteligência, já não se educará, mas antes terá de corrigir-se a autoeducação Trata-se de um princípio importante para educação das crianças.

Mas a prova maior em como D. Abílio foi uma figura de destaque no campo da Educação de Infância em Bragança e o principal precursor do seu arranque na década de 50 do século XX, foi a forma como conduziu todo o processo que levou à abertura do Jardim-de-infância de Santa Clara, no ano de 1956. De todo o processo, muito bem conduzido, como se apresenta mais à frente, destaca-se a carta dirigida às pessoas da cidade de Bragança, no período da páscoa de 1956, lida nas missas pelos párocos, e publicada no jornal *Mensageiro de Bragança* (“Uma Escola Montessoriana”, JMB,27/4/1956:1-4). Tratou-se de uma carta onde informou sobre a criação da Escola Infantil, a sua organização e necessidade que faz à cidade, bem como apelou à colaboração de todas as pessoas e instituições da cidade. Por considerar tratar-se de um documento muito importante para a história da Educação de Infância em Bragança, transcreve-se aqui na íntegra:

Queridos Diocesanos e amados filhos em Nosso Senhor Jesus Cristo: Aleluia: Bragança, a nossa terra, é cidade católica e, pode dizer-se académica, pois a maior parte dos seus habitantes ocupa-se com estudantes e vive deles. Todavia, esta cidade de tradições declaradamente religiosas não tem, infelizmente uma única Escola Católica, inteiramente orientada pela Igreja, como tanto é para desejar. Nesta época, como saudação pascal, vimos gostosamente anunciar-vos a criação de uma Escola Infantil Católica ou Jardim Infantil, como complemento auxiliar das famílias católicas na educação de seus filhos e preparação para a entrada nas escolas públicas e particulares da cidade. Actualmente o Estado não tem, nem nos consta que tenha em vista fundar Escolas Infantis. Porém a Igreja, mãe carinhosa, pode e deve fundar Escolas, porque lhe assiste o direito de as criar para ajudar os pais a educar cristãmente os seus filhos. Para esta obra não podemos contar com qualquer auxílio do Estado, pois estas escolas não estão previstas por Lei. Portanto, temos que as fundar nós, a Igreja e os Chefes de famílias Católicas que prezam e amam a sua Fé e desejam transmiti-la aos filhos como melhor herança para o tempo e para a eternidade. Por este meio, pois, como Bispo da Diocese e amante da infância que Deus nos confiou, venho convidar todos os chefes de família e todos os amantes da infância desta cidade a ajudar-nos na fundação desta Obra, Escola-Jardim Católico, que se nos afigura necessária e urgente, porque muitos pais, por falta de instrução religiosa ou por falta de tempo, não lançam as bases da educação religiosa dos filhos, com visível desprestígio para os Chefes de família e incalculáveis prejuízos espirituais e sociais para as novas gerações. Já temos em vista para este fim, um dos solares mais antigos de melhores tradições de Bragança. Precisamos agora do vosso apoio, moral e auxílio material para instalar a Obra: arrendar prédio, mobilá-lo, pagar a Professores e auxiliares da infância, etc. Como se destina a todas as crianças da cidade, ricos e pobres, dos três aos seis anos de idade, contamos desde já com o auxílio de todos os chefes de família e instituições citadinas, particulares e públicas, como são, o Governo Civil, Câmara, Tribunais, Regimento, Liceu, Escolas, Câmara Eclesiásticas, Seminários, Bancos, Grémios, etc, etc. É nosso desejo que a obra principie a funcionar ainda este verão, por isso rogamos que se inscrevam desde já: Sócios Benfeitores, que espontaneamente oferecem auxílio monetário, de uma só vez ou mensalmente. Sócios simpatizantes, que oferecem o seu apoio moral, artístico, literário, etc, para fundar e ajudar a Obra. Sócios activos ou chefes de família, que possam ajudar como os dois primeiros, e tomam o compromisso de inscrever os filhos como alunos da Escola, pagando uma cota mensal. Para facilitar pede-se o favor de preencher a ficha inclusa escolhendo a modalidade que lhe agradar dando-nos o prazer de o associar à Obra católica mais querida do nosso coração de Bispo. Com a benção afectuosa de uma Páscoa Feliz. *Cor unum et anima una.* (“Abílio Bispo de Bragança e Miranda”, JMB,27/4/1956:1-4).

Foi graças à sua vontade, à sua capacidade de persuasão, ao seu poder de influência, mas acima de tudo aos seus ideais que, em circunstâncias sociais e políticas

desfavoráveis, conseguiu abrir uma escola completamente nova em Bragança para crianças antes da escola Primária.

A sua formação teve influência inglesa e francesa, e obedeceu às diretrizes emanadas pelos Papas Pio XI, Pio XII, Leão XII e Bento XI, entre outros. Ele próprio refere que recolheu informação dos melhores autores além de obedecer às diretrizes de sua santidade (“*Provisão – D. Abílio Vaz das Neves Os pais o padre e o Professor*”, JMB,15/4/1942:1-4). Nas suas publicações fez referências às obras de diversos autores como Dupanloup, Pichenot, René Bazin, Monsenhor Rosier - Padre francês Dominicano, São Tomás de Aquino, Henri Didon (1840-1900) - Educador famoso que ficou conhecido pelas suas qualidades como escritor e pregador, F. Nicolay, Chorruan, P. S. Bouvier, René Bethléem (Abade Francês que se destacou pela publicação do livro “Catecismo na Educação), Baunard, Edouard Seguin, Itard, Maria Montessori, João de Deus Ramos e João de Deus, Parkurst, Dewey, Décroly, Cousinet, Fröebel, Pestalozzi, Coménio, Claparède, entre outras. Era, por isso, uma pessoa bem formada. Desta forma fica-se a saber a resposta a uma das muitas questões que se levantou no início deste estudo: como chegaram as ideias pedagógicas de Educação de Infância a Bragança e como se difundiram? Algumas delas, como se pode verificar, chegaram com este Bispo e difundiram-se através da sua publicação no jornal local, nos livros que publicou e, evidentemente, pela pregação que fazia nos seus atos litúrgicos e visitas pela Diocese. Desta forma, influenciou os padres, os Professores, os pais, as mães, as crianças, em suma toda a sociedade e diocese de Bragança. A partir da grande comunicação dirigida aos seus diocesanos e publicada no jornal *Mensageiro de Bragança*, começaram a verificar-se alguns artigos sobre o assunto, que demonstraram que o pensamento das pessoas de Bragança, sobre a Educação das crianças antes da entrada na escola Primária, estava a mudar. Havia que aprender com a história e com os erros do passado, mas também, como no caso da 1ª República, havia que aprender, sobretudo, em questões de Educação de Infância “Todos nós os que somos adultos temos o dever de preparar um futuro pedindo lições ao passado” (“*Provisão – D. Abílio Vaz das Neves Os pais o padre e o Professor*”, JMB,15/2/1942:1-4).

4.3. Debate em torno da importância dos Jardins-de-infância

A preocupação com a criança e com a infância fazia parte das preocupações das famílias. A infância exigia solicitude precisamente por ser um enigma o que dela sairia. Diante de uma criança deve fazer-se constantemente como que uma aposta baseada na presunção de que ela poderá ser uma força catalisadora extremamente importante no futuro. Mas era preciso investir-se na educação da criança e não só nos seus cuidados assistenciais. Era pensamento na época de como poderia a humanidade melhorar se cuidasse do aperfeiçoamento do ser humano somente depois de se ver que ele tinha vencido a fase cheia de apreensões da infância, isto é, somente depois de a pessoa se ter definido física e psicologicamente. Antecipando-se à ação ostensivamente instrutiva e disciplinar da escola, os Jardins-de-infância tinham por objetivo desenvolver as tendências cândidas da criança em todas as suas vertentes. A Educação Pré-escolar não é uma pura solicitação intelectual mas sim uma imposição do mais elementar sentido de justiça. A partir de 1945 começou lentamente a surgir a ideia da importância de se criarem creches e Jardins-de-infância, através da influência do Bispo D. Abílio, da Congregação das Servas Religiosas Franciscanas de Jesus Sacramentado, dos artigos de opinião no jornal *Mensageiro de Bragança* e da Revista *Os Nossos Filhos* que chegava a Bragança e claro, também do papel desempenhado pela Escola do Magistério Primário e das pedagogias ali estudadas:

Em Portugal, ao todo, não há talvez dez Jardins-de-infância. E alguns dos que existem são verdadeiros erros, no ponto de vista tanto pedagógico como social... e não se diga que para tal difusão seriam necessários milhões. Cada país deve ter, e tem sempre, a possibilidade de resolver os seus problemas, desde que procure a solução na escala própria, isto é, dentro das suas posses. Contra aqueles que consideram as obras deste género só suportáveis pelas nações opulentas, nunca será demais invocar o princípio de que a nenhum Estado, por modestos que sejam os seus recursos, é lícito eximir-se ao dever de levar as mais elementares formas de educação e assistência até os núcleos mais obscuros da sua população. Se se puser de parte toda a preocupação dos luxos ou tontos sonhos de fadas, a obra de assistência infantil é entre nós, tão realizável como qualquer outra; como é por exemplo, a das estradas. A construção e conservação de cinco quilómetros de uma estrada moderna não exige menos dinheiro nem menos solicitude do que a fundação e manutenção de uma escola-Creche que eduque, alimente, vigie e salve cinquenta ou cem crianças. Se o amor do nosso país não é mera frase, lembremo-nos constantemente desta trágica verdade, ditada pelas estatísticas: que em Portugal, de doze em doze minutos, morre uma criança

de menos de cinco anos, e que desde 1931, se tem verificado, anualmente, o óbito de vinte mil crianças de idade inferior a um ano. O dispêndio requerido pela fundação de um Jardim-de-infância (quando isento de estúpidos e escusados luxos) não excede o mínimo necessário de uma modesta casa de campo: uma sala ampla, bem iluminada, com algum mobiliário simples, proporcionado à estatura dos pequenos hóspedes, um armário com o material apropriado de jogos, um pequeno balneário, uma cantina limpa, um alpendre exposto ao sol e um terreno relvado onde os miúdos possam ter, nas manhãs de bom tempo, as suas sessões de danças rítmicas e de canto e eis tudo. Para dirigir a pequena colmeia, é que a questão será um pouco séria. A construção de uma ou duas centenas de edifícios ajustados pode ser realizável em alguns meses. O mesmo não é lícito dizer da maestria discreta e compreensiva que todo o Jardim-de-infância requiere. A preparação de pessoas de bom ânimo aptas para a iniciação em larga escala de um empreendimento deste melindre não pode ser obra de dois ou três anos, mas de duas ou três gerações. Para um bom começo, não será demais prever, como necessários, vinte anos de trabalho selectivo, acompanhado de ensaios experimentais de arquitectura adequada. Para tal, nunca deveria votar-se menos de um por cento das receitas gerais do Estado. O «sacrifício» não parece que seja grande, se tivermos os olhos na inapreciável ação que uma obra dessa natureza forçosamente exercerá na saúde, para não dizer, no destino das revoadas de almas embrionárias que tiverem a boa fortuna de a receber. Tal empresa valeria bem mais do que muitas outras em que se consomem dez, vinte e trinta por cento das mesmas receitas. Com isto, será tempo de pôr fim. O ambiente de preocupações em que todos vivemos não pode deixar de reflectir-se no que é forçoso dizer como reservada e ao mesmo tempo confiante conclusão. No mundo de hoje joga-se dramaticamente o destino de algumas gerações. Que mundo novo sairá dos destroços do presente doloroso em que vivemos? Ninguém o pode prever. Seja como for, o que se reconhece com segurança, é que o dever de trabalhar para um mundo melhor nos obriga, a todos, a encarar cada vez mais a missão da educação como aquela de que mais depende a qualidade da maneira de viver do homem do futuro. A simpatia ativa, poderosamente munida de meios, dilatada sem distinção sobre a tenra floresta que vai nestas horas sombrias emergindo, a infância, é uma das tarefas que a nossa época mostra ser mais necessária do que nunca. Se queremos que o mundo seja melhor do que é, temos de principiar por estabelecer e realizar este princípio fundamental de justiça: dar a todas as crianças as mesmas condições de desenvolvimento espiritual e físico, de aperfeiçoamento e actualização das suas indefinidas virtualidades. Para diferenças de tratamento bastarão as que são impostas pelas distinções de aptidões e virtudes, patentes em todos os tempos, na idade adulta. As injustiças que as crianças sofrem são os últimos resíduos absurdos da aristocracia do tipo indostânico (o das castas). Confiemos que no nosso século esse derradeiro reduto do preconceito seja desfeito (Sanntanna Dionisio, “*Jardins-de-infância*”, JMB, 20/3/1945:4).

Este artigo tratou assuntos de fundo sobre a importância da criação de Jardins-de-Infância, os passos a dar, bem como a importância do longo trabalho a fazer na

formação técnica de pessoal capacitado e especializado. Na década de 40 o Bispo de Bragança D. Abílio recomendava a abertura de creches em todas as paróquias onde houvesse muitas crianças filhas de mães que trabalhassem fora de casa. Na década de 50 já havia diversas creches criadas pelo distrito, mas nenhuma em Bragança. No ano de 1952 a discussão sobre a importância da criação de Jardins-de-infância continuava e fazia-se sentir de forma cada vez mais acentuada: “Graças à feliz iniciativa de beneméritas instituições particulares (...) tem-se desenvolvido ultimamente a notável forma de proteção à maternidade que consiste na criação dos infantários” (JMB, 24/10/1952:2). Mas os anos de doutrinação da Igreja e do Estado de que as crianças deveriam estar em casa com a mãe dificultaram esta concretização e apenas se justificavam por questões assistenciais e por terem pessoal melhor preparado:

Decerto, seria preferível que a mulher casada não deixasse o lar para trabalhar fora, mas as circunstâncias muitas vezes aconselham e obrigam as mães a procurarem fora o sustento para os filhos, temos que reconhecer que os infantários constituem uma obra admirável de assistência social. Os infantários evitam que as crianças sejam confiadas a pessoas que desconhecem as elementares noções de puericultura, que as crianças sejam abandonadas e entregues à rua durante as melhores horas do dia (*“Assistência e educação”*, JMB, 24/10/1952:2).

Na cidade de Bragança a questão de abertura de Jardins-de-infância colocava-se, nomeadamente se seria justificável a sua abertura devido ao caráter de ruralidade que caracterizava esta cidade. No entanto, já havia muitas mães com filhos que além de trabalharem na agricultura, também trabalhavam em serviços públicos e comércio: “A lavoura exige durante alguns meses do ano os braços das mulheres. Não devem por esse motivo, ficar as crianças abandonadas às portas de casa, ou nas estradas, sujeitas a perigos vários que os jornais relatam com excessiva frequência” (*“Assistência e educação”*, JMB, 24/10/1952:2). Além do discurso do Sr. Bispo canalizado para a urgência de se criarem instituições de apoio à mãe, também já apareciam no jornal textos a pedir a criação destas instituições, enquanto as mães estavam fora de casa, por parte, não só da Igreja, mas também das Casas do Povo e Grémios da Lavoura: “se proteja o trabalho da mulher casada com esta forma de auxílio que é instituída pelos infantários” (*“Assistência e educação”*, JMB, 24/10/1952:2). Depois deste período de discussão sobre a importância, ou não, da criação de Jardins-de-infância, a partir de 1952, o discurso muda claramente. Surgiram, nesta altura, iniciativas de abertura de

uma Creche e de um Jardim-de-infância por parte da OMEN (mas apenas abriu a Creche), e por parte do Bispo D. Abílio através da Congregação das Servas Franciscanas que abriu o único Jardim-de-infância no ano de 1956. Surgiu, na imprensa desse ano, uma série de notícias de primeira página em vários números do jornal local sobre a importância de se abrir um Jardim-de-infância em Bragança de influência de montessoriana. No dia da inauguração, o discurso de um representante do governo que estava presente “manifestou o interesse do Estado pelas escolas infantis, mas sublinhou que as não oficializaria tão cedo pois que em educação como noutros assuntos as guerras fratricidas do passado tinham feito recuar o País aos zero” (“*Subsecretário da Educação Nacional, Dr. Baltasar Rebelo de Sousa*”, JMB 10/11/1956:1).

Nas décadas seguintes, a importância dos Jardins-de-infância foi ganhando seguidores e o tema fazia parte do debate público. Nos anos 60, com cada vez mais mulheres a trabalhar fora de casa e com apenas uma instituição com a resposta de Jardim-de-infância, a sua importância fazia-se sentir cada vez mais:

Uma criança de três anos pode ser confiada a técnicos competentes, Professores esclarecidos em pedagogia e psicologia infantil, que além de lhe dispensar os cuidados exteriores, a rodeie de carinho, a cultive. São instituições dignas de louvor os Jardins-escola, que prestam relevantes serviços tanto aos pais como à sociedade e à cultura. Além disso, o facto de ambos os sexos compartilharem das mesmas classes, o viverem lado a lado, evita a *razão* de ser das curiosidades malsãs que atacam rapazes e raparigas criados longe uns dos outros. O crescerem em comum induz a acharem natural o outro sexo e verificamos que os rapazes que possuem irmãos são menos maliciosos, mais conscientes do que os que na sua infância foram mantidos longe das raparigas (“*A mulher perante a vida*”, 18/1/1963:2).

Considerava-se salutar o convívio entre crianças do mesmo género no Jardim-de-infância, tornando-as crianças mais respeitadoras pelo género oposto. Estava-se no ano de 1966 e Bragança, continuava a ter uma única instituição com esta resposta educativa, sendo, por isso, necessário abrir novas salas de Jardim-de-infância. Cada vez mais famílias tinham necessidade de confiar os seus filhos de idade pré-escolar, pelo menos durante algumas horas, para poderem, eficazmente, consagrar-se às exigências das suas profissões. Essa precisão era tanto mais forte quanto mais difícil se tornava a subsistência do agregado familiar com o trabalho remunerado, exclusivo de um dos elementos do casal, na maior parte das vezes, do pai. As crianças entregues a si mesmas ou a outros estavam sujeitas a mil perigos.

Chegada a década de 70 era aceite pela maioria da população que os Jardins-de-infância eram fundamentais para a educação as crianças. Discutia-se apenas que se deveriam abrir instituições para crianças antes da entrada da escola Primária e quais os melhores locais na cidade. As famílias precisavam dessa resposta educativa para responder às suas necessidades. Começaram então a abrir-se jardins-de infância: Instituto das Obras Sociais (1970); Sagrado Coração de Jesus (1971); Centro de Educação Especial (1972), Hospital de Bragança (1973); Santa Casa da Misericórdia (1976). Nesta altura estava também em fase de discussão a abertura dum Jardim-de-infância público do Ministério da Educação. Sabia-se que ia ter cinco salas e falava-se em abrir no Centro da Cidade. A sua localização levantou logo a questão de ser um exagero mais um Jardim-de-infância nesta parte da cidade, porque já existiam os Jardins-de-infância Santa Clara, Misericórdia, Sagrado Coração de Jesus e Instituto das Obras Sociais (*“Diz o Zé que...”*, JMB, 5/10/1979:4). Por isso, defendia-se que este, a abrir, deveria beneficiar as crianças dos bairros da cidade mais periféricos como os Bairros da Coxa, Cantarias, Estação, Mãe d’Água, São Sebastião e o das Amendoeiras. Acabou por se construir um edifício novo com cinco salas no ano de 1981 no bairro da Estação, de todos aquele mais perto do centro, mas também com mais crianças, porque estava mesmo ao lado do Bairro mais populoso que era o Bairro da Mãe d’Água.

Mesmo assim não eram suficientes e continuavam a ter listas de espera. Só voltaram a abrir-se mais salas de Jardim-de-infância em Bragança nos anos 90.

No passado dia 20 de Junho, o Conselho das Organizações Não-Governamentais (CONG) para a Defesa dos Direitos da Criança promoveu, em Lisboa, um Encontro sobre «a criança e a Educação Pré-escolar». No decurso dos trabalhos salientaram-se realidades e afirmações extremamente significativas, de que destacamos: - A Educação Pré-escolar pode e deve ser um complemento à educação familiar; - A pré-escolaridade constitui um caminho indispensável à abertura aos outros e à solidariedade e a um desenvolvimento harmonioso da criança; - Os Jardins-escola não substituem os pais, pois a sua presença continua a ser indispensável; - A pré-escolaridade constitui um direito da criança para uma melhor preparação para a vida;- A necessidade de incentivar a formação de Educadores para os Jardins-de-infância; - A Educação Pré-escolar é uma das medidas mais eficazes para a correcção das desigualdades nas oportunidades de bons resultados escolares; - Apenas 9% das crianças portuguesas, dos 3 aos 6 anos, frequentam Jardins-de-infância. Desse número, a governamentais, locais e as associações de famílias. A resposta não se dá com discussões teóricas e promessas constantemente adiadas. São problemas que urgem

uma resposta e não se compadecem com demoras, pois, entretanto, a grande maioria das crianças sofrem as marcas indeléveis de uma tal demissão e abandono quase totalidade, ou seja, 92% verifica-se em estabelecimentos particulares, normalmente caros e inacessíveis à grande maioria das famílias; - Faltam, no país, para responder às necessidades do Ensino Infantil cerca de 11 000 salas. Esta é uma realidade concreta que desafia a consciência, a responsabilidade e a iniciativa das autoridades (“*Graves carências no Ensino Infantil*”, JMB, 7/7/1981:16).

A educação Pré-escolar seguiu o seu percurso lento de crescimento na cidade de Bragança tal como aconteceu no resto do país. No ano de 1986, na cidade de Bragança, predominavam as instituições de Educação de Infância da rede privada, havendo apenas uma instituição da rede pública e assim se manteve este panorama até ao início do século XXI.

4.4. À volta com a denominação institucional

Ao longo do período do estudo que se apresenta foram muitas as designações que se atribuíram às instituições que recebiam crianças antes da entrada na escola primária. Até ao ano de 1949 não se encontram registos, em Bragança, sobre a problemática da nomenclatura para designar estas instituições. Até esta altura encontrava-se todo o tipo de designações não se sabendo muito bem a especificidade de cada uma. Por isso, torna-se difícil averiguar a que tipo de instituição ou serviço se refere. Tem que se ter uma atenção cuidada na análise dos documentos e relacionar os discursos com as frases, as pessoas e os contextos em que são escritas. Encontram-se as designações de Creche, Infantário, Escola Infantil, Jardim-escola, Jardim Infantil, Jardim-de-infância, Escola-Jardim Católico, Escola pré-escolar, até asilo, posto de assistência à infância, etc. Dada a confusão que existia - e que ainda nos dias de hoje não é clara para todos - surgiu no ano de 1949, um artigo no jornal *Mensageiro de Bragança* (10/9/1949:4), redigido por um autor anónimo que procurou aclarar a situação. No seu entender devia-se esclarecer a diferença entre “Infantário” e “Creche” substituindo “a feia palavra Creche” definitivamente pela palavra “Infantário”. Dizia que o vocábulo “Creche” estava a desaparecer aos poucos no vocabulário da linguagem das pessoas bem formadas e cultas, continuando apenas a ser usada pelas esferas oficiais. Verificava que ainda havia muita gente a recusar usar a palavra “Infantário” “A palavra Creche deve ser combatida e eliminada dos textos oficiais”, por se tratar de um estrangeirismo e pela sua

significação imprópria e vexatória “Como toda a gente sabe, *Creche* significa manjedoura”. Apontava as razões pelas quais defendiam o uso da palavra *Creche*, por se tratar de um termo francês já enraizado em português, por estar consagrado em textos oficiais além de registado em dicionários, o que o povo não compreenderia o significado da palavra que a substituísse. Salvaguardando estas ideias argumentava que “um dente podre também está enraizado e nós extraímos o dente podre para a higiene da boca”, e que deveria ser utilizada a palavra bem portuguesa designada “*Infantário*”. No entanto, continuou-se sempre a fazer-se confusão ao referir-se a creches, infantários ou Jardins-de-infância como se fosse a mesma coisa, ex: “se proteja o trabalho da mulher casada com esta forma de auxílio que é instituída pelos infantários” (“*Assistência e educação*”, JMB, 24/10/1952:2). Nos anos seguintes e até à atualidade essa confusão na nomenclatura manteve-se, mesmo entre a comunidade educativa.

4.5. A mãe educadora, a criança e o Jardim-de-infância

Ao longo dos tempos em Bragança foi preocupação das famílias a situação da criança antes da entrada na escola Primária, pois sempre a criança mereceu cuidados muito especiais. Houve sempre uma forte discussão do papel da mulher na educação dos filhos. Se ficava em casa a trabalhar e a cuidar da casa e da educação dos filhos, ou se ia trabalhar para fora. Nessa situação as crianças tinham que ser entregues a outros ou a eles próprios. Os outros podiam ser vizinhos, familiares e amigos ou instituições próprias. Durante o Estado Novo foi evidente o apoio à mulher para estar em casa a cuidar e educar os filhos antes da entrada na escola Primária. Neste processo, sempre houve crianças negligenciadas e maltratadas de diversas formas e em variadíssimas conjunturas. Encontram-se referências de crianças em todas as situações: “Não devem por esse motivo, ficar as crianças abandonadas às portas de casa, ou nas estradas, sujeitas a perigos vários que os jornais relatam com excessiva frequência” (JMB, 24/10/1952:2). Desde crianças bem tratadas e cuidadas a crianças mal tratadas, abandonadas, negligenciadas, as instituições assistenciais e educativas desempenharam sempre um papel fundamental. No entanto, durante o período deste estudo, só houve instituições educativas em Bragança após 1956. Houve um interregno de tempo, em que as crianças destas idades estavam apenas na família e, na sua ausência, em albergues ou asilos de cariz assistencialista. Através de uma análise cuidada deste período (1934-

1986) verificam-se inúmeros registos de acidentes mortais de crianças destas idades. Crianças negligenciadas pela família e pela sociedade por esta não lhe ter criado estruturas de apoio que a educassem e a preparassem para ser feliz (*“Criança afogada de 4 anos de idade”*, JMB, 20/4/1951:3). A discussão sobre onde deixar as crianças enquanto as mães trabalham acentuou-se a partir de 1950:

Não devem por esse motivo, ficar as crianças abandonadas às portas de casa, ou nas estradas, sujeitas a perigos vários que os jornais relatam com excessiva frequência...A quem confiam as mães os seus filhos? Tal é o problema. É de presumir um inquérito, promovido por quem de direito, revelará as lamentáveis e terríveis condições em que se encontram muitas crianças de Bragança, contraindo doenças ou adquirindo vícios que, na idade escolar, dificilmente podem ser corrigidos ou curados. A quem ficam entregues os filhos das mulheres que trabalham? Que poderemos saber por intermédio dos serviços de família ou das instituições de assistência? (*“Regulamentação da entrada de menores em recintos públicos”*, JMB, 24/10/1952:2).

No ano de 1952 foi regulamentada a entrada de menores em Espetáculos públicos antes dos seis anos de idade. Havia em Bragança um Cineteatro – Cineteatro Camões - onde se apresentavam espetáculos e filmes para adultos e para crianças. As crianças, só a partir dos seis anos de idade é que podiam assistir (*“Regulamentação da entrada de menores em recintos públicos”*, JMB, 24/10/1952:1). No ano de 1956 o Instituto de Socorros a Náufragos deu um “Diploma de Louvor” a uma senhora que vivia ao lado do rio Fervença em Bragança e que já tinha salvado 5 crianças de serem afogadas. Era notório o abandono e falta de vigilância a que estavam votadas as crianças da cidade, em especial aquelas antes dos seis anos de idade. Naquela altura, apelava-se à necessidade urgente de construção de um Infantário e de um Parque infantil devidamente apetrechados e vigiados por pessoas competentes (*“Cuidado com as crianças”*, JMB, 8/6/1956:6). Entretanto, abriu o Jardim-de-infância de Santa Clara de Bragança e, pelo menos, algumas crianças da cidade, podiam ocupar o seu tempo na instituição de uma forma muito mais cuidada e educativa. Mas o Jardim não dava resposta, e não era suficiente, para todas as crianças de Bragança. A maioria continuava entregue às mães, aos familiares, aos vizinhos, na rua, etc.: “A cena é de todos os dias. A mais pequena da casa pega no menino, enquanto a mãe vai trabalhar (...) tem cuidado com o menino” (*“Cuidado com o menino”*, JMB, 21/2/1958:3).

Houve sempre quem defendesse que as crianças, antes de entrarem na escola, deviam estar em instituições devidamente preparadas e com profissionais especializados como era o caso daqueles que estavam a favor da frequência do Jardim-de-infância. Surgiram sempre diversas opiniões favoráveis e desfavoráveis. Houve uma campanha a favor e outra contra na imprensa. Por um lado, havia artigos profundos sobre a pedagogia e os modelos educativos, onde se apresentavam esses modelos, e o contrário. As mulheres, à medida que ocupavam mais espaço fora de casa, surgiam-lhe as opiniões favoráveis e desfavoráveis. Mas defendia-se a alternativa segura que era o Jardim-de-infância. O número de mulheres, exclusivamente donas de casa, diminuía à medida que o tempo passava e a multiplicidade de tarefas não a inibiam da maternidade e de ser Educadora. Defendia-se na década de 60 que uma mulher que estivesse todo o dia fora do lar, não podia prestar a assistência adequada, nem acompanhar a evolução mental e física dos seus filhos. Dessa forma, delegava essa função, na ausência de Jardins-de-infância, quase sempre em pessoas que não estavam preparadas para o fazer, como a amas, a maioria das vezes, mulheres sem qualquer formação que visavam só a parca mesada, detendo nisto o seu interesse pela criança:

Como estas mulheres podem substituir o papel da mãe e enfrentar a responsabilidade de Educadoras? E como pode a mãe estar descansada no seu emprego sabendo o seu filho sob uma influência das diversas tendências, preparando- os para que, mais tarde, possam contactar em tom de camaradagem com a juventude feminina. Afinal, se os pais trabalham fora de casa, se confiam a criança a uma assalariada, muitas vezes contratada sem outro fim de que tratar dela, por que não optam por esses estabelecimentos de ensino sob todos os aspectos aconselháveis? (*“A mulher perante a vida”*, JMB, 18/10/1963:2).

No entanto, também continuavam a existir pessoas, que eram na sua grande maioria, defensoras de que as crianças deviam estar em casa com a mãe:

Uma das grandes chagas do nosso tempo é constituída pelas crianças pobres e abandonadas, por morte ou miséria extrema dos pais. As tentativas de Creche entre nós existentes não admitem crianças em regime de internato. Têm, por isso, de esperar até aos 7 anos, definhando e contraindo doenças e vícios. Por outro lado, o Asilo, verdade seja, não passa de triste remedeio, porque não há educação como a do lar. Dificilmente as crianças de lá saídas, por melhor que ele seja e mais perfeita que se afirme a sua educação, hão-de trazer o estigma de inúmeros complexos, que iram ter os mais lamentáveis reflexos na sua vida futura (*“Pais procuram-se”*, JMB, 7/11/1958:2).

O lugar das crianças era em casa com a família e com a mãe que devia ser protegida do trabalho fora de casa: “É um péssimo abuso, que deve a todo o custo cessar, o de as obrigar, por causa da mesquinhez do salário paterno, a ganhar a vida fora das paredes domésticas, descuidando os cuidados e deveres próprios e sobretudo a educação dos filhos” (“*Proteção ao trabalho da mulher*”, JMB, 28/2/1958:3). A mulher era comparada à “trave da casa”, o suporte, o principal “vigamento” da felicidade doméstica”, a “dona de casa”, a “rainha do lar” que dela dependia o bem-estar, a segurança e o equilíbrio da família, logo da sociedade

À mãe compete aplanar, orientar os filhos no sentido de ordem, enfim, tentar encaminhar tudo para uma dissipação de nuvens. Se o não conseguir totalmente, deve manter-se inalterável, sempre calma, sempre a grande amiga da paz do seu lar, do lar dos seus (“*A mulher e o lar*”, JMB, 28/3/1958:3).

A imprensa local apresentava muitos artigos de conselhos às mães sobre como cuidarem e educarem os seus filhos. Nesse sentido, o governo tudo fazia para proteger a mulher e evitar que saísse do lar e fosse trabalhar, de forma a ter melhores condições para cuidar e educar os seus filhos. Às mulheres trabalhadoras e com filhos procurava-se dar-lhe algumas condições que a favorecessem no trabalho de modo a terem mais regalias para cuidarem e educarem os filhos. Nesse sentido, destacam-se algumas medidas publicadas em 1947 (*Decreto-Lei nº. 36173 de 6/3/1947, art.24*): considerar justificadas as faltas dadas pelas mulheres, até pelo menos dois dias por mês; Consideradas justificadas as faltas dadas pelas mulheres, até cinco dias, para prestação de socorros urgentes ao marido e filhos; admitir a possibilidade de ter emprego a meio tempo; dispensar as mulheres casadas das horas extraordinárias; permitir que as mulheres, sempre que possível, possam trabalhar sentadas; algumas medidas de apoio à mulher grávida como proibir, durante a gravidez e até um ano após parto, o despedimento sem justa causa. Nos anos seguintes e até à atualidade, a legislação tem vindo sempre a ser alterada no sentido de melhorar as condições da mulher grávida e com filhos antes dos seis anos de idade.

A partir do ano de 1960 levantaram-se dúvidas se todas as crianças, antes da escola Primária, estariam melhor em casa com as famílias, quando se constatava que existiam muitas famílias sem as mínimas condições para educar e cuidar das crianças, quer por falta de condições económicas, quer por falta de preparação da família e da

mãe. A importância das crianças de frequentarem o Jardim-de-infância, com pessoas especializadas, ganhou nova força (“*Tu e os teus filhos*”, JMB, 22/1/1965:2), (“*A compreensão na educação*”, JMB, 5/3/1965:3).

Leitor você sabe que a criança tem o seu mundo de incertezas, onde o sonho ocupa uma grande parte do seu pequeno cérebro. Muitas vezes nós, com a nossa maneira de agir, vamos ofuscar a personalidade da criança, deixando-lhe impressões de incompreensão, de confusão. Vamos ao encontro da criança, observando as suas dificuldades, a sua maneira de agir e de decidir. Acima de tudo, nesse encontro, devemos respeitá-la, nos seus direitos, nos seus receios de homem incompleto, que desperta para a vida cheia de realidades. É indispensável levá-la ao encontro dessas realidades, preparando-lhe o caminho. Todos nós devemos fazer alguma coisa para a compreender, de maneira a que ela se compenetre no seu mundo, e o construa por ela própria, com auxílio das pessoas que a rodeiam, e vivia mais confiante, para um mundo melhor, em que reine mais amor, mais alegria, mais paz e uma maior compreensão (Pacheco, “*Pensamento infantil*”, JMB, 16/3/1973:8).

A partir do ano de 1970 sentiu-se, em Bragança, uma verdadeira viragem sobre a atitude face às crianças até aos seis anos de idade. Era um tema amplamente discutido no debate público, como até então nunca se tinha verificado, sobretudo tratado na imprensa e com uma publicação crescente de artigos infundáveis sobre: puericultura; proteção às crianças; a criança rural; a criança urbana; férias das crianças; higiene; condições de vida; dia da criança; ano da criança; proteção jurídica à criança; educação; escolas; métodos e correntes pedagógicas; instituições; creches e Jardins-de-infância. Verificou-se em Bragança uma maior e intransigente defesa dos direitos da criança, mas fundamentalmente, no campo das realizações práticas, através da criação de Jardins-de-infância. Apesar dos direitos das crianças terem sido aprovados no ano de 1959, apenas no ano de 1973 foram publicados no jornal *Mensageiro de Bragança*. Numa primeira fase foram publicados parcialmente com respetivos comentários (“*Os Direitos da Criança*”, JMB, 9/11/1973:4) e, depois, na íntegra no ano de 1974 (“*Declaração dos Direitos da Criança*”, JMB, 14/1/1974:6-7):

Como a criança não é um homem em miniatura e como a sua psicologia é, geralmente, muito diferente da do adulto, a primeira coisa a fazer-se é determinar, com a maior clareza possível, as características da mentalidade juvenil e observar cuidadosamente as aptitudes naturais da criança normal” (“*A dança na civilização e educação*”, JMB, 6/4/1973).

Sim, é verdade, estamos vivendo o Ano da Criança. Mas não parece. Não se nota nada. Nós, os adultos, ainda não prestamos atenção ao facto. E até as próprias crianças não sabem que este Ano lhes é, exclusivamente, dedicado... É pena. Não é de estranhar. A Imprensa, a Rádio e a Televisão têm mais que fazer. “Perder tempo com crianças (...). Percorramos, com olhos de ver, o nosso Distrito, e encontraremos a viverem em condições infra-humanas. Crianças a precisarem do auxílio urgente e decisivo da Sociedade e dos Poderes Públicos. É o Ano da Criança. De todas as crianças. Das que passam fome e frio. E também daquelas que vivem com todo o bem-estar. Nos últimos tempos, a Psicologia da Criança tem progredido imenso. Há que prestar muita atenção aos ensinamentos que Ela nos dá. O mundo da Criança é mundo maravilhoso. Um reino diferente. E os adultos só poderão entrar nele se forem munidos com o “passaporte” em ordem. De outra maneira não. E não vale a pena insistir... É uma vergonha nacional; não termos Faculdades de Psicologia da Criança. Rasguem-se estradas. Façam-se aquedutos. Ergam-se pontes. Construam-se edifícios. Levantem-se casas de espectáculos. Arranjem-se campos de futebol. Faça-se tudo isso. Mas não se ignore a Criança, em toda a sua dimensão psicossomática. Criem-se Casas de Assistência de crianças pobres. Renovem-se as já existentes. O Governo não pode esquecer as graves obrigações que lhe pesam neste sector. E, Deus queira, que as crianças do Mundo inteiro possam viver num clima de paz e alegria, festejando o seu Dia, e vivendo, intensamente, o Ano que lhe é dedicado” (Bento, “1973 Ano da Criança”, JMB, 20/7/1973:1).

A proteção da mulher e do ambiente familiar também se fazia sentir. Mas a necessidade de abandonar o lar levava à exigência de se abrirem novas respostas educativas para as crianças e, por isso, se desejava a abertura de Creches e Jardins-de-infância.

Continuava a defender-se que a função de educar os filhos pertencia principalmente ao casal, e que essa função recaia sobretudo na mulher, especialmente até à entrada na escola Primária. Mas, devido ao facto da mulher se ver forçada a abandonar o lar, pelo menos por algumas horas durante o dia, levava a que esta não pudesse e não cumprisse cabalmente a sua missão. Defendia-se, então, que tinha que se arranjar à criança um complemento e não um substituto, para que pudesse crescer normalmente e a mãe conseguisse assumir e ter as suas responsabilidades profissionais fora de casa e que continuasse a ajudar nas prementes necessidades do lar. O recurso aos Jardins-de-infância era, assim, considerada uma necessidade, não só por possibilitar à criança a educação adequada ao seu estado de desenvolvimento, mas ainda por permitir à mulher retomar, se fosse caso disso, a sua vida profissional. A ideia de que o lugar da mulher era em casa a educar os filhos continuava a ser bem aceite. No entanto,

defendia-se que o Estado devia assegurar as medidas legislativas que permitissem à mãe estar junto dos seus filhos o maior tempo possível. No entanto, não se deixava de reconhecer que o trabalho profissional da mulher tinha consequências positivas, na medida em que lhe assegurava um desenvolvimento mais harmonioso, aumentava o bem-estar do agregado familiar e era fator de riqueza nacional. Até mesmo a sua participação na vida cívica era salvaguarda dos valores morais e espirituais na nação. Mas se ela não pudesse realizar a sua função de mãe, de Educadora e elemento de coesão no lar, tudo resultaria em negativo. Por isso, recorriam às instituições educativas enquanto não houvesse medidas legislativas de se protegerem as mães: “Enquanto não temos legislação que permita soluções ideais, teremos de recorrer às creches e aos jardins infantis do Governo ou de entidades particulares” (*“Para Quando um Jardim Infantil”*, JMB, 15/1/1974:12).

A televisão surgiu em Portugal no ano de 1957, mas só a partir dos anos 70 é que começou a estar ao alcance de muitas pessoas de Bragança. Seria impensável, nas décadas anteriores, abordar o tema dos malefícios da televisão às crianças. Mas, o tema, em Bragança, surgiu na imprensa no ano de 1973. A partir deste ano era usual abordar o tema dos malefícios e benefícios da televisão. No primeiro artigo que surgiu no jornal *Mensageiro de Bragança* dizia-se que era nociva para as crianças menores, de 4 a 5 anos.

A televisão, de acordo com um parecer universalmente aceite, (é nociva para as crianças menores de 4 a 5 anos. E não tanto pelos efeitos psicológicos de algumas das suas transmissões, mas pela televisão em si mesma. Os seus raios gama — de certo modo similares aos raios X — influem negativamente sobre as estruturas cerebrais infantis em rápido desenvolvimento, e a vibração das imagens, facilmente para os olhos humanos, pode causar futuros problemas de visão, especialmente se a criança for exposta a essas imagens desde tenra idade”. “Mas a verdadeira patologia da televisão radica-se, porém, na exagerada subtracção de tempo a outras actividades. As crianças que passam horas e horas perante a televisão roubam tempo à sua educação, ao seu desenvolvimento mental e à sua evolução para um equilíbrio normal (...). Ninguém põe em dúvida que a Televisão veio dar ao ensino uma nova dimensão, motivando com o seu uso uma verdadeira revolução nos métodos da docência. E é óbvio ainda o seu poder informativo, trazendo até nós a realidade de regiões distantes, as formas de arte mais inovadoras e ousadas (*“As crianças e a televisão”*, JMB, 17/8/1973).

Mas a vida não parava e as exigências quotidianas eram cada vez maiores e mais prementes. A vida continua e é bom que saibamos aproveitar os condicionalismos circundantes, de modo a extrair deles o maior proveito.

4.6. O Parque infantil público de Bragança

Intitula-se este texto “O Parque Infantil em Bragança” porque no período, objeto deste estudo, apenas existiu um Parque infantil público em Bragança ao serviço das crianças.

Até à década de 50 as crianças, em Bragança, não tiveram oportunidade de brincarem num parque infantil público. Na década de 30, construiu-se em Bragança um parque público no centro da cidade - Jardim António José de Almeida - que era o único local mais parecido a um parque infantil. Era o local para onde as famílias levavam os seus filhos brincar, só que não tinha qualquer equipamento infantil. Até à década de 50 foi o único parque público existente na cidade de Bragança. No ano de 1954 a Câmara Municipal adquiriu o terreno da parte de cima do parque público (com receitas da Comissão Nacional de Turismo) preparou-o e montou o primeiro Parque Infantil com algum equipamento “onde se instalaram alguns objetos de recreio para funcionamento do tão necessário jardim infantil” (*“Criação de um Jardim Infantil ou Parque Infantil em Bragança”*, JMB, 13/8/1954:4) na parte superior do referido jardim António José de Almeida e que foi inaugurado no ano de 1956 (Berenguel, 2004:151). O problema da necessidade de construção de um Parque infantil era desejo antigo da população de Bragança. No ano de 1942 discutia-se a necessidade que se impunha da construção de um que servisse todas as escolas da cidade para que fosse uma “escola prática a actuar e progredir em benefício das crianças” (*“Parque Infantil, problemas a resolver”*, JMB, 15/4/1942:2). Defendia-se o contributo que um parque infantil dava para a educação das crianças “Claro está que não podemos educar bem, sem meios apropriados a cometimento de tanta importância e complexidade” (*“Parque Infantil, problemas a resolver”*, JMB, 15/4/1942:2). Considerava-se que as crianças necessitavam de ar puro, de equipamentos que ajudasse a desenvolver as suas habilidades físicas. No ano de 1945 continuava-se a desejar a construção de um parque infantil “para o próximo sexénio” (*“Orçamento para a criação de um Parque Infantil a criar em 1949”*, JMB, 10/11/1945:2-3), como no ano de 1956 quando se apelava à sua urgente necessidade:

“Se houvesse um parque-infantil devidamente apetrechado e confiado à vigilância de pessoas competentes, onde as crianças pudessem recrear-se sem perigo” (“*Cuidado com as crianças*”, JMB, 8/6/1956:6).

O parque infantil foi-se deteriorando apenas com a manutenção, mas sem substituição de equipamento e continuava a ser o único. Sem outros espaços públicos infantis para as crianças brincarem, a vida em Bragança era mais triste para as crianças e para as suas famílias

Bragança, cidade triste e sorumbática, sem jardins nem parques infantis onde crianças possam brincar, pares construir, velhos repousar. É simplesmente horrível, obrigarem nos a sonhar com um mundo que está ao nosso alcance, que é humano exigir, que é justo almejar e que com ele só podemos sonhar. Horrível é também à cidade sentir lacunas que são vazios e lhe dão o direito de perguntar se viver não é progredir. Mas eu não quero, hoje, fazer uma autópsia geral às lacunas que afligem a cidade. Apenas quero servir-me de um tema. Tema esse que é lacuna. Tema que se chama parques infantis, com os quais, infantilmente. Para amenizar os males que se anteveem, torna-se urgente a criação de parques infantis em vários pontos da cidade. A Câmara Municipal tem um dever. Dever esse que se encontra, lamentavelmente, a dever (“*Parques infantis*”, JMB, 22/4/1966:5).

Na década de 60 havia na cidade de Bragança milhares de crianças em idade de brincarem no Parque-Infantil que precisavam de uma educação completa. Precisavam de lugares próprios, onde, descontraidamente, pudessem brincar, divertir-se, contactar com outras crianças em lugares seguros, sem ser nas ruas, desprotegidas e sujeitas a diversos perigos. Na falta de instituições próprias, como creches e Jardins-de-infância, o espaço onde as crianças estavam era ou em casa ou na rua. Ou estavam no isolamento caseiro ou na rua e nas linhas do comboio sem as condições profiláticas e sujeitas a todo o tipo de perigos. Tornava-se por isso imperioso e necessário tirar as crianças da rua, mas também tirar as crianças de casa. Já no final da década de 70 a Câmara de Bragança procedeu a melhoramentos no Parque Infantil da cidade através da aquisição de 1 escorrega, 2 baloiços de tamanhos diferentes, um carrocel e uma roda (Livro de atas nº. 56, da CMB, de 29/9/1978, fl. 66v).

Mas os parques infantis não apareceram. O único parque infantil na cidade construído durante o período de 1934 a 1986 foi o que foi construído no ano de 1956. O seguinte parque que se construiu em Bragança já foi no final da década de 90. Neste ano

de 2013, em Bragança, além dos Parques infantis que existem em todas as instituições educativas e assistenciais existem ainda à volta de vinte parques públicos.

4.7. O Centro Regional de Segurança Social de Bragança

O Centro Regional de Segurança Social de Bragança (CRSS) foi criado pela *Portaria n.º 648/79*, entrando em regime de instalação em 18 de dezembro de 1979 e terminando em 31 de janeiro de 1984, altura em que passou a regime definitivo com a tomada de posse do Conselho Directivo. Foram nele integrados orgânica e funcionalmente: os serviços de ação direta do Instituto da Família e Ação Social; o Lar de S. Francisco; Dependentes do Instituto de Obras Sociais: O Jardim-de-infância do Instituto das Obras Sociais de Bragança; o Centro Infantil do Cachão; o Centro de Educação Especial de Bragança - dependente da Direção Geral da Assistência Social; as extensões, no distrito de Bragança, dos serviços do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais e os serviços e instituições oficiais existentes na área do distrito: a) Dependentes da Direção-Geral da Previdência: A Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Bragança; b) Dependentes da Direção Geral da Assistência Social: do Secretário de Estado da Segurança Social, os contribuintes, beneficiários, ações e serviços das caixas de atividade e de empresa de âmbito nacional da área geográfica do distrito. De acordo com o previsto no *n.º 1 do artigo 2.º do Decreto n.º 79/79, de 2 de Agosto*, “o CRSS de Bragança entrou em regime de instalação, aplicando-se-lhes o disposto nos *artigos 79.º a 85.º do Decreto-Lei n.º 413/71, de 27 de Setembro* (*“Centro Regional de Segurança Social de Bragança”*, JMB, 21/12/1979:5).

A área do Centro Regional de Bragança abrangia todo o distrito e cabia-lhe a coordenação de todos os serviços sociais e a tutela de todas as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias, competindo-lhe cuidar do bem-estar social, tendo desempenhado um importante papel no apoio à infância. Procurou coordenar e subsidiar um sistema de Segurança Social unificado e descentralizado, com a participação das Associações Sindicais, Autarquias Locais e Instituições Privadas de Solidariedade Social (*“Bragança entre os primeiros Centros Regionais”*, 18/7/1980:1-3. Com este propósito, além de apoiar as instituições existentes na cidade de Bragança, apoiou também diversas instituições no distrito.

A criação de Parques Infantis nas zonas rurais, em recreio ao ar livre, foi uma resposta aberta e eficiente que desenvolveu pelo distrito. No ano de 1984 já tinha instalado 23 Parques Infantis nos meios rurais mais populosos. Foram contempladas com Parques Infantis as seguintes freguesias: Sambade e Vilares da Vilariça, no concelho de Alfândega da Fé; Linhares e Pombal, no concelho de Carrazeda de Ansiães; Lagoa, Morais e Peredo, no concelho de Macedo de Cavaleiros; Duas Igrejas e S. Martinho de Angueira, no concelho de Miranda do Douro; Alvites, Franco e Mascarenhas, no concelho de Mirandela; Castelo Branco e Remondes, no concelho de Mogadouro; Carviçais e Felgar, no concelho de Moncorvo; Freixiel a Vilas Boas, no concelho de Vila Flor; Algosó, Argoselo e Santulhão, no concelho de Vimioso; Ervedosa e Rebordelo, no concelho de Vinhais. Investiu também no distrito de Bragança em instalações e equipamentos de 13 Jardins-de-infância: em Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Fontelonga (Carrazeda de Ansiães), Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Cachão, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais. Apoiou também diversas instituições com equipamentos para crianças com Necessidades intelectuais especiais: Centro de Educação Especial (CEE) de Bragança, Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual (APADI) e extensões do CEE de Miranda do Douro e Mirandela. Apoiou também com equipamento e serviços para crianças e jovens privados de meio familiar normal a Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar, de Bragança, e Asilo Francisco. António Meireles, de Moncorvo entre outras (*“Bragança entre os primeiros Centros Regionais”*, 18/7/1980:1-3). Todas as instituições que o CRSS de Bragança apoiava tinham autonomia administrativa.

O Centro Regional de Bragança criou e apoiou assim diversos estabelecimentos ao serviço da Infância: estabelecimentos oficiais; estabelecimentos para educação de menores com deficiência auditiva e intelectual. Nas áreas das instituições Privadas de Solidariedade Social, tinha diversos estabelecimentos ao serviço da Infância e menores privados de meio familiar bem como diversos Jardins-de-infância, Centros de Actividades de Tempos Livres, Internatos para rapazes e Lares-Internatos para crianças do género feminino, equipamentos que estavam ao serviço da Infância e Juventude. Existiam ainda, algumas respostas alternativas ao equipamento tradicional, traduzido em apoio domiciliário, no concelho de Freixo de Espada à Cinta, como experiência-piloto.

Dos equipamentos em funcionamento somente três estavam integrados, orgânica e funcionalmente, no Centro Regional; o restante, pela natureza do seu suporte jurídico, o seu funcionamento era assegurado através da celebração de acordos de cooperação entre a Instituição - suporte e o Centro Regional, obrigando-se este a um apoio técnico e financeiro e aqueles a uma resposta de Segurança Social adequada.

No ano de 1984 o distrito de Bragança dispunha de estabelecimentos que acolhiam jovens privados do meio familiar normal. Para o género feminino eram: o Lar de S. Francisco em Bragança, outro em Pereira (Mirandela), outro em Sendim (Miranda) e ainda um outro em Moncorvo. Para o género masculino: o distrito só dispunha de um estabelecimento de educação, que era a Casa de Trabalho (Patronato de Santo António), de Bragança. Em Chacim, Bemposta e Bragança, havia ainda outros centros de apoio para as crianças. Aos Centros Regionais competia assim prosseguir, mediante a execução do Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), a melhoria e alargamento da rede de serviços e equipamentos sociais especificamente destinados à proteção à Infância e às crianças e jovens com Necessidades Especiais. Nesse âmbito, o Centro Regional de Bragança, guiando-se pelos critérios da Administração Central, definiu as seguintes opções de investimento: atenuação dos desequilíbrios regionais em matéria de equipamentos e serviços; continuação da política de não oficialização da rede de equipamentos, privilegiando as Instituições Privadas de Solidariedade Social; prioridade absoluta para os empreendimentos em curso; prioridade para as áreas de Infância e Juventude.

Entre os anos de 1979 a 1984 foram criados assim 13 Jardins-de-infância com protocolos de cooperação com o CRSS de Bragança, com capacidade para 720 novos lugares e 240 remodelados; 2 estabelecimentos para crianças privadas do meio familiar normal, com capacidade para 130 lugares; ampliação de um estabelecimento de Educação e Integração Social de menores com Necessidades Especiais, com capacidade para 40 lugares e 50 remodelados. Todos estes empreendimentos são comparticipados pela Segurança Social em 50% (*“Centro Regional de Segurança Social”*, JMB, 10/2/1984:6).

No âmbito da área da Infância, o Centro Regional de Segurança Social de Bragança deu uma cobertura capaz, pois cada sede de concelho teve o seu Jardim-de-infância através da Santa Casa da Misericórdias, Centros Sociais e Parquiais e de

Congregações Religiosas. O CRSS não valorizou muito a criação de Creches, porque, no dizer dos seus dirigentes, da altura havia outras respostas mais válidas (*“Segurança Social”*, JMB, 4/6/1982:6).

Para dar uma ideia das receitas e prestações pecuniárias do CRSS, apresenta-se a seguir um texto sobre os encargos no ano de 1981:

Os encargos do Centro subiram a 602.600 mil contos, sendo dispendidos 108.226 mil contos com despesas de administração. As receitas fixaram-se em 458. 098 mil contos, sendo o défice de 108.226 mil contos coberto pelo Instituto de Gestão Financeira. Os desalojados receberam nesse mesmo ano 106.401 mil contos e os desempregados residentes, 23.834 mil contos. No distrito de Bragança, as atividades onde a incidência de descontos para a Previdência foi mais significativa foram, em 1981, as seguintes: indústrias transformadoras, comércio e retalho, construção e obras públicas, serviços sociais e similares, e serviços domésticos. No capítulo das prestações pecuniárias distribuíram-se, em 1981, subsídios por doença e maternidade correspondentes a 62.230 dias e por desemprego, a 1445 dias. Com direito a Abono de Família foram apoiados, em 1981, 17219 descendentes do regime geral e 16 964 do R. E. A. F. Quanto a beneficiários que deram lugar ao processamento de benefícios no regime geral, temos, em 1981, 6.625 abonos de família, 134 abonos complementares a crianças e jovens deficientes, 1641 subsídios de nascimento, 1017 subsídios de aleitação e 5 subsídios por frequência de estabelecimento de Educação Especial. Houve também 655 subsídios de casamento e 1742 subsídios de funerais. Finalmente, registou-se ainda a atribuição de subsídio mensal vitalício a 122 beneficiários por invalidez e reabilitação (*“Segurança Social”*, JMB, 4/6/1982:6).

Os Jardins-de-infância e Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL) com acordos de cooperação com o CRSS de Bragança eram fiscalizados pedagogicamente por Educadoras de Infância que desempenhavam as funções de técnicas de educação a nível distrital, fazendo o respetivo acompanhamento. Eram as responsáveis por todos os processos relacionados com cada instituição, nomeadamente no controlo de qualidade e aconselhamento pedagógico, na estrutura organizativa e na elaboração dos acordos de cooperação que eram revistos anualmente. A primeira Educadora de Infância contratada para o CRSS de Bragança foi em comissão de serviço, para desempenhar funções técnicas educativas e ocorreu no ano de 1982 (*“Nova Educadora para o Centro Regional de Segurança Social”* JMB, 1/10/1982:3). No ano seguinte foram contratadas outras técnicas para as mesmas funções. Foram também contratadas três educadoras para desempenharem funções no Centro de Educação Especial de Bragança que estava

sobre a administração direta do CRSS de Bragança (*“Novas Educadoras no Centro Regional de Segurança Social”*, JMB, 21/1/1983:3).

A implementação do sistema de Segurança Social no distrito de Bragança desempenhou um papel fundamental no Distrito de Bragança no apoio à infância, muito importante na década de 80:

O Centro Regional de Segurança Social de Bragança surge como um oásis e uma esperança, porque está a dar cumprimento aos seus objectivos de regionalização, por forma a procurar estar mais perto dos problemas que afligem as populações. População que, obviamente, têm direito à Segurança Social, como refere o *Art. 63.* do Capítulo II da Constituição: -Todos têm direito à Segurança Social, incumbindo “ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de Segurança Social unificado e descentralizado, com a participação das associações sindicais, de outras organizações representativas dos trabalhadores e de associações representativas dos demais beneficiários”. E ainda: “A organização do sistema de Segurança Social não prejudica a existência de instituições particulares de solidariedade social não lucrativas, com vista à prossecução dos objectivos de Segurança Social neste artigo, as quais são permitidas, regulamentadas por Lei e sujeitas à fiscalização do Estado”. E a terminar, o referido *Art. 63.º* precisa: “O sistema de Segurança Social protegerá os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho” (Pimentel, *“A Segurança Social”*, JMB, 4/5/1984:7).

Apresenta-se a seguir uma tabela com alguns dados recolhidos referentes às datas de acordos de cooperação de algumas Instituições do Distrito de Bragança com o CRSS de Bragança, com as valências, comparticipação, e número de utentes e número de utentes abrangidos.

Tabela n.º 25 - Instituições do distrito com protocolo com o Centro Regional de Segurança Social de Bragança

Instituição	Data 1º acordo	Valência	Comparticipação	Lotação	Nº. de utentes
Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro	01-06-1984	J.I	3.339\$00 Utente MÊS	25	25
Centro Paroquial de Assistência de Freixo de Espada à Cinta	08-07-1982	Creche e JI Acoplado	1757.\$00 Utente mês	60	60
Centro Social Paroquial do Romeu Mirandela	01-07-1984	Creche e JI Sr. Meneres	3339\$00 Utente mês	25	25
Santa Casa da Misericórdia de Bragança	01-06-1984	Creche e JI	4137\$00 Utente mês	140	140
Centro Social e Paroquial de Moncorvo	29-07-1982	J.I	1757.\$00 Utente mês	40	40
Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor	28-07-1983	J.I	2807\$00 Utente mês	75	75
Centro Paroquial de Assistência de Avidagos - Mirandela	22-05-1984	J.I	3.339\$00 Utente mês	25	25
Santa Casa da Misericórdia de Mirandela	30-09-1982	Creche e JI	1757.\$00 Utente mês	60 -20 de Creche	60
Santa Casa da Misericórdia de Alfandega da Fé	28-7-1983	Creche e JI infância	2807\$00 Utente mês	50	50

Fonte: Arquivo do Centro Regional de Segurança Social de Bragança

O Centro Regional de Segurança Social de Bragança desempenhou um importante papel na cidade e distrito de Bragança no campo social, de apoio à infância, juventude e terceira idade. Tem um espólio documental muito importante, estando a sua maioria por tratar, fundamental para os interessados em prosseguir uma investigação mais profunda sobre temáticas relacionadas. Os dados aqui apresentados são só referentes até ao ano de 1986 pelos motivos evidentes do período em estudo.

4.8. Os Jardins-de-infância públicos do Ministério da Educação

Com a criação da rede da Educação Pré-escolar no ano de 1977 e com a publicação dos Estatutos dos Jardins-de-infância no ano de 1979, o Ministério da Educação acelerou a generalização da Educação Pré-escolar em Portugal. Por isso, verificou-se por todo o país a abertura deste tipo de instituições através do pleno aproveitamento das estruturas escolares existentes e outras que se construíram.

A cidade de Bragança abriu e construiu um Jardim-de-infância do Ministério da Educação no ano de 1980 com 5 salas de atividades, assunto que tratarei no capítulo seguinte. Em todo o distrito verificou-se também a abertura de diversos Jardins-de-infância. O Ministro da Educação e Ciência determinou e autorizou o funcionamento de Jardins-de-infância nas Escolas dos diversos níveis de ensino, dotadas de instalações e condições adequadas. Esta possibilidade aberta pelo Ministério constituiu um fator importante para a expansão da Educação Pré-escolar e, em muitos locais, a única oportunidade de concretização das estruturas deste nível de ensino. A utilização plena das estruturas escolares representou assim a satisfação de interesses fundamentais das comunidades locais (*“Jardins-de-infância nas escolas”*, JMB, 27/6/1980:6).

No distrito de Bragança como no resto do país, devido à insuficiência de profissionais de Educação de Infância para as vagas existentes, recorreu-se por diversas vezes à contratação de professoras primárias. Foram organizados concursos nacionais para a ocupação das vagas que iam surgindo por todo o país e publicadas na imprensa local.

As câmaras municipais desempenharam um importante papel no desenvolvimento do alargamento e desenvolvimento da rede de Educação Pré-escolar do distrito de Bragança. A Câmara Municipal de Bragança manifestou profundo interesse na abertura e desenvolvimento de Jardins-de-infância como se verificou pela criação e abertura do Jardim-de-infância nº 1 da Estação no ano de 1979/80 e do elevado número dos outros que se lhe seguiram no concelho. As outras câmaras do distrito seguiram-lhe o exemplo e demonstraram também enorme sensibilização para a criação deste tipo de ensino, de que tanto carecia todo o Nordeste. Havia dois fortes motivos para que os municípios apostassem na Educação Pré-escolar: o socioeconómico e o educacional. Enquanto, por um lado, ajudavam as mães a ficarem mais disponíveis para se ocuparem das suas diversas tarefas agrícolas, artesanais, domésticas ou de qualquer outro tipo, por outro, as crianças desenvolviam as suas capacidades tendo em vista o seu desenvolvimento geral e um maior sucesso educativo. As câmaras deram todo o apoio possível na criação, construção e abertura de Jardins-de-infância bem como a aquisição de mobiliário e equipamentos e posterior manutenção. Abrir um Jardim-de-infância na altura era sinónimo de modernidade, de progresso e todas as câmaras queriam estar ligadas a este processo de educação moderna (*“Macedo de Cavaleiros”*, JMB, 20/5/1983:6).

A abertura de Jardins-de-infância era motivo de orgulho e de pomposas inaugurações com honra de primeiras páginas na imprensa local. Fazia-se questão de divulgar os Jardins-de-infância que iam abrindo e os que estariam em vias de abrir, “A freguesia de Moimenta tem moderno Jardim-de-infância. O melhoramento era de há muito reclamado pela população (*“Moimenta- Vinhais Jardim-de-infância”*, JMB, 15/4/1983:2).

Por sua vez, o grande aliado da Educação Pré-escolar do Distrito – O jornal *Mensageiro de Bragança*, frequentemente divulgava nas suas páginas a abertura de Jardins-de-infância pelo distrito.

Mais 15 Jardins-de-infância para Alfândega da Fé e Macedo de Cavaleiros. A terminar, o Prof. Victor Crespo anunciou ainda a abertura de mais 15 Jardins Infantis nos concelhos de Alfândega e Macedo de Cavaleiros, designadamente em Agrobom, Gebelim, Cerejais, Saldonha, Soeima, Valverde, Vilarchão, Vilares da Vilarça, Sambade e Vilarelhos, no concelho de Alfândega da Fé, e Lombo, Macedo de Cavaleiros, Vale de Prados e Peredo, no concelho de Macedo de Cavaleiros (*“Mais 15 Jardins-de-infância”*, JMB, 3/7/1981:11).

Educação Pré-escolar atingiu 52 mil crianças • O Distrito de Bragança com 38 Jardins-de-infância. Cerca de 52 mil pessoas beneficiaram em Portugal de Educação Pré-escolar durante o presente ano lectivo, conclui-se de números fornecidos pelo Ministério da Educação. Existem em Portugal um total de 1 338 Jardins-de-infância, dos quais 946 são oficiais e 442 particulares. A Educação Pré-escolar oficial serviu, durante 1980-81, 23 650 crianças e o particular cerca de 29 mil, verificando-se neste último tipo de estabelecimentos uma maior frequência por unidade. Os Jardins-de-infância oficiais aparecem pela primeira vez em 1978-79, totalizando 142 estabelecimentos, quase triplicando o seu número em cada um dos anos seguintes. O concelho mais bem equipado em Jardins-de-infância é Lisboa, com um total de 288, dos quais 248 são particulares, seguindo-se Aveiro com 150 e Porto com 146. Faro é o concelho pior apetrechado, com apenas 22 estabelecimentos, apresentando-se depois Bragança, Évora e Portalegre, com 38, 30 e 26 Jardins-de-infância, respectivamente (*“Educação Pré-escolar”*, JMB, 9/6/1981:6).

Criados mais 12 Jardins-de-infância neste distrito - Para entrarem em funcionamento já no ano escolar de 1980-81, pela Portaria 682/80, de 19 do mês corrente, foram criados Jardins-de-infância nas seguintes localidades: Do concelho de Macedo de Cavaleiros: Brinco, Edroso, Murçós e Vilar do Monte; do concelho de Vinhais: Agrochão, Espinhoso e Vila Boa de Ousilhão; do concelho de Moncorvo: Lorinho e Souto da Velha; em Poiães (Freixo de Espada à Cinta); em Tó (Mogadouro) e na vila de Mirandela (Rua José Bacelar). A cada um destes jardins foi atribuído um lugar de

Educador de Infância e outro de pessoal auxiliar de apoio. Pela mesma Portaria, também foi atribuído mais um lugar de Educador de Infância ao Jardim-de-infância de Sendim, do concelho de Miranda do Douro, este já em funcionamento. Entretanto, muitas outras terras de Trás-os-Montes esperam pelos seus Jardins-de-infância, que ainda são um luxo muito raro por estas paragens (“*Criados mais 12 Jardins-de-infância*”, JMB, 26/9/1980:2).

Além do anúncio dos concursos para Educadores de Infância e pessoal auxiliar eram também anunciados no jornal *Mensageiro de Bragança* os concursos para o pessoal auxiliar. O recrutamento de pessoal auxiliar de apoio era feito por concurso documental para cada vaga, devendo ter idade compreendida entre 18 e 55 anos; possuírem como habilitação mínima a escolaridade obrigatória, exigida segundo a idade do candidato; possuírem robustez física necessária para o exercício das funções e não sofrerem de doença transmissível ou de doença crónica evolutiva:

Aviso de Concurso de pessoal auxiliar de apoio para os Jardins-de-infância criados pela Portaria 682/80, de 19/9. Está aberto concurso, pelo prazo de 10 dias, a contar de 29-12-80 e até 7-1-81, para admissão de pessoal acima referido para os seguintes Jardins-de-infância: 1 - POIARES - Concelho de Freixo de Espada à Cinta 2 - BRINCO (Ala) - Concelho de Macedo de Cavaleiros 3 - EDROSO - Concelho de Macedo de Cavaleiros 4 - MURÇÓS - Concelho de Macedo de Cavaleiros 5 - VILAR DO MONTE - Concelho de M. de Cavaleiros 6 - TÓ - Concelho de Mogadouro Casa da Moeda (Rosa D'Ouro - Bragança). Tal boletim de concurso deve dar entrada, dentro do prazo referido, nas Delegações ou na Direcção Escolar deste Distrito. Ao concurso referido poderão concorrer indivíduos de ambos os sexos que reúnam as seguintes condições: a) - Tenham idade compreendida entre 21 e 50 anos, excepto quando se trate de funcionários de outras carreiras das constantes do mapa anexo do *Decreto-Lei n.º 57/80*, de 26 de Março, que prestem serviço em estabelecimentos de ensino público do Ministério da Educação e Ciência ou nas Direcções dos Distritos Escolares; quando forem candidatos 7 - SEDE DO CONCELHO DE MIRANDELA 8 - LARINHO - Concelho de Torre de Moncorvo 9 - SOUTO DA VELHA - Concelho de Torre de Moncorvo 10 - AGROCHÃO - Concelho de Vinhais 11 - ESPINHOSO (Candedo) — Concelho de Vinhais 12 - VILA BOA DE OUSILHÃO — Concelho de Vinhais Os referidos concursos são organizados de acordo com o *Despacho Normativo n.º 345/80*, de 29/9, e dentro dos limites do critério imposto pelo *n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 57/80*, de 26 de Março. O recrutamento de pessoal auxiliar de apoio é feito por concurso documental para cada vaga, utilizando para o efeito o boletim normalizado n.º 440, exclusivo da Imprensa Nacional - únicos, devendo então ter idade compreendida entre 18 e 55 anos; b) Possuam como habilitação mínima a escolaridade obrigatória, exigida segundo a idade do candidato. c) - Possuam robustez física

necessária para o exercício das funções e não sofram de doença transmissível ou de doença crónica evolutiva. A graduação dos candidatos far-se-á de acordo com as regras constantes das *alíneas do n.º 4.1. do Despacho Normativo n.º 345/80, de 29/9* (“*Direção do distrito Escolar de Bragança*”, Neves, JMB, 19/12/1980:14).

No ano letivo de 1982/83 havia 2088 crianças, matriculadas na Educação Pré-escolar no Ensino oficial do Ministério da Educação no distrito de Bragança, destas, 151 eram só na cidade Bragança. O Jardim-de-infância n.º.1 tinha à volta de 100 crianças e as restantes frequentavam o Jardim-de-infância do Centro Regional de Segurança Social, antigo Instituto das Obras Sociais (IOS). De referir que apesar de pertencerem a Ministérios diferentes, o Jardim-de-infância do IOS, também era considerado oficial, apesar de ser muito discutível (“*40 mil alunos matriculados no distrito de Bragança*” JMB, 15/10/1982:6). Segundo notícia publicada no Jornal Mensageiro de Bragança, no ano de 1986, havia em todo o distrito de Bragança 2800 crianças a frequentarem a Educação Pré-Escolar Pública (“*Ensino Infantil*”, JMB, 4/7/1986:9). Estes dados são diferentes dos divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística que refere que no mesmo ano havia 2642 crianças matriculadas em 109 Jardins-de-infância públicos do Ministério da Educação em todo o distrito de Bragança.

Apresenta-se a seguir uma tabela com alguns dados referentes à Educação Pré-escolar oficial do Distrito de Bragança, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística nos respetivos anos.

Tabela n.º 26 - Alguns dados sobre a Educação Pré-Escolar Oficial no Distrito de Bragança entre os anos letivos de 1973-74 e 1985/86

Ano Letivo	Nº de Estabelecimentos de Educação Pré-escolar	Nº de Docentes	Nº de Crianças
1973-74	8	13	405
1974-75	10	13	378
1975-76	15	18	488
1976-77	10	23	531
1977-78	13	29	582
1978-79		40 (1 Homem)	525
1979-80		51	1374
1980-81		65 (1 Homem)	
1981-82		93 (8 Homens)	
1982-83		97 (3 Homens)	2088
1983-84		106	2266
1984-85		110 (2 homens)	2221
1985-86	109		2642

Fonte: Instituto Nacional de Estatística dos anos letivos de 1973/74 a 1985/86

Pela análise da tabela, apesar da falta de dados verificada em alguns anos letivos, pode constatar-se um aumento contínuo do número de crianças matriculadas na Educação Pré-Escolar pública no distrito de Bragança, bem como o aumento do número de docentes. Verifica-se ainda o reduzido número de docentes do género masculino o que demonstra que se trata de uma profissão essencialmente do género feminino.

Deixo aqui algumas notícias publicadas no jornal *Mensageiro de Bragança* sobre a Educação Pré-escolar no distrito de Bragança, que podem ser importantes para outros que queiram seguir esta importante linha de investigação:

Mais 50 novos Jardins-de-infância entrarão ao serviço das crianças no próximo ano lectivo de 1981-82 Segundo nos foi dado saber, junto da Direcção Escolar de Bragança, abrirão já no próximo ano escolar de 1981-82, mais 50 Jardins-de-infância, no distrito de Bragança que somados aos 36 já existentes, possibilitarão a colocação de 86 Educadores de Infância e a criação de 86 postos de trabalho, a pessoal auxiliar de apoio e o atendimento de 2 200 crianças, dos 3 aos 5 anos. Os referidos Jardins foram instalados em Alfândega da Fé, Sambade, Vilarelhos, Agrobom, Gebelim, Cerejais, Saldonha, Soeima, Valverde, Vilar Chão e Vilares da Vilariça, no concelho de Alfândega da Fé; Coelhoso, Bragança, Izeda e Serapicos, no concelho de Bragança; Peredo, Lombo, Vale Prados e Macedo de Cavaleiros, no concelho de Macedo de Cavaleiros; Vale das Fontes, Celas, Vinhais, Rebordelo, XNunes e Santalha, no concelho de Vinhais; Palaçoulo e Picote, no concelho de Miranda do Douro; Abreiro, Barcel, Cedães, Franco e Mirandela, no concelho de Mirandela; Bemposta e Meirinhos, no Concelho

de Mogadouro; Cardanha, Castedo, Lousa, Mós e Felgar, no concelho de Moncorvo; Candoso, Freixiel, Mourão, Santa Comba da Vilarça, Seixo de Manhoses, Vale Frechoso, Vila Flor e Vilas Boas, no Concelho de Vila Flor; Santulhão e Vilar Seco, no concelho de Vimioso (*“Mais 50 novos Jardins-de-Infância”*, JMB, 24/7/1981:5).

Mais cinco Jardins-de-infância no Distrito - Em Portaria deste mês, foram as seguintes as povoações contempladas com a criação de Jardim-de-infância: Alfândega da Fé, Sambade e Vilarelhos, do mesmo concelho; Peredo, do concelho de Macedo de Cavaleiros; e Vale das Fontes, do concelho de Vinhais. Está previsto o funcionamento no ano escolar de 1981-1982, cada um com Educador de Infância (*“Mais cinco Jardins-de-infância”*, JMB, 18/9/1981:2).

Criados mais 20 Jardins-de-infância no Distrito - Para entrarem em funcionamento ainda no actual ano escolar de 1982 1983, estes 20 Jardins-de-infância acabados de criar vêm contemplar as localidades de Carrazeda de Ansiães, Castanheiro do Norte e Mogo de Malta, do concelho de Carrazeda de Ansiães; Freixo e Lagoaça, do concelho de Freixo de Espada à Cinta; Ala, Carrapatas, Chacim e Podence, do concelho de Macedo de Cavaleiros; Peredo de Bemposta, Ventozelo e Brunhoso, do concelho de Mogadouro; Nabo, Samões e Valtorno, do concelho de Vila Flor; Vimioso e Pinelo, do concelho de Vimioso; Edral, Moimenta e Vilar de Lomba, do concelho de Vinhais. O quadro do pessoal que fica afecto a estes jardins-de-infância comporta 21 unidades de Educadores de Infância e 20 de pessoal auxiliar de apoio, na proporção de uma unidade de cada categoria para cada estabelecimento, excepto o de Freixo de Espada à Cinta, que fica dotado de dois Educadores. Assim, embora lentamente, se vai avançando na dotação destas significativas estruturas sociais ainda há poucos anos quase completamente desconhecidas em terras do Nordeste Transmontano (*“Criados mais 20 Jardins-de-infância no Distrito”*, JMB, 13/12/1982:3).

Criados mais três jardins-de infância em Vinhais: Moimenta, Edral, e Vilar de Lomba e prosseguindo as construções dos de Vinhais, Nuzedo de Baixo, Ervedosa e Celas (*“Ensino”*, JMB, 15/4/1983:9).

O concelho de Macedo de Cavaleiros tem, nesta data, 207 alunos matriculados em jardins-de-infância, contando com 12 Professores a lecionar nos jardins-de-infância. No tocante a jardins-de-infância, o concelho de Macedo de Cavaleiros é, de longe, o mais bem servido no distrito de Bragança. Ao percorrermos toda a grande áreas rural de Macedo tivemos oportunidade de ver em funcionamento jardins-de-infância na vila, no Brinco, em Edroso, em Lagoa, no Lombo, em Peredo, em Salselas, em Talhas, em Murçós, em Vale de Prados, em Vilar do Monte e Vinhas. Sabemos ainda terem sido já criados, por Portaria, mais 5 que receberão criança no próximo ano escolar. Situam-se em Ala, Chacim, Podence, Carrapatas e Macedo. Quanto a mobiliário, foi-nos dado saber estar a Câmara empenhada na substituição do equipamento tradicional nas escolas

primárias, por não corresponder ao tipo de educação moderna. Queremos referir-nos, naturalmente, às carteiras e ao material didático (“*Macedo de Cavaleiros*”, JMB, 20/5/1983:6).

Freixo de Espada à Cinta – Escola Infantil — Nas proximidades da ampla escola masculina, de 5 lugares. Está já bastante adiantada a construção de um airoso e agradável edifício de duas salas, destinado ao ensino pré-Primário, que, ainda este ano, ali será ministrado (“*Freixo de Espada à Cinta- Escola Infantil*”, JMB, 7/5/1983:3).

No ano de 1986 o concelho de Vinhais tinha a funcionar 18 Jardins-de-infância públicos com 258 crianças, e todos em edifícios propositadamente construídos para o efeito (“*Vinhais*”, JMB, 28/3/1986:6)

Apresenta-se a seguir uma tabela com dados retirados do Arquivo Histórico do Antigo Centro Educativo de Bragança (CAE) sobre o número de crianças matriculadas na Educação Pré-Escolar em alguns Concelhos do Distrito de Bragança:

Tabela n.º 27 - Crianças matriculadas em Jardins-de-infância no ano letivo 1982/83 em alguns concelhos do Distrito de Bragança

Concelho de Macedo de Cavaleiros	Brinço	Edroso	Lagoa	Lombo	Macedo de Cavaleiros	Murçós	Peredo	Salselas	Talhas	Vale de Pardos	Vilar do Monte	Vinhas	Total
Crianças	14	7	19	22	25	17	16	15	22	17	12	21	207
Docentes	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
Concelho de Alfândega da Fé	Agrobom	Alfândega da Fé	Cerejais	Gebelin	Saldanha	Sambade	Soeima	Valverde	Vilarchão	Vilarelhos	Vilares da Vilaça	Total	
Crianças	13	56	15	16	11	25	11	12	17	18	14	208	
Docentes	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12	
Concelho de Vinhais	Agrochão	Celas	Ervedosa	Espinhoso	Nunes	Penhas Juntas	Rebordelo	Santalha	Vale das Fontes	Vila Boa	Vinhais	Total	
Crianças	21	14	23	19	14	15	40	10	14	9	57	236	
Docentes	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	3	13	
Concelho de Torre de Moncorvo	Cardanha	Carviçais	Castedo	Felgar	Larinho	Lousa	Mós	Souto da Velha	Total				
Crianças	23	32	21	52	29	24	11	5	197				
Docentes	1	1	1	2	1	1	1	1	9				
Concelho de Bragança	Bragança	Coelhoso	Izeda	Outeiro	Parada	Sarapicos	Total						
Crianças	124	18	42	15	25	14	238						
Docentes	5	1	2	1	1	1	11						

Fonte: Arquivo Histórico do antigo Centro da Área Educativa de Bragança

Pela tabela pode verificar-se os Jardins-de-infância que já funcionavam no ano letivo de 1982/83. O concelho de Bragança, apesar de ser o que tinha menos Jardins-de-infância – apenas 6-, era precisamente o concelho que tinha mais crianças matriculadas (238) e com apenas 11 Educadoras de Infância colocadas. O concelho de Macedo de Cavaleiros era o que tinha mais Jardins-de-infância abertos com 207 crianças matriculadas e 12 educadoras colocadas.

Apresenta-se a seguir a tabela com todas as localidades do distrito de Bragança onde funcionavam Jardins-de-infância públicos do Ministério da Educação no ano de 1986:

Tabela n.º 28 - Localidades do Distrito de Bragança com Jardins-de-infância no ano letivo de 1985/86

Concelho Alfândega da Fé	Agrobom		Alfândega da Fé		Cerejais	Gebelim	Saldonha	Sambade	Soeima	Valverde	Vilar Chão	Vilarelhos	Vilares de Vilarica	11 Localidades
Concelho Bragança	Bragança		Coelhoso		Izeda	Outeiro	Parada	Serapicos	Gimonde	Santa Coma de Rossas	8 Localidades			
Concelho de Carrazeda de Ansiães	Seixo de Ansiães		de Vilarinho da Castanheira			Mogo de Malta			Tralhariz	Pombal	Carrazeda de Ansiães	Castanheiro do Norte	7 Localidades	
Concelho de Freixo de Espada à Cinta	Poiães		Freixo de Espada à Cinta			de Lagoaça		Fornos	4 Localidades					
Concelho de Macedo de Cavaleiros	Brinço	Edroso	Lagoa	Lombo	Macedo de Cavaleiros	Murçós	Peredo	Salselas	Talhas	Vale de Prados	Vale do Monte	Ala	Carrapatas	Chacim
	Bagueixe	Bornes	Castelãos	Corujas	Agra	Grijó de Vale Benfeito	Morais	Travanca	Vale da Porca	Vilarinho de Agrochão	Podence	Vinhas		
Concelho de Miranda do Douro	Miranda do Douro		Palaçoulo	Picote	Sendim	4 Localidades								
Concelho de Mirandela	Abreiro	Barcel	Vila Verdinho	de Franco	Mirandela	Murias	Passos	Rego de Vide	Torre de Dona Chama	Vale de Gouvinhas	Vale de Telhas	Vale de Salgueiro	12 Localidades	
Concelho de Mogadouro	Bemposta	Meirinhos	Tó	Peredo de Bemposta	Ventozelo	Brunhoso	Mogadouro	7 Localidades						
Concelho de Torre de Moncorvo	Cardanha	Carviçais	Castedo	Felgar	Larinho	de Lousa	Mós	Souto da Velha	Felgueiras	Torre de Moncorvo	10 Localidades			
Concelho de Vila Flor	Candoso	Freixiel	Mourão	Santa Coma da Vilarica		Seixo de Lousa Manhoses	Vale Frechoso	Vila Flor	Vilas Boas	Nabo	Samões	Valtomo	11 Localidades	
Concelho de Vimioso	Santulhão	Vilar Seco	Vimioso	Pinelo	Argozelo	5 Localidades								
Concelho de Vinhais	Agrochão	Espinhoso	Celas	Enxofradela	Nunes	Rabordelo	Santalha	Edral	Penhas Juntas	Vinhais 2	Vale das Fontes	Moimenta	Vila Boa de Ouzilhão	Vilar de Lomba
14 Localidades														

Fonte: Decreto-Lei n.º 169/85 DE 20/5 II Série, n.º 49 de 28-2-1986 - Concurso para provimento de lugares de Educadores de Infância no ano Letivo de 1986/87.

Pela análise de tabela, pode verificar-se que o concelho de Macedo de Cavaleiros era aquele com mais localidades com Jardins-de-infância públicos em funcionamento no ano de 1986, mais especificamente com 26 localidades. Bragança, capital de distrito só dispunha de 8 localidades, no entanto, a cidade de Bragança tinha 5 salas de Jardim-de-infância num só estabelecimento. Os concelhos com menos localidades com Jardins-de-infância eram precisamente os de Miranda do Douro e de Freixo de Espada à Cinta com 4 cada. Seria interessante averiguar as razões da abertura ou não abertura destas instituições, se estariam relacionadas com o número de Jardins-de-infância particulares existentes ou se etária relacionado com as políticas, interesses e prioridades de investimentos das diversas câmaras municipais. Não desenvolvo de uma forma aprofundada esta temática *A Educação Pré-escolar pública do distrito de Bragança* no corpo deste trabalho, porque não é objeto de estudo desta tese, mas poderá vir a sê-lo em futuras investigações dadas a linha de investigação que deixa em aberto e que ainda ninguém pesquisou neste distrito.

CAPÍTULO 5: HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA EM BRAGANÇA NO PERÍODO DE 1934 A 1986

Este capítulo trata de todo o processo de criação e funcionamento das instituições com Jardins-de-Infância existentes na cidade de Bragança no período entre 1934 e 1986, que se decidiu ordenar por ordem cronológica na tabela seguinte. Procura-se, neste estudo, tratar apenas esta realidade até ao ano letivo de 1985/86, embora se façam algumas referências à continuidade das instituições, depois desta data.

Tabela n.º 29 - Jardins-de-infância criados em Bragança no período de 1934 a 1986

Instituição	Início de funcionamento	Data de Inauguração
1. Jardim-de-infância de Santa Clara	9 de outubro de 1956	5 de novembro de 1956
2. Jardim-de-infância do Instituto das Obras Sociais	1 de abril de 1970	
3. Jardim-de-infância do Sagrado Coração de Jesus	4 de outubro de 1971	
4. Jardim-de-infância do Centro de Educação Especial	3 de novembro de 1972	
5. Jardim-de-infância do Hospital	1 de abril de 1973	
6. Jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia	2 de fevereiro de 1976	
7. Jardim-de-infância n.º 1 do Ministério da Educação	Criado em agosto de 1979 e início de funcionamento no dia 4 de fevereiro de 1980	

Fonte: Arquivos das instituições, entrevistas Educadoras, jornal *Mensageiro de Bragança* e atas da Câmara Municipal de Bragança

5.1. Congregação Religiosa das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado - Santa Clara

Trata-se, em primeiro lugar, a Congregação Religiosa das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado (CRSFJS), precisamente por ter sido a primeira instituição privada a abrir um Jardim-de-infância na cidade de Bragança, mais concretamente no ano de 1956. As origens desta Congregação estão na aldeia de Pereira no concelho de Mirandela, quando duas senhoras promotoras (Maria Augusta Fernandes

Martins e Alzira da Conceição Sobrinho) acalentaram o desejo de fundar uma Congregação Franciscana Feminina. Iniciaram a sua preparação religiosa e fundaram o Asilo das Florinhas do Sacrário, no ano de 1928 (Instituição dedicada à infância feminina com orientação catequística e ensino das primeiras letras). Em 1938, o Bispo D. Abílio Vaz das Neves - acabado de ser nomeado para a diocese -, conheceu esta obra e, consciente das suas potencialidades eclesiais e sociais, empreendeu diligências que a levaram a ser Pia União em 1940. No ano de 1948 foi agregada à Família Franciscana, através da ordem dos Frades Menores e passou a ser Instituto Religioso de Direito Diocesano. Finalmente, no ano de 1950, foi decretada instituição canónica como Congregação religiosa de direito diocesano pelo D. Abílio - Bispo de Bragança e Miranda “A instituição canónica da Congregação Religiosa da Congregação das Servas Franciscanas de Jesus Sacramentado constitui uma das realizações mais significativas do episcopado de D. Abílio Vaz das Neves (1938-1965)” (Teixeira 2004:7). Mais tarde, no ano de 1969, veio a ser reconhecida como Congregação Missionária, por Despacho do Ministro do Ultramar de 24/3/1969.

Da pequena aldeia de Pereira espalhou-se, lentamente pelo distrito de Bragança, pela região norte, pelo país, e pelo estrangeiro. Tinha sempre as crianças como principal preocupação, principalmente as mais carenciadas e desprotegidas. Não fosse essa a ideia, não se tinha desenvolvido pelas mais recônditas aldeias, como apresento mais adiante. A sua obra cresceu na década de cinquenta e efetivou-se pelo país nas décadas seguintes. Abriram-se instituições de apoio a crianças e a idosos em praticamente todos os concelhos do distrito de Bragança, em várias localidades do distrito de Vila Real e distrito do Porto e nas cidades de Braga e Guimarães. Esta Congregação fez, e continua a fazer, um trabalho distinto através das Obras Sociais e educativas, principalmente no apoio à infância e às crianças antes da entrada na escola do 1º Ciclo. Dado o seu trabalho de apoio à infância, aos idosos, aos necessitados e à Igreja, a partir de 1950, começou a receber, constantemente pedidos de apoio de diferentes partes do país, para abrir ou dirigir instituições já em funcionamento, mas com dificuldades em prosseguirem as suas atividades. Chegou a receber solicitações de ajuda do Alentejo e até dos Açores. Não conseguiu dar resposta a todos os pedidos que lhe eram feitos, mas, mesmo assim, respondeu a muitas solicitações de todo o género. Muitas das primeiras instituições que abriram ainda se mantêm hoje, mas houve outras que encerraram.

5.1.1. A Casa Asilo de Pereira

A primeira instituição que esta Congregação abriu, e onde tudo começou, foi em Mirandela, na aldeia de Pereira onde fundou a Casa Asilo das Florinhas do Sacrário. Funcionava em regime de internato para crianças do género feminino, a partir dos seis anos de idade. Em dezembro de 1928 recebeu as primeiras crianças, consideradas “as mais necessitadas da aldeia” (Teixeira, 2004: 22). Em fevereiro de 1929, frequentaram-na cinco crianças e já tinham uma auxiliar e uma professora. O prelado apoiou esta obra desde o início mas considerava que estaria mais bem localizada em Mirandela, por se tratar de um meio muito maior e muito mais necessitado de uma instituição deste género. Considerava-se que a aldeia de Pereira não oferecia as condições necessárias principalmente pela ausência de médico, farmácia, aulas de corte e costura, e acima de tudo, por ter pouca população. Recomendou-se prudência logo de início à instituição, mas podiam continuar a receberem mais crianças. A casa continuou a crescer e, em 1931, frequentavam a casa 30 crianças (Teixeira, 2004: 24) e, no ano de 1940, era frequentada por 40 (*“Inauguração do Asilo de Pereira”*, JMB, 20/2/1949:1). Por se considerar muito importante, esta instituição, para a obra da infância e o papel que desempenhou em prol das crianças do distrito e, por ser a partir dela que a Congregação se desenvolveu, transcreve-se a seguir o primeiro esboço do regulamento da vida do asilo, onde se explicita o fim e as bases para a formação das crianças:

Educar as crianças numa base sólida, moral e religiosa; Formar-lhe bem a consciência, tanto nos seus deveres para com Deus, como para com o próximo; Dar-lhes um ensino profundo de catecismo a todas, pequenas e grandes, e plena liberdade na aproximação dos sacramentos; Ir mostrando às maiores os perigos do mundo para que não entrem nele de olhos fechados; Prepará-las para o exame de 3^a e 4^a classe; Ensiná-las, prepará-las para mais tarde ou se darem a N. Senhor, ou constituírem os seus lares verdadeiramente cristãos na prática e na virtude e do trabalho; Fazer-lhes cultivar de abnegação e sacrifício, amor ao trabalho de que precisam de se revestir para fazerem a felicidade do lar. Para obter este fim habituá-las nos trabalhos caseiros e trabalhos de campo; Para fazer face às despesas de vida do asilo, criar um atelier no qual se dedicarão a trabalhos em roupas brancas e de cor para vender em alguns estabelecimentos pertencentes a benfeitores e amigos do mesmo asilo e para as feiras das povoações vizinhas; A entrada das crianças será de 6 anos, trarão sempre consigo a certidão e batismo; Receberão visitas de família uma vez no mês, indo a férias quando a Direção achar conveniente (Teixeira, 2004:24).

Os seus estatutos definitivos são efetivados nos anos seguintes. As crianças vivem na instituição em regime de internato e só iam a casa quando a direção o permitisse. A sua admissão era de seis a dez anos e permaneciam nela até aos dezasseis ou dezassete anos, altura em que eram entregues à família. Durante o tempo de permanência na instituição, a Congregação ficava encarregue de sustentar e educar as crianças e de as ajudar a completar o Ensino Primário. Auxiliaram também as que achassem que deviam prosseguir nos estudos (Teixeira, 2004). De referir que recebeu sempre crianças antes dos seis anos de idade, conforme constam nos seus registos (Teixeira, 2004), funcionando logo, desde o seu início, como Creche e, anos mais tarde, (1976) também como Jardim-de-infância.

A preocupação pelas crianças e pela sua formação e qualidade de vida foi sempre o principal lema de vida desta Congregação. No ano de 1931 uma das suas fundadoras - D. Maria Augusta -, enviou uma carta ao Bispo de Bragança sobre a importância de se cuidarem e educarem as crianças. Esta carta é reveladora também da situação das crianças e dos princípios religiosos que deviam estar presentes na sua educação:

Não é certamente desconhecida de V. Ex^a. A grande necessidade de trabalhar pela formação moral e espiritual as crianças. Por esse Portugal fora já funcionam, em muitas cidades e vilas, creches, asilos, patronatos, etc. que abrigam centenas de criancinhas pobres (...). Se percorremos as aldeias, nada deparamos que valha a tantas criancinhas, que nem são menos filhas de Deus nem menos portuguesas, nem menos necessitadas que as das cidades. Infelizmente a maioria dos lares pobres e medianos está muito paganizado; o espírito cristão vai desaparecendo nos pais, que por isso mesmo, deixam os filhos ao abandono por essas ruas, onde só encontram maus exemplos, que, bem cedo lhes roubam a candura da inocência (...). Por este fim fundou-se nesta pequenina aldeia, a 8 de dezembro de 1928, uma humilde associação, a que se deu o nome de “Florinhas do Sacrário” (Teixeira, 2004:26-27).

No ano de 1949 a instituição inaugurou uma nova casa agora com melhores condições para as crianças internas e para a Creche graças aos peditórios efetuados e ajuda de benfeitores que renderam “130 contos” e a um subsídio do Estado de “40 contos” (“*Inauguração do Asilo de Pereira*”, JMB, 20/2/1949:1).

Segundo notícia publicada no jornal *Mensageiro de Bragança* (14/1/1958:3), no ano de 1958, a Congregação tinha diversas Obras de Educação e Ensino distribuídas pelo distrito de Bragança: dez Jardins-de-infância, quatro Patronatos, e já tinham

frequentado estas instituições um total de 45139 crianças. No ano de 1961, e segundo a mesma fonte, já tinham catorze Jardins-de-infância e sete patronatos (“*Servas Franciscanas de Jesus Sacramentado*”, JMB, 22/6/1962:3).

Mais à frente, e de uma forma mais pormenorizada, apresenta-se a Casa que abriu em Bragança, designada Casa do Arco com o Jardim-de-infância - importante neste estudo - por nela funcionar o primeiro Jardim-de-infância privado a abrir em Bragança. Após a criação da Casa de Pereira sucedeu-se, nos anos seguintes, a criação de diversas casas de apoio à infância de cariz assistencial, como as creches, e de cariz educativo, como os Jardins-de-infância que se apresentam nas tabelas seguintes:

**Tabela n.º 30 - Instituições da Congregação das Religiosas das Servas Franciscanas
Reparadoras de Jesus Sacramentado criadas até 1986**

Localidade	Nome da Instituição	Valências	Ano da Fundação
Aldeia de Pereira Concelho de Mirandela	Asilo das Florinhas do Sacrário	Creche Florinhas do Sacrário (Jardim-de-infância a partir de 1976)	1928
Aldeia de Marmelos- Mirandela	Casa de Marmelos	Creche Florinhas do Sacrário	1942
Aldeia de Chacim Macedo de Cavaleiros	Casa de Santo António Chacim	Creche Florinhas do Sacrário (Em 1956 tinha 60 bebés na Creche “Em seguida, foi a distribuição dos presentinhos aos 60 bebés da Creche” (JMB, 3/2/1956:3)	1944
Aldeia de Avantos -Mirandela	Casa de Santa Ana	Creche Florinhas do Sacrário Criada no dia 1 de novembro de 1952, funcionou com uma Creche do mês de Dezembro desse ano até ao seu encerramento em 1970. “Além de acolherem e cuidarem das crianças da Creche, as irmãs dedicam-se ao apostolado da catequese e animação litúrgica (Teixeira, 2004:149).	1952
Mirandela	Lar Eucarístico do Sagrado Coração de Jesus	Creche Florinhas do Sacrário e Jardim-de-infância No ano de 1956 tinha 70 crianças na Creche (Teixeira, 2004:156). “No Jardim-de-infância são recebidas crianças de todas as classes sociais” era uma frase que se encontra em todas as referências aos Jardins-de-infância criados por esta Congregação. Esta casa no ano seguinte mudou para novas instalações e teve mais a valência de lar de idosos. No ano de 1983 é inaugurado o novo edifício com as novas instalações onde se inclui a Creche e o Jardim-de-infância (Teixeira, 2004:271).	1955
No ano de 1956 é publicado no jornal <i>Mensageiro de Bragança</i> uma notícia sobre a Festa das Florinhas de Chacim. Nessa notícia dá-se conta dos 15 centros que a CRSFJS tem a funcionar: <i>Estão já 15 centros a funcionar graças ao zelo das suas desveladas jardineiras, cujos nomes e lugares passamos a publicar:</i> -Macedo de Cavaleiros - Aldeia: Ala, Olmos, Peredo, Casa de Santo António de Chacim, Vilares da Vilariça, Vilar do Monte, Castelãos, Corujas; -Mirandela: Lar Eucarístico de Mirandela e Aldeias: Asilo de Pereira, Casa de Santa Ana de Avantos; -Vimioso: Aldeia de Matela; Vinhais: Aldeia de Edral; Mogadouro: Bemposta; Leiria: Crespos em São Mamede – Fátima (JMB, 3/2/1956:3).			1956
Bragança	Casa de Santa Clara	Creche-Jardim-de-infância	
Mirandela	Casa de Nossa Senhora do Amparo	Jardim-de-infância	1957

Fonte: TEIXEIRA, Alfredo A. (2004). Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado: Cinquenta anos de vida, Porto: Criação e comunicação Gráfica Lda. jornal *Mensageiro de Bragança*, Entrevista, Educadora de Infância Irmã Lúcia Lopes.

Tabela n.º 31 - (Continuação) Instituições da Congregação das Religiosas das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado criadas até 1986

Localidade	Nome da Instituição	Valências	Ano da Fundação
Aldeia de Carção -Vimioso	Casa de Nossa Senhoras das Graças	Jardim-de-infância Foi criada em 25 de Agosto de 1957“provisoriamente destinada à Creche” (Teixeira, 2004:162) mas não chegou a funcionar por falta de condições para as irmãs. A 9 de fevereiro de 1960 abriu a Escola Infantil “A abertura da Escola Infantil realizou-se a 9 de Fevereiro com a presença do pároco e de todas as autoridades locais... Além de cuidarem das crianças do Infantário, as servas ensinam catequese, fazem reuniões de mães e visitam os doentes” (Teixeira, 2004:163). O Jardim-de-infância funcionou em instalações provisórias mas havia a promessa de construção de um edifício próprio por um benfeitor que doou “300 contos” para a sua construção. O Jardim-de-infância funcionou sob as ordens da CRSFJS até 1961, altura em que após desentendimentos com o pároco se retiraram de Carção. Reabriu novamente em 1963 e desta vez com cem crianças que lhe foram entregues e sem condições para serem convenientemente atendidas. O Jardim-de-infância de Carção a cargo da CRSFJS encerrou em 1967 quando as servas saem de lá definitivamente (Teixeira, 2004:165).	1957
Aldeia de Sendim -Miranda do Douro	Casa da Criança Mirandesa	Creche e Jardim-de-infância	1957
Macedo de Cavaleiros	Casa de Nossa Senhora de Fátima	Creche e Jardim-de-infância	1958
Aldeia de Vilar de Nantes-Chaves	Patronato de São José	Jardim-de-infância Lar para crianças e jovens -Em 1968 tinha 68 crianças (Teixeira, 2004:173)	1958
Macedo de Cavaleiros	Lar da Casa de Nossa Senhora de Fátima	Creche e Jardim-de-infância	1958
Aldeia de Vilarinho de São Romão Sabrosa -Vila Real	Patronato de Nossa Senhora da Conceição	Creche e Jardim-de-infância Foi inaugurado Jardim-de-infância com sessenta crianças a quem davam também almoço e lanche (Teixeira, 2004:179).	1960
Braga	Creche de Braga	Creche e Jardim-de-infância	1960
Guimarães	Oficinas de São José	Acolhe à volta de 120 rapazes, sem abrigo e a maior parte órfãos desde os cinco anos até à maioridade	1961

Fonte: TEIXEIRA, Alfredo A. (2004). Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado: Cinquenta anos de vida, Porto: Criação e comunicação Gráfica Lda. jornal *Mensageiro de Bragança*, Entrevista, Educadora de Infância Irmã Lúcia Lopes.

Tabela n.º 32 - (Continuação) Instituições da Congregação das Religiosas das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado criadas até 1986

Localidade	Nome da Instituição	Valências	Ano da Fundação
Palmeia-Braga	Educandário de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Creche e Jardim-de-infância	1962
Aldeia de Loivos -Chaves	Abrigo Berta Montalvão	Creche	1964
Porto	Lar do Menino Jesus de Praga	Lar de meninas	1964
Bragança	Lar da Imaculada Conceição	Lar de meninas (Funcionou também aqui o Jardim-de-infância da Casa do Arco entre 1966 e 1975)	1966
Freixo de Espada à Cinta	Centro Social Paroquial	Lactário, Creche e Jardim-de-infância	1967
Aldeia de Ribeirinha -Vila Flor	Casa da criança	Creche “A Creche era para dar resposta às necessidades das crianças pobres de Vila Flor”. A aldeia era pequena e tinha poucos habitantes o que levava ao reduzido número de crianças a frequentarem a Creche que veio a encerrar em 1983 (Teixeira, 2004:215-216).	1968
Braga	Asilo Lar d. Pedro V	Jardim-de-infância	1971
Aldeia de ligares -Freixo de Espada à Cinta	Centro Social Monsenhor Júlio Martins,	Jardim-de-infância em 1983 Abriu o Jardim-de-infância no dia 15 de Junho de 1983 com sessenta crianças (Teixeira, 2004:260).	1982
Mirandela	Lar de Nossa Senhora do Amparo	Creche e Jardim-de-infância	1984
São Paio de Oleiros-Lourosa-Porto	Casa Sameiro	Creche e Jardim-de-infância	1986
Vidago, Concelho de Chaves	Lar de Nossa Senhora da Conceição	Jardim-de-infância Começou a funcionar o Jardim-de-infância em setembro de 1986 com trinta crianças (Teixeira, 2004:284).	1986

Fonte: TEIXEIRA, Alfredo A. (2004). Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado: Cinquenta anos de vida, Porto: Criação e comunicação Gráfica Lda. jornal *Mensageiro de Bragança*, Entrevista, Educadora de Infância Irmã Lúcia Lopes.

Atualmente a Congregação tem diversas instituições em várias localidades de Portugal e no estrangeiro. Em 1962 a Congregação estendeu-se para o Brasil exercendo

aí o seu trabalho de apoio à infância. Em Portugal possui comunidades nos distritos de Bragança, Braga, Porto e Vila Real, como podemos ver na tabela seguinte:

Tabela n.º 33 - Instituições da Congregação das Religiosas das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado, no ano de 2013

Distrito	Concelho	Localidade	Nome da Instituição	Valências
Bragança	Bragança	Bragança	Centro Social de Santa Clara -Colégio de São João de Brito	Creche, Jardim-de-infância, Escola de 1º Ciclo, Lar de Jovens
		Freixo de Espada à Cinta	Centro Social e Paroquial	Creche, Jardim-de-infância
	Macedo de Cavaleiros	Ligares	Centro Social Monsenhor Martins	Creche e Jardim-de-infância e Lar para Idosos
		Macedo de Cavaleiros	Centro Social de Nossa Senhora de Fátima	Creche, Jardim-de-infância, Lar de Idosos, Hospital de Macedo de Cavaleiros, Apoio nos estudos a crianças
		Chacim	Colégio Ultramarino de Nossa Senhora da Paz	Internato feminino, 2º e 3º ciclos ensino básico, Ensino Inglês/Francês
	Mirandela	Lagoa	Centro Social de Nossa Senhora de Fátima	Centro de Dia para Idosos
		Mirandela	Centro Social de Nossa Senhora do Amparo	Creche, Jardim-de-infância, 1ºCiclo, Lar de Idosos, Lar de Jovens
		Pereira	Casa do Menino Jesus	Apoio Domiciliário, Centro de Dia para Idosos, Lar para crianças e jovens privados de meios social familiar normal
		Torre de Dona Chama	Centro Social Paroquial	Lar de Idosos
	Miranda do Douro	Miranda do Douro	Centro Social de Santa Maria Maior	Apoio nos estudos a crianças
		Sendim	Centro Social	Lar para crianças e jovens privados de meio social familiar normal
	Vila Flor	Vila Flor		Lar de Idosos
Braga	Braga	Braga	Creche de Braga	Creche e Jardim-de-infância
			Lar D. Pedro V	Jardim-de-infância Lar de crianças e jovens
Porto	Porto	Porto	Lar do Menino Jesus	Lar de Jovens
	Lourosa	S. Paio de Oleiros	Casa Sameiro	Jardim-de-infância
Vila Real	Chaves	Chaves		Cantina Paroquial Jardim-de-infância
		Loivos	Abrigo Berta Montalvão	Jardim-de-infância
		Vidago	Lar de Nossa Senhora da Conceição	Apoio à terceira idades
		Vilar de Nante	Patronato de S. José	Lar para crianças e jovens

Fonte: TEIXEIRA, Alfredo A. (2004). Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado: Cinquenta anos de vida, Porto: Criação e comunicação Gráfica Lda. jornal *Mensageiro de Bragança*, Entrevista Educadora de Infância Irmã Lúcia Lopes.

À medida que iam abrindo Creches e Jardins-de-infância, era fundamental que a Congregação tivesse pessoal especializado para trabalhar, dirigir e orientar, o que nem sempre acontecia. Sempre que era possível, enviava as irmãs interessadas a tirarem o curso de Educadora de Infância em diferentes escolas de formação do país. Até 1986 só havia Educadoras de Infância da Congregação a trabalhar nas suas instituições. Procuravam na maior parte das vezes, ter uma Educadora por sala, mas no início isso revelou-se impossível por falta de pessoal qualificado (Informação Educadora Infância e superiora geral da Congregação) - *Por vezes chegava a ser uma Educadora de infância para três salas, mas havia sempre em cada sala uma irmã a auxiliar.* Havia sempre a preocupação de escolher as irmãs consideradas com o perfil adequado para trabalhar com as crianças desde a Creche ao Jardim-de-infância. A formação contínua era entendida como fundamental, pois faziam, dentro da Congregação, cursos de aperfeiçoamento para as irmãs Educadoras de Infância de todas as instituições que possuíam. Em 1977 organizou-se um destes cursos, sendo frequentado por vinte e quatro irmãs (Teixeira, 2004:243). As irmãs que trabalhavam com as crianças eram chamadas de Jardineiras (*“Chacim Festa das Florinhas”*, JMB, 3/2/1956:3).

5.1.2. A Casa de Santa Clara de Bragança: a Casa do Arco

A casa do Arco pertence à Congregação Religiosa das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado (CRSFJS). O Sr. D. Abílio, Bispo de Bragança e Miranda, considerou fundamental a instalação em Bragança da Congregação das CRSFJS para o ajudarem na obra das catequeses e para abrir uma “Escola Infantil Católica”. Entendeu ser muito importante a sua vinda para a capital de distrito, porque desempenhavam uma importantíssima função no âmbito da sua formação e cultura, através do incentivo ao desenvolvimento de obras em prol da educação, em especial da Educação de Infância. Para instalar as irmãs e abrir a Escola Infantil precisou de encontrar o local apropriado. No centro da cidade havia um palacete, em condições de ser arrendado, denominada Casa do Arco e que lhe pareceu reunir todas as condições por ele pretendidas. Tratava-se de uma casa que tinha sido propriedade de D. Luís Veiga da Câmara, antigo Bispo da Diocese de Bragança e Miranda entre 1780 a 1792 (Teixeira, 2004) e, nesta altura, pertencente a uma importante família (Família Bacelar). As irmãs da CRSFJS concordaram e arrendaram a Casa, para onde se mudaram em

setembro de 1956 e onde fundaram o Jardim-de-infância Santa Clara, no mês de novembro do mesmo ano. Para a nova fundação e instalação de um Jardim-de-infância. A Casa esteve arrendada até à altura da sua aquisição definitiva pela Congregação, que ocorreu no ano de 1973 (Teixeira, 2004:159).

5.1.3. Uma escola Montessoriana em Bragança: Jardim-escola ou Escola Infantil de Nossa Senhora das Graças

O Bispo D. Abílio alimentava, há muitos anos, a ideia de abrir um Jardim-de-infância. Pode constatar-se isso pelas cartas que enviava aos párocos e à comunidade, publicadas no jornal *Mensageiro de Bragança* ao longo das décadas de 40 e 50. Ambicionava trazer as irmãs da CRSFJS para Bragança para o ajudarem na catequese e para conseguir abrir uma obra que desse resposta às necessidades das crianças antes da entrada para a escola Primária. Não havia em Bragança qualquer instituição que respondesse às necessidades educativas das crianças destas idades. Tinha que ser uma ação concertada e bem pensada para que fosse uma realidade a sua criação e abertura, porque a Direção da Obra das Mães pela Educação Nacional andava, há uns anos, a tentar abrir um Jardim-de-infância (*“Jardim Infantil”*, JMB, 16/6/1954:6).

Juntamente com as Irmãs da CRSFJS e de outras senhoras da Ação Católica de Bragança iniciaram diligências para a abertura do Jardim-de-infância a partir de 1954. O contributo do Movimento da Ação Católica revelou-se fundamental porque era constituído por um grupo de mulheres da “elite” com muita influência na cidade. As condições não podiam ser melhores, porque com este movimento do seu lado, aliada à experiência da Congregação na abertura de creches em várias localidades, tornava-se mais fácil a abertura de um Jardim-de-infância em Bragança. Sabia-se que ia precisar de ter pessoal especializado em Educação de Infância e não tinha qualquer pessoa formada. No ano de 1954 teve conhecimento que a Congregação tinha enviado, há um tempo atrás, para Lisboa, uma irmã da Creche de Chacim, sua amiga, natural, tal com o Sr. Bispo, da aldeia de Ifanes (Educadora 1 - Irmã Lúcia), para tirar o Curso de Enfermeira e tomou a decisão, em conjunto com a Congregação, de lhe pedir para também se formar como Educadora de Infância na Escola de Formação João de Deus, uma vez que lhe bastava mais um ano de formação. A irmã acabou então por ficar enfermeira e

Educadora de Infância em junho de 1956, mesmo a tempo da abertura do Jardim-de-infância que se veio a verificar em outubro desse ano:

Tudo isto se deveu à iniciativa educativa que tinha o monsenhor D. Abílio Vaz das Neves, ele é que promoveu, ele é que disse à superiora Geral da Congregação para eu tirar o curso (...). Não, eu estava em Chacim, e mandaram-me para Lisboa para tirar o Curso de Enfermagem. Primeiro fui tirar o curso de enfermagem, e depois quando estava para me vir embora para Chacim, pediram-me para ficar lá e tirar o curso de Educadora. Tirei o curso de enfermagem e depois mandaram-me tirar o curso de Educadora de Infância já com a intenção de vir abrir a Escola Infantil a Bragança. Não sei porque é que me mandaram a mim e não mandaram outra. O monsenhor D. Abílio pareceu-lhe que era necessário, que era bom, e depois a seguir mandaram-me tirar o curso de Educadora de Infância (Entrevista Educadora 1 em anexo).

Enquanto aguardavam que a Irmã se formasse como Educadora de Infância, iam tratando da sensibilização da sociedade de Bragança sobre necessidade de abertura de um Jardim-de-infância. Quem fazia mais este trabalho de preparação era o Sr. Bispo e as senhoras do Movimento da Ação Católica, uma vez que as Servas da Congregação ainda não tinham residência fixa em casa própria em Bragança. Na verdade o Sr. Bispo já o fazia desde que chegou à Diocese em 1938, mas agora era de uma forma mais intensiva, porque queria definitivamente operacionalizar as suas ideias. Entretanto, iniciou de uma forma concertada, a publicação de diversos artigos, tendo em vista a abertura da Escola Infantil, no jornal *Mensageiro de Bragança*, juntamente com António Augusto Pires – cronista que habitualmente escrevia no jornal, sobre assuntos de educação. Os artigos que escreveram foram todos, notícia de primeira página, e procuravam sensibilizar as pessoas sobre a importância e vantagens dos Jardins-de-Infância e os benefícios para as crianças como preparação para a entrada na escola Primária. A primeira publicação surgiu no final de março de 1956 onde, num artigo nas primeira e segunda páginas do jornal, sob o título “Uma Escola Montessoriana em Bragança ” (parte I), expôs a biografia de Maria Montessori e algumas notas sobre o seu método e ainda apresentou os Jardins-escola de João de Deus, o seu historial e os Jardins-escola que existiam em Portugal. Na parte final do artigo informava sobre a abertura de uma Escola Infantil, brevemente em Bragança, destinada a crianças dos três aos sete anos de idade, onde se destaca que era sem distinções económicas:

Foi com indizível satisfação que tivemos conhecimento do projecto de abrir num futuro muito próximo, uma Escola Infantil em Bragança, no solar da família Bacelar (Casa do Arco). A iniciativa parte do Venerando Prelado da Diocese e de um grupo de ilustres senhoras dirigentes da A.C.F. Destina-se às crianças da idade Pré-escolar dos 3 aos 7 anos, cuja inscrição será feita sem distinções económicas, desde as mais afortunadas às mais pobres, como no Jardim-Escola João de Deus. Não podemos deixar de louvar o Venerando Prelado e a Ação Católica de Bragança, por esta iniciativa tão necessária como útil, fazendo votos para que, em breve, seja uma realidade. Estão a parabéns os chefes de família que se prezam da educação dos seus filhos. Está a parabéns a cidade de Bragança que, estamos certos disso, saberá compreender o valor e o alcance desta nova instituição que se anuncia com os aleluias da Páscoa (*“Uma Escola Montessoriana”*, JMB, 30/3/56:1-4).

A segunda publicação surgiu dia 13/4/1956 sob o mesmo título “Uma Escola Montessoriana em Bragança” (parte II), e também na primeira e segunda páginas. Este artigo já era mais profundo e completo sobre o método de Maria Montessori e as elevadas vantagens que as crianças tinham ao ser educadas sobre este modelo pedagógico. Explica o papel importante que desempenha a criança, no seu próprio desenvolvimento e a atitude observadora do Professor como a melhor forma de ajudar as crianças. O autor da notícia, em conjunto com o Sr. Bispo, não podia perder a oportunidade de também falar da importância do novo Jardim-de-infância, devendo assentar no modelo católico, e salientava o que pensava Montessori sobre a infância. Referiu que, sob o ponto de vista religioso, apesar do espírito demasiado naturalista, proveniente da profissão de médica, Montessori permitia à criança, escutar a sua alma por meio da “lição do silêncio” “preparação do campo para receber com eficiência a instrução religiosa. A religião é-lhe ensinada pelo movimento, desempenhando para isso um grande papel a liturgia” (*“Uma Escola Montessoriana”*, JMB, 13/4/1956:1-4). Destaca-se, também, neste artigo, a forma subtil de tentativa de influência da população, ao enumerar a reputação mundial de Montessori, através da diversidade de países das mais variadas ideologias, onde o seu método influenciou os Jardins-de-infância para que, desta forma, ninguém pusesse em dúvida o valor do seu sistema e o sucesso que iria ser a Escola Infantil de Bragança. Terminou a desejar que as pessoas da cidade acolhessem bem a iniciativa, e realçou a fundação de uma Escola Infantil de “feição portuguesa, adaptada ao nosso temperamento, ao nosso carácter e ao nosso ambiente, pelo progresso que representa para a cultura moral, intelectual dos filhos mais

pequeninos desta nobre cidade” (*“Uma Escola Montessoriana”*, JMB, 13/4/1956:1-4). A campanha continuou no jornal número de 20/4/1956, mantendo o mesmo título “Uma Escola Montessoriana em Bragança” (parte III). Esse artigo, também de primeira página, começa por referir o efeito que as notícias provocaram num leitor, que pediu esclarecimentos quanto ao modelo da Escola Montessoriana, referindo que o principal papel do Professor Montessoriano seria observar em vez de ensinar. Seguiu-se uma explicação onde se referiu que “a professora deve, em lugar da palavra, ensinar o silêncio, em lugar de ensinar, observar; em lugar de uma dignidade orgulhosa que queira parecer inaliável, revista-se de humildade” (*“Uma Escola Montessoriana”*, JMB, 20/4/1956:1-4). O autor disse ainda que para bem compreender o modelo de Montessori é necessário conhecer primeiro a orgânica e funcionamento de uma escola, o que se pede ao Professor, o que se exige do ambiente e o que se consegue do material escolar. Referiu que a principal virtude do Professor Montessoriano deve ser a humildade, a sua atividade deve ser discreta, inteligente e constante. Daí que insistiu que a ocupação fundamental do Professor deva ser observar as crianças no seu trabalho, orientando-as quando haja necessidade, para tirar o melhor resultado do seu trabalho e pela intervenção apenas quando se justifique. A sua grande habilidade consiste em compreender o momento oportuno e o alcance da sua intervenção, evitando intervir sempre que a criança esteja concentrada numa ocupação e, isso, consegue-se através da observação. O Professor deve observar antes de agir e, através da ternura e do bom senso, atuar nunca de forma rígida, mas como uma autoridade “branda, grave, que age, interiormente”. Neste artigo referiu-se também sobre o papel do Professor nas conceções educativas de Edouard Claparède e a Escola Nova

Este não deve ser um onnisciente encarregado de formar a inteligência e encher o espírito da criança de conhecimentos. Deve ser um estimulador de interesses, um despertador de necessidades intelectuais e morais. Deve ser para os seus alunos antes um colaborador que ensinados «ex cathedra». Em lugar de se limitar a transmitir os conhecimentos que ele próprio possui, deve ajudar os alunos a adquiri-los por um trabalho próprio de investigação pessoal. O entusiasmo e não a erudição será nele a virtude capital (*“Uma Escola Montessoriana”*, JMB, 20/4/1956:4).

Terminava sempre os artigos a fazer votos para que a fundação da Escola Infantil que se anunciava que fosse uma realidade e assegurava que era uma atividade benéfica em prol da infância da cidade. A forma pensada, como conduziram todo o processo de

abertura do Jardim-de-infância era garantia que este iria ser um sucesso. O Bispo D. Abílio sabia que, só desta forma, conseguiria abrir uma verdadeira escola nova em Bragança. As pessoas tinham que ser bem esclarecidas sobre o assunto pois estava a abordar uma matéria contrária ao discurso do Estado Novo que durante anos fez propaganda ao facto das crianças estarem bem em casa com as mães e que lhes bastava irem para a escola Primária. Por isso, estava consciente que não seria tarefa fácil, e como autoridade máxima da Igreja do distrito seria a pessoa indicada para conseguir abrir um Jardim-de-infância. A campanha continuou ainda com mais um artigo e novamente com o mesmo tema, acrescentado só que seria a parte IV. Este texto é ainda mais longo, mas mais discreto, mais seguro e demonstrativo de tranquilidade e de grande certeza quanto aos benefícios que todas as famílias da cidade iam ter com a abertura da Nova Escola. Mas, ao mesmo tempo, ainda mais argumentativos e de resposta às reações negativas que surgiram de algumas pessoas da cidade em desfavor da abertura da Escola Infantil. Relativamente ao que se tinha escrito nos artigos anteriores, acrescentou-se que o modelo pedagógico a usar seria adaptado à realidade portuguesa:

Ao falarmos aqui nas escolas infantis de Maria Montessori não tivemos outra intenção que apresentar apenas a autora de um método célebre, dando ao mesmo tempo, a notícia do projecto da fundação de uma Escola Infantil em Bragança de feição portuguesa, adaptada ao temperamento português, por iniciativa do Venerando Prelado da Diocese e de um grupo de ilustres Senhoras (...). A notícia aí fica no domínio público sujeita às mais desvairadas apreciações como acontece com todas as novidades deste carácter, onde à utilidade por todos reconhecida, anda ligada a exigência de um grande sacrifício que atrai ou repele segundo a generosidade das pessoas que dela avaliam (*“Uma Escola Montessoriana”*, JMB, 27/4/1956:1).

Surgiram na cidade vozes discordantes contra a abertura da Escola Infantil, alegando que os tempos não seriam “bonançosos” para obras de vulto como esta: “é de crer que o “Velho do Restelo” “de aspecto Venerando, ficava nas praias entre a gente continue a manear a cabeça”, e viram obstáculos à sua realização na falta de Professores especializados, de edifício, equipamento e materiais adequados e de um parque infantil a condizer. Como forma de fortalecer a campanha de sensibilização e na tentativa de calar as vozes discordantes, usou o poder da Igreja e publicou nesse mesmo artigo, a carta que o Sr. Bispo tinha enviado a todos os párocos e que foi lida nos atos litúrgicos

da páscoa. Nos tempos seguintes, desde maio até ao dia anterior da inauguração da Escola Infantil em novembro desse ano, não houve mais nenhuma publicação sobre o assunto da responsabilidade do Sr. Bispo. Mas o assunto foi bastante discutido na imprensa local com a publicação de alguns artigos sobre a importância da vida das crianças antes dos seis anos de idade e a necessidade de se entregarem a pessoas e instituições especializadas “A instituição de um “infantário” (...) é da mais irritante necessidade, interessa a todos os brigantinos. Oxalà ela não demore muito, o que se conseguirá com a colaboração de todos” (*“Cuidado com as crianças”*, JMB, 8/6/1956:6). Discutiu-se sobre o problema da proteção social das crianças desta faixa etária e a necessidade de “uma educação adequada, ou pelo menos, de uma vigilância carinhosa” (*“A puericultura e o trabalho”*, JMB, 15/9/1956:6). Parece que as ideias do Sr. Bispo, através do seu processo concertado de doutrinação foram aceites pela grande maioria da população da cidade: “Graças à incessante doutrinação de escritores, pedagogistas e médicos, doutrinação sempre bem acolhida pela pequena imprensa regional, existe hoje um ambiente muito favorável à compreensão e à resolução dos problemas da infância” (*“Assistência à infância”*, JMB, 20/10/1956:2), e que era inevitável a necessidade de dar resposta às necessidades educativas das crianças até entrarem na escola Primária:

Psicólogos e pedagogistas terem descoberto, demonstrado e evidenciando que dos dois aos sete anos a criança forma o carácter com que há de apresentar-se na escola e que lhe condicionará o sucesso ou o insucesso na profissão e na sociedade.... Está em vias de resolução o problema da infância em Bragança, pela constituição de infantários capazes de substituírem durante algumas horas a família.... Não está certo que a idade humana em que se forma o carácter, muitas vezes irreformável, seja exactamente a idade em que a criança fique entregue a quem não pode ou não sabe educar....Existindo assim instituições de iniciativa particular, devidamente habilitadas para resolver o problema da constituição e da manutenção deste tipo de ensino. Não chamaríamos a atenção dos nossos leitores para este magno problema, se não estivéssemos convencidos de que não tardará o momento em que venha a ser resolvido por quem de direito (*“Assistência à infância”*, JMB, 20/10/1956:2).

No dia da inauguração da Escola Infantil, e com a presença das pessoas mais ilustres da cidade, do Subsecretário de Estado do Ministério da Educação Nacional e da população, o Bispo da diocese teceu um discurso onde destacou a alegria que sentia em ver realizado o sonho que há dezoito anos acalentava e as dificuldades que teve de

vencer para conseguir uma casa para dar resposta à necessidade de educação das crianças até seis anos de idade e a falta que fazia a Bragança (*“Inauguração em Bragança”*, JMB, 10/11/1956:1).

No processo de abertura do Jardim-de-infância sabia-se que se pretendia uma instituição para dar uma resposta educativa, destinada às crianças das idades entre os três e os seis anos de idade. Mas a dúvida sobre como a designar esteve sempre presente, como se pode verificar nos documentos e referências atrás apresentados. O Sr. D. Abílio referiu-se, muitas vezes, como sendo uma Escola Infantil Católica de Nossa Senhora das Graças, depois como uma Escola-Infantil Montessoriana, devido à influência do modelo de Maria Montessori. Também se encontrou a designação de Jardim-Escola devido à influência do modelo Educativo português de João de Deus e pelo facto da Educadora de Infância que abriu a instituição se ter formado na Escola João de Deus em Lisboa. Até aos dias de hoje nunca perdeu a designação de Jardim-Escola de Santa Clara, apesar de também se referirem a ele como Jardim-de-infância de Santa Clara.

5.1.4. O Jardim-de-infância de Santa Clara

O Jardim-Escola Santa Clara, também designado por Escola Infantil Católica de Nossa Senhora das Graças, começou a funcionar no dia 9 de outubro de 1956 e foi inaugurado no dia 4 de novembro seguinte (*“Inauguração em Bragança”*, JMB, 10/11/1956:1), (Teixeira,2004:159). Surgiu da iniciativa do Bispo D. Abílio Vaz das Neves e da Congregação das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado com apoio do Movimento da Ação Católica de Bragança e de toda a comunidade da cidade.

Foi inaugurado pelo Sr. Subsecretário de Estado Dr. Baltazar Rebelo de Sousa na presença do Sr. Bispo da Diocese de Bragança, do Sr. Governador Civil, do Presidente da Câmara e das demais entidades oficiais da cidade, do Dr. Émile Planchard – Professor catedrático da Universidade de Coimbra e de muita população, contando também com a presença das crianças que já frequentavam a instituição (*“Escola Infantil”*, JMB, 10/11/1956:1-5). Foi um dia muito importante para a cidade, o Jardim-de-infância foi inaugurado com toda a pompa e sumptuosidade com corte de fitas, bênção pelo Sr. Bispo, poesias, cantos e discursos, seguidos de visita às instalações:

“Veio à inauguração toda a gente importante da cidade. Juntou-se aqui muita gente. Foi aqui no pátio desta casa, onde funcionou a Escola Infantil, onde se fez a inauguração e se fizeram os discursos” (Entrevista educadora 1). Nesse dia, as autoridades foram recebidas com cânticos pelas crianças que frequentavam o Jardim. Nos discursos do dia destacam-se as palavras de agradecimento proferidas pelo Sr. Bispo a todas as pessoas que o ajudaram a abrir a Obra e a falta que fazia à cidade. Destacam-se também as palavras do Subsecretário de Estado da Educação ao dizer que sentia muita alegria naquele dia por inaugurar obras que tinham o objetivo comum do desenvolvimento e formação da criança e manifestou o interesse do Estado pelas escolas infantis, mas sublinhou que as não oficializaria tão cedo. As palavras do representante do Governo são representativas das ideias de Salazar de não abrir Jardins-de-infância públicos, e de não impedir que a iniciativa privada o faça. O Dr. Émile Planchard, pessoa de destaque no campo da educação em Portugal e no mundo, falou sobre a individualidade infantil e as suas consequências educativas (“*Escola Infantil*”, JMB, 10/11/1956:1-5). Tratou-se do primeiro Jardim-de-infância privado a existir na cidade de Bragança. Foi o primeiro privado porque no ano de 1915 a Câmara Municipal de Bragança tinha criado o primeiro Jardim-de-infância público (Castanheira, 2006).

Na edição seguinte do jornal *Mensageiro de Bragança* a abertura do Jardim-de-infância foi amplamente anunciada em várias páginas e em diferentes notícias. As expectativas face a esta verdadeira nova escola em Bragança eram muitas. Finalmente havia uma resposta para as crianças entre os três e os sete anos de idade. Tratava-se de um espaço bem equipado, moderno e diferente, onde as crianças podiam desenvolver-se de uma forma mais sadia. As famílias tinham agora uma melhor e maior esperança no futuro dos seus filhos: “salvar a infância da perda moral e da delinquência visto que a criança é a família a projectar-se no futuro” (“*A Escola Infantil*”, JMB, 10/11/1956:5). Os objetivos e programa da Escola Infantil de Nossa Senhoras das Graças de Bragança foram publicados no jornal (“*A Escola Infantil*”, JMB, 10/11/1956:5): Como principal objetivo a atingir e bem destacado, não era procurar que a criança obtivesse um grau de saber na leitura, na escrita ou no cálculo, consideravam até insensato quem quisesse instruir, no sentido próprio do termo, as crianças destas idades. Era sim criar um ambiente sã à criança, onde esta pudesse crescer e expandir-se normalmente, ajudando-a desde uma idade precoce a adquirir bons hábitos intelectuais, físicos e

morais e a desenvolver o amor pelo trabalho, pelo estudo e pela virtude. Tinham também como objetivos robustecer a saúde das crianças, desenvolver e educar os sentidos da visão, da audição e do tacto por meio de jogos e exercícios próprios. Dada a vocação religiosa da instituição, também era um grande objetivo iniciar as crianças nos primeiros princípios de educação moral e cristã. A preparação para a escola Primária estava sempre presente e era um dos principais objetivos: “ensinar-lhes as primeiras noções de coisas de maneira simples, nítida e clara – onde se há-de apoiar mais tarde toda a instrução Primária”. Outro dos objetivos era despertar nas crianças as diferentes formas de expressão através da ginástica, do canto, do desenho, das imagens, das narrações, das histórias e dos exercícios manuais. Consideravam fundamental o interesse das crianças pela escola, em ouvirem as Educadoras, observar, imitar, questionar, responder: “disciplinar-lhe a vontade que a leve a estar atenta, a ser dócil, a obedecer, a dominar-se, a manifestar o seu bom humor, a confiar; em suma, despertar-lhe a inteligência e abrir-lhe a alma a tudo o que é belo e nobre”. Em síntese, ambicionava-se que o resultado dos primeiros anos da Escola Infantil fosse que as crianças, ao chegarem à escola Primária, estivessem bem preparadas.

5.1.4.1. As instalações

O Jardim-de-infância funcionou inicialmente, nas instalações da Casa do Arco, no centro da cidade, desde a sua abertura em 1956 até ao ano letivo de 1966/67. Funcionava no 1º andar do edifício, onde havia três salas de atividades com as áreas aproximadas de 30 a 40 m², bem iluminadas com luz natural. Nesta data houve necessidade de mudar de instalações, devido à criação da Escola Primária, ao elevado número de crianças que frequentavam o jardim, e devido, também, à longa lista de espera para entrar. A instituição arrendou uma casa localizada na rua Eng.º José Beça que lhes parecia reunir as condições pretendidas. Funcionou também como Lar Feminino (Lar feminino da Imaculada), destinado a alunas do Magistério Primário. No espaço novo, o Jardim-de-infância passou a funcionar em salas mais espaçosas. Mas ainda não era a solução ideal, por ser longe da Casa do Arco e apresentar alguns problemas de manutenção. Surgiu a oportunidade de compra da casa mesmo em frente à Casa do Arco, bastando atravessar a rua. Reunia as condições pretendidas para o desejado e estava bem localizada. Após a sua aquisição, foi novamente preparada e

equipada e passou ali a funcionar o Jardim-de-infância a partir do ano de 1975 (Teixeira, 2004:237) mantendo-se ali até ao ano de 1999/2000 altura em que se mudou, definitivamente para o antigo Colégio de São João de Brito, onde ainda hoje se mantém (Entrevista Educadora 1).

Até 1986 o Jardim-de-infância Santa Clara esteve sempre muito bem localizado. Os três diferentes edifícios, onde funcionou, eram todos localizados no centro da cidade: “A escola estava mesmo no Centro. Tudo andava a pé, quase não havia carros. O meio de transporte mais utilizado era de animais de cavalos e burros. Tudo se transportava em Burros” (Entrevista Educadora 1) Lamentava-se o facto de apenas a última casa, onde funcionou o Jardim-de-infância até 1986, ter tido um pequeno Parque infantil exterior. Apesar de haver vontade em o ter, as outras casas não tinham condições para possuírem esse equipamento. As crianças brincavam sempre nas salas e nas partes interiores “corriam e desciam as escadas, não tinham grandes espaços para brincar além das salas” (Entrevista Educadora 1). Devido à fraca qualidade de recreio exterior, indevidamente equipado foi, por diversas vezes, na década de 90, ameaçada de encerramento pelos serviços do Ministério. Além de outras, esta foi uma das razões que levaram a Congregação a adquirir o Edifício onde funciona hoje, com um Parque Infantil devidamente equipado, como obriga a legislação (*Despacho Conjunto n.º. 2687/97 de 25 de agosto*). A seguir apresentam-se as casas onde funcionou o Jardim-de-infância de Santa Clara de Bragança nos anos de 1956 a 1986.

Figura 3- Casa do Arco onde funcionou o Jardim-de-infância entre 1956 e 1966



Fonte: Própria

Figura 4 - Casa onde funcionou o Jardim-de-infância de Santa Clara entre 1966 e 1975



Fonte: própria

Figura 5 - Casa onde funcionou o Jardim-de-infância de Santa Clara entre 1975 e 1999



Fonte: própria

Como se pode verificar, trata-se de casas que apesar dos melhoramentos, recentemente efetuados, se confirma que eram construções imponentes. Este Jardim-de-infância funcionou sempre nas melhores casas da cidade.

5.1.4.2. As crianças

A partir do mês de abril de 1956, altura em que se leu a carta do Sr. Bispo D. Abílio nas Igrejas da cidade, e da sua publicação no jornal, a informar e pedir ajuda para a abertura do primeiro Jardim-de-infância privado em Bragança, principiaram a efetuar-se as inscrições de crianças no Jardim-de-infância: “mal surgiu a ideia, começaram imediatamente a vir aqui à porta a pedir informações e a fazerem as inscrições” (Entrevista Educadora 1). As informações que documentam o número de inscrições que existiam na altura são díspares. Primeiro tem que se distinguir inscrições, de frequência das crianças. Podia haver crianças inscritas mas que não frequentavam o Jardim-de-infância pelas mais distintas razões. Na entrevista dada, a Educadora de Infância Irmã Lúcia, refere que o número de crianças a frequentar andava à volta das 90. No livro da História da Congregação (Teixeira 2004:159) consta que estavam 140 crianças inscritas. Por sua vez no jornal *Mensageiro de Bragança* na sua edição de 10/11/1956:3) expressa-se que tinha uma frequência de perto de duas centenas de crianças dos três aos sete anos de idade. Parece, que o número de crianças apresentado pela Irmã Lúcia será o mais correto, ou seja, a instituição teria à volta de noventa crianças a frequentá-lo. Aceita-se mais esta tese, porque a instituição só abriu com três salas para funcionamento do Jardim-de-infância, com aproximadamente 30 a 40m² de área cada uma. A instituição teve continuamente lista de espera de entrada para a sua frequência, não conseguindo dar resposta a todas as solicitações, mesmo porque era a única instituição com esta resposta educativa na cidade. Contudo, entre 1979 e 1981, não havia lista de espera de crianças e o seu número foi muito reduzido devido a fatores que ainda se apresentam (Entrevista Educadora 1). A maioria das famílias da elite social de Bragança que tinha filhos na idade apropriada para frequentarem o Jardim-de-infância, inscreviam os seus filhos na Escola Infantil, mas também a população em geral “Os filhos dos doutores vinham para aqui todos. Porque foi uma iniciativa genial. Mas nós nunca púnhamos restrições a nenhuma criança. Inscreviamos os que apareciam enquanto

tivéssemos lugar” (Entrevista Educadora 1). No entanto, sempre havia famílias que não podiam, ou não queriam que os seus filhos frequentassem o jardim, pelas mais variadas razões. A instituição aceitava também crianças filhos de famílias de baixo rendimento económico que não podiam pagar qualquer mensalidade e fornecia-lhes alimentação:

Algum até aqui dos Batocos, que os pais não os queriam trazer para a escola. Dávamos-lhe de comer (...). Apenas as crianças pobres almoçavam cá. Todas a outras iam almoçar a casa (...). Mas depois aquelas crianças que não podiam trazer lanche, nós dávamos-lhe de comer. Numa altura chegámos a dar de comer a 40 crianças. Depois a irmã que estava na despensa tinha que arranjar a comida. Os outros traziam todos lanche e iam almoçar a casa (Entrevista Educadora 1).

5.1.4.3. As mensalidades

A instituição sobrevivía sem qualquer apoio do Estado, apenas com os donativos que recebia de pessoas e instituições da cidade, do apoio da Igreja, e das mensalidades pagas pelas famílias das crianças: “O Estado não apoiava nada. Nós não recebíamos nada do Estado. Vivíamos do que nos davam e do que os pais pagavam. Nós também não pagávamos ordenados porque eram quase só as irmãs que trabalhavam” (Educadora 1). No período que antecedeu a abertura do Jardim-de-infância e no sentido de arranjar fundos que ajudassem à viabilidade económica para a abertura e manutenção, foram criados três diferentes tipos de sócios: Sócios Benfeitores que espontaneamente ofereciam auxílio monetário, de uma só vez ou mensalmente; Sócios Simpatizantes, muito importantes no seu processo de abertura que ofereceram o seu apoio moral, artístico, literário, etc. para fundar e ajudar a Obra; e, os Sócios Ativos ou Chefes de Família, com filhos nestas idades que podiam ajudar a Obra, mas comprometiam-se a inscrever os seus filhos no Jardim-de-infância e pagavam uma mensalidade. Eram todos sócios voluntários e só pagava quem queria. Sempre se anunciou que a instituição seria para todas crianças de três a seis anos de idade de todos os grupos sociais: “Como se destina a todas as crianças da cidade, ricos e pobres, dos três aos seis anos de idade” (“*Uma escola Montessoriana*”, JMB, 27/4/1956:4). A mensalidade de cada criança era livre, e havia famílias que não pagavam nada: “Depois tínhamos sempre crianças que pagavam pouco e outras que nada pagavam” (Entrevista Educadora 1). Com o passar do tempo este processo foi evoluindo e melhorando, e acabou por ficar mais bem organizado de forma a combater as injustiças que, eventualmente, poderiam ter surgido

neste campo. Foram estipuladas mensalidades conforme as condições económicas das famílias e quando passou a receber apoio financeiro, através dos acordos realizados com a Segurança Social, este processo ficou mais transparente com as regras criadas.

5.1.4.4. O horário

O horário de funcionamento do Jardim-de-infância era semelhante ao praticado pelas escolas primárias públicas da cidade. As crianças podiam entrar às 8:30 e ficavam em atividades livres até às 9:30. Havia um intervalo a meio da manhã de aproximadamente trinta minutos e depois iam para as atividades nas salas. A partir das 12:00 os pais iam buscar as crianças para almoçarem. Levavam as crianças novamente às 14:00 para o período da tarde onde podiam permanecer até às 19:00.

O horário era estabelecido conforme o horário dos pais e sempre com muita flexibilidade de modo a dar a melhor resposta às suas necessidades. A abertura da manhã dava-se a partir das 8:30 porque a maioria dos empregos dos pais das crianças que trabalhavam começava às 9:00. Na hora do almoço as crianças iam na sua grande maioria, almoçar a casa, porque era esta prática que se verificava nas escolas primárias e porque os pais residiam perto do Jardim, bem como, porque não havia uma cantina suficientemente grande para todas. Por isso, almoçavam apenas as mais necessitadas. O Jardim-de-infância encerrava as suas atividades em conformidade com o calendário escolar do ensino primário nos períodos de páscoa e verão.

5.1.4.5. O Modelo Pedagógico

Antes da abertura do Jardim-de-infância, como já se referiu, foram apresentados, nos jornais, os modelos e princípios educativos mais adequados a aplicar com crianças entre os três e os seis anos de idade. Falou-se de Maria Montessori, de João de Deus e de Émile Planchard, sobre o funcionamento dum Jardim-de-infância e a melhor forma de se trabalhar. Este assunto foi debatido na praça pública, nos jornais e pelos seus fundadores. Inicialmente falava-se na criação de uma escola essencialmente Montessoriana, depois acrescentou-se-lhe um pouco do modelo de João de Deus, ao dizer-se que seria uma Escola Montessoriana adaptada à realidade portuguesa, na certeza porém que seria uma escola defensora dos ideais da Escola Nova. Tudo isto tinha como objetivos a formação da sociedade de Bragança sobre a Educação de

Infância, chamar ao debate público o problema da educação das crianças antes da entrada na escola Primária para, desta forma, levar a que as pessoas sentissem que era muito importante as crianças destas idades frequentarem uma escola deste tipo, antes de entrarem na escola Primária e como objetivo último de se criar um Jardim-de-de-infância. Os objetivos foram amplamente conseguidos e até ultrapassados uma vez que se conseguiu trazer o tema para o debate público, formando a sociedade de forma a sentir a importância da educação nestas idades no Jardim-de-infância com a abertura da Escola Infantil. Este movimento levou à procura da instituição durante os anos seguintes e à abertura de outras instituições.

O debate sobre os modelos pedagógicos tinha sido feito, mas faltava a sua operacionalização na prática, no dia-a-dia com as crianças do Jardim-de-infância. Esta responsabilidade coube à Educadora de infância Irmã Lúcia da mesma Congregação, uma vez que tinha sido escolhida para abrir e coordenar o Jardim. Acabada de se formar, no ano de 1956, na Escola de Formação de Educadoras de Infância João de Deus, em Lisboa, vinha muito influenciada pelo modelo educativo seguido por esta escola, embora fosse conhecedora da Obra de Maria Montessori. Era a única Educadora de Infância da instituição, responsável por uma sala e respetivas crianças e coordenava o trabalho das outras duas, onde estavam mais duas irmãs que desempenhavam as funções de Educadoras de Infância, apesar de não possuírem habilitação profissional para o efeito. No entanto, eram duas pessoas com muita experiência no campo de educação das crianças, tendo uma delas sido regente do Ensino Primário e a outra trabalhado com crianças de Creche. Contavam ainda com a ajuda de outras irmãs que desempenhavam as funções de auxiliares:

Começamos logo com 3 salas. Educadora só era eu. Nas outras salas estavam outras irmãs. Era eu que as coordenava. Mas elas, praticamente tinham mais experiência do que eu porque já tinham trabalhado nas nossas outras casas com crianças e algumas eram regentes, tinham dado aulas nas escolas primárias. Já tinham uma certa preparação para lidar com crianças. Foi depois fácil.... Depois a madre Superior – a irmã Marta, veio para cá um tempo e portanto, aquelas irmãs que via assim com mais possibilidades, com mais prática de trabalho nas creches ou por serem mais sensíveis trazia-as para cá para ajudar. Nós tínhamos creches e Jardins-de-infância abertos em muito sítios. E ela visitava-os todos. Então normalmente até escolhia as melhores para virem para aqui para Bragança (Entrevista Educadora 1).

Quando o Jardim-de-infância abriu em outubro de 1956, já tinha as salas equipadas com o material e equipamento necessário. Todo o mobiliário foi mandado fazer por encomenda e adaptado às idades das crianças, desde mesas, cadeiras, armários e também secretárias, tudo para as três salas. Construíram diversos jogos e outros materiais em madeira. Na entrevista, a Educadora Lúcia destaca a construção para cada sala de uma “Casa da Boneca” completa em madeira: “Criámos uma casa completa pequenina em madeira em cada sala que foi um sucesso e que as crianças queriam todas ir para lá brincar. As crianças brincavam lá dentro, entravam pela porta, espreitavam pela janela. Chamávamos-lhe a casa da Boneca” (Entrevista Educadora 1).

A preocupação pela aquisição e construção do material mais adequado era uma preocupação da instituição: “Fazíamos muitos jogos, muitos cânticos, muitas histórias, pinturas a lápis, plasticinas, barro, muitos livros infantis, construíamos muitas coisas com muito material diferente e também construíamos livros de histórias inventadas” (Entrevista Educadora 1). A instituição pretendia criar uma imagem positiva das respostas educativas que proporcionava pois tinha uma reputação a manter e acompanhar as novidades pedagógicas e educativas dominantes na época. Por isso, procurava ter o melhor equipamento e material na instituição: “As salas estavam todas muito bonitas” (Entrevista Educadora 1).

O modelo pedagógico mais seguido no Jardim-escola Santa Clara teve uma forte influência de Maria Montessori. Apesar de a Educadora ter sido formada segundo o modelo João de Deus, segundo ela, não se adaptou a ele e começou a usar, nas suas práticas, mais a pedagogia de Maria Montessori. Inicialmente, ainda trabalhou segundo o modelo pedagógico de João de Deus, chegando a equipar a sala das crianças maiores, com cinco anos de idade com a Cartilha Maternal, mas depressa o colocou de lado

Eu procurei saber muitas coisas em Lisboa. Quando tirei o curso falava-se muito em Maria Montessori. E eu sempre procurei saber muitas coisas sobre a Maria Montessori. Gostava do seu método. Não gostava nada do método João de Deus. Até livros, adoptámos muita coisa de Maria Montessori. João de Deus era uma pedagogia um bocado maçuda para as crianças. Eu não gostava. Era mais ensinar a ler e a escrever. Com Montessori era mais brincar, pinturas, desenhos tudo muito melhor para as crianças e elas gostavam muito mais. Começámos até a comprar livros e isso tudo da Maria Montessori. Nós queríamos a pedagogia de Maria Montessori. Nós adoptamos muito mais da Maria Montessori. O João de Deus não dava muitas iniciativas, nem as crianças nem aos alunos que formava. Era só ler

aquilo tudo, era tudo muito esquematizado, ao passo que Montessori era com muita mais iniciativa. Ajudámos muitas crianças a serem felizes. Em Bragança não havia nada, mesmo nada, para crianças até irem para a escola Primária (Entrevista Educadora 1).

No dia a dia da instituição, a Educadora de Infância procurou, inicialmente, implementar o que viu durante a sua formação, repetir algumas atividades e organizar atividades adequadas às crianças. Mas não se tratava de uma tarefa fácil:

Havia várias iniciativas. Houve um trabalho pedagógico, que lá no João de Deus nos davam. Era por exemplo uma roda com um relógio, onde colocámos doze tampas de garrafas. Em baixo tinha o número romano e em cima tinha o número árabe. Quer dizer, para estas crianças não se adaptava o número romano (Entrevista Educadora 1).

O dia a dia aparece-nos representado numa nota escrita pela por Irmã de Lencastre que escreveu assim a impressão com que ficou após uma visita que fez ao Jardim-de-infância de Santa Clara no ano de 1963:

Ficou uma impressão de frescura, uma sensação de confiança, justificada pelo à-vontade atento das crianças, que seguiam as explicações da professora com interesse, disciplinadas na sua curiosidade, aguardando nos seus lugares que esta percorresse toda a classe mostrando o objeto sobre que fazia incidir a sua palestra e pelo qual conseguia prender a atenção (*“A mulher perante a vida”*, JMB, 18/10/1963;2).

Pela análise dos documentos e pela entrevista realizada à Educadora da instituição - Irmã Lúcia, parece que a instituição estava a colocar em prática precisamente o contrário do que defendia Maria Montessori. À medida que os tempos iam passando isso parece cada vez mais evidente. No entanto, faziam o que podiam, além do trabalho com as crianças, procuravam também envolver os pais na participação da vida da instituição, que segundo a Educadora Lúcia, era muito ativa:

Os pais participavam muito em tudo o que nós lhe pedíamos. Passamos a fazer festas anuais e as primeiras comunhões com aqueles maiores. Fazíamos sempre uma grande festa anual muito importante no dia 8 de junho que era o dia do aniversário do senhor Bispo D. Abílio. Era sempre no salão grande do Paço. Fazíamos de tudo, desde danças, canções, teatros, poesias (Entrevista Educadora 1).

Ao longo do ano era costume a instituição envolver-se, organizar e participar em vários eventos e festas na cidade, organizadas pela instituição e por outras instituições da cidade. Costumavam participar na festa de homenagem às mães que se realizava no início de dezembro, homenagem aos pais, procissões da cidade, festas de homenagem a personalidades, festa de natal, festa de encerramento do ano, festa do dia da árvore, etc. Como exemplo apresento o programa de uma dessas festas de homenagem aos pais e de final de ano realizada no ano de 1970:

A sessão, com numerosa assistência, abriu com o desfile dos pequeninos actores e teve o seguinte programa: Cumprimento; Homenagem às Mães; Suécia - Dança; Bonecas; Pardalito Varinas - Dança; Sou pequenina - Recitativo; António; Ofícios; Verde Gaio - Dança; A Sério - Recitativo; Bonecas - Comédia; Sim-Sim - Dança; Bolo - Diálogo; Jornais; Balet; Valsa da Meia-Noite; Grilos; Senhor Doutor - Monólogo; Ao meu País - Dança; Ó Gente de Portugal. Parabéns a todos, especialmente às religiosas, Diocesanas, que dirigem a Escola (*“Dia mundial da criança”*, JMB, 08/6/1979:8).

Tratava-se de eventos que marcavam o dia-a-dia da instituição e que levava ao envolvimento de muitas pessoas da sociedade de Bragança. Além dos pais das crianças, também costumavam participar algumas individualidades da cidade, como o fazia sempre o Sr. Bispo D. Abílio.

Quanto à organização da instituição, no início, as crianças estavam divididas pelas salas conforme as idades. Havia uma sala com um grupo de crianças de três anos, outra de quatro e outra de cinco anos. Na sala dos três anos era onde estava a Educadora de Infância, na sala dos quatro anos estava a irmã que não tinha qualquer formação pedagógica e na sala dos cinco anos, estava colocada a professora regente. Portanto, era nesta sala que era mais evidente a preparação para a escola Primária. Todas as crianças vestiam um uniforme igual (facto que ainda se verifica) mandado fazer pela instituição, mas pago pelos pais.

No processo de implementação das rotinas diárias de atividades com as crianças, verificava-se que era a Educadora que se adaptava ao método de trabalho das outras funcionárias irmãs da Congregação sem curso de Educadoras, do que o contrário. Não era fácil para outras irmãs, responsáveis pelas outras salas, conseguirem trabalhar o Modelo de Maria Montessori sem o conhecerem. Além de serem irmãs sem formação especializada em Educação de Infância, sem modelos de referência, sem a sustentação

teórica tão fundamental para trabalhar com crianças destas idades, mesmo uma delas sendo professora regente do Ensino Primário, seria muito difícil conseguirem separar-se do modelo educativo tradicionalista, diretivo e escolástico da escola Primária, que era o único que conheciam, como se pode verificar pelas palavras da Educadora Lúcia:

E eu aqui ainda apliquei também a cartilha nos maiorzinhos, ainda comecei a aplicar. Mas durante pouco tempo....Não os pusemos logo sentados a escrever. Nos primeiros anos as crianças que saíam para a escola Primária já sabiam ler, porque quem ficava numa sala com as com as crianças de cinco anos era uma professora nossa irmã que tinha sido regente e ensinava-os a ler. Não foi com a cartilha porque a regente nem sabia o que isso era. Eu estava mais com as crianças mais pequenas (Entrevista Educadora 1).

As crianças queriam brincar, mas brincavam pouco como as da escola Primária, com pouco tempo de recreio e muito tempo de trabalho na sala. Nos primeiros tempos de funcionamento, segundo as palavras da Educadora, as crianças gostavam muito de estar na instituição: “Porque nós inicialmente, passávamos quase todo o tempo em jogos, jogos de roda, canções, coisas assim que os cativasse e motivasse” (Entrevista Educadora 1).

Por isso, até à década de 80, o Jardim-de-infância foi perdendo as suas características de uma verdadeira instituição de Educação Pré-escolar, ao passar a ser, fundamentalmente e apenas, uma preparação para a escola Primária. Esperava-se que fosse a única Educadora de infância a influenciar o resto do pessoal da instituição a trabalhar de forma diferente da Escola Primária, onde a criança, através dos jogos e da brincadeira, desenvolvesse as suas capacidades. Mas não foi isto que aconteceu. Devido à Educadora nunca ter trabalhado em qualquer Jardim ou Creche, e por ter tido só um ano de formação, que foi o tempo de duração do seu curso, e com apenas um mês de estágio, aliada à sua juventude de apenas 24 anos de idade, não conseguiu afirmar as ideias pedagógicas que perfilhava, de modo a que as outras professoras com mais experiência, trabalhassem de outra forma a que estavam habituadas e conheciam. Por conseguinte, acabou por ser ela a adotar a forma de trabalhar das restantes.

No ano de 1979, a Irmã Lúcia deixou de ser Educadora de Infância na instituição, e passou a ocupar o cargo de Madre Superiora. O Jardim-de-infância ficou sem qualquer Educadora, apenas com as irmãs e nenhuma delas era Educadora de Infância. A irmã Lúcia somente fazia visitas esporádicas. Naquele período, não conseguiram arranjar

uma Educadora de Infância, dentro das irmãs da Congregação até ao ano de 1981. Apenas neste ano passaram a poder contar com uma nova Educadora de Infância -, pertencente à Congregação, acabada de se formar na Escola de Formação de Educadoras Paula Frassinetti, no Porto.

Durante o período em que o Jardim não teve Educadora de infância, o número de crianças reduziu drasticamente, chegando a ter apenas um grupo de crianças com vinte e uma crianças no ano de 1981. Este facto deveu-se à falta de Educadora e a terem aberto nesse período em Bragança várias salas de Jardim-de-infância públicas e privadas, todas elas com Educadoras de Infância, como ainda se dará conta neste estudo mais à frente. Quando a nova Educadora iniciou as suas funções no ano de 1981, foi a única Educadora da instituição até 1986. Sozinha, tinha um árduo trabalho para fazer. Encontrou apenas um grupo pequeno de crianças de diferentes idades e um grupo de pessoal de instituição com pouca formação nas novas metodologias de Educação de Infância e com métodos de trabalho muito escolarizantes. Fizeram-se obras de melhoramento na instituição com benefício claro para a organização das salas. Enveredava por métodos de trabalho diferentes, modernos, muito mais atualizados e com muitas ideias. Esta nova Educadora influenciou a forma de trabalhar do pessoal e organizou a instituição, em vários aspetos, como ao nível da organização do tempo, à organização do espaço, dos grupos de crianças até à forma de contactar com as famílias. As salas ficaram organizadas de forma a responder às necessidades das crianças. Passou a trabalhar por projetos pedagógicos anuais baseada em objetivos gerais e específicos e temáticas que frequentemente surgiam entre as crianças. O empenho, a dedicação e a formação que fazia ao pessoal da instituição que com ela trabalhava, fez com que surgisse uma maior procura da instituição e aumentasse as inscrições de crianças e, no ano letivo seguinte, estavam novamente três salas em funcionamento. A partir daí, voltou a ter lista de espera de crianças para frequentarem a instituição. Quando a Escola do Magistério Primário começou a formar Educadores de Infância no ano de 1984, passou a integrar alunos estagiários desta instituição.

A Congregação que criou o Jardim-de-infância de Santa Clara ainda se mantém nos dias de hoje e o fio condutor que lhe preside ainda é o mesmo. Possui em Bragança o Colégio de Santa Clara no edifício São João de Brito, constituído pela Escola do 1º Ciclo de Santa Clara e Centro Social de Santa Clara, Instituição Particular de

Solidariedade Social, tutelada pela Congregação das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado. Os seus Estatutos, aprovados a 30 de setembro de 1992 (livro 5 das fundações de solidariedade social em 21 de outubro de 1992). O Centro Social possui as valências de Creche, e Centro de Atividades de Tempos Livres e ainda Jardim-de-infância. Tem acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social do Centro Distrital de Bragança. A Creche foi a última resposta social que abriu e surgiu no ano de 2008, devido à fraca oferta que havia neste campo em Bragança e fruto da solicitação de muitos pais interessados em confiar a educação dos seus filhos a esta Instituição. Atualmente, o Centro Social possui um acordo de cooperação para 33 clientes em Creche, 100 no Pré-Escolar e 60 em CATL e 100 na escola do 1º Ciclo do Ensino Básico. É frequentado por crianças de todos os estratos sociais da cidade de Bragança e aldeias limítrofes.

5.1.5. A Primeira Educadora de Infância de Bragança

A primeira Educadora de Infância de Bragança foi a Irmã Lúcia Lopes – com o nome de batismo Teresa Lopes - da Congregação das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado, nascida na aldeia de Ifanes, concelho de Miranda do Douro no ano de 1932. Foi a primeira Educadora no Jardim Jardim-de-infância Santa Clara, da mesma Congregação, iniciando as suas funções no ano de 1956. Permaneceu na instituição como única Educadora e Diretora Pedagógica.

Em criança era responsável e tomava boas decisões. Não era, segundo as suas palavras, “uma criança assim volúvel”. Rezava muito e, influenciada pelo exemplo da mãe, que era muito religiosa, pelas leituras que fazia e pelo Bispo D. Abílio Vaz das Neves, que era natural da sua terra, tomou a decisão de ser freira:

Quando a Mártir de Santa Goreti foi assassinada por o homem, eu li aquele livro e então a partir daí comecei e criei uma aversão ao mundo, uma aversão aos homens e isso tudo fazia-me pensar. Depois o senhor D. Abílio, veio da Índia e ele era natural da minha aldeia e meu vizinho em Ifanes. As casas eram pegadas e então começou a perguntar-me o que queria ser quando fosse grande. E eu sempre lhe respondi que queria ser freirinha E ele disse-me: - Então vá, hás de ser freirinha! Pronto e eu fui crescendo sempre nessa ideia. Já iam para lá as irmãs Missionárias de Maria a pedir, e eu vi-as e comecei entusiasmar-me um bocadinho. (Entrevista Educadora 1).

Decidida a ser religiosa, com apoio total da mãe, mas nem tanto do pai, entrou para a Congregação em Chacim quando tinha 16 anos de idade, altura em que voltou a estudar novamente, nos três anos de formação necessários para ser freira. Não tinha estudado mais desde que saíra da escola Primária. No início tinha saudades mas não lhe custou muito a adaptar-se, porque diz: “fui livremente e porque quis”. A sua mãe, também a ia visitar regularmente e isso contribui muito para a sua integração.

Aos vinte e um anos foi enviada pela Congregação para Lisboa para se formar no curso de Enfermeira “eu estava em Chacim, e mandaram-me para Lisboa para tirar o Curso de Enfermagem. Primeiro fui tirar o curso de enfermagem, e depois quando estava para me vir embora para Chacim, pediram-me para ficar lá e tirar o curso de Educadora” (Entrevista Educadora 1). Já na capital, a Congregação pediu-lhe para ficar mais um ano para se formar como Educadora de Infância, porque ia fazer falta para abrir um Jardim-de-infância em Bragança. Veio a saber que foi o Sr. Bispo D. Abílio que disse à superiora Geral da Congregação para ser ela a tirar o curso:

Eu estava em Chacim, e mandaram-me para Lisboa para tirar o Curso de Enfermagem em 1954. Primeiro fui tirar o curso de enfermagem que era de um ano, e depois quando estava para me vir embora para Chacim, pediram-me para ficar lá mais um ano e tirar o curso de Educadora. Tirei o curso de enfermagem e depois mandaram-me tirar o curso de Educadora de Infância já com a intenção de vir abrir a Escola Infantil de Bragança. Não sei porque é que me mandaram a mim e não mandaram outra. O monsenhor D. Abílio pareceu-lhe que era necessário, que era bom, e depois a seguir mandaram-me tirar o curso de Educadora de Infância (Entrevista Educadora 1).

Matriculou-se na Escola de Educadoras de Infância João de Deus onde se formou como Educadora de Infância durante um ano, terminando em 1956, com vinte e quatro anos. Terminado o curso veio logo para Bragança abrir o Jardim-de-infância de Santa Clara, onde se manteve a exercer como única Educadora durante bastantes anos. Foi da sua responsabilidade todo o processo de equipar e mobilar a nova “Escola Infantil” de Bragança, ajudada pelas irmãs que já tinham trabalhado em Creches da Congregação de outras localidades: “Quando vim para Bragança, vim com a responsabilidade total de abrir a Escola Infantil e tratar de tudo o que era preciso para abrir uma Escola Infantil” (Entrevista Educadora 1).

Chegada a Bragança, onde nunca tinha estado, foi fácil a sua adaptação e logo passou a conhecer as pessoas da cidade:

Bragança também era pequena e eu também sempre me familiarizei com muita facilidade com toda a gente. Sei que naquela altura eu quase conhecia tudo e toda a gente me conhecia. E depois era uma maneira de viver diferente. Nós também passamos a ter uma projeção diferente a partir do D. Abílio. Naquele tempo no dia 1º de Janeiro, quase todas as pessoas iam cumprimentar o senhor Bispo, e éramos nós que o auxiliávamos e contactávamos com aquela gente toda (Entrevista Educadora 1).

Durante o ano da sua formação de Educadora de Infância na Escola João de Deus em Lisboa, além das aulas teóricas, visitou vários Jardins-de-infância para observar como funcionavam, como se trabalhava, como era o dia-a-dia das crianças e como eram os materiais que usavam. A parte prática do curso além das visitas que realizou, fez o estágio ou parte prática, já na parte final do curso, com a duração de um mês, realizado no próprio edifício da Escola - na Estrela - onde havia um Jardim-escola João de Deus para fazer a prática e orientar atividades para as crianças: “Durante o tempo do curso, apenas passávamos de vez em quando por lá, víamos as crianças, víamos o que faziam, mas não atuávamos nada. Era uma escola grande com bastantes crianças” (Entrevista Educadora 1).

Segundo a Educadora Lúcia, a formação das escolas João de Deus era mais teórica do que prática. Existia a Cartilha, e todas as alunas tinham que a aprender e davam-se regras para “ensinar” às crianças “E eu aqui ainda apliquei também a Cartilha nos maiorzinhos, ainda comecei a aplicar. Mas durante pouco tempo” (Entrevista Educadora 1).

Chegou a Bragança com ideias novas e era a única irmã que tinha o Curso de Educadora de Infância, mais ninguém em Bragança tinha. Foi depositada nela toda a responsabilidade relativa ao Jardim-de-infância que as funções de Educadora e de Diretora Pedagógica lhe exigiam. Coordenava o trabalho das outras irmãs que apesar de não serem Educadoras eram as responsáveis por cada sala. Teve também muitas outras responsabilidades inerentes à sua posição de Serva Franciscana relacionadas com a Igreja e com o Lar Feminino. No ano de 1979 ficou encarregada da Casa do Arco e deixou as funções de Educadora de Infância, tendo sido substituída por outra Educadora também da Congregação. Entretanto, foi eleita Madre Superior ficando com a responsabilidade total de toda a Congregação nos anos de 1980 a 1992 (Teixeira, 2004). No ano de 1963 recebeu uma sentida homenagem pelo Jardim-de-infância Santa Clara como agradecimento à sua dedicação àquela Congregação (“*Festa de Santa Clara*”,

JMB, 21/1/1963:8). Vive atualmente em Bragança na Casa do Arco - transformada em residência das Irmãs da Congregação -, precisamente na Casa onde abriu o Jardim-de-infância.

5.2. O Centro de Educação Especial de Bragança

Funcionou no Centro de Educação Especial (CEE) de Bragança um Jardim-de-infância destinado a crianças antes da entrada na escola Primária mas com necessidades especiais de 5 a 7 anos de idade, razão pela qual é enquadrada neste estudo dentro das instituições educativas de Bragança com Educação de Infância.

O Instituto de Reeducação de Menores de Bragança foi inaugurado a 13 de novembro de 1965, sob a tutela da Junta do Distrito do Ministério da Saúde e Assistência. Era destinado à educação de crianças e jovens dos cinco aos dezoito anos de idade que não podiam frequentar com aproveitamento as escolas destinadas às demais crianças (JMB, 19/11/1965:1). No ano de 1971, passou a designar-se Centro de Educação Especial dependente do Instituto da Família e da Ação Social da Direção Geral da Assistência Social do Ministério da Saúde e Assistência (*Despacho ministerial de 8/7/1971*). A partir de 1974, ficou sob a administração do Instituto das Obras Sociais e do Centro Regional de Segurança Social após 1979.

Funcionou provisoriamente nas instalações cedidas pela Junta Distrital num edifício ao lado do Governo Civil, enquanto não se construísse um novo. Inicialmente tinha a capacidade para 60 crianças e jovens do género masculino, na sua maioria internas entre os 5 e os 18 anos de idade. Em 1968, tinha 60 alunos, destes 48 estavam em regime de internato, 8 em semi-interno e 4 externos provenientes de diferentes zonas do país e do estrangeiro: “Temos crianças da cidade, do distrito, de Trancoso, do Porto, de Castelo Branco, da Figueira da Foz, de Lisboa, de Beja, de Quelimane (Moçambique), da Índia, etc, de todo o lado” (“*O Centro de Educação Especial*”, JMB, 24/1/1969:1). No ano de 1972 contava com a frequência de 50 rapazes (“*Centro de Educação Especial de Bragança*”, JMB, 3/3/1972: 16). No entender das autoridades da época eram crianças e jovens com diversos tipos de necessidades especiais que os impediam de se integrarem na sociedade e no sistema de ensino normal:

Tratavam-se de rapazes que intelectualmente, são autênticos bebés; psicologicamente, verdadeiros adolescentes, com reacções talvez ainda mais

acentuadas do que se fossem normais, não sei, sem dúvida, em virtude de virem, em grande parte, de famílias mal constituídas” (*“O Centro de Educação Especial”*, JMB, 24/1/1969:1).

Veiculava-se um modelo de educação segregada para as pessoas com deficiência ou mesmo com dificuldades de aprendizagem, na sequência dos asilos e orfanatos que funcionaram antes, no antigo Convento de São Francisco. Sem pessoal especializado para trabalhars houve um grande esforço de formação do pessoal que contrataram. Devido à falta de pessoal especializado no trabalho com crianças e jovens com necessidades especiais e ao movimento cada vez mais generalizado que se fazia sentir no país na recuperação das crianças e jovens com necessidades especiais, o Ministério da Saúde e Assistência português teve que encarar a especialização de pessoal docente adequado. Nesta perspetiva criou dois cursos de Especialização, ambos especialmente destinados a Professores Primários e Educadores de Infância: um para “crianças e adolescentes portadores de deficiências visuais” e outro para “crianças surdas”. Os cursos funcionaram em Lisboa, com alguns estágios realizados no Porto e Coimbra. Desta forma, algumas pessoas de Bragança foram a Lisboa tirar um curso, algumas delas já a trabalharem no CEE e outras na esperança de o virem a fazer:

As matrículas estão abertas até 31 de Agosto, admitindo-se apenas os candidatos com a classificação final de curso de 14 valores. Serão concedidas bolsas de estudo. A remuneração prevista para estes profissionais, nos estabelecimentos de assistência, é a da categoria respectiva, acrescida de uma gratificação inerente ao trabalho especializado em internatos e semi-internatos. Todas as informações necessárias serão fornecidas no Centro de Preparação de Pessoal Direcção Geral da Assistência — Largo do Rato, Lisboa 2, com os telefones 685022/3/4/5 das 9 às 12 e das 14 às 17,30 horas, todos os dias úteis excepto aos sábados em que apenas se atenderá o público das 9 às 12 horas” (*“O Centro de Educação Especial”*, JMB, 24/1/1969:1).

Por isso, enquanto não havia pessoal especializado, o pessoal era essencialmente Professores primários e pessoal ajudante nas diversas tarefas. Em janeiro de 1969 trabalhavam no referido centro 14 pessoas: 4 professoras primárias, 1 mestre de trabalhos manuais, 2 mestres de oficinas, 4 auxiliares educativas do género feminino com o 5º ano liceal e com dois anos de especialização e 3 empregadas (*“O Centro de Educação Especial”*, JMB, 24/1/1969:1). Entretanto, o quadro de pessoal foi crescendo, bem como a formação especializada, como professoras primárias que fizeram o curso

no Instituto Aurélio da Costa Ferreira em Lisboa. Em março de 1972 trabalhavam 21 pessoas: 14 pertenciam ao pessoal diretivo, médico e técnicos de ensino e educação, 1 na secção administrativa e 6 ajudantes (*“Centro de Educação Especial de Bragança”*, JMB, 3/3/1972: 16).

No processo de entrada dos rapazes era feito um processo individual completo e cuidado com as informações dos assistentes sociais, de médicos e psiquiatras da sua terra e, posteriormente, de Bragança (*“O Centro de Educação Especial”*, JMB, 24/1/1969:1). O trabalho educativo ou reeducativo estava dividido entre a parte escolar e a parte profissional com os alunos divididos em diferentes grupos:

Na parte escolar, há várias classes ou turmas; assim: para os mais atrasados, uma classe sensorial e uma turma pré-Primária; em seguida, a classe inicial e 1ª classe adiantada; depois, a 2ª classe inicial e 2ª adiantada; finalmente, a 3.ª classe. Na parte, digamos, profissional, temos oficinas; para já, temos a oficina de cesteiros empalhadores e a oficina de pedreiros e estão em construção outras” (*“O Centro de Educação Especial”*, JMB, 24/1/1969:1).

O internato das crianças e jovens estava organizado em grupos de crianças e jovens, de forma a proporcionar-lhes uma vida tão próxima da vida da sua família quanto possível, mantendo e reforçando os laços familiares do menor e facilitando-lhes a aquisição dos conhecimentos, através de atividades da vida diária e outras adequadas à necessária formação (JMB, 19/11/1965:1).

No ano de 1972 antes de mudarem para as novas instalações, recebiam preparação técnico-profissional com vista à sua inserção no meio. Tinham aulas do Ensino Primário, de Educação Física, Trabalhos Manuais, Música e Canto Coral e Ortofonia. Tinham oficinas de cesteiro-empalhador e pedreiro, e ainda preparavam jovens em diversas profissões como mecânico, envernizador, canalizador, sapateiro, encadernador e cabeleireiro (*“Centro de Educação Especial de Bragança”*, JMB, 3/3/1972: 16).

As condições físicas do edifício não eram as melhores. Tinham que aguardar pela construção do novo edifício e pela formação de pessoal especializado e, entretanto, faziam o melhor que sabiam e podiam:

Tratava-se de um trabalho muito difícil segundo a diretora “é muito difícil. Exigem vigilância contínua e constante e o ensino tem de ser individual, individualizado. Mas não há nenhum que não aprenda. Está claro que não queremos forjar intelectuais, pessoas cultas; queremos apenas que venham a ser úteis. Exigem muita afectividade, mas, ao mesmo tempo, um certa linha,

um certo rigor, porque todos têm tendência para uma actividade doentia (*“O Centro de Educação Especial”*, JMB, 24/1/1969:1).

No ano de 1968 iniciaram-se as obras do novo edifício e começou a funcionar no dia 3 de novembro de 1972, mas para crianças e jovens dos dois sexos. Ficou instalado numa zona ampla com muito espaço afastado do centro da cidade. Era um edifício moderno e com as melhores condições psicopedagógicas para recuperar e melhorar a qualidade de vida de muitas crianças e jovens, com o objetivo principal de as reintegrar na sociedade. Na altura era considerado uma das melhores instituições educativas da cidade com os mais modernos equipamentos de apoio: “uma das mais belas desta cidade e de todo o norte do País, pelo seu elevado caráter social, humanitário, instrutivo e educativo” (Fernandes, 2009:173). O edifício principal era e é constituído por rés-do-chão e 3 andares com diversos espaços, devidamente organizados e equipados. Destacam-se salas bem iluminadas destinadas aos diversos grupos de crianças e jovens bem como diversos equipamentos de apoio em outros edifícios de apoio exteriores: “Exteriormente, o Centro é dotado de um grande e amplo ginásio, de um esplêndido ringue de patinagem, de um campo de futebol, de parques de recreio (*“Centro de Educação Especial”*, JMB, 16/1/1973:14-16). As instalações tinham balneários, Água quente e fria, cozinha e cantina e refeitórios apropriados.

Apresenta-se a seguir a figura com o edifício do Centro de Educação Especial.

Figura 6 - Edifício do Centro de Educação Especial de Bragança



Fonte: própria

Estava preparado para receber 128 alunos internos e 30 semi-internos. Manteve o mesmo quadro de pessoal e ainda o aumentou no referente a mais pessoal médico de serviço social e enfermagem e pessoal técnico de Ensino e Educação: Professores especializados de Religião e Moral, Educadores de estabelecimentos, Educadora de infância, auxiliares de educação e artífices. Funcionavam também várias oficinas: serralharia, bate chapas e pintor, carpintaria, cesteiro, marcenaria, sala de Desenho de máquina, construção civil (pedreiro, canalizador e electricista). As mensalidades a pagar pelos alunos eram de diferentes escalões baseados nas possibilidades económicas do agregado familiar (*“Santa Casa da Misericórdia”*, JMB, 12/5/1972:1).

Um ano após a inauguração do edifício, frequentavam o CEE 90 alunos desde os 5 aos 18 alunos, ou seja, desde a classe sensorial até à 4ª classe: Educação Pré-escolar, Ensino Primário e as mais variadas aptidões profissionais. A grande maioria eram crianças internas e apenas 5 crianças é que não viviam em regime de internato, por estarem confiadas a outras entidades locais, sobretudo famílias; mas, mesmo assim, também ali almoçavam, lanchavam e jantavam como as demais internas.

Além da Educação Pré-escolar e escola Primária havia: trabalhos manuais, a secção de Música, Religião e Moral, ortofonia, educação física, educação e adaptação das crianças. Verificava-se uma preocupação pela educação das crianças com necessidades especiais na cidade. As autoridades da cidade, mais uma vez, se envolveram na concretização de uma obra educativa fundamental para a educação e diferenciação pedagógica. Apresenta-se a seguir uma transcrição de uma notícia sobre o 1º aniversário de funcionamento do CEE de modo a mostrar a sua importância para as pessoas da cidade:

O Centro de Educação Especial de Bragança, obra das mais modelares e completas, no género, do País, que recebe crianças diminuídas mentais de vários distritos de Portugal, acaba de comemorar o primeiro aniversário da entrada em funcionamento do seu novo edifício, o que constituiu um acontecimento muito festivo para todo o seu esclarecido e laborioso corpo docente....Como Professor de Educação Física de extraordinária importância na educação e adaptação dos miúdos, têm o Sr. Dr. António Abílio Pombo, director da Escola Preparatória de “Augusto Moreno”. A sua devotada e distinta directora, Sr. D. Helena Serra Diogo Fernandes, tem sido, justo é dizê-lo verdadeiramente incansável, inteligente e cuidadosa à frente daquele modelar estabelecimento de ensino. A Sra. D. Helena Fernandes, rodeada de todo o corpo docente., recebeu à entrada do estabelecimento, o venerando Bispo desta diocese, D. Manuel de Jesus

Pereira; o Governador Civil Sr. Dr. Abílio Machado Leonardo; o presidente da Câmara Municipal, juiz de Direito Sr. Dr. Francisco Diogo Fernandes, e todas as demais principais autoridades e personalidades civis e militares bragançanas, ali presentes para assistirem às cerimónias comemorativas daquele 1. aniversário, que foram presididas pelo Chefe do Distrito. As cerimónias foram iniciadas com a abertura solene da exposição de trabalhos do ano lectivo findo (1972-1973), que mereceram o mais vivo agrado e interesse a todas as autoridades e mais pessoas presentes, por tais trabalhos, belos e variados, já revelarem uma sensível aptidão por parte das crianças que os executaram. Depois, dirigidas, respectivamente, de palmas que lhes tributaram. Seguiu-se a visita às instalações (...) tendo usado da palavra a Directora e o Sr. Governador Civil (*“Centro de Educação Especial”*, JMB, 16/1/1973:14-16).

O edifício passou para a responsabilidade do Centro Regional de Segurança Social no ano de 1975 (Pimentel, *“A Segurança Social”*, JMB, 4/5/1984:7) e recentemente, em 2013, passou para a Santa Casa da Misericórdia de Bragança como lar residencial para pessoas com deficiência e centro de atividades ocupacionais.

5.2.1. Jardim-de-infância do Centro de Educação Especial: salas de “classes sensoriais” e “classe Pré-primária”

No dia 3 de novembro de 1972 foi o primeiro dia de funcionamento do novo Centro de Educação Especial, coincidente com início do funcionamento da sala de Educação Pré-escolar, designada por “Classes sensoriais e classe pré-Primária” com uma Educadora de Infância (Entrevista Educadora 2). Desde o início da criação do centro, em 1965, que estava previsto receber crianças a partir dos 5 anos de idade e formarem-se grupos de classes sensoriais e “pré-Primária” (*“O Centro de Educação Especial”*, JMB, 24/1/1969:1), no entanto, ainda nunca tinham funcionado por falta de pessoal especializado.

Ficou instalada numa sala do edifício equipada com mobiliário adequado e todos os materiais essenciais para estimular as crianças. A Educadora de Infância iniciou funções um mês antes da abertura, de modo a organizar e preparar a sala. No entanto, quando chegou, em outubro, a sala já estava mobilada com estantes, mesas, cadeiras. Preocupou-se em equipar com o material considerado mais aconselhável, uma vez que não lhe puseram restrições orçamentais:

Quando cheguei a sala já estava toda mobilada e preparada para receber as crianças. Já estava tudo mobilado com cadeiras, mesas e estantes. Mas

fizemos algumas alterações na organização da sala. Facultaram-nos sempre tudo. Comprámos aquilo que quisemos e adaptámos a sala, porque os miúdos, apesar de 5/6/7 anos, tinham necessidade de mobiliário, de material para a motricidade, jogos educativos e ludo didáticos e tudo mais. Não tive qualquer dificuldade nesse campo. Não havia dificuldade em comprar material. Eu fui ao Porto com uma colega e compramos muito material para decoração. Depois as Editoras Porto e Asa vieram ao CEE fazer uma exposição de material e nós compramos também o que precisámos: legos, plasticinas, dominós, tintas, lápis de cor, lápis de cera, folhas, pinceis, material de motricidade, bolas, arcos, colchões, diferentes livros de histórias, brinquedos, puzzles, diferentes jogos de encaixe, jogos de enfiamentos, blocos lógicos. Todo o material que achávamos importante (Entrevista Educadora 2).

No ano letivo de 1973/74 começaram a funcionar mais duas salas com a vinda de duas Educadoras de Infância, passando a funcionar três salas: duas de classes sensoriais e uma de classe pré-Primária. As duas novas salas foram equipadas e preparadas de forma idêntica à primeira e funcionavam em alas separadas.

Eram crianças com diferentes necessidades especiais e em diferentes estados de desenvolvimento. Além dos problemas físicos e mentais existiam também os problemas comportamentais devido, muitas vezes, à privação social a que tinham sido sujeitos até atingirem a idade de entrar no CEE:

Havia crianças com todo o tipo de deficiências, mas ainda havia os graves problemas comportamentais. Recebíamos ali crianças que eram completamente selvagens e sem nenhuma regras de convívio social. Muitas dessas crianças estavam completamente isoladas das pessoas nas suas famílias até aos 5 anos, que era quando podiam vir para ao pé de nós (Entrevista Educadora 2).

Segundo informações da Educadora, começou a trabalhar com um grupo pequeno de apenas 6 crianças com idades de 5, 6 e 7 anos. Esse número ia sendo alterado ao longo dos anos conforme as crianças internas que houvesse, mas nunca aumentava. Todos os grupos destas classes não tinham mais que 5 a 6 crianças. À exceção de algumas crianças que iam para a família ao fim do dia, todas as outras eram internas. Daí haver necessidade de um acompanhamento permanente destas crianças durante o tempo todo, prestando-lhe todos cuidados assistenciais e educativos. A Educadora entrevistada (Entrevista Educadora 2) durante os 25 anos que trabalhou no CEE teve sempre o horário das 13:30 às 18:00. Durante o horário de trabalho das Educadoras,

realizavam-se todo o tipo de atividades educativas diferenciadas conforme as classes e as necessidades especiais das crianças. Nas classes sensoriais, constituídas pelos casos de crianças mais complexos, eram atividades mais simples e elementares, baseadas essencialmente na estimulação, mas dependendo sempre da adaptação a cada caso. Na classe pré-Primária como as necessidades eram diferentes, eram também diferentes as atividades:

As atividades que fazíamos com elas eram essencialmente de orientação espacial, estimulação, conhecimento do corpo humano e de objetos, trabalhar a sua autonomia, atividades de vida diária simples e básicas. Coisas muito simples e rudimentares eram o que fazíamos as Educadoras no tempo que estávamos com eles. Também precisavam de muito carinho porque eram muito carentes. Precisavam muito de afetos (Entrevista Educadora 2).

O resto do tempo, segundo as Educadoras, as crianças tinham outras atividades orientadas por outros Professores como educação física, música, trabalhos manuais, psicomotricidade entre outras atividades da vida diária, consideradas adequadas para a sua educação e desenvolvimento das suas capacidades. As crianças estavam inseridas em núcleos familiares com outras crianças mais velhas de forma a proporcionar um ambiente o mais familiar possível.

5.3. O Instituto das Obras Sociais

O Instituto das Obras Sociais teve a sua origem em 1960 em Portugal, sob a designação de Federação de Caixas de Previdência. A *Portaria nº. 21906 do Ministério das Corporações e Previdência Social (Portaria 21906 de 4/3/1966, I Série nº. 53)* possibilitou, às Caixas de Previdência e Abono de Família, dinamizar, além da proteção à maternidade, obras e serviços de assistência materno-infantil complementares como os Jardins-de-infância, “designadamente Infantários, jardins infantis e outras realizações análogas, orientadas à proteção dos filhos dos beneficiários da previdência, nos primeiros anos da sua assistência” (*Portaria 21906 de 4/3/1966, I Série nº. 53*). Estabelecia-se também que deviam recorrer à colaboração da Federação das Caixas de Previdência, tendo em vista uma maior economia e eficácia técnica. Pretendia-se, desta forma, dar um apoio mais continuado e atencioso à mulher-mãe e aos seus filhos de modo a consolidar os resultados alcançados pela assistência na maternidade.

Impunham-se, nesta altura, razões de ordem social de, maiores estruturas de apoio à família na educação dos filhos, particularmente às mães trabalhadoras fora de casa.

No ano de 1979, o Instituto das Obras Sociais, passou a pertencer ao Centro Regional de Segurança Social (Pimentel, “*A Segurança Social*”, JMB, 4/5/1984:7).

O Sr. Dr. Veiga de Macedo, ainda acompanhado dos Srs. Dr. Justino Falcão e arquitecto Costa e Almeida, dirigiu-se, seguidamente, para o importante complexo agro-industrial do Cachão, no concelho de Mirandela, para tratar, também, da instalação duma nova unidade social de protecção às crianças de idade pré-escolar, retirando estas dos perigos da rua. Aqui, em Bragança, aquelas ilustres autoridades receberam cumprimentos das mais destacadas personalidades bragançanas (“*Centro de Educação Infantil*”, JMB, 26/5/1972:16).

O Jardim-de-infância que se apresenta a seguir pertenceu a estes dois organismos oficiais durante o período do seu funcionamento entre 1970 e 1993.

5.3.1. O Jardim-de-infância do Instituto das Obras Sociais

O Jardim-de-infância (JI) do Instituto das Obras Sociais (IOS), mais conhecido como Centro Infantil IOS, inaugurou-se e começou a funcionar em Bragança no dia 1 de abril do ano de 1970 (Gil, “*Centro de Educação Infantil*”, JMB, 6/11/1970:1), numa vivenda adaptada para o efeito, no bairro Vale d’Álvaro, junto à estação dos comboios e perto do centro da cidade. Surgiu da iniciativa da Caixa de Previdência do distrito de Bragança, a cargo do Instituto das Obras Sociais e dependente do Ministério das Corporações.

A sua criação deveu-se ao Dr. Abel Freire de Carvalho, cidadão de Bragança e diretor da Caixa de Previdência e Abono de Família do distrito de Bragança, através da insistência que fez junto da Caixa de Previdência para abrir um JI na sua cidade e ao Dr. Henrique de Macedo – Presidente do Instituto das Obras Sociais. Juntos, rodeados de uma boa equipa de trabalho conseguiram abrir o JI:

Esta obra deve-se ao Sr. Dr. Henrique de Macedo, digníssimo Presidente do Instituto de Obras Sociais, a pedido do Presidente da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Bragança, Sr. Dr. Abel Freire de Carvalho, que nunca se poupou a esforços para conseguir que Bragança se orgulhe de ter sido uma das primeiras cidades do país a ter uma obra de tão grande alcance Social (“*Centro de Educação Infantil*”, JMB, 28/9/1973:14).

Além da movimentação e iniciativa das Congregações Religiosas da cidade também um organismo público, através de um ilustre Bragançano, fez o pedido para que a cidade de Bragança tivesse também um Jardim-de-infância do Instituto das Obras Sociais. No ano de 1979, passou a pertencer ao Centro Regional de Segurança Social. A abertura de creches e Jardins-de-infância era um projeto nacional da Caixa de Previdência como auxílio às maternidades. Este projeto era destinado a crianças de três a seis anos de idade, filhas de funcionários e empregados da Indústria e do Comércio, beneficiários da Caixa de Previdência de Bragança e, mais tarde, a todas as crianças da cidade. O empenho por esta obra era tanto que, no ano de 1969, meses antes de abrir, foi visitado pelo Presidente da Federação das Caixas de Previdência Nacional, Dr. Veiga de Macedo.

Por iniciativa das Caixas de Previdência do nosso Distrito, vai abrir, brevemente, nesta cidade, em Vale d'Álvaro, um Centro de Educação Infantil. A obra, a cargo do Instituto de Obras Sociais e dependente do Ministério das Corporações, destina-se, de começo, a crianças dos 3 aos 6 anos, filhas de funcionários e empregados da Indústria e do Comércio de Bragança. Para a sua construção, muito contribuíram o interesse e apoio do Sr. Dr. Veiga de Macedo, que já visitou o edifício, a que só falta o mobiliário e o material pedagógico (*“Centro de Educação Infantil”*, JMB, 31/1/1969:8).

5.3.1.1. As instalações

Apresenta-se a seguir as figuras com a casa onde funcionou o Jardim-de-infância do IOS desde a sua inauguração até ao ano de 1986.

Figura 7 - Edifício onde funcionou o Jardim-de-infância do IOS entre abril de 1971 e abril de 1986



Fonte: JMB, 28/9/1973:1

Figura 8 - Foto atual do mesmo prédio onde funcionou o Jardim-de-infância IOS



Fonte: própria

Na altura, a direção das Caixas de Previdência de Bragança ponderou se era preferível, para o funcionamento da instituição, construir-se uma obra nova de raiz, mas que em contrapartida demoraria mais tempo a funcionar, ou adquirir através de compra ou renda uma casa. Decidiram-se pelo arrendamento (Entrevista da Diretora) de um edifício por considerarem que reunia as condições desejadas. Tratava-se de uma vivenda de dois andares que necessitou de obras de remodelação e adaptação para poder funcionar devidamente para o fim desejado. Não precisavam de fazer-se grandes obras e, no seu entender, estava bem localizada, por estar junto ao centro da cidade uma vez que aí já funcionava um JI. Desta forma, podiam dar uma melhor resposta ao maior número de crianças que não frequentavam qualquer JI, filhas de famílias beneficiárias da Caixa de Previdência.

Tratava-se de um edifício com rés-do-chão e 1º andar e com espaço exterior à volta. A casa foi adquirida no ano de 1969 e o JI abriu em 1970, tiveram, portanto, um ano para preparar a casa. Nesse período pensaram abrir uma instituição com Creche e Jardim-de-infância e, por isso, concluíram-na para esse efeito (Entrevista diretora IOS). Ficou preparada no rés-do Chão para funcionar como Creche e o andar de cima para o Jardim-de-infância. Mas a Creche nunca chegou a abrir. A casa já se encontrava dividida para funcionar para duas habitações: uma no rés-do-chão e outra no 1.º andar. No entanto fizeram pequenas adaptações indicadas para o pretendido. No rés-do-chão havia um salão com uma área à volta de 50m², uma sala com 20m² de áreas aproximada que também servia como sala de atividades e como refeitório. Havia também uma cozinha, uma pequena secretaria, corredores, uma casa de banho e um vestiário. No andar de cima o espaço era idêntico ao de baixo, além dos corredores e uma casa de banho, havia outro salão idêntico, mais uma sala de atividades significativamente pequena que funcionava também como segundo refeitório, outra cozinha e ainda o gabinete da diretora. Toda a instituição estava aquecida no inverno com aquecedores a gás e a óleo. A parte exterior da casa era constituída por espaço em redor, mas de reduzidas dimensões, razão apontada para não se poder montar equipamento de parque infantil. Apresenta-se a seguir uma imagem com as crianças do JI do IOS durante o recreio.

Figura 9 - Recreio do Jardim-de-infância do IOS em 1973



Fonte: JMB, 28/9/1973:1

Como se pode verificar, não havia qualquer equipamento de parque infantil para as crianças brincarem.

Decidiu-se, então, que funcionaria apenas para crianças de JI e apesar de a casa estar pronta só se equipou, inicialmente, o rés-do-chão por ser suficiente para as crianças que integrava. De 1970 até 1975, funcionou no rés-do chão e, após esta data, decidiram abrir o andar de cima. Feitas as obras de remodelação houve necessidade de adquirir o mobiliário e equipamento necessários. Numa primeira fase colocou-se o essencial para começar a funcionar e receber as primeiras crianças. O restante material foi adquirido conforme as necessidades, e ao longo do tempo. O empenho pela obra era tanto que se pediu a um decorador para se encarregar do seu arranjo interior, desde o mobiliário, escolha das cores das paredes até aos cortinados com sanefas que se colocaram nas janelas. Era considerado um JI bem adaptado e com as melhores condições higiénicas e sanitárias: “Bem adaptado reúne as melhores condições higiénicas e sanitárias” (“*Centro de Educação Infantil*”, JMB, 28/9/1973:14). Ao longo do tempo foi necessário fazer algumas alterações e adaptações iniciais, em especial nos primeiros anos, como no ano de 1972: “Admiravelmente impressionados pelo asseio e arranjo ali verificados, os visitantes deram nova orientação e disposição a algumas das principais dependências daquele encantador infantário e trataram de outros problemas

relacionados com o seu futuro funcionamento” (“*Centro de Educação Infantil*” JMB, 26/5/1972:16).

Até 1975 funcionou só nas salas do rés-do-chão. O Salão grande funcionava como sala de atividades e tinha ainda outras funcionalidades: recreio interior - muito importante para os dias de muito frio e chuva ou de muito calor -, salão de festas, sala de reuniões de pais e dormitório, tal como o salão de cima. Neste período as crianças estavam divididas em dois grupos, dos maiores e dos mais pequenos, entregues a duas ajudantes e à assistente social que coordenava todo o trabalho (Entrevista diretora IOS). Após 1975 funcionou no andar de cima e equiparam-se as salas com o mobiliário e material necessário. A decisão da utilização de mais espaço foi devido ao aumento considerável de crianças constatado por uma maior procura (Entrevistas Diretora e Educadoras 3 e 4), após este ano. O aumento verificado deveu-se à abertura da instituição à frequência de todas as crianças da cidade e à sua melhor organização e funcionamento. Foi contratada uma Educadora de infância em 1975, outra em 1976 e outra em 1980 e o pessoal auxiliar considerado necessário. Havia uma auxiliar para cada sala. A partir de 1975 prepararam-se as duas salas do 1º andar com o mobiliário e equipamento essencial para o seu funcionamento. O rés-do-chão passou a ficar destinado só às crianças mais pequenas, ou seja, ao grupo dos três anos de idade. Era o grupo que tinha maior número de crianças e que precisava de mais apoio, uma vez que era constituído também por algumas crianças de dois anos e dois anos e meio. Desta forma, dividiram-se as crianças pelas duas salas. No salão ficava o grupo mais numeroso constituído pelas crianças maiores e que revelassem ter mais autonomia, entregues a uma Educadora. Na sala mais pequena ficavam as restantes com uma ajudante. No andar de cima ficavam as duas salas com as restantes crianças divididas pelos grupos de quatro e cinco anos de idade. As crianças da sala dos quatro anos ficavam entregues a uma ajudante e as dos 5 a uma Educadora de Infância. De referir que as duas Educadoras supervisionavam o trabalho das ajudantes auxiliando-as e orientando-as em tudo o que precisassem. A partir de 1980, tinham já mais uma Educadora que ficou responsável pelas crianças de quatro anos de idade. De mencionar também que passou a funcionar, a partir de 1975, o regime de rotatividade, ou seja, as Educadoras mudavam de grupo ao mudar de ano letivo. Este sistema foi diversas vezes

alterado pois houve anos em que uma Educadora acompanhava o seu grupo de crianças desde os três anos de idade até à sua saída para a entrada na escola Primária.

5.3.1.2. Os primeiros tempos

A direção da Caixa de Previdência de Bragança, na falta de pessoal formado em Educação de Infância contratou uma assistente social para dirigir a obra e duas ajudantes de ação educativa. Havia uma boa ligação com a direção da obra trabalhando bem para atingirem os objetivos de desenvolver a instituição. Os primeiros anos de funcionamento do JI não foram fáceis, pois estava a começar e havia um longo trabalho pela frente. A assistente social já tinha trabalhado no distrito, nas funções de assistente social no apoio às famílias, era portanto uma pessoa conhecedora da realidade social e com facilidade de comunicação com muitas famílias que já conhecia do trabalho anterior. Como não tinha formação em Educação de Infância, sentiu necessidade de adquirir conhecimentos sobre a áreas. Com o total apoio da direção foi visitar Jardins-de-infância antes de iniciar as funções e durante o período em que esteve na instituição. Deslocou-se a outras zonas do país para se inteirar sobre o seu funcionamento, para dessa forma, melhorar o funcionamento do JI de Bragança:

Eu ia Lisboa, ia a outros Jardins-de-infância que estavam a funcionar plenamente, mais na zona litoral. Olhe um que fui visitar e que funcionava lindamente, era em Santa Maria da Feira (...) Fui visitar muitos (...). Tirar ideias, ver como trabalhavam” (Entrevista diretora IOS).

Nesse campo a diretora fez sempre um bom trabalho, na constante procura de se atualizar e estar na linha da frente face às novidades, como o atesta a entrevista à Educadora de infância que trabalhou lá após 1975:

A diretora era uma pessoa muito bem preparada e muito bem formada e muito sensibilizada para as questões de educação das crianças. Ela tinha um bom relacionamento e desenvolvia bem o trabalho com a comunidade e com os pais. Ela ia frequentemente a Lisboa onde frequentou várias ações de formação e visitou outros Jardins-de-infância. Preocupou-se em saber o que estava a fazer (Entrevista Educadora 3).

Apesar de Bragança estar longe da capital não impediu que a Educação de Infância se desenvolvesse e estivesse na linha da frente em matérias de organização e funcionamento de Jardins-de-infância. Por se tratar de uma instituição nova, era

importante estar-se bem certo do que se estava a fazer, por isso, a diretora visitava o máximo de Jardins-de-infância que podia, para proporcionar às crianças de Bragança o melhor que se fazia em Portugal neste campo. Depois, havia o importante trabalho a fazer de divulgação da sua existência e importância para a sociedade bragançana. Esta contou com todo o apoio da direção, conscientes que estavam da necessidade de divulgação da obra. As crianças, antes da entrada na escola Primária, ficavam entregues às mães, que na maioria, não trabalhavam fora de casa e por isso, havia um trabalho de sensibilização a fazer junto das famílias para inscreverem os filhos. Não era fácil mudar esta mentalidade e “*habitus*” secular: “As mães que estavam em casa diziam-me - os meninos estão em casa, estão comigo, não os quero pôr em lado nenhum, só quando forem para a escola Primária”, as pessoas ainda estavam muito incrédulas disso tudo. Distribuíram-se cartazes e panfletos pela cidade, divulgou-se no jornal local e a diretora fez várias reuniões com as famílias nos diferentes bairros da cidade:

No início tive que fazer um grande trabalho de campo, junto das famílias. Porque aqui no início só se aceitavam crianças filhas de famílias beneficiárias da Segurança Social na altura Caixa de Previdência. Normalmente só trabalhavam os homens (...) ou no comércio (...) e as mães ficavam em casa. Portanto estavam muito renitentes em “entregar” os filhos. Não conheciam o que era a instituição e nem sabiam para que servia. Distribuímos cartazes e panfletos pela cidade e eu fiz muitas reuniões de bairro, em todos os bairros, tive nessa altura muito apoio da caixa de providência através do Dr. Abel que era incansável no apoio que dava. Ele também tinha o apoio das Obras Sociais (sem duvida), tinha muitas reuniões com eles (...). Fazia reuniões de bairro, convocava-os para ali às “tantas horas”, havia quem cedesse uma casa ou, às vezes, reuníamos até na rua (Entrevista diretora IOS).

No ano de 1972 trabalhavam ainda no Jardim-de-infância, a diretora e duas auxiliares “devota diretora sr^a. D. Maria Hermínia Martins Antunes, acompanhada das suas zelosas auxiliares” (“*Centro de Educação Infantil*” JMB, 26/5/1972:16). Por tal, houve necessidade de continuamente divulgar a obra e melhorar as condições e informar a quem era destinada:

Uma obra válida, necessária, para os tempos de hoje, em que pai e mãe são obrigados a trabalhar fora de casa para a família poder viver dignamente. Chama-se Centro de Educação Infantil e destina-se aos filhos de todos os beneficiários da Caixa de Previdência (“*Centro de Educação Infantil*”, JMB, 6/11/1970:3).

A inexistência de qualquer Educadora de infância nos primeiros cinco anos também não favoreceu a instituição, bem como a abertura, no ano de 1971, de outro Jardim-de-infância na cidade, por isso, não foram fáceis os anos iniciais e foi preciso continuamente fazer divulgação da obra para conseguir ter um número suficiente de crianças a frequentá-lo:

Tão simpática e indispensável obra de caráter social, modelarmente instalada em Vale d'Álvaro, próxima da estação da CP e criada, há dois anos ainda, pelo Instituto de Obras Sociais das Caixas de Previdência que recebe crianças de 2 a 6 anos de idade, filhos de funcionários e outros beneficiários da Caixa de Previdência deste distrito (*"Centro de Educação Infantil"* JMB, 26/5/1972:16).

O trabalho de divulgação que se fez inicialmente manteve-se ao longo da existência da instituição, segundo informações da diretora e Educadoras e conforme as notícias que apareceram nos jornais:

É uma realidade existente nesta cidade há mais de três anos. Foi criada pelo apoio e carinhosa compreensão do Sr. Dr. Henrique de Macedo, digníssimo Presidente do Instituto de Obras Sociais, a pedido do Presidente da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Bragança, Sr. Dr. Abel Freire de Carvalho, que nunca se poupou a esforços para conseguir que Bragança se orgulhe de ter sido uma das primeiras cidades do país a ter uma obra de tão grande alcance Social. Está instalado num edifício novo situado na Estrada de Vale d'Álvaro, junto às oficinas das Obras Públicas (*"Centro de Educação Infantil"*, JMB, 28/9/1973:14).

As diversas notícias publicadas anunciavam a importância da obra e toda a sua estrutura organizativa e funcionamento, desde os horários às atividades que as crianças desenvolviam, de forma a convencer as famílias da sua necessidade e inscreverem os seus filhos. Eram apelos dirigidos, não só às mães que trabalhavam fora do lar, mas também, às que estavam em casa de forma a terem mais tempo para os seus afazeres domésticos. Chegava a pedir-se para irem visitar as instalações onde funcionava o Jardim-de-infância e colocarem todas as dúvidas sobre o seu funcionamento:

Senhor Beneficiário da Previdência: É para si que esta Obra existe. É para que os seus filhos mais pequenos tenham vigilância e carinho enquanto a mãe está ocupada com a profissão fora do lar ou com as lides domésticas: Já visitou o Centro? Numa rápida visita poderá informar-se do seu funcionamento, condições de admissão e fazer uma conclusão válida. Às horas normais de trabalho será recebido pela Directora que responderá às

suas dúvidas e Tem modelares instalações, mobiliário apropriado e todo o material didático e recreativo, indispensável à educação infantil Admite crianças a partir dos 2 anos até à idade escolar. O horário é das 8 horas até às 18 e 15 horas. Escolhido de acordo com o meio e as horas de trabalho das mães e funcionando permanentemente, permite levarem o almoço, bem como a entrada e a saída das crianças às horas mais convenientes para a família. Durante o tempo que a criança ali permanece proporcionam-se-lhe diversas actividades nomeadamente divididas em jogos educativos e de desenvolvimento de raciocínio, vocabulário, atenção, memória, etc., trabalhos manuais e desenho; exercícios físicos; educação religiosa; canto e rodas. Todas as crianças têm vigilância médica assegurada por uma consulta semanal da pediatra Sr. " Dr." D. Graciete Sequeira. Estão sempre vigiados por pessoal competente que procura manter um bom ambiente para o bom desenvolvimento da criança. Senhor Beneficiário da Previdência: É para si que esta Obra existe. É para que os seus filhos mais pequenos tenham vigilância carinho enquanto a mãe está ocupada com a profissão fora do lar ou com as lides domésticas Já visitou o Centro? Numa rápida visita poderá informar-se do seu funcionamento, condições de admissão e fazer uma conclusão válida. Às horas normais de trabalho será recebido pela Directora que responderá às suas dúvidas e dará sugestões às suas dificuldades (*"Centro de Educação Infantil"*, JMB, 28/9/1973:14).

Foi uma obra que, na altura, fazia muita falta a Bragança porque "veio resolver os problemas de muitas mães, que não tinham a quem deixar os filhos enquanto vão para o trabalho. Pelo que vejo, as crianças sentem-se felizes" (*"Centro de Educação Infantil"*, JMB, 6/11/1970:1). De forma a dar a melhor resposta possível e também devido à concorrência que já começava a fazer-se notar, as condições de funcionamento foram melhorando consideravelmente. Contratou-se pessoal especializado e auxiliar, foram melhorados os serviços de apoio à componente social da família. Os horários foram sendo adaptados às necessidades familiares, bem como se aumentou o número de horas de funcionamento e passou a funcionar ao sábado de manhã. Outra medida importante foi passar a servir-se o almoço e o lanche às crianças, pois inicialmente as crianças levavam o almoço que era aquecido na cozinha e almoçavam no refeitório "Outra necessidade que vimos que era necessária era dar o almoço e o lanche, às crianças (...). Passámos a dar de almoçar. O Instituto de Obras Sociais achou também que era muita necessidade e abriu-se lá uma cozinha (Entrevista diretora IOS). Pelo facto da instituição ser considerada distante para algumas crianças, criou-se também um sistema de transporte, em parceria com outra instituição de Bragança (Centro de Educação Especial) que chegaram a acordo para o transporte das crianças, onde ia sempre uma funcionária para apoiar as crianças no transporte. Existiam pela cidade diversos locais

designados onde os pais esperavam com as crianças para as entregar de manhã e receber ao fim do dia:

Como começou a funcionar o centro de Educação Especial, junto ao Governo Civil e depois passou para as novas instalações onde está hoje o centro de educação especial, como a Directora era uma pessoa também muito colaboradora, muito aberta (e também tinha lá os filhos): eu um dia pus-lhe o problema. Como passava ali diariamente a carrinha deles, que ia levar as crianças para o Centro de Educação Especial e passava ali permanentemente, à porta do Jardim Infantil, eu pus-lhe o problema: vamos entrar num acordo, ver o que é que nós poderemos pagar, e você assegurar-nos o transporte das crianças de manhã e à tarde. Estabelecemos esse acordo, pagávamos o combustível e então nessa altura, como as crianças começaram a sentir que era bom estar lá e a conhecer melhor o ambiente, começaram a aderir e começámos a ter crianças que “nunca mais acabavam” (Entrevista directora IOS).

Todos estes melhoramentos foram uma mais-valia para conseguir dar a melhor resposta às necessidades das famílias. Apesar de todos os progressos e de toda a divulgação, no ano de 1975, o JI ainda continuava a não estar aberto a todas as crianças da cidade. Este facto começava a incomodar e sentia-se a pressão da comunidade para que abrisse a todas as crianças. Esta pressão era motivo de responsabilidade da instituição, conscientes que estavam a fazer um bom trabalho, pois era desejo que todas as crianças tivessem oportunidade de frequentar o Jardim-de-infância:

Tem-se estranhado, há anos, que este inestimável benefício não seja extensivo aos pais que não são beneficiários da Caixa de Previdência, como sucede com os dos serviços públicos e particulares. Exercendo as mães actividades diurnas fora de suas casas, também não têm, na maioria, a quem confiar os filhos. Impõe-se, portanto, que tão útil instituição possa receber todas as crianças daquelas idades, nomeadamente as das mães mais necessitadas, embora exercendo actividades estranhas à Caixa de Previdência e Abono de Família (“*Centro de Educação Infantil de Bragança*”, JMB, 7/1/1975:10).

Após 1975, já com o JI a funcionar em pleno, abriu-se o JI à frequência de todas as crianças da cidade. Apesar de tudo, continuava a fazer-se divulgação e informação. Continuava a ser uma forma de angariar crianças mas, ao mesmo tempo era uma forma de se promover e se assumir como um Jardim de referência na cidade.

O Centro de Educação Infantil, junto à estrada de Vale d'Álvaro, informa todos os beneficiários da Previdência do seguinte: que aceita crianças desde

os dois anos e meio de idade, e, também, apenas com dois anos sempre que seja necessário resolver dificuldades sociofamiliares; que assegura o transporte das crianças na carrinha do Centro Especial, com percurso por toda a cidade; e que recebe as crianças desde as 8 e 30 até às 18 e 30, e, aos sábados, apenas até às 13 horas (“*Centro de Educação Infantil de Bragança*”, JMB, 7/1/1975:10).

Nos anos oitenta já não se fazia qualquer tipo de divulgação nem ações de sensibilização, simplesmente porque já não davam resposta à solicitação de frequência de crianças. As três salas enchiam logo no início do ano letivo e havia sempre lista de espera. Houve necessidade de se encontrarem critérios de seriação para fazerem a seleção da entrada das crianças em virtude da elevada procura. Os critérios de seriação eram pela ordem de inscrição, prioridade às crianças de mais idade para terem oportunidade de frequentarem o JI antes de entrarem na escola Primária, se tinham irmãos na instituição, o agregado familiar e a zona da residência (Entrevista Educadora 4).

O jornal *Mensageiro de Bragança* foi sempre um aliado do Jardim-de-infância do IOS, divulgando e informando sobre a sua abertura e depois sobre a sua utilidade e benefício para a cidade. A direção do jornal reconheceu os benefícios que trazia para a sociedade bragançana, em especial para as crianças: “A utilidade desta obra, a necessidade que há entre nós e em todo o distrito de outras obras assim (aliás algumas existem já, de que havemos de falar depois) e do exemplo que a Direcção da Caixa de Previdência deu” (“*Centro de Educação Infantil*”, JMB, 6/11/1970:1). Este percurso dos anos setenta levou a que a instituição entrasse e se mantivesse nos anos oitenta como instituição modelo da cidade de Bragança.

5.3.1.3. O mobiliário, equipamento e materiais

Como se referiu atrás, numa primeira fase, entre 1970 e 1974/75, só funcionaram as salas do rés-do-chão e, por isso, só se equiparam estas salas com o mobiliário e equipamento considerado necessário. Após 1975, abriram-se também as salas do 1º andar e foi necessário equipar a casa com todo o mobiliário, equipamento e materiais. A responsabilidade deste trabalho foi, numa primeira fase, da diretora que fazia chegar à direção da obra as necessidades desta. De referir que houve sempre uma boa comunicação entre a diretora e a direção da Caixa de Previdência que enviava todos os

pedidos por escrito e eram na sua maioria atendidos (Entrevista diretora IOS). Após 1975 eram as Educadoras a solicitar à diretora o que pretendiam: “Sempre que precisássemos de material bastava fazer uma requisição. Nunca nos faltou material. Também não éramos gastadoras. Sabíamos aproveitar o material (Entrevista Educadora 4), bem como as Educadoras de Infância da Caixa de previdência - mais tarde Centro Regional - que vinham fiscalizar e ajudar o JI que davam ideias de aquisição do melhor equipamento materiais e jogos mais aconselhados: “Havia Educadoras de Infância das Obras Sociais e mais tarde do Centro Regional que se deslocavam aos Jardins, para fiscalizar e para os apetrechar e davam sempre orientações às Educadoras. Neste processo, a direção deu também sempre todo o apoio. Não havia problemas financeiros para as compras consideradas necessárias, porque a caixa de Previdência, na altura estava muito bem organizada:

Não tinha problemas de aquisição de qualquer material, porque o Instituto de Obras Sociais era uma instituição bastante bem organizada e não tinha dificuldades de verbas. Claro que não se pediam coisas extras. Pedia-se o que era necessário, mas não havia dificuldades de verbas (Entrevista diretora IOS).

O equipamento, constituído pelo mobiliário e material adquirido, era todo o considerado adequado e suficiente para o funcionamento do Jardim-de-infância. A qualidade das instalações estão relatadas em notícias da altura no jornal local, nas informações dadas pelas Educadoras e diretora e ainda pela tabela de mobiliário e equipamento apresentada mais à frente: “Tem modelares instalações, mobiliário apropriado e todo o material didático e recreativo, indispensável à Educação Infantil (*“Centro de Educação Infantil”*, JMB, 28/9/1973:14). Com a entrada da Educadora, em 1975, com métodos de trabalho diferentes, alterou o que considerou importante com a conivência da diretora. Considerava que havia que adequar a organização da sala às necessidades das crianças para que elas pudessem usar os materiais autonomamente, sem precisarem de apoio. Até ali o material estava fechado nos armários e tinham que pedir ajuda ao adulto para o poder utilizar e arrumar:

Tivemos que fazer uma grande adaptação, porque a diretora, embora lhe custasse vê-las fazer, nunca se opôs às modificações. As salas estavam bem mobiladas com muito material adequado e já estava tudo adaptado. Houve alguns aspetos que na altura eu não gostava muito e procurei alterar: A casa

estava decorada por um decorador profissional. Os armários muito bonitos, muito fechadinhos, com as portas em castanho, tudo cheio de material pedagógico, alinhadinho, bonitinho, novinho. As crianças não iam buscar os jogos que queriam. Eram as ajudantes de Creche que iam ao armário buscar os jogos e os distribuía pelas crianças. Depois de acabarem o jogo a ajudante de Creche arrumava os jogos, inclusive as peças que tinham caído. Eram os adultos que arrumavam e punham novamente no lugar nos armários fechados à chave novamente. Foi um grande trabalho que tivemos de fazer junto da diretora. Mas nós como não tínhamos autorização para os substituir, podíamos pelo menos tirar as portas para as crianças terem acesso livre ao material e poderem escolher o que entendessem. Porque elas não escolhiam. Os jogos eram-lhe impostos. Mas de facto era um crime tirar as portas àqueles armários tão bonitos (Entrevista Educadora 3).

O espaço exterior existente na instituição funcionava apenas como recreio livre porque, como já foi referido, não tinha espaço que permitisse a instalação de equipamento de parque infantil. Era um espaço em toda a volta da casa que incluía zona de relva com arbustos, uma parte de areia e uma parte cimentada. O material existente para as crianças brincarem era constituído por pneus e manilhas:

Não tínhamos brinquedos, escorregas e essas coisas não tínhamos porque nos valorizámos mais o movimento, o espaço amplo, tínhamos um espaço com areia, com relva, outro espaço cimentado. Os espaços eram todos reduzidos porque aquilo era uma moradia e só havia aquele jardim à volta da casa se puséssemos baloiços e essas coisas ocupavam o espaço todo nem dava para usufruírem. Pusemos lá pneus fixos ao chão e manilhas para eles passarem por baixo (Entrevista Educadora 3).

A seguir apresenta-se uma tabela onde consta a requisição de algum material para o Jardim-de-infância do IOS, entre os anos de 1970 e 1975.

Tabela n.º 34 -Lista de material adquirido pelo Jardim-de-infância do IOS entre 1970 e 1975

Nota n.º.	Data	Tipo de material
4	05-03-1970	3 Carrosséis em bom estado para as salas (Espaço dos jogos)
5	05-03-1970	2 Ferros elétricos e uma tábuas metálica (Espaço da casinha)
6	05-03-1970	3 Relógios elétricos (Um para cada sala)
7	05-03-1970	3 Máquina de escrever em bom estado (Espaço da escrita)
8	05-03-1970	1 Bandeira nacional, 1 bandeira do I.O.S (Geral Instituição)
9	05-03-1970	3 Balança com craveira (Espaço da matemática)
10	12-03-1970	80 Cobertores (Espaço para dormir)
11	14-03-1970	6 Fardas para auxiliares de limpeza (Para as ajudantes de ação educativa)
12	14-03-1970	Máquina perfuradora, 1 datador de selos (Geral instituição)
13	14-03-1970	Agrafador (Geral Instituição)
14	14-03-1970	50 Cruzetas de criança (Vestiários das crianças)
15	19-03-1970	Cofre monobloco (Geral Instituição)
17	26-03-1970	8 Mesas retangulares (Para as três salas)
18	27-03-1970	50 Toalhas turcas (Uso das crianças e geral instituição)
19	27-03-1970	3 Baldes de plástico para limpeza (Limpeza da instituição)
20	17-03-1970	8 Baldes para papeis (Para as salas e instituição)
23	02-04-1970	6 Armários para material didático,
		3 Armários para roupas das crianças maiores
		3 Armários para roupas de bebe
		2 Bancos de couro,
		1 Mesa de telefone
		3 Secretárias e 3 cadeiras
<u>24</u>	02/04/1970	24 Pano do pó, 20 camas de lona para repouso.
<u>27</u>	11-04-1970	Material didático sem especificar
<u>28</u>	13-04-1970	3 Móveis em bom estado
<u>29</u>	18-04-1970	Cheque de 7500\$00 para fundo de maneiio
<u>30</u>	18-04-1970	30 Picos para picotar
<u>34</u>	22-05-1970	8 Caixas de lápis de cera
<u>35</u>	22-05-1970	10 caixas de plasticina
<u>37</u>	25-05-1970	7 Jogos didáticos
<u>45</u>	19-02-1970	11 16\$00 Para reintegração do fundo de maneiio
<u>49</u>	06-03-1970	Pedido de admissão de 1 criança
<u>50</u>	14-03-1970	937\$00 Para fundo de maneiio
<u>57</u>	30-04-1970	Pedido de deslocação ao Porto para adquirir objetos para a casinha das bonecas
<u>56</u>	28-05-1970	4 Extintores
<u>84</u>	30-05-1970	30 Conjuntos de pintura
<u>85</u>	12-06-1970	30 Almofadas para picotagem
<u>86</u>	1-06-1970	8 Mesas em formato de meia lua
<u>97</u>	10-09-1970	Pedido para adquirir discos infantis de histórias jogos de roda, música popular
108	18-9-1970	26 Cadeiras de madeira em bom estado
115	16-10-1970	1 Gira discos da Philips
119	18-10-1970	3 Quadros de parede
121	23-10-1970	Armário fogão a pilhas

Fonte: Arquivo do Centro Regional de Segurança Social de Bragança

Tabela n.º 35 – (Continuação) Lista de material adquirido pelo Jardim-de-infância do IOS entre 1970 e 1975

Nota n.º	Data	Tipo de material
122	23-10-1970	Via caminhos-de-ferro recebeu 1 casinha de bonecas constituída por 1 chaminé, 1 armário, 1 banco, 1 suporte para pegas, 1 suporte para painéis, 1 suporte para fogão e material didático.
136	15-11-1970	2 Aspiradores siemens
141	19-11-1970	102 Copos
148	26-11-1970	2 Bengaleiros
152	28-11-1970	24 Cadeiras infantis
7	17-01-1975	4 Livros da coleção roda gigante
9	23-01-1975	5 Livros “O meu 1º livro”, “A galinha vermelha”, “Os três ursos”, “As penas do pato”, e o livro “O ovo”
108	1-9-1974	26 Cadeiras de madeira em bom estado
115	14-10-1974	1 Gira discos da Philips
119	17-10-1974	3 Quadros de parede
121	23-10-1974	Armário fogão a pilhas
122	23-10-1974	Via caminhos de ferro recebeu 1 casinha de bonecas constituída por 1 chaminé, 1 armário, 1 banco, 1 suporte para pegas, 1 suporte para painéis, 1 suporte para fogão e material didático.
136	15-11-1974	2 Aspiradores siemens
141	18-11-1974	102 Copos
148	197	2 Bengaleiros
152	26-12-1974	24 Cadeiras infantis
7	17-01-1975	4 Livros da coleção roda gigante
9	23-01-1975	5 Livros “O meu 1º livro”, “A galinha vermelha”, “Os três ursos”, “As penas do pato”, e o livro “O ovo”
108	1-9-1974	26 Cadeiras de madeira em bom estado
115	14-10-1974	1 Gira discos da Philips
22	26-02-1975	75 Livros Coleção verbo infantil : A Anita dona de casa, Anita e as 4 estações, O gato Pompom, 3 bons amigos, O meu 1º dicionário, Anita no circo, Eu construo a minha casa, O pato, patinho patão, Anita a cavalo, o papagaio de papel, História de um cordeirinho, Anita no teatro, Anita no campo, O pônei mascote, Anita no carroçel, O lobo meu amigo, Anita na praia, As tropelias de Lili, Anita em Viagem, Um dia na praia, Anita na Montanha, Anita no Parque, A sombrinha amarela, Anita de avião, O lanche dos coelhos, O galinho branco, O pintarroxo friorento, Anita e a festa de anos, Anita no Jardim, Aventura de uma vaca teimosa, Os dois coelhos gémeos, O golfinho serafim, O burrinho cantor, Férias grandes no campo, O koála Lálá, Os segredos do campo, Os segredos da floresta, As aves e o seu pequeno mundo, O esquilo cinzento, o cuco matreiro, o pequeno engenheiro, O pintainho curioso, Passeio no rio, Anita aprende a ler, Kalu o canguru, Pica-pica o ouriço, O pequeno Garagista, As aventuras de negrita, Férias na neve, O lobo que comia alface, Um gato curioso, A árvore misteriosa, Tobí o anão da América, A 1ª aventura de Hapi e Cati, Anita na festa das flores, a já leio melhor, os dois amigos, A neve, O fogo, As meninas gémeas, Já conto melhor, O marinheiro, O peixe, O pequeno Rei, A maçã, O avião. Coleção ver e saber: O átomo, O mundo das formigas, Animais voadores, cartas geográficas, A história dos índios, A visão, Animais do far-west, o magnetismo, energia e potência,
48	21-04-1975	A diretora pede mais livros e material para completar a casinha das bonecas.
68	13-06-1975	Material de escritório e 40 chávenas com Pires. 62 Colheres de chá e 50 de sobremesa
69	13-06-1975	240 fraldas em bom estado

Fonte: Arquivo do Centro Regional de Segurança Social de Bragança

Pela análise da tabela podemos fazer a leitura do material diversificado que existia. Mobiliário específico para equipar as salas de atividades e outro, para equipar a

instituição, como a secretaria, os vestiários das crianças, o refeitório de apoio à cozinha. Diverso material lúdico didático específico para equipar os diferentes espaços existentes dentro de cada sala como o espaço da leitura ou Biblioteca onde se destacam os vários pedidos de aquisição de muitos livros e diversificados para todas as idades; o espaço destinado aos jogos e construções com diverso material lúdico didático; o espaço destinado à escrita e à pintura com material apropriado, como lápis de cera e máquinas de escrever; o espaço destinado à casa das bonecas onde se encontrava todo o material apropriado como o mobiliário reduzido de cozinha e quarto. Existiam ainda outras áreas que iam surgindo e acrescentando ao longo do ano conforme os novos projetos e ideias, como as áreas da culinária, artes plásticas, pintura e disfarce. O espaço estava delineado e adequado às crianças, não havia uma obrigatoriedade na organização das salas, ou seja, cada Educadora e respectivas crianças da sala organizavam e criavam as áreas que decidiam. Neste campo procuravam seguir o modelo pedagógico de Maria Montessori. Havia sempre aquelas áreas iguais em todas as salas, mas também havia outras diferentes que variavam. Os espaços das salas estavam, portanto, bem equipados com material adequado. Além do material que se adquiria havia também o material que se construía pelas Educadoras, auxiliares e crianças que era muito e diversificado e consertavam algum que precisasse de arranjo:

Em termos de material nós tínhamos muito material, quer o comprado que o que nós construíamos. Nós construíamos muito material. As pessoas que entravam na sala ficavam sempre muito admiradas. Caixas forradas, material de vários tamanhos, cantinho da natureza onde tínhamos plantas, bichinhos, e tínhamos duas grandes caixas, uma com areia e outra com Água. Frascos, garrafas, todo aquele material (...). O material que tínhamos era muito bom e com muita qualidade. Do melhor que existia na altura. Material de música, movimento e drama, educação física (...). Tudo quanto se estragava era arranjado e consertado com eles (Entrevista Educadora 4).

As pessoas que não conheciam esta nova escola mudavam radicalmente de opinião quando a visitavam. A grande maioria da população nunca tinha entrado dentro de um Jardim-de-infância e, por isso, a curiosidade era muita, como se destacam os testemunhos em notícias do jornal local: “Há dias, fomos visitar a obra. Encantadora: muita higiene, muita limpeza, muita ordem e um ambiente acolhedor onde as crianças se sentem bem” (“*Centro de Educação Infantil*”, JMB, 6/11/1970:1); “Admiravelmente impressionados pelo asseio e arranjo ali verificados, os visitantes deram nova orientação

e disposição a algumas das principais dependências daquele encantador infantário e trataram de outros problemas relacionados com o seu futuro funcionamento (“*Centro de Educação Infantil*”, JMB, 26/5/1972:16).

O Jardim-de-infância do Instituto das Obras Sociais de Bragança e mais tarde do Centro Regional de Segurança Social, em matéria de equipamento e materiais, era uma realidade à parte, pois estava muito mais bem equipado, em relação a todos os Jardins-de-infância da cidade, quer os das Congregações religiosas, quer em relação ao do Ministério da Educação e da Misericórdia. Mas o exemplo de Bragança retratava o que se via no resto do país:

O nosso Jardim estava muito bem equipado quando comparado com outros do Ministério da Educação. Eu andei na inspecção dos Jardins-de-infância e os Jardins do Ministério da Educação não tinham nada a ver com os Jardins da Segurança Social, nem da Misericórdia nem das outras instituições de Solidariedade Social. Estavam muito melhor equipados em todos os aspectos. Os Jardins do oficial tinham mesmo pouco material. Eu fiquei admirada (Entrevista Educadora 4).

Quando chegaram as Educadoras passou, também, a existir placares nas salas para exposição dos trabalhos para que cada criança pudesse ver afixados os trabalhos que fazia. Na instituição havia também material de primeiros socorros e medicamentos em conformidade com as indicações dadas pelas autoridades médicas e de acordo com os pais.

5.3.1.4. As crianças

A seguir pode ver-se uma figura de uma das salas do Jardim-de-infância do IOS, onde se podem ver as crianças e pessoal técnico durante a realização de atividades.

Figura 10 - O interior de uma sala do Jardim-de-infância do IOS



Fonte: JMB, 28/9/1973:1

Na figura pode-se observar as crianças a realizarem atividades com a presença de dois adultos que, supostamente serão a Educadora e a auxiliar.

O Jardim-de-infância do Instituto das Obras Sociais de Bragança, ao longo do seu período de existência, passou por diversas fases no que diz respeito à frequência de crianças. No início frequentavam a instituição crianças a partir dos 3 anos de idade, mas essa situação alterou-se passando a ser frequentado também por crianças a partir dos 2 anos:

Aquilo que eu pedi mais foi que a idade de entrada fosse aos 3 anos mas havia pedidos para crianças com 2 anos, que já lá tinham irmãos com muita necessidade de entrarem. Pedi essa autorização e foi-me concedida (Entrevista Educadora 3).

Esta alteração deveu-se aos constantes pedidos de frequência para crianças a partir dos dois anos de idade, e também devido à reduzida frequência dos primeiros anos. Era também destinado, inicialmente, a crianças filhos de todos os beneficiários da Caixa de Previdência e, após 1975, passou a ser para todas as crianças (*“Centro de Educação Infantil”* JMB, 26/5/1972:16).

Começou a funcionar no mês de abril de 1970 com 15 crianças e em novembro contava com 43 crianças (*“Centro de Educação Infantil”*, JMB, 6/11/1970:1). No ano de 1972, segundo notícia publicada no jornal local, tinha a frequentar 60 crianças: “Estando inscritas umas 60 crianças, todavia aquele Centro vem registrando uma

frequência diária ainda muito reduzida” (*“Centro de Educação Infantil”* JMB, 26/5/1972:16). As informações dadas pela diretora também indicavam o reduzido número de frequência de crianças: “Estivemos uns anos com muita dificuldade em sermos procuradas, para atingir a capacidade que tínhamos (Entrevista diretora IOS). Quando entrou a primeira Educadora de Infância, no ano de 1975, segundo informações por ela prestadas, existiam à volta de 30 crianças a frequentar o estabelecimento. Constatou-se que estava longe da sua capacidade porque só a partir do ano de 1975 é que se abriram as duas salas do 1º andar: “depois do 25 de abril era uma lista de espera enorme. O Jardim Infantil era procurado por quase toda a gente da cidade” (Entrevista diretora IOS).

O período de adaptação e integração das crianças, quando iam pela primeira vez, era diferente de criança para criança. Algumas adaptavam-se com facilidade e outras sentiam mais dificuldade. O processo de integração das crianças era pensado para que não entrassem todas ao mesmo tempo, mas sim por fases. As crianças começaram a sentir que era bom estar no Jardim-de-infância porque, com as Educadoras, o ambiente ficou melhor preparado, adequado e com atividades mais apropriadas e interessantes para as crianças, visto que estavam a lidar com pessoas especializadas no assunto. Após essa sistematização verificou-se o aumento de crianças que conduziu a novas listas de espera. Nos anos oitenta o Jardim-de-infância funcionava com a sua lotação no máximo e, ainda, com uma enorme lista de espera: “então nessa altura, como as crianças começaram a sentir que era bom estar lá e a conhecer melhor o ambiente, começaram a aderir e começámos a ter crianças que “nunca mais acabavam” (Entrevista diretora IOS).

As crianças que frequentavam o JI pertenciam a todos os estratos sociais e de diferentes condições. Realçava-se o facto de serem crianças que iam para o JI devidamente bem vestidas e com muita higiene.

Crianças com todos os feitios (...) mas não tenho assim uma impressão (...) andrajosas já não andavam. Limpinhas dentro do possível também andavam. Porque, entretanto, a parte do serviço social, onde eu tinha estado primeiro, e as senhoras auxiliares sociais que visitavam as famílias com muita frequência, as famílias já quase todas eram do conhecimento do serviço social que existia do Instituto. Portanto já havia ali grande preparação para as crianças andarem limpas. Havia crianças de todo o tipo. Mas pareceu-me que à medida que os anos passavam cada vez me pareciam mais educadas e

mais cuidadas. Houve uma altura em que era frequentado pelos filhos das pessoas mais importantes da cidade. Todos queriam ir para lá (...). Tínhamos depois crianças de bom nível, que eram os filhos dos funcionários que estavam ligados à previdência, alguns puseram lá. Médicos, que também eram médicos da previdência portanto tinham direito, tínhamos filhos dos directores/presidente do Instituto do Tribunal do Trabalho, porque também estava ligado à previdência, tínhamos essas crianças. Quer dizer essas aderiram logo, não tinham dificuldades de transporte. As outras é que eram mais difíceis. E depois também deu-se o 25 de abril e deu-se à abertura, em vez de ser só crianças da previdência (Entrevista diretora IOS).

Era no Jardim-de-infância onde muitas crianças aprendiam a estar à mesa, a comerem, a serem mais higiénicas (*Antão*, JMB, 6/11/1970:1). As crianças estavam divididas por grupos que sofreram alterações ao longo do tempo conforme a frequência. Procurou sempre separar-se por idades. Quando havia crianças com necessidades especiais eram colocadas em grupos menores para lhes poderem dar um maior e melhor apoio:

Na altura tínhamos crianças com deficiência que reduzia o grupo, mas na altura ninguém as queria e acho que até se fazia um trabalho positivo porque havia uma ligação família/escola muito interessante, cada criança com deficiência tinha um caderninho na mochila em que a Educadora registava o que a criança tinha feito ou não tinha feito, ou algum recados para os pais na manhã seguinte os pais voltavam a trazê-lo para a escola, usávamos muito, nomeadamente, no controle dos esfíncteres, quando havia medicação (Entrevista Educadora 3).

Havia uma rotina diária que sofreu várias alterações no período de funcionamento do JI do IOS devido à alteração de horários, pessoal auxiliar e Educadoras. Apresenta-se a seguir uma descrição de uma rotina praticada na sala de uma Educadora:

Ao chegarem de manhã, as crianças andavam livres. Quando chegava toda a gente sentávamo-nos a dar os bons dias a toda a gente e programávamos o dia junto com eles e rezávamos, toda a gente rezava, cantávamos os bons dias e se algum menino quisesse contar alguma novidade, alguma notícia para todos os meninos saberem e depois fazíamos a programação do dia onde cada criança escolhia o que queria fazer, escolhia o cantinho onde queria brincar depois de brincarem nas áreas é que fazíamos as atividades orientadas, recorte, colagem teatros de fantoches, apresentação de slides depois faziam os trabalhos nas mesas, A meio da manhã havia um intervalo para irem ou para o parque ou ficavam no salão grande e voltavam para a sala. Depois era o almoço e de seguida iam dormir. À tarde não tinham

atividades orientadas era brincar toda a tarde a não ser que fosse necessário continuar a atividade da manhã, acabar algumas atividades, preparar festas só nessas situações e que havia atividades orientadas de tarde, para o dia do pai, para o dia da mãe nunca havia era nada para iniciar eram sempre trabalhos já iniciados de manhã. Lanchavam, iam para o recreio e voltavam para a sala a fazer diversas atividades, isso dependia muito pois todos os dias eram diferentes, faziam jogos, brincavam nas áreas até os pais os virem buscar (Entrevista Educadora 3).

De realçar o facto de as crianças dormirem sempre no período existência do Jardim-de-infância: “Tinham um repouso entre as 13:00 e as 14:00, sempre vigiados por uma funcionária. Depois eram apoiados no acordar, no vestir, havia ali um silêncio agradável enquanto todos se levantavam e estavam prontos para irem para as atividade” (Entrevista Educadora 4). Era uma prática corrente e aceite, quer pelos pais, quer pelas Educadoras e direção da instituição. No entanto, este assunto era diversas vezes motivo de reflexão entre as Educadoras. Defendia-se que dormir acalmava as crianças e tranquilizava-as. Por outro lado, era negativo porque havia contestações por parte das crianças. Constatava-se que, à medida que as crianças iam crescendo, o interesse por dormir ia decrescendo. Também porque estas adormeciam mais tarde em casa à noite e custava-lhe mais acordar de manhã, logo chegavam à escola mais cansadas. Procurava-se respeitar aquelas que não queriam dormir, mas tinham que ficar a descansar.

Mais tarde, já havia algumas crianças que não dormiam e ficavam noutra sala a fazer jogos em silêncio. Este facto era sempre motivo para mais crianças não quererem dormir. Acabavam por decidir permitir o dormir, essencialmente, porque facilitava a organização dos horários dos funcionários. A temática de dormir, ou não dormir, depois do período do almoço, nos Jardim-de-infância tem originado amplos debates entre os profissionais de Educação de Infância e restante comunidade.

No final da década de 70 começou a organizar-se todos os anos, durante o verão, uma colónia de férias para as crianças do JI irem para a praia da Torreira ou Vila do Conde. Era, por isso, uma mais-valia frequentar esta instituição, o que não acontecia em mais nenhuma.

As crianças da instituição tiveram apoio médico que foi diferente ao longo do tempo. Nos tempos iniciais havia uma vigilância médica assegurada por uma consulta semanal numa pediatria da cidade (“*Centro de Educação Infantil*”, JMB, 28/9/1973:14), depois passou a ir uma médica semanalmente e, mais tarde, iam ao hospital quando

precisassem. Todos os meses era enviado para a Caixa de Previdência e, mais tarde, para o Centro Regional uma listagem com as crianças a frequentarem, os pedidos de novas inscrições, as desistências de crianças registradas e a lista de crianças em espera de entrada.

5.3.1.5. As mensalidades

Havia uma mensalidade a pagar pela frequência de cada criança, inicialmente era igual para todos (60\$00) mas depois sofreu alterações e foram feitos vários escalões conforme os rendimentos dos pais, “60 Escudos e depois seriam apoiadas pela Caixa de Previdência” (Entrevista diretora IOS). Enquanto esteve sob a direção da Caixa de previdência tinha uma tabela de mensalidades e, quando se integrou no Centro Regional de Segurança Social, passou a ter outra tabela que foi sendo atualizada ao longo dos tempos. No ano de 1985, segundo as normas reguladoras das comparticipações familiares em creches e Jardins-de-infância do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, a comparticipação familiar era determinada com base no valor da capitação do rendimento do agregado familiar e era revista todos os anos. A prova dos rendimentos declarados era feita mediante a apresentação de documentos comprovativos adequados, designadamente de natureza fiscal. Quando se verificasse a frequência no JI de mais que uma criança do mesmo agregado familiar, a comparticipação referente ao segundo e a cada um dos restantes era reduzida em 20%. Os valores a pagar no ano de 1985 no JI do IOS de Bragança estão expressos na tabela seguinte:

Tabela n.º 36- Comparticipações familiares no ano letivo de 1985/1986 no Jardim-de-infância do IOS de Bragança

Capitação Familiar	Comparticipação Familiar
Até 5760\$	Montante do abono de família pelo 1º Descendente
5761\$00 - 7680\$00	1770\$00
7681\$00 - 9600\$00	2650\$00
9601\$00 - 11520\$00	3540\$00
11521\$00 - 13440\$00	4420\$00
13441\$00 - 15360\$00	5300\$00
15361\$00 - 17280\$00	6190\$00
17281\$00 - 19200\$00	7070\$00
19201\$00 - 21120\$00	7950\$00
21121\$00 - 24950\$00	8830\$00
24951\$00 - 26870\$00	9710\$00
+ De 26871\$00	10590\$00

Fonte: Arquivo Histórico do Centro Regional de Segurança Social de Bragança, ofício 009942 de 5/9/1985

Pela leitura da tabela podemos verificar a diversidade de escalões de comparticipação, muito diferente dos 60\$00 iniciais que se praticava no início de funcionamento do JI. Esta era uma forma mais justa para todas famílias. Destaca-se também a diferença entre o 2º escalão de 2650\$00 para o último escalão de 10590\$00.

5.3.1.6. O horário de funcionamento

O horário do JI sofreu alterações ao longo do tempo de forma a adaptar-se e dar resposta às necessidades dos pais. Começou por funcionar todos os dias das 8:30 às 17:30. Posteriormente, começou a funcionar das 8:00 às 18:30:

O horário é das 8 horas até às 18 e 15 horas. Escolhido de acordo com o meio e as horas de trabalho das mães e funcionando permanentemente, permite levarem o almoço, bem como a entrada e a saída das crianças às horas mais convenientes para a família (*“Centro de Educação Infantil”*, JMB, 28/9/1973:14).

Inicialmente as crianças traziam o almoço para o JI que era aquecido na cozinha e almoçavam todas no refeitório. Depois decidiu-se passar a fazer o almoço para todas as crianças. Posteriormente abriu também aos sábados de manhã por necessidade de alguns pais que trabalhavam e não tinham a quem deixar os filhos “recebe as crianças desde as 8 até às 18 e 30, e, aos sábados, apenas até às 13 horas (*“Centro de Educação Infantil de*

Bragança”, JMB, 7/1/1975:10). O horário que predominou durante mais tempo e aquele que praticavam em 1986 era das 8:00 às 19:00. As crianças podiam entrar de manhã, tomavam o pequeno-almoço que traziam de casa, almoçavam e lanchavam. Havia sempre um período de flexibilidade de entrada, mas era pedido aos pais para chegarem com as crianças até às 9:30 de forma a não interromperem as atividades, entretanto iniciadas. As Educadoras faziam o horário repartido de sete horas diárias e as auxiliares oito. Os horários eram efetuados de forma a garantir sempre a presença de, pelo menos, uma Educadora enquanto estivesse aberta a instituição.

5.3.1.7. O quadro de pessoal

O quadro de pessoal que exerceu funções no JI do IOS era constituído por pessoal docente e não docente. Como já se referiu atrás nos primeiros cinco anos, funcionou sem pessoal docente, mas apenas com uma assistente social e duas ajudantes monitoras. A Assistente social desempenhou as funções de diretora da instituição até ao ano de 1979, tendo na altura sido substituída pela Educadora de infância a trabalhar há mais tempo na instituição. Após 1975, foram contratadas três Educadoras de Infância e uma auxiliar educativa, uma cozinheira e uma empregada de limpeza.

Inicialmente, as condições para contratar o pessoal docente eram terem mais de dezoito anos e o curso de Educadoras. Nesta situação contrataram-se duas Educadoras: uma em 1975 e, outra em 1980. As duas tinham tirado o curso de Educadoras de Estabelecimentos de Assistência a Menores Privados de Meio Familiar Normal, na Escola de Formação de Educadoras de Infância Paulo VI de Lisboa. Para verem reconhecido o seu curso e poderem ser reconhecidas como Educadoras de Infância tiveram que fazer um curso no Instituto da Família e Associação Social, em Lisboa, ministrado em conjunto pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Segurança Social, no ano de 1979/80. A primeira que já trabalhava em Jardim-de-infância fez um curso de três meses, a segunda, contratada em 1980, fez o curso de seis meses por ainda não ter trabalhado em Jardim-de-infância. No ano de 1976, foi contratada uma Educadora que tirou o curso na Escola Superior Paula Frassinetti no Porto. Isto poderá ter a ver porque em 1976 a direção da Caixa de Previdência enviou um ofício à diretora do JI do IOS, no sentido de garantir melhor qualidade de trabalho, contratar –se Educadoras de Infância das Escolas de Formação de Educadoras: Santa Mafalda, Paula

Frassinetti, Magistério Primário e de Educadoras de Infância do Porto e a escola de Educadoras de Infância de Viana do Castelo. No entanto, o mesmo já não se verificou para a Educadora contratada no ano de 1980 (Arquivo histórico do Centro Regional de Segurança Social de Bragança). O pessoal não docente também tinha que ter mais de dezoito anos e apenas o Ensino Primário completo.

No ano de 1979, foi enviado um documento para o JI do IOS, com as funções a desempenhar pelas diferentes categorias profissionais. A diretora tinha como funções dinamizar e coordenar a ação de todo o pessoal, assegurar a programação das atividades e a elaboração do relatório anual de avaliação, fomentar o aperfeiçoamento técnico e profissional do pessoal em serviço, nomeadamente em articulação com os serviços de formação competentes, bem como assegurar a sua avaliação, incentivar a relação família-Jardim-de-infância e promover a inserção do JI na comunidade e dar parecer sobre a admissão de pessoal.

Competia às Educadoras de Infância: exercer a ação educativa, de acordo com as necessidades da criança e do grupo; velar pela saúde e bem-estar das crianças das crianças e tomar conhecimento de circunstâncias individuais ou familiares com vista à orientação educativa; estar atenta e acompanhar qualquer perturbação manifestada pela criança, colaborando com os serviços competentes nas situações em que houvesse necessidade de intervenção; colaborar com a família na educação da criança, nomeadamente através de contactos individuais e de reuniões, fomentando a sua participação no JI; participar na programação, organização, execução e avaliação das atividades em reuniões de equipa, assim como colaborar no plano geral do JI; manter o equipamento e o material educativo em boas condições de utilização e coordenar e orientar tecnicamente o pessoal auxiliar por ela enquadrado.

Ao pessoal auxiliar técnico, que englobava as categorias de monitoras, vigilantes e ajudantes de JI, competia-lhe: exercer o trabalho direto com as crianças e participar na execução das atividades sob orientação da Educadora de infância e após prévio conhecimento do programa; participar em reuniões do JI com os pais das crianças; receber e atender os pais das crianças durante as horas normais de serviço e zelar pela conservação e controlo do material pedagógico. Às empregadas auxiliares competia-lhe proceder a serviços de limpeza, arrumação e outros (Arquivo histórico do Centro Regional de Segurança Social de Bragança).

5.3.1.8. O Modelo Pedagógico

Não havia um modelo específico de se trabalhar com as crianças no JI do IOS de Bragança. Nos primeiros cinco anos, sem pessoal docente, a diretora e as monitoras organizavam atividades da melhor forma que sabiam, baseadas essencialmente nos conhecimentos que a diretora adquiria na observação dos vários Jardins-de-infância que foi visita. Eram atividades baseadas, em “jogos educativos e de desenvolvimento de raciocínio, vocabulário, atenção, memória, e trabalhos manuais e desenho; exercícios físicos; educação religiosa; canto e rodas (*“Centro de Educação Infantil”*, JMB, 28/9/1973:14).

Quando a primeira Educadora chegou à instituição encontrou uma realidade de crianças pouco autónomas e que dependiam do adulto para realizarem a maioria das atividades:

Eram as ajudantes de Creche que iam ao armário buscar os jogos e os distribuíam pelas crianças. Depois de acabarem o jogo a ajudante de Creche arrumava os jogos, inclusive as peças que tinham caído. Eram os adultos que arrumavam e punham novamente no lugar nos armários fechados à chave novamente. Foi um grande trabalho que tivemos de fazer (...) para as crianças terem acesso livre ao material e poderem escolher o que entendessem. Porque elas não escolhiam. Os jogos eram-lhe impostos. Foram batalhas interessantes, assim como arrumar os jogos (...). Não se concebia que fossem as crianças a arrumarem os jogos e a apanharem as peças do chão. Eram as auxiliares que o faziam. As crianças acabavam a atividade e iam para outra atividade e o adulto que estava com elas é que ficava a arrumar os jogos (Entrevista Educadora 3).

A Educadora sentiu, por isso, necessidade de alterar algumas rotinas e práticas que, no seu entender, tinham que ser alteradas. Por isso, desempenhou um papel formativo de orientar tecnicamente o pessoal auxiliar:

Também acho muito importante, na altura que eu entrei e às vezes as auxiliares comentavam: -isso era a atuação diferenciada com as crianças, mas depois eu explicava-lhes isso e dizia os meninos são todos iguais, temos que tratar todos por igual, cada um é diferente e temos que respeitar a individualidade de cada um. Demorei muito tempo para que elas entendessem que por ex: a uma criança tímida não se lhe podia dar um berro, ao mesmo tempo que a uma criança desinibida já podia (Entrevista Educadora 3).

Quando iniciaram funções, as duas primeiras Educadoras, não havia um modelo definido a seguir. Cada uma trabalhava conforme a sua formação, pois eram de diferentes escolas de formação. Mas as Educadoras, mesmo que formadas na mesma escola, tinham formas de trabalhar diferentes e defendiam ideias diferentes: “Trabalhávamos mais a Maria Montessori, embora misturássemos com outros, treinávamos a iniciação à leitura e à escrita mas não se ensinava a ler e a escrever, utilizávamos mais a Montessori, principalmente em termos da organização das áreas (Entrevista Educadora 3); “Eu sempre gostei das teorias de Piaget, das teorias sócio construtivistas. João de Deus e Maria Montessori nunca me influenciaram” (Entrevista Educadora 4).

Trabalhavam por projeto anual, com objetivos gerais e específicos. No final do ano faziam Relatório com uma avaliação global do trabalho das crianças muito geral. Realçavam apenas o que não se tinha atingido em vez de se realçar o que se atingiu. Não faziam uma avaliação individual de cada criança. No final de cada ano entregavam o relatório à Direção Caixa de Previdência: “O grupo de 3 anos atingiu estes e aqueles objetivos, exceto se foram despistadas algumas deficiências, alguns atrasos de linguagem, era mais geral não era tão individual como agora (Entrevista Educadora 3). Mais tarde, passou-se para uma avaliação individual onde se destacavam os objetivos atingidos pelas crianças, bem como as dificuldades que ainda demonstravam. Mas a avaliação que consideravam mais importante era aquela que todos juntos faziam no final de cada dia, onde refletiam sobre os projetos desenvolvidos e que pretendiam desenvolver. Acabava por ser um importante momento de reflexão, avaliação e planificação com as crianças, talvez o maior motivo por que as crianças gostavam de frequentar este JI.

Depois passaram a trabalhar por Projeto Pedagógico anual comum que, depois, era adaptado a cada sala. As semanas eram planificadas conforme as temáticas, mas procuravam sempre envolver as crianças. Como forma de estabelecerem regras de funcionamento e organização da sala faziam os diferentes quadros que afixavam na sala, como os quadros de presença, do tempo, de aniversário, das regras: “Já tínhamos quadros de regras, de presenças, de aniversários, tínhamos esses quadros todos. Às vezes íamos com eles às compras” (Entrevista Educadora 4). Efetuavam saídas ao exterior nomeadamente à Biblioteca da Gulbenkian e do Magistério Primário, bem

como a outras partes da cidade. Não havia uma planificação semanal previamente estipulada:

Não tínhamos dias marcados para nada. Na minha sala, eu impunha-me fazer o projeto e as planificações. A planificação era um suporte no sentido de alguma coisa falhasse para as crianças. Era assim. De manhã, quando nos sentávamos a dar os bons dias, aquele começar do dia, que é que aconteceu, comeste, não comeste, havia sempre um mais agitado que procurava acalmar, e havia sempre aqueles pequenos objetos que as crianças traziam de manhã como um carrinho, um baracinho, uma história, contavam algo de importante. A motivação e planificação começavam logo aí. Se tinha possibilidade de encaixar no que havia programado tudo bem. Eu requeri desde muito cedo uma capacidade de detetar os interesses e necessidades das crianças. E era a partir desses interesses das crianças que desenvolvíamos as nossas atividades. Faziam-se projetos giríssimos (Entrevista Educadora 4).

Costumavam realizar-se reuniões de reflexão entre as Educadoras para organizar as atividades a desenvolver e refletir sobre os mais diversos assuntos que considerassem pertinentes, como discutir a questão se as crianças deviam ou não, dormir a seguir ao almoço, a organização das salas, os horários, a distribuição das crianças pelos diferentes grupos, como trabalhar com as crianças problemáticas ou com necessidades especiais, sobre o desenvolvimento das crianças, as suas interações e descobertas que faziam entre pares, bem como formas de envolver a participação dos pais no JI. Era uma forma de partilhar experiências e também de combaterem o isolamento, pois não tinham muitas oportunidades de se reunirem com outras Educadoras, a não ser nas ações de formação que participavam, organizadas pelos Sindicatos, pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Segurança Social.

Sempre defenderam a iniciação à leitura e à escrita e, por isso, tinham sempre bastantes livros de histórias, material para escrever, desenhar, pintar e quadro de giz na parede da sala. Mas foi sempre preocupação não ensinar a ler e a escrever:

Tive crianças que me pediram que lhe ensinasse a ler. Não era eu que os punha ali a escrever, a fazer letras e números. Eram eles que queriam porque viam os irmãos em casa. Como tinham os irmãos na escola Primária, também queriam trabalhos de casa, e eu mandava pequenos trabalhos práticos de pesquisa, pintura, recorte e outras coisas para serem feitos em casa com a ajuda dos pais. Alguns aprendiam a ler e a escrever mas era da sua motivação e eu só os auxiliava. Para aí no 2º ano eles já sabiam escrever

o seu nome na folha do trabalho. No início era eu sempre que escrevia o nome (Entrevista Educadora 4).

Não podemos esquecer que era muito bem aceite pelos pais que no JI as crianças deveriam aprender a ler e a escrever o mais que pudessem. Era sempre motivo de orgulho dos pais dizerem as capacidades dos filhos nesta áreas. No entanto, tirando algumas exceções, a grande maioria dos Educadores sempre se preocuparam em preparar as crianças para a iniciação à leitura e à escrita. As atividades surgiam da iniciativa da criança baseadas em situações emergentes, tão em voga nos dias de hoje. Naquela altura muitas das atividades surgiam e emergiam da situação ou momento provocado, sugerido e, depois, realizado pelas crianças:

Muitas vezes as atividades surgiam das coisas que traziam de casa. Eles traziam sempre algum brinquedo ou objeto e sabiam que podíamos escolher para Podermos brincar ou organizar uma atividade. Eram eles próprios que escolhiam e depois trabalhávamos em conjunto. Primeiro ali com todos, e depois os pequenitos iam-se afastando para as áreas e acabavam por ficar os mais velhinhos do grupo a trabalhar e dali partíamos para as atividades. Às vezes não iam além de ir aos livros a pesquisar para depois no dia seguinte dar continuidade ao trabalho que tínhamos pesquisado. Durante o dia havia sempre de manhã essas atividades e um bocadinho antes de arrumar tínhamos a avaliação. Íamos para a roda todos e cada menino pegando nos seus trabalhos ia primeiro mostrar aos outros e eles diziam o que lhe parecia que era. No fim rematava com o que tinha feito. Pronunciavam-se sobre os desenhos dos outros e cada um falava do seu trabalho. Eu trabalhava assim. As outras Educadoras achavam esquisita esta maneira de trabalhar (Entrevista Educadora 4).

Observa-se já uma pedagogia de participação e de trabalho por grupos e a partilha de experiências entre as crianças. Apresenta-se a seguir a descrição de uma atividade organizada nos anos oitenta:

Uma vez, aproximava-se o dia do pai e tínhamos que pensar o que íamos fazer para a prenda, e todos levávamos coisas. Desse material íamos decidir o que fazer. Podia ser uma prenda igual para todos ou diferentes. Cada um fazia a sua com a nossa ajuda. Eu também participava e passei na carpintaria e levei uns pauzinhos cumpridos com a intenção de fazer uns caixilhos para por a fotografia do pai. Cheguei de manhã, todos mostramos o que tínhamos. A certa altura duas ou três crianças logo disseram que com aqueles pauzinhos era giro para fazer uma cabana dos índios. A proposta foi aceite por todos e iniciou-se ali um projeto que durou todo o ano à volta das cabanas dos índios e da sua vida. Todos se envolveram entusiasmados.

Construímos cabanas de toda a forma e um acampamento índio (Entrevista Educadora 4).

5.3.1.9. As relações com os pais e familiares

A envolvimento e participação dos pais das crianças com o JI passaram também por diversas fases. Se nos primeiros tempos houve necessidade de sensibilização para a importância do Jardim-de-infância e para inscreverem os seus filhos, através de trabalho de campo, com reuniões nos bairros com as famílias, como já se referiu, numa segunda fase, já clientes do JI, houve necessidade de os envolver a participarem, o máximo possível, com o JI. Foram chamados a participar e a envolverem-se nas atividades realizadas. Desta forma passou a haver uma relação de mais proximidade e de maior abertura. De qualquer forma esta participação foi crescendo. Faziam-se três reuniões de pais durante o ano: uma no início, outra no meio e outra no fim. Na reunião inicial apresentava-se e discutia-se o projeto pedagógico de atividades a desenvolver ao longo do ano, toda a organização e regras de funcionamento, bem como a participação que era pedida aos pais, nomeadamente na ajuda na organização das festas de magusto, natal e fim de ano. Nestas reuniões também se organizavam os passeios a efetuar ao longo do ano:

Depois fazíamos outra a meio do ano e outra no final do ano onde debatíamos todos os assuntos de interesse como a avaliação do ano e das crianças e o que poderíamos melhorar para o ano seguinte. Os passeios que realizávamos eram sempre aqui à volta de Bragança. Os pais participavam quer na organização dos lanches quer na organização de atividades. Normalmente tínhamos atividades para pais e para filhos. Havia um ótimo ambiente de trabalho e de confiança entre pais e pessoal do Jardim-de-infância. Íamos visitar museus e monumentos da cidade (Entrevista Educadora 3).

Este relacionamento com os pais era estendido também aos familiares mais próximos, como irmãos e avós, que participavam nas festas organizadas no JI e procuravam também envolver a própria comunidade:

É de realçar o muito trabalho que na altura que fizemos com os pais. Nós interagíamos com os pais, ou melhor eles com o JI, ou seja desde piqueniques que fazíamos com frequência, festas que fazíamos e os pais participavam. Desde os avós que iam lá ensinar-nos, na altura ainda nem se

falava nisso, como agora se usa, a fazerem marmelada, e este tipo de atividades e que nós na altura já as fazíamos. Inclusive na comunidade, participação na feira das cantarinhas. Uma vez chamamos aquela senhora de Pinela que faz as cantarinhas de forma tradicional e fomos para a feira das cantarinhas com ela, para as pessoas verem como se trabalhava o barro, mas foi integrada numa atividade do Jardim-de-infância (Entrevista Educadora 3).

Este bom relacionamento Jardim-de-infância com a família criava uma maior estabilidade emocional nos filhos.

5.3.1.10. A transição educativa

A transição educativa no JI era uma preocupação das Educadoras, quer no tempo da idade pré-escolar, quer na transição para a escola Primária, como se pode verificar pelas entrevistas concedidas. Havia uma preocupação em garantir uma transição tranquila das crianças, dentro do Jardim-de-infância, através da preparação das salas e acompanhamento das Educadoras:

Tínhamos contacto com as escolas primárias por causa da transição das crianças este contacto foi feito por necessidade e importante realçar isto, é que as crianças iam para a escola do jardim e as professoras queixavam-se que os meninos iam mal-educados então nos questionávamos porque é que diziam que iam mal-educados, elas diziam que iam a casa de banho e em vez de pedirem só diziam que iam era de facto o que eles estavam habituados a fazer. Foi aí que sentimos a necessidade do contacto com a escola e fazer ver as professoras que nos também trabalhávamos a autonomia no jardim para mais tarde poderem ser adultos inteligentes e críticos (Entrevista Educadora 3).

Em relação à escola Primária esta transição era preparada com a realização de atividades muito próximas com as várias escolas onde se incluía uma visita às mesmas. Desta forma, havia uma maior aproximação com as escolas e com as professoras. Estes encontros das Educadoras com as professoras acabavam por ser as únicas formas de contacto.

5.3.1.11. O novo Jardim-de-infância

Para terminar, de referir que no ano de 1981 o Centro Regional de Segurança Social lançou a concurso a construção de um Centro Infantil para Creche e Jardim-de-

infância (“*Anuncio*”, JMB, 27/1/1981:10). O assunto foi a reunião de Câmara que deferiu o pedido do Centro Regional de Segurança Social de Bragança para construção de um Centro Infantil no Bairro da Coxa, devendo a implantação obedecer às indicações dos Serviços Técnicos (Livro de atas nº.58 da CMB, de 31/03/82, fl.132v).

O Centro foi construído numa zona na outra extremidade da cidade, na altura, moderno, com espaços apropriados, amplos espaços exteriores e interiores, com um grande salão central, três salas para Jardim-de-infância, duas salas de Creche, um berçário, diversas salas de apoio, gabinetes, secretaria, cozinha, copa, casas de banho para adultos, para as crianças do Jardim-de-infância e Creche. O Jardim-de-infância deixou de funcionar em Vale d’Álvaro e começou logo de seguida no novo Centro Infantil, em abril de 1986. Esteve sob a responsabilidade do Centro Regional da Segurança Social de Bragança até 1993, altura em que passou para a responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Bragança.

5.4. Congregação Religiosa das Irmãs da Caridade do Sagrado Coração de Jesus

A Congregação Religiosa das Irmãs da Caridade do Sagrado Coração de Jesus foi fundada no dia 2 de fevereiro de 1877 em Madrid por Isabel Larrañaga Ramirez (Moneo, 2009). A fundadora da Congregação era filha de pai espanhol e mãe peruana, nasceu em Manila, nas Filipinas, a 19 de novembro do ano de 1836. Veio para Espanha com a mãe no ano 1938, após a morte do pai, que era militar nas Filipinas. Em 1945 foi viver com a sua mãe para a cidade de Lima, no Peru, onde estudou e deu aulas em alguns colégios e ajudava as pessoas mais pobres e necessitadas. Desde muito jovem sentiu a vocação para a vida religiosa, mas sempre encontrou uma forte oposição na sua mãe que não suportava a ideia de se separar da filha. Tinha por hábito visitar os doentes nos hospitais para os ajudar a diminuir o seu sofrimento. Viajou com a mãe por todo o Peru, Cuba e Roma, regressando a Madrid em 1863. Depois de um largo período de discernimento e, após ter suportado uma grave calúnia, criou, nesta cidade, juntamente com três amigas, em 1886, uma casa de espiritualidade com catequese e aulas para as crianças mais desprotegidas do género feminino. Em 1877 esta casa passou a Pia União e designada como Associação de Escravas do Sagrado Coração de Jesus. Assim nasceu esta grande Congregação que se espalhou pelo mundo (Moneo, 2009).

No final do século XIX, em Espanha, a educação era uma das mais urgentes necessidades. Devido à formação docente e aos seus princípios educativos “Prevenir e amar”, a Irmã Isabel Larrañaga orientou a sua obra de modo especial e prioritária para o campo educativo de crianças e jovens. Começou a abrir colégios e internatos onde considerou ser mais necessária a sua presença e das suas religiosas. No ano de 1880 abriu um colégio em Madrid e outro na cidade de Toledo. Depois de receber, em 1883, os votos perpétuos de religiosa e a sua Pia União ter passado a Congregação Religiosa das Irmãs da Caridade do Sagrado Coração de Jesus, com a dimensão educativa e apoio a mulheres, devido ao reconhecimento da Congregação, Isabel Larrañaga fundou o Colégio do Sagrado Coração de Jesus em Madrid, em 1885, e no ano de 1889 foi convidada a dirigir outro colégio de uma junta de mulheres Católicas já existente nesta cidade. Ainda abriu mais uma casa e a sua última fundação que criou foi em Cuba, no ano de 1894, onde veio a falecer em 1899. A sua filosofia de vida partiu da necessidade de salvar a infância e a juventude da ignorância e das consequências de uma educação deficiente. Situou a base da sua pedagogia no sistema preventivo “Prevenir e Amar”. Tratou-se de uma brilhante Educadora que transmitiu a sua forma peculiar de seguir a Cristo, característica que identificava todos os seus Centros Educativos que criou e aqueles que se criaram sob a sua influência (*“Centenário das Irmãs da Caridade do Sagrado Coração de Jesus”*, JMB, 17/2/1978:4-9).

Respondendo ao apelo da Igreja, a Congregação difundiu-se, por diferentes países, como Cuba, Peru, Chile, Porto Rico, Estados Unidos, Venezuela, Angola, Moçambique e também Portugal. Em 1936, algumas religiosas da Congregação instalaram-se em Penafiel onde encontraram guarida para se livrarem da Guerra Civil de Espanha que durou entre 1936 e 1939. Dali cresceu e estendeu-se a várias localidades, como Bragança, Gondomar e Coimbra (*“Centenário das Irmãs da Caridade do Sagrado Coração de Jesus”*, JMB, 17/2/1978:4-9).

Ao saberem que na cidade de Bragança não havia Religiosas consideraram ser uma localidade ideal onde exercer um fecundo apostolado para onde vão no ano de 1940. O prelado da diocese de Bragança, D. Abílio Augusto Vaz das Neves, recebeu cinco das Irmãs que estavam em Penafiel para o ajudarem na sua obra educativa, assistencial e religiosa, setores onde Bragança era muito pobre. As citadas Irmãs, obreiras da primeira hora, eram: Rev. Madre Lucília Fernandes, Irmã Soledade Vazques, Irmã Ermelinda Martins, Irmã Assunção Diez e Irmã Conceição Cacillas (esta

última pouco tempo permaneceu em Bragança por falta de saúde), de imediato assumiram várias responsabilidades de apoio aos mais carenciados e à Igreja (*“Centenário das Irmãs da Caridade do Sagrado Coração de Jesus”* JMB, 17/2/1978:9).

No dia 1 de outubro de 1940, lançaram, em Bragança, os alicerces da obra que hoje existe ao fundarem o Lar feminino e Escola de Laves, Artes e trabalhos para um total de trezentas meninas (*“Lar feminino e benfeitores dos patronatos”*, JMB, 1/11/1940:1). Também designado de Patronato de Nossa Senhora de Fátima, funcionou como internato feminino da responsabilidade das Irmãs da Caridade do Sagrado Coração de Jesus. As alunas frequentavam as escolas da cidade e residiam no lar onde tinham apoio pedagógico, sendo uma “obra de caridade e beneficência”. “O pensionato, Lar Feminino do Sagrado Coração e Jesus (...), oferece às estudantes que frequentam o liceu ou qualquer outro instituto, ambiente académico, formação moral e religiosa e conforto material” (*“Lar feminino e benfeitores dos patronatos”*, JMB, 1/11/1940:3). Antes de passar a ser instituição de ensino oficial, tinha uma professora que preparava as alunas para o exame de admissão ao liceu.

No ano de 1948, foi reconhecido oficialmente como Ensino Particular em regime de planos e programas oficiais para jovens do género feminino. Tratava-se de uma instituição não estatal que lecionava até ao então 5º ano do liceu. No entanto, como todas as instituições não estatais de ensino, naquele tempo, não tinham paralelismo pedagógico, tendo os seus alunos de fazer exames ao ensino oficial. Funcionava em regime de internato, externato e semi-internato. No ano de 1948 inauguraram o novo edifício do Colégio na rua da Estacada (*“Colégio Sagrado Coração de Jesus”*, JMB, 20/12/1948:1-2).

A Congregação centrava, inicialmente, a sua atividade na formação das jovens candidatas à vida religiosa, no trabalho pastoral catequético e no apoio social às famílias em Bragança. Para responder ao apelo do seu carisma e às necessidades locais que se faziam sentir, fundou em outubro de 1971 a Escola Infantil que acolhia crianças com idades compreendidas entre os dois e os seis anos de idade. As irmãs procuravam exercer uma missão com eficiência e qualidade, levando a cabo os objetivos educacionais num ambiente evangélico de Liberdade e Caridade, à imagem da sua Fundadora.

Em 1958 o colégio é autorizado a ministrar o Ensino Primário, e em 1977, o Ensino Infantil. No ano letivo de 1975/76, finalmente fica abrangida pelas medidas do paralelismo pedagógico.

A 31 de agosto de 1993, passam a regime de Instituição Particular de Solidariedade Social, denominando-se Centro Social Sagrado Coração de Jesus, pelo *Decreto-Lei nº. 119/93*, onde ficaram incluídos a Creche, a Educação Pré-escolar e o Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL). O Colégio do Sagrado Coração de Jesus ficou a ministrar somente o 1º Ciclo do Ensino Básico desde o ano letivo de 1998/99. O Colégio e o Centro passam a ter as atuais instalações, com licença de utilização para habitação da comunidade religiosa e escola: 1º Ciclo, Creche, Pré-escolar e CATL. Atualmente, o Centro Social integra as respostas sociais da Creche e de Pré-escolar, com acordo, respetivamente para 35 e 75 crianças e nele trabalham 20 colaboradores, como pessoal docente e auxiliar e com o pessoal técnico e de serviços. No ano de 1978, a Congregação estava espalhada pelo mundo e com um elevado número de religiosas, e plenamente aceites e integradas pela sociedade de Bragança:

Instituto Religioso feminino de vida apostólica, que conta, actualmente, com 3 500 religiosas espalhadas pela Europa, América e África, põe ao serviço da causa missionária e da evangelização da juventude e, da promoção da mulher um potencial humano rico de vitalidades apostólicas. O Instituto das Irmãs da Caridade do Sagrado Coração de Jesus define-se como “educativo, catequético e missionário”. Parabéns à comunidade das Irmãs Religiosas de Bragança pelo exemplo e pelo auxílio que nos deram no campo da educação da juventude feminina¹. Saibamos agradecer tanto amor e carinho que estas despretensiosas Irmãs têm posto no seu trabalho educativo em prol dos nossos filhos (*“Irmãs da Caridade do Sagrado Coração de Jesus”* JMB, 24/2/1978:10).

Para a Congregação, a educação, era, e continua a ser, uma das suas principais atividades, ao procurar promover e animar Centros ao Serviço da educação cultural e religiosa de crianças e jovens segundo as linhas de ação como Centro Educativo, Centro Cristão e Centro Coraçonista. Tem um ideário educativo inspirado na figura da fundadora desta Congregação, Madre Isabel Larrañaga, que situou a base da sua pedagogia no sistema preventivo. As suas diretrizes fundamentais eram e são: Amar e prevenir. Vive o ideal de conhecer e amar Jesus Cristo através da educação cristã, mas com a preferência herdada de Madre Isabel: crianças e jovens e entre eles os pobres, em colégios/centros sociais, lares universitários, casas de espiritualidade e missões.

Desde 1999 que tem todos os serviços centralizados na Sede da Congregação em Bragança no Bairro de Vale D'Álvaro, em edifício próprio construído de raiz e que funciona como residência das irmãs e onde se ministram as respostas sociais de Creche e Pré-escolar, o 1º Ciclo do Ensino Básico e o Centro de Atividades de Tempos Livres.

5.4.1. O Jardim-de-infância do Sagrado Coração de Jesus

O Jardim-de-infância do Sagrado Coração de Jesus pertencente à Congregação Religiosa das Irmãs da Caridade do Sagrado Coração de Jesus começou a funcionar no dia 4 de outubro de 1971, mas só em 1977 é que foi oficializado como Educação Pré-escolar. A Congregação publicou um aviso no jornal *Mensageiro de Bragança* a informar que a Escola Infantil do Sagrado Coração de Jesus iria abrir em outubro de 1971 para crianças dos dois sexos até aos seis anos de idade, o horário de funcionamento e o transporte em autocarro do colégio (JMB, 16/7/1971:6).

Começou a funcionar de uma forma experimental e, por isso, prepararam uma sala para ver se tinha aceitação e se as famílias aderiam a inscrever os filhos. Verificou-se uma resposta positiva, pelo que fizeram obras e abriram mais duas salas. Na instituição funcionava também o ensino preparatório e secundário e passou a funcionar também o Primário. Destes, apenas a Educação Pré-escolar e Primária era para ambos os sexos, os restantes eram apenas para o género feminino. Mas apenas a onze de outubro de 1977 foi aprovada oficialmente a Educação Pré-escolar. O Jardim-de-infância do Sagrado Coração de Jesus foi, e continua a ser, influenciado pelo espírito universal da missão da fundadora da Congregação das Irmãs da Caridade do Sagrado Coração de Jesus, a Madre Isabel Larrañaga.

5.4.1.1. As instalações

O Jardim-de-infância começou a funcionar ao mesmo tempo que a Escola Primária num edifício que a Congregação possuía na rua da Estacada, no centro da cidade de Bragança, ao lado de outras dependências onde funcionava o Lar feminino.

Boas instalações, ótimas condições de estudo, formação integral das raparigas, transporte privativo das alunas do liceu. Eis o que oferece a todas as alunas a nossa casa. Admitem-se no internato: alunas das escolas primárias, ciclo preparatório e liceu. No externato: infantil, Primária e liceal (“*Colégio do Sagrado Coração de Jesus*” JMB, 14/9/1973:13).

O edifício, inicialmente, era só constituído por rés-do-chão e 1º andar, mas com a abertura do Jardim-de-infância e escola Primária, e devido ao aumento de crianças, no início da década de 70, acrescentaram-se mais dois andares. Tratava-se de um edifício com 25m de comprimento e 16m de largura com uma frente de cinco janelas no rés-do-chão, além da porta principal. Os, 1º e 2º andares, contavam também com cinco portas todas com varandim. O 3º e último andar apresenta janelas comuns também ao 2º andar e outras janelas no telhado. Na parte de trás só não apresenta janelas laterais o 3º piso. Apresenta-se a seguir a figura com o edifício onde funcionou o Jardim-de-infância do Sagrado Coração de Jesus.

Figura 11 - Edifício onde funcionou o Jardim-de-infância do Sagrado Coração de Jesus entre 1971 e 1986.



Fonte: própria

Verifica-se que a casa original era constituída por rés-do-chão e primeiro andar como se pode observar pelas pedras em cantaria que separam o 1º do 2º andar. Foram acrescentados mais dois andares na década de 70 aquando da abertura do Jardim-de-infância e da escola Primária. Chama-se a atenção para a preocupação pelas entradas de luz através da solução apresentada pelo sistema de janelas diferentes comuns ao 2º e 3º andar. Todos os andares eram constituídos por diversas divisões. Destaca-se no rés-do-

chão a Portaria, a secretaria, sala de visitas e um salão a que chamavam ginásio com balneários, uma sala de estudo para as meninas do lar e casas de banho, cozinha e refeitório e outras divisões. No 1º andar era onde funcionavam as salas do Jardim-de-infância, salas de apoio e outras divisões. No 2º andar funcionavam as salas da escola Primária, salas de apoio e outras divisões. O 3º e último andar está dividido em várias divisões de reduzidas dimensões que serviam de quartos de dormir onde cabia uma cama individual. Foi instalado no edifício aquecimento central a gás com radiadores em todas as salas e corredores. Na parte exterior traseira da casa havia o recreio com uma áreas aproximada de 250m², onde estava instalado um pequeno parque infantil com algum equipamento apropriado, como um escorrega, uma estrutura em ferro para exercícios de motricidade e, durante algum tempo, também com baloiço, posteriormente, retirado devido aos acidentes que originava. O ginásio era desprovido de qualquer equipamento desportivo, apenas funcionava de recreio interior para a prática de diversas atividades.

O JI passou a funcionar, inicialmente, numa sala, mas devido ao aumento de crianças passou a funcionar em três salas onde se manteve até à mudança para as novas instalações no ano de 1999. Eram salas grandes com aproximadamente 50 m² de área, com muita luz natural, proveniente das janelas e portas e com casas de banho privativas. Segundo informações da Educadora (Entrevista Educadora 7) que trabalhou no JI, quando iniciou funções em 1979, as salas tinham pouco equipamento, apenas alguns móveis como armários, uma estante para uma pequena biblioteca, mesas e cadeiras. Com a sua chegada, após a conclusão do Curso de Educadora de Infância na Escola Paula Frassintei no Porto, com ideias novas, organizou as salas de forma diferente. Criou diversos espaços novos, designados por “cantinhos” e foi construindo e comprando diverso equipamento e material. Com a cooperação das ajudantes das outras salas, adaptou as cadeiras e as mesas ao tamanho das crianças. Com restos de madeira e outros materiais de desperdício, construiu estantes, camas pequenas e outro mobiliário para a “Casa das bonecas” como fogões, mesas-de-cabeceira, guarda-fatos, baús e diverso material lúdico-didático, figuras e sólidos geométricos. Também se comprou diverso material para uso diário:

Material para pintar, tintas, pinceis, cartolinas, papel manteigueiro que era mais grosso e vinha em folhas grandes que depois dividíamos para as

crianças pintarem, folhas de papel, lápis de cera, Eu fazia muitos desenho em entretela para decorar a sala e pintava com lápis maneley (Lápis de cera diferentes dos usuais, parecidos aos lápis pastel) que comprava em grandes quantidades em Espanha quando ia a Madrid (Entrevista Educadora 7).

Foram colocados placares nas paredes para afixar os trabalhos: “Afixávamos o que fazíamos os adultos e os trabalhos das crianças como os desenhos e pinturas. Escrevíamos também os temas que estávamos a trabalhar” (Entrevista Educadora 7). Alguns “Cantinhos” mantinham-se sempre os mesmos todos os anos e outros eram acrescentados e retirados conforme as temáticas que se vivenciavam. Os que se mantinham e que apenas sofriam alteração de localização nas salas eram: biblioteca, garagem, jogos e construções, casa das bonecas e desenho e pintura. Estavam equipados com o material que compravam e com o que construía. Segundo a Educadora havia regras na sala decididas em grupo para o bom funcionamento: “Eu queria que eles entendessem o que se decidia e eram feitas por todos. Na casa das bonecas só podiam estar lá 4 crianças. Só podiam mudar de “cantinho” quando arrumassem tudo naquele onde estavam” (Entrevista Educadora 7).

5.4.1.2. As crianças

As crianças foram organizadas em salas com grupos homogêneos de crianças em cada sala: Sala das crianças dos 3, dos 4 e dos 5 anos. No início eram poucas crianças mas depois chegou a grupos de 40 e 50 crianças por sala. Eram crianças da cidade de Bragança pertencentes a todos os estratos sociais.

O Jardim-de-infância começou a funcionar com 25 crianças, em 1971, e, esse número, foi aumentando ao longo dos anos, como se pode constatar na tabela seguinte.

Tabela n.º 37 - Frequência das crianças do Jardim-de-infância e Escola Primária do Sagrado Coração de Jesus de Bragança entre 1971 e 1989.

Ano Letivo	Jardim-de-infância	Escola Primária
1971-1972	25	30
1972-1973	35	38
1973-1974	40	42
1974-1975	50	64
1975-1976	-	70
1976-1977	110	90
1977-1978	102	132
1978-1979	121	155
1979-1980	128	173
1980-1981	140	173
1981-1982	120	177
1982-1983	100	167
1983-1984	77	165
1984-1985	64	153
1985-1986	80	165
1986-1987	85	146
1987-1988	50	136
1988-1989	58	135

Fonte: Arquivo da Congregação das Irmãs da Caridade do Sagrado Coração de Jesus de Bragança

Pela análise da tabela verifica-se que a frequência das crianças foi crescendo nos primeiros anos, começando com 25 crianças, considerado o período experimental, depois atingiu um máximo de 140 crianças, no ano letivo de 1980/81. Após este ano letivo verifica-se uma diminuição de crianças chegando a um mínimo de 64 crianças em 1984/85. Quando comparados os dados do JI com a Escola Primária, verifica-se que, no período inicial, a frequência era idêntica, mas depois dá-se um aumento considerável das crianças da escola Primária sem se verificar diminuição de crianças como se verificou no JI. A diminuição de crianças verificada no JI, a partir do ano letivo de 1981/82, poderá ter a ver com o início de funcionamento, nesse ano letivo do Jardim-de-infância nº1 público do Ministério da Educação que abriu com 5 salas, num edifício construído para o efeito. Terá tido a ver também com o facto de este novo JI ser gratuito, sem pagamento de qualquer mensalidade, precisamente o contrário do que se

verificava no JI do Sagrado Coração de Jesus. Nos anos seguintes a tendência continuou a manter-se, grupos de crianças à volta de 20 a 25 crianças por sala. Eram os pais que os iam buscar e levar, no entanto a Congregação disponibilizou um autocarro para levar e trazer as crianças. Havia pontos na cidade de manhã e de tarde onde os pais esperavam o autocarro e entregavam ou recebiam as crianças. Nos anos de maior frequência, quando a instituição chegou a ter 140 crianças, os grupos eram exageradamente elevados, originando problemas de funcionamento e organização. Nestas situações dividiram as crianças por outras salas além das três que lhe estavam destinadas, uma vez que o edifício tinha bastante espaço (Entrevista Educadora 7).

As mensalidades praticadas eram conforme os rendimentos do agregado familiar. Existiam vários escalões de pagamento, no entanto, segundo informações da Educadora, a Congregação ajudava aquelas crianças das famílias mais carenciadas que não pagavam qualquer mensalidade. As crianças permaneciam o dia todo no JI onde tomavam o pequeno-almoço, o almoço e o lanche. No período a seguir ao almoço apenas começaram a dormir na década de 80 as crianças dos grupos de 3 anos de idade, as restantes brincavam sempre sob a vigilância de funcionárias.

5.4.1.3. A equipa educativa

O pessoal que trabalhava no Jardim-de-infância até 1979 era constituído apenas por algumas irmãs da Congregação e a grande maioria por ajudantes de fora. Até esta data todo o pessoal que ali trabalhou não tinha formação em Educação de Infância. Em setembro de 1979 entrou ao serviço uma irmã da Congregação que tinha acabado de tirar o curso de Educadora de infância na Escola Paula Frassinetti no Porto mantendo-se como a única Educadora da instituição até 1986. O resto do pessoal era constituído por ajudantes de ação educativa e de outros serviços. Por norma cada sala tinha duas pessoas a ajudar ao seu funcionamento. Desta forma, ficou apenas uma Educadora para todas as crianças do JI até 1986. Como coordenadora e responsável fez todas as alterações e organizou tudo segundo as modernas pedagogias e deu formação a todo o pessoal que trabalhava no JI.

As outras duas salas tinham uma ajudante educativa responsável pelas crianças de cada sala. A Educadora já passava muito tempo no Jardim-de-infância quando estava de férias do curso, por isso começou a dar sugestões e a fazer algumas alterações nas salas.

Quando iniciou funções docentes, no ano letivo de 1979/80, durante o 1º ano orientou e coordenou as atividades realizadas em cada sala. Começava as atividades e só depois as ajudantes as continuavam. Ia passando pelas salas a ver o seu desenvolvimento. Mas esta metodologia de trabalho não funcionava bem, por isso optou por ficar só numa sala, embora continuasse a coordenar o JI. Ficou na sala das crianças de 5 anos por ser o último ano destas crianças na Educação Pré-escolar e como era a única Educadora, estava em melhor condições para os preparar melhor. Nos anos em que os grupos eram constituídos por um elevado número de crianças, dividia os grupos e trabalhava com um de cada vez. As atividades eram realizadas em grupos pequenos ou em grandes grupos dependendo das situações.

5.4.1.4. A metodologia de trabalho

A Educadora sentia que havia uma grande mudança na passagem do Jardim-de-infância para a escola Primária. Reconhecia que não podia ser uma mudança tão brusca. As crianças tinham que ser mais bem trabalhadas para terem uma transição educativa facilitadora da integração das crianças na escola Primária. Ao escolher ficar com o grupo das crianças de 5 anos de idade pode, assim, trabalhar esta transição. As crianças podiam, desta forma, serem mais trabalhadas no campo da iniciação e sensibilização para a escrita. Defendia que não se devia ensinar a ler e escrever na Educação Pré-escolar, mas garantir as condições para que a criança aprendesse com mais facilidade na escola Primária. Passou a trabalhar todos os dias a iniciação à escrita: “Trabalhava muito a iniciação e sensibilização à escrita. Não os ensinava a ler e a escrever, isso não. Preparava-os era muito bem. Quando chegavam à Primária estavam muito melhor preparados e já não lhe custava tanto a transição” (Entrevista Educadora 7).

Durante o seu curso de Educadora de Infância aprendeu uma metodologia de trabalho apropriada para a iniciação e sensibilização à escrita designada por método Jean Qui Rit. Trata-se de um método criado pela francesa Marie Brigitte Lemaire, com uma metodologia gestual e rítmica para a aprendizagem da leitura e escrita. Surgiu devido às dificuldades sentidas no ensino da leitura e da escrita a crianças disléxicas pelo método sintético, como uma tentativa de ultrapassar as dificuldades levantadas por estas crianças. Desta forma fazia corresponder um gesto a cada som mais a imagem da letra. O Professor começa com uma pequena história, associada a uma imagem, uma

palavra-chave e um gesto para determinado fonema. O gesto associado ao fonema ativa as memórias auditiva e visual e recorre ainda à memória motora. Apresenta o fonema ou grafema e conta uma história específica, mas pequena. Depois, enquanto faz o grafema no quadro, ao mesmo tempo descreve os movimentos que faz de uma forma ritmada (ex: para a letra “a”: -para cima e vira, para baixo e vira, para cima, volta para trás e vira faz dá uma curvinha, eu escrevi “a”, esta letra diz e fala “a” e termina com o gesto específico que há para cada letra. O Professor depois volta a repetir tudo, mas, desta vez, contornando por cima apenas com uma mão, depois tudo novamente com a outra e termina com as duas mãos. As crianças a seguir repetem tudo como fez o Professor. Este método apela a diferentes sentidos das crianças, facilitando a memorização e a aprendizagem. Deu-lhe o nome de “Meios Educativos Jean Qui Rit” e ainda é utilizado hoje por alguns Professores no processo de ensino da leitura e da escrita com crianças do 1º ano e com crianças com Necessidades Especiais ou com dificuldades específicas de aprendizagem. Pela associação do gesto à imagem as crianças conseguem identificar as letras com mais facilidade. Segundo a Educadora, ao utilizar este método como iniciação à escrita, preparava muito melhor as crianças para a escola Primária:

Sempre gostei muito da iniciação à escrita. Fazíamos o canto e mimica e o canto e gesto. Era à base de canções e gestos. Usávamos o quadro onde eu desenhava objetos e só numa fase quando estivessem bem desenvolvidos é que passava às letras. Fazia os gestos com uma mão depois com a outra e depois com as duas ao mesmo tempo e cantava uma canção. Primeiro fazia eu, e depois repetiam as crianças em grupos de duas ao mesmo tempo. Quando chegavam à Primária aprendiam a ler e a escreve com muita maior facilidade que todos os outros. Os grafismos eram só depois de ter trabalhado com eles bem a sensibilização à escrita. Depois também tinha fichas de muitos grafismos, labirintos e outras coisas mais. Só depois de saberem fazer bem os grafismos é que passávamos às letras. Sempre num ambiente agradável, natural e lúdico. Nunca forçava nada (Entrevista Educadora 7).

As atividades desenvolviam-se no dia-a-dia sem obedecer a uma calendarização fixa, com exceção do dia da ginástica porque as crianças precisavam de trazer fato-de-treino. O trabalho resultava da planificação da Educadora, das crianças e das ideias das ajudantes, depois trabalhados conforme as crianças e em todas as salas. Apresenta-se na tabela seguinte o horário de funcionamento e a rotina do Jardim-de-infância entre os

anos de 1979 e 1986. Não se apresentam os dados dos anos anteriores por falta de dados.

Tabela n.º 38 - Organização do Tempo no Jardim-de-infância do Sagrado Coração de Jesus nos anos letivos de 1979/80 a 1986/87

Tempo	Atividades	Descrição
8:00	Receção das crianças	As crianças chegavam e brincavam livremente na sala do ginásio até chegarem todas as crianças
9:00	Acolhimento	<p>Era um tempo de receção e diálogo em grande grupo com as crianças sentadas em forma de círculo no centro da sala. Era o momento da partilha de informações, da reflexão, música, silêncio, avaliação. Também começava a motivação com histórias ou canções, para o dia e para as atividades que se seguiam</p> <p><i>-Começávamos às 9:00. Reuníamos todos sentados no centro da sala em roda. Aquele era o momento de diálogo onde se preparava o dia. Era um momento de reflexão, de partilha de ideias, de tranquilidade. Fazia-se um pouco de tudo, contávamos as novidades, cantávamos canções, marcavam as presenças, alterava-se se fosse o caso o quadro do tempo (Entrevista Educadora 7 da sala dos 5 anos).</i></p>
9:15	Atividades Educativas	<p>Realização de diversas atividades planificadas.</p> <p>Todos os dias havia atividades que se realizavam ao longo do dia e não tinham uma sequência certa. Podiam ser realizadas tanto no período de manhã como no de tarde.</p> <p>Todos os dias havia iniciação à escrita para o grupo dos 5 anos de idade.</p> <p><i>-Motivava sempre as crianças para o que fôssemos tratar. Tanto podia ser uma canção, como uma história, uma poesia, uma lengas-lengas e trabalhava qualquer tema. Nunca começava um trabalho sem as preparar bem antes (Educadora 7).</i></p> <p><i>-Fazia aquilo que entendia e me parecia melhor e decidíamos em conjunto muitas vezes. Eles também davam sugestões ótimas muitas vezes e eu seguia as indicações que eles davam (Entrevista Educadora 7).</i></p> <p><i>-Fazíamos atividades de música, plástica, pintura, teatros de fantoches, teatros de sombras humanas e teatro normal, sombras chinesas (Educadora 7).</i></p> <p><i>- Ginástica – todas as semanas havia um dia de ginástica e todos tinham que trazer fato de treino, todos menos eu, que nunca (Entrevista Educadora 7).</i></p> <p><i>-Todos os dias trabalhavam um pouco a iniciação à escrita, nem que fossem só 10 minutos. Às vezes podia demorar 30 minutos, dependia do interesse e motivação das crianças. Sempre gostei muito da iniciação à escrita. Fazíamos o canto e mimica e o canto e gesto. Era à base de canções e gestos. Usávamos o quadro onde eu desenhava objetos e só numa fase quando estivessem bem desenvolvidos é que passava às letras. Fazia os gestos com uma mão depois com a outra e depois com as duas ao mesmo tempo e cantava uma canção. Primeiro fazia eu, e depois repetiam as crianças em grupos de duas ao mesmo tempo (Entrevista Educadora 7).</i></p> <p><i>-As crianças depois já tinham cada um o seu livro para trabalhar. Eu também fazia e preparava muitas fichas para eles fazerem. Os grafismos eram só depois de ter trabalhado com eles bem a sensibilização à escrita. Depois também tinha fichas de muitos grafismos, labirintos e outras coisas mais. Só depois de saberem fazer bem os grafismos é que passávamos às letras. Sempre num ambiente agradável, natural e lúdico. Nunca forçava nada (Entrevista Educadora 7).</i></p>

Fonte: Entrevista irmã Conceição Barreira Educadora do Jardim-de-infância entre o ano letivo de 1979/80 e 1986.

Tabela n.º 39 – (Continuação) Organização do Tempo no Jardim-de-infância do Sagrado Coração de Jesus nos anos letivos de 1979/80 a 1986/87.

Tempo	Atividades	Descrição
10:15	Pequeno-almoço	Traziam comida de casa e comiam na sala de atividades.
10:30	Recreio	Depois também tinham sempre o recreio de manhã e de tarde. <i>Eu brincava sempre com eles nos recreios. Não gostava de ficar lá parada a olhar para eles. Estava sempre a fazer brincadeiras com eles (Entrevista Educadora 7).</i>
11:00	Atividades Educativas	Novamente nas salas e continuação as atividades ou brincar nas áreas da sala livremente. Todos os dias havia Formação cristã. <i>-Novamente para as salas e dependia do trabalho, tanto podíamos trabalhar em atividades como brincar livremente nas áreas (Educadora 7). -Dava também todos os dias formação cristã. Não era rezar, que eu nunca rezava com as crianças. Falávamos nos valores, na amizade, na partilha, no respeito, na obediência e só no Natal lhe falava em Jesus. Não falávamos em milagres nem rezávamos, mas todos os dias havia um tempinho para a formação cristã (Entrevista Educadora 7). -Depois conforme as atividades as crianças trabalhavam nas mesas se fosse o caso em pequenos grupos. Às vezes faziam todos o mesmo mas também havia vezes que faziam coisas diferentes (Entrevista Educadora 7). -Também trabalhava a matemática, noções de número, quantidade, figuras geométricas, conjuntos (Entrevista Educadora 7).</i>
12:00	Almoço	As crianças almoçavam no refeitório do JI
12:30	Descanso ou recreio	As crianças brincavam no ginásio a seguir ao almoço e depois mais tarde começaram a dormir as crianças de 3 anos <i>-A seguir ao almoço iam brincar para o ginásio e começávamos novamente às 14:00 na sala (Entrevista Educadora 7).</i>
14:00	Atividades	Realização de diversas atividades educativas ou brincadeira livre nas áreas <i>-Também faziam atividades de Ciências com Água, luz, sombras, germinação dos feijões. Tudo de uma forma sempre sem forçar nada. As crianças tinham que estar sempre envolvidas. Se começava a perceber que não lhe interessava parávamos e iam brincar livremente, que eu sei que eles gostavam muito e eu considerei sempre muito importante (Entrevista Educadora 7). - Fazíamos também visitas e passeios à cidade à estação dos comboios a ver os comboios e as linhas férreas e ao Museu, ao cinema (Entrevista Educadora 7). -Quando estavam mais agitados fazíamos a educação do Silêncio. Batia as palmas eles ficavam logo com atenção. Punha música suave, só música clássica, calma, tranquila, num tom que eles ouvissem tranquilamente quando estavam confortavelmente sentados nas almofadas em roda e eles escutavam em silêncio. Utilizava esta técnica quando era conveniente. Mas às vezes eles também já pediam. Também ficávamos a escutar os sons do exterior, depois os do interior (Entrevista Educadora 7).</i>
16:00	Lanche	As crianças lanchavam em cada sala <i>-Era a hora do lanche, a seguir iam para o recreio e depois voltavam novamente para a sala (Entrevista Educadora 7).</i>
16:30	Recreio	Era o tempo das crianças brincarem livremente no recreio. Se as condições atmosféricas o permitissem era passado no parque, se fossem adversas ficavam ou no ginásio, ou no átrio interior ou mesmo nas salas.
17:00	Saída e atividades livres	Podiam começar a sair com os pais. Ficavam no ginásio em brincadeiras livres em conjunto com as crianças das outras salas. <i>-A partir das 17:00 esperavam que os pais os viessem buscar. Podiam ficar no JI até às 19:00. Nesse tempo podiam brincar livremente. Normalmente ficavam no ginásio. As crianças podiam ir no autocarro do colégio que levava as meninas do lar ao liceu e do JI. Havia sítios certos pela cidade onde passava e os pais entregavam e iam buscar os filhos. Mas a maioria eram os pais que os iam levar e buscar ao JI Entrevista (Educadora 7).</i>
19:00	Encerramento	

Fonte: Entrevista irmã Conceição Barreira Educadora do Jardim-de-infância entre o ano letivo de 1979/80 e 1986.

A rotina diária terá sofrido diversas alterações e terá sido diferente nas outras salas. De qualquer forma não deveria ser muito diferente. Na análise da tabela verificava-se a preocupação pela motivação para o que se fazia e pela tranquilidade que se verificava. O dia começava com o espaço de interação com os colegas de outras salas enquanto aguardavam que chegassem as outras crianças. Verifica-se que todas as manhãs existia uma reunião em grande grupo onde as crianças preenchiam os quadros reguladores e contavam as novidades. Seguia-se o planeamento e as atividades educativas, conforme o planeamento ou propostas das crianças. Existiam atividades, como a ginástica, que se realizavam um dia por semana e outras que se realizavam todos os dias, como a formação cristã e a iniciação à escrita, no grupo das crianças de 5 anos. Outras atividades dependiam dos projetos ou temáticas que se estavam a desenvolver e que podiam ser realizadas em qualquer dia. Constatava-se também que, apesar de se valorizar muito a realização de atividades educativas, também se valorizava muito o tempo de brincadeira e atividades livres das crianças.

A relação dos pais com o Jardim-de-infância era considerada normal. Realizavam-se reuniões de pais no início do ano para preparação do novo ano letivo e para apresentar as regras de funcionamento do JI. Efectuavam-se também outras reuniões, quando se considerasse necessário, como por exemplo uma reunião da melhoria das instalações e do sistema pedagógico e condições proporcionadas às crianças, ocorrida no ano de 1973 (*“Reunião de pais do Colégio Sagrado Coração de Jesus”* JMB, 23/11/1973:14). Havia também os eventos tradicionais como o magusto, festas de natal e, em especial, a festa de final de ano com a participação dos familiares mais próximos das crianças. Era um acontecimento por vezes, realizado no palco mais importante de Bragança, como foi o caso do ano de 1973:

Récita infantil das crianças do Colégio do Sagrado Coração de Jesus na Torralta. No passado dia 16, as crianças do Colégio do Sagrado Coração de Jesus ofereceram aos seus Pais uma récita de muito valor artístico. O Salão encontrava-se repleto e a assistência de irou com o espectáculo altamente educativo. Do seu programa constaram os seguintes números: 1 - Parabéns mãezinha - Canção (pequerruchos 2-4 anos); 2-Chiquita espanhola - Canção (pequerruchos 2-4 anos); 3 - Terra, tá, tá - Dança (pelos de 5-6 anos); 4-Mamãe - canção pelos de 5-6 anos); - Crianças ano 2 000 - Canção (pelos de 5-6 anos); 5 - Trabalhar - Canção (Escola Primária); 6 - Os braços abrem e fecham - Ginástica Infantil; 7 - Festival dos animais - (5-6 anos); 8-Comerás ovos - Comédia; 9 - Violeteiras - Dança; 10 - «Aqui Coimbra» - Canção

(Alunos da 2.ª fase); 11-Conversa das flores - Esboço dramático; 12 - Os ratinhos - Comédia; 13 - O circo veio à cidade - Dança; 14 - Batuquinho - Dança; 15 - Grande sinfonia; 16 - O anel desaparecido - Comédia; 17 - Trigueirinha - Dança; 18 - Orquestra Infantil; 19 - Nós as crianças! - Jograis; 20 - “Bailemos um vais” - Dança; 21 - Despedida. Parabéns às briosas Crianças, que tão bem se exibiram, parabéns às suas Educadoras, pela montagem dum espectáculo tão rico de variedades (*“Récita infantil”*, JMB, 23/6/1978:5).

A Congregação das Irmãs da Caridade do Sagrado Coração de Jesus tem desempenhado um importante papel no campo da formação de Educadores de Infância. Desde a criação no ano letivo de 1983/1984, do curso de Educadores de Infância da Escola do Magistério Primário de Bragança e, depois da Escola Superior de Educação, têm, nestes anos todos, até 2013 recebido alunos para fazerem estágio de observação e de final de cursos no Jardim-de-infância.

As irmãs desta Congregação, sem qualquer apoio de beneficência estatal, abriram o Jardim-de-infância, no ano de 1971, por verificarem que fazia muita falta esta resposta educativa em Bragança, uma vez que os existentes não eram suficientes para todas as crianças. Mais uma vez outra Congregação constituída por Religiosas abria uma nova instituição para crianças de Jardim-de-infância, tal como tinha acontecido em 1956 com a criação do Jardim-de-infância de Santa Clara. Eram as gentes de Bragança que se organizavam e criavam as soluções que o Estado português não fazia. Sem apoio estatal e contando com os recursos da Congregação, na sua maioria conseguidos pelo apoio dos donativos que a população de Bragança lhes dava, as soluções iam sendo encontradas no campo da Educação de Infância. Portanto, não se deve só às Congregações Religiosas a abertura dos Jardins-de-infância, mas essencialmente à união e contribuição dos bragançanos. Era a sociedade de Bragança a organizar-se contra a ideia do Estado Novo de não abrir Jardins-de-infância estatais.

5.5. O Jardim-de-infância do Hospital

Funcionou, em Bragança, entre 1973 e 1986, sob a responsabilidade do Hospital Distrital de Bragança, uma Creche e Jardim-de-infância destinada às crianças filhas dos seus funcionários. No dia 1 de abril de 1973 foi inaugurado o Hospital Distrital de Bragança (*“Inauguração Solene do Hospital”*, JMB, 6/4/1973:1), um hospital moderno para a época, de tipo monobloco, com 4 andares localizado na zona de expansão da

cidade, para oeste, implantado num terreno com uma áreas de 35 mil metros quadrados. Passaram a trabalhar, nos seus serviços, muitas pessoas com diversas funções, desde médicos, enfermeiros, outros técnicos de diversas especialidades e muito pessoal auxiliar da cidade e de fora dela. Nessa altura, devido à abertura de outros serviços como o novo edifício do Liceu, inaugurado também neste ano, verificou-se um aumento considerável de casais que trabalhavam fora de casa, no sentido de aumentar o rendimento familiar. Havia casos em que trabalhavam os dois elementos do casal no Hospital e outros casos em que trabalhava apenas um. O elemento que não trabalhava no hospital, ou o fazia em outros locais, ou em casa. Muitos deles tinham filhos com idades até seis anos de idade e não existiam na cidade, instituições com respostas assistenciais e educativas suficientes.

No sentido de ajudar a resolver este problema social, a Comissão Instaladora do Hospital decidiu abrir uma Creche e Jardim-de-infância para os filhos dos funcionários que necessitavam de usufruir deste serviço. Mais uma vez era a sociedade de Bragança a organizar-se para arranjar solução para um problema que aumentava cada vez mais e ao qual o Estado não dava resposta. Os cidadãos de Bragança que constituíam a Comissão Instaladora do Hospital poderiam ter optado por não se interessarem por essa questão, mas não foi o caso. Preocuparam-se com a situação em que ficariam muitas crianças até aos seis anos de idade enquanto os pais estavam nos empregos do Hospital. À falta de respostas institucionais, com certeza que os pais não iriam desperdiçar a oportunidade de um emprego e arranjariam solução para a situação dos filhos. Mas as escolhas e as alternativas poderiam não ser as mais indicadas. Desta forma, a comissão contactou uma Educadora de Infância da cidade, recentemente formada, que trabalhava no Centro de Educação Especial, havia dois anos, apenas no período da tarde, para os ajudar a abrir a instituição pretendida. Como tinha as manhãs livres, a Educadora aceitou colaborar e foi contratada. Começou a trabalhar precisamente no dia da inauguração do hospital e manteve-se até ao ano letivo de 1978/79 sempre no período da manhã. Iniciou funções e começou a tratar de todo o processo de criação da obra. Como o edifício do hospital ainda não estava todo ocupado e tinha muitas dependências livres, a Comissão Instaladora, em conjunto com a Educadora, optaram por instalar a Creche no 4º piso em duas enfermarias e numa sala mais pequena com uma varanda bastante grande onde foi colocada uma proteção adequada. Foram destacadas quatro

funcionárias do hospital - 3 ajudantes e uma enfermeira - para trabalharem com as crianças. Prepararam e equiparam as salas, começaram a fazer as inscrições das crianças e, em julho desse ano, abriram com doze bebês (Entrevista Educadora 2). Durante o período que foi de abril à abertura da Creche em julho, além da preparação dos espaços a Educadora de Infância, que era a única com formação especializada e qualificada para trabalhar com as crianças até aos seis anos de idade, decidiu fazer uma formação e sensibilização específica aos quatro elementos que constituíam a equipa de trabalho. Esta formação serviu para dar os conhecimentos básicos ao desempenho de um trabalho que acarretava muita responsabilidade e para o qual não tinham tido qualquer formação. Inicialmente a preocupação principal eram os bebês, por isso, prepararam-se os espaços para os receber. Segundo informações da Educadora (Entrevista Educadora 2) a comissão instaladora empenhou-se, completamente, para garantir tudo o que precisassem para o equipamento da Creche e Jardim-de-infância, não colocando qualquer obstáculo à sua aquisição. A maior parte do mobiliário e equipamento foram escolhidos por catálogo e, posteriormente, entregue e montado pela empresa vendedora. Adquiriu-se o material considerado necessário, equiparam-se duas salas com camas para bebês que o Hospital adquiriu e uma outra sala mais pequena com o material considerado necessário para as crianças. Esta sala foi equipada de forma a responder às necessidades das crianças de diferentes faixas etárias. Eram instalações adequadas, no entender da Educadora, com aquecimento, bem equipadas e com boas condições para receber as crianças. Durante o primeiro ano só receberam crianças até 3 anos de idade. Depois começaram a receber dos 3 aos 6 anos de idade, logo no ano seguinte (Entrevista Educadora 2). O horário de funcionamento, após várias experiências, ficou estipulado abrir às 8:00 e fechar às 18:00. O diretor da Comissão Instaladora do Hospital chegou a fazer um inquérito a todos os funcionários do hospital para dizerem o horário preferido de funcionamento da Creche e JI. A maioria respondeu que preferia que estivesse aberto 24:00 (Entrevista Educadora 8). Os pais das crianças levavam as crianças a partir das 8:00 ao 4º piso e iam para o emprego. As crianças tomavam as refeições de pequeno-almoço, almoço e lanche na instituição. As refeições eram confeccionadas na cozinha do Hospital e as ementas eram decididas pela médica pediatra, e de muita qualidade. Além da alimentação recebiam os cuidados assistenciais e educativos num ambiente preparado e equipado para o efeito. A Educadora estava com as crianças de manhã

juntamente com o restante pessoal e faziam atividades educativas consideradas as mais aconselhadas para as diferentes crianças das distintas idades onde se destacavam as atividades sensoriais para as crianças da Creche e as atividades das diferentes expressões para as crianças maiores de II, fundamentadas essencialmente, na pedagogia de Maria Montessori: “Seguíamo-nos um pouco na linha da Maria Montessori. Procurávamos sempre ajudar ao máximo a desenvolver a autonomia das crianças e a desenvolverem todas as capacidades. Recusávamo-nos a ser só um armazém de crianças” (Entrevista Educadora 2). Segundo informações das Educadoras, as crianças faziam muitas atividades e brincavam livremente na sala ou no recreio da varanda. Inicialmente não havia mensalidades pela frequência das crianças, mas depois, face aos elevados gastos, decidiu-se estabelecer mensalidades com diferentes escalões conforme os vencimentos das famílias.

Em 1976 foi trabalhar para o Hospital uma auxiliar educativa que já pertencia aos quadros de trabalhadores do Estado, tendo exercido as funções de auxiliar educativa durante três anos em colégios com Creche e Jardim-de-infância em Angola. Após o 25 de abril, veio para Bragança e foi colocada no quadro geral de Adidos (criado pelo *Decreto-Lei nº. 294/76, de 24 de abril*). Tratava-se de um quadro que o Estado Português criou para o pessoal tornado excedentário após a descolonização. As pessoas, nesta situação, deviam ser integradas nos serviços e organismos públicos e nas empresas públicas e nacionalizadas. Desta forma, foi colocada no Hospital, por destacamento, com o horário completo. Foi importante a sua ida para aquele serviço por tratar-se de uma pessoa com uma formação e experiência mais adequadas. Viria a revelar-se uma pessoa de muita confiança, com muitos conhecimentos e experiência a trabalhar com crianças destas faixas etárias. Mais tarde fez um curso de dois anos de equiparação a Educadora de Infância que terminou no ano de 1982 (Entrevista Educadora 8). Quando chegou frequentavam vinte crianças. Fez algumas alterações à organização do espaço e ficou com uma sala maior destinada às crianças. Com a sua vinda também se instituiu o Regulamento interno que foi divulgado junto dos pais e colocado em prática. Tratava-se de regras para o bom funcionamento da Creche e II. A frequência de crianças foi aumentando chegando a quarenta crianças e as instalações já começavam a tornar-se pequenas. Cada vez mais havia solicitações para a inscrição de crianças. As instalações do hospital deixaram de ser suficientes. Tinha de se procurar outra solução:

Já não havia espaço para receber os filhos de todos os funcionários, porque o pessoal do Hospital também ia aumentando. Por isso havia uma lista de espera grande. Os pais preferiam por ali os filhos do que nos Jardins das freiras porque só tinham vantagens: era mais barato pois quase não pagavam, sabiam que funcionava bem, eram bem tratadas e as crianças estavam no mesmo local de trabalho sendo mais fácil para os ir levar e trazer (Entrevista Educadora 8).

Nos anos a seguir ao 25 de abril de 1974, verificou-se um aumento considerável de pessoas vindas do processo de descolonização, algumas com formação especializada e muitas delas já trabalhadoras do Estado nas ex-colónias que se empregaram em Bragança em diversos serviços públicos, como o Hospital. Bragança estava a tornar-se numa cidade com muitas famílias com filhos até aos seis anos de idade e não tinha instituições suficientes para lhe dar resposta. As poucas instituições que havia tinham todas listas de espera para entrada de crianças. Entretanto, a Comissão instaladora do Hospital decidiu construir um Centro Infantil novo com as valências de Creche e Jardim-de-infância. Fez um pedido à Câmara Municipal de Bragança para cedência de terreno para a sua construção. Em reunião de Câmara decidiu-se que a direção do hospital demonstrou a impossibilidade de o construir dentro da cerca do hospital. Depois dessa demonstração a Câmara Municipal procurou solucionar o problema do terreno, mas com a condição de ser realmente a Creche para as crianças dos bairros da coxa e da previdência e não só para o Hospital (Livro de atas nº. 55 da CMB de 27/05/77, fl82f). Foi então feito um acordo de cedência de um terreno ao Hospital Distrital de Bragança para construção do Centro Infantil:

Presente um acordo da Comissão Instaladora da Administração Distrital dos Serviços de Saúde de Bragança, para que esta Câmara Municipal se comprometa a colocar à disposição da referida Administração cerca de oito mil metros quadrados de terreno para a construção de uma Creche (infantário e jardim infantil), reservando setenta por cento da capacidade para crianças filhas de trabalhadores de Saúde e trinta por cento para crianças filhas de não trabalhadores de Saúde (Livro de atas nº. 56 da CMB de 26/07/78, fl.48v).

A Câmara Municipal deliberou com o acordo apresentado, mas ficando quarenta por cento da capacidade para crianças filhas de pessoas não trabalhadores de saúde. Como a construção e conclusão do edifício ainda não era para breve, decidiram mudar-se para uma zona residencial junto ao Hospital, designado bairro da Previdência. Neste

bairro a comissão do Hospital já tinha arrendado um prédio completo com vários apartamentos para o pessoal de enfermagem e funcionários do Hospital. Por isso, disponibilizou três apartamentos para aí funcionar a Creche e o Jardim-de-infância.

Tratava-se de apartamentos localizados, dois no rés-do-chão e um no 1º andar, aos quais não se podia fazer qualquer alteração na sua estrutura. Tinham três quartos, sala, cozinha, despensa e casa de banho com áreas consideradas pequenas, aproximadamente 20m² as salas e 15m² os quartos e cozinha. Fez-se a mudança de instalações no ano letivo de 1978/1979. Estes espaços foram adaptados às necessidades, mobilados, pintados e equipados com o material necessário. Trouxeram do hospital todo o mobiliário considerado importante, como as camas para os bebés, as mesas e cadeiras, algumas estantes e todo o material de desgaste para as crianças utilizarem. Os pais das crianças e funcionários do hospital envolveram-se no arranjo e pintura e adquiriu-se todo o mobiliário e material considerado adequado e suficiente. A direção do Hospital não colocava qualquer obstáculo à aquisição de bens e equipamentos para estes serviços.

Apresenta-se a seguir a figura com o edifício e respetivos apartamentos assinalados onde funcionou a Creche e Jardim-de-infância do Hospital de Bragança.

Figura 12- Edifício onde funcionou a Creche e Jardim-de-infância do Hospital entre os anos letivos de 1978/79 e 1986/87.



Fonte: própria

As partes delineadas dizem respeito aos apartamentos da Creche do lado esquerdo da figura, e, do Jardim-de-infância, do lado direito, onde funcionaram, como se observa, num edifício de habitação.

As crianças da Creche ficaram instaladas nos apartamentos do rés-do-chão e 1º andar: até aos 18 meses ficavam no 1º andar e dos 18 aos 3 anos ficaram no rés-do-chão. As restantes crianças do Jardim-de-infância ficavam no outro apartamento do rés-do-chão. Os compartimentos foram adaptados, mobilados e decorados da forma considerada mais apropriada. Havia quartos para dormir e com espaço próprio para a higiene diária, espaços para se servirem as refeições e espaços para as crianças brincarem:

O apartamento do JI foi adaptado também da forma considerada mais aconselhável. As crianças podiam circular por todos os espaços. Na Creche havia também uma sala parque com brinquedos, cavalinhos e um espaço para mudar as fraldas que era no quarto onde dormiam. No apartamento do JI, montamos cantinhos que estavam distribuídos pelas divisões. Havia o cantinho da biblioteca com livros e material para pintarem como folhas e lápis, mesas e cadeiras, o cantinho das profissões, dos jogos, a casinha das bonecas. Havia placares nas paredes para afixar os trabalhos e as informações (Entrevista Educadora 8).

Numa primeira fase organizaram diversos espaços pelas diferentes divisões, como o espaço da biblioteca, numa sala, o espaço dos jogos e construções, noutra. Numa segunda fase, já nos últimos anos de funcionamento, precisamente em 1985 e 1986, alterou-se a organização do JI devido à ida de estagiárias do curso de Educadoras de Infância da Escola do Magistério de Bragança para fazerem o estágio final de curso. Foram duas estagiárias em cada ano e cada uma ficou com metade das crianças em cada espaço. Os grupos foram divididos em dois, ficando os mais pequenos num grupo e os restantes noutro. Apesar de haver espaços comuns, cada sala estava organizada e preparada para o grupo respetivo.

Manteve-se o mesmo horário de funcionamento, mas o quadro de pessoal aumentou. Contavam também com pessoas que, temporariamente, ali trabalhavam e estagiavam. Trabalhavam em cada apartamento duas funcionárias. As refeições continuavam a ser servidas pelo hospital e as crianças almoçavam no espaço próprio em cada apartamento. A qualidade de funcionamento melhorou porque estavam em espaços diferenciados e adaptados a cada grupo de crianças, ao contrário dos que existiam

anteriormente, onde havia apenas uma sala para todas crianças das diferentes faixas etárias. Tinham também o espaço amplo da rua em frente utilizado pelas crianças nos períodos de recreio a meio da manhã ou a meio da tarde. A frequência das crianças aumentou passando para as 60 crianças e com lista de espera (Entrevista Educadora 8). As crianças podiam chegar a partir das 8:00 e, à medida que iam chegando, ficavam no apartamento do 1º andar das crianças mais pequenas. Às 9:00 eram distribuídas pelas respetivas salas e começavam as atividades diferenciadas para cada grupo de crianças. As atividades mais elaboradas eram para as crianças do II. As crianças da Creche praticamente apenas brincavam com os materiais e brinquedos que tinham à sua disposição. Havia um intervalo a meio da manhã, depois almoçavam às 12:00, seguia-se o período de descanso para as crianças dormirem e, por volta das 14:00, iniciavam-se as diferentes atividades da tarde. Os trabalhos das crianças eram arrumados em pastas individuais que, no final do ano, eram entregues aos pais, sendo esta uma forma de avaliação das crianças, além dos diálogos mantidos com os pais. Tratava-se de um ambiente muito familiar e de grande aproximação aos pais. Estes envolviam-se facilmente nas atividades de convívio como a festa de Natal e de final de ano, mas sem envolvimento nas atividades realizadas no dia-a-dia. A Educadora 8, em entrevista, referiu que não fazia qualquer avaliação das crianças, mas diz que entregava uma pasta no final do ano com os trabalhos das crianças e que conversava com os pais todos os dias. Esta tem sido a forma preferida e mais usual de avaliação do desenvolvimento das crianças. Se as Educadoras utilizarem esta metodologia, além da avaliação escrita individual, a avaliação de cada criança é muito mais completa.

Esta Creche e Jardim-de-infância participavam nas atividades organizadas pela sociedade, como os desfiles de carnaval, organizavam visitas, passeios e atividades em conjunto com o Jardim-de-infância do Instituto das Obras Sociais. Apesar de haver a intencionalidade educativa de preparar bem as crianças para a sua entrada na escola Primária, não desenvolviam qualquer atividade de transição educativa que envolvesse as escolas primárias. Apesar de haver uma escola Primária a 500m de distância não havia qualquer relacionamento. Este distanciamento entre os profissionais da Educação Pré-escolar e da Escola Primária manteve-se durante todo o tempo, objeto deste estudo, principalmente entre as instituições públicas e as privadas o que levava a um desconhecimento das duas realidades educativas.

No mês de maio de 1986 a direção do Hospital Distrital de Bragança encerrou definitivamente as instalações. As crianças e alguns funcionários foram para o novo Centro Infantil do Centro Regional de Segurança Social (CRSS) localizado no Bairro da Coxa, que tinha acabado de ser inaugurado, precisamente no dia 1 de abril de 1986. Trata-se do edifício que já se referiu anteriormente que foi pensado construir-se, pelo Hospital, na década de 70 para o funcionamento de uma Creche e Jardim-de-infância destinado às crianças filhas dos funcionários do Hospital e do Centro Regional de Segurança Social (CRSS). Depois foi construído pelo CRSS, por acordos entre Ministérios da Saúde e Segurança Social e decidiu-se que seriam 40% das vagas para crianças filhas de funcionários do Hospital e os restantes 60% para crianças da cidade. Isto não se veio a verificar pois foi destinado a todas as crianças com idades entre os 0 e os 6 anos de idade. Quando encerrou o Jardim-de-infância do Hospital, no bairro da Previdência, as crianças, a Educadora e algum pessoal auxiliar foram para o novo Centro infantil juntamente com as crianças do Jardim-de-infância do Centro Regional de Segurança Social (mais conhecido por JI IOS). A Educadora de Infância foi inaugurar o espaço da Creche em maio de 1986, onde esteve com as crianças até dezembro de 1986: “Esteve connosco na Coxa no período de transição para fazer a adaptação das crianças, depois voltou para o hospital para trabalhar com as crianças que estavam hospitalizadas” (Entrevista Educadora 3).

Algum pessoal auxiliar manteve-se a trabalhar no novo Centro Infantil, e outro foi para outros serviços. A Educadora foi trabalhar para o serviço de Pediatria do Hospital onde equipou uma sala de atividades para as crianças hospitalizadas e onde se manteve até ser reformada e o lugar de Educadora do quadro ter sido extinto.

5.6. A Santa Casa da Misericórdia de Bragança

Em Portugal a Santa Casa da Misericórdia (SCM) foi fundada em 1498 pelo Frei Miguel Contreiras, com o apoio da rainha D. Leonor, de quem era confessor. Estas instituições sempre desempenharam um papel tutelar na assistência aos necessitados dentro da perspetiva cristã, segundo a qual, “o cumprimento das obras de misericórdia restaura graças ao homem corrompido pelo pecado” (Fernandes, 2009: 89). Foi a partir desta Irmandade que se criaram, em todo o reino de Portugal, as Santas Casas da

Misericórdia. A obra das Misericórdias assenta nos grandes pilares que são as catorze Obras da Misericórdia e que se encontram divididas:

Sete obras Corporais e sete obras Espirituais que consistem em: Sete obras corporais -Dar de comer a quem tem fome; Dar de beber a quem tem sede; vestir os nus; Dar pousada aos peregrinos; Assistir os enfermos; Visitar os presos; enterrar os mortos. Sete obras espirituais – Dar bom conselho, Ensinar os ignorantes; Corrigir os que erram; Consolar os tristes; Perdoar as injúrias; Suportar com paciência as fraquezas do nosso próximo e Rogar a Deus por vivos e defuntos (Miranda, 2000:21-22).

A Santa Casa da Misericórdia de Bragança (SCMB) foi criada no dia 6 de julho do ano de 1516 (Miranda, 2000) e foi uma das principais instituições de assistência da cidade que se encontra a funcionar interruptamente até aos dias de hoje. Apresenta-se a seguir o edifício da SCMB.

Figura 13- Edifício da Santa Casa de Misericórdia de Bragança e hoje Lar de idosos



Fonte: própria

No período deste estudo, a SCMB ganhou novo fulgor, pois foi uma instituição que teve uma ação de relevo na vida local, não só em relação aos habitantes pobres e

doentes da cidade, mas a toda a comunidade através das respostas sociais e apoios que criou para crianças e idosos, como o Lactário criado em 1931, o dispensário em 1939, o hospital que funcionou até 1973, a maternidade que funcionou até 1976, o Centro Infantil para crianças de zero a seis anos, a Escola Primária Dr. Diogo Albino de Sá Vargas, o Centro de Atividade de Tempos livres, o lar de idosos e outras obras e centros sociais.

No ano de 1919, inaugurou as novas instalações do hospital, situado na cerca do antigo Convento de Santa Clara (Miranda, 2000). As atividades hospitalares foram, durante muito tempo, a principal obra de apoio à comunidade. Entre 1969 e 1973, registaram-se, no país, movimentos de forte contestação à Igreja. Houve tentativas de libertação da Obra da Igreja, tanto nos hospitais, como noutras instituições de índole social. Para o Estado as Misericórdias deveriam dedicar-se somente à parte assistencial.

Desta forma, veio a ser espoliada do seu hospital no ano de 1973, altura em que se inaugura o Hospital Distrital de Bragança. Ultrapassada a contestação da obra assistencial da Igreja, no que concerne à sua obra hospitalar, processou-se uma reviravolta em termos de posicionamento do Estado que vem solicitar, de novo, apoio às instituições ligadas à Igreja, no sentido de se encarregar da parte da assistência social. Nestas circunstâncias, passou a dedicar-se a outros campos de ação que a sociedade em mudança requeria. A partir daí, começou a sua obra assistencial para a terceira idade, e a infância e a juventude. Começou com idosos independentes e acamados, serviço domiciliário e no apoio à infância através da criação de serviços educativos e assistenciais como Creche, Jardim-de-infância (que se tratará mais adiante), Escola Primária, Centro de Atividades de Tempos Livres e serviço de amas. Foi, deste modo, que deu resposta possível às necessidades de uma sociedade nova com quadrantes de exigências diferentes. O Estado, mediante determinadas condições, começou a subsidiar as instituições através de protocolos. A Segurança Social subsidiava, consoante as respostas sociais que existissem em cada Instituição. Tratou-se de um processo lento que foi melhorando ao longo do tempo. As características específicas da assistência e serviços prestados pelas novas respostas sociais da Misericórdia requeriam, não só, pessoas hábeis e dedicadas, mas pessoas profissionalmente bem preparadas. Atentos a estas necessidades, os responsáveis da Santa Casa apostaram na formação profissional do pessoal interno, e para o efeito, foram realizados diversos Cursos de Formação,

aperfeiçoamento e reciclagem, de auxiliares de Creches e Jardins-de-Infância, de auxiliares de enfermagem e de Amas. A formação era ministrada em horário pós-laboral e com a duração de 6 meses. Por várias vezes, estes cursos foram abertos a todos os interessados fora da Instituição e pertencentes a outras instituições. A sociedade organizava-se através da SCMB para dar respostas que o estado não alcançava. Surgiram sempre cidadãos da sociedade bragançana que se revelaram importantes para a irmandade, impregnados pelo ideal da Misericórdia que tudo fizeram para servir, dinamizar, desenvolver e fazer crescer a irmandade e os fins para que foi criada. A perpetuação das Misericórdias realiza-se também pela ação do povo que, associado a gestos significativos das elites que se foram injetando na Direção, deram continuidade à Obra (*“Provedor da Misericórdia de Bragança- Cónego Valdemar Pires (1973-1987), JMB, 4-6-83:4).*

A partir de 1977, passou a seguir os estatutos das instituições Particulares de Solidariedade Social, publicados pelo Ministério dos Assuntos Sociais. A SCMB era financiada pela Segurança Social, também a entidade que fiscalizava técnica e pedagogicamente, considerando as várias respostas de solidariedade social desde a infância até à terceira idade. Como era uma instituição de tipo associativo tinha um corpo executivo constituído pela Mesa Administrativa, um corpo fiscal e uma assembleia geral de associados/irmandade, que podiam também assumir o papel de fiscalização dos restantes corpos de gestão. A formação ou perfil dos elementos que integravam estes órgãos de gestão levava a que tivesse uma Mesa Administrativa muito forte e centralizadora, muitas vezes sem qualquer tipo de formação específica o que poderia levar a condicionar o desenvolvimento de práticas de trabalho adequadas. Esta forma de funcionamento levou, anos mais tarde, à diminuição da autonomia pedagógica dos Educadores de Infância, condicionados pelas características a que deviam obedecer as práticas educativas.

5.6.1. O Jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia de Bragança

O Jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia de Bragança fazia parte, juntamente com a Creche, do Centro de Bem estar Infantil, que foi inaugurado no dia 2 de fevereiro de 1976 (Ata nº.1 de 28/1/1976 da Mesa Administrativa da SCMB). Com a

decisão definitiva do encerramento do Hospital e Maternidade, a Mesa Administrativa pensou em arranjar alternativas para continuar a desenvolver o seu trabalho social. No sentido de corresponder à vontade, expressa pelo povo e pelos irmãos, enveredou pela linha das Obras Sociais e educativas. Constataram a necessidade premente na cidade da falta de respostas sociais e educativas para as crianças desde o nascimento até à entrada na escola Primária. A Mesa Administrativa da SCMB deliberou, logo em 1973, aproveitar os pavilhões onde funcionava a Maternidade do hospital para obras assistenciais (Ata nº. 18 de 6/3/1975 da SCMB). Em Assembleia da SCMB, moveram-se esforços para conseguir abrir uma instituição com Creche e Jardim-de-infância, aberta a todas as crianças da cidade (Ata nº.19 de 4/7/1973 da SCMB). Nesta Assembleia discutiu-se também que o seu funcionamento deveria ser nas instalações do Hospital e pavilhões pré-fabricados da Maternidade. Foi também eleita uma comissão para colocar a obra a funcionar, considerando-a como uma necessidade premente da cidade. A Câmara Municipal de Bragança também se pronunciou sobre a aplicação a dar ao edifício do hospital velho uma vez que entrou em funcionamento o hospital novo no ano de 1973. Discutiu-se, em reunião de Câmara, que podia ser para asilo para idosos e ou para crianças e que deveria ter-se em atenção para o plano de urbanização (Livro de atas nº. 53 da CMB, de 25/4/1973, fl. 33f).

A SCMB estabeleceu contactos com a equipa técnica da Direção Geral de Assistência a fim de os ajudarem na instalação do Centro Infantil (Ata nº. 2 de 9/2/1974).

O processo de criação surgiu ainda antes do movimento do 25 de abril de 1974. Começaram a ser feitos os pedidos de orçamento para as obras de apetrechamento e alteração dos pavilhões e deliberou-se a nomeação de uma comissão instaladora do Centro Infantil (Ata nº. 3 de 27/2/1974 da SCMB). Constata-se, desta forma, o interesse e a motivação demonstrados em abrir esta resposta social e educativa, pelo envolvimento dos irmãos da SCMB e diversas pessoas da cidade.

Ao lado dos pavilhões pré-fabricados estava localizada a Escola Adões Bermudes, propriedade do Ministério da Educação e, nessa altura devoluta. Era intenção do governo que aquele edifício continuasse afeto ao ensino. Desta forma, a Mesa Administrativa da SCMB solicitou à Direção Geral do Ministério da Educação a sua cedência definitiva para a possibilidade de ali instalar o Jardim-de-infância, tendo em

vista o alargamento das atividades de proteção à infância (Ata nº. 11 de 10/7/1974 da SCMB). Se conseguissem a cedência definitiva, o JI ficaria instalado na escola Adões Bermudes e a Creche ficaria instalada nos pavilhões. A acontecer, seria a segunda vez que, nesta escola, era instalado um Jardim-de-infância, pois já tinha funcionado ali, entre 1928 e 1934, o 1º Jardim-de-infância público de Bragança (Castanheira, 2006). No ano de 1974 surgem diversas notícias no jornal *Mensageiro de Bragança* como forma de pressão para a SCMB abrir o centro. A demora estava a ser grande e existiam muitas crianças e famílias à espera desta resposta social e educativa:

Anda no ar a ideia de que Bragança vai ter um Jardim Infantil e um parque aberto às crianças da cidade e bairros periféricos. Diz-se mesmo que a Santa Casa de Misericórdia tem tudo preparado para a sua abertura. Louvamos tal ideia, primeiro porque a cidade precisa, segundo porque está no âmbito das Misericórdias atender às necessidades das populações onde estão implantadas....Com os olhos postos no bem das crianças e das famílias trabalhadoras pergunto: PORQUE É QUE BRAGANÇA NÃO TEM JÁ O SEU JARDIM INFANTIL? A Santa Casa da Misericórdia está de posse do mais belo parque da *cidade*. Tem nele um edifício pré-fabricado (o antigo pavilhão de obstetrícia e pediatria) já devidamente preparado para jardim infantil. Consta mesmo que tem juridicamente criada essa obra infantil. Então porque não entra já em funcionamento? A Santa Casa, instituição que a cidade tanto estima, precisa de enveredar pelo caminho da assistência social, já que o sector da saúde está a passar totalmente para as mãos do Estado. Atender às necessidades sociais da família, no sector infantil e da terceira idade, seria um benefício que toda a cidade louvaria porque remediava uma das mais prementes necessidades (*“Para Quando um Jardim Infantil”*, JMB, 15/1/1974:12).

Desta forma, o jornal que era a voz principal da cidade divulgava a importância dos Jardins-de-infância como fundamentais para as crianças e suas famílias. Responsabilizava a SCMB para atender às necessidades sociais das populações, porque fazia parte da sua missão e, porque que já tinha as instalações adequadas após a extinção do Hospital e Maternidade. Mais uma vez o jornal *Mensageiro de Bragança* assumiu um papel decisivo no processo de abertura de um Jardim-de-infância na cidade de Bragança ao divulgar toda a informação importante sobre a visita que efetuou, à Santa Casa da Misericórdia de Bragança, o Ministro das Corporações e Segurança Social:

Na visita ao Hospital da Misericórdia, o Sr. Dr. Silva Pinto tratou, com o Provedor (Revmº Cónego Valdemar Pires) e mesários, do Centro de Acção Social de Bragança (integrado na Santa Casa da Misericórdia por Despacho

do Secretário de Estado de 27-XI-73), que principiará a funcionar já em Outubro de 1974 com o Centro Infantil (Jardim-Escola) - em parte do antigo Hospital de Mulheres e que integrará também um Centro de Bem-Estar para a Terceira Idade, cujo projecto terá de ser elaborado no ano corrente; ambos terão subsídios do Ministério. Duas iniciativas de real interesse e de urgente necessidade para Bragança. O Centro Infantil será o primeiro oficial na cidade e virá suprir uma lacuna tremenda, que o Jardim Infantil da Caixa de Previdência quase não atenuou (*“Ministro da Segurança Social visitou o Distrito”* JMB, 8/3/1974:6).

A abertura do JI era considerada de necessidade urgente e pretendia-se que entrassem em funcionamento no ano de 1974, em conjunto com o Centro de Ação Social, que seria a entidade subsidiadora, e designar-se-ia de Jardim-Escola. Era também considerado oficial e seria o primeiro da cidade. Consideravam, desta forma, o Jardim-de-infância do Instituto das Obras Sociais como não oficial e que não dava resposta às necessidades de Bragança em matéria de Educação de Infância. Estas pretensões viriam a ser alteradas com o 25 de abril de 1974 como verá mais adiante neste estudo.

No ano de 1974 a Câmara Municipal de Bragança dá também parecer favorável à criação, funcionamento e posterior construção, pela SCMB, do Centro infantil nas instalações femininas do antigo hospital (Livro de. Atas nº. 53 da Câmara Municipal de Bragança de 25/4/1973 fl.33f), Berenguel, 2004:205).

A revolução do 25 de abril de 1974 contribuiu para o atraso de todo o processo, devido à instabilidade social que se instalou em Portugal. O trabalho realizado com o governo anterior foi todo alterado. Passou a trabalhar-se com novos dirigentes governativos e o JI, que estava previsto abrir ainda nesse ano (1974), foi adiado. A SCMB, de forma intencional, retardou o processo para melhor poder analisar a situação do país e avançar com mais certezas. Durante o decurso de transição ainda surgiram algumas dúvidas na cidade se nos pavilhões escolhidos para JI não seria preferível a instalação de consultas hospitalares. Esta ideia rapidamente foi posta de lado, uma vez que tinha sido inaugurado recentemente o novo Hospital Distrital de Bragança, onde se deveriam concentrar todos os serviços. A Mesa Administrativa da SCMB decidiu fazer novo pedido ao recente governo para a cedência definitiva da Escola Adões Bermudes para instalação Jardim-de-infância e estendeu-o à Direção Geral da Assistência Social, à Direção Geral da Fazenda Pública, à Direção Geral de Equipamento Escolar e à Direção Geral da Administração Escolar (Ata nº. 2 de 26/2/1975 da SCMB).

Apesar de ainda não haver uma decisão definitiva do local para instalação do JI, na esperança que a qualquer momento chegasse a decisão sobre a cedência da Escola, iam avançando com o processo, quer na realização de algumas obras e melhoramentos nos pavilhões, quer na contratação de pessoal. No início do ano de 1975, a SCMB anuncia no jornal o desenrolar das obras e a contratação de pessoal:

Como se encontram em fase adiantada as obras do Infantário e Jardim-de-infância a funcionar na Santa Casa da Misericórdia, a Comissão Instaladora comunica que se encontra aberto concurso documental para admissão do seguinte pessoal: - Educadoras Infantis formadas pela Escola Paula Frassinetti, do Porto, Instituto de Educação Infantil, de Lisboa, e Escola de Educadoras de Infância, também de Lisboa. - Auxiliares de Educação – 2º ano do Ensino Secundário e 3 anos de preparação na Escola do Porto.- Ajudantes de Creche – 4ª classe e 3 meses de Estágio na Direcção-Geral.- Duas Vigilantes. NOTA: O concurso está aberto até ao próximo dia 3 de Novembro (*“Infantário e Jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia”*, JMB, 24/1/1975:8).

Devido à falta de pessoal especializado que se verificava, a SCMB decidiu, também, contactar diversos centros de formação de Educadoras de Infância com vista ao recrutamento de pessoal especializado para o JI (Ata nº. 3 de 18/3/1975). No dia 8 de maio de 1975, em colaboração com um grupo de Assistentes Sociais e uma Educadora de infância, promoveu uma reunião de chefes de família a fim de tratar da abertura do Centro-Infantil, tendo saído desta reunião uma pró-comissão composta por diversos elementos da sociedade civil (Ata nº. 3 de 18/3/1975). Resolveu entregar-se a um arquiteto o estudo de adaptação do pré-fabricado, de forma a criar e proporcionar o melhor ambiente e bem-estar às crianças.

Como a resposta da cedência da Escola Adões Bermudes demorava, a SCMB teve que avançar para outras alternativas e, finalmente, depois de consideradas todas as possibilidades, e de inúmeras consultas efetuadas, decidiu-se pela instalação provisória do JI nos pavilhões pré-fabricados e que se construiria logo que possível um edifício novo para o Centro Infantil. Foi assim colocada de lado a possibilidade de funcionamento do JI na Escola Adões Bermudes, pelo facto, da resposta tardar em chegar (Ata nº. 4 de 20/5/1975). Apenas no ano de 1978, a Direcção Geral de Equipamento Escolar por *Despacho de 4/8/1978* determinou a entrega à Santa Casa da Misericórdia de 2 salas do edifício da escola Adões Bermudes (Ata nº. 14 de 3/10/1978 da SCMB). No ano de 1979 a Direcção de Finanças apresentou uma proposta de entrega

a título definitivo da totalidade do edifício escolar mediante o pagamento da compensação de 1000 contos, que a SCMB aceitou (Ata nº.1 de 24/1/1979 da SCMB). Mas nesta altura já o Jardim-de-infância funcionava há 3 anos nos pavilhões pré-fabricados. A escola Adães Bermudes de Bragança passou assim para a posse da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, decisão que veio a revelar-se desacertada, como veremos mais adiante, ao ser demolida no ano de 1982 para construção do novo Edifício do Jardim-de-infância.

No ano de 1975, iniciaram-se as obras e, como tal, houve a necessidade de preparar e equipar os pavilhões pré-fabricados para o seu funcionamento, bem como o recrutamento do pessoal necessário. Mandou-se elaborar o inventário do material indispensável ao apetrechamento do JI, a fim de se verificar se existia na SCMB algum material que pudesse ali utilizar-se como armários, estantes, mesas, cadeiras entre outro. Apesar de considerarem os pavilhões pré-fabricados como propriedade da SCMB, uma vez que lhe tinham sido cedidos pela Secretaria de Estado das Finanças para instalação da Maternidade, por Despacho da Secretaria de Estado das Finanças de 23 de junho de 1975, foi finalmente concedido, a título gratuito, o direito de ocupação do pavilhão pré-fabricado e da residência anexa ao edifício da escola “Adães Bermudes” para instalação do Jardim-de-infância e, na parte do antigo Hospital, funcionaria a Creche. Desta forma poderiam definitivamente avançar com o processo, de forma tranquila e com mais certeza.

Não se tornou um processo fácil a abertura do Jardim-de-infância devido a todos os fatores apresentados. Não menos importante havia ainda a falta de pessoal especializado e com experiência para a abertura de JI; a falta de instalações adequadas e de pessoal especializado e com competência para o fazer; a falta de mobiliário e equipamento apropriado. Apenas tinham a seu favor uma enorme vontade em conseguir atingir os objetivos e, desta forma, dar resposta às necessidades das crianças e das famílias. Por outro lado, revelaram-se pessoas muito cuidadosas com vontade de fazer tudo bem feito e nas melhores condições. Por isso, procuravam contactar e reunir-se com o máximo de pessoas interessadas.

Mas o atraso da abertura do JI começava a incomodar as pessoas da cidade e começaram a pressionar a Mesa Administrativa:

Há mais de dois anos que nos vimos habituando à ideia de que nas instalações do velho Hospital da Misericórdia teremos, a curto prazo, um centro infantil, um lar e um centro de convívio para os velhinhos da cidade. Surpreende-nos a demora da abertura dessas obras. Mais nos surpreende ainda a notícia local publicada no «*ENIÉ*» da semana passada, sugerindo a instalação de consultas hospitalares, ou coisa semelhante, nas velhas instalações. Mas quem será o autor da ideia? A Misericórdia? Então está a brincar com o público, pois sabe muito bem que, em Assembleia Geral dos irmãos e em reunião aberta a toda a cidade, nos pronunciámos pela utilização dessas instalações para fins assistenciais e elegemos uma comissão para pôr a obra a funcionar. É que esta é a mais premente necessidade da nossa terra. Mas não haverá por aí cucos a tentar pôr os ovos no ninho dos outros? A Santa Casa tem obrigação de nos informar. O povo está com ela para a ajudar a cumprir a sua missão, que neste momento histórico será importantíssima no campo assistencial. A nossa opinião é que quanto mais centradas as obras estiverem melhor. Temos um hospital novo. Pois faça-se aí toda a acção hospitalar. Amplie-se ou adapte-se, que tem bem por onde. Temos um edifício para as consultas das Caixas no centro da Cidade. Pois centrem-se aí todas as consultas. Não nos façam andar dum lado para o outro como as «pombas da catrininha». Não esqueçamos que o serviço de saúde não é só curar corpos: é dar condições aos indivíduos para que cresçam normalmente, com saúde física, mental e social. Já é tempo de em Bragança se planear e se trabalhar para uma cobertura geral das necessidades da população. Para tanto não puxemos a manta só para um lado. Assim ficam misérias a descoberto (*“Hospital ou Centro de Assistência”*, JMB, 27/6/1975:10).

No ano de 1975, o processo de adaptação das instalações continuava mas havia problemas burocráticos por resolver, como os serviços hospitalares que ainda não tinham sido transferidos na sua totalidade (Serviço de oftalmologia) e a legalização do direito de ocupação dos espaços voltou a ser oclorada em causa. Mais uma vez o jornal *Mensageiro de Bragança* voltou a dar uma grande ajuda ao processo:

As instalações do velho Hospital, logo que devolutas, a isso se destinam o Infantário nos pavilhões de cima e o Jardim Infantil no pré-fabricado do Hospital de Baixo serão uma realidade. De há muito que se fala em «curto prazo» porque a toda a hora se espera que os serviços ainda existentes no velho Hospital passem para o Novo e que alguns travões burocráticos, a nível de Direcções Gerais, nos dêem luz verde para actuar. Se as coisas se realizassem tão depressa como se idealizam (...). Mas podemos anunciar muito de Concreto já para o funcionamento do Jardim: - Por Despacho da Secretaria de Estado das Finanças de 23 de Junho, foi-nos concedido, a título gratuito, o direito de ocupação do pré-fabricado e da residência anexa ao edifício da antiga escola “Adões Bermudes” para instalação do Jardim Infantil; - As adaptações e o mobiliário estão feitos; - O material didáctico foi encomendado; - Algumas Educadoras estão já comprometidas, mas só

no começo do novo ano escolar estarão disponíveis. Quanto ao Infantário esclarecemos que só poderemos lançar-nos na sua efectivação após a transferência do serviço de Oftalmologia para o Novo Hospital. Esperamos que isso ocorra ainda neste mês, pois as obras para a sua instalação estão quase completas. Depois teremos todo um trabalho de adaptação da casa às muitas e específicas exigências do Infantário. A pré-comissão, representante do povo e da Santa Casa, todas as semanas se debruça sobre o assunto para que vá bem e depressa-. Todos sabemos que as necessidades do povo são imperiosas. Debatemo-nos com um grande problema - o dinheiro. Os poucos rendimentos da Santa Casa para isso se destinam, mas não chegam. Contamos com o Governo se tiver com que nos valer. O Povo também nisso terá a sua palavra. O empenhamento social exige dispêndio de muitas energias dos que nessa linha trabalham. Mas o bom povo sabe compreender (*“Santa Casa da Misericórdia de Bragança”*, JMB, 18/7/1975:11).

Havia muito trabalho já realizado, o processo estava bastante adiantado e os governantes também sabiam da necessidade da criação de Jardins-de-infância de que todo o país estava carenciado.

Devido à falta de pessoal especializado e com experiência em creches e Jardins-de-infância, o provedor da SCMB – Cónego José Valdemar Pires, no ano de 1975, pede ajuda à Congregação Franciscana das Irmãs Reparadoras de Jesus Sacramentado. Este pedido foi feito, porque esta Congregação já tinha dado provas de ser a instituição mais bem preparada do distrito nesta área, em virtude do trabalho desenvolvido e pela experiência e formação adquirida na abertura e funcionamento de diversas Creches e Jardins-de-infância. Era considerada um exemplo a seguir e uma referência no campo da Educação de Infância em Bragança no entender da SCMB (Ata nº. 6 de 18/9/1975 da SCMB). Para responder ao solicitado a Congregação enviou três irmãs “Para auxiliar a obra social a criar no antigo hospital, com Lar de Terceira Idade, Infantário e Jardim-de-infância” (Teixeira, 2004:241), respetivamente uma enfermeira, uma Educadora de Infância e uma irmã para auxiliar a obra das crianças e do lar. As irmãs começaram a trabalhar em janeiro de 1976: “Além de cumprirem delicadamente o seu cargo, as irmãs davam catequese às crianças, formação religiosa aos idosos, preparavam e promoviam a participação ativa nos atos litúrgicos (Teixeira, 2004:241). Entretanto, o provedor deu a conhecer o estado de andamento em que se encontravam as obras, bem como do diverso material e equipamento necessário entretanto adquirido. Era equipamento para as salas e para o recreio exterior. Foi aprovado também o regulamento interno do Centro Infantil em reunião de 28/1/1976 (Ata nº. 1 da SCMB).

Em janeiro de 1976 a SCMB enviou um comunicado através do jornal *Mensageiro de Bragança* onde finalmente era anunciado a abertura do “Centro de Bem fazer Infantil” para o dia 2 de fevereiro de 1976. Informava-se também sobre o horário de funcionamento, o processo de inscrições, bem como um pedido de desculpas pelo atraso da inauguração:

A abertura do Centro de Bem-Fazer Infantil (Jardim e Infantário) será no dia 2 de Fevereiro. Esperamos que as instalações e o pessoal estejam à altura do que espera e merece a população de Bragança. A partir de quarta-feira, dia 21, das 17 e 30 às 19 e 30 horas, uma equipa técnica estará à disposição das famílias para fazer as inscrições e o primeiro contacto educativo. O período das inscrições termina oito dias depois, dia 28. Mesmo as que já fizeram a inscrição deverão fazê-la de novo. No acto da inscrição será distribuído a todos os interessados o regulamento do Centro. A Santa Casa pede a toda a população desculpa por se ter retardado a abertura desta obra tão necessária. Razões várias obrigaram a isso: 1 - Só em Janeiro pudemos contar com o necessário pessoal técnico diplomado. (Contamos já com 2 Educadoras, 2 Auxiliares de Educação, 3 Ajudantes de Creche e uma Enfermeira) 2 - Só agora podemos contar com todo o material indispensável para o bom funcionamento do Centro (as casas fornecedoras nem sempre respeitam prazos). A Santa Casa a nada se poupou para dar a Bragança um equipamento que possa responder às suas necessidades. A sua projecção será obra dos pais e dos Educadores em perfeito diálogo educativo (*“Comunicado da Santa Casa da Misericórdia”*, JMB, 21/1/1976:12).

Como se expressa na notícia, apontaram-se também as razões do seu atraso de abertura se deveram, essencialmente, à falta de Educadoras de Infância diplomadas e, por ainda não terem todo o equipamento e material necessário ao seu funcionamento. Ao contrário de outros Jardins-de-infância que tinham aberto nos anos anteriores, em Bragança, sem as condições necessárias como equipamento, espaços adequados e Educadoras de Infância, a SCMB só inaugurou a sua obra após a contratação de Educadoras de Infância e com espaços devidamente equipados, respondendo assim às necessidades das crianças e das famílias: “Queremos que o Centro não seja apenas um apoio à família mas um espaço onde a família se prolongue e se torne mais consciente da sua missão” (*“Comunicado da Santa Casa da Misericórdia”*, JMB, 21/1/1976:12). Com todas as obras e adaptações consideradas necessárias e realizadas, o equipamento e material considerado adequado e suficiente, com o pessoal técnico e auxiliar contratado e com inscrições de crianças, o Centro Infantil da SCMB foi inaugurado no dia 2 de fevereiro de 1976 (Ata nº. 1 de 28/1/1976 da Mesa Administrativa da SCMB). A Creche

ficou a funcionar no rés-do-chão do edifício do antigo Hospital e o Jardim-de-infância passou a funcionar nos pavilhões pré-fabricados. A Mesa Administrativa da SCMB reconheceu o trabalho realizado pela comissão instaladora do Centro Infantil: “Por unanimidade, foi deliberado exalar um voto de louvor à Comissão Instaladora que com tanta dedicação, carinho e sacrifício trabalhou nos preparativos que levaram a bom termo a montagem do Centro de Bem-Estar Infantil” (Ata nº. 1, da SCMB, de 27/1/1976). Apresenta-se a seguir a figura com uma parte do pavilhão onde funcionou o JI da SCMB.

Figura 14 - Pavilhão onde funcionou o Jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia de Bragança entre 1976 e 1986



Fonte: Arquivo Educadora de Infância Fátima Ferreira, ano de 1980.

Na figura pode-se ver um dos quatro pavilhões onde funcionou o JI, bem conservado, com janelas que permitiam a entrada de muita luz e com uma parte do

espaço exterior onde se vêem a roda de ferro com os “cavalinhos” em madeira para as crianças brincarem e o chão em areia. Atrás pode verificar-se o edifício onde funcionava o Lar de idosos.

O Centro de Bem-Estar Infantil da SCMB iniciou com as respostas sociais de Creche para crianças até 3 anos de idade e de Jardim-de-infância para crianças dos 3 aos 6 anos de idade. Propunha-se desenvolver atividades de proteção à infância, dando resposta às necessidades das crianças e sempre em ligação com o meio familiar. Surgiu, assim, da necessidade de se criar um local onde os pais pudessem deixar os seus filhos em segurança, ao mesmo tempo que lhe seria ministrada uma educação integral, com vista ao desenvolvimento harmonioso da criança (Ata nº. 1, da SCMB, de 27/1/1976). Estava assim criado o JI, dando apoio às crianças da cidade e das aldeias de Bragança, cujos pais se deslocavam diariamente para trabalhar na cidade. A Instituição passou a ser regida por estatutos próprios sendo uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), reconhecida de interesse público e recebendo os subsídios do estado a que tinha direito. De referir que no ano de 1980 o Vice-provedor da SCMB era o presidente do Centro Regional de Segurança Social. A SCMB utilizava assim os elementos da sua irmandade que ocupavam lugares de destaque na sociedade bragançana, para atingir os objetivos pretendidos (Entrevista Educadora 9).

No sentido de uma melhor organização e funcionamento de serviços do Centro Infantil, foi realizada uma eleição de representantes por setores. Para a Creche foi eleita uma Irmã da Congregação das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado que ali desempenhava funções. No Jardim-de-infância foi eleita uma Educadora de Infância e foi ainda eleito um representante da Comissão de pais (Ata nº. 4, da SCMB, de 30/3/1976.).

5.6.1.1. As primeiras instalações entre 1976 e 1981

O Jardim-de-infância do Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, hoje designado por “Cinderela”, funcionou em 3 instalações distintas. Desde a sua inauguração, em fevereiro de 1976, até novembro de 1981, funcionou nos pavilhões pré-fabricados (Ata nº. 22, da SCMB, de 27/11/1981); entre dezembro de 1982 e junho de 1987 (período em que decorreram as obras de construção do novo Centro Infantil no local onde estavam instalados os pavilhões) funcionou nas instalações

das oficinas dos idosos, atrás do edifício central da SCMB; de 1987 em diante passou a funcionar, definitivamente, no novo edifício próprio construído de raiz, onde ainda se mantém atualmente.

Entre 1976 e 1981 ficou instalado, em pavilhões pré-fabricados, bem conservados e devidamente adaptados e equipados, integrado numa área espaçosa bem no centro da cidade de Bragança. Tratava-se de 4 pavilhões pré-fabricados, isolados com fibra de vidro (Entrevista Educadora 9). O espaço foi adaptado e transformado em três salas de Jardim-de-infância, uma em cada pavilhão e um salão de refeitório em outro. Eram salas espaçosas com aproximadamente 50m² de áreas, com luz direta das janelas. As salas eram servidas por uma sala de apoio e por um salão que servia de refeitório. Tinha um hall de entrada para receber as crianças onde estavam instalados os vestiários com cabides para as crianças deixarem aí os seus pertences. Havia uma sala pequena que funcionava também como sala de reuniões de Educadoras e para pequenas reuniões individuais com os pais. Tinha casas de banho com loiça adaptada às crianças para meninas e meninos que eram também utilizadas pelos adultos do JI. O chão das salas era em madeira e forrado com alcatifas plásticas (Entrevista Educadora 9). Em todas as salas havia aquecedores a óleo muito importantes para os meses frios de inverno (Ata nº. 10 da SCMB, de 9/12/1975). As salas foram equipadas com mobiliário próprio, como estantes, armários e mobiliário adaptado à idade das crianças para as diferentes áreas: áreas dos jogos e construções, com estantes e armário de arrumação de material e áreas da pintura e da escrita; áreas da Casa das Bonecas - cama, mesas-de-cabeceira, guarda-fatos, estantes, cozinha com fogão, mesa e cadeiras; área do disfarce com baús ou arcas para arrumo de material de desperdício e de disfarce, bem como outro mobiliário e material adequado. A instituição ficou apetrechada com jogos, puzzles, dominós, legos, jogos de encaixe, plasticinas, tintas, diferentes tipos de papel de desenhar e pintar, material de picotagem, diversos utensílios de jardinagem bem como alguns triciclos para as crianças brincarem no recreio (Ata nº. 4, da SCMB, de 30/3/1976.) Entre o muito material adquirido destacam-se 40 cadeiras pequenas; 3 armários, 3 quadros de cor verde; 15 parques; 15 camas com colchões de espuma; 50 cadres cama; 1 baloiço grande; 1 baloiço pequeno; 1 roda de cavalinhos; 6 aquecedores de 2000 W e uma mesa de 3 setores independentes (Ata nº. 9 da SCMB, de 5/11/1975).

Apesar de funcionar em pavilhões pré-fabricados houve um cuidado extremo em dar o melhor aspeto possível ao Jardim-de-infância, aspeto mencionado na imprensa local: “Impecável asseio, excelente arrumação de todo o recheio e o bom gosto das modestas mas bem apropriadas decorações” (“*Santa Casa da Misericórdia*”, JMB, 18/3/1977:6). O JI era servido também por um amplo espaço exterior em toda a volta dos pavilhões, em terra e em areia, com árvores, e equipado com parque infantil, com “cavalinhos”, escorregas e baloiços. No início do ano letivo de 1976/77 estava a funcionar em pleno. De forma a dá-la a conhecer ao máximo de pessoas da cidade, a SCMB envia um comunicado para a imprensa, a fazer a divulgação e realizou uma operação de “charme” convidando as pessoas a visitar o JI em dias e horas anunciadas no jornal:

A Santa Casa da Misericórdia de Bragança, que tem como seu devotado e dinâmico Provedor o Rev.º Cónego José Valdemar Pires acabou de anunciar a entrada em serviço do Centro de Bem-Estar Infantil, que reúne os mais indispensáveis requisitos para o fim que foi criado e cuja instituição, única: no género nesta cidade, se tornava verdadeiramente desejada e indispensável, desde há muitos anos! Poderão ser matriculadas, desde já, crianças dos 3 meses aos 3 anos, na Creche, e dos 3 aos 6 anos no Jardim-de-infância, que abrange toda a grande cerca que rodeia o edifício daquele Centro de Bem-Estar, antiga secção feminina do já extinto Hospital da Santa Casal da Misericórdia de Bragança, que não podia ter uma adaptação mais adequada e humanitária! Uma equipa técnica estará ao dispor do mesmo público bragançano, interessado em visitar tão admirável obra de bem-estar infantil, desde as 16 às 18 horas dos dias 14, 15, 18 e 19 do corrente mês. É, indiscutivelmente, uma instituição infantil verdadeiramente modelar, alegre e agradável, onde se respiram, também, cheirinho e asseio extremos. Estão a parabéns as mães bragançanas (“*Centro de Bem Estar Infantil*”, JMB, 12/11/1976:4).

Nos anos seguintes houve a necessidade contínua de arranjos e melhoramentos. Em 1978 foi construída uma parte coberta no recreio para as crianças poderem brincar ao ar livre e estarem protegidas da chuva. Foram, também, adquiridos brinquedos para o recreio e um sistema de repuxo com reservatório de água para as crianças poderem beber (Ata nº. 8, da SCMB, de 16/5/1978). Durante este período de tempo fizeram-se as obras de manutenção necessárias e alguns melhoramentos, como a pintura interior e exterior do pré-fabricado, no ano de 1978 (Ata nº. 10, da SCMB, de 20/6/1978). Ao lado dos pavilhões, inserido ainda na zona do recreio estava localizada a escola Adões Bermudes, há muitos anos devoluta. A SCMB decidiu fazer, nestas instalações, dois salões grandes para serem utilizados pelo Jardim-de-infância. Para isso, foi necessário

retirar algumas paredes interiores da escola (Ata nº. 4, da SCMB, de 14/02/1979). O JI passou a contar com mais dois salões grandes utilizados para a realização de festas de natal e de final de ano, para as aulas de ginástica e para recreio interior nos dias de frio ou de chuva (Entrevista Educadora 9).

Em reunião da Mesa Administrativa da SCMB de 17/11/1981 decidiu-se a mudança do JI para novas instalações provisórias, enquanto se construía o novo edifício (Ata nº. 22). Deliberou-se a demolição dos pavilhões pré-fabricados e iniciaram-se as terraplanagens para construção do novo JI (Ata nº. 22 de 27/11/1981 e ata nº. 24 de 15/12/1981 da SCMB).

5.6.1.2. As instalações entre 1981 e 1987

Durante o tempo de construção do novo Centro Infantil, o Jardim-de-infância foi, assim, obrigado a mudar de instalações em novembro de 1981. A SCMB tinha acautelado esta situação e construiu instalações novas na parte de trás do edifício principal da SCMB para funcionamento de várias oficinas para ocupação dos tempos livres dos idosos (Ata nº. 11, de 7/5/1980). Inicialmente estas oficinas eram para ter apenas uma cobertura de madeira e telhas e optou-se pela colocação de placa de cimento já a pensar num melhor isolamento que oferecia melhores condições às crianças (Ata nº. 10 de 7/8/1980). Numa primeira fase serviriam para o funcionamento das 3 salas de Jardim-de-infância durante a construção do novo centro infantil e só depois passariam a oficinas. Logo que estas instalações foram concluídas, em novembro de 1981, fez-se a mudança do Jardim-de-infância e iniciou-se a construção do novo Centro Infantil. Estes novos espaços de JI tinham os serviços considerados mínimos e tornaram-se, na altura, a melhor solução para instalação do JI. Eram constituídos por 3 salas de dimensões mais reduzidas que as dos pavilhões e um espaço de recreio exterior suficiente que funcionava na rua em frente. Eram salas, localizadas ao lado umas das outras, todas com porta para a rua. Tinha que se sair à rua para se passar de uma sala para outra. Numa das pontas estava localizada uma casa de banho que servia toda a instituição. No meio entre as salas havia uma salinha que servia para arrumação, para as reuniões e para receber os pais:

Eram 3 salas todas ao lado umas das outras com porta para a rua. No meio entre as salas havia uma salinha que servia para arrumação e para as nossas

reuniões e para receber os pais. Não se passava de umas salas para as outras. Só havia uma casa de banho numa das pontas. As crianças para lá irem, tinham sempre que sair pela rua o que era muito desagradável no inverno e em dias de chuva e frio. As salas eram pequenas e estávamos lá mesmo apertadinhos, retangulares, chão de cimento mas forrado a alcatifas de plástico e paredes brancas e altas. Portas de ferro e entrava muito frio por baixo. Tínhamos que fazer aqueles chourições de tecidos para por debaixo da porta para impedir de entrar o frio. Tínhamos aquecedores de parede elétricos. Não havia refeitório e as crianças almoçavam num salão do lar de idosos (Entrevista Educadora 9).

As salas foram equipadas da melhor forma possível com o mobiliário e equipamento já existente, procurando oferecer as melhores condições educativas e sociais às crianças. O Jardim-de-infância funcionava precisamente no mesmo horário, como o mesmo pessoal e nas mesmas condições que o anterior, apenas com a diferença das instalações.

No mês de setembro de 1986, após a conclusão do novo edifício, foi realizada a mudança do JI, desta vez definitiva, para as novas instalações que foram apenas inauguradas do dia 1 de junho de 1987 (Ata nº.12, da SCMB, de 27/5/1987).

5.6.1.3. O horário de funcionamento

O horário do Jardim-de-infância foi decidido conjuntamente com a comissão instaladora, ouvidos os pais e a Mesa Administrativa procurando ser o que mais conviesse a todas as famílias. Ficou estipulado, no regulamento interno do Centro infantil aprovado em reunião da Mesa Administrativa, mesmo a tempo da inauguração (Ata nº. 1, da SCMB, de 28/1/1976) que o JI funcionaria de segunda a sábado em regime de externato e semi-internato.

O horário do regime de externato no período da manhã era: entrada às 8:00, saída entre as 12:00 e as 12:45 e no período da tarde – entrada às 14:00, saída entre as 17:30 e as 19:15. No regime de semi-internato a entrada era às 8:00 e a saída até às 19:15. No horário de regime de externato as crianças não permaneciam no JI na hora do almoço. No horário de semi-internato permaneciam o dia todo com almoço e lanche incluídos. Aos sábados abria às 8:00 e fechava às 13:00. Em 1979, a Mesa Administrativa recebeu um pedido para encerramento do JI ao sábado em virtude da frequência reduzida de crianças. O pedido não foi aceite e continuou a funcionar neste dia (Ata nº. 26, da SCMB, de 20/9/1979). Os horários do JI foram alterados no ano de 1983. Passou a abrir

às 8:15 e a encerrar às 18:30. Ao sábado passou também a abrir às 8:30 e a encerrar às 12:30 (Ata nº. 78, da SCMB, de 7/12/1983). Desta forma, o JI dava resposta às necessidades das famílias em que os dois elementos do casal trabalhavam e que não tinham a quem deixar os filhos. No sentido de dar resposta àquelas famílias, que por vezes, precisavam de deixar os seus filhos até mais tarde no JI, e também para evitar os abusos de alguns pais, foi criado um horário até às 19:00. A partir das 18:45, as famílias das crianças pagavam o suplemento diário de 50\$00. A partir das 19:00 as empregadas de serviço providenciavam no sentido de entregar as crianças na casa das famílias, pagando os pais todas as despesas necessárias, como o transporte ou o telefone. Em caso de abusos eram remetidos à apreciação da Mesa Administrativa que indicava as sanções correspondentes (Ata nº. 78, da SCMB, de 7/12/1983). No ano de 1976 não encerrou no mês de agosto para férias, no ano de 1976 encerrou 3 semanas e a partir de 1976 passou a encerrar sempre para férias durante todo o mês de agosto (Atas da SCMB).

O JI funcionava em média 11 horas por dia. As razões apontadas para a existência de um horário tão longo revelava a preocupação prioritária que se colocavam face às carências sociais, sendo fundamental dar apoio às famílias que começavam cedo a trabalhar e às que trabalhavam até tarde. Era também preocupação a preparação das crianças para a sua vida futura escolar, por isso, valorizava-se muito a função educativa, além da evidente função social (*“Estará certo? 5 lugares de J.I.”*, JMB, 5/10/1979:4). Durante o dia as crianças tinham sempre tempo para as atividades educativas inseridas na componente letiva, devidamente orientadas pelas Educadoras de Infância e atividades de complemento social à família.

As atividades da componente social eram realizadas num período, entre as 7:00 e as 9:00, que antecedia as atividades letivas orientadas pela Educadora, nos períodos de serviço de refeições durante o dia (pequeno-almoço, almoço e lanche), no período de descanso após o almoço entre as 12:30 e as 14:00 ou 14:30, onde as crianças podiam dormir, e a partir das 16:30 até às 19:00. A componente social era assegurada por auxiliares de educação e vigilante contando ainda com pelo menos uma Educadora, através dos horários repartidos (Entrevista Educadora 9).

A componente letiva era o período onde as Educadoras realizavam atividades educativas orientadas para as crianças ou praticadas em atividades livres nas áreas

organizadas dentro das salas. O horário era flexível com pequenas alterações. No período da manhã funcionavam das 9:00 ou 9:30 até às 10:30. Tinham lanche e recreio e continuavam em atividades letivas até às 12:00. No período da tarde era das 14:00 ou 14:30 até às 16.00 ou 16:30 (Entrevista Educadora 9).

5.6.1.4. As crianças

As crianças eram provenientes de todos os estratos sociais da sociedade de Bragança. As famílias pagavam uma mensalidade de acordo com os seus rendimentos e havia algumas crianças das famílias mais carenciadas que não pagavam nada (Educadora 9). As comparticipações eram estipuladas de acordo com as suas condições socioeconómicas. Como base para o estabelecimento da comparticipação mensal das famílias, no ano de 1976, apresenta-se a seguir os escalões das capitações da mensalidade do Jardim-de-infância bem como da alimentação.

Tabela n.º 40 - Comparticipação das famílias por criança no Jardim-de-infância da SCMB no ano de 1976

Escalão	Capitação	Comparticipação	Alimentação
A	150\$00 a 800\$00	10%	A e B 300\$00 + 120\$00
B	801\$00 a 1000\$00	120\$00	
C	1001\$00 a 1800\$00	200\$00	C e D 450\$00 + 200\$00
D	1801\$00 a 2500\$00	250\$00	
E	2501\$00 a 3500\$00	350\$00	E 650\$00 + 350\$00
F	3501\$00 a 5000\$00	500\$00	F e G 850\$00 + 500\$00
G	5001\$00 a 7000\$00	800\$00	
H	7001\$00 em diante	1500\$00	1500\$00
A criança que ficava em regime de semi-internato (Almoço e merenda) no JI pagava o dobro da comparticipação económica do seu respetivo escalão, sendo o mínimo de 240\$00 e o máximo de 1000\$00 mensalmente.			
A criança que só merendava pagava 100\$00 mensalmente.			
A criança que só almoçar esporadicamente pagava 20\$00 por refeição			
A criança que frequentasse o JI em regime de part-time pagava também a verba referente à alimentação			
No ato de inscrição os familiares pagavam uma joia de inscrição de 150\$00.			
O pagamento deveria efetuar-se no começo de cada mês			
As faltas de pagamento sem serem devidamente justificadas poderiam ser motivo de suspensão			

Fonte: Ata n.º.1 de 28/1/1976 da Mesa Administrativa da SCMB.

A partir de 1977 decidiu-se uma redução de mensalidade em 20% se frequentassem a instituição 2 ou mais irmãos (Ata nº. 1, da SCMB, de 5/1/1977).

Em regulamento interno aprovado em reunião da Mesa Administrativa (Ata nº. 1, de 28/1/1976), as condições de admissão das crianças eram as que tivessem as idades de 3 a 6 anos e obedecia a critérios de ordem familiar e socioeconómica, tendo especialmente em consideração as seguintes situações:

- a) As crianças não abrangidas por outros esquemas nomeadamente do Instituto das Obras Sociais, em virtude de já existir um Jardim-de-infância na cidade destinado apenas às crianças beneficiárias da Caixa da Previdência;
- b) Falta da mãe ou do pai no agregado familiar, por morte ou abandono do Lar, desde que a ausência dos mesmos não esteja plenamente substituída;
- c) Doença de carácter prolongado da mãe;
- d) Família cuja mãe tenha de deixar de trabalhar se não tiver onde colocar os filhos, sendo a sua remuneração importante para manutenção do agregado familiar;
- e) Crianças em “colocação familiar” propostas pelos serviços competentes;
- f) Família em que a mãe trabalha fora do lar, regular ou irregularmente, preferindo a primeira situação à segunda;
- g) Más condições habitacionais ou incapacidade educativa da família que obtém ao bom desenvolvimento da criança;
- h) Família em que exista uma pessoa com Necessidades Especiais;
- i) Em igualdade de circunstâncias tinha preferência: a debilidade económica das famílias e a ordem de inscrição das crianças no Centro.

As crianças que não fossem abrangidas pelos critérios referidos, só poderiam ser admitidas desde que não houvesse prejuízo nas situações referidas. Todas as crianças que frequentassem o JI estavam abrangidas por uma modalidade de proteção de seguro que abrangia qualquer acidente que ocorresse durante o tempo em que estivessem no JI ou no percurso de casa para o JI e de regresso a casa. Aquando do pedido de admissão, os familiares deveriam fazer-se acompanhar pelo boletim de vacinas da criança. No ato de matrícula era entregue o regulamento interno do JI para, desta forma, as famílias se inteirarem do seu funcionamento.

As crianças podiam almoçar no Jardim-de-infância. Havia uma sala que funcionava como refeitório que era onde eram servidas as refeições. Quando o JI funcionava nos pavilhões era num refeitório num dos pré-fabricados e quando passou para as oficinas era num salão refeitório do lar de idosos. A alimentação era feita numa cozinha central da Santa Casa da Misericórdia para todos os serviços. Era distribuída para a Creche, para o Jardim-de-infância e para o lar de idosos. Todos os dias de manhã era feita a contagem das crianças que almoçavam e informava-se a cozinha. Havia uma comissão de ementas constituída por 4 idosos, 1 responsável do lar de idosos, outro da Creche e outro do Jardim-de-infância (“*Santa Casa da Misericórdia*”, JMB, 18/3/1977:6). As crianças do Centro Infantil eram beneficiadas com alimentos, nomeadamente bolachas e leite pelo Instituto da Família e da Ação Social (IFAS) e pela Cáritas Diocesana de Bragança (Ata nº. 14, da SCMB, de 3/10/1978).

As crianças da Creche e do Jardim-de-infância eram apoiadas regularmente por um médico, normalmente duas vezes por semana, e sempre que fosse preciso (“*Santa Casa da Misericórdia*”, JMB, 18/3/1977:6), (Ata nº. 16, da SCMB, de 10/12/1976). No período a seguir ao almoço até às 14:00 ou 14:30, todas as crianças do JI repousavam na própria sala em colchões para descansar ou dormir “O meu grupo de crianças dormia em colchões. As outras crianças também dormiam, naquela altura depois do almoço dormiam todas as crianças” (Entrevista Educadora 8).

Quando o Jardim-de-infância abriu no mês de fevereiro de 1976 tinha 60 crianças (Ata nº.4, da SCMB de 30/3/1976). No ano letivo seguinte de 1977/78 o número de crianças do JI reduziu enquanto a Creche estava completa “O Infantário está superlotado. Bom sinal. Por sua vez, o Jardim Infantil está a melhorar a olhos vistos” (“*Centro infantil*”, JMB, 10/3/1978:3). No início do ano letivo de 1979/80, segundo notícia publicada no jornal *Mensageiro de Bragança*, frequentavam o JI da SCMB 90 crianças, o que revelava um bom funcionamento (JMB, 5/10/1979:4). Dado o elevado número de frequência de crianças discutiu-se a possibilidade de aumentar para mais uma sala de JI (Ata, nº. 8, da SCMB, de 14/3/1980), o que se revelava arriscado, o que não se veio a verificar, uma vez que tinham acabado de abrir, na cidade, mais 5 salas de atividades de JI público e gratuito do Ministério da Educação. A partir de 1980 sentiu-se uma redução de frequência de crianças em virtude da abertura do Jardim-de-infância referido. Esta redução de crianças verificou-se em alguns meses, porque, em pouco

tempo, ficou novamente com as 30 crianças por sala. O número de crianças inscritas e a frequentar o Jardim-de-infância a partir de 1981 andou sempre à volta das 90 crianças e com uma grande lista de espera (Entrevista Educadora 9). Em todos os anos de funcionamento até 1986 teve sempre as 3 salas com 30 crianças (Documentos do arquivo da SCMB). Isto vem demonstrar o interesse das famílias de Bragança em colocar os seus filhos em idade pré-escolar no Jardim-de-infância. Este JI servia os interesses das famílias e das crianças pois oferecia vários serviços sociais e educativos. As crianças estavam organizadas por salas com as mesmas idades, funcionando o grupo de crianças dos 3, dos 4 e dos 5 anos de idade (Entrevista Educadora 9).

5.6.1.5. A comissão de pais

Havia uma comissão de pais, constituída anualmente em reunião de pais, no início do ano letivo, por representantes dos pais ou encarregados de educação das crianças que frequentassem o Centro Infantil, em número de 7 a 9 pessoas, eleitos pelos próprios pais ou encarregados de educação. Esta comissão de pais funcionou em ligação com a Direção do Centro e com a periodicidade que os planos de ação exigiam. Poderia requerer-se a realização extraordinária de reuniões sempre que se verificasse a existência de qualquer motivo que o justificasse (Ata nº. 1, da SCMB, de 28/1/1976). Realizavam-se reuniões de pais no início do ano letivo, no meio e no final do ano para tratar de assuntos relacionados com o JI:

Fazíamos sempre uma reunião com os pais em cada período do ano: uma no início onde apresentávamos o plano anual de atividades e informávamos de tudo o que precisavam sobre o funcionamento do Jardim-de-infância. Dizíamos o que queríamos que as crianças trouxessem para o JI, os horários, as rotinas, as nossas regras, etc. Essa informação estava toda num panfleto que entregávamos aos pais. Discutia-se logo nessa reunião que participação queríamos dos pais, decidiam-se os dias das festas do magusto e do natal e os passeios que pretendíamos fazer. Depois fazíamos outra no 2º período e outra no final de ano...As reuniões eram realizadas no salão do refeitório dos pavilhões ou em cima na sala de refeitório do lar de idoso (Educadora 9).

Nessa reunião participavam além dos pais das crianças e das Educadoras também as auxiliares e vigilantes do JI bem como as estagiárias do curso de Educadoras de

Infância a partir de 1984, que foi quando as passaram a receber (Entrevista Educadora 9).

5.6.1.6. A organização e funcionamento

Devido à quase inexistência de pessoal técnico qualificado em Educação de Infância, não foi fácil o processo de recrutamento destes profissionais para o centro Infantil. Um ano antes do JI abrir, precisamente em janeiro de 1975, a SCMB abriu o concurso documental para admissão de Educadoras de Infância formadas pela Escola Paula Frassinetti do Porto, do Instituto de Educação Infantil e Escola de Educadoras de Infância de Lisboa. Informava que o concurso estaria aberto até ao mês de novembro (*“Infantário e Jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia”*, JMB, 24/1/1975:8). Devido à falta de candidatas ao concurso, decidiu contactar diretamente diversos centros de Formação de Educadoras de Infância (Ata nº. 3, da SCMB, de 18/3/1975). Estavam decididos a só abrirem quando tivessem as Educadoras de Infância suficientes para o funcionamento do Centro Infantil. Esta insistência produziu resultados pois quando o Centro Infantil abriu em 1976, contava com 3 Educadoras de Infância – todas formadas pela Escola Paula Frassinetti do Porto -, 1 enfermeira, 3 auxiliares de educação, 5 ajudantes de Creche e duas vigilantes. Destas, ficaram afetas ao Jardim-de-infância, 2 Educadoras de Infância, duas auxiliares educativas e duas vigilantes. A enfermeira apoiava as duas respostas sociais. O restante pessoal ficou afeto à Creche (Ata nº. 1, da SCMB, de 28/1/1976). Cada Educadora do JI ficou responsável por uma sala com grupo de crianças, tal como uma auxiliar de educação que ficou responsável, igualmente, por outra sala com as crianças de 3 anos de idade. As ajudantes e a outra auxiliar de educação ficaram de apoio a cada sala.

Uma das Educadoras do JI optou, logo em abril, por se transferir para o Centro de Educação Especial onde só trabalhava de tarde. Uma auxiliar de educação foi obrigada a sair no mês de maio por pertencer ao quadro de adidos e ter que ser destacada para o JI do Hospital:

Fui eu que abri o JI da Misericórdia com mais duas Educadoras e pessoal ajudante. Fiquei responsável pela sala das crianças de 3 anos de idade. Comecei em fevereiro de 1976 e estive lá até ao mês de maio. Mas como a Misericórdia não era estatal não me autorizaram o destacamento. Como no

hospital estavam a precisar para a Creche e Jardim-de-infância uma auxiliar destacaram-me para lá (Entrevista Educadora 8).

Estes factos vieram causar alguns problemas ao funcionamento do JI. No sentido de resolver a situação, a pedido da Mesa Administrativa, a Educadora ficou a trabalhar em *part-time* no horário da manhã no JI da Misericórdia até ao fim do mês de julho (Ata nº. 5, de 7/4/1976), enquanto não contratassem outra Educadora. A auxiliar educativa foi substituída por outra auxiliar que já trabalhava no JI, passando a assumir o grupo de crianças. Mesmo assim ainda foi contratada uma tarefeira em virtude da Educadora não trabalhar no período da tarde (Ata nº. 8, da SCMB, de 18/5/1976).

A partir de outubro de 1976, o JI passou a funcionar normalmente com 3 Educadoras de Infância, sendo uma por sala (Ata nº. 13, da SCMB, de 19/10/1976), e aumentaram o número de vigilantes de 2 para 5 (Ata nº. 16, da SCMB, de 10/12/1976). Este aumento de vigilantes e de Educadoras foi um sinal evidente do bom funcionamento do Jardim-de-infância e do elevado número de crianças que o frequentavam. Nos anos seguintes mudou várias vezes de Educadoras, houve períodos em que houve apenas uma Educadora, como no ano letivo de 1980/81, em que saíram as 3 Educadoras e entrou apenas uma. Nesse ano a Educadora estava responsável por uma sala e, nas outras duas salas, estavam como responsáveis uma auxiliar educativa e uma agente Educativa Rural (Entrevista Educadora 9). Depois foi contratada mais uma Educadora no ano de 1981 e em 1982 outra. A partir daí mantiveram-se sempre 3 Educadoras a trabalhar até à mudança para o novo centro em 1987, número que aumentou nos anos seguintes. A SCMB teve sempre a trabalhar bastante pessoal de apoio chegando a haver alturas em que havia 2 ajudantes por sala “Tínhamos era muitas ajudantes educativas. Eram 2 ajudantes por sala. A Misericórdia trabalhou sempre com muitas ajudantes” (Entrevista Educadora 9).

As Educadoras de Infância procuravam sempre que possível participar nas ações de formação que se realizavam na cidade de Bragança e fora, sobre as temáticas que mais lhe interessavam (Entrevista Educadora 9). No sentido de conhecerem o funcionamento de outros Jardins-de-infância e, incentivados pela Mesa Administrativa da SCMB, chegaram a visitar alguns JI da cidade espanhola de Zamora, no ano de 1982. Ali se deslocaram duas Educadoras da instituição, duas auxiliares de educação e elementos da Mesa Administrativa, em transporte fornecido pela Santa Casa (Ata nº. 37,

da SCMB, de 4/5/82). Dessa visita resultou um intercâmbio com um JI de Zamora e organizaram-se dois dias de visita das crianças e dos pais a Bragança e a Zamora:

No ano de 1982 o pessoal da SCMB foi fazer uma visita a Jardins-de-infância de Zamora. Fomos eu e outra Educadora, mais o provedor e duas auxiliares. Queríamos a ver a forma como se trabalhava em Espanha, como estavam organizados para fazermos igual ou melhor. Reparei que nós estávamos mais desenvolvidos. Dessa visita resultou a visita das crianças e dos pais de um Jardim-de-infância de Zamora ao nosso JI em Bragança e depois fomos nós lá com as nossas crianças e com os pais. Foram dois dias muito bem organizados e muito interessantes. Partilhamos informações, e foi muito produtivo. Devia haver mais situações destas. As crianças e os pais adoraram (Entrevista Educadora 9).

Ao longo do tempo de existência do JI, não se pode dizer que houve um modelo pedagógico definido para se trabalhar com as crianças, devido a ter havido várias Educadoras de Infância provenientes de diferentes escolas de formação como Paula Frassinetti e Santa Mafalda no Porto. Além da diferença da escola de formação, também havia o estilo próprio que cada uma adotava. Apesar dessas diferenças, todas seguiram a pedagogia de Maria Montessori e influenciadas pelas pedagogias de outros autores como Fröebel, Pestalozzi, etc. No entanto, todas trabalhavam de acordo com um projeto definido entre todas no início do ano e desenvolvido depois em cada sala conforme as características e necessidade de cada grupo de crianças. Nos períodos em que não havia Educadora numa das salas, era colocada em sua substituição uma auxiliar educativa. Era a Educadora com funções de diretora que dava as orientações da forma como se deveria desenvolver o trabalho educativo.

No ano de 1980 foi contratada uma nova Educadora, que passou a assumir um grupo de crianças da sala dos 5 anos de idade e ficou, a partir dessa data também com as funções de diretora de todo o Centro de Bem-Estar Infantil. Passou a trabalhar-se segundo as suas diretrizes, quer as outras educadoras quer o pessoal auxiliar. Procurou organizar o JI da sua forma e para isso teve que impor as suas ideias. Para o conseguir contou com o apoio total da Mesa Administrativa (Entrevista Educadora 9). Organizou todo o seu trabalho no JI segundo a Pedagogia de Maria Montessori - pedagoga que tinha trabalhado muito durante o seu curso de formação inicial.

As áreas das salas estavam de forma a proporcionarem às crianças oportunidades de realizarem diversas experiências, brincadeiras e aprendizagens significativas. Existia

sempre tempo ao longo do dia para as crianças irem livremente brincar para as áreas e fazerem o que entendessem “Depois organizei os espaços de todas as salas segundo o modelo de Maria Montessori. Como tinha trabalhado muito a Maria Montessori durante a minha formação no curso passei a seguir o seu modelo nas atividades pedagógicas também (Entrevista Educadora 9). Nas áreas havia material para trabalhar as sensações “como frasquinhos com cheiros, misturas de cores, sabores, objetos com texturas diferentes, etc. Havia a áreas da matemática, da natureza, dos jogos e construções, da casinha das bonecas, do disfarce, da garagem, da biblioteca” (Entrevista Educadora 9). Era a Educadora que decidia tudo no que dizia respeito à organização das atividades e das salas. As crianças limitavam-se a aceitar as regras:

Eramos sempre as Educadoras quem decidia tudo. As crianças pouco participavam nas decisões. Quando chegavam às salas estas já estavam todas organizadas à espera delas. Depois só tínhamos que lhe explicar tudo como funcionava e as regras e toda a organização. Eramos nós as Educadoras que definíamos todas as regras... Depois só tínhamos que explicar tudo muito bem às crianças para elas entenderem tudo e aprenderem a estar (Entrevista Educadora 9).

A organização do material nas áreas estava arrumado dentro de caixas identificadas com símbolos e nome escrito: “Todo o material estava organizado em caixas identificadas por escrito e com o desenho respetivo do que tinha dentro (Entrevista Educadora 9). As crianças, quando queriam brincar com jogos ou construções, tinham um pano quadrado à sua disposição que colocavam em cima de uma mesa com os brinquedos ou jogos em cima:

Cada criança quando queria usar um material ou um jogo com peças, ia buscar o seu pano de flanela que abria em cima da mesa e punha lá os seus jogos e objetos para brincar. Só podia brincar naquele espaço. O pano servia para que a criança apenas ocupasse o seu espaço e não o dos outros. Resultava muito bem porque não havia objetos espalhados pela sala e pelas mesas e servia também para a diminuição do ruído. O pano era quadrado e tinha aproximadamente 40 cm de lado. As crianças aprendiam a estar no espaço da sala e sabiam sempre onde organizar o material. Todo o material tinha o seu lugar. Quando acabassem eram eles que arrumavam tudo no lugar para outra criança poder utilizar (Entrevista Educadora 9).

O material utilizado era comprado, mandado fazer ou construído pelas próprias Educadoras e ajudantes e por vezes pelas crianças:

Todo o material e objetos estavam identificados com símbolos, sinais. Foi assim que trabalhei no curso. Era o método de Montessori e funcionava muito bem para as crianças. Todas as caixas estavam com o material que se comprava ou que nós produzíamos. Lembro-me de fazermos material de enfiamentos, cortávamos pedaços pequenos de tubos e depois com cordões as crianças faziam enfiamentos. Havia também botões e pedaços de tecido com botões para as crianças aprenderem a abotoar. Tínhamos sempre material para as crianças aprenderem a apertar as sapatilhas onde elas podiam treinar e aprender. Este método de trabalhar permitia às crianças uma maior segurança e era mais fácil para elas usarem tudo na sala e saberem sempre onde estava tudo. Muito deste material era ou comprado, ou mandado fazer no carpinteiro ou feito pelas Educadoras e auxiliares (Entrevista Educadora 9).

As Educadoras iniciavam o dia no Jardim-de-infância com o acolhimento que começava por volta das 9:00. Com as crianças sentadas em almofadas no círculo desenhado no centro da sala, iniciava-se um tempo de diálogo e de preparação para o dia:

Depois às 9:00 começávamos com o acolhimento com as crianças sentadas na roda no centro da sala. Era a roda de Maria Montessori. Desenhava uma roda “círculo” no centro da sala, onde todos se sentavam de forma a estarmos todos bem organizados e sentados tranquilamente em cima de uma almofada que cada um levava. O acolhimento era um tempo muito importante. Era a preparação para o dia. Cada criança podia falar o que quisesse e partilhar com os colegas. Cantávamos canções e era uma forma de acolher da forma mais agradável possível a todas as crianças. Era muito importante para o diálogo, para desinibição, para ficarmos todos a conhecer-nos melhor e a preparar o dia (Entrevista Educadora 9).

As atividades letivas eram organizadas conforme o tema que se estivesse a tratar no período da manhã e no período da tarde: “Havia sempre histórias que se liam ou contavam, teatros, projeção de slides, sempre muitas imagens, e muita ação das crianças: recortes, pinturas de todas as formas, construções, colagens, fichas, etc. (Entrevista Educadora 9).

O trabalho era organizado em reuniões com a equipe técnica da instituição. Era decidido o plano de atividades anual e o tema a trabalhar ao longo do ano:

No início fazia reuniões semanais com as auxiliares educativas e depois com as Educadoras. Era aí que fazíamos as planificações de todo o trabalho semanal, mensal, anual. Era aí que decidíamos os projetos e os sub ou mini projetos. No início foi muito importante este trabalho com as auxiliares pois

eram elas que ficavam sozinhas com as crianças numa sala, apesar de ser eu a orientar e a ver o trabalho que eu fazia com as crianças. Elas faziam o que eu fazia. Eram minhas subalternas e tinham que fazer as coisas como eu lhe dizia. Passava pelas salas a ver como estava tudo a funcionar e alterava o que achasse que estava mal. Eu controlava sempre tudo o que se passava no JI. Então estas reuniões eram importantes para lhe explicar tudo para que elas fizessem as atividades com as crianças da melhor forma possível. Sempre considerei muito importante a troca de ideias e de reflexão com a equipe pedagógica. Era importante para planearmos e organizarmos o nosso trabalho com as crianças, com os pais, sobre os projetos a realizar, o que precisávamos de comprar, construir ou pedir aos pais, etc. Muita coisa. Eramos nós que decidíamos o tema que iríamos trabalhar em cada ano e os subtemas dali resultantes. Além disso trabalhávamos sempre as temáticas fixas ao longo do ano como as estações do ano, o magusto, o natal, o carnaval, a páscoa, fim de ano, dias comemorativos como do pai, da mãe, da primavera, dia da criança, etc. (Entrevista Educadora 9).

Os trabalhos que as crianças faziam, eram arrumados em pastas construídas em cartolinas pelas Educadoras e ajudantes e, entregues aos pais no final do ano: “Todos os trabalhos das crianças eram guardados em pastas que nós fazíamos com cartolinas. No final do ano essas pastas eram entregues aos pais” (Entrevista Educadora 9). Todos os dias, havia um tempo para avaliar o trabalho do dia com as crianças, onde elas tinham oportunidade de falar sobre as atividades que estavam a fazer ou que fizeram:

Fazíamos avaliação diária com as crianças ou ao fim da manhã ou ao fim do dia. As crianças falavam da sua atividade que realizaram, do que gostaram mais de fazer, das dificuldades que sentiram e dos materiais que usaram e se ainda precisavam de mais tempo para acabar o trabalho (Entrevista Educadora 9).

A avaliação das crianças era feita todos os dias de uma forma informal. Eram dadas informações aos pais no dia-a-dia, nas reuniões ao longo do ano. No final de cada ano as Educadoras faziam a avaliação individual que entregavam aos pais:

No final do ano fazíamos sempre a avaliação individual de todas as crianças. Consistia no preenchimento de uma ficha individual onde colocávamos cruces conforme o que achássemos de cada criança. Era avaliada em todos os aspetos sensoriais, motores, psicológicos, motricidade, dificuldades, habilidades, etc. Além das cruces ainda escrevíamos sempre o que achávamos de cada criança no geral (Entrevista Educadora 9).

Esta informação era dada aos pais. Quando as crianças iam para a escola Primária não era passada qualquer informação sobre as mesmas às professoras. Não havia

qualquer iniciativa entre os dois níveis de ensino que facilitasse a integração das crianças na escola Primária:

Não nos preocupávamos nada com isso. Não tínhamos qualquer relação com as escolas primárias nem com as suas professoras. Nunca fazíamos visitas às escolas nem nada disso. Nem nos passava isso pela cabeça. Mas as nossas crianças iam sempre muito bem preparadas para a escola (Entrevista Educadora 9).

As crianças eram trabalhadas para a escola Primária apenas com as atividades realizadas no II. Trabalhava-se a iniciação à leitura e à escrita, mas sempre com a preocupação de não se ensinar a ler nem a escrever:

Trabalhávamos muito bem a iniciação à leitura e à escrita. Utilizávamos o método de Maria Montessori através das suas tábuas. Nós é que as construíamos. Eram duas tábuas onde colocávamos letras em madeira e com a parte de cima forradas com lixa. Uma tábuas tinha todas as letras maiúsculas e minúsculas manuscritas e na outra tábuas as letras minúsculas e maiúsculas impressas. As crianças passavam o dedo em cima delas muitas vezes na parte áspera da lixa e depois procuravam desenhar numa folha. Era ótimo para trabalhar a simbologia e a consciência fonológica das crianças (Entrevista Educadora 9).

A forma de trabalhar das Educadoras era idêntica, por terem sido na grande maioria, formadas pela mesma escola de formação – Escola de Formação Paula Frassinetti do Porto. Desta forma, o modo de trabalhar era idêntico ao do Jardim-de-infância nº. 1 do Ministério da Educação de Bragança - Educadoras que também foram formadas pela mesma escola. No início de cada ano letivo, era realizada uma reunião de pais onde era apresentado o projeto a desenvolver ao longo do ano. Havia reuniões semanais entre as Educadoras para discutir sobre assuntos relacionados com os projetos e atividades a desenvolver. Havia um conjunto de festas e eventos que se realizavam todos os anos, onde se trabalhavam os temas com eles relacionados, como: o magusto, a festa de natal, o carnaval e a festa de final de ano. Depois ainda havia o dia da árvore, o dia da criança, o dia da mãe e o dia do pai. Havia temáticas que, independentemente do projeto a vivenciar, eram todos os anos trabalhadas no Jardim-de-infância: temáticas relacionadas com o outono, o inverno, a primavera e o verão. O facto de propor objetivos sociais ou assistenciais, mas também, objetivos predominantemente pedagógicos ou educativos, valorizava muito esta instituição.

5.6.2. A construção do Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Bragança e a demolição da Escola Adães Bermudes

Quando a Santa Casa da Misericórdia de Bragança, após o encerramento do seu Hospital, optou por abrir uma Creche e um Jardim-de-infância, foi logo sua intenção construir um edifício novo com todas as condições exigidas. O local pretendido era o local onde estava a funcionar o JI nos pavilhões pré-fabricados, junto à Escola Adães Bermudes. Em reunião da Mesa Administrativa da SCMB, de 7/5/1980, decidiu-se construir um edifício novo e encarregou-se um arquiteto de fazer o projeto (Ata nº. 11 da SCMB de 7/5/1980). No entanto, debatiam-se com um problema, porque as dimensões do edifício pretendido implicava a demolição da Escola Adães Bermudes, nesta altura já na posse da Santa Casa da Misericórdia de Bragança. Em dezembro do mesmo ano, trocaram de arquiteto em virtude de este se opor ao projeto por implicar a demolição da referida escola e ainda não ter apresentado qualquer esboço (Ata nº. 32 da SCMB de 17/2/1980). Com o projeto pronto, deliberou-se submete-lo à apreciação do Centro Regional de Segurança Social de Bragança (Ata nº. 19 da SCMB, de 28/9/1981), que deu parecer favorável à sua construção e, por sua vez, à demolição da Escola Adães Bermudes (Ata nº. 20 da SCMB, de 11/11/1981). A SCMB decidiu iniciar os trabalhos de terraplanagem e construção da 1ª fase do Edifício. Estes trabalhos iniciais ainda não implicavam a demolição da escola (Ata nº. 21 da SCMB, de 17/11/1981 e ata nº. 24 de 15/12/1981). A população estava consciente que esta não iria ser demolida (JMB, 27/11/1981:4). Em 8/1/1982, a Santa Casa da Misericórdia de Bragança informou que iriam começar brevemente as obras do Centro Infantil no parque (*“Reconversão do Património da SCMB”*, 8/1/1982:2).

Os trabalhos de terraplanagem começaram mas ainda faltava o parecer da Câmara Municipal de Bragança. Em reunião de Câmara, esta votou favoravelmente mas com um voto contra de um vereador que se opunha, devido a implicar a demolição da escola Adães Bermudes:

Santa Casa Da Misericórdia de Bragança para construção de uma Creche e Jardim Infantil, na Rua Emídio Navarro desta cidade. Deferido por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador Maximino José Alves que está de acordo com a informação dos Serviços Técnicos, que é do teor seguinte: “a construção deste edifício implica a demolição duma escola antiga do tipo “sino” que é exemplar único da cidade. Deve em meu entender, ser preservada e restaurada dado ser um exemplar digno do Património que urge

conservar, sob pena de estar a ser destruída a história duma cidade”.(Livro de atas nº. 58 da CMB, de 31/03/82, fl.132v).

Ainda houve abaixo assinados e movimentos de pessoas da cidade para impedir que a escola fosse demolida, mas de nada valeram. A escola foi demolida no ano de 1982. Apresenta-se a seguir a Escola Adães Bermudes de Bragança.

Figura 15 - Escola Adães Bermudes de Bragança



Fonte: Arquivo fotográfico de Carlos Fotógrafo de Bragança

Como referido atrás, a SCMB ainda colocou a hipótese de o Jardim-de-infância funcionar na Escola Adães Bermudes, precisamente no mesmo local onde tinha funcionado o primeiro JI público de Bragança entre 1928 e 1934. Hoje seria com toda a certeza um monumento importante para a cidade de Bragança e para a história da Educação em geral e da Educação de Infância em particular. Passados tantos anos e voltar a contar novamente com crianças de idade pré-escolar neste edifício, revelar-se-ia como um importante acontecimento.

No jornal *Gazeta de Bragança* (nº. 557 de 18-01-1903) encontra-se um artigo sobre as construções escolares edificadas segundo o projeto tipo de Adães Bermudes que diz o seguinte:

Iniciou-se nestes últimos anos a construção de edifícios escolares em convenientes condições para a ministração do ensino nas localidades em que

ainda os não há, – que são o maior número, ou onde as casas da escola são insuficientes para o fim a que se destinam. Na Direcção Geral da Instrução Pública há hoje uma repartição especial de construções escolares. O chefe dessa repartição é o distinto arquitecto Adães Bermudes. Em todo o país está procedendo à construção de casas de escolas (...). Na semana passada veio ao distrito de Bragança o Sr. Adães Bermudes, acompanhado do arquitecto Peres e do condutor das obras públicas em comissão nas construções escolares, Sr. Ruas, e escolheram locais, levantando as respectivas plantas, para as seguintes construções escolares: (...) em Bragança, casa de escola do sexo feminino para as duas freguesias de Santa Maria e Sé, no local onde se começou a construir uma praça do mercado, na rua Conselheiro Emídio Navarro. Resolvido como está, abandonar a construção da praça naquele sítio e fazê-la no largo de Camões (Eiras), a câmara procede muito acertadamente em oferecer ao governo aquele local, já terraplanado e com sólidos muros de suporte para o edifício escolar de que Bragança tanto carece, pois que há na cidade apenas casas de escola para as aulas primárias do sexo masculino, estando a pagar a Câmara mais de cem mil reis anualmente pela renda de casas de escolas para o outro sexo jornal *Gazeta de Bragança* (nº. 557 de 18-01-1903).

Não se sabe ao certo em que data a escola foi concluída, mas foi anterior a 1909, pois há referências de neste ano se ter lá festejado a “festa da árvore”. Mas certa foi a sua demolição no ano de 1982 (Ata nº. 37, da SCMB, de 4/5/1982). Foi assim demolido um importante edifício do património nacional, muito relevante na história da educação em geral e da Educação de Infância em particular da cidade de Bragança. Do edifício apenas hoje restam as pedras das inscrições “sexo masculino” e “sexo feminino”, no muro localizado no parque do Jardim-de-infância. Restam também as memórias e as poucas fotografias como a que aqui se regista para memória futura.

O novo edifício do Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Bragança foi construído e a sua inauguração foi dia 1 de junho de 1987 (Ata nº. 12 da SCMB, de 27/5/1987). Passaram assim a funcionar, neste edifício, 4 salas de atividades de JI e 3 salas de Creche. Ainda hoje funciona com o nome de Centro Infantil Cinderela (JMB, 5/6/1987:7).

De referir que a SCMB construiu mais um Centro Infantil denominado “S. João de Deus” no Bairro das Cantarias com 3 salas de Creche, 3 salas de Jardim-de-infância e uma sala de Atividades de Tempos Livres para crianças dos 6 aos 12 anos inaugurado em 1 de outubro de 1990. No ano de 1993 adquiriu também o Centro Infantil da Coxa propriedade até então do Centro Regional de Segurança Social. Mais recentemente, ano

de 2013, ficou também com o Centro de Educação Especial onde desenvolve um trabalho no apoio às pessoas com necessidades especiais.

5.7. O Jardim-de-infância Público nº.1 do Ministério da Educação

O Jardim-de-infância nº.1 de Bragança do Ministério da Educação foi criado em agosto de 1979 (*Portaria nº.394/79 de 3 de agosto*).

O desejo pela abertura de um Jardim-de-infância público era ambição antiga em Bragança. Já vinha do tempo do encerramento da Escola Infantil oficial no ano de 1934. Por várias vezes se referia essa pretensão quando se abriram Jardins-de-infância (JI) da iniciativa privada. No entanto, o discurso contrário do governo mantinha-se fiel ao dizer que apoiava, mas não abria qualquer JI público. As razões da sua criação devem-se às características específicas da cidade de Bragança, na altura com um elevado aglomerado populacional e uma zona carenciada de equipamentos sociais e culturais. Havia muitas mães trabalhadoras que não tinham onde colocar os seus filhos no tempo que estavam a trabalhar. Um dos critérios para se abrir um Jardim-de-infância era que a localidade tivesse uma população infantil igual ou superior a duzentas crianças de idade entre os três e os seis anos de idade. Bragança ultrapassava largamente esses números andando à volta das 1000 crianças (Fernandes, 2009). Uma das razões que também apontavam para a necessidade de criação do Jardim-de-infância era o fraco índice de adaptação e rendimento escolar que se verificava nas crianças da 1ª classe do Ensino Primário que não frequentavam o Jardim-de-infância.

Tratava-se de uma localidade cujos Jardins-de-infância, em funcionamento, eram todos pertencentes à rede particular, com mensalidades elevadas e com uma lista grande de espera para as inscrições. No início do ano de 1978 funcionavam seis instituições com catorze salas de Jardins-de-infância. Com três salas de atividades funcionavam a Congregação Religiosas das Servas Franciscanas, o Sagrado Coração de Jesus, a Santa Casa da Misericórdia e o Instituto das Obras Sociais. Com uma sala, o Hospital Distrital e o Centro de Educação Especial (CEE). No entanto 3 destas instituições não permitiam a frequência de todas as crianças: o JI do Instituto das Obras Sociais, eram destinados só para as crianças filhas dos beneficiários da Caixa de Previdência, o do Hospital apenas para os filhos dos seus funcionários e o da Educação Especial, pela sua especificidade de só receber crianças com necessidades especiais. Nesta altura, à exceção das salas de

II do CEE, todos os outros tinham lista de espera e com pagamento de mensalidades. Não havia, por isso, em Bragança, Educação Pré-escolar gratuita.

Foi nesta contextualização que surgiu na cidade de Bragança, o Jardim-de-infância público e oficial (Tratou-se do 2º II Público a existir em Bragança, uma vez que o 1º tinha funcionado entre 1915 e 1934), criado pela Portaria conjunta dos Ministros da Administração Interna, das Finanças, dos Assuntos Sociais e da Educação (*Portaria n.º. 394/79 de 3 de agosto*), com cinco lugares de Educadores de Infância. Passou a chamar-se de Jardim-de-infância n.º. 1 de Bragança por ser o único pertencente à rede pública a funcionar na cidade. Os Estatutos dos Jardins-de-infância, publicados em 1979, referiam:

Os Jardins-de-infância do sistema público a funcionarem na dependência do Ministério da Educação são designados pelo nome da localidade onde funcionam, salvo nos casos em que, existindo mais do que um na mesma localidade, a cada um deles será atribuído um n.º. (*Art.3º, n.º. 2, DR- Decreto-Lei n.º.542/79, 31/12) 1979-.I-Série, n.º. 300*).

A criação deste Jardim está inserida no movimento da aposta de abertura de salas de Jardins-de-infância pelo Estado Português, após a criação da rede pública de Educação Pré-escolar (*Lei 5/77 - 1/2/1977*). A partir do ano de 1979 foram criados em todo o distrito, muitos Jardins-de-infância da rede pública do Ministério da Educação, quer em vilas e cidades, quer em muitas aldeias.

Em Bragança a criação do Jardim-de-infância deveu-se à forte pressão que a Câmara Municipal de Bragança, na altura presidida pelo Engenheiro José Luís Pinheiro, fez contando sempre com o apoio da delegação escolar e de toda a comunidade da cidade, interessada em ter um Jardim-de-infância público e gratuito. Havia dúvidas se a solução passava pela construção de um só edifício com cinco salas de Educação Pré-escolar ou se seria melhor solução instalar as cinco salas em diferentes zonas da cidade, de modo a abranger as áreas onde ainda não havia qualquer tipo de resposta educativa nestas áreas. O assunto foi discutido pela Câmara Municipal de Bragança que assinou um acordo de cooperação com a Direção Geral do Ensino Básico relativamente ao funcionamento das cinco salas de Jardins-de-infância na cidade em reunião de Câmara de 27/8/1979 (Livro de atas n.º. 56, fl. 174f). Foi ainda deliberado, nessa reunião, pedir proposta para o fornecimento de um edifício pré-fabricado tipo Jardim-de-infância. Era,

assim, considerada a hipótese de funcionamento provisório em pavilhão pré-fabricado, o que não se veio a verificar.

No jornal *Mensageiro de Bragança* foi publicada uma notícia sobre a criação do JI e que funcionaria provisoriamente num único local em pavilhões. Discutia-se se seria melhor instalar as 5 salas num único local ou em vários bairros da cidade:

Foram criados em Bragança cinco lugares para funcionamento de Jardins Infantis do Meio, para crianças dos 3 aos 6 anos. Certo! Consta que todos esses lugares vão funcionar em pavilhões a instalar entre a Escola Industrial e Comercial e a Praça Cavaleiro de Ferreira. Estará certo? Não seria melhor distribuí-los pelos bairros periféricos da cidade? O centro da cidade já tem o Jardim da Misericórdia para 90 crianças: o Jardim da I. O. S. para 40; o do Colégio do Sagrado Coração de Jesus para 50 crianças. As crianças do Bairro da Coxa, do Alto das Cantarias, da Mãe-d'Água, de S. Sebastião e das Amendoeiras não serão filhas de Deus como as outras? Mais uma pergunta: A Câmara Municipal não poderá dialogar com a Comissão de Participação e Consulta Distrital ou com o I. F. A. S. para fazer uma cobertura mais racional dos benefícios sociais à Cidade? (*“Estará certo”*, JMB, 5/10/1979:4).

Acabou por se decidir construir-se um edifício próprio com todas as condições de funcionamento de um Jardim-de-infância moderno com cinco salas de atividades (JMB, 25/4/1980:4) e que, provisoriamente seria instalado no edifício do talhão disponível da Câmara Municipal a nascente da cadeia (Livro de atas nº. 56, de 27/8/1979 fl. 174f).

Os cinco lugares de Educadoras de Infância criados foram postos a concurso público de agregadas e foram colocadas as Educadoras. De referir que se tratava de profissionais todas recentemente formadas e a trabalharem em outros Jardins-de-infância da rede privada. Apresentaram-se ao serviço no início do mês de outubro de 1979, nas instalações da Delegação Escolar de Bragança. Como ainda não havia local destinado ao funcionamento do Jardim-de-infância, o seu lugar de trabalho passou a ser ali, enquanto aguardavam novas ordens. Correu rápido a informação da abertura do Jardim-de-infância nesse ano letivo na cidade. As Educadoras começaram a efetuar as inscrições das crianças e a preparar o ano letivo enquanto aguardavam: “Na altura, as inscrições foram feitas na Delegação escolar. Nós na altura servíamo-nos do jornal *Mensageiro de Bragança* e também nos primeiros anos chegámos a mandar para a rádio. Mas eram uma loucura, as inscrições na altura” (Entrevista Educadora 5). Começaram a construir e a preparar diverso material para utilizarem quando iniciassem

funções (Entrevistas Educadoras 5 e 6). Os meses passavam e não recebiam qualquer informação sobre a data de funcionamento do Jardim-de-infância. Cansadas da situação, no mês de dezembro de 1979, dirigiram-se ao presidente da Câmara como forma de o pressionar para a abertura e funcionamento provisório do JI. Apesar das instalações destinadas ainda não estarem sem qualquer adaptação e sem qualquer equipamento, o presidente da Câmara acabou por lhes dar as chaves das instalações referidas e deu-lhes autorização para que começassem a preparar os espaços:

Estávamos na Delegação sem crianças, e nós queríamos começar, e então começámos a pressionar o Presidente da Câmara, com ajuda do Diretor escolar. Tanto pressionamos que o Presidente da Câmara um dia, já desesperado, dá-nos um molho de chaves, “p’raí” com cento e tal chaves, e disse “desenrasquem-se, vão para o quartel, que é vosso”. Que hoje é Câmara Municipal. Então nós fomos para o quartel, olhámos umas parais as outras e escolhemos uma parte do quartel. Aquilo eram 4 alas, e nós trabalhamos numa das alas. E então essa ala que nós escolhemos tinha salinhas pequenas, que eram os gabinetes. E lembro-me perfeitamente que uma das salas tinha as cabines telefónicas e então, acho que foi um espetáculo para mim, porque eu peguei nas cabines telefónicas, e então as áreas foram construídas dentro das cabines. A sala, portanto tinha uma sala pequenina, e essa sala era onde nós nos reuníamos e fazíamos as reuniões de grupo. E depois dirigia-as para o seu espaço, e foi uma experiência que eu tive fantástica, porque foi diferente, e nós no fundo (...) é o adaptar ao meio. E resultou (Entrevista Educadora 5).

Na época, a sua localização era um pouco afastada do centro da cidade. As Educadoras escolheram uma das alas e prepararam os espaços para funcionar ali provisoriamente o Jardim-de-infância. As obras de adaptação foram feitas pela Câmara Municipal de Bragança, pelas Educadoras, por amigos e pelas crianças já integradas. O Presidente da Câmara disponibilizou-lhes o que precisavam para aprontar os espaços, desde mobiliário a materiais. Foi deliberado adquirir o seguinte material para a escola pré-Primária a funcionar nesta cidade: seis armários verticais pelo preço unitário de nove mil seiscentos e setenta escudos; vinte e cinco mesas trapezoidais pelo preço unitário de mil cento e dez escudos; cinco mesas retangulares pelo preço unitário de mil escudos; cento e cinquenta cadeiras pelo preço unitário de trezentos e quarenta escudos (Livro nº. 57 da CMB, de 28/12/79, fl. 25v). O material que se adquiriu servia depois para o novo edifício. Prepararam todas as salas com tudo o que precisavam: pintaram, decoraram, mobilaram, limparam e, no mês de janeiro de 1980, estava tudo pronto a

receber as crianças em 5 salas de JI. Começou a funcionar em pleno logo de início com 100 crianças distribuídas pelas salas de acordo com as mesmas idades (Entrevista Educadora 5). Adaptaram-se às condições que tinham, criaram uma ótima relação com os pais envolvendo-os no JI e lançaram ali as bases para o que viria a ser o sucesso daquele Jardim-de-infância como se veio a revelar nos anos posteriores sempre muito bem aceite pela sociedade. Finalmente havia uma instituição que aceitava gratuitamente todas as crianças da cidade entre os 3 e os seis anos de idade. O Estado estava a prestar um serviço público de qualidade ao garantir os mesmos direitos e as mesmas possibilidades a todas crianças de frequentarem a Educação Pré-escolar. Mas, continuava a ser pouco. Rapidamente o JI encheu e ficou com lista de espera de entrada de crianças. No ano de 1980 o Jardim-de-infância nº. 1, de Bragança, tinha a frequentar 100 crianças (JMB, 24/1/1980:4). Neste período notou-se um decréscimo de crianças nos Jardins-de-infância das instituições privadas, onde as mensalidades eram mais elevadas.

O horário de funcionamento era das 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00. Os pais tinham sempre que ir buscar as crianças para almoçar às 12:00 e voltar a levá-las às 14:00. Os outros Jardins-de-infância ofereciam melhores condições de frequência em termos de horário uma vez que funcionavam das 8:00 da manhã até às 18:00 ou 19:00 e com as refeições incluídas e ainda havia alguns JI que forneciam os serviços de transporte das crianças. Apesar destas desvantagens, em relação aos restantes, o Jardim-de-infância passou a ser o mais procurado da cidade e com maior lista de espera. A oportunidade de os pais poderem proporcionar a Educação Pré-escolar aos seus filhos estava bem evidenciada neste JI. A preocupação em relação aos filhos não era de carácter assistencialista mas sim de carácter educativo. Os pais desejavam uma boa Educação Pré-escolar e, sendo gratuita, ainda melhor. Era claramente intenção do Ministério da Educação a educação das crianças e não a assistência: “O Ministério da Educação nessa altura abriu os Jardins-de-infância para dar resposta à criança e não às famílias” (Entrevista Educadora 5). Enquanto os outros JI da cidade se preocupavam em dar resposta às necessidades das famílias, este novo JI preocupava-se em dar resposta às necessidades das crianças. Desta forma, as crianças tinham direito a 5 horas diárias de atividades letivas, podiam almoçar com os pais e terem mais tempo para brincarem e estarem com a família. O JI era um complemento educativo e não uma substituição das

responsabilidades da família. Desde início, foi preocupação destas Educadoras a envolvimento com os pais e com a comunidade educativa:

Então fizemos uma festa no final de ano, tínhamos necessidade de fazer uma festa, nós éramos jovens, e então foi engraçado, porque nos aproveitámos uma das casernas. Tivemos que a limpar, e então limpámos já com a ajuda de algumas mães. Fizemos uma festa, em que os pais foram muito participativos nessa altura, nessa caserna (Entrevista Educadora 5).

Durante o período de funcionamento do JI nº1, nas instalações provisórias, as Educadoras desenvolveram atividades, quer dentro das salas, quer no exterior que, segundo elas, oferecia muitas oportunidades:

Mas ali não havia mais ninguém, mas havia um arvoredo fantástico, portanto a parte exterior foi fantástica para as descobertas no exterior. Porque eram árvores, eram pedras enormes, os miúdos tinham um espaço exterior fantástico para as descobertas e daí surgiam muitas situações nas vivências com os miúdos (Entrevista Educadora 5).

Como forma de motivar as crianças para o novo JI que estava em construção, as Educadoras juntamente com as crianças iam regularmente visitar a obra com as crianças:

Os meninos que estavam connosco, acompanhavam a obra, porque nós íamos com eles ver a nossa escola nova. Portanto alguns meninos que passaram do quartel para o Jardim-de-infância, já conheciam, porque eles foram assistindo à construção da escola (Entrevista Educadora 5).

Na comunicação social local era frequentemente anunciado que estaria para breve a abertura do JI. Era anunciado na rádio e na imprensa (JMB, 25/4/1980:4). Durante o período de funcionamento, nas instalações provisórias, as inscrições para o JI eram feitas em período definido e anunciado na comunicação social:

Jardim-de-infância nº. 1 de Bragança: matrículas Data: 1 a 20 de Junho. Horário: 9-12 horas e 14-17 horas Local: Antigo Quartel B. C. 3. No acto da inscrição serão apresentados os seguintes documentos: a) Boletim de Saúde devidamente actualizado; b) Cédula Pessoal; c) Declaração Médica referindo que a criança não sofre de doença infecto-contagiosa e se é ou não portadora de qualquer deficiência. Bragança, 18 de Maio de 1981. 388 (*"Jardim-de-infância nº. 1- Bragança"*, JMB, 5/6/81:6).

As inscrições eram feitas apesar da lotação preenchida. As famílias inscreviam os seus filhos e ficavam em lista de espera para tentarem arranjar um lugar. Algumas crianças frequentavam outras instituições enquanto aguardavam vagas. O novo edifício estava a ser construído no bairro da estação a menos de 1km do JI provisório num bairro de 6000 moradores (JMB, 25/4/1980:4). Foi nesse ambiente educativo que um grupo de jovens Educadoras, acabadas de se formarem, trabalhou com as crianças até à inauguração do novo edifício do Jardim-de-infância, precisamente no mês de setembro de 1981.

5.7.1.1. O novo edifício

Após ser criado, em agosto de 1979, foi decidido a construção de um edifício de raiz aprovado por Portaria conjunta dos Ministros dos Assuntos Sociais e da Educação. A Câmara Municipal de Bragança ficou encarregue da construção do edifício que ficaria localizado no bairro da Estação. Em reunião de Câmara foi deliberado abrir concurso limitado para construção do JI entre empreiteiros da região (Livro de atas nº. 57 da CMB, de 8/8/80, fl.96f). Foram presentes propostas de diversas firmas e, após se ter procedido ao respetivo estudo foi deliberado adjudicar à firma que apresentou o preço mais baixo, sendo de oito milhões duzentos e cinquenta mil escudos. Deliberou-se também dar poderes ao Presidente da Câmara para outorgar as escrituras (Livro de atas nº. 57 da CMB, de 10/10/80, fl.112v e 113f).

Rapidamente se iniciaram as obras, o projeto foi executado de acordo com os programas preliminares. Durante os meses de julho e agosto fez-se a mudança de todo o material e equipamento considerado adequado do Jardim-de-infância antigo para o novo. A Câmara procedeu à aquisição do restante material e equipamento necessário. Em agosto de 1981 adquiriu: 20 mesas retangulares, 20 mesas tipo trapezoidal (Livro de atas nº. 58 da CMB, de 12/08/81, fl. 20f). Todas as salas do novo JI foram equipadas com o mobiliário e material considerado suficiente para o seu funcionamento.

Com tudo preparado o Jardim-de-infância da estação foi inaugurado em setembro de 1981. Tratava-se de um edifício com cinco salas de atividades, cozinha, três gabinetes, duas casas de banho para crianças, três casas de banho para adultos, um grande espaço exterior com uma pequena parte coberta. Aos três gabinetes foi-lhes dado funções diferentes, pois num deles foi criado um ateliê de biblioteca e outro ficou de

apoio às salas e aos ateliês criados. A cozinha foi ainda adaptada para funcionar como ateliê de plástica por ser uma área (Relatório do Jardim-de-infância da estação 1985/86). O espaço exterior foi equipado com baloiços, escorregas e outros objetos como manilhas e pneus que permitiram a realização de diversas atividades com as crianças. Nos primeiros anos funcionou sem grades de proteção para delimitar o espaço.

O presidente da Câmara nunca quis por grades no jardim porque dizia que o Jardim-de-infância pertencia à comunidade e a comunidade havia de aprender a respeitá-lo, mas depois veio outro presidente que já as colocou. Mas também era perigoso por causa daquelas rampas. Mas a filosofia dele era essa por isso tivemos sempre um bom relacionamento com a Câmara porque era a “escolinha” (Entrevista Educadora 6).

Está bem localizado junto ao centro da cidade e entre dois bairros – Bairro da Estação e Bairro da Mãe d'Água. Muito próximo, foram construídos blocos de habitação pelo Fundo Fomento de Habitação para as famílias mais carenciadas. Apresenta-se a seguir a figura com o edifício novo do Jardim-de-infância nº 1 de Bragança:

Figura 16 - Edifício do Jardim-de-infância nº.1 de Bragança construído em 1980



Fonte: própria

Em setembro de 1981 foram feitas as mudanças de todo o material e mobiliário das instalações antigas e começou a funcionar, depois de devidamente preparado para receber as crianças. A Câmara Municipal não se poupou em esforços para fazer deste JI uma instituição exemplar na cidade. Foi equipado com todo o mobiliário e materiais que precisava, fornecidos pela Câmara que teve sempre um papel fundamental no apoio a esta instituição, quer no período de instalação, quer nos anos seguintes: “A Câmara apetrechou o Jardim-de-infância, construiu, mobilou e era responsável pela manutenção da instituição” (Entrevista Educadora 5). No ano de 1982, a Câmara adquiriu para o JI diverso material como um armário arquivo, duas secretárias, oito cadeiras, um vestiário e uma mesa (Livro de atas nº. 59, CMB, de 23/09/82, fl.31v/32f). No ano de 1983 procedeu à pavimentação de parte do espaço exterior, em volta do edifício (Livro nº. 59, CMB, de 08/02/83, fl.141v). No ano de 1986 procedeu-se à substituição do chão de parquê de pinho das salas, por mosaico vinílico sob placas de aglomerados de cortiça (Livro nº. 66, CMB, de 23/09/86, fl.171f/v).

Anualmente a Câmara dava um subsídio ao JI para fazer face a despesas de compra de material. No ano de 1986 este subsídio foi de 15000\$00 (Livro de atas nº. 66, da CMB, de 20/05/86, fl.30f).

Além do permanente apoio da Câmara Municipal de Bragança, o JI também era apoiado pelo Ministério da Educação em material e dinheiro: “Recebíamos uma verba do Ministério da Educação, com material pedagógico. Recebíamos essa verba e recebíamos também algum material, mais precisamente livros para a biblioteca infantil, que cada sala tinha (Livro de atas nº. 66, da CMB, de 20/05/86, fl.30f). Além do material adquirido, as Educadoras, as auxiliares e as crianças também produziram muito material para as salas.

As salas foram organizadas por áreas ou “cantinhos” como eram designadas. Foram criadas áreas como a biblioteca, construções, jogos, casinha das bonecas, áreas do desenho, áreas das trapalhadas e outras que iam surgindo conforme as temáticas e projetos que iam sendo tratados. As crianças frequentavam as áreas do seu interesse havendo regras de funcionamento quanto à organização, tempo de permanência e número de crianças em cada áreas. Exteriores às salas, existiam ateliês que podiam ser frequentados por todas as crianças ao estilo do modelo pedagógico Reggio Emília.

Existiam os ateliês de pintura e plástica a funcionar na cozinha ,onde podiam fazer todos os trabalhos relacionados com material adequado, como cavaletes, tinhas, pincéis, etc. Existiam ainda o ateliê da Biblioteca onde as crianças, de todas as salas, podiam dinamizar o espaço e requisitar livros para levarem para a sua sala.

5.7.1.2. As crianças

A frequência do Jardim-de-infância nº1 de Bragança era de frequência de caráter facultativo, e destinado a crianças dos três anos de idade à idade legal de ingresso no Ensino Primário, tal como todos os Jardins-de-infância em Portugal. As crianças tinham que fazer uma inscrição e uma inspeção médica antes da sua frequência. De referir que a inspeção médica e o posterior acompanhamento médico-sanitário eram feitos pela estrutura local de saúde. As inscrições para a frequência do Jardim-de-infância eram feitas no período de 1 a 20 de junho de cada ano. Chegou a ser publicitado no jornal local a abertura de inscrições para o JI (*“Jardim-de-infância nº. 1- Bragança”*, JMB, 5/6/81:6). O ato da inscrição era feito em modelo próprio do Ministério da Educação e os pais tinham que apresentar a cédula pessoal, o boletim de saúde, com as vacinas atualizadas, e uma declaração médica que tinha, obrigatoriamente, que referir que a criança não sofria de doença infetocontagiosa e se era, ou não, portadora de qualquer deficiência. Dado o excedente de crianças que havia para o número de lugares existentes, nos critérios de seleção das crianças, tinham prioridade as crianças mais velhas, contando-se a idade, para o efeito, sucessivamente em anos, meses e dias. Mais tarde passou a ser critério de preferência a existência de irmãos a frequentar a instituição (*“Jardim-de-infância nº. 1- Bragança”*, JMB, 5/6/81:6). Por esta razão, havia sempre um número elevado de crianças com 5 anos de idade: “As crianças geralmente eram sempre mais velhas, porque havia falta de Jardins-de-infância, havia uma grande lista de espera e apanhavam sempre as crianças mais velhas” (Entrevista Educadora 6). Era depois organizado um processo individual de cada criança onde constava o seu registo biográfico. Este registo era resultado das informações dadas pelos familiares, do seu acompanhamento pelos Educadores e de exames e observações de natureza médica.

O Jardim-de-infância novo começou logo a funcionar com as 5 salas completas, num total de 125 crianças: “Passámos a trabalhar no Jardim novo em 1981, já trabalhámos com 125 meninos em 5 salas. Cada sala tinha 25 crianças e uma lista de

espera enorme, mas nunca passámos o limite das 25 crianças por sala” (Entrevista Educadora 5). As crianças foram divididas por idades e foram criadas as salas: de crianças com 3 e 4 anos de idade, de 4 anos, de 4 e 5 anos, de 5 anos e de 5 e 6 anos. Este sistema de divisão era alterado conforme as idades e número de crianças de ano para ano, mas, usualmente, tinham crianças da mesma idade e de diferentes idades. Apesar de considerarem que era difícil trabalhar com os grupos heterogéneos de crianças. Todas as crianças passaram a estar integradas no esquema de benefícios de ação social escolar tal como as do Ensino Primário, ao beneficiarem de seguro escolar, suplemento alimentar que era o leite, bem como auxílios económicos diretos para as crianças de maior necessidade. Tinham também direito a transportes, mas as crianças deste jardim não estavam contempladas, porque não havia sistema de transportes organizado na cidade. Segundo informações das Educadoras do Jardim desta altura, as crianças deslocavam-se para o Jardim-de-infância, na sua maioria, a pé, acompanhadas pelos seus pais, irmãos mais velhos ou outros familiares e amigos. Uma pequena minoria deslocava-se em meio de transporte próprio na companhia de familiares ou amigos. Tratava-se de crianças oriundas de todas as zonas da cidade e de diferentes estratos sociais.

Os grupos de crianças eram diferenciados e, no final de cada ano, a Educadora fazia uma avaliação geral do grupo de crianças e uma avaliação individual que entregava no final do ano letivo aos pais. Todos os trabalhos realizados pelas crianças na sala eram organizados numa pasta individual que, no final do ano, era entregue aos pais. Desta forma, os pais podiam verificar todo o processo evolutivo da criança ao longo do ano.

5.7.1.3. O horário de funcionamento

O Jardim-de-infância funcionava no horário igual ao anterior, ou seja, em regime de externato, isto é, as crianças frequentavam um ou dois períodos diários, cada um com a duração não inferior a duas horas e trinta minutos a três horas. A criança era levada à escola de manhã com a entrada até às 9:00, onde permanecia até a hora do almoço (12:00), altura em que a vinham buscar para ir almoçar. Depois voltava a entrar depois do almoço (14:00) e permanecia no Jardim durante o período da tarde, até que a vinham buscar (16:00). Todas as manhãs e tardes havia um recreio no interior ou no exterior

conforme as condições climatéricas o permitissem. O período de funcionamento anual compreendia uma frequência regular de dez meses e meio. Encerrava no período de natal e da páscoa pelo período de uma semana e no verão por um período de quarenta e cinco dias, tal como o regime praticado nas escolas primárias. O regime de atendimento do Jardim-de-infância era definido pelos órgãos competentes dos Ministérios dos Assuntos Sociais e da Educação, ouvidas as autarquias locais e as famílias interessadas. Estes assuntos, entre outros, eram discutidos em reunião que se efetuava no início de cada ano letivo. Como se vê este sistema revela uma preocupação, essencialmente pela criança e pela sua educação e não pelos aspetos assistenciais. Não se verificam tempos de apoio social à família, ficando esta tarefa da inteira responsabilidade dos pais.

5.7.1.4. As Educadoras de Infância

O JI funcionou sempre com cinco Educadoras responsáveis, cada uma pela sua sala. Ainda chegou a ter também uma professora Primária destacada em apoio administrativo (Relatório Jardim da estação 1985/86). Além das cinco Educadoras trabalhavam, neste Jardim-de-infância, três auxiliares de apoio e limpeza o que era manifestamente pouco, considerando o elevado número de salas e de crianças: “A nível de auxiliares estávamos muito mal, as auxiliares eram colocadas pelo Ministério de Educação. Tínhamos 3 para o Jardim-de-infância todo” (Entrevista Educadora 6).

A partir de 1984 começou a receber alunos estagiários do curso de Educadores de Infância, primeiro da Escola do Magistério e depois a partir de 1986 da Escola Superior de Educação de Bragança: “Todos os anos passam por este Jardim-de-infância, estagiários do 1º, 2º e 3º anos da escola de Educadoras de Bragança” (Relatório Jardim da Estação 1985/86).

Cada Educadora de infância, em caso algum poderia ter mais do que vinte e cinco crianças, número que ainda se mantém nos dias de hoje. Quando eram grupos homogéneos de crianças com três anos de idade, o número de crianças confiadas a cada Educadora devia reduzir para 15 crianças, mas devido à forte procura isto não se verificava. Apenas havia redução de crianças por sala quando havia crianças no grupo com Necessidades Educativas Especiais.

As primeiras cinco Educadoras de Infância ali colocadas em 1979 tinham o curso da escola de formação Paula Frassinetti do Porto. No ano de 1982 houve concurso ao

quadro de efetivas e foram substituídas duas Educadoras por outras que também foram formadas na mesma escola e que se encontravam a trabalhar no Centro de Educação Especial de Bragança. Estas 5 Educadoras entraram para o quadro de docentes de Educação Pré-escolar e mantiveram-se sempre a trabalhar neste JI. Com o corpo docente estável e sólido, constituído por Educadoras bem formadas pela mesma escola e dedicadas, criou-se uma equipa de trabalho que foi uma garantia e, acima de tudo, uma questão de qualidade, verificada no sucesso deste JI na cidade de Bragança. O horário de trabalho das Educadoras era de 36 horas semanais, sendo trinta destinadas a trabalho direto com as crianças e as restantes seis horas a outras atividades, onde se incluíam as horas de atendimento às famílias das crianças e às reuniões do Conselho pedagógico. As Educadoras de Infância tinham como funções: exercer a ação educativa de acordo com as necessidades de cada criança e do grupo; velar pela saúde e bem-estar das crianças e tomar conhecimento de circunstâncias individuais ou familiares com vista ao estabelecimento de uma boa relação; receber e atender os pais das crianças dentro dos horários estabelecidos; retetar e fornecer os elementos necessários à despistagem das deficiências das crianças; participar e colaborar, em trabalho de equipa, nas reuniões de pais e na programação, organização e distribuição das atividades do Jardim-de-infância; cuidar e conservar o equipamento e o material educativo; colaborar, a nível do conselho pedagógico, nas ações de aperfeiçoamento profissional. Era vedado às Educadoras de Infância o exercício de outra atividade oficial permanente ou em exercício.

A forma de trabalhar das 5 Educadoras era semelhante uma vez que foram todas formadas na mesma escola de formação: “Trabalhávamos todas da mesma forma, porque tiramos todas, o curso de educadoras, na mesma escola, portanto, aprendemos todas da mesma forma, depois fomos evoluindo e começamos a pensar de forma diferente umas das outras” (Entrevista Educadora 6). Numa primeira fase trabalhavam à volta de temas de vida que desenvolviam nas respetivas salas: “Em termos de projeto nós tínhamos os temas de vida. Nos primeiros anos nós tínhamos um tema e andava-se à volta desse tema, praticamente orientávamo-nos pelas festas sazonais. Isto durante 2 ou 3 anos” (Entrevista Educadora 5). Depois mudaram para os projetos pedagógicos constituídos por objetivos gerais e específicos e desenvolvidos de forma diferente em cada sala, de acordo com as características das crianças. Estas alterações de trabalho

deviam-se às ações de formação que realizavam “Lembro que nós passámos dos temas de vida aos projetos. Era um projeto e nós depois trabalhávamos com esse projeto o ano inteiro” (Entrevista Educadora 5). As formas de trabalhar foram alteradas ao longo dos tempos. Durante o tempo de funcionamento do JI durante o período, objeto deste estudo, segundo as Educadoras não houve relacionamento com as escolas do 1º ciclo. Diziam que eram assuntos que nem pensavam, por isso, não eram realizadas atividades no sentido de facilitar a transição educativa para as escolas primárias. Referem que os poucos contactos que tinham com as professoras primárias eram no período inicial em que algumas professoras estavam em substituição de Educadoras:

A continuidade educativa era dentro de Jardim-de-infância. No 1º ciclo, nós no início, não havia qualquer ligação com o 1º ciclo. Depois passado, mais ou menos nos anos 90, começamos a ver a necessidade de nos relacionarmos com o 1º ciclo. Sentimos essa necessidade, quem tinha miúdos de 5 anos. Porque no nosso último período, preparávamos para os miúdos irem para o 1º ciclo. Mas antes, nos primeiros anos, isso nem vos passava pela cabeça. Isso não, não acontecia. Era isolado da nossa parte e dos nossos colegas do 1º ciclo. Depois sentimos essa necessidade e então começamos a visitar, sempre no último período. Antes, aí dois meses do ano acabar, fazíamos uma visita ao 1º ciclo. Às escolas mais próximas, que era à estação e à Mãe d'Água. (Que eram para onde iam a maior parte das crianças). Porque sentimos essa necessidade, dos meninos antes de sair do Jardim-de-infância, conhecer as escolas do 1º ciclo. Porque estavam organizadas de forma diferente. Foi aí que começamos a relacionar com eles. Tivemos relação com o 1º ciclo sim, no primeiro e segundo ano de trabalho com colegas do 1º ciclo, porque não havia Educadoras suficientes para as vagas que foram criadas para o Pré-escolar e então foram colocadas professoras do 1º ciclo, no rural. Que elas se reuniam connosco, nessas reuniões que nós fazíamos de formação. Eram reuniões de conselho de docentes, em que as colegas das aldeias vinham reunir connosco uma vez por mês. As colegas, algumas delas, eram professoras do 1º ciclo. Em que tinham necessidade e foi bom. Tinham necessidade de ouvir... porque não tinham a nossa formação e estavam a trabalhar com as “mesmas crianças”. E foi aí que houve um relacionamento. Porque elas foram ocupar as vagas de Educadores. Depois, foi mais tarde, quando sentimos essa necessidade que deveríamos ir com os meninos às escolas do 1º ciclo. Nos primeiros anos nós sentimos assim um bocadinho, no primeiro e segundo ano...depois já não... porque os colegas já nos conheciam. E passaram eles depois também a vir ao Jardim-de-infância, porque os meninos saíam do Jardim-de-infância, falavam do Jardim e os colegas da escola, vieram aqui dois ou três anos (também dependia dos colegas) e vinham recordar o Jardim-de-infância e vinham-nos visitar, foi engraçado, também passámos essa fase. Hoje é diferente: há uma articulação, porque há reuniões, há uma passagem de testemunho, já é diferente (Entrevista Educadora 5).

No entanto, na análise aos relatórios verifica-se que houve bastante contacto, visitas das crianças às escolas primárias e destas ao Jardim-de-infância e na envolvimento em projetos comuns. Chegaram a ter uma professora Primária destacada em apoio administrativo no ano letivo de 1985/86 (Relatório Jardim-de-infância da Estação 1985/86).

5.7.1.5. As atividades desenvolvidas

As atividades desenvolvidas no Jardim-de-infância nº1 de Bragança eram organizadas e orientadas sempre com base na articulação entre as Educadoras e as famílias, o que assegurava a indispensável informação e esclarecimentos recíprocos:

Nós trabalhámos sempre com os pais porque necessitávamos deles, porque sentíamos-nos melhor. E então nós tínhamos reuniões, as festas eram feitas com os pais, fazíamos sempre uma festa no final de ano, uma sardinhada, fazíamos magustos com os pais, e os pais vinham à escola... nós ainda hoje trabalhamos assim. Não podemos dizer que era muito diferente, pelo contrário, porque o Jardim-de-infância estava sempre aberto. Só pedíamos aos pais, e eles também já se apercebiam, que a partir de uma certa hora, não interromper as salas, a partir das 9h, mas eles trazem os meninos à escola, tiravam os casacos, põem a mochila... Os nossos contactos com os pais eram informais. Eles não pagavam nada, não havia componente de apoio à família (Entrevista Educadora 5).

Cada Educadora procurava que a família lhe assegurasse as informações corretas sobre a criança para facilitar o seu conhecimento e, desta forma, favorecer o seu acompanhamento educativo. No início de cada ano letivo era realizada uma reunião com as famílias das crianças, onde diversos assuntos eram abordados, como o esclarecimento e sensibilização das famílias sobre os objetivos e métodos das diversas etapas e fases das atividades que se desenvolviam na instituição, bem como todas as informações importantes (Entrevistas Educadoras 5 e 6).

As atividades que se realizavam no Jardim-de-infância nº 1 eram objeto de uma planificação anual, subdividida em miniprojectos que desenvolviam ao longo do ano. Eram constituídos por objetivos nas grandes áreas do desenvolvimento da criança: afetivo-social, psicomotor, sensorial e preceptivo-cognitivo.

No campo afetivo-social as Educadoras trabalhavam com as crianças a socialização da criança, a capacidade de responsabilidade; o respeito e a individualidade

de cada uma, a liberdade de escolha de cada criança, a autonomia, a confiança e segurança em si mesma, a formação da sua personalidade, a integração na sociedade e os hábitos de asseio pessoal.

A nível sensorial procurava-se trabalhar com as crianças a observação do mundo que as rodeia, o desenvolvimento do gosto, tacto, olfato, visão e audição, as sensações, a descoberta da imitação e recordação de sons, exercitar e desenvolver harmoniosamente todos os sentidos, através do manuseamento dos diferentes materiais. No campo psicomotor as Educadoras procuravam trabalhar com as crianças todos os anos os diferentes comandos motores, a perceção espacial e temporal, a coordenação neuro-muscular, a tomada de consciência do esquema corporal, estimular o respeito pelas regras, proporcionar-lhe a expressão dos sentimentos, através do gesto e movimento, fomentar na criança a representação mental, estimular a sua faculdade de simbolização, bem como proporcionar-lhe descargas emocionais e destreza física.

A preocupação em trabalhar o campo preceptivo-cognitivo das crianças também estava bem visível na sua forma de trabalhar com as crianças como se pode verificar nos projetos desenvolvidos (Ver projetos apresentados em anexo). Destaca-se a preocupação pelo estímulo à criança, Oniciar a criança na observação do mundo que a rodeia, para procurar explicações e verifica-las, criar, seleccionar, comparar, classificar e ordenar objetos e desenvolver capacidades visuais, memorização e atenção. Em anexo apresenta-se o Relatório e projetos vivenciados nos anos letivos 1982/83, 1984/85 e 1985/86.

Em qualquer projeto que realizassem tinham a preocupação de desenvolver as crianças em todas as áreas atrás referidas bem como o aperfeiçoamento da linguagem através do enriquecimento do vocabulário, aquisição de palavras novas e correção de frases e palavras. Trabalhavam muito as histórias e as dramatizações. Manifestavam preocupação pelo desenvolvimento da observação da criança, aspeto que consideravam fundamental, por isso, trabalhavam com as crianças a atenção, a memorização, a oralidade, levando a criança a escutar e dialogar para a preparar para o mundo que a rodeia, a capacidade da criança para improvisar e se expressar e fomentar a relação e a capacidade de análise. Tratava-se de atividades centradas na criança e realizadas de uma forma integrada, de maneira a criar condições que permitiram às crianças,

individualmente ou em grupo, realizarem experiências adaptadas à expressão das suas necessidades biológicas, emocionais, intelectuais e sociais.

Realizavam atividades relacionados com os grandes acontecimentos do ano como o natal, carnaval e páscoa, magusto, dia da criança, dia da árvore, dia do pai, dia da mãe, os reis ou janeiras, as estações do ano e temáticas que, depois, mudavam como as tradições, o meio, os animais, a cidade, etc. Consideravam fundamental desenvolver a integração e socialização da criança. Realizavam diversos tipos de jogos individuais e em grupo, e de grande e pequena movimentação, histórias, lengalengas, canções, poesias, provérbios, diversas formas de teatro, audição de discos e cassetes, entre muitas mais atividades de diferenciação pedagógica. Todos os projetos e atividades desenvolvidas atendiam às especificidades de cada grupo de crianças e às necessidades individuais de cada criança. Procuravam, através de experiências de aprendizagem significativas, promover o desenvolvimento de cada criança.

5.7.1.6. A formação em serviço

De referir ainda que durante o período de encerramento, quinze dias eram destinados à participação das Educadoras de Infância em ações de reciclagem e atualizações pedagógicas, sempre que tivessem oportunidade e os órgãos competentes as organizassem. Tinham direito a preparação e apoios profissionais para o desempenho das suas funções, através da integração em ações de formação em serviço e formação contínua, dadas pelo Sindicato, pela escola do Magistério Primário e depois pela Escola Superior de Educação, pelo Ministério da Educação e participavam em outras ações que considerassem importantes para a sua formação, orientadas por outros organismos, desde que as pudessem frequentar:

Tínhamos formação dada por colegas. Colegas que estavam na DREN, no Porto (que era a Ana Garrett, a Dora Vigário, a Elisa, mais duas ou três) em que vinham a Bragança. Davam-nos formação e quando elas vinham para essa formação reuníamos as colegas do concelho, que vinham a Bragança (do rural). E onde nos encontrávamos, colocávamos as nossas dificuldades, trocávamos impressões e elas ajudavam-nos e trazia-nos também novidades. Orientavam-nos também no sentido de nós irmos crescendo (Entrevista Educadora 5).

Nas entrevistas realizadas as Educadoras consideraram que sempre foi muito importante a participação em ações de formação consideradas fundamentais para a sua atualização e formação em serviço: “Todas as Educadoras participaram na ação de saúde realizada na Escola de Enfermagem e na ação de expressão plástica na Escola Secundária da Sé” (Relatório Jardim-de-infância de 1985/86). Nesse sentido, a aposta na formação continuada das Educadoras possibilitou-lhes a aquisição de conhecimentos, tornando-as mais capacitadas para darem resposta às exigências constantes impostas pela sociedade.

5.7.1.7. Os pais ou encarregados de educação

Em todos os projetos realizados, as educadoras procuravam envolver sempre os pais e, muitas vezes, a comunidade. Realizavam diversas atividades como as exposições que realizavam no final de cada ano letivo, aberta a toda a comunidade educativa e civil da cidade. Eram convidadas todas as autoridades da cidade, escolas e Jardins-de-infância e toda a comunidade. Apresenta-se o exemplo de uma exposição de trabalhos das crianças, realizada no final do ano letivo de 1985/86, sobre o projeto desenvolvido ao longo do ano. Esta exposição foi visitada pelas autoridades da cidade como o presidente da Câmara, o Governador Civil, o Sr. Bispo, escolas primárias, Jardins-de-infância, pais e muitas pessoas da comunidade:

Decorreu, entre os dias 23 e 27 do mês passado, uma exposição no Jardim-de-infância do Ministério de Educação, tendo como principal objectivo fazer uma retrospectiva do trabalho realizado ao longo do ano. Usos, costumes e tradições foram objeto de trabalho desenvolvido neste Jardim, conforme ficou bem demonstrado, quer no material recolhido e exposto, quer nos trabalhos realizados pelas crianças. Ao longo dos cinco dias visitaram estas exposições, essencialmente, pais, Educadores, crianças de diversos jardins e escolas primárias, que manifestaram muito interesse e satisfação por este género de trabalho. É de louvar todo o amor e carinho empregues pelas crianças, estagiárias e Educadoras nos trabalhos expostos (*“Exposição no Jardim-de-infância do Bairro da Estação”* Paula, JMB, 4/7/86:3).

Apresenta-se a seguir a figura representativa da exposição de final de ano.

Figura 17 - Exposição de trabalhos numa sala do Jardim-de-infância nº. 1 no ano de 1986



Fonte: JMB, 4/7/86:3).

Todos os anos era feita a eleição dos representantes dos pais no Conselho Consultivo. Participavam no que lhe era pedido, desde a colaboração na realização de atividades, arranjo de material, organização de eventos, festas e reuniões (*Jardim-de-infância do Bairro da Estação*”, JMB, 31/1/1986:4). As Educadoras realizavam reuniões anuais com os pais para apresentarem a equipa de trabalho, bem como as novas estagiárias, os projetos anuais e todas as informações necessárias sobre o funcionamento do JI. Procuravam também envolver os pais para, em conjunto, terem maior força para conseguirem atingir os objetivos pretendidos, como melhoramentos aos JI, necessidade de um salão polivalente para funcionar como recreio interior, arranjos exteriores, quer do gradeamento, arranjo das ruas e zona envolvente e participação monetária dos pais para a compra de algum material mais importante e de verba mais elevada, como um retroprojektor de diapositivos. Apresenta-se a seguir duas notícias do jornal *Mensageiro*

de Bragança referentes a duas reuniões de pais do Jardim-de-infância nº. 1, ocorridas no início e no fim do ano de 1986:

Realizou-se no passado dia 21 do corrente mês, no Jardim-de-infância do Bairro da Estação, em Bragança, uma reunião com os pais das crianças deste Jardim, a fim de serem postos ao corrente das actividades desenvolvidas pelas professoras e estagiárias que ali exercem a sua actividade educativa. Iniciou-se o encontro com uma projecção de «slides» alusivos às actividades deste Jardim, com comentários feitos por uma das estagiárias. Seguidamente, as professoras puseram os pais das crianças ao corrente das dificuldades que este Jardim enfrenta, nomeadamente a falta de aquecimento nas salas, que torna o ambiente doentio; a vedação do jardim, tão necessária, mas que não existe, o que leva a que marginais ali pratiquem livremente actos de vandalismo(...). Foi ainda lembrada a necessidade de se reparar a via pública (não alcatroada) que dá acesso a este jardim, pois durante o Inverno é um autêntico charco de lama. (*“Docentes do Jardim-de-infância do Bairro da Estação”*, JMB, 31/1/1986:4).

Realizou-se, no passado dia 17, pelas 20,30 horas, uma reunião de pais no Jardim-de-infância do Bairro da Estação, com a seguinte agenda de trabalhos: 1 -Eleição dos representantes dos pais no Conselho Consultivo; 2 -Perspectivas de trabalho para o ano lectivo de 86-87; 3 - Considerações gerais. Os pontos foram tratados na íntegra e no que diz respeito ao ponto 3 -Considerações Gerais — as Educadoras fizeram saber aos presentes que aquele Jardim tem urgente necessidade de um salão polivalente, onde as crianças possam ter as aulas de ginástica, propondo, para tal, a vedação da superfície coberta do exterior do Infantário na parte traseira, o que viria a permitir condições, senão ideais, pelo menos satisfatórias para a prática da educação física das crianças. Oxalá o apelo daquelas Educadoras possa ser ouvido pela autoridade competente, a fim de possibilitar aos “bebés” que ali se educam, mais conforto e mais alegria. Entretanto, é de salientar que os pais das crianças que frequentam aquele estabelecimento participaram massivamente, e no final do encontro contribuíram monetariamente para a compra de um projector de diapositivos (*“Reunião de Pais”*, JMB, 21/11/1986:2).

Esta parceria Jardim-de-infância/família era fundamental para o bom funcionamento do JI e resultava na maior parte das vezes em atingirem os objetivos pretendidos. Conseguiram nos anos seguintes o aquecimento das salas, o gradeamento do JI, os arranjos exteriores onde se destacou o alcatroamento de todas as ruas e o arranjo do salão polivalente, já nos anos 90. Havia um contacto direto todos os dias de manhã e à tarde quando entregavam e iam buscar as crianças. Este período era utilizado para pequenas informações muito importantes, quer para os pais, quer para as Educadoras. Cada Educadora tinha, também, uma hora semanal de atendimento aos

pais, previamente marcada. Todos os dias os pais entravam na escola com os filhos, arrumavam os casacos e mochilas no respetivo local destinado a cada uma e entregavam a criança na sala à Educadora. Procuravam que as crianças entrassem sempre até às 9:30 para não prejudicarem o desenrolar das atividades. Sentia-se sempre uma forte ligação dos pais ao Jardim-de-infância. Esse aspeto está bem retratado nos relatórios que apresentavam no final de cada ano letivo. O contacto com o meio urbano e rural também estava sempre presente em todos os projetos desenvolvidos através das diversas visitas, passeios e atividades desenvolvidas (Vide relatórios e projetos do Jardim-de-infância em anexo).

5.7.1.8. A gestão

A gestão do Jardim-de-infância nº1 era assegurada por uma diretora, um conselho pedagógico e um conselho consultivo.

A diretora era eleita por escrutínio secreto, de entre as Educadoras de Infância em exercício de funções na instituição, e por um período de dois anos. Eram-lhe atribuídas diversas funções e todas elas acumulavam com as suas funções docentes com o grupo de crianças que tinha também a seu cargo. Eram funções da diretora representar o Jardim-de-infância, cumprir as disposições legais e regulamentares, resolvendo os casos da sua competência e informando sobre os restantes, convocar e presidir às reuniões dos conselhos pedagógico e consultivo bem como orientar, coordenar e dinamizar as atividades do Jardim-de-infância. Como a participação das famílias na vida do Jardim-de-infância era fundamental, ainda tinha as funções de incentivar a sua participação nas atividades do Jardim-de-infância. Era sua função também, através da articulação com os serviços de formação competentes, fomentar o aperfeiçoamento técnico e profissional do pessoal em serviço. Tinha ainda a função de, no final de cada ano letivo, coordenar a elaboração do relatório anual de atividades. A diretora era coadjuvada por uma Educadora de infância por ela proposta para a substituir nas suas faltas ou impedimentos e pelo conselho consultivo.

O Conselho Pedagógico do Jardim-de-infância era constituído pela diretora do Jardim-de-infância e pelas Educadoras em exercício. A diretora do Jardim-de-infância exercia também as funções de presidente deste conselho. As competências do Conselho pedagógico eram as de coadjuvar a diretora, propor ações concretas visando a

participação das famílias nas atividades do Jardim-de-infância e a integração deste na comunidade, dar parecer sobre as necessidades de formação de pessoal em serviço e elaborar a proposta do plano anual de atividades e o respetivo relatório de execução. O Conselho Pedagógico reunia extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente ou a maioria dos seus membros o requeresse e reunia ordinariamente uma vez por mês durante o período de atividades do Jardim-de-infância sem prejuízo do funcionamento das atividades normais das crianças. As decisões eram sempre tomadas por maioria, tendo a presidente o voto de qualidade.

Existia também o Conselho consultivo, de que faziam parte, além da diretora, que era quem presidia às reuniões, as Educadoras de Infância, um elemento representativo do pessoal auxiliar, dois representantes dos pais e um representante do Órgão do poder local. As funções do Conselho Consultivo eram representar os interesses dos pais no Jardim-de-infância; dar parecer sobre a organização funcional do estabelecimento; dar parecer sobre o plano anual de atividades e o respetivo relatório de execução; sugerir medidas que assegurassem a participação das famílias nas atividades do Jardim-de-infância; propor ações que reforçassem a cooperação entre o Jardim-de-infância e a comunidade e cooperar nas ações relativas à segurança, conservação do edifício e equipamento e aproveitamento integral do património.

O funcionamento e gestão administrativa e financeira eram assegurados pela Direção do Distrito Escolar de Bragança. Na instalação, equipamento e manutenção do Jardim-de-infância, além do Ministério da Educação, quem mais participava eram os órgãos autárquicos locais, mais especificamente a Junta de Freguesia da Sé e a Câmara Municipal de Bragança.

A criação, abertura e funcionamento deste Jardim-de-infância em Bragança colmatou uma necessidade social que se fazia sentir, proporcionando a todas as crianças da cidade de Bragança a possibilidade de frequentarem a Educação Pré-escolar de forma gratuita num estabelecimento de qualidade. As famílias tinham agora a possibilidade de escolha entre várias instituições privadas e este da rede pública. No entanto, apesar destas novas 5 salas criadas, no ano de 1986, continuava a haver falta de lugares para todas as crianças frequentarem o JI.

FECHO

Pode parecer árido este trabalho, pode parecer que tem uma semelhança maior com uma coleção de dados e referências do que um ato de pesquisa e investigação ou o embrincar de circunstâncias, espaços e tempos. Porém, para quem o escreveu, não se trata de um texto frio. Pelo contrário, foi uma recolha de elementos possível que, combinados, permitiram reconsiderar a meu ver ultrapassar Lavoisier, quero dizer, as ideias de senso comum acumuladas em torno desta matéria. Se o sábio francês, no século XVIII, não foi capaz de prever uma hipótese que mais tarde se viria a pôr - a da transformação da matéria em energia - deu, porém, a oportunidade de transferir ou de tentar colocar essa transformação ao nível do estudo que aqui se faz. Ao intentar combinar o tipo de análise produzido por um sociólogo, com a de um psicólogo, ou a de um Professor, de um Educador de Infância, de um Educador social, de um economista, de um médico, etc., creio que teremos aqui mais do que um simples processo de conservação e eventual transformação da massa total. Mais e melhor do que isso, uma ação capaz de produzir energia capaz de transformar qualquer um ou quaisquer muitos. Se o trabalho científico é permeável, em todas as suas fases, aos valores do investigador, tanto no registo das observações, como nas inferências que se extraem, isto é, se não se encontram, nos domínios das ciências do homem, produtos exclusivamente científicos, mas tão só produtos científicos-ideológicos, então há que explanar quais as preferências e os interesses de quem realizou este trabalho. Embora possa ser considerada uma perspetiva pessoal e ideológica, parece claro que a análise social não mereceria uma hora de atenção se não a colocássemos ao serviço das coletividades, isto é, do ser humano. Dito de outra forma, uma licenciatura, um mestrado, um doutoramento, uma universidade, só têm sentido quando servem as comunidades. Por isso, as ideias aqui desenvolvidas e os dados aqui deixados, ficam postos na esperança do futuro. Ainda há quem, por muito se duvide, seja capaz de se implicar para fazer nascer uma suficiente dose de talvez novas formas de energia.

Se as lições do passado sempre projectam alguma luz sobre os caminhos do futuro, neste caso o olhar sobre o que não se fez (e porque não se fez) é extremamente pedagógico. Ele mostra que a desatenção de sucessivos governos e regimes para com a Educação de Infância não se deveu à ausência de ideias novas no espaço cultural – elas entraram no país e até subiram aos areópagos políticos -, mas à persistência, nas esferas de decisão

política, de crenças ancestrais e outras ideias feitas, tomadas por verdades perenes. Ideias sobre a família, a sociedade e o Estado bebidas no pensamento moderno, crenças sobre a infância e a educação herdadas das práticas educativas tradicionais (Vilarinho, 2000:10).

Gostaria de retomar sucintamente o que expus até aqui e continuar num processo de reflexão e aprofundamento que ficará preferencialmente inconclusivo como um convite implícito a outras mentes disponíveis e inquietas. Não se pode concluir um tema num espaço de um trabalho cujo objectivo é provocar a atenção e estimular reflexão sobre o mesmo. Pretendo terminar com dúvidas e reticências, o que me impede de experimentar certezas nítidas e desejos definidos. Falar em conclusão parece indicar um ponto final, dar por acabado o caminho. Não é o que ocorre comigo neste momento. O processo de trabalho aqui registado, por ser dinâmico e vivo, traz novas questões, abre-se a diversas reflexões sobre a Educação de Infância no contexto da vida contemporânea.

A tese resulta de uma investigação cuidada, articulando a teoria e as diversas vivências. No seu percurso, constatei que o objeto de estudo não era nada fácil, mas revelava-se cada vez mais aliciante à medida que a investigação avançava e ia progredindo, encontrando documentos ímpares e relevantes. Cada pequena notícia num jornal, cada frase de uma ata revelava-se de importância fundamental contribuindo assim para o deslindar do problema.

Ao escolher a imprensa local para procurar assuntos sobre o objeto desta tese, tive que o fazer de uma forma sistemática, num trabalho muito moroso mas, como espero ter demonstrado, muito compensador. Permitiu colmatar as falhas de documentação, aferir a veracidade do noticiado com os documentos guardados nos arquivos, além de permitir vivenciar todo um quotidiano escolar e social que nas suas páginas é noticiado, pelo que a sua consulta persistente e pormenorizada não deve ser olvidada na investigação em História da Educação. A originalidade da Educação de Infância em Portugal pode ser identificada através de características que lhe são próprias: a independência histórica dos outros setores do sistema escolar; a intervenção de diversos serviços concorrentes ou complementares; a integração nas comunidades; a forte ligação com os pais e, note-se ainda, desde longa data, uma formação contínua específica, para os Educadores de Infância. A evolução histórica da Educação de Infância viveu sempre entre a necessidade de resposta social para os filhos que é preciso libertar das mães para que,

com toda a liberdade, possam ser utilizadas num trabalho produtivo imediato e o acolhimento em estruturas privadas com preocupações pedagógicas, das crianças de camadas privilegiadas, que souberam construir para o seu uso as estruturas adequadas ao tratamento que pretendem para os seus filhos, a fim de dinamizarem ao máximo as suas potencialidades.

Este nível de ensino foi generalizado tanto em nome da libertação dos pais e das mães, como em nome da eficácia da formação, uma vez que para democratizar é necessário reunir e cuidar dos indivíduos desde a mais tenra idade. Sendo inquestionável a escolha deste tema, esta temática surgiu por razões fundamentais, que tiveram a ver com a ausência de estudos sistematizados sobre esta área de ensino, sobretudo na altura em que definitivamente esse foi o enfoque investigativo escolhido, pois em muita bibliografia consultada, em múltiplos encontros com profissionais de educação, foram raras as referências sobre a História da Educação de Infância de Bragança. Este contributo manifesta-se assim de grande relevância.

Ao longo deste trabalho, fui apresentando algumas considerações e respostas às questões formuladas no início deste trabalho e nas quais me irei basear para esta síntese final. Estou persuadido que os objectivos que pretendi alcançar foram minimamente conseguidos. A criação de Jardins-de-infância na cidade de Bragança durante o período do Estado Novo foi uma resposta clara da sociedade bragançana e da edilidade brigantina às ideias de modernidade pedagógica, vindas do estrangeiro, que se faziam sentir em Portugal em torno da Educação de Infância durante o autoritarismo. Precisamente um regime que tinha extinguido no ano de 1937 todos os Jardins-de-infância públicos. O trabalho apurado de pesquisa a que se procedeu sobre as diversas instituições de Educação de Infância criadas em Bragança permitiu encontrar documentos significativos e tomar como adquiridos alguns dados sobre as dificuldades e vicissitudes que quase sempre estão na origem de uma grande ideia.

Bragança era e continua a ser uma cidade com as mesmas dificuldades que o resto do País, ou até ainda mais acentuadas. No entanto, apesar do Estado Português não apoiar e ser claramente contra, conseguiu abrir diversos Jardins-de-infância de iniciativa particular. Gomes (1977:128) refere que “só há escola, só há vida intelectual organizada, onde as necessidades essenciais da vida estão satisfeitas”. Em Bragança não estariam de todo, no entanto, não foi fator impeditivo. Este autor considerava que

“numa economia de subsistência, em que o homem vive inteiramente ocupado e preocupado com a satisfação das suas necessidades quotidianas mais elementares, não há vagar, não há ócio, não há tempo livre, não há lazer, numa palavra não há escola” (Gomes, 1977: 128). Apesar de todas estas dificuldades, e levada por uma forte motivação ideológica, os cidadãos de Bragança estavam conscientes das vantagens da Educação Pré-escolar para toda uma sociedade, elemento imprescindível para a sua afirmação e modernização. Não é apenas o crescimento económico e o aumento da produtividade que abrem escolas e prolongam a escolaridade. A escola não é apenas o espelho e o reflexo da sociedade, mas é e deve ser também o seu motor, “Sem esquecer que é a escola que permite o crescimento económico, pois esta não é possível sem conhecimentos científicos profundos e sem técnicas evoluídas que só a escola proporciona (Gomes, 1977: 129). Numa economia de subsistência em que o homem vive inteiramente ocupado e preocupado com a satisfação das suas necessidades a escola é sempre posta em segundo plano, no entanto em Bragança, no caso específico dos Jardins-de-infância criados, isso não aconteceu de todo.

A boa gestão efectuada dentro das condições possíveis contribuiu para um bom funcionamento das instituições ao longo dos tempos até aos dias de hoje. Segundo Ron Glatter, “a boa gestão é uma característica significativa das melhores escolas” (Nóvoa, 1992:159). Nesse sentido, teve-se a sorte de se ter encontrado uma cidade com gente com capacidade, dinamismo e dedicação que soube dinamizar as suas instituições, estabelecendo as regras e todas as estruturas organizativas que conseguiram manter e até melhorar. A elite da cidade, através duma liderança forte, um abnegado empenho e dedicação, deram um enorme contributo para o sucesso destas instituições e foram elemento essencial, ganhando o respeito pela Sociedade bragançana.

Quanto ao grupo de educadoras, verifica-se a importância que tiveram para as instituições o contributo que deram a todo o processo de criação e funcionamento das diversas instituições. Partilhando consenso alargado quanto às ideologias e aos valores educativos, o quadro docente revelou-se elemento fundamental na dinâmica educativa e pedagógica das instituições e na formação dum clima escolar favorável ao desenvolvimento de elementos culturais identitários.

Em relação ao pessoal auxiliar, vigorava o princípio da polivalência: para lá da função específica fazia-se o que fosse necessário e urgente numa relação direta com as educadoras e com a direção as instituições.

O corpo discente era formado por crianças residentes na cidade, tinham como origem territorial predominantemente a cidade de Bragança, embora tivessem recebido um número elevado de crianças filhos de famílias de outras localidades que se deslocaram para Bragança fruto das suas exigências profissionais. Todavia, a proveniência social das crianças terá abarcado os diferentes estratos sociais. Portadores de diferentes motivações, por vezes sem objectivos educacionais definidos, provocavam respostas à sua situação por parte das instituições, revelando-se como instituições flexíveis. Seriam crianças provenientes de famílias de proprietários rurais e urbanos, comerciantes, funcionários públicos, militares e outros.

Durante o período em estudo, os Jardins-de-infância criados nunca foram suficientes para as necessidades da cidade. A percentagem de crianças aumentaria consideravelmente, se existissem mais instituições vocacionadas e com instalações novas logo desde início.

Resumidamente, o percurso histórico da Educação de Infância durante o período em estudo de 1934 a 1986, pode considerar-se, dividido em três fases:

Uma primeira é a fase da *submissão*. Com efeito, os anos de 1934 até 1956 foram de enormes dificuldades provocadas pelo encerramento no ano de 1934 da Escola Infantil que funcionava em Bragança desde 1917, pela extinção do Ensino Infantil em Portugal no ano de 1937 e pelo apoio submisso às ideias contrárias do Estado Novo em matérias de Educação de Infância, que valorizava mais a Escola Primária. Tratava-se de um conceito de escola infantil que apenas acarretava despesas ao Estado, sem modelos comparativos, destinado a crianças que deveriam permanecer em casa com a família até entrarem na escola primária. Prevalencia a ideia que a família dava respostas educativas suficientes às crianças destas idades. A todas estas dificuldades ainda se juntou a crise por que o País passava, causada pela II Guerra Mundial.

Os enormes obstáculos foram ainda provocados pela carência de instalações, equipamentos e Professores especializados, ao mesmo tempo que tinha de se fazer uma campanha de sensibilização da população para a importância desta nova escola de combate ao analfabetismo e à formação educativa de um melhor cidadão. Começou a

ganhar a ideia que as famílias não davam respostas às necessidades educativas das crianças.

Uma segunda fase de 1956 a 1970, denomino-a de *experimentação e coragem* onde a Igreja desempenhou um papel decisivo e fundamental, conseguindo ir contra as ideias do Estado Novo e abrir no ano de 1956 um Jardim-de-infância. Destacou-se um Bispo – D. Abílio Vaz das Neves – que conseguiu mobilizar a Igreja, a sociedade e uma Congregação para fazer aquilo que o Estado não fazia nem apoiava. Vencidos todos estes obstáculos pôde por fim abrir-se o 1º Jardim-de-infância da rede privada, disponibilizar-se o edifício com a respectiva mobília e equipamento, nomeou-se a educadora e restante pessoal auxiliar, elaboraram-se programas e horários. Ao mesmo tempo que se cuidava da estrutura organizativa do JI, lançava-se uma ação para sensibilização da população e inscrição de crianças. Tratando-se da segunda experiência de Educação de Infância em Bragança (a 1ª foi entre 1917 e 1934), a população aguardava ansiosa (e desconfiada) esta ideia de modernidade pedagógica, que só estabilizaria com o seu funcionamento regular e com a abertura de mais Jardins-de-infância após 1970.

Uma terceira e última fase, no período entre a 1970 a 1986, será a da *consolidação, crescimento emergente, independência e aceitação*.

Consolidação porque conseguiu abrir mais Jardins-de-infância e afirmar-se no sistema escolar de Bragança, dando resposta através da rede privada às necessidades das famílias e das crianças e, mais tarde, em 1980, passar a pertencer à rede pública através do Jardim-de-infância nº 1 do Minsistério da Educação. Com mais educadoras de infância, o corpo docente foi estabilizado e aderiu com empenho a esta nova fase. Tratou-se dum crescimento emergente porque a Educação Pré-escolar conseguiu impor-se. Independência porque possuía características únicas, um novo sistema de ensino, que o diferenciavam de todos os outros. Com um ideário educativo próprio e único, uma organização interna peculiar, escolhido por muitas famílias para a educação das suas crianças. Oferecia as possíveis condições em grandeza e funcionalidade, um corpo docente competente e dedicado, um ambiente propício ao desenvolvimento de competências das crianças e, através da instauração de um clima escolar responsável, disciplinado, sendo o mais adequado ao desenvolvimento das crianças destas idades em complementariedade com a família. Conseguiu ultrapassar todas as dúvidas que possa

ter suscitado a sua implementação e sucesso funcional, mantendo a sua especificidade e estrutura organizacional e a capacidade de frequência de crianças à medida que mais instituições iam surgindo. Aceitação porque a sociedade de Bragança estava sensibilizada para este novo sistema de ensino. Reconheceu-lhe importância e especificidade. Tinha Educadoras de Infância, crianças e a sociedade do seu lado.

Não podemos olhar para o tempo objeto deste estudo num tom crítico, estabelecendo comparações com o sistema educativo atual. Temos, sim, que enquadrar no período em estudo, entender todas as suas condicionantes e valorizar a experiência e a sua história. Tendo este aspecto em consideração, podemos concluir que a sociedade bragançana soube responder de forma ajustada e ajustável às circunstâncias do quadro sociológico, geográfico e institucional, verificadas ao longo do período em análise, de forma a poder considerar-se que os serviços que prestou se relevaram de grande qualidade pedagógica, constituindo, em termos de sistema de ensino, uma resposta indispensável educativa e social.

Foi assim possível verificar como se concretizou a ideia inicial da abertura de instituições vocacionada para a Educação de Infância na cidade de Bragança e também o romper de ideias ancestrais de que as crianças só podiam ir para a escola aos sete anos e que, durante este período, deviam ficar apenas ao cuidado das mães, sendo esta a principal educadora juntamente com a Igreja. As entidades Bragançanas, por intermédio das suas elites, sempre consideraram elemento fundamental para o estabelecimento de uma relação pedagógica e educativa eficaz e moderna, os edifícios escolares e o seu apetrechamento em mobiliário e materiais adequados à faixa etária das crianças. Deviam ser sólidos, funcionais, luminosos, de forma a tornarem-se espaços agradáveis, propícios ao bem-estar e convívio das crianças. Apesar disso, todos os Jardins-de-infância criados durante este período, começaram a funcionar em instalações adaptadas e provisórias; todavia, anos mais tarde mudaram-se para edifícios construídos de raiz para o efeito. Tratavam-se sempre de instituições pioneiras quando comparadas com as escolas primárias, que existiam há muitos anos, principalmente no que respeita a mobiliário e materiais pedagógicos. Todas as alterações efectuadas, todas as obras realizadas estavam direccionadas para a sua especificidade e independência e sempre influenciadas pelas novas correntes pedagógicas que traziam as educadoras de infância que iam formando. As obras de adaptação onde funcionavam nos primeiros anos

tiveram a marca do conceito das novas pedagogias e dos principais impulsionadores. Não duvido que foi fruto de muitas noites de discussão, análise, leitura de livros e consulta da legislação específica, bem como a troca de ideias com outras pessoas. A juntar a tudo isto, não se pode esquecer a má situação em que se encontrava o parque escolar e a educação da cidade e do concelho onde os dinheiros públicos eram apenas investidos em matérias de educação nos edifícios escolares a começar no Ensino Primário.

Entre o fado e a paixão», eis como a Autora resumiu a história da Educação de Infância em Portugal na sua relação com o Estado. O fado é antigo, e traduziu-se numa «eterna espera» até que os poderes públicos reconhecessem esse direito cívico, e sobretudo assumissem as consequentes obrigações políticas. A paixão é recente, mas desde que um governo se declarou apaixonado é visível a presença do pré-escolar entre as prioridades da governação. Tamanho era, porém, o atraso acumulado, que, mesmo juntando investimento estatal e iniciativa privada, um programa visando assegurar a todas as crianças portuguesas três anos de Jardim-de-infância não caberia no tempo político de uma legislatura (Vilarinho, 1999: 9).

Provavelmente a única ideia de infância que se aproxima dos cem por cento de consenso, mesmo interinstitucional, transcultural e transtemporal é a de que cada criança é “portadora de futuro” e precisa de ser tutelada para o realizar.

Com este trabalho, pretendo não deixar cair no esquecimento o que foi a história da Educação de Infância tomando *O caso de Bragança*. É meu desejo também dar um contributo, embora que modesto, para a história da educação em Portugal e para a história da Educação de Infância em particular. Estou consciente que a força que me moveu e orientou tem raízes no entusiasmo, na importância que tem na minha vida os anos felizes da infância passados numa aldeia isolada do interior profundo de Portugal, onde as duas únicas instituições que havia eram a Igreja e a escola Primária. Procurei relatar experiências facilitadoras da reconstrução histórica da realidade da Educação de Infância em Bragança no período de 1934 e 1986. A proximidade de algumas destas vivências pode de algum modo prejudicar a objetividade, mas a história é feita primeiro pelos seus protagonistas e, mais tarde, por aqueles que a estudam e repensam.

Este tese poderá ser importante para o início de outras pesquisas. A sua continuidade poderá ser feita por mim em futuras investigações ou por outros, interessados nas diversas linhas de investigação que aqui foram abertas, através da

heurística efetuada e que não foi possível continuar e aprofundar. De forma a aproveitar os documentos encontrados e as linhas de investigação abertas, este trabalho pode assim dar um importante contributo para o começo de investigações em áreas e temáticas que ainda não foram exploradas no distrito de Bragança como: as Creches; a formação de Professores e Educadores de Infância em especial a Escola do Magistério Primário de Bragança que tem um importante espólio documental arquivado e tratado no Arquivo Distrital de Bragança e que, coloquei em anexo no DVD digital desta tese; a Roda dos Expostos no Distrito de Bragança; a Educação Pré-escolar oficial do Distrito de Bragança; a educação Pré-Escolar particular no Distrito de Bragança; os aspetos relacionados com vida das crianças desde a vida familiar, educativa e religiosa, em especial no campo da catequese; e as notícias compiladas sobre tudo o que diretamente ou indiretamente está relacionado com a Educação publicadas no jornal *Mensageiro de Bragança*, entre os anos de 1940 e 1986. Por se tratar de inúmeros documentos que aumentariam consideravelmente o corpo deste trabalho, mas dada a sua importância, optei por colocar em anexo nesta tese apenas as referências sobre essas notícias e na íntegra em anexo no DVD digital a esta tese.

Deve exigir-se a um educador que seja capaz de sentir os desafios do tempo presente, pensar a sua ação nas continuidades e mudanças do trabalho pedagógico, participar criticamente na construção de uma escola mais atenta às realidades dos diversos grupos sociais (Nóvoa, 1994). O educador tornar-se-á muito melhor se interrogar os sentidos vários do trabalho histórico, de compreender as razões que conduziram à profissionalização do seu campo académico. Esta tese procurou contribuir para uma melhor compreensão da história da Educação de Infância, no seu percurso do passado que a levaram até ao presente, no sentido de melhorar o seu futuro.

6 -Fontes e Bibliografia

6.1 - Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital de Bragança (ADB):

- Livro 53 – Livro de Atas do Asilo Escolar de São Francisco;
- Livro 56 – Livro de Atas das Tomadas de Posse de Comissões Administrativas;
- Livro 182 – Livro de Atas do Asilo Duque de Bragança “Armzaem” 1964-73;
- Livro 183 Asilo da Infância Desvalida Duque de Bragança 1962-73;
- Livro 190 Asilo Duque de Bragança Nota de Movimento 1968-72;
- Livro 191 Asilo Duque de Bragança Nota de Movimento 1972-74
- Livro 214 Registos de Encomendas e de Obras do Asilo Duque de Bragança;
- Livro 287 –Processos nº 5 – Processos de Pessoal do Asilo Duque de Bragança – 1946.56;
- Livro 325 – Assistência dos Menores do Asilo Duque de Bragança – 1965;
- Livro 330 – Folhas de Vencimentos dos Trabalhadores do Asilo Duque de Bragança 1963
- Livro 356 – Livro 1 – Registos do Asilo Duque de Bragança, livro de receitas arrecadadas para o Asilo – 1946-50;
- Livro 3 – Registo de Receitas (1968-72,;
- Livro 4 – Contas Correntes 1945-51.
- Registo de receita e despesa do asilo duque de Bragança
- 1867-1880- GCB/ASP/Lv0387 (UD: Cx0136)
- 1867-1867 GCB/ASP/Lv0388 (UD: Cx0136)
- Estatutos do Asilo- Escola de São Francisco de Bragança
- GCB/ASS/Cx362/Lv407
- Estatutos e Regulamento Interno do Asilo Duque de Bragança (1868)
- GCB/ASS/Cx362/Lv 408

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Bragança (AHCMB):

- Livros de atas 1934 a 1986;
- Correspondência recebida 1934 a 1986;
- Correspondência expedida 1934 a 1986.

Santa Casa da Misericórdia de Bragança:

- Livros de atas de 1940 a 1986;
- Correspondência recebida 1934 a 1986;
- Correspondência expedida 1934 a 1986.

Arquivo do Jardim-de-infância nº. 1 do Ministério da Educação de Bragança

- Relatórios e Projeto Pedagógico de 1982/83;
- Relatórios e Projeto Pedagógico 1984/85;
- Relatórios e Projeto Pedagógico 1985/86

6.2 - Fontes Impressas

6.2.1 - Arquivos

-Arquivo do Centro Regional de Segurança Social de Bragança

- Correspondência expedida entre 1970 a 1986;
- Correspondência recebida entre 1970 a 1986;

-Arquivo da Congregação Religiosa das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado

-Arquivo da Congregação Religiosa das Irmãs da Caridade do Sagrado Coração de Jesus

-Arquivo do Hospital Distrital de Bragança

-Arquivo da Direção Distrital de Educação de Bragança

- Livros de atas 1934 a 1986;
- Correspondência recebida 1934 a 1986;
- Correspondência expedida 1934 a 1986.

-Arquivo do Jardim-de-infância do Instituto das Obras Sociais e Centro Regional de Segurança Social de Bragança

-Arquivo do Centro de Área Educativa de Bragança

-Arquivo do Centro de Educação Especial de Bragança

-Arquivo da Escola do Magistério Primário de Bragança

-Arquivo da Escola Superior de Educação de Bragança

-Arquivo Histórico do Ministério da Educação de Lisboa

6.2.1 - Jornais e revistas

- A Escola Transmontana - Museu Abade Baçal de Bragança;
- A Junta Escolar Museu Abade Baçal de Bragança;
- A Madrugada – BPMP -XI-3-21;
- A voz académica – Biblioteca Municipal do Porto (BMP) – Cota- P-D-302 (4);
- Alerta – BPMP – P-C-1677;
- Boletim da Beneficência - BMP Cota P-A-1109;
- Boletim da Diocese de Bragança – BPMP – P-A-618;
- Boletim de Propaganda – BMP Cota – P-B-3011;
- Boletim do Grupo Amigos de Bragança - Cota P/B/1156;
- Brigantino -BPMP – P-C-1109;
- Circular – BPMP – IX-3-7;
- Concelho de Bragança – BPMP – P-D-264;
- Criança BMP: Cota: P-B-948 142;
- Distrito de Bragança – BPMP – P-D-271 (3), (1911) – P-D-270 (3);
- Escola Nova – (BPMP) – P-B-4392 (10);
- Escola Transmontana – BPMP – IX-1-64;
- Esperança – Escola do Magistério Primário de Bragança - BMP Cota: P-C-1100;
- Gazeta de Bragança – BN- J.466/12M;
- Gazeta de Bragança – Museu Abade Baçal de Bragança;
- jornal de Bragança – BPMP – P-D-270 (1);
- Leste Transmontano – BPMP – P-D-300 (2);
- Leste Transmontano - Biblioteca Municipal do Porto Cota – P-D-300(2);
- Diocese de Bragança e Miranda- Museu Abade Baçal;
- Mensageiro de Bragança* – Arquivo na sede do jornal em Bragança;
- Norte Transmontano – BMP P-D-300 (3)
- Norte Transmontano Museu Abade Baçal de Bragança
- Notícias de Bragança - Biblioteca Municipal do Porto – Cota: P-D-298
- Notícias do Nordeste –BMP – P-D-264 (11);
- O Bragançano – BMP – P-D-300 (1);
- O Bragançano - - Biblioteca Municipal do Porto-Cota: P-D-300 (1);

- O Concelho de Bragança – Biblioteca Municipal do Porto Cota – P-D-264;
- O Legionário Transmontano — BMP Cota – P-D-300(2);
- O Montanhês do Norte – BMP Cota – IX-1-64;
- O Nordeste – Museu Abade Baçal de Bragança;
- O sorrir da mocidade – Biblioteca Municipal do Porto Cota – P-D-264;
- O Transmontano - BMP Cota – P-D-300;
- Os amigos de Bragança – Museu Abade Baçal de Bragança;
- Os amigos de Bragança- BMP Cota: P-B-1156;
- Os nossos filhos - BMP – P-B-998;
- Os nossos filhos- BMP: Cota P-B-3201;
- Pátria Nova – BMP – P-C-1138;
- Pátria Nova- Biblioteca Municipal do Porto – P-C-1138
- Pra cá do Marão – BPMP – P-D-302 (3);
- Regulamento do Colégio Pestalozzi – Jardim e Escola Fröebel – Porto (1882);
- Renovação Nacional de Mirandela BMP: Cota P-D 302 (8);
- Revista Fröebel — BN – J302P;
- Saboreano — BMP – P-D-301;
- Sorrir da Mocidade – BMP – P-D-264 (10);
- Terras de Bragança – BMP – P-D-301 (6), 1934/1940-P-D-299;
- Traço de União – Biblioteca Municipal do Porto – P-B-998;
- Traço de União – BMP – P-B-998;
- Transmontano – BMP – P-D-300 (2);
- Traz-os-Montes – Museu Abade Baçal de Bragança;
- Traz-os-Montes – Museu Abade Baçal de Bragança;
- Verdade– BPMP – P-A-2579, (1913) -IX-5-7;
- Voz académica —BMP – P-D-302 (4);

Jornal Mensageiro de Bragança - Arquivo na sede do jornal Mensageiro de Bragança 1940-1986

Ano	Nº	Data	Página	Autor	Artigo	Observações
1	6	15-03-1940	3		O desinteresse da escola pelos pais	
2	11	31-05-1940	3		A doutrina em casa dada aos filhinhos- No santuário do lar	
3	19	01-10-1940	2		Lar feminino do Sagrado Coração de Jesus	
4	20	15-10-1940	3		A obra das mães pela educação nacional	
5	21	01-11-1940	3		Lar feminino e benfeitores dos patronatos	
6	52 e 53	15.02-1942 01-03-1942	1,2 1,2		Provisão – D. Abílio Vaz das Neves Os pais o padre e o Professor	O papel do estado na educação
7	56	15.04-1942	2	Manuel António Pimparel	Parque Infantil, problemas a resolver	
	73	01-01-1943	3		Obra das mães pela educação nacional	
	86	15-07-1943	2		Os nossos filhos	
8	93	01-11-1943	2	Manuel Pinto de Azevedo	Revista os nossos filhos	A creche da empresa fabril do Norte
9	126	20-02-1945	2		Parnaso Transmontano crianças a minha irmã	Poesia de crianças
10	130	01-04-1945	1	Fiandeiro	As crianças e a acção católica	Importância dos estudos elementares
11	152	10-11-1945	2,3		Orçamento para a criação de um Parque Infantil a criar em 1949	
12	153	05-01-1946	3	Lemos	Vida escolar	
	155	10-12-1945	1		Semana da mãe	A mulher deve voltar ao lar
	160	15-02-1946	1-2-3-4		Escola do Magistério Primário - Conferência de Abílio Vaz das Neves	
13	161	01.03-1946	1-2-3-4		Estatutos do Asilo Escola de São Francisco do Sagrado Coração de Jesus	

14	204	20.08-1947	1		Assistência à mãe e à criança em Portugal	Mortalidade Infantil
15	230	10-05-1948	1-2		O 2º concurso catequístico Diocesano - Meninas da creche de Chacim	Foto da Creche
	258	20-02-1949	1-2		Inauguração do Asilo de Pereira	
16	277	10-09-1949	4		Roma Locuta causa finita - Infantários	Significado de Creche
17	352	20-04-1951	3		Vida escolar	Criança de 4anos afogada no Fervença
18	431	24-10-1952	2	J.C.P.	Assistência e educação	Importância da criação de Infantários
19	433	24-10-1952	1		Regulamentação da entrada de menores em recintos públicos	A menores de 6 anos
20	518	09-06-1954	4		Jardim Infantil	A criar em Bragança
	519	16-06-1954	6		Jardim-escola e Parque Infantil de Bragança	Resposta do Presidente da Câmara
21	523	13-08-1954	4		-Criação de um Jardim Infantil ou Parque Infantil em Bragança	Negociações para abertura de um Jardim Infantil e Creche
	258	20-02-1949	1,2		-Inauguração do Asilo de Pereira	
22	599	03-02-1956	3		Chacim Festa das Florinhas	Diz que estão a funcionar no distrito 15 instituições com Creche
23	607	30-03-56	1,4	A.F.	Uma escola Montessoriana em Bragança	Criar em Bragança um Jardim-escola
24	609	13-04-56	1,4	A.F.	Uma escola Montessoriana em Bragança	
25	610	20-04-1956	1,4	A.F.	Uma escola Montessoriana em Bragança	
26	611	27-04-1956	1,4	A.F.	Uma escola Montessoriana em Bragança	
27	613	11-05-1956	NULO	A.F.	Uma escola Montessoriana em Bragança	
28	617	08-06-1956	6		Cuidado com as crianças	Fala dos perigos e do abandono a que estão sujeitas as crianças
29	630	15-09-1956	6		A puericultura e o trabalho	A importância de entregar as crianças enquanto as mães trabalham
30	635	20-10-1956	2		Assistência à Infância -A educação da criança	A educação da criança até aos 6 anos
31	637	03-11-1956	1		Inauguração em Bragança do novo edifício da escola do Magistério Primário e Escola Infantil Católica de Nossa Senhora das Graças	Programa de inauguração e discursos
32	638	10-11-1956	1-5		Inauguração em Bragança do novo edifício da escola do Magistério Primário e Escola Infantil Católica de Nossa Senhora das Graças	Discurso do Sub-secretário de Estado da Educação
33	645	29-12-1956	3		Aviso para o curso de uma Educadora Familiar Rural	
34	670	22-07-1957	6		Escola Infantil	Uma festa

35	684	05-10-1957	1-6-		Inauguração da casa da criança Mirandesa em Sendim	Destinada a receber crianças órfãos dos 3 aos 9 anos - Servas Franciscanas
36	695	14-02-1957	1		Vai ser inaugurada em Bragança uma creche para receber crianças dos 2 meses aos 4 anos	
37	697	28-12-1957	6		Festa Infantil Católica de Nossa Senhora das Graças	
38	703	07-02-1958	6		Infantário do Centro de Assistência Social	Inauguração dia 28 na Sede provisória da Casa do Arco
39	705	21-02-1958	3		Cuidado com o menino	Conselhos às mães
40	706	28-02-1958	3		Protecção ao trabalho da mulher	Situação da mulher no mundo rural do Distrito
41	710	28-03-1958	3	E. Cardoso	A mulher e o lar	
42	715	02-05-1958	3		Secção da mulher e da criança – História para o meu menino	
43	721	13-06-1958	3		Creche Paroquial de Moncorvo	Inaugurada em 15 de Maio de 1956- Pequeno historial
44	741	07-11-1958	2		Sociologia viva – Pais procuram-se	O abandono de crianças, as creches e a necessidade de adopções
45	742	14-11-1958	3	Maria Alcina Ribeiro Correia	A rainha D. Leonor	Fundadora das Misericórdias
46	752	23-01-1959	6	Fernando Smith	Uma Congregação diocesana	Historial das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado
47	765	24-04-1959	3		Para Educar uma criança	
48	770	29-05-1959	3-6		Lar da mulher e da criança	As crianças e os brinquedos
49	771	05-06-1959	3		Inauguração do Centro Paroquial de Assistência de Freixo de Espada à Cinta	Lactário, Infantário, Jardim-de-infância
50	790	30-10-1959	3	C.V.	Lar da mulher e da criança -	Falta de tempo dos pais para os filhos
51	800	08-01-1960	3	Santos Alves	Lar da mulher e da criança – Fábulas para os meus filhos	
52	831	02-09-1960	3	António A. Sendas	Centro de Assistência Social de Carção - Vimioso	Espaços novos a construir (Posto clínico, lactário, creche, Jardim-de-infância. A creche foi inaugurada em 25-08-1958.
53	832	09-09-1960	3		Obrigado mamã	Uma carta de uma criança à mãe a dizer o que sente.
54	844	02-12-1960	3,6		O drama das famílias separadas - A emigração	
55	850	20-01-1961	3		A freira – A grande desconhecida	
			5		Carção - Doação de 200 contos à creche	Creche fundada em 15-05-1956- Breve historial
56	920	22-06-1962	2		Servas Franciscanas de Jesus Sacramentado	
57	926	10-08-1962	5		Festa da escola infantil da creche de Chacim.	
58	938	02-11-1962	4,5,6	Rogério	A posição do Cristão e a evolução da	O ensino e a sociedade Portuguesa

				Martins	sociedade	
59	987	18-10-1963	2	Irmã de Lencastre	A mulher perante a vida	A importância de confiar as crianças de 3 a 6 anos a Professores esclarecidos no Jardim-de-infância
60	996	20-12-1963	3		Obra das mães pela educação nacional	Semana da mãe criada por iniciativa da obra das mães pela Educação Nacional em 1938
61	„	„	3		Freixo de Espada à Cinta-Com festa da mãe e programa dos pequeninos	
62	997	27-12-1963	8		Escola Infantil e Lar de Santa Clara	Homenagem a uma Freira
63	1008	20-03-1964	2	Irma de Lencastre	Da mulher e do Lar	A importância da Educação e do Professor
64	1025	17-07-1964	1	Mac Pinto	Educação Nacional - O ensino Particular e o oficial	
65	1050	22-01-1965	2		Da mulher e do Lar - Tu e os teus filhos	A educação dos filhos pelo pai e mãe. Não se refere à escola
66	1056	05-03-1965	3	David Fontes	Dos que sabem. A compreensão na Educação	A maneira de educar
67	1066	14-05-1965	3		Conselhos às mães	Como educar os filhos
68	1096	17-12-1965	3,4,8		Crise de habitação	Crise da habitabilidade e a pobreza- Foto com crianças pobres
69	1103	04-02-1966	2,7	António Nogueira Afonso	Vigiar a criança	A importância de vigiar e estar atento à criança
70	1110	25-03-1966	1,5		Bodas de prata das Servas Franciscanas de Jesus Sacramentado	Historial da Congregação (em 1991 fizeram 50 anos)
71	1114	22-04-1966	5	Maria da Graça	Parques Infantis	A importância de criar parques infantis em Bragança.
72	1123	01-07-1966	5,8	Fernando Subtil	Jardins de Infância -	A importância da criação de Jardins-de-infância
73	1128	05-08-1966	5		Chacim – A creche	O encerramento da creche no Verão - Festa Infantil de final de ano com presença dos pais.
74	1175	14-07-1967	4		Publicidade ao externato Trindade Coelho	Além de outros níveis de ensino também o ensino infantil dos 3 aos 6 anos.
75	1179	18-08-1967	6		Curso de especialização para Professores e educadores e crianças deficientes sensoriais	Inscrição no curso a funcionar em Lisboa
76	1210	05-04-1968	4		Imagens da Alemanha	Uma escola infantil na Alemanha (com foto) Um Jardim-escola Especial
77	1236	25-10-1968	1		Poliomielite, Paralisia Infantil -	Campanhas de vacinação. A importância da vacinação e dos óbitos por não tomarem a vacina.

78	1248	24-1-1969	1,8	M. Sampaio	O centro de Educação Especial para crianças débeis intelectuais	Refere também que funciona uma pré-primária
79	1249	31-01-1969	8		Mais uma novidade em Bragança - O Centro de Educação Infantil	Vai abrir em Vale d) Álvaro para crianças dos 3 aos 6 anos
80	1253	28-02-1969	5		Sendim. Curso de Formação Familiar Rural	Curso para as mães. Tirar as mães da idade média.
81	1264	16-05-1969	4		Freixo e Espada à Cinta. Récita Infantil	Festa com 300 crianças dos 0 aos 6 anos com programa da festa.
82	1267	06-06-1969	1	Fernando D)Ávila	O papel do exemplo na educação	O papel do educador Professor
83	1275	01-08-1969	5	E.	Lousa Moncorvo, 3 crianças morreram carbonizadas	Crianças com 3,4,5 anos.
84	1284	10-10-1969	1,7	Nogueira Afonso	A pais e a filhos	Educação dos filhos pelos pais.
85	1293	12-12-1969	7		Estante	Resumo de 2 livros “ A missão de educar” de Victor Garcia Hoz e “O desenho infantil” de G. H. Luquet da Livraria Civilização Porto
86	1299	30-01-1970	3		Empregadas. Pede-se uma auxiliar de Educação para Educadora de Infância	De preferência Regente Escolar
87	1300	06-02-1970	8		Cidade é notícia. Aviso. Bolsas para especialização em técnicas modernas de ensino.	3 Bolsas para os Professores do ensino pré-primário, primário e secundário.
88	„	„	2	Emílio Marini	Educação – Problema de todos.	1970-ano internacional da educação. A educação mundial e dados.
89	1301	13-02-1970	2	Emílio Marini	Educação – Problema de todos.	1970-ano internacional da educação. A educação mundial e dados
90	1311	24-04-1970	1,3		Pedagogia experimental – Pedra angular do ensino dinâmico.	A psicologia e sociologia. Fala de coménio, Rousseau, Froebel, Herbat, Dewey, Montessory, Decroly, Claparéd e Pestalozzi.
91	1312	01-05-1970	1,6	Rogério Reis	Problema candente –A reforma do ensino.	
92	1314	15-05-1970	1,6	Nogueira Afonso	Ano Internacional da Educação	
93	1316	29-05-1970	5	E.	Sendim – Miranda do Douro - Festa da Casa da criança Mirandesa	Festa com as crianças da escola Infantil, Asilo, Telescola e Colégio de Nossa Senhora da Paz.
94	1318	12-06-1970	8	H. Gil	Homenagem aos pais pela Escola Infantil do Lar da Imaculada Conceição	Festa no Paço Episcopal com os números do programa da festa.
95	1327	14-08-1970	5	E.	Chacim, Macedo de Cavaleiros	Pequena Festa pelas crianças da creche
96	1338	06-11-1970	1,4		43 Crianças no Centro de Educação Infantil da Caixa da Previdência do Distrito de Bragança	Entrevista à Directora da Instituição. Horários e actividades em vale d Álvaro.

97	1339	13-11-1970	3		Centro de Educação Infantil	Esclarecimento sobre o horário.
98	1361	30-04-1971	1,3	L.R.	Apontamento sobre a reforma do ensino.	A reforma de Veiga Simão
99	1366	04-05-1971	1,2		Conclusões de uma visita. A visita do Sr. Ministro da Educação Nacional (Veiga Simão) ao nosso distrito. -Uma saudação	O autor diz: -E o ensino Pré-primário? A educação Pré-primária é necessária.
100	1367	11-06-1971	1,2		-Está de facto a passar-se qualquer coisa de novo no nosso país. -Se não tivermos melhores Professores	Com foto de mulher rodeada de crianças
101	1368	18-06-1971	1,2		-A lição de um Mestre - Prof. Veiga Simão. -Alguns problemas actuais do distrito	Discurso de Veiga Simão em Bragança e as reforma necessárias a fazer.
102	1371	09-07-1971	2	O.	Para uma pedagogia mais eficaz -A agricultura no Distrito de Bragança -O Colégio do Sagrado Coração de Jesus -O complexo agro industrial do cachão	
	1372	16-07-1971	1,6			
103	1378	03-09-1971	3		Nova profissão para a mulher “ Mãe” numa aldeia S.O.S.	Mulher que tem em casa 9 crianças a seu cargo. Fica no Estoril em Lisboa.
104	1379	10-09-1971	2	F. Vale	Para uma Pedagogia mais eficaz e exacta	A cordialidade do Educador na Educação
105	1380	17-09-1971	2	F. Vale	Para uma Pedagogia mais eficaz e exacta. Qual a margem educativa disponível.	A educação é revelação.
106	1414	26-05-1972	15		Homenagem às mães	Festa dos alunos da escola infantil e primária do Lar da Imaculada Conceição a realizar dia 28 de Maio com respectivo programa.
107	„	„	16		Centro de Educação Infantil de Bragança	Diz que foi criado há 2 anos pelo Instituto de Obras Sociais da Caixa da Previdência e recebe crianças dos 2 aos 6 anos
108	1419	07-06-1972	1	M. Sampaio	O ensino Particular	Trata do ensino Particular
109	1420	14-06-1972	1	„	„ -Não vos admireis	„
110	1421	21-06-1972	1	„	O ensino Particular	„
111	1446	26-01-1973	3,6		A assembleia nacional e o ensino do nosso distrito	A reforma do ensino ligando-a a Bragança e ao distrito

112	„	„	8,13		Caminhos da educação	Veiga Simão fala em Bragança dos novos desafios que esperam a educação, o que está feito e falta fazer.
113	1452	09-03-1973	3,12	F. R. Fernandes do Vale	Humanismo e educação	O “eu” e o papel do educador na e educação da criança, os sistemas pedagógicos.
114	1453	16-03-1973	4,10		Educação e renovação	As mudanças que se estão a fazer na educação.
115	1454	23-03-1973	1,3,6		A democratização do ensino é ideal	Discurso na íntegra de Veiga Simão que proferiu em Bragança dia 17 de Março.
116	1456	06-04-1973	3	F. Fernandes do Vale	A dança na civilização e Educação	Aspecto peculiar da criança, conhecimento concreto do educando. Uso de várias técnicas, posições e erros a evitar.
			3	D.Neto	Inauguração Solene do Hospital	
117	1468	06-07-1973	3		A batalha da educação continua no nosso distrito.	
118	1470	20-07-1973	1,4		1973 – Ano da criança	Frases sobre a criança. Aparece a declaração dos direitos da criança assinada em 20 de Novembro de 1959.
119	1472	03-08-1973	4	Agostinho Machado	Psicologia e pedagogia	O ensino e necessidade do educando
120	1474	17-08-1973	8,13		As crianças e a televisão	A televisão é nociva para crianças menores de 4 e 5 anos. Os raios gama influenciam.
121	1477	14-09-1973	13		Aviso do Colégio do Sagrado Coração de Jesus	A dizer que se admitem no externato alunos para a escola Infantil, Primária e Liceal.
122	1479	28-09-1973	14,16		Centro de Educação Infantil de Bragança	Admissão de crianças dos 2 aos 6anos. Diz o horário, tipo de actividades, vigilância médica. Tem 2 fotos na sala a trabalharem nas mesas e no recreio.
123	1483	26-10-1973	16		Aviso de inscrições para o Centro de Educação Infantil	Inscrições e condições de frequência.
124	1485	09-11-1973	4		Declaração Universal dos Direitos da criança	
125	1486	16-11-1973	14,16		Primeiro aniversário do novo Centro de Educação Especial.	Fala das salas destinadas ao Ensino Infantil e Primária, e refere que a Ana Maria Prada é a Educadora de Infância dos Tempos Livres.
126	1487	23-11-1973	14		Reunião de pais no Colégio do Sagrado Coração de Jesus.	Diz que estas reuniões de pais são pioneiras em Bragança e devem servir como exemplo para outras escolas.

	1495	25-01-1974	1,3,4,14		Bragança recebeu apoteoticamente Ministro Veiga Simão	
127	1501 e 1502	15-03-1974	1,6		O Ministro Dr. Silva Pinto visita o Distrito.	Visita à casa da criança Mirandesa, Inauguração do Centro Paroquial Assistencial onde foi inaugurado um moderno Jardim-de-infância para 60 crianças dos 2 aos 6 anos. No discurso o Ministro refere a criação pelos pais de creches, infantários e Jardins-de-infância.
128	1510	17-05.1974	1,13	Albino Ferreira	Anomalias Educacionais ou Problemas do Ensino.	Trata dos problemas do ensino. Um pouco da história do ensino nos últimos anos. Cita Montesquieu “ Dai-me uma criança dos 3 aos 7 anos e farei dela o que quiser”. Refere que o atraso no ensino infantil oficial é estranhamente nulo. Fala do percurso escolar desde o ensino Infantil ao Superior.
129	1530	14-10-1974	1,5		Como lidar com os filhos	
130	„	,	8		Um futuro para cada criança	O dia Mundial da criança que se comemora pela primeira vez livre.
131	1534	15-11-1974	12	P.	Para quando um Jardim Infantil aberto para todas as crianças	Refere que a Misericórdia de Bragança tem tudo preparado para abrir o Jardim-de-infância.
132	1542	17-01-1975	5		A primeira viagem de um pequenino estudante transmontano da sua terra natal ao Porto há cerca de 57 anos	Trata do problema do isolamento e dificuldade para se viajar e sair para o Porto e Lisboa.
	1546	14-02-1975	3		Presença e papel da mulher na sociedade contemporânea	
	“”	“”	6,7		Partidos políticos e programas	
133	1564	27-06-1975	7,10		Hospital ou Centro de Assistência.	O texto refere que há 2 anos que se vão habituando à ideia de que no velho hospital da Misericórdia teremos a curto prazo o Centro Infantil. Fala da demora da abertura e que é a mais premente necessidade da nossa terra.
134	1566	11-07-1975	1,4	Santa Rita Xisto	A infância.	Trata da infância que vai até aos 7 anos. A educação da família e as recordações de infância.
135	1567	18-07-1975	11	A mesa	Santa Casa da Misericórdia de Bragança	Vai abrir o Jardim-de-infância.
136	1580	24-10-1975	1,7,9		Nota Pastoral do Episcopado Português sobre o ensino Livre.	Como tem sido a educação antes e depois do 25 de Abril. Análise da situação, o sistema de ensino, etc.

	“”	“”	8		Admissão de pessoal - Infantário e Jardim-de-infância da Misericórdia	
	1581	31-10-1975	1,6		Nota pastoral sobre a liberdade de ensino na nova constituição	
137	1582	07-11-1975	10		Centro de Educação Infantil de Bragança.	Inscrições e horários
138	1585	28-11-1975	5	João Gonçalves	A vida da criança e a sua alimentação	
139	1588	19-12-75	5,8	„	„	
140	1589	02-01-1976	5	E.	Porquê discriminação contra o ensino livre.	O Ensino Particular e o Público. O seu percurso histórico.
	“”	“”	12,9		A importância da família para o indivíduo e para a sociedade	
141	1592	23-01-1976	12		Comunicado da Santa Casa da Misericórdia de Bragança.	Abertura do Jardim-de-infância e Infantário no dia 2 de Fevereiro de 1976. Inscrições e entrega do regulamento interno do Centro. Conta já com 2 educadoras, 2 auxiliares de educação, 3 ajudantes de creche e 1 enfermeira.
142	1595	13-02-1976	2,7		Pensar na criança.	Trata da educação da criança.
143	1596	20-02-1976	5		Colégio do Sagrado Coração de Jesus	Dia 2 de Fevereiro Centenário da Fundação da Congregação.
144	1599	12-03-1976	9		Educadora Infantil admite-se para o Jardim Infantil do Cachão	
145	1603	09-04-1976	1,5	Teófilo Miguel	Aos pais e encarregados de Educação	Atenção ao que se passa na escola dos vossos filhos
146	1604	16-04-1976	5	Maria Afonso	A era da criança	Os métodos de Montessori
	“”	“”	8,9		Partidos políticos programas e actuações práticas	
147	1605	30-04-1976	5	„	A era da criança	„
148	1606	07-05-1976	6	„	„	„ Acrescenta também o que o Salazar fez de mal à Educação das crianças.
149	1608	21-05-1976	1,6	Manuel Fradique	Uma burla chamada Ensino.	
150	„	„	1		Aos encarregados de Educação	Atenção ao que se passa na escola dos vossos filhos.
151	1618	30-07-1976	11		Aviso – Precisa-se de uma Educadora Infantil	Para coordenar os Jardins-de-infância do Distrito de Bragança numa linha Educativa. Exige-se o curso de Educadora infantil com

						o mínimo de 4 anos de serviço.
152	1626	08-10-1976	1,6		Novo ano escolar aproxima-se	Problemas na abertura do novo ano escolar
153	1632	12-11-1976	4	Cónego Valdemar Pires Provedor	Santa Casa da Misericórdia de Bragança. Criação do Centro de Bem-Estar Infantil	
154	1635	03-12-1976	1,13		Juventude, liberdade, tabaco e droga	A vida familiar e suas consequências.
155	1643	04-02-1977	3		Do Nordeste Transmontano – 1º Centenário da Congregação das Irmãs da Caridade do Sagrado Coração de Jesus.	
156	„	„	7		Resultados da anarquia pedagógica do ensino	
157	„	„	1,9,13	Abel Guerra	A sociedade sem classes	
158	1648	18-03-1977	6		Festa com os velhinhos do Lar de Bem-estar de idosos da Santa Casa da Misericórdia de Bragança	Diz que existe uma comissão de ementas composta por 4 idosos, sendo 1 responsável do lar, outro do Infantário e outro do Jardim Infantil.
159	1651	08-04-1977	4		41 Mil contos para obras destinadas à infância e terceira idade.	Infantário do Franco 1125 cts, Centro de Bem-Estar Infantil de Mirandela 2375, Macedo 2000, Alfandega da Fé 2375
160	1653	22-04-1977	3,4		Revista de imprensa regional	A imprensa regional muito importante para a história de um povo.
161	1655	06-05-1977	4		Dia mundial da criança	Melhorar em Bragança as condições para as crianças.
162	1658	27-05-1977	1,6		Do Nordeste Transmontano, Casa do Arco	Festa da comunhão com representações da escola primária e infantil.
163	1660	10-06-1977	1,6		Semana da criança em Bragança	Iniciativa do Magistério, FAOJ, Cine Clube Infantil, D.G.D, Jardins-de-infância
164	„	„	5		Escola Infantil	O governo propõe-se incentivar e alargar a todas as camadas da população o ensino Pré-primário como consta do seu programa. Diz que a falta deste ensino é das necessidades prementes da aldeia de Sendim Miranda do Douro, onde presentemente nada existe quer a nível colectivo se dedique à criança, nem de carácter oficial nem particular.
165	1661	17-06-1977	5	Virgílio Vale	O valor da história	“Não saberemos construir um futuro digno, se, no presente, não soubermos respeitar os valores do passado”
166	1679	28-10-1977	12		O ensino Particular Modelo para o Ensino Oficial	Faz a comparação dos dois ensinos, dizendo que a abertura do Particular é uma maravilha e que o oficial é um caos.
167	1690	20-01-1978	5,9	Barrondas da Serra	A roda e os filhos dos expostos	
168	1694	17-02-1978	4,9	Inocência	Centenário das Irmãs da Caridade do Sagrado	Refere que tem externato, Escola Infantil, Primária e Lar.

				Pereira	Coração de Jesus 1877-1977.	
169	1695	24-02-1978	10	Inocêncio Pereira	Celebração Eucarística Centenária no Colégio do Sagrado Coração de Jesus em Bragança	
170	1696	03-03-1978	1,7,9	E.	Novo governo e o Ensino Particular	
171	1697	10-03-1978	3		Admissão de novos irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Bragança	A situação da Misericórdia e que o Infantário está superlotado e o jardim Infantil a melhorar.
172	„	„	5,9	Virgílio Vale	Correspondentes – Vinhais – A vida continua	A importância da criação de um Jardim-de-infância em Vinhais
173	1700	07-04-1978	1,3,	E.	Educação e ensino	Grande problema que é de todos
	1705	12-05-1978	1,5		Pela vida e pela família	
174	1706	19-05-1978	1,3	E.	Urge democratizar o Ensino em Portugal	O Ensino Particular
	1707	28-05-1978	1,4		O ministro dos assuntos sociais em Bragança	
175	1708	02-6-1978	6		O ministro dos assuntos sociais em Bragança - Reportagem	Bragança precisa de um lar para a 1ª Infância, para substituir o Lar de São Francisco. Em Macedo diz que há necessidade de criação de um Infantário...em Miranda um Jardim-escola, em Mirandela um Infantário, e em Vila Flor o Infantário já está numa fase de projecto.
176	1709	09-06-1978	2		Dia Mundial da criança	Os direitos da criança e que o dia mundial da criança se comemorou pela 1ª vez em 1950
177	„	„	16		Última hora - Crianças intoxicadas livres de perigo.	Intoxicação de 14 crianças dos 2 aos 5 anos em creche de Carção.
178	1710	16-06-1978	2		A vida humana é inviolável	O aborto
179	„	„	3		Comunicações sociais ao serviço da Educação.	A influência da televisão nas crianças até aos 6 anos.
180	1711	23-06-1978	5		Récita Infantil das crianças do colégio do Sagrado Coração de Jesus na Torralta	Festa com programa, números e e grupo de idades das crianças que os apresentam.
	“““	“““	10		Pela vida e pela família – 1º curso de planeamento familiar	
181	1715	21-07-1978	5		Encontro das Misericórdias do Distrito.	Diz que os Centros Infantis surgiram em Mogadouro, Mirandela e Bragança.
182	„	„	1,6	E.	Degradação Pedagógica e moral no ensino	
183	1716	28-07-1978	2		Ano Internacional da criança	

184	1724	06-10-1978	2		Dia mundial da criança	
185	1725	13-10-1978	2		Dia da Infância	Em Portugal morrem 39 crianças em cada mil antes dos 5 anos de vida.
186	1729	10-11-1978	2		Ano Internacional da criança	A criança e os seus direitos.
187	1730	17-11-1978	2	Maria Ulrich	Ano Internacional da criança	
188	„	„	1,4,8,		Anúncios de concursos públicos	Arrematação de empreitada de obras para construção de Jardins-de-infância: Murça, Santa Marta de Penaguião, Régua, Sabrosa com respectivos custos.
189	1735	15-12-1978	1,6		A escola, a vida e a fé.	
190	1737	12-01-1979	2		1979 Ano Internacional da criança	Investir na criança é o melhor investimento de um Estado.
191	„	„	7		Do Distrito – Direcção do Distrito Escolar de Bragança	Dados em tabela do número de alunos e docentes por concelhos no ensino Pré – primário.
192	1739	26-01-1979	1,6		Ano Internacional da criança	
193	„	„	2		Do Nordeste Transmontano – Bragança, Escola Normal Superior.	Vai começar a funcionar em 1981-82 e formará Professores do Ensino Primário, Secundário e Educadores de Infância com capacidade para 330 alunos.
194	1740	02-02-1979	2		Ano Internacional da Criança	
195	1752	27-04-1979	2		Ano Internacional da Criança	
196	„	„	4		Bragança vai ter um Parque Infantil	
197	1755	18-05-1979	2		Criança vítima de ratos.	Uma criança bebe que foi mordida por ratos e veio a morrer de pneumonia com 4 anos. A falta de higiene, creches e infantários.
198	1756	25-05-1979	2		Valores e contra valores	Recados das crianças das aldeias por não integrarem os festejos do dia mundial da criança.
199	„	„	„		Do Nordeste Transmontano – Escolas da Casa do Arco em Festa de enternecer	Festa das crianças.
200	„	„	4		Uma festa para crianças	Festa para todas as crianças da cidade para comemorar o dia Mundial da criança. Diz que na cidade só há um ou dois infantários.
201	1758	08-06-1979	1,6		Dia mundial da criança	Bragança dá o exemplo com uma grande festa do dia mundial da criança.
202	„	„	2		Protecção às crianças	O perigo dos brinquedos, berços e outros perigos.
203	1766	03-08-1979	2		Do Nordeste Transmontano – Três Educadores de Infância para o nosso distrito.	Pela Portaria nº 378/79 de 27 de Julho, foi criado um lugar de Jardim-de-infância para seixo de Ansiães, outro para Sendim e outro para Carviçais. Diz que estes Jardins-de-infância começam a

						funcionar em 1978-1979.
204	1772	28-09-1979	5		Mirandela	3 Menores de 4, 6 e 8 anos vivem numa barraca em condições miseráveis e que foram retirados à família e Institucionalizados. A criança de 4 anos foi para Pereira para as Irmãs Reparadoras.
205	1773	05-10-1979	4		Diz o Zé que...Estará certo? 5 lugares de J.I.?	Foram criados em Bragança 5 lugares para funcionamento de J.I. do Ministério da Educação para crianças dos 3 aos 5 anos. Diz que já tem o Jardim da Misericórdia para 90 crianças, o da I.O.S. para 40, o do Colégio Sagrado Coração de Jesus para 50 (Falta o de Santa Clara). Este artigo apela à melhor distribuição e Jardins-de-infância pelos bairros periféricos da cidade.
206	1777	02-11-1979	4		4500 Docentes sem trabalho – Desemprego no Ensino Primário	O desemprego na profissão docente, a redução de despesas na educação pelo estado que passaram de 14,6% para 11,7%, sendo particularmente preocupante o decréscimo de investimento nos sectores da educação pré-escolar.
207	1778	09-11-1979	5		Assistência pré-primária no distrito.	Diz que em Bragança há 2 Jardins-de-infância com 230 crianças. Enumera os Jardins de Infância estatais do Distrito e a sua frequência.. Refere que a situação no distrito está mal neste sector e que há milhares de crianças para entrarem no pré-escolar. Como há tantos Professores primários desempregados e a formação dos educadores infantis, etc.
208	1779	16-11-1979	5,9	Telmo Verdelho	Há 25 anos em Vale de Gouvinhas - Mirandela	Trata do percurso pessoal de um aluno a falar na 1ª pessoa. Conta as mudanças que sofreu a sociedade e a escola nos últimos 25 anos.
209	1780	23-11-1979	2		Vimioso – Terreno para uma Creche	Solicitar ao Ministério dos Assuntos Sociais a Instalação na Sede do Concelho de uma unidade de apoio à Infância, Creche ou Jardim-escola, colocando à disposição daqueles serviços o terreno necessário à sua construção.
210	1781	30-11-1979	1,7	Campos Oliveira	Deus Pátria e Família. A história e sua importância.	Mal vai o povo que não é solicitado a conhecer as páginas da sua história; mal servido é o povo, se não for estimulado a guardar religiosamente o património físico e espiritual, acumulado e transmitido através de muitas gerações; mal vai o povo que não se responsabilize pela sua continuidade no futuro.
211	1784	21-12-1979	5		Centro Regional de Segurança Social de Bragança -O débil não tem espaço nem se pode defender	Órgãos, serviços e instituições nele integrados. Pela Portaria nº 648/79 de 5 de Dezembro de 1979. Defendendo o Instituto de Obras Sociais: O Jardim Infantil de Bragança; O Centro Infantil

						do Cachão.
212	„	„	5		Fotografia de 3 crianças pobres	Com idade de J.I. e outra de crianças ricas brincando num baloiço.
213	1791	15-02-1980	7	Papa João Paulo II	Dar um sentido ao homem, às suas escolhas, à sua vida, à sua história.	Durkheim, Marxismo, Freud, etc
214	1800	25-04-1980	4		Bragança cresce	O Presidente da Câmara José Gomes Pinheiro fala do início breve da construção de 5 salas para o ensino pré-primário no Bairro da Mãe de Água.
215	1802	09-05-1980	13		Foto com Educadora a atravessar a passadeira com crianças em fila	Publicidade ao Renault 5.
216	1804	23-05-1980	1,14		Aldeias transmontanas, Quem olha devidamente por elas	Contraste Aldeia-Cidade
217	„	„	7	Vaz Pires	As mães donas de casa e funcionárias	As mães e o seu dia a dia.
218	1805	30-05-1980	1,6		Teresa Macedo, Secretário de Estado da Família. Dois dias em Bragança.	Pequenas frases sobre creches e Jardins de Infância num discurso de uma página.
219	1809	27-06-1980	6		Jardins-de-infância nas escolas	A criação de salas de Jardins-de-infância nas escolas primárias.
220	1812	18-07-1980	1,3		Bragança entre os primeiros Centros Regionais de Segurança Social do País.	Refere que há 13 Jardins-de-infância no Distrito. A construção de 23 parques infantis no Distrito. Vai gastar 87 mil contos nas instalações e equipamentos de 13 J.I. alguns existentes e outros em vias de de construção entre eles Vinhais, Alfandega, Bragança, Carrazeda, Freixo, Macedo, Miranda, Mirandela, Cachão, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso.
221	„	„	10,13		Instabilidade Pedagógica provocada por clima de imposição nas modificações introduzidas no Sistema Educativo.	O secretário de Estado da Educação – Eng. Roberto Carneiro em Bragança, refere para breve a criação de 544 lugares de Educação Pré-escolar e efectivos mais 150 Professores aludindo à criação de Jardins-de-infância e a cursos de formação de Educadores de Infância.
222	1819	12-09-1980	10,14		Servas Franciscanas	Historial da Congregação
223	1821	26-09-1980	2		Do Nordeste Transmontano – Criados mais 12 Jardins-de-infância no Distrito.	Para entrarem já em funcionamento em 1980-81, pela Portaria nº 682/80 de 19 de Setembro. Enumera-os.
224	„	„	3		Acção de formação de Professores e Educadores de Infância de Bragança	Refere que no ano lectivo de 1980-81 vão funcionar no Distrito de Bragança 35 Jardins de Infância da Rede Pública.
225	1824	17-10-1980	6		100 mil crianças não completam a 4ª classe.	
226	1825	24-10-1980	1,5		Bragança com taxa de mortalidade infantil que triplica a média.	Em 1500 crianças morrem 30 até aos 30 dias de vida.

227	„	„	4		Bragança com 6000 alunos	Refere que há 100 no Infantil
228	1833	19-12-1980	14		Aviso – Serviço do Ensino Primário – Direcção do Distrito Escolar do Distrito de Bragança.	Concurso de pessoal auxiliar de apoio para os Jardins de Infância criados pela Portaria nº 682/80 : Macedo, Freixo, Vinhais, Mirandela, Mogadouro.
229	1855	05-06-1981	6		Aviso - Jardim-de-infância 1 Bragança	Matriculas
230	1857	19-06-1981	6		Educação Pré-escolar atingiu 52 mil crianças.	O distrito de Bragança com 38 Jardins-de-infância. – Em Portugal existem 1338 dos quais 946 são oficiais e 442 particulares. Em 80-81 serviu 23650 o oficial e 29000 o Particular. Os Jardins-de-infância oficiais apareceram pela 1ª vez em 1978-79 totalizando 142 estabelecimentos.
231	1859	03-07-1981	11		Mais 15 J.I. para Alfandega da Fé, Macedo.	
232	1861	17-07-1981	16		Graves carências no ensino Infantil	Encontro em Lisboa sobre a Educação Pré-escolar. Notas de destaque deste encontro. Apenas 9% das crianças Portuguesas com 3-6 anos frequentam o Pré-escolar. Faltam 11 mil salas.
233	1862	24-07-1981	5		Mais 50 novos Jardins-de-infância entrarão ao serviço das crianças no próximo ano lectivo de 81-82.	Dados da Direcção Escolar de Bragança, aos 36 já existentes irão ser colocados 86 Educadores de Infância e a criação de 86 postos de trabalho a pessoal auxiliar e o atendimento de 2200 crianças. Tem nome das localidades.
234	1869	18-09-1981	2		Mais 5 Jardins-de-infância no Distrito.	Em Portaria deste mês a criação de Jardins em Alfandega, Sambade, Vilarelhos. Em Macedo Peredo e em Vinhais Vale das Fontes
235	1870	25-09-1981	2		Cachão Mirandela – Monitora para o Centro Infantil.	
236	„	„	12		Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro -	Edital para procurar uma Educadora Infantil
237	„	„	„		Aviso – Serviço do Ensino Primário, Direcção do Distrito Escolar de Bragança	Concurso de pessoal auxiliar de apoio para os 46 Jardins-de-infância do Distrito.
238	1879	27-11-1981	10		Ministério dos Assuntos Sociais	Anuncio para o projecto de Construção do Centro Infantil de Bragança do Centro Regional de Segurança Social de Bragança
239	„	„	„		Anuncio para a construção do Jardim-de-infância de Carrazeda de Ansiães.	
240	1883	25-12-1981	7		Secretário de Estado da Administração Interna inaugura Infantário em Miranda	
241	1884	08-01-1982	2		Natal Infantil	Foto de Festa de Natal com as crianças dos Jardins-de-infância da cidade

242		„	„	Manuel Lopes	Reconversão do Património da Santa Casa da Misericórdia	
243	1889	12-02-1982	2		Curso de promoção de auxiliares de Educador de Infância	A funcionar no Magistério Primário
244	„	„	6		Direito das mães	
245	1904	04-06-1982	6		Segurança Social em tempo de mudança no Nordeste	Equipamentos e serviços Em funcionamento
246	1915	20-08-1982	3		Carrazeda protege a infância	Construção de J.I.
247	1919	01-10-1982	3		Nova Educadora para o Centro Regional de Segurança Social.	
248	1921	15-10-1982	6-9		40 Mil alunos matriculados no distrito de Bragança.	1662 No ensino pré-primário, sendo 155 de Bragança
249	1925	12-11-1982	6		Freixo de Espada à Cinta - As crianças de ligares já têm Centro Social.	Abertura de infantário
250	1928	03-12-1982	3		Criados mais 20 Jardins-de-Infância no Distrito.	
251	1934	21-01-1983	3		Bragança – Nomeadas três novas Educadoras no Centro Regional da Segurança Social	Em regime de prestação eventual de serviços. Anita, Teresa Russo, Ofélia Lourenço.
252	1945	15-04-1983	2		Moimenta (Vinhais) Jardim-de-infância	Novo Jardim-de-infância.
253	„	„	9		Vinhais - Ensino	Plano de actividades – Criação de três Jardins de Infância: Moimenta, Edral, e Vilar de Lomba. Em construção os de Vinhais, Nuzedo de Baixo, Rebordelo, Penhas Juntas, Ervedosa e Celas.
254	1950	20-05-1983	6		Ensino Primário	Macedo de Cavaleiros diz que tem 207 alunos a frequentarem Jardins de Infância, 2300 nas escolas primárias e 12 Educadores de Infância a Leccionarem. Macedo apoia a educação pré-escolar, o trabalho que tem feito e o que falta fazer.
255	1951	27-05-1983	3		Freixo de Espada à Cinta – Escola Infantil Construção de edifício com 2 salas.	
256	1954	17-06-1983	6	Inocência Pereira	O fim da educação familiar	Pequeno historial
257	1955	24-06-1983	6		Fracasso escolar – Portugal a mais baixa taxa de escolaridade da Europa	Apenas 11% das crianças com 3 – 6 anos frequentam a classe infantil.
258	1959	22-07-1983	7,9		Que educação está a ser ministrada nas nossas escolas. A relação entre o educador e a	Educar não é domesticar. O educador olha e sente a criança, o Professor o programa.

					criança.	
259	1965	16-09-1983	4,9		Servas Franciscanas de Jesus Sacramentado	Historial da Instituição
260	1972	04-11-1983	4	Inocência Pereira	Secretária de Estado da Segurança Social vai inaugurar no Distrito dois Jardins-de-infância das Misericórdias.	Alfandega da Fé e Vila Flor
261	1973	11-11-1983	1,4	Inocência Pereira	Secretária de Estado da Segurança Social apoia instituições de protecção à infância, juventude e 3ª idade.	Jardim-de-infância para 75 crianças em Alfandega da Fé,
262	1974	18-11-1983	6		Entrevista ao Bispo de Bragança – Jardim Infantil: Prolongamento da família	Infantário ou Jardim-de-infância.
263	1985	10-02-1984	6		Conselho Directivo do Centro Regional de Segurança Social de Bragança.	Jardins-de-infância construídos e a construir.
264	1986	17-02-1984	7	Manuel Bento Fernandes	Educação para a sociedade	Da educação que tivemos, a educação que temos à educação que queremos.
265	1988	02-03-1984	7		Escola Superior de Educação	Escola que fica pronta em Agosto e que vai formar Professores e Educadores de Infância.
266	1989	09-03-1984	2		Ensino	Montagem de pavilhões em Lagoa e Murçós de Macedo para Instalação de Jardins-de-infância.
267	1996	04-05-1984	6,7	Inocência Pereira	A Segurança Social é hoje pensada no Distrito	O que tem feito a Segurança Social no distrito.
268	2001	08-06-1984	8		Crianças – Um muro de silencio	A importância do apoio à criança.
269	2018	12-10-1984	9	Inocência Pereira	Ano Lectivo “arrancou” com problemas de aquecimento.	Indica que foram colocados no Distrito 140 Educadores de Infância.
270	2028	21-12-1984	3		Escola do magistério primário de Bragança – Festa de recepção ao caloiro.	30 Alunos para o curso de educadores de infância no magistério.
271	2046	10-05-1985	9,12	Adão José Fonseca Silva	Oh! Portugal de Abril!... A factura escolar.	Cerca de 900 estabelecimentos de ensino Pré-primário não abriram as portas.
272	2073	29-11-1985	9		Alargamento de admissões no Magistério primário.	Educadores concorrem para o Magistério e sofrem processo de transferência para a Escola Superior de Educação.
273	2081	31-01-1986	4		Docentes do Jardim-de-infância do Bairro da Estação (Bragança) preocupadas com a falta de segurança.	Reunião de pais por causa da segurança do Jardim-de-infância.
274	2083	14-02-1986	2		Bragança – A iniciativa ficou a dever-se ao 3º ano do Curso de Educadores de Infância – Carnaval Infantil em Bragança.	Desfile de Carnaval dos Jardins-de-infância de Bragança, Macedo, Parada e Biblioteca Infantil da Escola do Magistério Primário de Bragança. Cerca de 700 crianças.

275	2089	28-03-1986	6	Inocêncio Pereira	Ensino – Estabelecimentos modelares mas nem tudo funciona.	Em Vinhais o actual executivo camarário criou 18 Jardins-de-infância com a frequência de 258 alunos.
276	2090	11-04-1986	3		Diz o Zé que... Jardim-de-infância em Bragança é alvo de marginais	Assalto ao J.I. da estação, já é o 4º assalto. Refere o que roubaram e o que destruíram.
277	2091	18-04-1986	16	Adão Silva	Comentário – Agora a coisa vai!	Sobre a Escola Superior de Educação e a formação dos Professores do Ensino Pré-primário. Diz que o distrito tem 138 lugares de Jardins-de-infância.
278	2101	27-06-1986	3		Candidatos a Professores têm de marcar passo.	Alunos não se podem matricular no Magistério porque acaba, nem na escola Superior de Educação porque ainda não abriu. Que fazer?
279	2102	04-07-1986	3		Exposição no Jardim-de-infância do Bairro da Estação.	Exposição do trabalho realizado ao longo do ano.
280	„	„	9		2800 Alunos no Ensino Infantil e Primário.	Em Macedo de Cavaleiros há 463 alunos a frequentarem o Jardim-de-infância, tendo 27 Educadores de Infância.
281	„	„	16		Ministério da Educação e Cultura. Curso das Escolas Superiores de Educação.	Aviso para inscrições nos cursos da Escola Superior de Educação de Bragança.
282	2109	05-09-1986	7		Não obstante as muitas carências as pessoas fizeram muito e fizeram bem.	João de Deus Pinheiro Ministro da Educação em Bragança. Falou da Lei de Bases do Sistema Educativo que está para sair e da sua importância e que irá mudar a face do país.
283	„	„	10		Alfabetização um direito fundamental do homem.	A importância da alfabetização.
284	2110	12-09-1986	8	A. Moura	Portugal campeão europeu em analfabetismo.	O analfabetismo em Portugal.
285	2114	10-10-1986	2		Acções de formação -	Ensino da Música nos ensinos primários e Primário.
286	2117	31-10-1986	10		Nomeado um vereador para as questões da Educação.	Em Torre de Moncorvo a Câmara diz que vai criar 3 salas de Jardins-de-infância, 2 em Mirandela e uma nos Carvalhais.
287	2118	07-11-1986	3		Visita de trabalho do primeiro-ministro ao distrito de Bragança 7 e 8 de Novembro.	Programa da visita. Visita ao infantário em construção em Carraceda de Ansiães.
288	2120	21-11-1986	2		Reunião de pais	Jardim-de-infância da Estação Eleição dos pais para o Conselho Consultivo).
289	2121	28-11-1986	7		Politécnico de Bragança abriu as portas aos jovens	A escola superior de Educação tem em funcionamento 2 cursos – a formação de Professores do Pré-primário e do primário com um total de 50 alunos., e responsabilidade de profissionalização de dos Professores do Ensino preparatório e secundário do distrito de Bragança num total de 200 Professores.

290	2125	26-12-1986	2		Jardim-de-infância do Bairro da Estação promoveu festa de Natal	Realizada na Escola Superior de Educação, com as crianças, educadoras, estagiárias, pais. Tem o programa e Números apresentados.
			”		Encerramento de um curso de ajudantes de creche e Jardim-de-infância.	Patrocinado pela União das Misericórdias e subsidiado pelo Fundo Social Europeu
			3		Mirandela – Natal da Misericórdia	Jardins-de-infância, Infantários e escola do Ensino Básico.

6.3 – Legislação

-Decreto 21695 -29/9/1932 – Novas alterações nos cursos das Escolas do Magistério Primário.

-Decreto nº. 23447 -5/1/1934;

-Decreto nº. 23735 – 3/4/1934;

-Decreto nº. 24402 – 24/8/1934;

-Decreto nº. 24246 – 28/7/1934;

-Decreto nº. 25311 – (DG Nº. 106, 10/5/1935);

-Decreto nº. 26893 – (DG Nº. 191, 15/8/1936);

-Decreto nº. 28081 – (DG Nº. 236, 9/10/1937).

-Decreto 25311- 10/5/1935 – Aprova programa das Escolas do Magistério Primário e Infantil.

-Decreto 27279- 24/11/1936 – Diminui habilitações profissionais e veda acesso ao Magistério.

-Decreto-Lei 30135 - 14/12/1939 – Cria a Escola Normal Social.

-Decreto-Lei 32243 - 9/1942 – Estabelece a reabertura das Escolas do Magistério Primário.

Decisão – 11/5/1954 – Estatutos do Instituto de Educação Infantil (Mitza).

Decisão –21/6/1955 – Estatutos da Escola de Educadores de Infância de Lisboa (M^a Ulrich).

Despacho 11/65 – Cria Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal (IFAS).

Decreto-Lei 54/73 - 12/2/1973 – Cria a Divisão de Educação Pré-escolar (DEPE).

Despacho-24/6/1973 – Cria escolas públicas para formação ed. infância (Coimbra, Viana Castelo).

Lei 5/73 - 25/7/1973 – Reforma do sistema educativo (Reforma Veiga Simão).

Despacho 283- 31/7/1976 – Suspende criação dos cursos públicos de formação de ed. Infância.

Lei 5/77 - 1/2/1977 – Cria a rede pública de Educação Pré-escolar do Ministério da Educação.

Lei 6/77 - 1/2/1977 – Cria as Escolas Normais de Educadores de Infância (ENEI).

Despacho 44/77-3/5/1977 – Torna obrigatório ensino secundário para acesso aos cursos formação.

Decreto-Lei 427-B/77-14/10/1977 – Cria Ensino Superior de Curta Duração.

Decreto-Lei 513-T/79-26/12/1979 – Ensino Sup. Curta Duração passa a Ensino Superior Politécnico.

Decreto-Lei 519-R2/79-29/12/1979 – Estatuto Escolas Normais de Educadores de Infância (ENEI).

Decreto-Lei 542/79-31/12/1979 – Estatuto dos Jardins-de-infância da rede pública do M.E.

Portaria 26-G/80-9/1/1980 – Programas disciplinas cursos públicos de formação.

Decreto-Lei 171/80-19/6/1980 – Sobre colocação de Educadora/es e professora/es.

DR/56 – 19/7/1981 – 1ºs estatutos da Associação de Profissionais de Educação de Infância (APEI).

1986

Portaria 352/86 - 8/7/1986 – Cria os cursos de formação inicial das ESE

Lei 46/86 - 14/10/1986 – Lei de Bases do Sistema Educativo.

Despacho 100/SEES/86-16/10/1986 –

1933: onstituição de 1933

-Decreto 23447 – 5/11/1934 ("Ministério da Instrução Pública")

-Decreto 23735 - 3/4/1934 ("Ministério da Instrução Pública")

-Decreto 24 402 – 24/8/1934

-Decreto 25 311 -10/5/1935 (Diário do Governo nº.106) (Ministério da Instrução Pública).

-Decreto 26 893 -15/8/1936 (Diário do Governo nº.191) (Ministério da Educação Nacional)

-Decreto-Lei 28 081 – 9/10/1937 (Diário do Governo nº..236) (Ministério da Educação Nacional)

-Decreto-Lei nº. 30135. D.R. nº. 291, Série I de 1939-12-14

Ministério da Educação Nacional

-Decreto-Lei 31 666 – 22/11/1941

-Decreto-Lei nº. 32241. D.R. nº. 208, Série I de 1942-09-05

Ministério da Educação Nacional - Secretaria-geral

-Decreto-Lei nº. 32192. D.R. nº. 188, Série I de 1942-08-13
Presidência do Conselho - Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social

-Lei 1928 -15/5/1944 (Diário do Governo nº. 102. (Ministério do Interior)

-Decreto-Lei 35108 -7/11/1945 (Diário do Governo nº. 247) (Ministério do Interior - Secretaria de Estado da Assistência Social)

-Decreto-Lei 35 427 - 31/12/1945 (Diário do Governo nº. 291) (Ministério do Interior: e das Finanças)

-Decreto-Lei nº. 35108. D.R. nº. 247, Série I de 1945-11-07
Ministério do Interior - subsecretariado de Estado da Assistência Social

-Decreto-Lei 35975 - 23/11/1946

-Decreto nº. 37268. D.R. nº. 303, Série I de 1948-12-31
Presidência do Conselho - Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social

-Decreto-Lei 37 544 - 8/9/1949 (Diário do Governo nº. 197) (Ministério da Educação Nacional)

-Decreto-Lei 37545 - 8/9/1949 (Diário do Governo nº. 197) (Ministério da Educação . Nacional)

-Lei nº. 2033. D.R. nº. 138, Série I de 1949-06-27
Ministério da Educação Nacional

-Decreto nº. 38369. D.R. nº. 165, Série I de 1951-08-06
Ministério da Educação Nacional - Direcção-Geral do Ensino Primário

-Decreto-Lei nº. 38964. D.R. nº. 241, Série I de 1952-10-27

-Decreto-Lei nº. 38968. D.R. nº. 241, Suplemento, Série I de 1952-10-27
Ministério da Educação Nacional - Gabinete do Ministro

-Decreto-Lei nº. 38969. D.R. nº. 241, Suplemento, Série I de 1952-10-27
Ministério da Educação Nacional - Gabinete do Ministro

-Decreto-Lei nº. 39828. D.R. nº. 213, Série I de 1954-09-24
Ministério da Educação Nacional - Inspeção do Ensino Particular

-Decreto-Lei nº. 40678. D.R. nº. 143, Série I de 1956-07-10
Ministério da Educação Nacional - Inspeção do Ensino Particular

-Decreto-Lei nº. 40696. D.R. nº. 153, Série I de 1956-07-21

Ministério da Educação Nacional - Inspeção do Ensino Particular

-Portaria nº. 15972. D.R. nº. 200, Série I de 1956-09-18

Ministério da Educação Nacional - Inspeção do Ensino Particular

-Decreto-Lei nº. 40964. D.R. nº. 284, Série I de 1956-12-31

Ministério da Educação Nacional - Direcção-Geral do Ensino Primário

-Decreto-Lei nº. 41051. D.R. nº. 74, Série I de 1957-04-01

Presidência do Conselho

-Portaria nº. 19091. D.R. nº. 67, Série I de 1962-03-26

Ministérios do Ultramar e da Educação Nacional

-Decreto nº. 44159. D.R. nº. 13, Série I de 1962-01-18

Ministério do Ultramar - Gabinete do Ministro

-Lei 2120 -19/7/1963 (Ministério da Saúde e Assistência)
de privatizar este tipo de serviços.)

-Despacho 16/8/1963

-Decreto-Lei nº. 44923. D.R. nº. 65, Série I de 1963-03-18

Ministério da Saúde e Assistência - Gabinete do Ministro

-Portaria 20 380 -19/2/1964

-Portaria 2094 -13/11/1964

-Despacho 11/65 (Ministério da Saúde e Assistência)

-Portaria 21 906 - 4/3/1966 (Diário do Governo nº.53) (Ministério das corporações e
Previdência Social)

1967

-Decreto-Lei 47 587/1967 – 10/3/1967 (Gabinete de Estudos e Ação Educativa -
GEPAE)

-Decreto-Lei 48 580 -14/9/ 1968

-Decreto nº. 48597. D.R. nº. 229, Série I de 1968-09-27

Presidência da República - Secretária-geral

-Decreto-Lei nº. 48485. D.R. nº. 164, Série I de 1968-07-12

Ministério da Saúde e Assistência

-Decreto-Lei nº. 48580. D.R. nº. 218, Série I de 1968-09-14

Ministério da Saúde e Assistência

-Decreto-Lei nº. 48588. D.R. nº. 225, Série I de 1968-09-23

Ministério das Corporações e Previdência Social

- Despacho - 5/5/1971 (Ministério das Corporações e Previdência Social e Ministério da Saúde e Assistência)
- Decreto-Lei 408/71 (Ministério da Educação Nacional)
- Decreto-Lei 413/71 - 27/9/1971 (Diário do Governo nº. 228) (Ministério da Saúde e Assistência)
- Portaria nº. 718/71. D.R. nº. 299, Série I de 1971-12-23

Ministério da Saúde e Assistência - Direcção-Geral da Assistência Social

- Decreto-Lei 396/72 -17/10/1972 (Ministério da Saúde e Assistência)
- Despacho - 3/11/1972 (Comissão Permanente Interministerial para o Desenvolvimento Social)
- Decreto-Lei nº. 376/72. D.R. nº. 232, Série I de 1972-10-04

Ministério da Educação Nacional - Secretaria-Geral

- Portaria nº. 619/72. D.R. nº. 246, Série I de 1972-10-21

Ministérios do Exército e das Finanças

- Decreto nº. 177/73. D.R. nº. 91, Série I de 1973-04-17

Ministério da Educação Nacional - Secretaria-Geral

- Decreto-Lei nº. 402/73. D.R. nº. 188, Série I de 1973-08-11

Ministério da Educação Nacional - Gabinete do Ministro

- Portaria nº. 792/73. D.R. nº. 265, Série I de 1973-11-13

Ministério da Saúde e Assistência

- Proposta de Lei 25/1173 (Ministério da Educação Nacional)
- Decreto-Lei 54/73 -12/2/1973 (Diário do Governo nº.36) (Ministério da Educação Nacional)
- Despacho – 28/3/1973 (Ministério da Educação Nacional)
- Despacho - 24/6/1973 (Ministério da Educação Nacional - Direcção-Geral do Ensino Básico) .
- Lei nº. 5/73. D.R. nº. 173, Série I de 1973-07-25

Presidência da República

- Decreto-Lei 203/74 - 15/5/1974 (Junta de Salvação Nacional)
- Despacho - 24/6/1974 (5/7/1974) (Ministério dos Assuntos Sociais)
- Despacho -7/4/1975, (Ministério dos Assuntos Sociais)

- Projeto-Lei -14/5/1975 (Ministério da Educação e Cultura - Divisão de Educação Pré-Escolar)
- Despacho - 6/6/1975 (Ministério da Educação e Cultura – Direção - Geral do Ensino Básico)
- Despacho - 31/7/1975 (Ministério da Educação e Cultura - Direção-Geral do Ensino Básico)
- Decreto-Lei 112/76 -1/2/1976 (Ministério dos Assuntos Sociais)
- Resolução do Conselho de Ministros -13/2/1976 (Diário do Governo nº. 47)
- Despacho – 21/2/1976 (Ministério dos Assuntos Sociais),
- Decreto-Lei 384/76 - 20/5/1976 (Ministério da Educação e Investigação Científica Direção-Geral da Educação Permanente)
- Despacho Conjunto (Ministério da Educação e Investigação Científica/Ministério dos Assuntos Sociais) -10/7/1976
- Despacho 283 - 3 J 1711976 (Ministério da Educação e Investigação Científica),
- Resolução-Conselho de Ministros – 21/10/1976 (6/11/ 1976).
- Despacho 318/76
- Decreto-Lei 17177 -12/1/977 (Diário da República nº. 9) (Ministério dos Assuntos Sociais)
- Lei 5177 -1/2/1977' (Diário da República nº. 26) (Ministério da Educação e Investigação Científica)
- Lei 6/77 -1/2/1977 (Diário da República nº. 26) (Ministério da Educação e Investigação Científica)
- Lei 7/77 -1/2/1977 (Diário da República nº. 26) (Ministério da Educação e investigação Científica)
- Portaria 115177 - 91311977 (Ministério dos Assuntos Sociais) .
- Decreto-Lei 44/77 – 3/5/1977 (Ministério da Educação e Investigação Científica),
- Despacho Conjunto SEOP/SEAAE -12/7/1977 (Ministério da Educação e Investigação Científica)
- Despacho 21/7/1977 (Ministério dos Assuntos Sociais)
- Decreto-Lei 427-B/77 -14/10/1977 (Diário da República nº. 238) (Ministério da Educação e Investigação Científica)
- Decreto-Lei 79/77 – 25/10/1977 (Assembleia da República)

- Despacho 196/77
- Despacho 161/77 – 21/11/1977 (Ministério da Educação e Investigação Científica - Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica)
- Despacho 284/77 – 25/11/77 (Diário da República nº. 273) (Ministério da Administração Interna/Ministério da Educação e Investigação Científica)
- Despacho 137/A/1977 -11/1977 (Ministério da Educação e Investigação Científica)
- Portaria 166/77 - 6/ 12/ 1977 (Ministério da Educação e Investigação Científica)
- Decreto-Lei 549/77 - 31/12/1977 (Diário da República nº. 302) (Ministério dos Assuntos Sociais)
- Despacho - 9151/1978 (Ministério dos Assuntos Sociais)
- Despacho 50178-15/5/1978
- Despacho - 52/78 (Ministério da Educação e Investigação Científica - Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica)
- Despacho – 76/78 - 19/6/1978 (Ministério da Educação e Investigação Científica (Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica)
- Decreto-Lei 180/78 _ 15/7/1978 (Diário da República nº. 172) (Ministérios das Finanças e do Plano, da Reforma Administrativa e da Educação e Cultura)
- Lei 61/78 - 28/7/1978 (Diário da República nº. 172) (Assembleia da República)
- Despacho 36/78 - 4/8/1978 (Ministério da Educação e Cultura)
- Despacho 45-A/78 - 8/8/1978 (Diário da República nº. 186) (Secretaria de Estado do Ensino Básico e Secundário)
- Despacho 209/78 – 9/8/1978 (Ministério da Educação e Cultura)
- Decreto-Lei 25/78 - 23/11/1978 (Diário da República nº. 280) (Ministério das Finanças e do Plano - Secretaria de Estado do Planeamento)
- Despacho 62178 - 3/10/1978
- Despacho 95178 - 3/11/1978
- Despacho 95/78 -15/11/1978
- Decreto-Lei 386/78 - 6/12/1978 (Diário da República nº. 280)
- Portaria 786 – 30/12/1978
- Portaria nº. 394/79. D.R. nº. 178, Série I de 1979-08-03
- Ministérios da Educação e Investigação Científica e dos Assuntos Sociais
- Decreto-Lei 196/79 -18/1/1979 (Assembleia da República)

-Lei 13/79 -14/5/1979 (Diário da República nº.110) (Assembleia da República)

-Decreto-Lei 170/79 (Ministério dos Assuntos Sociais)

-Despacho 177/79 -101711979 (Diário da República nº. 157) (Ministério da Educação
Investigação Científica)

-Portaria 378/79 – 27/7/1979 (Diário da República nº. 172) (Ministério da Educação
Investigação Científica Ministério dos Assuntos Sociais)

-Portaria 379/79 – 3/8/1979 (Diário da República nº. 178) (Ministério da Educação
Investigação Científica Ministério dos Assuntos Sociais)

-Portaria nº. 493/79. D.R. nº. 212, Série I de 1979-09-13
Ministério da Educação

-Portaria nº. 648/79. D.R. nº. 280, Série I de 1979-12-05
Ministério dos Assuntos Sociais - Secretaria de Estado da Segurança Social

-Despacho 101/79 - 25/9/1979

-Portaria 586/79 – 7/11/1979 (Diário da República nº. 257) (Ministério da Educação/
Ministério dos Assuntos Sociais)

-Decreto-Lei 513 _ T/79 – 26/12/1979 (Diário da República nº. 296) (Ministério da
Educação)

-Decreto-Lei 513-L1/79 – 27/12/1979 (Diário da República no 297) (Ministério da
Educação)

-Decreto-Lei 519-G2/79 – 29/12/1979 (Diário da República nº. 299) (Ministério dos
Assuntos Sociais)

-Decreto-Lei 519-R2/79 – 29/12/1979 (Diário da República nº. 299) (Ministério da
Educação)

-Decreto-Lei 542/79 – 31/12/1979 (Diário da República nº. 300)

-Decreto-Lei 540/79 – 31/12/1979 (Diário da República nº. 300) (Ministério da
Educação)

-Portaria nº. 26-G2/80. D.R. nº. 7, 5.º Suplemento, Série I de 1980-01-09
Ministério da Educação

-Decreto-Lei 57/80 - 26/3/1980'(Diário da 'República nº. 72) (Ministério da Educação e
Ciência)

-Despacho 21/80 – 16/4/1980 8Diário da República nº. 89) (Secretaria de Estado da
Segurança Social)

- Despacho 23/80 – 26/4/1980 (Diário da República nº. 97) (Secretaria de Estado da Segurança Social)
- Decreto-Lei 131/80 - 17/5/1980 (Diário da República nº. 114)
- Despacho 52/80 _ 12/6/1980 (Diário da República nº. 134) (Ministério da Educação e Ciência / Ministério dos Assuntos Sociais).
- Despacha 170/80 – 16/6/1980 (Diário da República nº. 136) (Ministério da Educação e Ciência)
- Decreto-Lei 171/80 – 19/6/1980 (Diário da República nº. 139) (Ministério da Educação e Ciência).
- Decreto-Lei 253/80 – 25/7/1980 (Diário da República nº. 170)
- Lei 29/80 – 28/7/1980
- Portaria 682/80 -19/9/1980 (Diário da República nº. 217) (Presidência do Conselho de Ministros, Ministério da Administração Interna, Ministério da Educação e Ciência, Ministério dos Assuntos Sociais)
- Despacho Normativo 387/80 – 31/12/1980 (Diário da República nº. 301) (Ministério dos Assuntos Sociais)
- Despacho Normativo 388/80 – 31/12/1980 (Diário da República nº. 301) (Ministério dos Assuntos Sociais)
- Decreto-Lei 185/81 - 1/7/1981 (Diário da República nº. 148) (Ministério da Educação e Ciência)
- Portaria 746/81 -1/9/1981 (Diário da República Nº.200) (Ministério da Administração Interna, Ministério das Finanças e do Plano, Ministério da Educação e Ciência, Ministério dos Assuntos Sociais, Ministério da Reforma Administrativa)
- Portaria 762/81 - 5/9/1981 (Diário da República nº. 204) (Ministério da Administração Interna, Ministério das Finanças e do Plano, Ministério da Educação e Ciência, Ministério dos Assuntos Sociais, Ministério da Reforma Administrativa)
- Circular Normativa 26 – 30/9/1981Ofício 52 391/Divisão de Educação Pré-escolar-15/11/1981
- Despacho Normativo 29/81 _ 22/12/1981 (Ministério dos Assuntos Sociais)
- Decreto-Lei 350/81 – 23/12/1981 (Diário da República nº.249) (Ministério dos Assuntos Sociais - Secretaria de Estado da Segurança Social)

-Despacho 38/EAE/82 – 13/1/1982 (Diário da República nº.10) (Ministério da Educação - Secretaria de Estado da Educação e Administração Escolar)

-Despacho 7182 – 31/3/1982 (Ministério dos Assuntos Sociais)

-Decreto-Lei 125/82 – 22/4/1982

-Decreto-Lei 180/82 – 15/5/1982 (Diário da República nº. 110) (Ministério da Educação)

-Portaria 1089/82 – 19/11/1982 (Diário da República nº. 268) (Ministério das Finanças e do Plano, Ministério da Administração Interna, Ministério da Educação, Ministério dos Assuntos Sociais, Ministério da Reforma Educativa)

-Despacho 22/EA - AP - 82 - 3/12/1982 (Diário da República nº. 279) (Ministério da Educação e Ciência)

-Projeto-Lei – 7/12/1982 (Secretaria de Estado da Segurança Social)

Despacho 26/82 _ 7/12/1982 (Diário da República nº. 282) (Secretaria de Estado da Segurança Social)

-Despacho 37/EAE/82 – 31/12/1982 (Diário da República nº. 301) (Secretaria de Estado da Educação e Administração Escolar)

-Decreto-Lei 119/83 - 25/2/1983 (Diário da República nº. 46) (Ministério dos Assuntos Sociais - Secretaria de Estado da Segurança Social)

-Despacho 9183 – 22/6/1983 (Diário da República nº. 141) (Secretaria de Estado da Segurança Social)

-Decreto Regulamentar 69/83 -16/7/1983 (Ministério dos Assuntos Sociais Secretaria de Estado da Segurança Social.)

-Despacho Normativo 16/183 – 22/7/1983 (Diário da República nº. 161) (Ministério dos Assuntos Sociais)

-Despacho Normativo 30/84 – 6/2/1984 (Diário da República nº. 31) (Ministério do Trabalho e da Segurança Social - Secretaria de Estado da Segurança Social)

-Decreto-Lei 158/84 – 17/5/1984 (Ministério do Trabalho e da Segurança Social)

-Despacho Conjunto 13/ SEAM/EBS/84 – 7/7/1984

-Despacho 138/ME/84 _ 27/7/1984 (Ministério da Educação)

-Lei 28/84 – 14/8/1984 (Secretaria de Estado da Segurança Social)

-Despacho Normativo 5/85 -18/1/1985 (Diário da República nº. 15) (Ministério do Trabalho e Segurança Social Secretaria de Estado da Segurança Social)

- Decreto-Lei 9185 - 91111985 (Diário da República nº. 7) (Ministério das Finanças e do Plano/Ministério do Trabalho e da Segurança Social)
- Despacho Normativo 20185 - 41411985 (Diário da República nº. 79) (Secretaria de Estado da Segurança Social)
- Portaria 648/85 - 31/8/1985 (Diário da República nº. 200) (Presidência do Conselho de Ministros, Ministério da Administração Interna, Ministério das Finanças e do Plano, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e da Segurança Social)
- Despacho Normativo 96/85 -10/10/1985 (Diário da República nº. 233) (Ministério do Trabalho e da Segurança Social - Secretaria de Estado da Segurança Social)
- Despacho Normativo 97/85 -10/10/1985 (Diário da República nº. 233) (Ministério do Trabalho e da Segurança Social Secretaria de Estado da Segurança Social)
- Decreto-Lei 402/85 _ 11/10/1985 (Ministério do Trabalho e da Segurança Social - Secretaria de Estado da Segurança Social)
- Resolução 8/86
- Despacho Normativo 49/86 - 21/6/1986 (Diário da República nº. 140) (Ministério, do Trabalho e da Segurança Social - Secretaria de Estado da Segurança Social)
- Decreto-Lei 59/86 - 21/3/1986
- Despacho 78/86 - 3/4/1986
- Decreto-Lei /01/86 -171511986 (Diário da República nº. 113)
- Portaria 352/86 – 8/7/1986 (Diário da República nº. 154) (Ministério da Educação e Cultura)
- Portaria 578/86 – 7/10/1986 (Diário da República nº. 231) (Ministério das Finanças, do Plano e da Administração do Território, Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Trabalho e da Segurança Social)
- Lei 46/86 -14/10/1986 (Diário da República nº. 237) (AssembLeia da República)
- Despacho 100/SEES/86 -16/10/1986

6.4- Bibliografia

- ABAD, José, Clara André (2004). *Bragança – Um olhar sobre a sua história*. Bragança: Escola Tipográfica Casa de Trabalho;
- ABBAGNAMO N. e Visalberghi A. (1982). *História e Pedagogia I, II, III e IV*. Lisboa: Livros Horizonte;
- ABRANTES, Paulo (2000). *A Educação Pré-escolar e os cuidados para a Infância em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação;
- ABREU, Isaura, Sequeira, Ana P., Escoval, Ana (1990). *Ideias e Histórias. Contributos para uma Educação participada*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional;
- ADÃO, Áurea (1984). *O estatuto Sócio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*. Oeiras: Instituto Gulbenkian e Ciência;
- ADÃO, Áurea (2012). *A Educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969). Um repertório cronológico, temático e onomástico*. Lisboa: Instituto da Educação da Universidade de Lisboa;
- AFONSO, Belmiro (2002). *In honorem*. Bragança: Bringráfica;
- AFONSO, R. Morais (2005). *Padre Firmino Augusto Martins – Fotobiografia e Laudas Dispersas*. Bragança: Bringráfica;
- AGUAYO, A. M. (1963). *Didáctica da Escola Nova*. São Paulo, Companhia Editora nacional;
- AGUDO, J. Dias (1945). *A criança e a Educação. Como devem as democracias encarar o problema educativo*. Lisboa: Edições Gleba;
- ALARCÃO, I. & Canha, B. (2013). *Supervisão e Colaboração. Uma relação para o Desenvolvimento*. Porto: Porto Editora. Coleção Nova CIDInE;
- ALARCÃO, I. & Roldão, M. C. (2009). *Supervisão. Um contexto de desenvolvimento profissional dos Professores*. Mangualde: Edições Pedagogo, LDA;
- ALARCÃO, I. & Sá-Chaves, I. (1994). *Supervisão de Professores e Desenvolvimento Humano. Uma Visão Ecológica*. In Tavares, J. (Ed.). *Para Intervir em Educação*. Aveiro: CIDInE;
- ALARCÃO, I. & Tavares, J. (2010). *Supervisão da Prática Pedagógica. Uma perspetiva de Desenvolvimento e Aprendizagem*. (2.^aed. revista e desenvolvida). Coimbra: Almedina. Coleção de Ciências de Educação e Pedagogia;
- ALARCÃO, I. (1991). *Dimensões da formação*. Actas do I Congresso de Formação Contínua de Professores. Aveiro: Universidade de Aveiro.;
- ALARCÃO, I. (1991). *Reflexão crítica sobre o pensamento de D. Schön e os programas de formação de professores*. In *Cadernos CIDInE*, 1, pp. 5-22;
- ALARCÃO, I. (1996). *Formação Reflexiva de Professores. Estratégias de Supervisão*. Porto: Porto Editora. Coleção CIDInE;
- ALARCÃO, I. (2001b). *Escola reflexiva e supervisão: uma escola em desenvolvimento e aprendizagem*. Porto: Porto Editora;
- ALARCÃO, I. (2005). *Supervisão de Professores e Inovação Pedagógica*. Aveiro: Edições CIDInE;
- ALLEN, A.T. (2000). *Children between public and private worlds: The Kindergarten and public policy in Germany*. In R. Wollon (Ed.), *Kindergatens & cultures: The global diffusion of an idea*. New Haven: Yale University Press;
- ALMEIDA, Leandro S. (2007). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Lisboa: Psiquilibrios Edições;

- ALTRICHER, Herbert, Posch, Peter & Somekh, Bridget (1993). *Teachers Investigate Their Work: An Introduction to the methods of action research*. New York: Rotledge;
- ALVES, F. Manuel (1910). *Memorias Archeologico- Historicas do Districto de Bragança*. Porto: Empresa Guedes;
- ALVES, F. Manuel (2002). *Vimioso – Notas monográficas*. Vimioso: Câmara Municipal;
- ALVES, Francisco M. (1986). *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*: Bragança;
- ALVES, Luís A. M. (2012). *O passado da escola O futuro do ensino*. Porto: Edições Asa;
- ALVES, Luís Alberto M. (2003). *O Porto no arranque no Ensino Industrial*. Porto: Edições Afrontamento;
- AMIGUINHO, Abílio José Maroto (2004). *A Escola e o Futuro do Mundo Rural*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação Formação e Adultos. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa;
- ANDRADE, A: A. Banha (1982). *História da Educação - Uma introdução*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
- ANGULO-RASCO, J. (1999). *La supervisión docente: dimensiones, tendencias y modelos*. In A. Pérez Gómez; J. Barquín Ruiz & J. F. Angulo Rasco (eds), *Desarrollo Profesional del Docente. Política, Investigación y Práctica*. Madrid: Ediciones Akal;
- ARAÚJO, Helena Costa (2000). *Pioneiras da Educação*. Porto: Memórias da Educação. Instituto de Inovação Educacional;
- ARAÚJO, A. Filipe (1998). *História, Educação e Utopia*. Braga: Universidade do Minho;
- ARAÚJO, A. Filipe (2004). *Figuras do Imaginário Educacional*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos-Instituto Piaget;
- ARAÚJO, A. Filipe, Araújo, Joaquim Machado (2006). *História, Educação e Imaginário*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa;
- ARÉNILLA, Louis (2001). *Dicionário de Pedagogia*. Lisboa: Instituto Piaget;
- ARIÈS, Philippe (1978a). *A criança e a vida familiar do Antigo Regime*. Lisboa: Editora Relógios de Água;
- ARIÈS, Philippe (1978b). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro Editora Guanabara;
- ATAS, do VII encontro nacional da APEI (2001). *Pensar o currículo em Educação de Infância*. Lisboa: Associação de Profissionais de Educação de Infância;
- Azevedo, J. (2002). *O fim de um ciclo: A educação em Portugal no início do século XXI*. Porto: Edições Asa;
- BAIRRÃO J. e T. Vasconcelos (1997). *A Educação Pré-escolar em Portugal: Contributos para uma perspetiva histórica*. Inovação;
- BAIRRÃO, J. (resp.), Lima, I., Leal, & T. (coords) (2006). *Caracterização dos contextos de educação pré-escolar*. Relatório Final. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Disponível em <http://repositoriumaberto.up.pt/bistream/10216/56467/2/73971.pdf>;

- BAIRRÃO, J., Barbosa, M., Borges, I., Cruz, O. & Macedo-Pinto, I. (1990). *Perfil nacional dos cuidados prestados às crianças com idade inferior a 6 anos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
- BAIRRÃO, J., Marques, T. & Abreu, G. (1986). *Educação pré-escolar: perspectiva atitudinal de educadoras de infância*. *Revista de Psicologia e de Ciências da Educação*, nº 1, 143-155;
- BAIRRÃO, Joaquim (1994). *A Educação Pré-escolar na União Europeia*, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional;
- BANNELL, Ralph Ings (2006). *Habermas & a Educação*. Belo Horizonte: Editorial Autentica;
- BALLESTEROS, António (1945). *El método Décroly*. Buenos Aires: Losada;
- BAPTISTA, Maria Isabel Alves (1999). *A escola Transmontana - Tempo, modos e Ritmos de Desenvolvimento 1759-1835*. Bragança: Bringráfica;
- BAPTISTA, Maria Isabel Alves (2004). *O Ensino Normal Primário*. Lisboa: Educa;
- BARREIRA, Cecília (1994). *História das nossas avós. Retrato da Burguesa em Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri 2ª Edição;
- BARROS, João de (1911). *A Reforma da Instrução Primária*. Porto: Tipografia Costa Carral;
- BARROS, João de (s/d). *A República e a escola*. Lisboa: Aillaud;
- BARTHES, Roland (1999). *S/Z*. Lisboa: Edições 70;
- BARTOLOMEIS, Francesco, (1968). *A nova Escola Infantil*, Biblioteca do Educador Profissional, Firenze: Livros Horizonte;
- BEJA, Filomena (1985). *Muitos anos de Escolas. Edifícios para o Ensino Infantil e Primário*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura;
- BELL, J. (1997). *Como realizar um Projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva;
- BENARDINIS, Anna Maria (19859). *Itinerários: Guia critico-história de narrativa y divulgacion para la Infância*. Madrid: Cadernos para educar;
- BENJAMIN, Walter (1992). *Rua de sentido único e Infância em Berlim por volta de 1900*. Lisboa: Edições Relógio d'Água;
- BENJAMIN, Walter (2006). *A modernidade*. Lisboa: Assírio & Alvin;
- BERENGUEL, Alda, Fernando Freixo (2003). *Presidentes da Câmara de Bragança – Da República aos nossos dias*. Bragança: Câmara Municipal;
- BERTRAND, Yves, Valois, Paul (1994). *Paradigmas Educacionais. Escola e Sociedades*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos;
- BETHLÉEM, Abade René (1952). *Catecismo de Educação*. Porto: Livraria Figueirinhas;
- BIANCHI, José João Pinhanços (2001). *A educação e o tempo. Três ensaios sobre a história do currículo escolar*. São Paulo Editora UNIMEP;
- BIBER, B. (1984). *Early education and Psychological development*. New Haven: Yale University;
- BILLOUET, Pierre (2003). *Focault*. São Paulo: Estação Liberdade;
- BOGDAN, Robert, BIKLEN, Sari K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora;
- BOILLÉ, M. (1988). *L'école, histoire d'une utopie? XVIIe. – debut XXe. Siècle*. Paris: Rivages;
- BOURDONCLE, R. (1991). *La profession des enseignants: analyses sociologiques anglaises et américaines*. Paris: Revue Française de Pédagogie, 94, 73-92. Bragança: Polis;

- BRAUDEL, Fernand (1990). *História e ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença;
- BREZELTON, T. Berry, Sparrow, Joshua (2006) *A criança dos 3 aos 6 anos. O desenvolvimento emocional e do comportamento*. Lisboa: Editorial Presença;
- BRITO, Isabel – Tradução (1978). *Saúde e Educação de Infância*. Lisboa: Editorial Estampa;
- BRONFENBRENNER, U. (2005). *Preparar um mundo para a criança no século XXI: o desafio da investigação*. In J. Gomes-Pedro, J. Nugent, J. Young & T. Brazelton, *A criança e a família no século XXI* (pp. 79-92). Lisboa: DINALIVRO;
- BRUNER, J. (1999). *Para uma teoria da Educação*. Lisboa: Relógio de Água Editores;
- BRUNER, Jerome (2001) *A Cultura da Educação*. Lisboa: Artmed. Edições 70;
- BRUNER, Jerome (2011). *Sobre a Teoria da Instrução*. Porto: Porto Editora;
- BRUNET, Jean-Paul, Plessis, Alain (1998). *L'explication de documents historiques*. Paris: Armand Colin;
- BURKE, Peter (2000). *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora Unesp;
- CABRAL, Pinto, F. (2004). *Cidadania, sistema educativo e cidade educadora*. Lisboa: Instituto Piaget;
- CABRITA, João (2005). *Paulo Quintela um ilustre desconhecido*. Lisboa: Edições Colibri;
- CALDEIRA, Maria de Fátima (2004). *Assistência infantil em Lisboa na 1ª República*. Lisboa: Caleidoscópio Artes Gráficas;
- CÂMARA, Maria José (1998). *Identidade e a diferença – Como os Educadores marcam as diferenças*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional;
- CAMBI, Franco (1999). *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP;
- CAMPAGNOLO, Henri (1979). *João de Deus, Pedagogo Moderno*. Lisboa: Museu João de Deus;
- CAMPOS, Agostinho (1918). *Educar na família, na escola e na vida*. Lisboa: Livraria Aillaud & Bertrand;
- CAMPOS, Bartolo Paiva (1984). *Projecto Alcácer: desenvolvimento da criança em comunidade rural*. Lisboa: Serviços de Educação/ Fundação Calouste Gulbenkian;
- CANADINE, David (2006). *Que é a história hoje?* Lisboa: Gradiva;
- CANDEIAS, António (1992). *Educar de outra forma, A Escola Oficina Nº. 1 de Lisboa, 1905-1930*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional;
- CANDEIAS, António (1995). *Sobre a Educação Nova: Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)*. Lisboa: Educa;
- CANDEIAS, António (2004). *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX. Os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
- CANDEIAS, António (2005). *Modernidade, Educação e Estatística na Ibero América dos séculos XIX e XX*. Lisboa: Educa;
- CARDONA, Maria J. (Org). (2000). *Um estudo sobre a Educação de Infância no Distrito de Santarém*. Santarém: ESE de Santarém/Fundação Calouste Gulbenkian;
- CARDONA, Maria João (1995). *A Educação de Infância no Distrito de Santarém*. Santarém: Edição PROCEPE ESE de Santarém/ F.C.Gulbenkian;
- CARDONA, Maria João (1997). *Para a História da Educação de Infância em Portugal: O discurso oficial 1834.1990*. Porto: Porto Editora;
- CARDONA, Maria João (2006). *Educação de Infância. Formação e Desenvolvimento Profissional*. Chamusca: Edições Cosmos;

- CARDOSO, José (1990). *Subsídios para a história do ensino em Portugal, trinta anos de Jornalismo*. Braga: APPACDM;
- CARDOSO, Manuel de S. (1989). *Desenvolver o Nordeste*. Izeda: Tipografia da Escola Profissional de Santo António;
- CARDOSO, Ana Maria Correia (2002). *Pode alguém ser quem não é? Análise do processo de socialização e re(construção da identidade profissional dos educadores de infância*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação na área de formação de professores. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa;
- CARNEIRO, A. Henriques (2003). *Evolução e controlo do Ensino em Portugal. Da fundação da nacionalidade ao 1º Ministério da Instrução Pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
- CARVALHO, Isabel de Lemos (1996). *A Educação Pré-escolar em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação;
- CARVALHO, Luís M., Fernandes, Ana Lúcia (2004). *O conhecimento sobre a educação e os problemas nacionais: os Congressos Pedagógicos da Liga Nacional De Instrução*. Lisboa: EDUCA;
- CARVALHO, Maria E. Carvalho. (2000). *A inclusão na Educação pré-escolar: em torno da colaboração dos seus Educadores*: Instituto de estudos da criança universidade do Minho;
- CARVALHO, Ponces (1991). *Éléments pour l'histoire d'une école de formation des professeurs*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
- CARVALHO, Ponces, M.^a L., D. R. (1987). *Os Jardins-escola João de Deus*. Cadernos de Educação de Infância, 4, 19-21;
- CARVALHO, Rómulo (2001). *História do Ensino em Portugal – Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime e Salazar Caetano*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª edição;
- CASTANHEIRA, Luís (2006). *A Escola Infantil de Bragança: 1915-1934 Modernidade pedagógica e as 1as. Práticas de Educação de Infância no interior*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa;
- CASTRO, José (1948). *A Santa Casa de Misericórdia de Bragança*. Lisboa: União Gráfica;
- CATANI, D. Barbara (2003). *Educadores à meia-luz: Um estudo sobre a revista de ensino da associação beneficente do professorado público de São Paulo*. São Paulo: Editora Universitária São Francisco;
- CATANI, Denice (1997). *Educação em revista. A imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Gráfica Bartira;
- CAVACO, Carminda (1994). *Do despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*. Lisboa: Edições Asa;
- CHATEAU, Jean (1975). *A criança e o jogo*. Coimbra: Atlântida Editora;
- CHATEAU, Jean (1998). *Os grandes Pedagogos*. Lisboa : Edição Livros do Brasil oficinas gráficas;
- CHERHAOUI, Mohamed (1986). *Sociologia da Educação*. Lisboa: Publicações Europa América;
- CHRYSTELLO, J. Chrys (2005). *Cancioneiro Transmontano*. Bragança: Santa Casa da Misericórdia;

- CLAPARÈDE, Édouard (1911). *Psychologie de l'enfant et pedagogie experimentale: histoire, problèmes, méthodes, développement mental, fatigue intellectuelle*. Genève: Kundig;
- CLAPARÈDE, Édouard (1931). *L'éducation fonctionnelle*. Neuchatel Paris: Delachaux e Nestlé;
- COELHO, F. Adolfo (1973). *Para a história da Instrução popular*. Lisboa: Instituto Gulbenkian da Ciência;
- COELHO, José Augusto (1891). *Princípios de Pedagogia*. Tomo I. São Paulo: Teixeira&Irmão Editores;
- COELHO, José Augusto (1893). *Princípios de Pedagogia*. Tomo IV. São Paulo: Teixeira&Irmão Editores;
- COMÊNIO, João Amos (1976). *Didáctica Magna*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
- COMENIUS, J. Amos (1957). *Pages choisies, Introduction de Jean Piaget*. Unesco;
- COMENIUS, Jan Amos (2011). *A escola da infância Comenius*. São Paulo: Editora Unesp;
- COMISSÃO DE ARTE SACRA DE BRAGANÇA (1997). *Páginas da Diocese de Bragança – Miranda – Congresso Histórico. 450 Anos da fundação*. Bragança: Gráfica de Coimbra;
- CONSEIL DE L'EUROPE/Comité des Ministres (1981). *L'Education de l'Enfant de la Naissance à Huit ans, Recommandation NOR*;
- COQUET, Eduarda (2000). *Os mundos sociais e culturais da Infância*. Braga: Universidade do Minho;
- CORCUFF, Philippe (2001). *As Novas Sociologias*. Sintra: Editora Vral;
- CORDEIRO, Luís M. C. (2002). *Brasil - Portugal Nos Circuitos do discurso pedagógico especializado (1920-1935)*. Lisboa: Educa autores;
- CORREIA, A. C. Luz (2004). *Escolas Públicas em Portugal e em São Paulo: olhares sobre a organização do tempo escolar (1880-1920)*. Lisboa: Educa;
- COSTA, Maria Helena Gil da costa (1998). *A construção social da identidade do Educador de Infância*: Edições APPACDM Distrital de Braga;
- COSTA, Nunes (1978). *História da Educação na Antiguidade Cristã*. São Paulo: EPU;
- COSTA, Nunes (1979). *História da Educação na Idade Média*. São Paulo: EPU;
- COSTA, Nunes (1980). *História da Educação no Renascimento*. São Paulo: EPU;
- COSTA, Nunes (1981). *História da Educação no Século XVII*. São Paulo: EPU;
- CRUZ, I. (1997). *Perspectivas da União Europeia para o Desenvolvimento da Educação Pré-escolar em Meio Rural*. Inovação, vol. 10 (1), 111-120;
- CUNHA, M. Luísa (1997). *Alguns aspectos da evolução da Educação em Portugal*. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento;
- CURY, C. R. Jamil (2003). *A Educação na revisão constitucional de 1925-1926*. São Paulo: Editora Universitária São Francisco;
- DAHLBERG, Gunilla (2007). *Qualidade na Educação da primeira infância. Perspectivas pós-modernas*. Porto Alegre: Artmed Editora;
- DEASEY, D. (1978). *Education under six*. Nova Yorke: St. Martin`s Press;
- DEUSDADO, Ferreira (1995). *Educadores Portugueses*. Porto: Lelo & Irmão Editores;
- DEWEY, John (1954). *Vida e Educação*. São Paulo: Edições melhoramentos;
- DEWEY, John (2002). *A escola e a sociedade. A criança e o currículo*. Lisboa: Relógios d'Água;

- DIAS, José R. (2009). *Educação. O Caminho da Nova Humanidade. Das coisas às pessoas e aos valores*. Porto: Papiro Editora;
- DINIZ, Armelino de M. (1952). *A Educação dos nossos filhos. Escola-Infantário eo Jardim-de-infância*. Montijo: Gazeta do Sul Editora;
- DIONÍSIO, Sant'Anna (1945). *Jardins-de-infância*. Lisboa: Seara Nova;
- DOMENACH, Jean Marie (1997). *Abordagens à Modernidade*. Lisboa: Grafiroda Editora;
- DOMINGUES, D. N. G. (1998). *Professores e prática pedagógica na escola de massas*. In M. M. Silva (Coord.), *A Educação escolar em mudança* (vol. II)(pp. 3-16). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;
- DURKHEIM, Emile, (1995). *A evolução pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas;
- ECO, Humberto (1988). *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. Lisboa: Editorial Presença;
- ERIKSON, Erik H. (1976). *Infância e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores;
- ESTEVES, M. (2006) Análise de Conteúdo. In J. Lima & J. Pacheco, *Fazer Investigação: Contributos para elaboração de dissertações e teses* (pp.105-126). Porto: Porto Editora;
- ESTRELA, Maria Teresa (2002). *Investigar em Educação*. Cruz Quebrada: Fundação para a Ciência e Tecnologia;
- EYKEN, Willen Van der (1976). *Os anos pré-escolares*. Lisboa: Moraes Editores;
- FARGE, Arlette (1999). *Lugares para a História*. Lisboa: Editora Teorema;
- FAURE, Madeleine (1957). *Nouvelle Encyclopédie Pédagogique, Le Jardin D'Enfants*. Paris: Presses Universitaires de France;
- FAZOLO, Eliane (1997). *Educação Infantil em Curso: Coleção da Escola de Professores*;
- FELGUEIRAS, Margarida L, Rico, Antón C. (2011). *Exílios e viagens: Ideários de liberdade e discursos educativos*. Porto: Sersilito;
- FELGUEIRAS, Margarida L., Vieira, Carlos E. (2010). *Cultura Escolar, Migrações e Cidadania*. Porto: Sersilito;
- FELTRAN, Regina Célia (1990). *Orientação Educacional na Pré-Escola*. Campinas: Papirus Editora;
- FERNANDES, Maria das Dores (1991). *Le Développement de L'Education Pré-Scolaire a Bragança. Diversite et Specificites Locales*. Memoire presente pour l'obtention du Diplome Universitaire d'Etudes de La Pratique Sociale Mention Education. Université François – Rabelais.
- FERNANDES, A. Mendes (1958). *A Educação em Portugal. Direitos da família, da Igreja e do Estado*. Guarda: Oficinas gráficas da União de S. João Gouveia;
- FERNANDES, Abílio (1950). *Exames de admissão às Escolas do Magistério Primário*. Braga: Livraria Cruz;
- FERNANDES, António Sousa, (1995). *Educação e Poder Local – Actas do Seminário «Educação, Comunidade e Poder Local»* Lisboa: Conselho Nacional de Educação – Ministério da Educação;
- FERNANDES, António Sousa, (1996). *Os Municípios Portugueses e a Educação – As normas e as práticas*, in *A Administração da Educação – Os Caminhos da Descentralização*, Lisboa: Edições Colibri;
- FERNANDES, António Sousa, (1998). *Os Municípios Portugueses e a Educação: Entre os Fantasmas do Passado e os Desafios do Futuro*, in *Actas do Seminário “A*

- Territorialização das Políticas Educativas”, Guimarães: Centro de Formação Francisco de Holanda;
- FERNANDES, António Sousa, (1999). *Estado, Municípios e Escolas: O papel da Associação Nacional dos Municípios Portugueses*, Guimarães: Centro de Formação Francisco de Holanda;
- FERNANDES, António Sousa, (1999a) *Os Municípios Portugueses e a Educação: Entre as Representações do Passado e os desafios do Presente*, in Comunidades Educativas, Coleção Minho Universitária, Braga: Livraria Minho;
- FERNANDES, António Sousa, (1999b). *Descentralização Educativa e Intervenção Municipal*, Revista Noesis, nº. 50, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional;
- FERNANDES, António Sousa, (2000), *Municípios e Escolas Normativização e Contratualização da Política Educativa Local*, in Autonomia Contratualização e Município, Braga: Centro de Formação de Associação de Escolas Braga/Sul;
- FERNANDES, Armando cord. (2004). *Contrastes e transformações na cidade de Bragança 1974-2004..* Bragança: Tipografia Arte Gráfica;
- FERNANDES, Armando cord. (2009). *Bragança marca a sua história, a História marca Bragança.* Bragança: Tipografia Arte Gráfica;
- FERNANDES, Armando, Rodrigues, Luís A. (2004). *Monografia das Freguesias do Concelho de Bragança.* Bragança: Multiponto Impressão;
- FERNANDES, Hirondino F. (1993). *Bibliografia do Distrito de Bragança.* Francisco Manuel Alves. Coimbra;
- FERNANDES, R., Pintassilgo, J. (org.), (2003). *A Modernização Pedagógica e a Escola para todos na Europa do Sul no Século XX.* Lisboa: Grupo SPICAE;
- FERNANDES, Rogério (1978). *O pensamento pedagógico em Portugal.* Amadora: Biblioteca Breve, Instituto de Cultura PortuguesaL;
- FERNANDES, Rogério (1979). *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea.* Amadora: Livraria Bertrand;
- FERNANDES, Rogério (1992). *O Pensamento Pedagógico em Portugal.* Amadora: Bertrand;
- FERNANDES, Rogério (2003). *A Modernização Pedagógica e a Escola para todos na Europa do Sul no século XX.* Lisboa: Grupo SpiCAF;
- FERNANDES, Rogério, Vidigal, Luís (Orgs.) (2005). *Infantia et Pueritia. Introdução à História da Infância em Portugal.* Santarem: Gráfica Central de Almeirim;
- FERREIRA, António Aurélio C. (1958). *A Criança Portuguesa (Morfologia, Psicologia, Médico-Pedagogia).* Lisboa:Livraria Portugal;
- FERREIRA, Cândida Florinda (1934). *A Função Educadora da História.* Lisboa: Tipografia J. Avelino;
- FERREIRA, Cândida Florinda (1935). *A mulher Portuguesa Contemporânea.* Lisboa: Sociedade nacional da Tipografia;
- FERREIRA, Manuela (2004). «Agente gosta é de brincar com os outros meninos!» *As relações sociais entre crianças num Jardim-de-infância.* Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento;
- FERREIRA, Maria Manuela (2000). *Salvar Corpos, Forjar a Razão. Contributo para uma análise crítica da criança e da infância como construção social em Portugal 1880-1940).* Lisboa Instituto de Inovação Educacional;

- FERRO, António (1932). *Salazar. O homem e a sua obra*. Lisboa: Empresa nacional de Publicidade;
- FIGUEIRA, Manuel H. (2004). *Um Roteiro da Educação Nova em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte;
- FILHO, A. Pimentel (1932). *Lições de Pedagogia Geral e de História da Educação*. Lisboa: Guimarães & C.^a;
- FILHO, Aristóteles Gonçalves Leite. (1997) *Educadora de Educadoras: trajetória e idèias de Heloísa Marinho Uma História do Jardim-de Infância no Rio de Janeiro* (tese): Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Departamento de Educação Programa de Pós;
- FILHO, Luciano M. (2004). *A Infância e sua Educação*. Belo Horizonte: Autentica Editora;
- FILHO, Luciano M. (2005). *Pensadores Sociais e História da Educação (2ª Edição.)*. Belo Horizonte: Autentica Editora;
- FILHO, M: B. Lourenço (1963). *Introdução ao estudo da Escola Nova*. São Paulo: Edicções Melhoramentos;
- FINKELSTEIN, Barbara (1986). *La incorporación de la infancia a la História de la educación*. Madrid: Revista de Educación, n. 281, p.19-46;
- FIQUEMONT, J. Evrard (1958). *Jardins-de-Infância*. São Paulo: Livraria Editora Flamboyant;
- FIQUEMONT, Jeanne Évrard (1963). *Jardins de Infância*. São Paulo: Editora Flamboyant;
- FLAVELL, J. (1991). *El desarrollo cognitivo*. Madrid: Aprendizage Visor;
- FLORES, J (1994). *Análisis de datos cualitativos – Aplicaciones a la Investigacion Qualitativa*. Barcelona: PPU;
- FONSECA, M.M. (2000). *A diversidade no Jardim-de-infância: Estudo do Jardim-de-Infância de Carrazeda de Ansiães*. (Monografia Licenciatura em Educação de Infância). Chaves: Universidade de Trás-os-Montes e alto Douro;
- FONSECA, Vitor da (1980). *Manuais de Psicologia e Pedagogia*. Lisboa: Moraes Editores;
- FONTES, Vítor (1958). *A Criança Portuguesa*. Lisboa: Gráfica Santelmo, Lda;
- FORMOSINHO, J. Oliveira (Org.). (2002a). *A Supervisão na Formação de Professores. Da sala à escola*. Porto: Porto Editora, vol 1;
- FORMOSINHO, J. Oliveira (Org.). (2002b). *A Supervisão na Formação de Professores. Da organização à pessoa*. Porto: Porto Editora, vol. 2;
- FORMOSINHO, João (1987). *Educating for Passivity, a study on Portuguese Education (1926-1968)*. London: National Institute of Education;
- FORMOSINHO, Júlia (1996). *Educação Pré-escolar – A construção Social da moralidade*. Lisboa: Texto Editora;
- FORMOSINHO, Júlia (1996). *Modelos curriculares para a Educação de Infância*. Porto: Porto Editor;
- FORMOSINHO, Oliveira (2000). *A profissionalidade específica da educação de infância e os estilos de interacção adulto/criança*. *Revista Infância Educação e Práticas*, 1, 153-174;
- FOSSIER, Robert (1997). *La petite enfance dans l'europe médiévale et moderne*. Toulouse : Presses Universitaires du Mirail;
- FOURIER, Charles (2007). *A infância emancipada*. Lisboa: Antígona Editora;

- FRANÇA, José Augusto (1992). *Os anos vinte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença;
- FREINET, Celestin (1969). *Para uma escola do povo*. Lisboa: Editorial Presença;
- FREITAS, Marcos Cezar (2001). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora;
- FREITAS, Marcos Cezar, Kuhlmann (Orgs.) (2002). *Os Intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez Editora;
- GADAMER, H. G., Higounet, C., Mazauric, Veyne, Paul (et al.), (1988). *História e Historicidade*. Lisboa: Editora Gradiva;
- GAL, Roger (2004). *História da Educação*. Lisboa: Veja Editora;
- GARCIA, José António (1989). *Mentalidad social y modelos educativos: la imagen de la Infância, la família y la escuela através de los textos literários (1990-1930)*. Salamanca: Servicio de Publicaciones;
- GESELL, Arnold (1979). *A Criança dos 0 aos 5 Anos – O Bebê e a Criança na Cultura dos nossos Dias*. Lisboa: Publicação D. Quixote;
- GIORGI, Piero Di (1980). *A criança e a as suas instituições*. Lisboa: Livros Horizonte;
- GILBERT, Roger (1974). *As ideias actuais em Pedagogia*. Lisboa: Moraes Editores;
- GILES, Th. (1987). *História da Educação*. São Paulo: EPU;
- GIORGIG, Piero Di (1975). *A criança e as suas instituições*. Lisboa: Livros Horizonte;
- GODINHO, V. Magalhães (1974). *A educação num Portugal em Mudança*. Lisboa: MEC;
- GOF, Jacques Le, Ladurie, Le Roy, Duby, Georges, Certeau, Michel, Veyne, Paul, Ariès, Philippe, Nora, Pierre (1977). *A Nova História*. Lisboa Edições 70;
- GOMES, Fátima C. (2000). *O Jardim-de-infância de Chaves: Uma História da Educação na periferia*. (Monografia Licenciatura em Educação de Infância) Chaves: Universidade De Trás-os-Montes e Alto Douro;
- GOMES, J. Ferreira (1962). *A “L’École de l’Ermitage” de Ovídio Décroly*. Lisboa: Instituto de Estudos Psicológicos e pedagógicos;
- GOMES, J. Ferreira (1964). *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica*. Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos, Universidade de Coimbra;
- GOMES, J. Ferreira (1967). *História da Educação*. Coimbra: Gabinete de Estudos e planeamento da Acção Educativa;
- GOMES, J. Ferreira (1977). *A Educação Infantil em Portugal: Achegas para a sua história*. Coimbra: Livraria Almedina;
- GOMES, J. Ferreira (1977). *Dez estudos pedagógicos*. Coimbra: Livraria Almedina;
- GOMES, J. Ferreira (1977). *Um projecto de «Escola Infantil» Elaborada por um pedagogo português nos fins do século XIX*. Coimbra: Faculdade de Letras, Imprensa de Coimbra Limitada;
- GOMES, J. Ferreira (1980). *Estudos para a História da Educação no Século XIX*. Coimbra: Livraria Almedina;
- GOMES, J. Ferreira (1984). *Estudos de História e de Pedagogia*. Coimbra: Livraria Almedina;
- GOMES, J. Ferreira (1986). *A Educação Infantil em Portugal (2ª Edição)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica. Imprensa de Coimbra;
- GOMES, J. Ferreira (1986). *A Educação Infantil em Portugal: Achegas para a sua história*. Coimbra: Livraria Almedina;
- GOMES, J. Ferreira (1995). *Para a História da Educação em Portugal*. Porto: Porto Editora;

- GOMES, J. Ferreira, Fernandes, Rogério, Grácio, Rui (1988). *História da Educação em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte;
- GONÇALVES J. A. (2009). *Desenvolvimento profissional e carreira docente: Fases da carreira currículo e supervisão*. *Sísifo/ Revista de Ciências da Educação*, nº.8, pp. 23 - 36;
- GONÇALVES, Luiz da C. G. (1937). *O problema da Educação nas suas relações com a família o Estado e a Igreja*. Coimbra: Coimbra Editora LDA;
- GONÇALVES, Luíz da Cunha (1937). *O problema da Educação nas suas relações com a Família, o Estado e a Igreja*. Coimbra: Coimbra Editora Lda;
- GONDRA, J. Gonçalves (2002). *História, Infância e Escolarização*. Rio de Janeiro: Sete Letras;
- GOUVÊA, M. C. Soares (2004). *O mundo da criança: A construção do infantil na literatura brasileira*. São Paulo: Editora Universitária São Francisco;
- GRÁCIO, Rui (1968) 1ª edição). *Educação e educadores*. Lisboa: Livros Horizonte;
- GRÁCIO, Sérgio (1998). *Ensinos Técnicos e Política em Portugal*. Lisboa: Instituto Piaget;
- GRAMSCI, António (1971). *Selections from the prison Notebooks*. Londres: Lawrence & Wishart;
- GUEDES, Ana Isabel Marques (2006). *Os Colégios dos Meninos Órfãos Sécs. XVII-XIX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais;
- GUINOTE, Paulo Jorge Alves (2006). *A Educação no Feminino (Portugal, 1900-2000). Discursos, Números e Olhares*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação – História da Educação. Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação;
- GUIMARÃES, M. Alice (1974). *História da Educação*. Aveiro: Editorial Vouga;
- GULBENKIAN, Fundação Calouste (1993. *Encontro sobre Educação Pré escolar*), Lisboa;
- HABERMAS, Jurgen (1990). *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publicações D. Quixote;
- HAMAIDE, Amélie (1966). *La méthode Décroly*. Suisse: Delachaux et Niestlé;
- HAMIDO, Gracinda (1993). *Projecto de caracterização de Educação Pré-escolar – Actas do 1º Encontro Regional de Educação de Infância*. Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém/Fundação Calouste Gulbenkian;
- HEADLEY, e Foster (1967). *Jardim-de-infância Princípios Gerais-Direção de atividade*. Rio de Janeiro: Ao Livro técnico SA;
- HECHINGER, M. Fred (1966). *Pré-School Education Today*. New York: Doubleday & Company *instituteurs de maternelle*. Lisboa: Ed. João de Deus;
- HEYWOOD, Colin (2004). *Uma História da Infância*. São Paulo: Artmed;
- HOSTETTER, Rita, Schneuwly, Bernard (2001). *Le Pari des Sciences de L'Education*. Bruxelles: De Boeck Edition;
- JACOB. João (1997). *Bragança*. Lisboa: Editorial Presença;
- JARDINDE, Gail M. (2007). *Foucault & Education*. Mangualde: Edições Pedagogo;
- JARDINE, Gail McNicol (2007). *Foucault e Educação*. Mangualde: Edições Pedagogo;
- JULIA, Dominique, Becchi, Egle (1996) *Histoire de l'enfance en Occident: Du XVIII Siècle à nos jours*. Tome 1 et 2. Paris : Editions du Seuil;
- JUNIOR, Décio Gatti, Filho, Geraldo Inácio (Orgs.) (2005). *História da Educação em Perspectiva : ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. São Paulo: Editora Autores Associados;

- KAMI, Constance (1978). *O conhecimento físico na Educação Pré-escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas;
- KAMI, Constance (1996). *A teoria de Piaget e a Educação Pré-escolar*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos;
- KAMII, Constance (1990). *A Teoria de Piaget e a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Artes Gráficas;
- KOHAN, Walter O. (2003) *Infância, estrangeirade e ignorância*. Belo Horizonte. Editora Autentica;
- KOHAN, Walter O. (2003) *Infância. Entre Educação e Filosofia*. Belo Horizonte. Editora Autentica;
- KRAMER, Sónia (1982). *A política do pré-escolar o Brasil. A arte do disfarce*. Rio de Janeiro: Achiamé;
- KRAMER, Sónia, Leite, Maria Isabel (Org.) (1999). *Infância: Fios e Desafios da Pesquisa*. São Paulo: Papirus Editora;
- KUHLMANN, Moysés (1998). *Infância e Educação Infantil – Uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Editora Mediação;
- LACLOS, Choderlos (2002). *Da Educação das Mulheres*. Lisboa: Antígona;
- LAGE, Bernardino da F. (1945). *Didáctica Geral da Escola Moderna*. Porto: Livraria e Papelaria Astra;
- LAGE, Bernardino F. (1845). *Didáctica Geral da Escola Moderna*. Porto: Livraia e Papela Astra;
- LARROSA, Jorge (2005). *Nietzsche & a Educação*. São Paulo: Editora Autentica;
- LARROYO, Francisco (1970). *História geral da Pedagogia*. São Paulo: editora Mestre Jou;
- LEANDRO, Maria E.(1997) *Irene Lisboa* (Tese em Ciências da Educação: Áreas de Teoria e desenvolvimento curricular). Lisboa;
- LEITE, R. Pinto (1973). *Reforma do Sistema Educativo*. Lisboa: M.E.N.;
- LENER, Delia (1995). *O ensino e o aprendizado escolar: argumentos contra uma falsa oposição*. In: *Piaget, Vygotsky: novas contribuições para o debate*. São Paulo: Ática;
- LÉON, Antoine (1983). *Introdução à História da Educação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote;
- LEZINE, Irene (1982). *PsicoPedagogia da Primeira Infância*. Lisboa Publicações D. Quixote;
- LIMA, A. (1924). *Educação Pré-escolar, Educação Social*. Lisboa;
- LIMA, A. (1925). *A autonomia dos Educandos e as Associações Escolares: As solidárias*. Educação Social. Lisboa;
- LIMA, L. & Sá, V. (2002). A participação dos pais na governação democrática das escolas. In J. Lima (org), *Pais e Professores: um desafio à cooperação* (pp.25-95). Porto: Edições Asa;
- LIMA, Manoel C. A. (1878). *Creches*. Porto: Tipografia Oriental;
- LISBOA, Irene (1944). *Educação*. Lisboa: Seara Nova;
- LLOP, José M. B. (1996). *História de la infancia en la España contemporánea 1834-1936*. Madrid: Ministerio de trabajo y asuntos sociales;
- LOBROT, Michel (1980). *Os efeitos da Educação*. Lisboa: Edições 70;
- LOPES, Alice Dária (2006). “À luz dos notáveis”. *Um olhar sobre o discurso educativo, na região, na 1ª metade do século XX*. Dissertação de Mestrado

- Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa;
- LOPES, R. Teixeira (1996). *Heráldica do concelho de Bragança*. Mirandela: Casa do Alto;
- LOPES, Ana Amélia Magalhães, Gonçalves, Irlen, António, Filho, Luciano Mendes, Xavier, Maria do Carmo (Orgs.) (2002). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Segrac Editora;
- LOPES, Alberto, Filho, Luciano Mendes de Faria, Fernandes, Rogério (Orgs.) (2006). *Para a Compreensão Histórica da Infância*. Belo Horizonte:Editorial Autentica;
- LOPES, Eliane Marta Teixeira, Filho, Luciano Mendes Faria, Veiga, Cynthia Greive (2000). *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Editorial Autentica;
- LOPO, A. Pereira (1993). *Bragança e Benquerença*. Lisboa: Casa da Moeda;
- LOURENÇO, O. (1992). *Psicologia do Desenvolvimento Moral: Teoria, dados e implicações*. Coimbra: Livraria Almedina;
- LOURENÇO, O. (1994). *Além de Piaget? Sim, mas devagar!...*Coimbra: Livraria Almedina;
- LOURENÇO, O. (1997). *Psicologia do Desenvolvimento Cognitivo: Teoria, dados e implicações*. Coimbra: Livraria Almedina;
- LUC, Jean N., Bardet, Jean P. (2003) *Lorsque l'enfant grandit*. Paris :Presses de l'université de Paris- Sorbonne;
- LUC, Jean Noel (1982). *La petite Enfance a l'ecole XIX – XX Siècles*. Paris : Institut National de Recherche Pédagogique;
- LÜDKE, Menga, André, Marli (1986). *Pesquisa em Educação e Ensino. Abordagens qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária;
- LURÇAT, Liliane (1976). *Uma escola Pré Primária*. Lisboa: Livros Horizonte;
- LUZURIAGA, Lorenzo (1967). *História da Educação e da Pedagogia*. São Paulo: Companhia Editorial nacional.
- LUZURIAGA, Lorenzo (1989). *História da Educação e da Pedagogia*. São Paulo: Companhia nacional;
- LUZURRIAGA, Lorenzo (1977). *História da Educação e da Pedagogia*. São Paulo: Editorial nacional;
- MACCIO, Charles (1993). *As ciências humanas em movimento. A humanidade perante as mudanças*. Lisboa: Instituto Piaget;
- MACEDO, H. Veiga (1955). *Grandes e pequenos problemas da Educação Primária portuguesa*. Lisboa: Campanha nacional de Educação de Adultos;
- MACEDO, S. P. (2009). A supervisão de estágios em enfermagem na articulação interorganizacional Escola e Hospital. In: Revista Referência. II Série – nº.10 – Suplemento 2009, pag 27;
- MACHADO, J. T. Montalvão (1972). *No II centenário da Instrução Primária 1772-1972*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional;
- MACHADO, M. Lúcia (2002). *Encontros e desencontros em Educação Infantil*. São Paulo: Cortez Editora;
- MAGALHÃES, J. P. (1997). *Um contributo para a História da Educação de Infância em Portugal*. In: M. Pinto e M.J. Sarmiento (org). *As crianças: Contextos e identidades*. Braga: Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança;
- MAGALHÃES, Justino (1996). *Fazer e ensinar História da Educação*. Braga: Universidade do Minho;

- MAGALHÃES, Justino (2001). *Roteiro de Fontes. Para a História da Educação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. Imprensa de Coimbra;
- MAGALHÃES, Justino (2004). *Tecendo nexos. História das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco;
- MAGALHÃES, Justino (2010). *Da Cadeira ao Banco. Escola e Modernização (Séculos XVIII-XX)*. Lisboa: Educa;
- MALAGUZZI, L. (1999). *História, ideias e filosofia básica*. In C. Edwards, L. Gandini & G. Forman, *As Cem Linguagens da Criança: A Abordagem de Reggio Emília na Educação da Primeira Infância* (pp. 59-104). Porto Alegre: Artmed;
- MANACORDA, Mário (1989). *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez;
- MANIQUE, António P., Proença, M. Candida (1994). *Didáctica da História – Património e História Local*. Lisboa: Texto Editora;
- MARINHO, Heloísa (1967). *Vida e Educação no Jardim-de-infância*. Rio de Janeiro: Conquista;
- MAROCO, J. (2007). *Análise Estatística com utilização do SPSS (3ª ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo;
- MARQUES, Ramiro (1986). *A criança na Pré-Escola*. Lisboa: Livros Horizonte;
- MARQUES, Ramiro (1987). *A criança na Pré-escola. Efeitos e programas*. Lisboa: Livros Horizonte;
- MARQUES, Ramiro (1988). *A prática Pedagógica no Jardim-de-infância*. Lisboa: Livros Horizonte;
- MARQUES, Ramiro (2001). *História Concisa da Pedagogia*. Lisboa: Plátano Edições;
- MARQUES, Ramiro (1999). *Modelos Pedagógicos Actuais*. Lisboa: Edições Plátano;
- MARROU, Henri Irénée (1966). *História da Educação na antiguidade*. São Paulo: Editora Herder;
- MARX, Karl (1976). *Capital..* Lisboa: Editora Presença;
- MARX, Karl e Engels Friedrich (1970). *The German Ideology*. Londres: Lawrence & Wishart;
- MATA, João T. (2009^a). *50 Anos de Estatística da Educação. Volume I*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação – Ministério da Educação;
- MATA, João T. (2009^b). *50 Anos de Estatística da Educação. Volume II*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação – Ministério da Educação;
- MATA, João T. (2009^c). *50 Anos de Estatística da Educação. Volume III*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação – Ministério da Educação;
- MATTHEU, Gareth B (1997). *A filosofia da Infância*. Lisboa: Horizonte Pedagógico;
- MATTHEWES, Gareth B. (1997). *A filosofia da Infância*. Lisboa: Edições do Instituto Piaget;
- MEDEIROS, Maria A. (1972). *As três faces da Pedagogia*. Lisboa: Livros Horizonte;
- MENDES, R. L. Rodrigues (1999). *Educação Infantil: as lutas pela sua difusão*. Belém: Unama;
- MESQUITA, Elza (2011). *Competências do professor. Representações sobre a formação e a profissão*. Lisboa: Edições Sílabo;
- MIALARET, Gaston (1976). *A educação pré-escolar no mundo*. Lisboa: Moraes Editores;
- MIGUÉNS, M. (org.) (2004). *As bases da Educação: [Actas] Seminário Lei de Bases da Educação*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação;

- MILES, M. & Huberman, A. (1994). *Qualitative data analyses: an expanded sourcebook* (2ª ed). London: Sage;
- MILES, M. & Huberman, A. (2005). *Analyse des données qualitatives* (2ª ed.). Bruxeles: De Boeck & Larcier S.A.;
- MILLER, Karen (2008). *Educação Infantil. Como lidar com situações difíceis*. São Paulo: Editora Artmed;
- MINA, F. Luís (1997). *Abade Baçal Cinquentenário da morte*. Bragança: Arte Gráfica Brigantina;
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1966). *Possibilidades educativas em Portugal* (organização escolar portuguesa). Lisboa;
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO /Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (1997). *Educação Pré-escolar: Perguntas e Respostas*. Lisboa: ME/MSSS: Gabinete para a Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar;
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1973). *Promoção da Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento;
- MIRANDA, J.M. Gonçalves (2000). *A Irmandade da Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança*. Bragança: Tipografia Brigantina;
- MOLINS, Maria P. (1994). *Introducción a la educacion infantil*. Barcanova;
- MOLL, Luís C. (1996). *Vygotsky e a Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas;
- MONARCHA, Carlos (Org.) (2001). *Educação de Infância brasileira 1875-1983*. São Paulo: Editora Autores Associados;
- MONEO, Alberto B. (2009). *Caridade de mãe. Isabel Larrañaga Ramirez*. Porto: Mário Brito Publicações;
- MÓNICA, Mª Filomena (1978), *Educação e sociedade no Portugal de Salazar. A Escola Primária Salazarista, 1926-1939*. Lisboa: Presença;
- MONROE, Paul (1979). *História da Educação, Qualidades Pedagógicas*, volume 34. São Paulo: Companhia Editora nacional;
- MONTADON, C. (2005). *As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 26 (91), 485-507;
- MONTEIRO, A. Reis (2002). *A revolução dos Direitos da criança*. Porto: Campo das Letras Editores;
- MONTEIRO, A. Reis (2005). *História da Educação: Uma Perspectiva*. Porto: Porto Editora;
- MONTEIRO, J. Rodrigues (2004). *Bragança nos 540 anos de cidade*. Bragança: Arte Gráfica Brigantina;
- MONTEIRO, José R. e Fernandes M. H. (1985). *A Educação e o Ensino no 1º Quartel do século XX*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança;
- MONTEIRO, José R., Ernesto Rodrigues (2004). *Contrastes e transformações na cidade de Bragança 1974/2004*. Bragança: Tipografia Arte Gráfica;
- MONTERO, L. (2005). *A construção do conhecimento profissional docente*. Lisboa: Instituto Piaget, col. Horizontes Pedagógicos;
- MONTESSORI, Maria (1944). *A criança*. Lisboa: Portugália Editora;
- MONTESSORI, Maria (1965). *Ideas generales sobre mi método*. Buenos Aires: Editorial Losada;
- MORAIS, Júlio de (1945). *Sermões e Cartas de P. António Vieira*. Braga: Livraria Cruz;
- MORAIS, Maria Cândida (2002). *O Paradigma Educacional Emergente*. 8ª Edição. Campinas: Papirus Editora;

- MOREIRA, A. (2006). *Desafios contemporâneos no campo da educação: a questão das identidades*. In A. Moreira & J. Pacheco, *Globalização e Educação: desafios para políticas e práticas*: (pp.11-30). Porto: Porto Editora;
- MOREIRA, J. (2004). *Questionários: teoria e prática*. Coimbra: Livraria Almedina;
- MOREIRA, J. (2006). *Investigação quantitativa: Fundamentos e práticas*. In J. Lima & J. Pacheco, *Fazer Investigação: Contributos para elaboração de dissertações e teses* (pp. 41-84). Porto: Porto Editora;
- MOREIRA, M. Vicente (1934). *Assistência e Educação maternais e infantis de uma zona pobre de Lisboa*. Lisboa: Revista Brotéria;
- MOREIRA, M.A. (2011). (org). *Narrativas Dialogadas na Investigação, Formação e Supervisão de Professores*. (2.ªed.) Mangualde: Edições Pedagogo;
- MOREIRA, M.A., Paiva, M., Vieira, F., Barbosa, I., & Fernandes, I. (2006). *No Caleidoscópio da Supervisão: Imagens da Formação e da Pedagogia*. Mangualde: Edições Pedagogo;
- MOREIRA, Maria João G.(2001). *A dinâmica Demográfica na região do INTERREG Ibérico no final do século XX*. (Tese de Doutoramento em Sociologia). Lisboa: FCSH/UNL;
- MORIN, Edgar (1984). *Sociologia*. Lisboa: Publicações Europa América;
- MORIN, Edgar (1991). *Os problemas do fim do século*. Lisboa: Editorial Notícias;
- MOTA, Carlos Alberto, Cruz, Maria Gabriel (2001). *História da Educação com referência à educação de infância*. Vila Real: Editorial dos SDE;
- MYERS, Robert G. (1992). *Um tempo para a Infância*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida;
- NARODOWSKI, Mariano (1994). *Infancia y poder: la conformación de la Pedagogia moderna*. Buenos Aires: Editora Aique;
- NAUD, Ithurbide, (1964). *Nouvelle Encyclopédie Pédagogique, Les Écoles Maternelles*. Paris: Presses Universitaires de France;
- NETO, Alfredo V. (2007). *Foucault e a Educação*. São Paulo: Autentica;
- NEVES, A. Augusto (1969). *Bodas de ouro sacerdotais*. Bragança: Escola Tipográfica – Casa de Trabalho;
- NEVES, Abílio V. (1962). *Pastoral sobre o ensino religioso e a formação cristã*. Porto: Diocese;
- NICO, Bravo (2008). *Aprendizagens do Interior: Reflexões e Fragmentos*. Mangualde: Edições Pedagogo;
- NOGUEIRA, Maria Alice, Nogueira, Cláudio Martins (2006). *Bourdieu & a Educação*. São Paulo: Editora Autentica;
- NÓVOA, A. (1992). *Os professores e a história da sua vida*. In A. Nóvoa (org.), *Vidas de professores* (pp. 11-31). Porto: Porto Editora;
- NÓVOA, A. (1998). *La profession enseignante en Europe: Analyse historique et sociologique*. In EDUCA/ Universidade de Lisboa;
- NÓVOA, A. (2009). *Professores. Imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa;
- NÓVOA, A. e Berrio J. Ruiz (1993). *A História da Educação em Espanha e Portugal*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação;
- NÓVOA, António (1992). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações D. Quixote;
- NÓVOA, António (1993). *A imprensa de Educação e Ensino. Repertório Analítico (Séculos XIX e XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional;

- NÓVOA, António (1997). *A imprensa de educação e ensino: Conceção e organização do repertório português* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional;
- NÓVOA, António (2002). *Formação de Professores e Trabalho Pedagógico*. Lisboa: Editora Educa;
- NÓVOA, António (2003). *Educadores Portugueses*. Lisboa: Edições Asa;
- NÓVOA, António (2005). *Evidentemente. Histórias da Educação*. Lisboa: Edições Asa;
- NÓVOA, António, Campos, Bárto, Ponte, João Pedro, Santos, Maria Emília (1991). *Ciências da Educação e Mudança*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Edições Afrontamento;
- NÓVOA, António, Marcelino F. & Ó, Jorge Ramos (Org.) (2012). *Sérgio Niza Escritos sobre educação*. Lisboa: Tinta da China Edições;
- Ó, Jorge R. do & Carvalho, L. (2009). *A circulação do Conhecimento Pedagógico e a Invenção da Criança Problema: Estudos Comparados Portugal-Brasil (1880-1960)*. Lisboa: Educa & Uí&dCE;
- Ó, Jorge R. do (1990). *O lugar de Salazar – Estudo e Antologia*. Lisboa: Publicações Alfa;
- Ó, Jorge R. do (2001). *O governo dos escolares: Uma aproximação teórica às perspetivas de Michel Foucault*. Lisboa: Educa/Prestige;
- Ó, Jorge R. do (2003). *O Governo de si mesmo*. Lisboa: Educa Ciências Sociais;
- Ó, Jorge R. do, Carvalho, Luís M. (2009). *Emergência e Circulação do Conhecimento Psicopedagógico Moderno (1880-1960)*. Estudo comparados Portugal-Brasil. Lisboa: Guide Artes Gráficas;
- OCDE (1983). *L'Enseignement Obligatoire face à l'Évolution de la Société*. Paris: OECD;
- OLABUÉNAGA, JOSÉ L. R. (1996). *Metodología de la investigación cualitativa*. Madrid: Universidad de DEUSTO;
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues (2007). *A Criança na Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Teorema;
- OLIVEIRA-Formosinho, J. & Parente, C. (2005). Para uma Pedagogia da Infância ao serviço da equidade: O *portfolio* como visão alternativa da avaliação. *Infância e educação: Investigação e Práticas*, nº 7, 22- 46;
- OLIVEIRA-Formosinho, J. (2007). *Pedagogia(s) da Infância: reconstruindo uma praxis de participação*. In J. Oliveira-Formosinho, T. Kishimoto & M. Pinazza (org.), *Pedagogia(s) da Infância: dialogando com o passado, construindo o futuro* (pp. 13-36). Porto Alegre: Artmed;
- OLIVEIRA-Formosinho, J. (2009). *Desenvolvimento profissional dos professores*. In J. Formosinho (coord.), *Formação de professores: Aprendizagem profissional e acção docente* (pp. 221- 284). Porto: Porto Editora;
- OLIVEIRA-Formosinho, J., Kishimoto, Tizuko Morchida, Pinazza, Mônica Apezatto (2007). *Pedagogia(s) da Infância: Dialogando com o Passado, Construindo o Futuro*. Porto Alegre: Artmed Editora;
- ONOFRE, M. S. (1996). A supervisão pedagógica no contexto da formação didáctica em Educação Física. In Carreiro da Costa, *Formação de Professores em Educação Física – Concepções, Investigação e Prática*. Lisboa: Edições FMH;
- ORTIGÃO, Ramalho, (s/d). *As farpas I. A geração de 70*. Lisboa: Círculo de Leitores;
- OWEN, R. (1857). *The life of Robert Owen, Written by himself*. Vol.1. Londres: Effingham Wilson;

- PACHECO, J. (2006). *Um olhar sobre o processo de Investigação*. In J. Lima & J. Pacheco, *Fazer Investigação: Contributos para elaboração de dissertações e teses* (pp. 13-28). Porto: Porto Editora;
- PAÇO, António S. (2008). *A ascensão de Salazar*. Lisboa: Centro Editor PDA;
- PARASKEVA, João M. (Org.) (2007). *Discursos Curriculares Contemporâneos*. Mangualde: Edições Pedagogo;
- PARDAL, L. & Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores;
- PASQUALE, H. SD). *Educadora na Escola Materna*. Porto Edições Salesianas;
- PEIXOTO, Augusto C. M. (1922). *Descentralização do Ensino Primário*. Lisboa: Imprensa nacional;
- PEREIRA, Alexandre, Poupá, Carlos (2004). *Como escrever uma Tese. Monografia ou livro Científico*. Lisboa. Edições Sílabo;
- PEREIRA, Inocêncio (1995). *Pe. José Maria Pereira Um benemérito de Angola*. Bragança: Tipografia do Patronato de Santo António;
- PEREIRA, Inocêncio (2004). *Bodas de Ouro: Inocêncio Pereira-50 Anos de Jornalismo*. Bragança: Escola Tipográfica Casa de Trabalho;
- PEREIRA, Inocêncio (2009). *Memórias*. Bragança: Escola Tipográfica – Casa de Trabalho;
- PERRENOUD, Ph. (1974). *L'École à Quatre Ans: d'Une Nouvelle Image de l'Enfant à l'Education Compensatrice*. Geneve: Cahiers du Service de la Recherche Sociologique;
- PERRENOUD, Philippe (2001). *Ensinar: Agir na urgência, decidir na incerteza* (2.^a ed.). Porto Alegre: Artmed;
- PERRENOUD, Philippe, Thurler, Monica Gather (2002). *As Competências para Ensinar no Século XXI*. São Paulo: Artmed Editora;
- PESTANA, D. & Gageiro, J. (2005). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*. Lisboa: Sílabo;
- PIAGET, Jean (1983). *A epistemologia genética*. São Paulo: Abril cultural;
- PIMENTEL, Irene Flunser (2001). *História das Organizações Femininas do Estado Novo*. Lisboa: Temas e debates Editoriais;
- PINHAL, J. (1995). *Descentralização e relações locais: o território educativo e a política educativa local*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa;
- PINHEIRO, J. E. (1990). *Do Ensino Normal na Cidade de Lisboa 1860-1960*. Lisboa: Porto Editora;
- PINTASSILGO, Joaquim (1998). *República e formação de cidadãos. A Educação cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri;
- PINTASSILGO, Joaquim (Org.) (2006). *História da Escola em Portugal e no Brasil. Circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Edições Colibri;
- PINTASSILGO, Joaquim, Mogarro, Maria João & Henriques, Raquel P. (2010). *A Formação de Professores em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri;
- PINTASSILGO, Joaquim, Serrazina, Lurdes (Org.) (2009). *A Escola Normal de Lisboa e a Formação de Professores. Arquivo, História e Memória*. Lisboa: Edições Colibri;

- PINTASSILGO, Joaquim, Alves, Luís Albert, Correia, Luís Grosso, Felgueiras, Margarida Louro (2007). *A História da Educação em Portugal. Balanço e Perspectivas*. Lisboa: Edições Asa;
- PINTO, Cabral (1996). *A formação Humana no Projecto da Modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget;
- PIRES, Cristina M. (2007). *Educador de Infância. Teorias e Práticas*. Porto: Profedições;
- PIRES, L. Eurico (1989). *O Ensino Básico em Portugal*. Porto: Edições Asa;
- PLANCHARD, E. (1973). *Problemática pedagógica em Portugal*. Lisboa: Tipografia Porto Medico;
- PLANCHARD, Emile (1942). *Introdução à Psicologia das crianças*. Coimbra;
- PLANCHARD, Emile (1943) *Aspectos actuais da psicologia e pedagogia de trabalho*. Lisboa;
- PLANCHARD, Emile (1962). *Introdução à pedagogia*. Coimbra: Editora Limitada;
- PLANCHARD, Emile (1972). *A pedagogia contemporânea*. Coimbra: Coimbra editora;
- PLANCHARD, Emile (1972). *Dinâmica dos grupos e pedagogia não-directiva*. Coimbra: Imprensa de Coimbra;
- PLANCHARD, Emile (1973). *Existirão ou não Ciências Pedagógicas*. Coimbra: Editora Limitada;
- PLANCHARD, Emile (1974). *A Investigação em Pedagogia. Objeto – Métodos – Resultados*. Coimbra: Coleção Studium Arménio Amador Editor, Sucessor;
- PLANCHARD, Emile (1974). *Alguns postulados e aspectos da democratização do ensino*. Coimbra: Coimbra editora;
- PLANCHARD, Êmile (1978). *Em defesa da liberdade de ensino*. Coimbra: Editorial Verbo;
- PLANCHARD, Emile (1979). *Conhecer, compreender e ajudar os alunos*. Coimbra: Coimbra editora ;
- PONTE, Cristina (2005). *Crianças em Notícia. A construção da Infância pelo discurso Jornalístico 1970-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais;
- POPER, K.R. (1974). *Conocimiento Objectivo*. Madrid: Tecnos;
- POPER, K.R. (1974). *La Miséria del Historicismo*. Madrid: Alianza;
- POPER, K.R. (1977). *Busqueda sin termino*. Madrid: Tecnos;
- POPER, K.R. (1977). *La lógica de la investigación científica*. Madrid: Tecnos;
- POPER, K.R. (1979). *La Société Ouvert et ses Ennemis I. L'Ascendant de Platon*. Paris: Seuil;
- POUPA, A. P. Carlos (2004). *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word*. Lisboa: Edições Sílabo;
- PROENÇA, M. Cândida (1997). *História, Regeneração e República, Materiais para Professores*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional;
- PROENÇA, M. Cândida (1998). *O sistema de Ensino em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri;
- PROENÇA, M. Cândida, Manique, A. P. (1994). *Didáctica da História. Património e História local*. Lisboa: Texto Editora;
- PROGRAMAS RENOVADOS DE EDUCACIÓN (1981). *Preescolar y Ciclo Inicial*. Madrid: Editorial Escuela Española;
- QUELUZ, Ana Gracinda, (1984). *A pré-escola Brasileira*. São Paulo: Série Cadernos de Educação, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, Livraria Pioneira Editora;

- QUINTANA, J.M. (1995). *Teoria de la educacion: Concepcion Antinómica de la Educacion*. Madrid: Dykinson;
- QUIVY, R. & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais: trajectos* (2ª ed.). Lisboa: Gradiva;
- RAGO, Margareth, Neto, Alfredo Veiga (Org.) (2006). *Figuras de Foucault*. São Paulo: Editora Autencica;
- RAKOTOMALALA, Pierre, Khoi, Le Than (1976). *A educação no meio rural*. Lisboa: Moraes Editores;
- RAMOS, J. Deus (1940). *A criança em Portugal antes da Escola Primária*. Lisboa: Livraria Bertrand;
- RAMOS, João de Deus (1936). *Era uma vez um colégio*. Lisboa: Tipografia Henrique Torres;
- RAMOS, João de Deus (1939). *A criança em Portugal antes da Escola Primária*. Lisboa: Livraria Bertrand;
- RAPOSO, N. (1983). *Estudos de Psicopedagogia*. Coimbra: Coimbra Editora Ldª;
- RAPOSO, Nicolau de Almeida V. (MCMLXXXV) *O contributo do método de João de Deus para Educação Pré-escolar*. Lisboa: MCMLXXXV;
- RESENDE, José Manuel (2003). *O engrandecimento de uma profissão. O Professor do Ensino Secundário Público no Estado Novo*. Coimbra. Fundação Calouste Gulbenkian;
- RIBEIRO, Agostinho, D. S. (2002). *A Escola pode esperar*. Lisboa: Edições Asa;
- ROCHA, Eloisa Acires Candal (1999). *A pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajectória recente e perspectivas de consolidação de uma Pedagogia*: UFSC-Centro de Ciências da Educação Núcleo de Publicações;
- RODRIGUES, Arlindo (s/d). *A Escola e a Cidadania*. Lisboa: Plátano Editora;
- RODRIGUES, Britaldo (1980). *Perspectivas para o ensino em Portugal*. Lisboa: Editorial Progresso Social e Democracia, S.A.R.L;
- RODRIGUES, Ernesto (2011). *A Terra de Duas Línguas – Antologia de Autores Transmontanos*. Bragança: Academia de Letras de Trás-os-Montes;
- RODRIGUES, Gómez, G., Gil Flores, J. & Garcia Jimenez, G. (1996). *Metodologia de la Investigación Cualitativa*. Archidona - Málaga: Ediciones Aljibe;
- RODRIGUÉZ, M. E. (1988). *Supervisión Educativa*. Madrid: UNED;
- ROGERS, A. (1996). *Ambientes multiculturais*. In N. Brickman & L. Taylor, *Aprendizagem activa* (pp. 184-186). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
- ROLDÃO, M. C. (1994). *O pensamento concreto da criança*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional;
- ROLDÃO, M. C. (2009). *Que Educação queremos para a infância*. In I. Alarcão (coord) & M. Miguéns (Dir.) *A educação das crianças dos 0 aos 12 anos* (pp.99-113), (Estudos e relatórios). Lisboa: Conselho Nacional de Educação;
- ROSAS, Fernando (1994). *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Circulo de Leitores;
- ROUSSEAU, J. J. (1979). *Emílio ou da Educação*. Rio de Janeiro: Difel;
- RUFINO, César (2003). *Para uma História da ReEducação e Assistência a Menores em Portugal e no Brasil nos séculos XIX e XX: Discursos e instituições*. Lisboa: Educa;
- RUÍVO, Luiz José (1996). *Para conhecer melhor o grande Bragançano e Português de Lei*. Bragança: Artegráfica Brigantina;

- RUMINA, Branca (1932). *As crianças e a nação*. Junta Geral do Distrito de Lisboa, Instituto Clínico: Tipografia Sousa Neves;
- RUSK, R. Robert (1933). *A History of Infant Education*. London: University of London Press;
- SACADURA, Costa (1939). *Dois problemas de assistência*. Lisboa: Imprensa Médica;
- SÁ-Chaves, I. & Alarcão I. (2007). *O conhecimento profissional do professor: análise multidimensional usando representação fotográfica*. In I. Sá-Chaves, *Formação, Conhecimento e Supervisão* (2ª ed.) (pp. 53-65). Aveiro: Universidade de Aveiro;
- SALAZAR, António (1938). *Discursos (6 volumes)*. Coimbra: Coimbra Editora;
- SAMPAIO, J. Salvado (1968). *O Ensino Infantil em Portugal*. Boletim Bibliográfico e Informativo N.º. 8. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Centro de Investigação Pedagógica;
- SAMPAIO, J. Salvado (1973). *Evolução do Ensino em Portugal*. Lisboa Instituto Gulbenkian de Ciência;
- SAMPAIO, J. Salvado (1975). *O Ensino Primário 1911-1969*, Contribuição Monográfica, Volume I, 1.º Período – 1911-1926. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência;
- SAMPAIO, J. Salvado (1976). *O Ensino Primário 1911-1969*. Volume I 2.º Período – 1911-1926 Lisboa: Instituto Gulbenkian da Ciência;
- SAMPAIO, J. Salvado (1976). *O Ensino Primário 1911-1969*. Volume II 2.º Período – 1926-1955. Lisboa: Instituto Gulbenkian da Ciência;
- SAMPAIO, J. Salvado (1977). *O Ensino Primário 1911-1969*, Contribuição Monográfica, Volume III, 3.º Período – 1955-1969. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência;
- SANTOS, Alves dos (1921). *Um plano de Reorganização do Ensino Público*. Coimbra: Imprensa da Universidade;
- SANCHES, A. & Sá-Chaves (2007). *Educação pré-escolar: novas concepções para contextos sociologicamente instáveis e pouco previsíveis*. In Sá-Chaves *Formação, Conhecimento e Supervisão* (2ª ed.) (pp. 69-83). Aveiro: Universidade de Aveiro;
- SANCHES, A. (1998). *Educação pré-escolar: novas concepções para contextos sociologicamente instáveis e pouco previsíveis*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro;
- SANCHES, M. F. & Seica, A. (2007). *Construindo a cidadania democrática: valores emergentes do discurso político no período revolucionário (1974-1975)*. In M. F. SANCHES, F. Veiga, F. Sousa & J. Pintassilgo, *Cidadania e liderança escolar* (pp. 71-110). Porto: Porto Editora;
- SANTOMÉ, Jurjo Torres (1991). *A Educação Infantil: Cadernos de Inovação Didáctica*;
- SANTOS, Alves (1921). *Um plano de reorganização do Ensino Público*. Coimbra: Imprensa da Universidade;
- SANTOS, Arquimedes (1993). *Do método de João de Deus à formação de Educadores de Infância*. Lisboa: E.S.E. João de Deus;
- SANTOS, Boa Ventura de Sousa (2001). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: 12ª edição, Edições Afrontamento;
- SANTOS, J. (1982). *A caminho de uma utopia... Um instituto da criança*. Lisboa: L. Horizonte;

- SANTOS, R.J.D. (2012). *Supervisão Pedagógica: Visão Crítica de um Percurso*. PRIME Books;
- SARAIVA, J. Hermano (1983). *História de Portugal – 1640 – Actualidade*. Lisboa: Publicações Alfa;
- SARMENTO, Jacinto S. e Cerisara, Ana B. (2004). *Crianças e miúdos: Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto: Edições Asa;
- SARMENTO, M. (2008). *Sociologia da Infância: Correntes e confluências*. In M. Sarmento & M. Gouveia, *Estudos da Infância. Educação e Práticas* (pp. 17-39). Petrópolis: Editora Vozes;
- SARMENTO, M. (2009). *Olhares da sociedade portuguesa sobre a criança*. In I. Alarcão (coord) *A educação das crianças dos 0 aos 12 anos* (pp. 68-90), (Estudos e relatórios). Lisboa: Conselho Nacional de Educação;
- SARMENTO, Maria Teresa (2002). *Histórias De Vida de Educadoras de Infância*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional;
- SARMENTO, Maria Teresa (2004). *As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da Segunda Modernidade*. In M. Sarmento & A. Cerisara, *Crianças e Miúdos. Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação* (pp. 9-34). Porto: Edições Asa;
- SARMENTO, Pereira, M.T. (1999). *Percursos Identitários de Educadoras de Infância em Contextos diferenciados: Cinco histórias de vida*. Dissertação de Doutoramento em Estudos da criança. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Estudos da criança;
- SAUNIER, Francis (1970). *Em defesa da criança*. Lisboa: Editorial Pórtico;
- SCHELBAUER, Analete, R., Araújo, José C. org. (2007). *História da Educação pela Imprensa*. São Paulo: Editora Alínea;
- SCHÖN, D (1983). *The reflective practitioner: How professionals think in action*. New York: Basic Books;
- SCHÖN, D (1987). *Educating the reflective practitioner: Toward a new design for teaching and learning in professions*. S. Francisco: Jossey-Bass Publishers;
- SCHÖN, D. (1992). *La formación de profesionales reflexivos: Hacia um nuevo diseño de enseñanza y el aprendizaje en las profesiones*. Barcelona: Ediciones Paidós e Ministerio;
- SCHRIEWER, Jürgen (2001). *Formas de Externalização no Conhecimento Educacional*. Lisboa: Educa;
- SCHUBERT, W. (1986). *Curriculum: Perspective, paradigm and possibility*. Nova Iorque. Macmillan;
- Separata da Revista Portuguesa de Pedagogia, Ano XI – 1977. Coimbra: Imprensa de Coimbra;
- SÉRGIO, António (1939). *Educação Primária e Infantil*. Lisboa: Cadernos Culturais Editorial Inquérito Lda;
- SÉVÉRIM, Gerand (1982). *O meu filho no Jardim Infantil*. Porto: Porto Editora;
- SHAFFER, D.W. & Serlin, R.C. (2004). *What good are statistics that don't generalize? Educational Researcher*, Washington, D. C., vol. 9, nº 33, 14-25;
- SHULMAN, L. (1986). *Those Who Understand: Knowledge Growth in Teaching*. *Educational Research*, vol. 15, nº2, 4-14;
- SHULMAN, L. (1987). *Knowledge and Teaching: Foundations of the New Reform*. *Harvard Educational Review*, vol.57, nº1, 1-8;

- SHULMAN, L. (1991). *Ways of seeing, ways of knowing: ways of teaching, ways of learning about teaching. Journal of Curriculum Studies*, 23, nº5, 393-395;
- SILVA, A. (2002). *Os Pais e o Jardim-de-infância em Meio Rural. Um estudo de Caso em três Jardins-de-infância da rede pública em meio rural. Infância e Educação: Investigação e Práticas*, nº 5, 89-113;
- SILVA, Agostinho da (1991). *O Método Montessori*. Lisboa: Editorial inquérito;
- SILVA, Augusto S.; Pinto, José M. (1986). *Metodologias das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento;
- SILVA, Evangelina B. S. (2011). *Professores e Escolas: Imagem Social e Desafios de Profissão*. Lisboa: Fonte da palavra;
- SILVA, I. L. (1990). *Uma experiência no âmbito da formação de Educadores de infância*. In: A. Estrela (Org.), *Formação de Professores por competências – Projecto FOCO. Uma experiência de formação contínua* (pp. 47-77). Lisboa: F. C. Gulbenkian;
- SILVA, M. I. R. Lopes (1997). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação;
- SILVA, Manuela (1981). *Sistema de ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
- SILVA, M. I. R. Lopes (1982). *Projeto Alcácer. Desenvolvimento da criança em comunidade rural. Estudos nº 3*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
- SILVA, M. I. R. Lopes (1983). *Projeto Alcácer. Desenvolvimento da criança em comunidade rural. Estudos nº 8*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
- SIMÃO, Veiga (1970). *Batalha da Educação. Discursos proferidos em 1970 pelo Ministro da Educação Nacional*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, Lda;
- SIMÃO, Veiga (elab), Lopes, M. et al (1998). *Carta Magna. Educação e Formação ao Longo da Vida. Comissão Nacional para o Ano da Educação e Formação ao longo da Vida*. Lisboa: Ministério da Educação/Ministério do Trabalho e da Solidariedade;
- SIMÕES, Maria F. (1977). *O método Montessori. Análise crítica de alguns aspectos*;
- SKLIAR, Carlos (Org.) (2005). *Derida & a Educação*. São Paulo: Autêntica Editora;
- SOARES, Natália Fernandes (1998). *Outras Infâncias... A Situação Social das Crianças atendidas numa Comissão de protecção de menores*. Braga: Instituto de Estudos da criança Universidade do Minho;
- SOUSA, Cynthia Pereira (2004). *Infância, Pedagogia e Escolarização: A mensuração da criança transformada em alunos, em Portugal e no Brasil (1880-1960)*. Lisboa: Educa;
- SOUSA, Fernando (Coord.), (2013). *Bragança na Época Contemporânea (1820-2012) Volume 1 e 2*. Bragança: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE);
- SOUSA, Francisco P.(1997). *Educação Pré-escolar: Benefícios e Limites. Caracterização da situação em Portugal*. (Mestrado em Economia e Política Social. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão;
- SOUSA, Isaura G. (2011). *Escola de ontem e de hoje - Um punhado de recordações*. Montalegre: Seara Gráfica;
- SPODEK, Bernard & Saracho, O. (1998). *Ensinando crianças dos três a oito anos*. Porto Alegre: Artmed;

- SPODEK, Bernard (Org.), (2002). *Manual de Investigação em Educação de Infância*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
- STOER, S. (1986). *Educação e mudança social em Portugal*. Lisboa: Edições Adrontamento;
- TAMEN, Isabel e Silva Manuel (1981). *Sistema de Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
- TAVARES, J. & Alarcão, I. (1992). *Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem*. Coimbra: Almedina;
- TEIXEIRA, Alfredo (2004). *Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado: cinquenta anos de vida*. Porto: Criação e Comunicação Gráfica, Lda;
- TEIXEIRA, Alfredo (2010). *Chama de amor Eucarístico. IR. S. João Evangelista*. Braga: Tipografia Abreu;
- TEIXEIRA, Maria das Graças de Souza (2007). *Infância, Sujeito Brincante e Práticas Lúdicas no Brasil oitocentista*. Salvador da Bahia: Tese de Doutorado em História da Educação apresentada à Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e de Ciências Humanas;
- TEODORO, António (1976). *Perspetiva do ensino em Portugal*. Porto: Cadernos o Professor;
- THOMPSON, E. P.(1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar;
- THURLER, M. (1994). *Da organização escolar à prática pedagógica. Limites, miragens e perspectivas de mudança*. In M. Thurler e Ph. Perremoud, *A escola e a mudança: Contributos sociológicos*. Cadernos de Inovação Educacional. Lisboa: Escolar Editora;
- THURLER, M. (2002). *O desenvolvimento profissional dos professores, novos paradigmas, novas práticas*. In PH. Perrenoud, M. Thuler, L. Macedo, N. Machado & C. Alessandrini, *As competências para ensinar no século XXI. A formação dos professores e o desafio da avaliação* (pp. 89-122). Porto Alegre: Atemed Editora;
- TOURAINÉ, Alain (1992). *Crítica da Modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget;
- TUCKMAN, Bruce W (2005). *Manual de investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
- ULIVIERI, Simonetta. (1986). *Historiadores y sociólogos en busca de la infancia: apuntes para una bibliografía razonada*. Madrid: Revista de Educación, n.281, p.47-86;
- UNESCO (1982). *Para uma política de Educação em Portugal*. Lisboa: L.Horizonte;
- VÃG, O, (1991). *La investigacion en la História de la educacion preescolar. Algunos asuntos a debatir*. História de la Educacion;
- VALADA, Rui (SD). *Sobre o futuro das nossas instituições de Ensino*. Lisboa: Editora Gráfica;
- VALENTE, Guilherme (2012). *Os anos devastadores do Eduquês*. Lisboa: Editorial Presença;
- VASCONCELOS, José, Júnior, A. (2002). *Um dispositivo chamado Foucault*. Fortaleza: Editora Gráfica;
- VASCONCELOS, Teresa (2000). *Para um Desenvolvimento Sustentado. Infância e Educação: Investigação e Práticas*, 2, 7-16. Porto: Edições Asa;

- VASCONCELOS, Teresa (2003). *Educação de Infância em Portugal: Situação e Contextos numa Perspectiva de Promoção de Equidade e Combate à Exclusão*. Porto: Edições Asa;
- VASCONCELOS, Teresa (2005). *Das Casas de Asilo ao Projeto de Cidadania. Políticas de Expansão da Educação de Infância em Portugal*. Porto: Edições Asa;
- VASCONCELOS, Teresa (2007). *A importância da educação na construção da cidadania. Saber E Educar*, 12, 109-116. Porto: Edições Asa;
- VASCONCELOS, Teresa (2009). *A educação de infância no cruzamento de fronteiras*. Lisboa: Texto Editores;
- VASCONCELOS, Teresa (Coord.) (1997). *Ao redor da mesa grande – A prática educativa de Ana*. Porto: Porto Editora;
- VAYER, Pierre (2003). *O jardim-escola*. Lisboa: Artes Gráficas;
- VEIGA, Cynthia Greive, Faria, Luciano Mendes (1999). *Infância no Sótão*. Belo Horizonte: Editora Autentica;
- VEYNE, Paul (1989). *O Inventário das Diferenças*. Lisboa: Editora Gardiva;
- VIDIELLA, Antoni Zabala (1999). *Enfoque Globalizador y pensamiento complejo. Una respuesta para la comprensión e intervención en la realidad*. Barcelona: Ediciones Grao;
- VIEGAS, José Manuel Leite (1998). *Portugal, que modernidade?* Oeiras: Celta Editora 2ª edição;
- VIEIRA, F. (1993). *Supervisão: uma prática reflexiva na formação de Professores*. Rio Tinto: ASA;
- VIEIRA, José Luandino (1997). *A cidade e a Infância*. Lisboa: Edições 70;
- VIEIRA, Maria Pilar de Araújo (1989). *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática;
- VIGÁRIO, Dória (2009). *Re-Pensando a Educação de Infância*.
- VILARINHO, E. (2000). *Políticas de Educação Pré-escolar em Portugal (1977-1997)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional;
- VILELAS, José (2009). *Investigação. O processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo;
- VILHENA, Isabel F. (2002). *Institucionalização da Educação Pré-escolar em Portugal 1880-1950*. Lisboa: Universidade de Lisboa Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação;
- VYGOTSKY, I.S. (1994). *Obras Escogidas Vls. I, II, III*. Madrid: Visor;
- VYGOTSKY, L. S. (1979). *El desarrollo de los procesos Psicológicos Superiores*. Barcelona: Crítica;
- WALLON, Henri (1975). *Psicologia e Educação da Infância*. Lisboa: Biblioteca de Ciências Pedagógicas;
- WEIKART, D. (2000). *Early Childhood education: need and opportunity*. Paris: UNESCO. Disponível em <http://www.unesco.org/iiep>;
- WILKINSON, D. & Birmingham, P. (2003). *Using research instruments – guide for researchers*. Londres: Routledge Flamer;
- XISTO, José Santa R. (1974). *Bragança, Coimbra em Miniatura* (3.ª edição). Bragança: Escola Tipográfica;
- ZABALZA, Miguel A. (1987). *Áreas, médios y evaluacion en la educación infantil*. Madrid: Narcea Ediciones;
- ZABALZA, Miguel A. (1998). *Qualidade em Educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed;
- ZAVA, Artur (2007). *Fontelas dos Montes*. Bragança: Tipografia Brigantina;

ZORRO, A. Maria (1966). *Carneiro Pacheco, Um homem de fé e o pensamento da revolução nacional*. Lisboa: Edições Panorama.

Anexos

Anexo I - Guião de entrevistas

Tema: Abordagem à existência e funcionamento de Jardins-de-infância de Bragança no período 1934-1986

Entrevistadas: Educadoras de Infância e diretora que exerceram funções em Jardins-de-infância de Bragança no período em estudo.

Objetivo Geral: Identificar o posicionamento dos sujeitos face à existência e funcionamento do Jardim-de-infância de Bragança onde exerceram funções.

BLOCOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	TÓPICOS	QUESTÕES
(A) Legitimação da entrevista	<ul style="list-style-type: none">-Legitimar a entrevista;-Informar sobre a natureza da pesquisa;-Informar sobre o tema e objetivos do trabalho;-Motivar a entrevistada;-Pedir a sua colaboração;-Realçar a importância dessa colaboração para a realização do trabalho;	<ul style="list-style-type: none">-Trabalho de pesquisa sobre a Educação de Infância em Bragança;-Pedir autorização para gravar a entrevista;	
(B) Existência e funcionamento de jardins-de-infância a)-Organização pedagógica a)- Estrutura física	<ul style="list-style-type: none">-Identificar os Jardins-de-infância;-Identificar a sua organização pedagógica-Identificar atitudes e a regulação das atividades-Identificar os métodos e os procedimentos-Identificar a influência da formação dada-Identificar a estrutura física, arquitetónica, mobiliário e materiais	<ul style="list-style-type: none">-Compreensibilidade e apropriação da existência e funcionamento de jardins-de-infância;-Articulação do seu dia-a-dia	<ul style="list-style-type: none">-Que recordação tem do Jardim-de-infância onde trabalhou?-Como era e como funcionava o Jardim-de-infância

Anexo II – Entrevista Educadora 1 - Jardim-de-infância de Santa Clara

E-Entrevistador

I-Entrevistada

Entrevista à Educadora de Infância Irmã Lúcia da Congregação Religiosa das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado, realizada no dia 9 de agosto de 2011

E-Fale-me de si. Como é o seu nome Completo e de onde é natural?

I-Lúcia Lopes é o meu nome da Congregação, o meu nome de batismo é Teresa Lopes, nasci em 1932, natural de Ifanes, concelho de Miranda do Douro, terra do D. Abílio Vaz das Neves, o Bispo que criou a nossa Congregação em 1950. Entrei para a Congregação com 16 anos. A minha mãe era muito piedosa e eu logo de pequenina comecei a rezar muito e a ler muitos livros e até uma coisa que me incentiva-se um bocado foi quando a Mártir de Santa Goreti foi assassinada por o homem, eu li aquele livro e então a partir daí comecei e criei uma aversão ao mundo uma aversão aos homens e isso tudo fazia-me pensar. Depois o senhor D. Abílio, veio da Índia e ele era natural da minha aldeia e meu vizinho em Ifanes. As casas eram pegadas e então começou a perguntar-me o que queria ser quando fosse grande. E eu sempre lhe respondi que queria ser freirinha. E ele disse-me: - Então vá, hás-de ser freirinha! Pronto e eu fui crescendo sempre nessa ideia. Já iam para lá as irmãs Missionárias de Maria a pedir, e eu vi-as e comecei entusiasmar-me um bocadinho. A minha mãe apoiava-me muito, mas o meu pai nem tanto. Fiz lá a escola Primária. Depois só voltei a estudar quando entrei para a Congregação e entrei em Chacim na Congregação, onde tive 3 anos de formação. No início tinha saudades mas não me custou muito a adaptar-me porque eu fui livremente e porque quis. A minha mãe, que Deus tenha, ia visitar-me muitas vezes e isso ajudou-me muito. Lembro-me assim de pequenina que eu era responsável e que tomava boas decisões, não era assim uma criança assim volúvel. Terminei o Curso de Educadora de Infância na Escola São João de Deus em Lisboa no ano de 1956. Teve a duração de 1 ano. Depois vim para Bragança trabalhar como Educadora na Escola Infantil/Pré-Primária da nossa Congregação. A única que existia em Bragança. Alugamos esta casa e formamos o Jardim-de-infância. Apareceu aquilo que parecia uma Oásis cá na Cidade. Começou logo a funcionar inicialmente com 90 e não sei quantas mais crianças. Como não havia nada para estas crianças. Tudo isto se deveu à iniciativa educativa que tinha o monsenhor D. Abílio Vaz das Neves, ele é que promoveu, ele é que disse à superiora Geral da Congregação para eu tirar o curso. Ainda eu estava em Lisboa e já tinham alugado a casa, e depois quando vim de Lisboa em 1956 abrimos a casa e abrimos a Escola Infantil. Eu não conhecia Bragança mas não me custou nada a adaptar. Rapidamente passei a conhecer as pessoas todas da cidade. Bragança também era pequena e eu também sempre me familiarizei com muita facilidade com toda a gente. Sei que naquela altura eu quase conhecia tudo e toda a gente me conhecia. E depois era uma maneira de viver diferente. Nós também passamos a ter uma projecção diferente a partir do D. Abílio. Naquele tempo no dia 1º. de Janeiro, quase todas as pessoas iam cumprimentar o senhor Bispo, e eramos nós que o auxiliávamos e contactávamos com aquela gente toda.

E- Mas a senhora já estava em Lisboa ou estava aqui?

I-Eu estava em Chacim, e mandaram-me para Lisboa para tirar o Curso de Enfermagem em 1954. Primeiro fui tirar o curso de enfermagem que era de um ano, e depois quando estava para me vir embora para Chacim, pediram-me para ficar lá mais um ano e tirar o curso de Educadora. Tirei o curso de enfermagem e depois mandaram-me tirar o curso de Educadora de Infância já com a intenção de vir abrir a Escola Infantil de Bragança. Não sei porque é que me mandaram a mim e não mandaram outra. O monsenhor D. Abílio pareceu-lhe que era necessário, que era bom, e depois a seguir mandaram-me tirar o curso de Educadora de Infância.

E- Mas quando estava em Chacim já trabalhava com crianças, já havia lá algum Jardim-de-infância?

I- Em Chacim havia já creches. Não era Jardim-de-infância. Em Chacim, desde que abriu a Congregação, e isto já veio das nossas fundadoras, porque estiveram com as missionárias de Maria em Barcelos a fazer a formação para fundar a Congregação e lá já tinham crianças. E Portanto, em Chacim, criou-se logo uma Creche. Uma Creche de crianças para onde iam as crianças todas, depois dávamos-lhe a sopa, dávamos-lhe de comer alguma coisa que tínhamos. Isso que se lhe dava de comer era uma irmã que andava a pedir pelas aldeias. Logo inicialmente, o princípio da Congregação era uma função educativa de formação. Tudo começou em Pereira, depois Chacim, e depois as outras casas foram abrindo. As primeiras casas com crianças foram em Pereira e Chacim. E também estiveram em Marmelos, mas ali só estiveram dois

anos. Depois foi praticamente em Chacim. Ali iniciou-se a formação das Irmãs. Depois qualquer casa que abríamos começava-mos sempre com esse tipo de trabalho social com crianças pequenas. Depois viemos para Bragança, depois abrimos uma casa em Sendim onde também começamos com crianças. Em todas as casas que abríamos começava-mos logo com crianças, mas a primeira que abrimos com Escola Infantil foi aqui em Bragança, onde tinha já umas certas condições pedagógicas. Precisamente depois de eu tirar o Curso. Eu quando andava a tirar o curso em Lisboa fiz estágios em escolas infantis e visitei bastantes e vi como funcionavam e como se trabalhava e como estavam organizados. Os materiais que usavam e como era o dia-a-dia das crianças. Lembro-me que fiquei muito admirada na primeira vez que entrei num. E aqui procurei fazer o mesmo. Já tinha ideias diferentes que mais ninguém cá tinha de entre as minhas irmãs.

E-Como funcionava o Curso de Educadora de Infância?

I- A formação das escolas João de Deus era mais teórico do que prático. Era aquela Cartilha, nós tínhamos que aprender aquela cartilha toda e depois davam-nos regras para ensinar às crianças. E eu aqui ainda apliquei também a cartilha nos maiorezinhos, ainda comecei a aplicar. Mas durante pouco tempo. A prática do curso também a fazíamos numa Escola Infantil da instituição que eles lá tinham junto da Estrela. Era no próprio edifício. Íamos lá fazer a formação prática. Mas fomos lá pouco tempo. Só depois quase a terminar o curso é que fomos fazer a formação prática ou estágio. O curso teve a duração de um ano e no fim é que era só estágio e fomos 1 ou 2 meses para aquela Escola Infantil onde tivemos que praticar e orientar atividades para aquelas crianças. Durante o tempo do curso, apenas passávamos de vez em quando por lá, víamos as crianças, víamos o que faziam, mas não atuávamos nada. Era uma escola grande com bastantes crianças. Quando vim para Bragança, vim com a responsabilidade total de abrir a Escola Infantil e tratar de tudo o que era preciso para abrir uma Escola Infantil. Mas era tudo gerido pelo senhor Bispo. Deu-se-lhe um jeito à casa. Eu tratei de montar as três salas. Eram salas boas, umas maiores que as outras à volta dos 30 a 40m² e com boas janelas. Depois a nossa coordenadora a madre Marta também era uma pessoa de muita iniciativa. Mandamos construir todo o mobiliário para a Escola Infantil como mesas, cadeiras, armários, secretárias, todo esse tipo de mobiliário adaptado à idade das crianças. Criamos uma casa completa pequenina em madeira em cada sala que foi um sucesso e que as crianças queriam todas ir para lá brincar. As crianças brincavam lá dentro, entravam pela porta, espreitavam pela janela. Chamávamos-lhe a casa da Boneca. Havia várias iniciativas. Houve uns trabalhos pedagógicos, que lá no João de Deus nos davam. Era por exemplo uma roda com um relógio, onde colocamos doze tampas de garrafas. Em baixo tinha o número romano e em cima tinha o número árabe. Quer dizer, para estas crianças não se adaptava o número romano. Houve trabalhos que mandamos fazer e depois compramos e fizemos e fomos equipando e construindo a Escola Infantil. As salas estavam todas muito bonitas. Começamos logo com 3 salas. Educadora só era eu. Nas outras salas estavam outras irmãs. Era eu que as coordenava. Mas elas, praticamente tinham mais experiência do que eu porque já tinham trabalhado nas nossas outras casas com crianças e algumas eram regentes, tinham dado aulas nas escolas primárias. Já tinham uma certa preparação para lidar com crianças. Foi depois fácil. Mandamos fazer um uniforme igual para todas as crianças. Foi interessante. Foi muito interessante. As salas estavam divididas por idades. Tínhamos uma sala dos cinco, outra dos quatro e outra dos três anos de idade. Funcionavam todas no andar de cima da Casa do Arco. Tivemos sempre uma lista de espera muito grande, também éramos os únicos na cidade. Mas mesmo quando abriram outras instituições com Jardins, nós continuamos com lista de espera para entrarem. Só houve ali um tempo que as crianças reduziram. Foi enquanto eu saí em 1979 e veio a outra Educadora a substituir-me no ano de 1981. Mas depois voltou logo a ter outra vez muitas crianças e listas de espera para entrarem.

E-Como foi a aceitação desta escola pelas pessoas da cidade?

I-Estou a dizer-lhe que mal surgiu a ideia, começaram imediatamente a vir aqui à porta a pedir informações e a fazerem as inscrições. Porque a inauguração da casa foi em outubro de 1956, mas nós viemos aqui para a casa em setembro. Mas abrimos para as crianças logo no dia 9 de outubro. Depois é que se fez a inauguração oficial no dia 5 de novembro. Foi inaugurada pelo Secretário de Estado. Tudo teve assim uma projeção social, porque o senhor Bispo é que conduzia tudo isso. Veio à inauguração toda a gente importante da cidade. Juntou-se aqui muita gente. Foi aqui no pátio desta casa onde funcionou a Escola Infantil onde se fez a inauguração e onde se fizeram os discursos. Nessa data já tínhamos todas as inscrições efetuadas. Já foram as crianças que cantaram no dia da inauguração. Pusemo-los ali nas escadas, e teve assim uma projeção bastante grande. Quer dizer os filhos, hoje não é bem aceite isso, mas é uma verdade, os filhos dos doutores vinham para aqui todos. Porque foi uma iniciativa genial. Mas nós nunca púnhamos restrições a nenhuma criança. Inscrevia-mos os que apareciam enquanto tivéssemos lugar. Depois tínhamos sempre crianças que pagavam pouco e outras que nada pagavam. Apenas as

crianças pobres almoçavam cá. Todas as outras iam almoçar a casa. Todas tinham bata. Veio para cá uma irmã costurar que tinha muito jeito e que fez todas as batas e chapéus para todas as crianças.

Não houve problemas de adaptação das crianças. As crianças entravam para aqui e tinham muitas coisas para fazerem. As crianças estavam divididas por salas, primeiro tínhamos só 3 salas. Não havia um número exato de crianças por sala, lá os dividíamos pelas idades. A porta estava sempre fechada por isso estavam aqui em segurança. Houve um ou outro que lhe custou a adaptar-se, mas foi por pouco tempo. Gostavam muito de cá estar. Porque nós, inicialmente, passava-mos quase todo o tempo em jogos, jogos de roda, canções, coisas assim que os cativasse e motivasse. Não tínhamos era um Parque infantil e faziamos muita falta. Foi uma pena não termos parque. Não os pusemos logo sentados a escrever. Nos primeiros anos as crianças que saíam para a escola Primária já sabiam ler, porque quem ficava numa sala com as com as crianças de cinco anos era uma professora nossa irmã que tinha sido regente e ensinava-os a ler. Não foi com a cartilha porque a regente nem sabia o que isso era. Eu estava mais com as crianças mais pequenas. Depois comecei a ter outras responsabilidades na casa e começaram a ficar outras três irmãs nas salas e eu só as orientava e passava por lá de vez em quando. Fazíamos muitos jogos, muitos cânticos, muitas histórias, pinturas a lápis, plasticinas, barro, muitos livros infantis, construíamos muitas coisas com muito material diferente e também construíamos livros de histórias inventadas.

O filho do Tozé, o Nando foi dos primeiros alunos, deixa-me ver se eu me recordo de mais. A irmã do Jorge Gomes, que era a mais velha, depois veio o irmão, o Virgílio, e depois é que veio o Jorge Gomes. Recordo uma Julieta Gama, um Cazão, o filho do senhor Cazão, eram duas filhas do presidente da Câmara que era o Adriano, eram as filhas do Director Escolar, Senhor Pires, que depois até no 25 de abril os Professores o sanearam. Lembro-me também dos filhos do Doutor Joca que era Médico. Não posso estar agora a recordar todos e não temos nenhuns dados escritos desse tempo.

Os pais participavam muito em tudo o que nós lhe pedíamos. Passamos a fazer festas anuais e as primeiras comunhões com aqueles maiores. Fazíamos sempre uma grande festa anual muito importante no dia 8 de Junho que era o dia do aniversário do senhor Bispo D. Abílio. Era sempre no salão grande do Paço. Fazíamos de tudo, desde danças, canções, teatros, poesias. Primeiro era só com as crianças da Escola Infantil, mas depois começamos a fazer com as meninas do Lar. Mas sei que, digamos. Foi uma iniciativa para a cidade, para os pais... Durante muitos anos foi o único Jardim-de-infância na cidade. Depois abriram mais Jardins como o do IOS de Val d' Álvaro, o da Misericórdia e o das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus. Foram acabando com o colégio das meninas e abriram o Jardim.

Mas depois tivemos que mudar e deixar a Casa do Arco porque não podíamos aceitar mais crianças. Tínhamos pedidos de todo o lado. Também tivemos que arranjar instalações para instalarmos a escola primárias que abrimos. Tivemos que arranjar uma casa para termos mais crianças. Foi em 1966, ali tínhamos mais espaço. Não tínhamos um número exato das crianças por sala. Dependia de muitas coisas. Também não eram todas as salas do mesmo tamanho. Mas tinham todas muitas crianças, eu sei lá quantas. Fomos para uma casa que alugamos perto do Castelo. Instalamos lá o Jardim Infantil e um colégio feminino para as alunas do Magistério. Não gostávamos muito de estar lá, apesar de ser grande não tinha tão boas condições. Era muito caro o aluguer e não estávamos perto da Casa do Arco. Lá nos mudamos outra vez. Andávamos sempre com a trouxa às costas, também essa foi sempre a nossa sina, a mudar-nos sempre de sítio, corremos o distrito e fora dele. Compramos a casa que estava em frente à Casa do Arco. Não podíamos perder a oportunidade. Mudamos para lá o Jardim-de-infância cuido que foi no ano de 1975, e ali ficamos até mudarmos em 1999 para onde estamos agora. Ali já pudemos abrir mais uma sala e ficamos com 4 salas. Eramos nós que fazíamos as mudanças todas e equipávamos tudo.

E-Até que ano foi Educadora de Infância?

I-Estive aqui como Educadora de Infância até 1979. Mas depois encarregaram-me da casa. E depois também tínhamos o lar para estudantes, dava muito trabalho tudo. E depois por fim já me dediquei mais às alunas internas do lar do que às crianças. Eu fui para a nossa casa de Macedo de Cavaleiros e fui depois a Madre Superiora, responsável pela Congregação toda. Veio para cá outra irmã com o Curso de Educadora de Infância que foi a irmã Elisabete. O Jardim-de-infância funcionou aqui nesta casa em frente até 1999, altura em que mudou para o Colégio de São João de Brito. Mudamos porque aqui o Ministério já não nos autorizava a funcionar mais porque não tínhamos recreio exterior. Disseram-nos que tinham muita pena mas que se continuássemos aqui tinham que nos fechar. Nós até tínhamos um terreno que a Câmara nos ofereceu, mas não gostamos muito dele. E estávamos à espera que a câmara nos oferecesse outro terreno. Mas o senhor Bispo optou por vender o colégio de São João de Brito e nós acabamos por o comprar porque precisávamos, e porque também nos dizia muito porque o colégio foi feito pelo senhor D. Abílio Vaz das Neves, que também foi outra sua iniciativa genial que fez com tanto empenho e dedicação. Foi o primeiro colégio na cidade. Primeiro funcionou na Costa Grande e depois ele mandou

fazer aquele edifício. Depois compramo-lo e fizemos as obras e adaptação e abrimos lá com Jardim-de-infância, Escola do 1º Ciclo e ATL, e mais recentemente voltamos a fazer obras e fizemos uma Creche.

Abrimos a Escola Infantil em 1956 e só depois por volta de 1960, 63 ou 64, ainda no tempo do senhor D. Abílio abrimos também escola Primária, com o 1º Ciclo. Nós tínhamos comunidades em Macedo, Mirandela, em Sendim, ainda estivemos em Carção. Em Carção estivemos pouco tempo porque a obra não era nossa, foi o senhor padre Amândio que nos pediu para ir para lá, e depois não dava condições nem para ter as crianças nem para nós estarmos. Toda a gente ficou com muita pena e nós também com muita pena de termos saído. Estivemos também em Pereira, em Freixo de Espada à Cinta. Estivemos no Hospital de Mogadouro, de Vinhais, de Vila Flor e de Alfândega, em Miranda do Douro no tempo da Barragem. Praticamente estivemos em todas as vilas do Distrito de Bragança. O Estado não apoiava nada. Nós não recebíamos nada do Estado. Vivíamos do que nos davam e do que os pais pagavam. Nós também não pagávamos ordenados porque eram quase só as irmãs que trabalhavam.

E-Ainda restam alguns documentos dessa época? Chegaram a fazer algum arquivo Histórico?

I-Aqui nesta casa perdeu-se muito do Historial na remodelação da casa e nas mudanças. As Irmãs tiveram que mudar daqui para a li e despejar tudo e perdeu-se tudo. Eu também nunca fui muito de guardar essas coisas.

E-Qual era o horário da Escola Infantil?

I-As crianças começavam a vir a partir das 8.30h. Nessa altura os pais quase começavam todos a trabalhar às 9 da manhã. Depois faziam o horário que mais lhe conviesse. As actividades começavam às 9.30h. Até às 9.30 brincavam, corriam e desciam as escadas, não tinham grandes espaços para brincar além das salas. Depois a meio da manhã tínhamos intervalo de trinta minutos aproximadamente. Depois a saída para almoço era sempre entre as 12:00 e as 12:30 conforme os horários dos pais. Depois começávamos outra vez às 14:00 até às 19:00. A escola fechava para férias sempre nas mesmas datas que as escolas primárias da cidade, no Natal, na Páscoa e no Verão. Era o mesmo horário. Era o horário oficial. Também não era preciso. Geralmente as mães não trabalhavam. Mas aqueles que precisavam podiam estar aqui até as 19 h.

E-Que modelos pedagógicos trabalhavam?

I- Eu procurei saber muitas coisas em Lisboa. Quando tirei o curso falava-se muito em Maria Montessori. E eu sempre procurei saber muitas coisas sobre a Maria Montessori. Gostava do seu método. Não gostava nada do método João de Deus. Até livros, adotamos muita coisa de Maria Montessori. João de Deus era uma pedagogia um bocado maçuda para as crianças. Eu não gostava. Era mais ensinar a ler e a escrever. Com Montessori era mais brincar, pinturas, desenhos tudo muito melhor para as crianças e elas gostavam muito mais. Começamos até a comprar livros e isso tudo da Maria Montessori. Nós queríamos a pedagogia de Maria Montessori. Nós adotamos muito mais da Maria Montessori. O João de Deus não dava muitas iniciativas nem as crianças nem aos alunos que formava. Era só ler aquilo tudo, era tudo muito esquematizado, ao passo que Montessori era com muita mais iniciativa. Ajudamos muitas crianças a serem felizes. Em Bragança não havia nada mesmo nada para crianças até irem para a escola Primária. Mas depois veio o senhor D. Abílio para Bispo de Bragança e Miranda. O senhor D. Abílio foi formado na Índia e vinha com a formação inglesa e francesa. Ele sabia o que a sociedade precisava e por onde começar que era pela educação as crianças desde o berço. Ele vinha com essa formação de lá, e então, quando chegou à Diocese não tinha catequistas nem tinha nada. Depois havia uma nossa fundadora e mais duas senhoras que já há muito tempo que queriam fundar uma Congregação. Então ele tomou logo a iniciativa e aproveitou a iniciativa e fundou logo a Congregação juntamente com elas. Elas tinham o desejo de abrirem uma Congregação e ele tinha o desejo de abrir escolas infantis e salas de catequese e para isso contava que as irmãs o ajudassem. Ele trabalhou muito, muito nas catequese. Nesse tempo diziam, temos um livro dele que dizia, que nesse tempo era a Diocese com mais actividade. Ele foi ordenado Bispo com 39 anos. E depois ainda foi Bispo lá em Coxim e depois é que o mandaram para cá. Ele na Educação, preocupava-se muito, muito com a Educação. Ele fundou, foi o da iniciativa dos colégios todos que existiam. Havia um em Miranda do Douro, outro em Mogadouro, outro em Vila Flor, o de cá, e de não sei quantos mais. Não sei se em Mirandela havia, parece-me que sim. E depois no de cá, é que investiu fortemente. Os grandes homens de cá passaram todos pelo colégio. Apostavam muito na educação ena formação cívica, tinha bons Professores. Foi um grande homem.

Tivemos sempre muitas crianças. Sempre até agora como ainda hoje temos. Apoiamos sempre os mais pobres. Algum até aqui dos Batocos, que os pais não os queriam trazer para a escola. Dávamos-lhe de comer. A escola estava mesmo no Centro. Tudo andava a pé, quase não havia carros. O meio de transporte mais utilizado era de animais de cavalos e burros. Tudo se transportava em Burros. Sei é que a Escola Infantil teve um grande impacto muito positivo na cidade. A nós causou-nos uma certa admiração. Depois a madre Superior – a irmã Marta, veio para cá um tempo e portanto, aquelas irmãs que via assim com mais possibilidades, com mais prática de trabalho nas creches ou por serem mais sensíveis trazia-as

para cá para ajudar. Nós tínhamos creches e Jardins-de-infância abertos em muito sítios. E ela visitava-os todos. Então normalmente até escolhia as melhores para virem para aqui para Bragança.

E-E como lhe pareciam as crianças?

I- As crianças eram muito educadas e respeitadoras. Dos Batocos lá aparecia um ou outro assim mal educado. Mas nesse tempo não havia crianças assim. Eram muito diferentes do que agora. Muito mais sossegadas, tranquilas e respeitadoras. Passavam aqui o tempo muito felizes.

As crianças traziam sempre o lanche de casa. Só dávamos aos pobres de comer.

Mas depois aquelas crianças que não podiam trazer lanche, nós dávamos-lhe de comer. Numa altura chegamos a dar de comer a 40 crianças. Depois a irmã que estava na despensa tinha que arranjar a comida. Os outros traziam todos lanche e iam almoçar a casa.

Foi uma obra bem lançada com alicerce do D. Abílio, bem lançada que deu frutos e continua a dar. Foi preciso rodear-se de boas pessoas à sua volta. As senhoras da ação Católica também nos ajudaram. Depois até nos pediram para lhe deixarmos instalar diziam provisoriamente uma sala de Creche aqui. Mas funcionou durante pouco tempo. Aquilo não deu em nada. Abriram em 1958 e estiveram abertos pouco tempo à volta de um ano. Nós não tínhamos nada a ver com aquilo. Elas lá montaram um quarto que lhe disponibilizámos, puseram lá umas caminhas e tinham lá alguns bebés. Mas eram poucos.

E- Receberam alunos do Curso de Educadores de Infância da escola do Magistério Primário para fazerem estágio?

I-Sim recebemos estagiários do Magistério mas eu já não era a Educadora. Nesse tempo era madre superiora. Também recebemos sempre alunos da Escola Superior de Educação até hoje. Nunca deixámos de o fazer, alguns passavam por lá pouco tempo e outros estavam o ano todo, aqueles que faziam o estágio final. Também chegámos a receber da enfermagem.

- E- Pronto, vamos então terminar a entrevista. Muito obrigada senhora Educadora Irmã Lúcia Lopes, foi um prazer conversar consigo e partilhar comigo as suas lembranças sobre a sua vida e o Jardim-de-infância de Santa Clara.

Anexo III - Entrevista Educadora 2 - Centro de Educação Especial e Jardim-de-infância do Hospital.

E- Entrevistador

A-Educadora Entrevistada

Data da Entrevista: 12/08/2011

Nome da Educadora: Ana Maria Martins Prada Rodrigues

Data de Nascimento: 15-12-1951 (Bragança)

(Perguntar se coloco igual em todas as entrevistas)

E- Anita, o objetivo desta entrevista é no âmbito do meu trabalho de doutoramento em Historia da Educação de Infância aqui em Bragança, desde o período de 1934 a 1986. Durante esse período como foi uma das pessoas que trabalhaste em Educação de Infância aqui em Bragança, vamos ter aqui uma conversa informal.

E- Viveu e estudou sempre em Bragança?

A- Fiz aqui sempre a minha escolaridade, o ciclo, a parte liceal, o 5º ano antigo e depois fui para Lisboa tirar o curso.

E- Porque escolheu ir tirar o curso a Lisboa?

A- Eu primeiro concorri e entrei para o Curso de Professora Primária do Magistério de Bragança para fazer a vontade aos meus pais.

E- E chegou a ir para o Magistério?

A- Não quis ir. Fiz a admissão, sem explicações. Toda agente andava nas explicações...mas eu não quis. Eu dizia aos meus pais que não queria ir para o Magistério que eu queria era ser Educadora de Infância. Queria ir para as Belas Artes, mas para as Belas Artes os meus pais não deixavam, porque achavam que era um curso desaconselhável para meninas, que não era decente. Os meus primos mais velhos diziam mesmo “Elas lá até fumam...a garota não pode ir para esse curso”. Então disse, “para professora não vou porque não quero”. Mas fui fazer admissão e fiquei bem. Só que naquela altura não fui para lá. Então depois credenciei-me, como era, para Educadora de Infância. Ainda só havia em Lisboa, havia a João de Deus e havia a Paulo VI.

E- Para que escola foi?

A- Fui para a Escola Paulo VI. Inscrevi-me. Era semi-privado. Tinha a tutela das Doroteias. Eu ainda era menor, só tinha 17 anos.

E- Em que ano foi?

A- Fui em 1969 e acabei em 1972. Foi 3 anos de curso.

E- Em que zona estava localizada? Tinhas boas instalações?

A- Era no Campo Grande. Tinhas boas instalações e bons Professores. Fiquei a residir num lar das Doroteias em Odivelas. Eram freiras, mas muito arejadas. Passava lá o dia. Tínhamos transporte para nos levar às Doroteias. Tinham os lares divididos para os estudantes universitários e nós estávamos nesse. Tinha também o curso de assistente social...

E- O seu curso era de Educadora de Infância?

A- Sim. Havia de Educadora de Infância, de Assistente Social e havia de Auxiliar Social. Escolhi o de Educadora. O curso foram os meus pais que o pagaram. Mas só me pagaram o 1º ano, porque depois no 2º ano ganhei uma bolsa de estudo, por ter tido boas notas.

E- Porque é que optou por ir para essa escola e não para a João de Deus?

A- Sinceramente, talvez por ser um bocado nova, atraiu-me mais a parte do currículo da Paulo VI.

E- Lembresse de alguma coisa da estrutura do curso naquela altura, como era o currículo?

A- Lembro-me dos testes psicotécnicos que tínhamos que fazer. No João de Deus não se faziam psicotécnicos, bastava inscrever-se. Era difícil entrar na Paula VI. Eu sei que nós fizemos exames. Houve candidaturas e de cento e tal concorrentes ficámos 22 no primeiro ano. A maioria reprovou nos psicotécnicos. A seleção era feita à base dos psicotécnicos. A turma começou com 22 alunas e acabámos 15. As outras ficaram pelo caminho. Fiz tudo seguido. Estive condicional dois anos. Tive que levar uma carta abonatória por ser menor do Bispo de Bragança, do reitor do liceu e dos meus pais. Mas não chegou só dos pais, teve de ser também das outras entidades.

E- Lembresse do curso? Como é que foi, o 1º ano, 2º ano, 3º ano, teórico, estágio?

A- Lembro-me que no 1º ano era só teórico, o 2º ano era teórico com algumas aulas de observação, Não tínhamos intervenção. No 3º ano então já tínhamos estágio. Teórico, mas com estágio acompanhado. No 3º ano eram três dias de estágio intensivo, os outros dois dias eram de teórica e depois tínhamos reuniões de planificações e essas coisas todas. Era bastante exaustivo.

E- Em que locais fez o estágio? Em vários ou só num?

A- Estagiei em dois no 3º ano, estagiei no Colégio Moderno do Dr. Mário Soares, ali no Campo Grande e depois estagiei noutra realidade completamente oposta, ali no Bairro Alto. Num Jardim-de-infância, com uma realidade social complicada. Era totalmente diferente. Fui do “80 para o 8”, mas a experiência foi muito gratificante. No curso trabalhávamos muito a Maria Montessori, Fröebel mas nada de João de Deus. João de Deus, lá estava “na sua casinha, no seu canto”, método próprio no seu canto e todos os outros à parte. Era um gueto. Depois concluí o curso e vim para Bragança. Cá nem conheciam o curso, até diziam “então valeu a pena ir estudar para Lisboa para aturar tontinhos?”.

E- Lembra-se quando chegou a Bragança, quais eram as instituições que funcionavam com Jardim-de-infância?

A- Havia os jardins das freiras de Santa Clara, do Sagrado Coração de Jesus e havia o IOS.

E- Quando chegou a Bragança para onde foi trabalhar?

A- Já, tinha sido convidada para trabalhar. Durante o curso, convidaram-me logo para o Centro de Educação Especial (CEE). Era uma instituição para crianças e jovens com deficiências. Fui logo trabalhar para o CEE. Já funcionava desde 1965 ali nas instalações antigas, ao pé do Governo civil e eu fui para as instalações novas. Eu já ajudei a montar lá em baixo no CEE uma sala de Jardim-de-infância para as crianças de 5, 6, e 7 anos de idade, que nós chamávamos as classes sensoriais e classe pré-Primária. No 1º ano como era a única Educadora só funcionou um grupo. Mas nos anos seguintes vieram mais duas Educadoras de Infância e já funcionavam mais duas salas de classes sensoriais. Fui logo trabalhar como Educadora dessas crianças. Ali só aceitavam crianças com 5 anos de idade até aos 17/18 anos. Antes dessa idade não os aceitavam. Essas crianças de 5,6, e 7 anos não iam para a escola Primária com essas idades. As capacidades deles nem davam...havia escola Primária, mas essas crianças com idade cronológica de 5/6/7 anos, a idade mental não acompanhava. Iam depois de passarem por estas classes. Portanto nós tínhamos as classes sensoriais, para os caso mais complicados e as classes pré-Primária equivalente ao pré-escolar para as restantes. Só eram dadas por Educadoras. A primeira Educadora fui eu, e só aceitaram um grupinho de 6 crianças (que nós nunca tínhamos mais de 5/6 crianças) e esse grupo de 6 meninos foi atribuído a mim essa classe. No ano a seguir vieram mais duas que ficaram cada uma em sua sala com uma classe sensorial mas em outras alas do edifício. Não tínhamos as salas todas juntas.

Comecei a trabalhar no C.E.E em 1972. Só abrimos em novembro, no dia 3 de novembro. Entrei primeiro, entramos dia 1 de outubro (oficialmente), ajudei já na decoração, na preparação das coisas, mas a funcionarmos com alunos, só comecei a 3 de novembro no dia da inauguração oficial do CEE

E- Até que ano trabalhou no CEE?

A-Trabalhei no CEE durante 25 anos, precisamente até 1996. No CEE trabalhava todos os dias das 13:30 às 18:00. As crianças como eram todas internas tirando um caso ou outro, estavam o dia todo. Quando cheguei a sala onde fui trabalhar já estava toda mobilada e preparada para receber as crianças. Já estava tudo mobilado com cadeiras, mesas e estantes. Mas fizemos algumas alterações na organização da sala. Facultaram-nos sempre tudo. Comprámos aquilo que quisemos e adaptámos a sala, porque os miúdos apesar de 5/6/7 anos, tinham necessidade de mobiliário, de material para a motricidade, jogos educativos e ludo didáticos e tudo mais. Não tive qualquer dificuldade nesse campo. Havia dinheiro para tudo. Não havia dificuldade em comprar material. Eu fui ao Porto com uma colega e compramos muito material para decoração. Depois as Editoras Porto e Asa vieram ao CEE fazer uma exposição de material e nós compramos também o que precisámos: legos, plasticinas, dominós, tintas, lápis de cor, lápis de cera, folhas, pinceis, material de motricidade, bolas, arcos, colchões, diferentes livros de histórias, brinquedos, puzzles, diferentes jogos de encaixe, jogos de enfiamentos, blocos lógicos. Todo o material que achávamos importante. No ano a seguir equipamos as outras duas salas da mesma forma. Aquelas crianças precisavam de tanta coisa para as ajudar e estimular.

As atividades que fazíamos com elas eram essencialmente de orientação espacial, estimulação, conhecimento do corpo humano e de objetos, trabalhar a sua autonomia, atividades de vida diária simples e básicas. Coisas muito simples e rudimentares eram o que fazíamos as Educadoras no tempo que estávamos com eles. Também precisavam de muito carinho porque eram muito carentes. Precisavam muito de afetos. Eu trabalhei sempre só no horário de tarde, mas as outras Educadoras dependia. No resto do tempo que não estavam com as Educadoras as crianças tinham outras atividades orientadas por outros Professores e técnicos. Tinham atividades de música, de Educação Física, de psicomotricidade, trabalhos manuais, passeios, etc. Havia crianças com todo o tipo de deficiências, mas ainda havia os graves problemas comportamentais. Recebíamos ali crianças que eram completamente selvagens e sem nenhuma regras de convívio social. Muitas dessas crianças estavam completamente isoladas das pessoas nas suas famílias até aos 5 anos, que era quando podiam vir para ao pé de nós.

E- Como trabalhava no CEE com crianças e jovens até aos 18 anos chegou a trabalhar com crianças mais idade e jovens ou até mais tarde com adultos?

A- Não, nunca trabalhei com crianças mais velhas jovens ou adultos. Trabalhei sempre com crianças. Quando chegaram à fase de começarem a dizer que aquilo ia passar para adultos, eu então disse “vou-me embora”. A criança mais velha que tive tinha 9 anos de idade. Os mais pequenitos eram muito importantes para mim, porque eu dizia “foi para isto que me preparei, é nisto que eu quero investir”. E sei que era onde fazia um melhor trabalho.

Saí de lá em 1996, altura em que tirei o Curso de Educação Especial no Porto. Depois passou a receber adultos e eu não gostava nem estava preparada para esse trabalho. Por isso resolvi sair. A minha vocação não é essa, então concorri para para o Ministério da Educação e fui colocada para os lados de Moncorvo, tinha 45 anos de idade. Fui bem-sucedida, porque foi burocraticamente, e fiquei a trabalhar no Jardim-de-infância nº. 1 da Estação onde me exonerei.

Mas de 1971 a 1 de abril de 1973 trabalhei só no CEE. Quando abriu o novo Hospital de Bragança em 1 de Abril de 1973 que começou a funcionar com uma comissão instaladora, foi quando eu comecei a trabalhar durante a manhã na Creche do Hospital. A comissão instaladora eram pessoas minhas amigas, que me conheciam de garota, e ficaram satisfeitas por eu ser Educadora porque eu sou “filha da terra”. Então disseram-me se eu tinha tempo livre, porque seria uma boa ideia, dar uma resposta aos filhos dos funcionários do hospital. Eu como no centro só trabalhava de tarde, porque os horários eram no desdobramento, disse que tinha que pedir autorização. Tinha as manhãs livres e se tinha a autorização do meu superior hierárquico, que podia e achava que era um desafio. Até pedimos autorização superiormente e sim senhor tudo bem. Mas a Comissão Instaladora do Hospital já tinha pensado construir um centro Infantil novo com Creche e Jardim-de-infância. Mas enquanto não se construísse tínhamos que dar respostas às necessidades de tanta família com filhos pequenos. Iniciou-se o processo para a construção de um centro Infantil para Creche e Jardim-de-infância. Foi o Jardim-de-infância da Coxa que abriu mais tarde. Era para ser do Hospital mas depois ficou para a Segurança Social. Que seria de 50% para atender crianças dos filhos dos funcionários do hospital e outros 50% para as restantes pessoas da comunidade. Assim foi. Eu fui como a “mãe” do projeto de construção do JI da Coxa. Porque o arquiteto que não era de cá de bragança, sempre que estava a correr a obra eu ia lá imensas vezes. Ele chamava-me porque às vezes havia aspetos que eles fazem, mas depois na prática aquilo não tem muita razão de ser. Dei sempre ajudas, aliás até fiquei com a planta. Portanto acabei por apadrinhar aquela construção. Iniciou-se o processo da construção do novo edifício, e enquanto não se iniciou a construção estávamos nós ali no bairro da Providência à espera que abrisse. Mas quando abriu já não foi para nós. Foi para o JI do Centro Regional que funcionava em Vale d Álvaro numa casa e depois mudaram-se para o edifício novo em 1986.

Então decidimos primeiro em recebermos só as crianças mais pequeninas na Creche e no ano seguinte os mais crescidos já em idade de Jardim-de-infância. O hospital era muito grande e tinha muitas dependências livres, por isso, a comissão instaladora decidiu que a Creche funcionaria no 4º piso do hospital. Ora o hospital abriu em Abril de 1973 e em julho tínhamos o JI a funcionar no 4º piso do hospital por cima de onde é hoje a obstetrícia e abrimos depois de mobilarmos e prepararmos uma sala para as crianças, e mais duas para os bebés. Ficou muito bem. Eram salas boas. Como não havia Educadores de Infância, resolvemos e fiz uma ação de sensibilização e uma formação específica de 3 meses a um grupo de quatro pessoas que faziam parte integrante do Hospital, sendo eu a formadora. Em julho já tínhamos tudo equipado. Compramos todo o material e equipamos como o que precisámos. Começamos a receber as crianças filhas dos funcionários do hospital. Os pais trabalhavam no edifício em baixo e nós estávamos lá no cimo. Estavam duas salas equipadas com camas para os bebés e uma pequena sala que era onde estávamos com as crianças a fazer as brincadeiras e atividades. Tínhamos aquela varanda enorme que ainda tem hoje que era o nosso recreio. Pusemos uma rede por cima das grades para não haver perigo. Começámos com 12 crianças de Creche e durante aqueles anos que lá funcionou as crianças faziam diversos trabalhos. Eu só estava lá de manhã, fazíamos muitas atividades com as crianças. Com os bebés preocupávamo-nos com a estimulação sensorial, com o desenvolvimento da linguagem, darem os primeiros passos. Fazíamos o que era adequado a cada idade e a cada criança. Depois, deixava orientação e as indicações para as atividades para o pessoal para o dia todo.. Ainda estive sozinha com auxiliares e uma enfermeira. E pronto, deixava com as auxiliares que decidiram fazer um horário com os horários dos funcionários (das 8h às 19h). Almoçavam lá, a comida era feita no hospital. Portanto era o hospital que fornecia as refeições. As ementas eram feitas com a ajuda da pediatra do Hospital. Nessa altura ainda consegui uma auxiliar de educação que era a Estela que veio em 1976. Trabalhava o horário completo o dia todo e era uma pessoa de muita confiança, muito dedicada e muito profissional. Mais tarde é que tirou o curso de Educadora. A Estela, continuou sempre a trabalhar no Hospital, depois mudou para

a previdência e ainda chegou a ir um tempo para a o JI novo. Depois vltou para a pediatria do hospital. Como era do quadro do Hospital foi trabalhar para apoiar as crianças da pediatria do Hospital. Depois criaram um lugar de quadro de Educadora e esteve lá até se reformar, altura em que o lugar foi extinto. A Estela fazia falta na Pediatria. Fazia falta uma pessoa que desse vida às crianças que passam ali às vezes tanto tempo. Estão ali assim à espera que o tempo passe.

E- Lembrasse dos horários de funcionamento, das atividades que se realizavam com as crianças. O que trabalhavam?

- Seguíamos-nos um pouco na linha da Maria Montessori. Procurávamos sempre ajudar ao máximo a desenvolver a autonomia das crianças e a desenvolverem todas as capacidades. Recusávamo-nos a ser só um armazém de crianças. Eu lá dava as indicações ao pessoal. Dizia-lhe o tipo de atividades que deviam realizar nos períodos de tarde que eu nunca estava. Durante as manhãs as crianças eram recebidas e depois havia sempre pequenas atividades sensoriais para as crianças da Creche e atividades mais elaboradas para as crianças maiores. Tínhamos um bom ambiente com canções, jogos, brincadeiras. Tínhamos sempre muito material. Procurávamos fazer atividades que despertassem a curiosidade das crianças e onde elas tivessem que descobrir a fazer e a construir coisas. Muito recorte, pintura, colagens, teatros, construções. Os grandes faziam e os pequeninos assistiam. Fazíamos um pouco de tudo. Depois quando se mudou para os apartamentos da previdência já havia mais espaço. Eram 3 apartamentos, já era melhor. Mas eu ali já pouco colaborei. Porque tinha aquelas coisas, organizei, abri, mobilei, sugeri, fiz os projectos, alimentação das crianças, ver das vacinas, ver as enfermeiras, ver as classificações, sugerir atividades, formas de atuar. Pode-se dizer que fui eu que formei o pessoal em questões de Educação de Infância. Eles fizeram um bom estágio comigo. Os outros pegavam nas minhas orientações e executavam de tarde. Nem era capaz de estar calada nem quieta. Mas tinha as áreas muito bem organizadas por cantinhos.

E- Começaram só com Creche?

A- Sim. Começámos por receber primeiro os bebés e depois começamos a receber os de maior idade de Jardim-de-infância.

A-E então já tinham estabelecido um protocolo ali no bairro da previdência, e tinham ficado com um prédio com vários apartamentos para ficarem a residir ali as enfermeiras. Para as enfermeiras, como vem muito pessoal de fora, para as casas. Então, eu disse-lhe “reservem nesse prédio dois apartamentos e provisoriamente instalamos ali a Creche” enquanto não se constrói o Jardim novo.. Fomos ver as casinhas, e provisoriamente as duas casas davam para Creche. Casas do rés-do-chão. Fui lá e escolhemos, a comissão aceitou. E mudou-se para lá. No hospital já não tínhamos condições para estar. Tínhamos já muitas crianças.

E- Quando mudaram para o Bairro da Previdência?

A Estivemos, durante uns anos no Hospital. Não sei bem, lá para 1978 ou 1979. Mudamos porque as pessoas começaram a ter problemas com os mais crescidinhos pois não tinham onde os deixar então começámos a receber crianças de idades de JI e já não havia espaço para tanta criança E cada vez havia mais crianças para entrarem. Também o JI se falava em construir ainda não tinha começado as obras. Fizemos então a mudança para as casas da previdência. A Creche funcionava no apartamento de cima e em outro em baixo e o jardim em outro também em baixo. Só precisamos de mobilar e colocar o material necessário quer para a Creche quer para o Jardim-de-infância. Na Creche tínhamos colchões, almofadas, muitos brinquedos, berços e caminhas pequenas, cadeiras e mesas individuais, armários de arrumações, mesas para mudar as fraldas e tudo o que era preciso para funcionar sem lhe deixarmos faltar nada. O Jardim-de-infância também foi equipado com todo o material desde mobiliário a material adequado.

A- Não nos deixavam fazer qualquer alteração às casas, isso era uma coisa que não nos deixaram. E também como era temporário os pais concordaram. Eu fiz uma reunião com os pais e comissão instaladora, viram as condições que tinham.

E- Quantas crianças eram? Começou com quantas crianças?

A- Tínhamos muitas crianças, dependia, o nº. foi sempre aumentando. Tínhamos os dois apartamentos ocupados com Creche e o outro com JI. A Estela trabalhava no JI junto com uma enfermeira, e mais uma enfermeira a meio tempo, porque não tinha mais pessoal técnico, e pessoal auxiliar

E- E em termos de equipamento?

A- Eu sugeria e pedia o que precisava. Entregava-se a lista ao Hospital de tudo o que se precisa-se e davam sempre tudo. Já havia coisas interessantes para as creches e Jardins-de-infância como os catálogos da Foco que traziam de tudo. Montaram-se os cantinhos e o mobiliário para a Creche e para o JI. Normalmente era tudo pedido por catálogo e vinham entregar e montar sempre tudo. O hospital confiava sempre em tudo o que eu lhe pedia. Não puserem obstáculo nenhum. As salas foram todas

pintadas pelo pessoal do hospital e pelos próprios pais das crianças. Os pais sempre colaboram e ajudaram muito em todos os aspetos.

E- Tinha algum parque exterior?

A- Não tinha, era uma lacuna. Pronto, havia a rua, tínhamos que nos sujeitar com a rua. Mas não era perigoso, porque ali também eram só os habitantes e poucos carros circulavam.

E- Esteve ali durante quanto tempo a colaborar com o Hospital?

A- A colaborar com eles estive 6 anos. De 1973 a 1979. Mas tive problemas familiares, fiquei grávida, tive problemas com a gravidez, nasceu o meu filho em 1978 e tive que dar apoio à família. Não pude continuar. Depois fiquei só no Centro de Educação Especial. A Estela já tirou o curso de Educadora, depois de eu ter saído. Depois eu saí e ficou a Estela a coordenar. Mas eu nunca deixei de lá passar.

E- E as mensalidades das crianças? Pagavam? Havia já mensalidades elevadas?

A- Não, inicialmente não pagavam. Mas depois, como o n.º de crianças aumentou, isso já pesava no orçamento hospitalar. E depois havia algumas crianças, em que eram as mães ou os pais que trabalhavam no hospital. Havia crianças em que os pais eram os pais eram do CTT e tinham direito a uma verba (a tal percentagem), depois outros eram de outros organismos.

E- Então inicialmente eram para os funcionários do hospital, deixou de o ser?

A- Foi sempre só para os filhos de funcionários do hospital. Um dos elementos do casal tinha que trabalhar no hospital e depois o outro era de outro organismo e eles diziam muitas vezes “mas nos podemos pagar, porque o meu marido tem direito a tanto” (por exemplo os CTT). E então depois começava a ser um peso para o hospital pagar, porque as farinhas eram caras os miúdos “eram caros”. E então reunimos e estipulou-se uma mensalidade. Os que tinham pago por outro organismo, era o organismo que lhe pagava, outros, começaram a pagar eles e achavam muito bem. Fez-se uma reunião de pais e até foi estipulado por todos, foi um consenso e eles acharam bem.

E- Pronto, vamos então terminar a entrevista. Muito obrigada senhora Educadora Anita Prada, foi um prazer receber os seus dados.

Anexo IV - Entrevista Educadora 3 - Jardim-de-infância do Instituto das Obras Sociais.

Entrevista à Educadora Teresa Martins do IOS realizada dia 8 de setembro de 2011.

L-Entrevistador

T-Educadora

Educadora de Infância Maria Teresa Martins, nascida a 5 de setembro de 1951, natural de Bragança, depois de concluído o 5º ano antigo ativo foi para Lisboa tirar o Curso de Educadora De crianças institucionalizadas. Iniciei as minhas funções de Educadora de Infância em Abril de 1975.

Estamos na 2ª tentativa de gravação da entrevista, uma vez que na gravação anterior, um problema técnico impediu que a mesma se efetivasse. Resumindo o que disse nessa parte foi:

Começou a trabalhar no IOS em 1975 depois de tirar o Curso de Educadora das instituições de crianças institucionalizadas, em Lisboa. O curso teve a duração de 2 anos. Como o curso não era de Educadora de Infância foi a Lisboa passado um ano a fazer mais um curso de 3 meses porque ela trabalhava em Jardim-de-infância. Aquelas Educadoras colegas dela que tinham tirado o mesmo curso mas que não trabalhavam num Jardim-de-infância tiveram que fazer um curso de 6 meses. Quando chegou ao IOS, este já funcionava há 5 anos com a Dr.ª. Hermínia que era a diretora e com mais duas auxiliares, aproximadamente com 30 crianças com idades de 3 a seis anos. Foi nesta data que começou a exercer como Educadora de Infância, com as crianças, com os pais, com a escola, com a comunidade.

L- Quando chegou ao IOS, que lhe pareceu a relação do Jardim-de-infância com os pais?

T- Quando estive em Lisboa a tirar aquele curso de 3 meses, os Jardins-de-infância que observei, pareceram-me com uma relação diferente com os pais. Sentia que no IOS havia uma relação demais proximidade com os pais, no que pude observar no trabalho que desenvolvi durante um ano no Jardim do IOS. Senti que a relação com os pais era muito mais aberta em Bragança que em Lisboa. Em Lisboa o relacionamento era muito mais fechado.

L- Como encontrou o JI do IOS em termos de material e comparando com Lisboa?

T- O mesmo. Era o mesmo porque pertencíamos ao mesmo organismo o material era excelente, o espaço da sala era igual ao de Bragança porque era uma casa de habitação adaptada a JI na Praça de Espanha-Chama-se o JI O Roseiral. Estava muito bem equipado com material. Aqui em Bragança também estava muito bem equipado. Aqui em Bragança adaptei as salas mas não o material, porque este era muito bom e variado para todas as idades. Os serviços funcionavam muito bem a nível pedagógico. Havia Educadoras de Infância das Obras Sociais e mais tarde do Centro Regional que se deslocavam aos Jardins, para fiscalizar e para os apetrechar e davam sempre orientações às Educadoras. A diretora era uma pessoa muito bem preparada e muito bem formada e muito sensibilizada para as questões de educação das crianças. Ela tinha um bom relacionamento e desenvolvia bem o trabalho com a comunidade e com os pais. Ela ia frequentemente a Lisboa onde frequentou várias ações de formação e visitou outros Jardins-de-infância. Preocupou-se em saber o que estava a fazer.

Fui a única Educadora durante um ano. A seguir a mim veio a Educadora Isaura em 1976. A Alexandrina veio muito mais tarde em 1980 e já não fez parte deste processo de abertura inicial. Já veio com o Jardim-de-infância a funcionar com linhas orientadoras atuais. Para chegarmos aí tivemos que fazer uma grande adaptação, porque a diretora, embora lhe custasse vê-las fazer, nunca se opôs às modificações. As salas estavam bem mobiladas com muito material adequado e já estava tudo adaptado. Houve alguns aspetos que na altura eu não gostava muito e procurei alterar: A casa estava decorada por um decorador profissional. Os armários muito bonitos, muito fechadinhos, com as portas em castanho, tudo cheio de material pedagógico, alinhadinho, bonitinho, novinho. As crianças não iam buscar os jogos que queriam. Eram as ajudantes de Creche que iam ao armário buscar os jogos e os distribuíam pelas crianças. Depois de acabarem o jogo a ajudante de Creche arrumava os jogos, inclusive as peças que tinham caído. Eram os adultos que arrumavam e punham novamente no lugar nos armários fechados à chave novamente. Foi um grande trabalho que tivemos de fazer junto da diretora. Mas nós como não tínhamos autorização para os substituir, podíamos pelo menos tirar as portas para as crianças terem acesso livre ao material e poderem escolher o que entendessem. Porque elas não escolhiam. Os jogos eram-lhe impostos. Mas de facto era um crime tirar as portas àqueles armários tão bonitos. Foram batalhas interessantes, assim como arrumar os jogos. A diretora não concebia que fossem as crianças a arrumarem os jogos e a apanharem as peças do chão. Eram as auxiliares que o faziam. As crianças acabavam a atividade e iam para outra atividade e o adulto que estava com elas é que ficava a arrumar os jogos. A adaptação das crianças no

início do ano também foi outra batalha que tivemos com a diretora. Insistia em que não entrassem todas as crianças ao mesmo tempo, mas por fases para desta forma podermos fazer-lhe uma boa integração.

Foram trabalhos interessantes mas que valeu a pena. Dava gosto ver os resultados desses trabalhos. É de realçar o muito trabalho que na altura que fizemos com os pais. Nós interagíamos com os pais, ou melhor eles com o JI, ou seja desde piqueniques que fazíamos com frequência, festas que fazíamos e os pais participavam. Desde os avós que iam lá ensinar-nos, na altura ainda nem se falava nosso, como agora se usa, a fazer marmelada, e este tipo de atividades e que nós na altura já as fazíamos. Inclusive na comunidade, participação na feira das cantarinhas. Uma vez chamamos aquela senhora de Pinela que faz as cantarinhas de forma tradicional e fomos para a feira das cantarinhas com ela, para as pessoas verem como se trabalhava o barro, mas foi integrada numa atividade do Jardim-de-infância

L- Esteve sozinha durante quanto tempo?

T- Estive pouco tempo mais ou menos durante 1 ano. Nesse tempo trabalhava com as auxiliares, orientava-as e as crianças iam sendo distribuídas pelas outras salas à medida que iam crescendo e aí contrataram a outra Educadora, a Isaura e depois estiveram bastante tempo sozinhas depois mais tarde veio a Alexandrina em 1980.

L- Só tinham duas salas?

T- Não, não eram 2 salas eram 3 salas, que funcionavam em 2 pisos. Estávamos cada uma em sua sala. Uma sala funcionava no 1º andar ou rés-do-chão. Havia também outra sala enorme que era o salão que era multifunções de aproximadamente 50m² de áreas e dava para fazer ali de tudo. Havia um em cima e outro em baixo. Era muito bom para o recreio interno quer quando estava muito frio e chuva ou muito calor na rua. No rés-do-chão havia ainda outra sala digamos, onde funcionava um subgrupo que era outra parte da casa. Dividia-se aquele grupo em 2, um ficava com a Educadora e outro ficava com uma ajudante, era um grupo com as idades maiores. Portanto, na parte de baixo ficavam duas salas com as crianças de 3 anos. o grupo de 3 anos era dividido em dois, um com as crianças mais pequenas que era eu que ficava com ele e outro com as crianças maiores que ficavam com uma ajudante. Em cima ficavam as crianças de 4 e 5 anos de idade em duas salas diferentes entregues a uma Educadora a Isaura e outro a uma ajudante. Cada sala das pequenas deveria ter 20 a 30m² de áreas. Mas não eram todas iguais. Havia umas maiores que outras.

L- Com que grupo estava?

T- Estive nos 2, era um sistema de rotatividade, depois veio a Alexandrina e já ficou cada Educadora em sua sala. E eu fiquei a coordenar

L- Quando começou faziam um projeto anual?

T- Não era bem um projeto anual nos tínhamos objetivos gerais e objetivos específicos, era assim que trabalhávamos na altura, mais tarde é que se passou para projetos pedagógicos, mesmo ao nível de avaliação individual da criança na altura não se fazia, era uma avaliação global, não era uma avaliação específica. O grupo dos 3 anos atingiu os objetivos, só realçávamos aquilo que não se tinha atingido, não se falava das competências individualmente mas sim de uma forma global. O grupo de 3 anos atingiu estes e aqueles objetivos, exceto se foram despistadas algumas deficiências, alguns atrasos de linguagem, era mais geral não era tão individual como agora.

L- Falavam muito em planificações?

T- Planificava-se a semana conforme as temáticas, mas planificávamos com eles conforme aquilo que eles gostavam de fazer até há passagens muito interessantes, porque nos fazíamos mapa de presenças, mapa do tempo, quadros de aniversário, nada como agora que são mais bonitinhos, as saídas também estavam programadas era um dia de saída e nos de manhã fazíamos a programação específica daquele dia, houve um dia que uma menina me disse -eu não quero ir passear. Eu disse-lhe mas o grupo decidiu ir passear e está um dia tão bonito, mas eu não quero ir, estive ali tempos infinitos com a menina mas não consegui. Viemos para baixo e a menina ficou sozinha na sala. Disse à auxiliar a Fernandinha para ir lá em cima falar com a miúda porque eu não tinha conseguido convence-la a vir connosco. Passado 2 segundos já estava lá em baixo ela com a menina, perguntei-lhe como tinha conseguido e ela respondeu-me muito simples cheguei lá em cima e disse-lhe estamos todos lá em baixo à espera da menina faz- favor de descer para nos acompanhar, aprende-se muito porque de facto o interesse da menina não se podia sobrepor ao interesse do grupo. Também acho muito importante, na altura que eu entrei e às vezes as auxiliares comentavam isso era a atuação diferenciada com as crianças, mas depois eu explicava-lhes isso e dizia os meninos são todos iguais, temos que tratar todos por igual só que por termos que os tratar todos por igual, cada um é diferente e temos que respeitar a individualidade de cada um, demorei muito tempo para que elas entendessem que por ex: a uma criança tímida não se lhe podia dar um berro, ao mesmo tempo que a uma criança desinibida já podia.

L- Ainda se lembra do nome das auxiliares que trabalhavam no J.I.?

T- Sim, Fernanda Silva, Fernanda Marfão, Antónia e a Arminda, transitaram para o jardim novo só a Fernanda Marfão e a Antonia. A Arminda foram para o Porto.

L- Ainda se lembra em que ano mudaram para a coxa ? Deve ter sido um processo complicado?

T- Já não me lembra muito bem, peno que no ano de 1987, foi na altura do drº Pimentel, foi um processo muito complicado porque era um período muito difícil na altura aquele edifício demorou muitos anos a construir, desde irem para lá sem abrigos a dormir, ou seja teve que se reparar muitas vezes antes de nos irmos para lá. Havia um protocolo com o Hospital porque aquilo era para ser jardim do Hospital inicialmente, porque no hospital funcionava um Jardim sem condições nenhuma, foi um período difícil que o pais estavam a atravessar na altura, não havia pessoal para trabalhar foi quando entrou a “troika” em Portugal. Lembro-me que o Dr. Pimentel deu-nos ordem, quanto a meu ver mal dada, durante este fim-de-semana quero tudo lá em cima, mas não mandou carros, não mandou pessoal não mandou nada tivemos nós que fazer a mudança nos nossos carros só levamos o mobiliário.

L- E a documentação ficou tudo lá?

T- A documentação, foi uma “tragédia” porque havia um arquivo mas depois ficou lá assim como algum equipamento a espera que os carros do Centro Regional os fossem buscar, mas acabaram por nunca ir mais tarde venderam a casa e o material que ficou lá deve ter ido todo para o lixo, foi uma pena porque havia lá registos e dados muito importantes.

L – Na altura quando estavam no IOS na casa tinham contactos com o magistério, com a biblioteca infantil do magistério ou nunca fizeram nada dessas coisas?

T- Íamos muito para a Junta de Freguesia que tinha, uma espécie de biblioteca que funcionava no Jardim, mas já não me consigo lembrar muito bem.

L – Hoje estive a consultar no arquivo regional os documentos do magistério, e nos documentos do magistério aparece que no ano de 1986 as crianças do IOS iam semanalmente a biblioteca, Ludoteca do magistério, que era no São João de Brito vocês iam lá?

T – Sim, íamos ao magistério a assistir a peças de teatro, íamos a pé, assim como no Carnaval fazíamos cortejos pelas ruas todas a pé, mas era pelas ruas todas não era só um curto espaço, fazíamos a pé várias caminhadas, na altura as crianças não estavam habituadas a sair porque ou estavam com os avós ou com os pais não conheciam nada da cidade nem dos diferentes pavimentos. Uma vez fomos na Primavera fomos para um lameiro a recolher material, folhas, flores e uma criança começou a chorar, perguntei-lhe o que tinha e ela disse-me eu não sei andar nesta alcatifa não é igual à da minha avó. Portanto isto retrata a época em que foi porque agora as crianças já têm outras vivências hoje é muito diferente quanto mais não seja já saem ao fim de semana com os pais. Na altura íamos também ver filmes infantis na Torralta que a Junta de Freguesia oferecia.

L- A Teresinha foi sempre a diretora?

T- Fui, substitui a D. Hermínia que foi para o conselho Diretivo do Centro Regional.

L- Estiveram sempre só as duas Educadoras só quando vieram para a Coxa e que vieram mais duas do centro Regional, quem eram?

T- Era a Amélia, a Isabel e a Ana Maria, portanto eram mais três porque entretanto o Jardim-de-infância ficou com 2 valências que era Jardim-de-infância e Creche, que ainda são as mesmas salas que têm hoje ainda é precisamente o mesmo edifício.

L- Na altura ficou contente quando veio para aqui?

T- Fiquei só que o ambiente de trabalho não era o melhor lá em baixo era melhor aqui havia mais cristação.

L – Em Vale de Álvaro estavam no extremo da cidade e aqui estavam no centro da cidade como foi quando veio aqui para a Coxa?

T- Acho que era a mesma coisa, estávamos numa extremidade também uma para norte e outra para sul não era diferente era exatamente a mesma coisa, só que era maior havia mais pessoal, depois também houve uns problemas de equipa foi um período bastante sofrido, porque entretanto as pessoas lembraram-se que também tinham direito a ficar na direção.

L – No IOS chegaram a ter estagiários?

T- Tivemos estagiários do magistério durante um ou dois anos. Depois nas novas instalações tivemos sempre estagiários da Escola Superior de Educação. Entretanto deixou de ser do IOS e passou para a Segurança Social, quando eu entrei só entravam os meninos filhos de funcionários da Caixa de Previdência ou beneficiários, era assim que se chamavam filhos dos beneficiários da caixa de Previdência e depois passou para todas as crianças da cidade, já na altura o Jardim-de-infância tinha as duas funções a formativa e supletiva.

L- Em termos de ações de formação achava que havia, que ia a muitas, quais eram as ações de formação que ia, eram do magistério, eram do sindicato eram do Ministério de Educação?

T – Íamos a ações de formação não importava de quem, mas lembro de ir às organizadas pelo sindicato, pela Segurança Social também íamos a algumas do Ministério de Educação, mas como não podíamos fechar o Jardim-de-infância para irmos todas fazíamos uma espécie de rotatividade, umas vezes íamos umas outras vezes outras e algumas vezes mas poucas ficavam com as auxiliares porque elas retilavam, e eu achava bem e também questionavam porque é que vocês vão e nós não vamos se estamos aqui também com as crianças, mas fomos sempre a muitas ações de formação.

L – Festas faziam a festa de Natal, festa de final de ano como agora não é?

T – Sim, nós andávamos sempre em festas, gostávamos muito de festas sobretudo com os pais gostávamos de trabalhar com os pais e os pais colaboravam também no programa da Jardim-de-infância, davam sugestões, faziam críticas construtivas nos passeios que fazíamos, nos piqueniques havia sempre uma parte para a avaliação, que achava muito giro porque dávamos sempre espaço aos pais para se pronunciarem e depois era tudo registado era uma avaliação global e não aquela específica consoante as áreas de desenvolvimento era mais global essa avaliação no final do ano era anexada ao registo da sala funcionava mais através de registos.

L – As crianças pagavam mensalidade?

T – Pagavam mensalidade normal por uma tabela que havia. Almoçavam lá mas inicialmente levavam o almoço de casa e no jardim era aquecido, trabalhou-se muito e bem, trabalhava lá uma senhora já com uma certa idade que aquecia os almoços e dava as crianças mais tarde começou-se a fazer lá, nós levávamos as crianças a casa com a carrinha do Centro de Educação Especial ia sempre uma auxiliar ou uma Educadora a levar as crianças a paragens certas e os pais estavam lá à espera e lá iam as crianças com os tachos às costas com o almoço.

L – Quando a Teresinha entrou em 1975 o Jardim-de-infância estava bem divulgado, as pessoas aderiam, gostavam?

T – Não na altura não porque eu até me lembro que sentimos a necessidade disso de divulgar e lembro-me que se fez um panfleto informativo e que a D. Hermínia andou a distribuir pela cidade, porque na altura só ela é que tinha carro foi ela e a auxiliar a distribuírem os panfletos, só aos funcionários da Providência, que depois quando alargou a toda a população não foi necessário porque tínhamos sempre uma lista enorme de espera, lá em baixo ainda funcionou uma enorme lista de espera.

L – Tinham parque Infantil ou algum espaço cá fora?

T – Tínhamos. Não tínhamos brinquedos, escorregas e essas coisas não tínhamos porque nos valorizámos mais o movimento, o espaço amplo, tínhamos um espaço com areia, com relva, outro espaço cimentado. Os espaços eram todos reduzidos porque aquilo era uma moradia e só havia aquele jardim à volta da casa se puséssemos baloiços e essas coisas ocupavam o espaço todo nem dava para usufruírem. Pusemos lá pneus fixos ao chão e manilhas para eles passarem por baixo

L – A Alexandrina disse-me que tinham um bom aquecimento a gás a escola estava sempre quentinha?

T – Estava sempre tudo quentinho não tínhamos problemas com isso e além do mais nunca diziam que se gastava muito não havia controlo financeiro, alias como na alimentação, a alimentação era feita com os pais, as ementas eram feitas semanalmente e todas as semanas era um grupinho de pais que ia ao Jardim-de-infância fazer as ementas connosco.

L – Os pais iam aleatoriamente ou havia uma comissão de pais?

T – Havia uma espécie de comissão de pais que foram eles próprios que organizaram.

L – Os pais estavam sempre envolvidos na Instituição em termos de reuniões de pais que faziam?

T – Estavam, os pais participavam sempre nas reuniões.

L – Quem ia buscar mais as crianças ao jardim eram os pais ou as mães?

T – Era indiferente, porque na altura tínhamos transporte, as crianças que moravam perto era o pai ou a mãe que os iam buscar não se realçava mais a presença do pai ou da mãe. Na altura tínhamos crianças com deficiência que reduzia o grupo, mas na altura ninguém as queria e acho que até se fazia um trabalho positivo porque havia uma ligação família/ escola muito interessante, cada criança com deficiência tinha um caderninho na mochila em que a Educadora registava o que a criança tinha feito ou não tinha feito, ou algum recados para os pais na manhã seguinte os pais voltavam a trazê-lo para a escola, usávamos muito nomeadamente no controle dos esfíncteres, quando havia medicação.

L – A Teresinha esteve na Coxa até o jardim passar para a misericórdia?

T – Sim quando o jardim passou para a misericórdia eu fui embora, voltando um pouco atrás fizemos festas de Natal em conjunto com a misericórdia no Paço muito interessantes acho que nos experimentamos tudo.

L – E com outras instituições tiveram também protocolos ou foi só com a misericórdia, com o Jardim-de-infância do Ministério da Educação que começou a funcionar mais tarde em 1979/ 80.

T- Não, se calhar não achamos necessário porque depois tínhamos contacto com as escolas primárias por causa da transição das crianças este contacto foi feito por necessidade e importante realçar isto, é que as crianças iam para a escola do jardim e as professoras queixavam-se que os meninos iam mal-educados então nos questionávamos porque é que diziam que iam mal-educados, elas diziam que iam a casa de banho e em vez de pedirem só diziam que iam era de facto o que eles estavam habituados a fazer. Foi aí que sentimos a necessidade do contacto com a escola e fazer ver as professoras que nos também trabalhávamos a autonomia no jardim para mais tarde poderem ser adultos inteligentes e críticos.

L - As teorias e modelos pedagógicos na altura eram esquecidos ou estavam sempre na base atrás de tudo que se fazia?

T – Havia sempre a base mas nós na altura penso eu que trabalhávamos mais a maria Montessori, embora misturasse-mos, treinávamos a iniciação à leitura e à escrita mas não se ensinava a ler e a escrever, utilizávamos mais a Montessori, principalmente em termos da organização das áreas.

L – Lembra-se das áreas que tinham ou dos cantinhos na altura?

T – Mudávamos, a áreas da leitura era obrigatório, a das artes plásticas, áreas das construções e jogos e a casinha das bonecas depois tínhamos outras áreas que iam surgindo conforme o trabalho no início do ano as salas eram montadas assim e depois ao longo do ano iam surgindo outras áreas.

L – Tinham painéis para afixar os trabalhos, mobiles para pendurar?

T – Tínhamos, por acaso uma vez a D. Hermínia fez-me uma observação que eu até acho que foi inteligente, ainda não tínhamos placares porque não se podiam por, porque se sujavam as paredes aquilo era tudo a rigor os cortinados a combinar com os candeeiros estava tudo muito combinado tudo a rigor de facto era um crime mas tinha que se alterar a casa tentando não destruir evidentemente. Eu não tinha placar e então os trabalhos das crianças aquelas pinturas que eles fazem eu não tinha onde os por então tiramos os cortinados e ficaram aquelas sanefas muito lindas em madeira e, eu pus os trabalhos pendurados nas sanefas, uma vez a D. Hermínia vai lá olhou muito séria mas não me disse nada, porque ela respeitou sempre muito o nosso trabalho não disse nada em frente aos miúdos e a auxiliar mas disse-me, depois quero falar consigo. Quando fui falar com ela disse-me: -olhe eu não lhe tiro o valor nem o significado dos trabalhos que tem ali expostos, mas parecem-me uns trabalhos tão ridículos para enfeitar as sanefas e eu disse-lhe que concordava com ela mas que não tinha onde por os trabalhos e que me parecia um crime as crianças não verem expostos os trabalhos que elas fazem afixados portanto temos que por placares nas paredes e foi a partir daí que apareceram os placares. Episódios como este temos muitos, coisas muito interessantes depois há aquelas inocências na altura como trabalhávamos muito com as famílias quando uma criança fazia anos levavam o bolo como agora ainda se faz, havia um pai que era pasteleiro e então para agradar e para o bolo do filho ser o mais bonito, encheu o bolo todo, todo de brindes e as crianças fizeram uma festa à procura dos brindes, aquilo era tudo de espetar tinha tudo um alfinete.

L – Na altura já tinham picotagem?

T – Tínhamos esponjas que depois até houve uma altura em que tiramos isso porque se pôs em causa a picotagem, mas tínhamos picos bons, grossos que nem todas as instituições tinham.

L- Tinham tinta, plasticina?

T – Sim tínhamos, tinta plasticina em boiões grandes eu nunca vi Jardim-de-infância tão bem apetrechado como o nosso havia tudo de Lisboa.

L – Quando vieram para a Segurança Social já não tinham assim tanta coisa?

T – Não já não tínhamos as coisas assim, na altura também fazíamos colónias de férias na Torreira e Vila do Conde.

L – Quando o Jardim-de-infância passou para a responsabilidade da Misericórdia já nos anos 90 a Teresinha foi embora?

T – Saímos todas, mas eu pedi para sair.

L – Se quisessem as Educadoras podiam lá ficar?

T – Ficaram só até julho e depois foram para o Centro de Educação Especial , e eu fui antes , fui em Janeiro o Jardim-de-infância passou em dezembro. Porque ficou combinado as Educadoras fazerem a transição das crianças até julho. Entretanto eu pedi logo para sair fui dali para o Centro de Educação Especial em Janeiro e as colegas só foram depois em dezembro.

L – Foi trabalhar para uma realidade completamente diferente foi trabalhar com adultos com deficiência.

T – Foi terrível porque eu trabalhei muito acho que foi num período de vida das pessoas que se empenhavam, eu trabalhava mesmo a sério e ali não me sentia útil porque pensava que não sabia lidar com pessoas com deficiência. Trabalhava 7 horas as colegas faziam 5 horas e eu continuei a fazer 7 por causa da direção.

L – Quando trabalhava no IOS também fazia as 7 horas por causa da direção?

T – Não na altura fazíamos todas 7 horas só mais tarde é que passamos a fazer 5. Quando fui trabalhar para o CEE eu até tinha medo, foi aí que fomos fazer a especialização. Na altura ainda chegaram a ir para lá estagiários do magistério. O Hospital também tinha estagiários do magistério na pediatria e na Creche. O Hospital tinha também um Jardim-de-infância que funcionava ali naquelas casas do bairro da previdência. Quem abriu esse jardim foi a Anita e mais tarde veio a Estela aquele jardim só deixou de funcionar porque as crianças transitaram para o nosso.

L – Inicialmente quando se começou a construir o Jardim-de-infância da Coxa era para ser para o Jardim-de-infância do hospital?

T – Exatamente porque depois combinamos uma percentagem de frequência que seria do hospital mas aquilo não se justificava.

L – Mas na altura ainda funcionava na previdência o Jardim-de-infância?

T – Sim trabalhava lá a Estela tinha uma salinha só para os filhos dos enfermeiros era só mesmo para o pessoal do Hospital, mas acho que se fez lá um bom trabalho, com instalações reduzidas com o pessoal com pouca preparação mas mesmo assim trabalhou-se muito lá.

L – Quando fechou a Estela continuou mas foi no hospital onde esteve até se reformar ela ainda chegou a trabalhar na coxa?

T – Esteve connosco na Coxa aquele período de transição para fazer a adaptação das crianças, depois voltou para o hospital para trabalhar com as crianças que estavam hospitalizadas, podia ter optado por ir para a Segurança Social mas ela preferiu o Hospital trabalhar pelo Ministério da saúde. É importante referir a articulação que tínhamos com o hospital, quando uma criança caía tínhamos sempre o apoio do hospital.

L – Vocês lá em baixo tinham médico enfermeiro ou algum tipo de assistência?

T – Não íamos ao hospital, mas o hospital já sabia que tinha que contar com aquele serviço o que passamos a ter depois foi uma médica que nos fazia as ementas no JI da Coxa. Isto surgiu porque eram médico avançados para os serviços, davam meia maça de manhã as crianças em vez de darem outro lanche e como a responsabilidade da saúde é dos pais combinamos com a médica que nos orientasse na elaboração das ementas.

L – Na altura a colaboração dos pais também passava por irem lá ao Jardim-de-infância a contar histórias ou a falar da profissão deles não houve nada dessas atividades?

T – Eram mais os avós que iam lá se calhar por terem mais disponibilidade, ou se calhar nós até os considerávamos com mais saberes.

L – Ainda se recorda como tinham o dia organizado?

T – Ao chegarem de manhã, as crianças andavam livres. Quando chegava toda a gente sentávamo-nos a dar os bons dias a toda a gente e programava-mos o dia junto com eles e rezávamos, toda a gente rezava, cantávamos os bons dias e se algum menino quisesse contar alguma novidade, alguma notícia para todos os meninos saberem e depois fazíamos a programação do dia onde cada criança escolhia o que queria fazer, escolhia o cantinho onde queria brincar depois de brincarem nas áreas é que fazíamos as atividades orientadas, recorte, colagem teatros de fantoches, apresentação de slides depois faziam os trabalhos nas mesas, A meio da manhã havia um intervalo para irem ou para o parque ou ficavam no salão grande e voltavam para a sala. Depois era o almoço e de seguida iam dormir. À tarde não tinham atividades orientadas era brincar toda a tarde a não ser que fosse necessário continuar a atividade da manhã, acabar algumas atividades, preparar festas só nessas situações e que havia atividades orientadas de tarde, para o dia do pai, para o dia da mãe nunca havia era nada para iniciar eram sempre trabalhos já iniciados de manhã. Lanchavam, iam para o recreio e voltavam para a sala a fazer diversas atividades, isso dependia muito pois todos os dias eram diferentes, faziam jogos, brincavam nas áreas até os pais os virem buscar. Era motivador o carinho que as crianças sentiam por nós eu tive vários meninos a dizer que gostavam que fosse mãe deles.

E- Pronto, vamos então terminar a entrevista. Muito obrigada senhora Educadora Teresa Martins, foi um prazer conversar consigo e partilhar as suas informações.

Anexo V - Entrevista Educadora 4 - Jardim-de-infância do Instituto das Obras Sociais.

E- Entrevistador

A-Educadora

Entrevista Educadora Alexandrina realizada no dia 11 de agosto de 2011

Nome: Maria Alexandrina Barros Moreira

Ano de Nascimento: 7-7-1950

A- Sou natural de Bragança estudei aqui até ao 9º ano – 5º ano antigo, fui para Lisboa fazer um curso de Educadores de Estabelecimentos de Assistência a Menores privados de meio familiar normal, na escola Paulo VI que era uma escola tutelada pela Segurança Social, na altura Instituto da família ação social que funcionava como instituição num colégio particular no Campo Grande. Tinha havido apenas um curso antes do meu com uma turma constituída por 25 alunos. E depois foi o meu curso com 25 alunas.

E- tomou a iniciativa de ir para lá?

A - Eu inicialmente queria fazer o curso de Educação, Educação Física, e tinha uma bolsa, só que pronto, naquela altura era complicado, os meus pais não tinham assim grandes possibilidades mas também na altura não era o motivo principal porque eu tinha bolsa de estudo. Consegui. Um Professor conseguiu uma bolsa de estudo para mim mas achou que não, que esse curso não era próprio para uma menina. Diziam eles, e não fui. Mas fiquei sempre a pensar naquilo.

E- Que idade tinhas quando foste para Lisboa tirar o curso? Fizeste em Bragança o 5ºano?

A- Tinha dezanove anos. Fiz o 5º ano em Bragança e depois acabei o curso em Lisboa e fui logo tratar da minha vidinha e então uma professora minha do 1º ciclo conseguiu-me logo um emprego na misericórdia na secretaria aqui em Bragança.

E- O curso durou quantos anos?

A-Durou 3 anos

E- Mas não era de Educação de Infância?

A- Não. Era de Educadora Estabelecimentos de Assistência a Menores Privados de Meio Familiar Normal.

A- Nessa altura já havia o curso de Educadores de Infância mas só em Lisboa e em Viana do Castelo e MITZA em Lisboa, era ali perto do hospital militar.

E- Lembrasse do funcionamento do curso de formação, se era muito teórico, se tinha estágio?

A-Estive lá três anos, tínhamos estágio, em internatos, ATL. No 1º e 2º ano não tivemos estágio, tivemos depois no 3º ano estágio intensivo, no último ano. Fui em 1970 e acabei em 1972, depois vim aqui para Bragança e fiquei a trabalhar na instituição onde estagiei que se chamava casa de Stª. Maria em Lisboa. Ainda estive a trabalhar em Lisboa uns tempos, depois através do Instituto da família e Ação Social, fui colocada no lar de S. Francisco e na casa de trabalho aqui em Bragança trabalhando simultaneamente em horários diferentes nas duas instituições. Porque a técnica de Educação que fazia a supervisão das duas instituições, a Dr.ª Manuela Ferreira que era de Lisboa, formada em História e Filosofia e era uma excelente profissional muito humana e sabedora do que fazia e do que era e do que devia ser uma instituição para esses menores. Eu cheguei ao Instituto da Família Associação Social (IFAS) e disse que gostava de vir para Bragança uma vez que era de cá tinha uma miúda pequenina com 18 meses, a vida era já nessa altura bastante agitada e ela então disse-me, que sim, muito bem, então muito bem, até porque estavam a precisar de uma Educadora no Lar de s. Francisco e na Casa de Trabalho. Comecei a trabalhar primeiro na casa de trabalho porque as nomeações do Estado sabes que demoram tempo, e depois fui para o lar de S. Francisco onde entrei logo para o quadro, na altura estava ligado ao Centro de Educação Especial (CEE) de Bragança, instituição pertencente à Segurança Social, cuja diretora era a mesma do CEE.

E-Quem pagava o seu ordenado?

A- Na casa de trabalho era a instituição que fui a primeira Educadora que a instituição teve e no lar de s. Francisco era o estado. Na Casa de Trabalho e no Lar de São Francisco só tinham crianças a partir dos 6 anos de idade. Meninos na casa de trabalho e meninas no Lar de São Francisco.

E-Como é que passou para o Jardim-de-infância?

A -Durante o curso estivemos sempre a lutar no sentido de oficializar o curso, para que ele fosse reconhecido pelo Ministério da Educação mas havia ali qualquer coisa entre o Ministério da Educação e a Segurança Social. Foi a Segurança Social que criou este curso por sentir necessidade de formar pessoal para ir trabalhar para as instituições com Internatos. Nunca conseguimos, mas depois já a trabalharmos

continuamos sempre essa luta e conseguimos então que os dois Ministérios chegassem a acordo. O Ministério da Educação aceitou a equivalência da seguinte forma: Os Educadores que estavam a trabalhar em Jardins-de-infância iriam fazer um estágio, eles diziam estágio, mas aquilo era um curso intensivo de 3 meses a Lisboa e nós que estávamos nos internatos íamos fazer um estágio - um curso intensivo de 6 meses. Fiz esse curso lá em Lisboa no Instituto da Família e Associação Social. Não foi na minha escola onde tirei o Curso.

E-Depois quando foi fazer aquele curso dos 6 meses eram muitos alunos?

A-Sim quase todas as colegas e como éramos muitas em internato.

E- Foi tirar esse curso de 6 meses com a intenção de seres Educadora de Infância e ir trabalhar para o Jardim-de-infância?

A-Não. Eu queria era que fosse reconhecido. Até porque eu na altura era Diretora do Lar de São Francisco. Só que entretanto eu compreendi que o Lar não podia ficar sem Direção, uma vez que não havia Educadores, só havia auxiliares, que eu lhe tinha feito a formação intensiva e a formação contínua. Por isso eu entendia que tinha que ter uma pessoa a orientar, e foi nomeada uma colega para a Direção. Depois quando cheguei a Bragança em 1980 com esse curso fui trabalhar para o Jardim-de-infância do IOS- da Segurança Social que funcionava numa casa que ainda hoje existe em Vale d' Álvaro. Para aí em 1987, não sei precisar a data, mudou para um Jardim-de-infância construído de raiz no Bairro da Coxa em Bragança. Aí sim era tudo novo.

E-Como surgiu essa proposta de trabalho para o Jardim-de-infância?

A-O IOS, nesta altura já pertencia à Segurança Social e eu poderia escolher. Na altura propuseram-me ir para o Lar de São Francisco, e eu disse que não, que agora já está lá um Diretor e eu agora também não faço lá falta uma vez que eu estava na direção. E fui para o Jardim-de-infância.

E- Foi para o Jardim-de-infância que já estava a funcionar há uns anos. Em que ano começou lá a trabalhar?

A- Sim, já funcionava há uns anos. Eu entrei para lá em 1980. Eu tenho conhecimento que 1974-75 este Jardim teve a primeira Educadora de infância que era uma Educadora do meu Curso, a Educadora Teresa Martins. A seguir a esta Educadora entrou ainda outra Educadora, que foi a Educadora Isaura, depois é que entrei eu.

A- Eu fiquei com uma sala de atividades no rés-do-chão de uma casa de habitação transformada em Jardim-de-infância. Fiquei com um grupo de 25 crianças de 3 anos, incluindo 2 deficientes, e fiquei sempre com elas até saírem e irem para a escola Primária. Éramos 3 Educadoras e tínhamos uma auxiliar em cada sala. Quem tinha deficientes na sala, como era o meu caso, tinha mais uma auxiliar. Depois havia a sala dos 4 e a sala dos 5 anos de idade. Cada Educadora seguia sempre com o mesmo grupo de crianças até saírem para a escola Primária.

E-Quantas sala de atividades tinha o JI?

A- Tinha mais 2 salas de atividades no andar de cima. E outras duas no andar de baixo

E-E que espaços interiores e exteriores tinham mais o Jardim-de-infância?

A-Havia um parque na parte de trás muito pequenino era limitadíssimo e outro na parte da frente.

E- Qual era o horário da Instituição?

A- Era de 25 horas por semana. Não trabalhávamos mais que as Educadoras do Ministério da Educação. A Instituição abria às 8h da manhã e fechava às 19h. Um dos grandes objetivos era prestar apoio social. Embora a gente não achasse correto, ou que nós fazíamos para combater era esse excesso de horário era trabalhar os pais para que as crianças estivessem no Jardim-de-infância única e exclusivamente o tempo que os pais estivessem a trabalhar. E até fazíamos sempre um trabalho de sensibilização com os pais para adaptarem os seus horários para ajudarem as crianças a estarem o mínimo tempo no Jardim-de-infância. Por exemplo, os enfermeiros, de tentarem horários desfasados entre o pai e a mãe para que um pudesse levar e o outro ir buscar mais cedo, de forma a que as crianças estivessem o menos tempo. Reinava muito a ideia de que se pagava para que as crianças estivessem das 8 às 19h e que as crianças cumprissem o horário fielmente. O nosso trabalho foi sempre o de aliviar a carga horária das crianças, fazendo-lhe ver a importância de estarem com os pais. Depois a instituição mudou para um Jardim-de-infância novo e com todas as condições.

E- Recordasse do processo de mudança?

A-Levamos o melhor material que tínhamos do anterior. No Jardim Novo, tínhamos tudo novo. Estava muito bem equipado e tinha tudo do melhor desde todo o tipo de mobiliário a todo o material didático e pedagógico do melhor que havia na altura. Levamos todo o material pedagógico que estava em condições de utilização e foi lá colocado muito material novo. Tínhamos muito material de música, movimento e drama.

E- As crianças almoçavam no Jardim-de-infância?

A-Sim. Almoçavam e lanchavam. Aquilo era apertadinho mas com boa organização tudo conseguíamos. Tínhamos uma cozinheira que era excecional. Almoçavam as crianças e o pessoal que queria. Quando chegávamos havia crianças com dificuldades alimentares provenientes de famílias problemáticas. Dávamos-lhe o pequeno-almoço aos que sabíamos que não tinham tomado o pequeno-almoço em casa. E aos outros, uma bolacha, uma peça de fruta, etc. Inicialmente este Jardim-de-infância enquanto IOS era para filhos de funcionários da Segurança Social, mas depois abriu para toda a gente. Já quando eu entrei já funcionava para toda a gente. As mensalidades eram conforme o rendimento das famílias e havia famílias carenciadas que não pagavam. As crianças dormiam. Havia contestação por parte das crianças. À medida que iam crescendo o interesse por dormir ia decrescendo. Digamos que tinham um repouso entre as 13h e as 14h, sempre vigiados por uma funcionária. Depois eram apoiados no acordar, no vestir, havia ali um silêncio agradável enquanto todos se levantavam e estavam prontos para irem para as atividades. As atividades funcionavam nas diferentes salas. Tínhamos um projeto Pedagógico comum a todas as salas mas depois desenvolvido e adaptado a cada sala. Desenvolviam-se juntamente com a colaboração dos pais, com o meio, muita brincadeira, muita descoberta. Já nessa altura se trabalhava assim. Através da brincadeira iam se conseguindo outros conhecimentos. Em termos de material nós tínhamos muito material, quer o comprado que o que nós construíamos. Nós construíamos muito material. As pessoas que entravam na sala ficavam sempre muito admiradas. Caixas forradas, material de vários tamanhos, cantinho da natureza onde tínhamos plantas, bichinhos, e tínhamos duas grandes caixas, uma com areia e outra com Água. Frascos, garrafas, todo aquele material. As crianças adoravam estas atividades. O material que tínhamos era muito bom e com muita qualidade. Do melhor que existia na altura. Material de música, movimento e drama, educação física. Não tínhamos dias marcados para nada. Na minha sala, eu impunha-me fazer o projeto e as planificações. A planificação era um suporte no sentido de alguma coisa falha-se para as crianças. Era assim. De manhã, quando nos sentava-mos a dar os bons dias, aquele começar do dia, que é que aconteceu, comeste, não comeste, havia sempre um mais agitado que procurava acalmar, e havia sempre aqueles pequenos objetos que as crianças trazem de manhã como um carrinho, um baracinho, uma história, contavam algo de importante. A motivação e planificação começavam logo aí. Se tinha possibilidade de encaixar no que havia programado tudo bem. Eu requeri desde muito cedo uma capacidade de detetar os interesses e necessidades das crianças. E era a partir desses interesses das crianças que desenvolvíamos as nossas atividades. Faziam-se projetos giríssimos. Havia muitas reuniões entre as Educadoras onde conversávamos sobre todos os assuntos. Lembro-me de discutirmos o processo de dormir, a organização das salas, os horários, se mantínhamos ou não as salas com crianças de diferentes idades ou com a mesma idade, a participação dos pais, os problemas do dia-a-dia. Falamos e discutíamos. Trocávamos ideias de como se devia trabalhar com crianças problemáticas, etc. Defendíamos que as crianças aprendiam muito entre elas muitas vezes talvez até mais do que connosco, por isso incentivamos as crianças à descoberta entre pares. Os pais inicialmente não participavam muito, mas depois já participavam. Não estavam habituados. Eu notei que o Jardim era Fechado. Era complicado para as colegas entrar um pai na sala. Para mim nunca foi complicado. Quando fazíamos as reuniões de pais, onde fazíamos formação. Fazíamos sempre 3 reuniões de pais no início no ano onde discutíamos o projeto de atividades e o papel dos pais, as ideias do exterior e toda a informação importante para os pais e onde se discutia tudo logo naquela primeira reunião. Decidíamos as datas das festas para o não todo. Magusto, Natal, e fim de ano e os passeios que pensávamos realizar. Depois fazíamos outra a meio do ano e outra no final do ano onde debatíamos todos os assuntos de interesse como a avaliação do ano e das crianças e o que poderíamos melhorar para o ano seguinte. Os passeios que realizávamos eram sempre aqui à volta de Bragança. Os pais participavam quer na organização dos lanches quer na organização de atividades. Normalmente tinham atividades para pais e para filhos. Havia um ótimo ambiente de trabalho e de confiança entre pais e pessoal do Jardim-de-infância. Íamos visitar museus e monumentos da cidade. No fim do ano nós tínhamos uma atividade muito próxima com a escola Primária, no sentido da transição educativa. Visitávamos várias escolas primárias pois nós tínhamos crianças de todos os cantos da cidade.

E-Havia muita proximidade com as professoras das escolas do 1º Ciclo?

A- Não, isso não havia. Apenas nos encontrávamos nas ações de formação onde falávamos. Havia um certo distanciamento. Eram realidades diferentes. Só íamos às ações de formação realizadas pelo sindicato. O Ministério de Educação quase não realizava ações de formação e a Segurança Social também não.

E- As teorias, os modelos pedagógicos, os pedagogos, que papel tiveram na sua acção como Educadora de Infância?

A- Eu sempre gostei das teorias de Piaget, das teorias sócioconstrutivistas. João de Deus e Maria Montessori nunca me influenciaram. Alguns aprendiam a ler e a escrever mas era da sua motivação e eu

só os auxiliava. Para aí no 2º ano eles já sabiam escrever o seu nome na folha do trabalho. No início era eu sempre que escrevia o nome. Sempre que precisássemos de material bastava fazer uma requisição. Nunca nos faltou material. Também não éramos gastadoras. Sabíamos aproveitar o material. Tudo quanto se estragava era arranjado e consertado com eles. Já tínhamos quadros de regras, de presenças, de aniversários, tínhamos esses quadros todos. Às vezes íamos com eles às compras. Tive crianças que me pediram que lhe ensinasse a ler. Não era eu que os punha ali a escrever, a fazer letras e n.ºs. Eram eles que queriam porque viam os irmãos em casa. Como tinham os irmãos na escola Primária, também queriam trabalhos de casa, e eu mandava pequenos trabalhos práticos de pesquisa, pintura, recorte e outras coisas para serem feitos em casa com a ajuda dos pais. Muitas vezes as atividades surgiam das coisas que traziam de casa. Eles traziam sempre algum brinquedo ou objeto e sabiam que nos só podíamos escolher 3 para podermos brincar ou organizar uma atividade. Eram eles próprios que escolhiam e depois trabalhávamos em conjunto. Primeiro ali com todos, e depois os pequenitos iam-se afastando para as áreas e acabavam por ficar os mais velhinhos do grupo a trabalhar e dali partíamos para as atividades. Às vezes não iam além de ir aos livros a pesquisar para depois no dia seguinte dar continuidade ao trabalho que tínhamos pesquisado. Durante o dia havia sempre de manhã essas atividades e um bocadinho antes de arrumar tínhamos a avaliação. Íamos para a roda todos e cada menino pegando nos seus trabalhos ia primeiro mostrar aos outros e eles diziam o que lhe parecia que era. No fim rematava com o que tinha feito. Pronunciavam-se sobre os desenhos dos outros e cada um falava do seu trabalho. Eu trabalhava assim. As outras Educadoras achavam esquisita esta maneira de trabalhar.

E-Que Educadoras conhecia na altura em Bragança?

A- A Tiza, a Anita Prada, a Isaura, a Lúcia, a Hermínia, a Angelina, a Hélia, a Francisca, a Natália.

E-Porque acha que no início de funcionamento do Jardim-de-infância não havia tanta procura por parte dos pais?

A-Acho que não havia procura pelo Jardim-de-infância porque os pais não sentiam necessidade de os levar para o Jardim-de-infância. Não havia necessidade de promover o Jardim-de-infância e fazer acções de sensibilização porque não dávamos resposta. Nunca foi preciso. Só eram 3 salas e enchiam logo. Tínhamos sempre lista de espera. Era uma luta. Daí tínhamos critérios de seriação que nos ajudavam a fazer as colocações. A ordem de inscrição se tinha irmãos na instituição, o agregado familiar, a residência etc. Era para não termos problemas. Acho que era um J.I. muito avançado em termos de organização e de pedagogia. Era importante que os Educadores de hoje conhecessem o passado dos Jardins-de-infância de Bragança, o que fazíamos com as dificuldades que tínhamos e a nossa forma de trabalhar. Com certeza que havia outras Educadoras que trabalhavam de forma diferente. Eu quando cheguei lutei sempre pela visibilidade do trabalho. No exterior, ninguém sabia do nosso trabalho. Não ficou nada desse tempo. Tudo foi destruído com as mudanças. Eu deixei tudo mas iam deitando fora. Eu também levava as minhas coisas. Uma vez, aproximava-se o dia do pai e tínhamos que pensar o que íamos fazer para a prenda, e todos levávamos coisas. Desse material íamos decidir o que fazer. Podia ser uma prenda igual para todos ou diferentes. Cada um fazia a sua com a nossa ajuda claro. Eu também participava e passei na carpintaria e levei uns pauzinhos cumpridos com a intenção de fazer uns caixilhos para por a fotografia do pai. Cheguei de manhã, todos mostramos o que tínhamos. A certa altura duas ou três crianças logo disseram que com aqueles pauzinhos era giro para fazer uma cabana dos índios. A proposta foi aceite por todos e iniciou-se ali um projeto que durou todo o ano à volta das cabanas dos índios e da sua vida. Todos se envolveram entusiasmados. Construimos cabanas de toda a forma e um acampamento índio.

Os cantos estavam bem recheados de material. Até tinha uma carpintaria com todo o material que eles utilizavam para brincar. A casinha das bonecas, o cantinho dos jogos, cantinho da culinária, a biblioteca, o cantinho da pintura. Íamos mudando e acrescentando novos cantinhos conforme os projectos e ideias que iam surgindo. Tínhamos tudo. As cadeirinhas, a mesa redonda. Construimos uma janela. O espaço estava mesmo delineado e adequado. Tínhamos aquecedores a óleo e a gás. Eu achava péssimo o gás, mas os pais não se manifestavam. Só queriam era que os meninos estivessem quentinhos. Nos dias mais frios ligávamos os aquecedores todo o dia, mas nos outros dias bastava ligar apenas de manhã e aquilo mantinha-se quentinho. Eram 25 crianças e a sala não era muito grande. O nosso Jardim estava muito bem equipado quando comparado com outros do Ministério da Educação. Eu andei na inspeção dos Jardins-de-infância e os Jardins do Ministério da Educação não tinham nada a ver com os Jardins da Segurança Social, nem da Misericórdia nem das outras instituições de Solidariedade Social. Estavam muito mais bem equipados em todos os aspetos. Os Jardins do oficial tinham mesmo pouco material. Eu fiquei admirada. Depois o Jardim mudou para uma instituição nova no Bairro da Coxa que foi construído de raiz. Mudou no ano de 1986. Funcionou como Jardim da Segurança Social até ao ano de 1992, altura em que passou administrativamente para a Santa Casa da Misericórdia de Bragança até aos dias de hoje. O edifício continua na posse da Segurança Social mas é a Santa Casa da Misericórdia de Bragança que o

utiliza e onde tem lá um Jardim-de-infância. Eu deixei de exercer funções no Jardim da Coxa nessa altura e fui trabalhar para a Ação Social da Segurança Social para a supervisão das creches e Jardins-de-infância do Distrito. Estive neste serviço até que me reformei no ano de 2006.

E- Pronto, vamos então terminar a entrevista. Muito obrigada senhora Educadora Alexandrina Moreira, foi um prazer conversar consigo e receber as suas informações.

Anexo VI - Entrevista Diretora e Assistente Social do Jardim-de-infância do Instituto das Obras Sociais.

Data da Entrevista: 06-09-2011

Nome da Assistente Social: Maria Hermínia Martins Antunes

Data de Nascimento: 1938

Naturalidade: Vinhais

E- Entrevistador

H-Entrevistada

H-Estudei aqui em Bragança, fiz o 7º ano em Bragança e depois fui tirar o curso de Serviço social em Coimbra, no Instituto Superior de Serviço Social e depois voltei a exercer em Bragança.

E- Mas começou a trabalhar logo (depois) de acabar o curso, veio para Bragança?

H- Sim, em 1961.

E- Foi trabalhar para onde?

H- Para o Instituto de Assistência à Família.

E- Isso era onde, em Bragança?

H- Era na avenida João da Cruz. Naqueles prédios.

E- E o que é que fazia?

H- Serviço Social.

E- Mas da Câmara?

H- Não, do Instituto de Assistência à Família. Prestava apoio a famílias carenciadas da região. Era eu a Diretora, o Dr. Andrade o Diretor geral e eram as 4 auxiliares de assistentes sociais (que na altura se chamava).

E- Na altura não se lembra, de nenhum movimento de senhoras que estavam para abrir aqui uma Creche em Bragança? Acho que era “Maria Montalvão Machado”?

H- Olhe... acho que ... Maria Montalvão Machado eu conheci essa senhora, como esposa (quando eu andava no liceu), do médico escolar do liceu. Acho que era uma senhora “Montalvão Machado”. Eu ainda trabalhei cá para aí uns 10/12 anos mais ou menos, no Instituto de Assistência à Família. E só posteriormente é que o Instituto de Obras Sociais, já estava a divulgar a nível de todo o país, creches, Jardins-de-infância, nos meios de trabalhadores que descontavam, que eram beneficiários da previdência e nessa altura aqui, talvez a caixa de previdência (que era Presidente o Dr. Abel) e devem ter também requisitado para aqui uma Creche/Jardim-de-infância para Bragança, para superar as necessidades das famílias. E assim foi. Quando me convidaram, era eu a única assistente social aqui em Bragança. Convidaram-me, o desafio era interessante...até porque eu tinha os filhos pequenos e não tinha também onde os colocar.

E- Então os seus filhos já foram “estudar” para lá?

H- Já, já foram estudar”. Não sei se o colégio das freiras...

E- Tinha aberto em 1956?

H- Já havia qualquer coisa. Havia umas senhoras ou outras que pegavam em 2/3 crianças...

E- Mas nessa altura, que trabalho é que fazia, antes de 1970?

H- Era Assistente Social, para todo o distrito.

E- Lembra-se de apoiar as crianças pequenas?

H- Não, apoiava as famílias.

E- Não havia assim nada específico para as crianças?

H- Para as crianças pequenas desse nível de instrução pré-primária não havia nada.

E- E não conheceu ninguém da obra das Mães, da Educação Nacional?

H-Era natural que conhecesse. Mas o trabalho delas era totalmente diferente. Era de apoio a famílias carenciadas. Quando nasciam bebés, elas preparavam o enxoval. Uma vez pediam-nos colaboração mas a nossa acção era toda virada para o assistencialismo. As pessoas carenciadas iam pedir. Fazia-se um inquérito, um trabalho todo de apoiar. Além disso não apoiávamos só, fazíamos o trabalho dos Serviços Sociais, é desenvolver e procurar apoiar a família todos os níveis. De trabalho, de colocação das crianças. O nosso trabalho era mais, verificar as necessidades que as crianças tinham, quando havia problemas de ordem moral nas famílias, poder colocá-las em instituições pode-las apoiar - a nível das crianças era isso.

E- Como é que eram as condições financeiras? Havia dinheiro suficiente para apoiar?

H- Tal como agora, havia sempre dificuldades de dinheiro. Mas apoiava-se também em géneros, em vestuário, roupas de cama, que os serviços centrais mandavam e nos distribuíamos, fazendo sempre inquéritos às famílias.

E- Mas eram quem vos procurava, ou quem vocês encontravam?

H- Quem nos procurava ou, por exemplo presidentes da Junta pessoas que estavam nas localidades. Abrangíamos o distrito todo. Normalmente eram as pessoas que nos denunciavam os casos de carência que nos posteriormente visitávamos, estudávamos a situação da pessoa e depois dava-se o apoio que parecia mais urgente, mais necessário.

E- Em que ano foi convidada e quando começou a trabalhar no IOS?

H- Fui convidada em 1969 e comecei a trabalhar lá em abril de 1970, eu e mais duas auxiliares quando foi inaugurado.

E- Mas não tem documentação nenhuma dessa altura?

H- Não devo ter. Porque a documentação oficial fica lá.

E- Quando você foi para lá, já tinha crianças ou ainda não?

H- Não, estava tudo no zero.

E- E a casa...

H- Arrendada e adaptada pelo Instituto de Obras Sociais.

E- Mas já estava adaptada quando foi?

H- Estava adaptada. Tinham feito uns salões grandes. Na parte do rés-do-chão e primeiro andar. Isto tudo era com as Obras Sociais de Lisboa.

E- Então quando foi lá, não se preocupou com obras?

H- Não, não me preocupei com obras.

E- E a aquisição do material?

H- Aí sim. Mas depois aí, realmente começámos com pouquinhas crianças. Estivemos uns anos com muita dificuldade em sermos procuradas, para atingir a capacidade que tínhamos. No início tive que fazer um grande trabalho de campo, junto das famílias. Porque aqui no início só se aceitavam crianças filhas de famílias beneficiárias da Segurança Social na altura Caixa de Previdência. Normalmente só trabalhavam os homens...ou no comércio ... e as mães ficavam em casa. Portanto estavam muito renitentes em “entregar” os filhos. Não conheciam o que era a instituição e nem sabiam para que servia. Distribuímos cartazes e panfletos pela cidade e eu fiz muitas reuniões de bairro, em todos os bairros, tive nessa altura muito apoio da caixa de providência através do Dr. Abel que era incansável no apoio que dava. Ele também tinha o apoio das Obras Sociais (sem duvida), tinha muitas reuniões com eles. Eu ia Lisboa, ia a outros Jardins-de-infância que estavam a funcionar plenamente, mais na zona litoral. Olhe um que fui visitar e que funcionava lindamente, era um em Santa Maria da Feira (ali naquela zona de Cortiça)..

E- Ainda chegou a ir visitar lá?

H- Muitos, fui visitar muitos, no tempo em que estive lá como diretora.

E- Foi visitar muitos Jardins-de-infância, antes de começar a trabalhar aqui?

H- Antes ou no decurso. Tirar ideias, ver como trabalhavam...

E- A sua formação não era para trabalhar aqui.

H- Não, não era. E depois tinha a desvantagem de é que também não havia Educadoras de Infância.

E- Não havia Educadoras cá?

H- Não. Não havia ainda cá. Essas duas senhoras mencionadas aí, (Está a referir-se a uma notícia sobre o Jardim-de-infância publicada no jornal *Mensageiro de Bragança* da altura) eram umas senhoras também recrutadas pelos serviços.

E- Não se recorda do nome delas?

H- Não...quem eram elas. Não sei se seria já a Fernanda.... Não me lembro.

E- Então começou logo a senhora e elas duas?

H- Sim, foi o pessoal que me deram na altura. À medida que se foi desenvolvendo e ia aumentando o nº. de crianças íamos metendo pessoal e depois foi contratada uma Educadora de infância a Teresinha em 1975 que apareceu a concorrer e nessa altura foi admitida. No ano seguinte foi uma outra colega dela, a Isaura, que também não sei se já se reformou...Eu estive lá a trabalhar até 1979 altura em que fui trabalhar para o Centro Regional, que na altura tinha ficado com a Previdência Social. Aqui estive na comissão instaladora do centro regional: era o Dr. Pimentel, o Dr. Amândio e era eu. Fui para Lisboa em 1986. Para os serviços sociais do Ministério do Trabalho. Depois de 1974 é que as crianças começaram a vir mais. A pouco e pouco, também já tínhamos Educadora de infância. Tínhamos depois crianças de bom nível, que eram os filhos dos funcionários que estavam ligados à previdência, alguns puseram lá. Médicos, que também eram médicos da previdência portanto tinham direito, tínhamos filhos dos directores/presidente do Instituto do Tribunal do Trabalho, porque também estava ligado à previdência,

tínhamos essas crianças. Quer dizer essas aderiram logo, não tinham dificuldades de transporte. As outras é que eram mais difíceis. E depois também deu-se o 25 de abril e deu-se à abertura, em vez de ser só crianças da previdência.

E- Considerava que ficava mal localizado o Jardim-de-infância?

H- Era. Então qual era o nosso problema: era arranjar transportes. Como começou a funcionar o centro de Educação Especial, junto ao Governo Civil e depois passou para as novas instalações onde está hoje o centro de educação especial, como a Diretora era uma pessoa também muito colaboradora, muito aberta (e também tinha lá os filhos): eu um dia pus-lhe o problema. Como passava ali diariamente a carrinha deles, que ia levar as crianças para o Centro de Educação Especial e passava ali permanentemente, à porta do Jardim Infantil, eu pus-lhe o problema: vamos entrar num acordo, ver o que é que nós poderemos pagar, e você assegura-nos o transporte das crianças de manhã e à tarde. Estabelecemos esse acordo, pagávamos o (já não sei o que era, mas acho que era) combustível e então nessa altura, como as crianças começaram a sentir que era bom estar lá e a conhecer melhor o ambiente, começaram a aderir e começámos a ter crianças que “nunca mais acabavam”.

E- Só depois do 25 de abril é que vieram as crianças fora da previdência?

H- Sim, e então nessa altura, depois do 25 de abril era uma lista de espera enorme. O Jardim Infantil era procurado por quase toda a gente da cidade. Havia já as “freiras”, os dois colégios também abriram.

E- Abriu o colégio do Sagrado Coração de Jesus. Mas primeiro tinha aberto o de Santa Clara – a Casa do Arco?

H- Sim o de Santa Clara era o mais antigo, o do Sagrado Coração abriu pouco tempo depois de nós, mas a frequência delas, não implicava com as nossas. Elas também tinham as suas crianças e continuam a ter e também muito bem organizadas. Nessa altura eu comecei também a ter Educadoras, Auxiliares de Educação. Outra necessidade que vimos que era necessária era dar o almoço e o lanche, às crianças.

E- Também davam lá de almoçar?

H- Passámos a dar de almoçar. O Instituto de Obras Sociais achou que também era muita necessidade e abriu-se lá uma cozinha. Dava-se o almoço e o lanche às crianças e à tarde iam para as suas casas. As crianças saíam às 17h30, as que tinham pessoas em casa. As que não tinham esperavam que os pais lhes fossem lá buscar e pronto, fechávamos o Jardim Infantil, 18h/18h30.

E- Sentiu dificuldade no início, por causa do material. Do material que pedia?

H- Não, não tinha problemas de aquisição de qualquer material, porque o Instituto de Obras Sociais era uma instituição bastante bem organizada e não tinha dificuldades de verbas. Claro que não se pediam coisas extras. Pedia-se o que era necessário, mas não havia dificuldades de verbas.

E- Então a Teresinha, penso eu, só depois do 25 de abril é que foi para lá?

H- Sim.

E- Mas só a partir daí é que começaram a haver mais salas?

H- Sim sim. No rés-do-chão. E depois abrimos no primeiro andar. Mas as salas estavam todas prontas e adaptadas logo desde o início.

E- Mas fizeram obras para o 1º andar?

H- Não, já estava adaptado. Porque a parte de Creche (de crianças dos 3 meses aos 3 anos, aí nunca abriu). Porque não tínhamos pessoal, não tínhamos condições e essa parte não abriu.

E- Mas estava pensado em abrir-se?

H- Se lá continuasse se calhar... mas na altura aquilo que eu pedi mais foi que a idade de entrada fosse aos 3 anos mas havia pedidos para crianças com 2 anos, que já lá tinham irmãos com muita necessidade de entrarem. Pedi essa autorização e foi-me concedida.

E- Esse trabalho que fazia de motivação pelos bairros era só aos funcionários da previdência?

H- Só.

E- Fazia reuniões de bairro com eles.

H- Fazia reuniões de bairro, convocava-os para ali às “tantas horas”, havia quem cedesse uma casa ou às vezes reuníamos até na rua.

E- O que é que eles alegavam? O que é que lhe diziam?

H- As mães que estavam em casa diziam-me “os meninos estão em casa, estão comigo, não os quero pôr em lado nenhum”, “Só quando forem para a escola Primária”, As pessoas ainda estavam muito incrédulas disso tudo. Ainda para mais pedíamos-lhe que tinham que pagar alguma coisa. Havia casos que não pagariam muito. Mas no início pagavam todos o mesmo - 60 Escudos e depois seriam apoiadas pela Caixa de Previdência. Mas depois o Instituto de Obras Sociais estabeleceu umas tabelas, em que conforme a capitação das famílias, as crianças pagavam e aí já pagava mais do que os 60 escudos.

E- Na altura o que é que achava das crianças, quando vinham para o Jardim no primeiros dias? Que impressões +e que ficavam delas?

H- Boas, as crianças gostavam. Havia sempre aquela fase de adaptação. Crianças que se adaptavam lindamente para andar ali na brincadeira, nas salas, no parque infantil, crianças que se vê que custava mais, que estavam habituadas ao seu sossego de casa, portanto havia essas dificuldades.

E- Mas que impressões é que tinha das crianças na altura?

H- Em termos de vestuário, condições de higiene, alimentação...Não era má. Crianças com todos os feitiços...mas não tenho assim uma impressão...andrajosas já não andavam. Limpinhas dentro do possível também andavam. Porque entretanto a parte do serviço social, onde eu tinha estado primeiro, e as senhoras auxiliares sociais que visitavam as famílias com muita frequência, as famílias já quase todas eram do conhecimento do serviço social que existia do Instituto. Portanto já havia ali grande preparação para as crianças andarem limpas. E depois quando a seguir se abriu a todas as classes sociais...foi mais complicado, já vinham todo o tipo de crianças dos bairros ali da Mãe D'Água. Mas as crianças adaptavam-se bem umas com as outras...Havia crianças de todo o tipo. Mas pareceu-me que à medida que os anos passavam cada vez me pareciam mais educadas e mais cuidadas. Houve uma altura em que era frequentado pelos filhos das pessoas mais importantes da cidade. Todos queriam ir para lá.

E- Pronto, vamos então terminar a entrevista. Muito obrigada senhora Assistente Social Hermínia Antunes, foi um prazer receber os seus dados.

Anexo VII - Entrevista Educadora 5 - Santa Casa da Misericórdia e Jardim-de-infância n.º 1 de Bragança do Ministério da Educação.

Data da Entrevista: 21-10-2011

E- Entrevistador^o

I-Entrevistada

Nome da Educadora: Isabel Maria da Silva Miranda Poças

Data de Nascimento: 24-12-1956

E- Isabel, vamos falar sobre a sua história de vida e o seu percurso de vida como Educadora de Infância até aqui. Nasceu aqui em Bragança?

I- Não, sou de Santa Marinha do Zêzere (concelho de Baião, distrito do Porto). Casei com um homem de Bragança e como transmontano trouxe a esposa para aqui. Fiz em Santa Marinha a Primária, depois o 5º ano antigo em Resende no colégio D. Afonso Henriques e no Brotero no Porto. Depois fui tirar o curso de Educadora de Infância na Escola Paula Frassinetti do Porto que pertencia às Doroteias no ano de 1975. O curso teve a duração de 3 anos. Acabei com 22 anos de idade.

E- O que é que se lembra do curso?

I- Sim...eu adorei o meu curso. A Paula Frassinetti é uma escola que nos prepara para a vida. Acho que isso foi fundamental para nós podermos dar resposta aos desafios que a profissão nos tem... mas claro que a formação não ficou só por aí. A estruturação do curso foi assim: entrei para a escola e tivemos uma primeira semana, que foi uma semana de observação no Jardim-de-infância, logo na primeira semana. A primeira semana foi passada num Jardim-de-infância e eu passei no JI da Torre da Marta. Então foi uma experiência que foi boa, porque tivemos o primeiro contacto com a realidade que era o Jardim-de-infância. Depois fomos para a escola, e a partir daí, começámos nesse ano a ter estágio mas só de observação. No 1º ano. No 2º ano já a intervir. Dois dias por semana, em que já ficávamos com o grupo, com a turma, na ausência da colega de 3º ano. Porque essa colega já estava responsável por uma turma. Em que ia à escola, no dia de reflexão (às 5ª feiras) e as de 2º ano ficavam responsáveis pela turma, na ausência da colega de 3º ano. No 3º ano já tínhamos o ano de estágio. Só tínhamos um dia na semana, em que íamos à escola tirar dúvidas, fazer reflexões. Nós na altura, na Paula Frassinetti, não seguíamos um modelo específico. Mas não trabalhávamos como hoje. Nós hoje tínhamos mais consciência, temos mais consciência. Mas abordávamos diversos modelos. Mas trabalhávamos mais...sei lá, as crianças eram como flores para desabrochar. Não valorizámos muito o ensino-aprendizagem. Era mais o lúdico na criança. Hoje o trabalho já é completamente diferente, porque também estamos mais despertas para a intencionalidade educativa. Já vemos a Educação Pré-escolar noutro sentido. Acho que é totalmente diferente nesse aspeto. Crescemos muito. Porque vemos a criança que precisa de carinho, de afecto, mas uma criança que está ali para ser apoiada no seu desenvolvimento e a aprender.

E-Quantos anos de serviço tem?

I- 33 anos. Acabei o curso em Junho de 1978 e comecei a trabalhar logo em setembro de 1978, na Creche da Santa Casa da Misericórdia aqui de Bragança. Iniciei o meu 1º ano de serviço com um grupo de 35 crianças de 2 anos e meio de idade., logo em Fevereiro de 1976.

E- E já estavam lá que Educadoras mais?

I- Eu estava na parte da Creche, e na parte do Jardim-de-infância, na parte de baixo acho que estava a Xica (de Gimonde), a Maria da Cruz, e outra colega que já não me lembro e ajudantes. E então fiz esse primeiro ano de trabalho na Misericórdia, tinha um grande n.º. de crianças e tinha uma sala completamente vazia que eu me fartei de trabalhar a por em ordem. As instalações eram ao lado de onde hoje é a secretaria, naquele pavilhão ao lado. Em cima. O pavilhão era pré-fabricado, não tinha casas de banho em cima. Os meninos tinham potes plásticos. E não tinha uma auxiliar a tempo inteiro, apenas tinha na hora do almoço. Entretanto como tinha a sala completamente vazia, não tinha material, do meu primeiro vencimento recebi 6 contos, e 3 mil escudos deixei-os na Rosa d'Ouro para comprar material, para poder trabalhar.

Então foi engraçado, porque eu não tinha literalmente nada, as crianças eram muito pequeninas, e com certeza por pensarem que eram pequeninas pouco se trabalhava. Mas claro, eu vinha com a força toda para trabalhar. Comprei o material que achei. Não me arrependi porque fiz aquelas crianças felizes. As crianças e eu. Comprei “borronas”, plasticina, barro. Necessário. Depois fui pedir ajuda aos velhinhos que estavam numa sala ao lado. Então eles ajudaram-me na altura. Foi ótimo, foi uma maravilha. Trabalhámos num ambiente familiar, eles ajudaram-me muito na confeção de folhinhos para a casinha das bonecas, para apetrechar a cama das bonecas com retalhos que existiam lá de tecido. E então, eles junto

das crianças ajudaram-me a construir o resto da sala. Participaram imenso e criámos uma relação de amizade entre os meninos, os mais crescidinhos da Creche, e o lar. E era uma forma deles também ocuparem aqueles tempos livres e sentiam-se felizes, porque sentiam-se avós. E ao mesmo tempo que trabalhavam, contavam histórias aos meninos. E os meninos cantavam canções e trabalhávamos juntos em parceria.

E- Acabou em Junho na Paula Frassinetti e iniciei em setembro de 1978 e tiveste na Misericórdia até quando?

I- Na Misericórdia trabalhei aquele ano letivo nessa sala – 78/79. Depois no fim do ano eu fui convidada (fiquei grávida da minha filha e tive a minha filha em Abril) e então nesse ano letivo veio uma colega substituir-me, que foi a Angelina. Para a Creche. Chegou o fim do ano letivo e fui convidada para ir para a parte de baixo, para coordenar o Jardim-de-infância. Acontece que eu cheguei lá e eu não aceitei se não fizessem obras eu não queria ir para baixo, ficaria em cima, porque eu já tinha caído a sala onde eu trabalhava, alterei o espaço porque as condições em baixo estavam péssimas e então (ainda não tinham iniciado as obras) e então eu pedi ao Sr. Cónego Valdemar, que nós ajudávamos, portanto eu iria para baixo, com três Educadoras, que eram eu, Angelina e a Teresa Borges (Tiza). A Maria da Luz tinha saído e ficou a Francisca. Mas depois a Francisca também parece que saiu. E então entra a “Tiza” para iniciar funções nos Jardim em abaixo. Acontece que pintaram-nos o Jardim todo, a cozinha, nos ajudámos e com materiais de desperdício, montámos as salas. Material que a Santa Casa da Misericórdia nos disponibilizou porque via o interesse e a nossa motivação na altura que éramos muito jovens e com garra para trabalhar. Então depois, entretanto, abrem os concursos no oficial. E nós encontramos-nos um dilema: a Santa Casa dá-nos resposta às necessidades (para começarmos) e entretanto abre o concurso no oficial e nós não sabíamos o que havíamos de fazer. E então ganhamos coragem e fomos falar com o Cónego Valdemar e pusemos-lhe o problema.

O Cónego Valdemar disse-nos “vocês não fiquem tristes, vocês têm que aproveitar, sois jovens, aproveite o público. Então nós largámos a Santa Casa da Misericórdia e fomos, concorremos. Nós as três, eu a Tiza e a Angelina.

Entretanto apanhámos as três, eram 5 lugares, e quem apanhou mais foi a colega a Natália que estava trabalhar no Cachão, e uma colega de Viana de Castelo, que era a Isabel Cordeiro. E então apanhámos. Mas criaram os lugares sem instalações. E então, nós como não tínhamos instalações, fomos para as instalações da Delegação Escolar.

E- Portanto foi o concurso de agregadas.

I- De agregadas. Ali era assim, em tempos havia dois concursos que eram: o primeiro concurso de agregadas, (quer dizer que não estavam efetivas no lugar) e depois para ficar definitivo, era só após o concurso de efetivos. E então nós estivemos nesta situação 3 anos mais ou menos, dois dos quais, estivemos a trabalhar nas instalações do antigo quartel.

Portanto nos iniciámos funções em outubro de 79. Como não tínhamos instalações, nós aguardámos na Delegação Escolar. Enquanto aguardámos aproveitámos esse tempo para, como nós sentíamos já certas dificuldades em termos de recursos materiais e como estávamos sem meninos, então nós aproveitamos para fazer material. Já tínhamos montes de material e não havia maneira de nos arranjar as instalações.

E- Mas havia promessas das instalações?

I-Nós ouvíamos dizer que iam começar a construir o Jardim-de-infância N.º 1 de Bragança, que era o primeiro. E que entretanto estavam a pensar arranjar-nos umas salas para podermos trabalhar, mas nós já tínhamos crianças inscritas, pois as pessoas souberam logo das novidades que se ia abrir ainda nesse ano. E como era grátis foram logo inscrever-se muitas pessoas mesmo não sabendo ainda onde iria funcionar. Estávamos na Delegação sem crianças, e nós queríamos começar, e então começámos a pressionar o Presidente da Câmara, com ajuda do Diretor escolar. Tanto pressionamos que o Presidente da Câmara um dia, já desesperado, dá-nos um molho de chaves, “p’raí” com cento e tal chaves, e disse “desenrasquem-se, vão para o quartel, que é vosso”. Que hoje é Câmara Municipal. Então nós fomos para o quartel, olhámos umas parças as outras e escolhemos uma parte do quartel. Aquilo eram 4 alas, e nós trabalhamos numa das alas. E então essa ala que nós escolhemos tinha salinhas pequenas, que eram os gabinetes. E lembro-me perfeitamente que uma das salas tinha as cabines telefónicas e então, acho que foi um espetáculo para mim, porque eu peguei nas cabines telefónicas, e então as áreas foram construídas dentro das cabines. A sala, portanto tinha uma sala pequenina, e essa sala era onde nós nos reuníamos e fazíamos as reuniões de grupo. E depois dirigia-as para o seu espaço, e foi uma experiência que eu tive fantástica, porque foi diferente, e nós no fundo... é o adaptar ao meio. E resultou.

E- Mas vós estivestes naquele espaço ainda quanto tempo sem crianças a preparar o espaço?

I- Nós trabalhamos fins-de-semana, arranjámos aquilo tudo, ficou pronto e abrimos com crianças no 2.º período, dia 4 de Fevereiro de 1980.

E- Tivemos o apoio, porque já existiam ali os armazéns na parte detrás do quartel, que já funcionavam ali nessa altura. Que era o sr. Sá, o chefe, e então nós tivemos ali um apoio incondicional dessa gente que nos ajudou em tudo o quanto precisávamos: pregos... quando precisávamos de material, nós recorriamos e eles ajudavam-nos. Até nos ajudaram “a assustar os ratos”- E a ligação foi muito forte, porque continuaram a ajudar-nos, porque eram os únicos vizinhos que tínhamos. Porque nos estávamos muito afastados da cidade, nessa altura. Apenas tínhamos a escola de enfermagem, o liceu, e o lar/residência da Gulbenkian e na altura não tínhamos ali mais ninguém, porque depois é que foi a guarda-fiscal para cima. Então fizemos uma festa no final de ano, tínhamos necessidade de fazer uma festa, nós éramos jovens, e então foi engraçado, porque nos aproveitámos uma das casernas. Tivemos que a limpar, e então limpámos já com a ajuda de algumas mães. E fizemos uma festa, em que os pais foram muito participativos nessa altura, nessa caserna. E era a parada, um bocado da parada dos tropas. Mas ali não havia mais ninguém, mas havia um a arvoredor fantástico, portanto a parte exterior foi fantástica para as descobertas no exterior. Porque eram árvores, eram pedras enormes, os miúdos tinham um espaço exterior fantástico para as descobertas e daí surgiam muitas situações nas vivências com os miúdos. Nós ali tivemos já mobiliário que nos deu a Câmara. Não era bem próprio, era adaptado. Mais tarde, que eles estavam a construir o Jardim-de-infância definitivo que é este onde estamos agora foi tudo apetrechado com tudo. Lá em cima funcionámos com mesas que nos deram, mas mobiliário provisório. Umas estantes.

E- E estiveste lá quanto tempo?

I- Ora nós tivemos, portanto Janeiro de 1980 até 1981. Viemos para as instalações definitivas em setembro de 1981.

E- E nas instalações velhas lá em cima, lembrasse do processo de inscrição das crianças e da publicidade que se fez, como é que foi?

I- Na altura, as inscrições foram feitas na Delegação escolar. Nós na altura, servíamo-nos do jornal “o Mensageiro” e também nos primeiros anos chegámos a mandar para a rádio. Mas eram uma loucura, as inscrições na altura!

E- Começastes com quantas crianças? Logo no primeiro mês?

I-Começámos com 100 crianças, no primeiro ano quando estávamos na delegação escolar. E até foi um bocado complicado para o espaço que tínhamos, mas depois quando passámos a trabalhar no Jardim novo em 1981, já trabalhámos com 125 meninos em 5 salas. Cada sala tinha 25 crianças por sala e uma lista de espera enorme, sempre. Mas nunca, passámos o limite das 25 crianças por sala.

E- Então quando mudastes para aqui, foi uma festa, com instalações novas?

I-Foi uma festa, porque os meninos que estavam connosco, acompanhavam a obra, porque nós íamos com eles ver a nossa escola nova. Portanto alguns meninos que passaram do quartel para o Jardim-de-infância, já conheciam, porque eles foram assistindo à construção da escola.

E- Aqui não tiveram problemas de material, equipamento? Foi logo tudo bem equipado?

I- Isto era novo e a Câmara apostou neste Jardim-de-infância.

E- Portanto o Ministério da Educação pagava-vos a vós o ordenado, mais nada?

I- O Ministério da Educação dava. Deu-nos os livros. Nós recebemos muitos livros nessa época, que hoje não recebemos do Ministério da Educação. A Câmara apetrechou o Jardim-de-infância, construiu, mobilou e era responsável pela manutenção da instituição. A parte pedagógica era com o Ministério da Educação e nós recebíamos uma verba do Ministério da Educação para material pedagógico. Recebíamos essa verba e recebíamos também algum material, mais precisamente livros para a biblioteca infantil, que cada sala tinha. Tínhamos o apoio e orientação, na altura ainda não era inspeção chamavam-se orientadoras do Ministério da Educação. Que vinham da DREN.

E- E aqui no processo, nestas novas instalações, começaste logo com reuniões de pais, como é que envolvereste as famílias? Projetos? Fizestes projeto pedagógico? Como é que trabalhavam?

I- Nós trabalhámos sempre com os pais porque necessitávamos deles, porque sentíamo-nos melhor. E então nós tínhamos reuniões, as festas eram feitas com os pais, fazíamos sempre uma festa no final de ano, uma sardinhada, fazíamos magustos com os pais, e os pais vinham à escola... nós ainda hoje trabalhamos assim. Não podemos dizer que era muito diferente, pelo contrário, porque o Jardim-de-infância estava sempre aberto. Só pedíamos aos pais, e eles também já se apercebiam, que a partir de uma certa hora, não interromper as salas, a partir das 9h, mas eles trazem os meninos à escola, tiravam os casacos, põem a mochila.

E- Mas faziam a reunião no início do ano?

I- Fazíamos no início do ano, de abertura de ano, e depois se houvesse necessidade fazíamos outra durante o ano. Não se fazia muitas reuniões. Os nossos contactos com os pais eram informais. Eles não pagavam nada, não havia componente de apoio à família. O Ministério da Educação nessa altura abriu os

Jardins-de-infância para dar resposta à criança e não às famílias. Depois mais tarde, alterou-se e então o Jardim-de-infância passou a dar resposta às crianças e às famílias.

E- Mas qual era o horário?

I- O horário era o horário letivo, 9h-12h e 14h-16h. Os pais vinham buscá-los às 12h (e tinham tolerância de 10 minutos, para os pais chegarem ao local de trabalho) a partir daí o Jardim encerrava.

E- Em termos de projeto pedagógico, o que é que te lembras de trabalhar?

I- Em termos de projeto nós tínhamos os temas de vida. Nos primeiros anos nós tínhamos um tema e andava-se à volta desse tema, praticamente orientávamos por as festas sazonais. Isto durante 2 ou 3 anos. Depois, nós tínhamos as, não eram orientadoras mas as “visitadoras” que vinham da DREN, em que nós tínhamos reuniões, conversávamos do que íamos trabalhando com os meninos, e por vezes as situações eram muito positivas e elas começaram a estimular para nós, “você não podem ficar aqui fechadas na escola, porque é que não escrevem, porque é que não divulgam um bocadinho do vosso trabalho? Trabalham tanto, e não tem consciência daquilo que fazem?” que é hoje a chamada visibilidade. Porque um dia a inspetora chegou aqui, e nós estávamos a chegar da rua, estava um dia até meio enublado e os miúdos vinham cada um com um molho de vime, porque fomos de STUB e viemos a pé, ao Castro (aquele riozinho buscar vime) que estávamos a viver um projeto que era a cestaria. E então nós fomos à descoberta do material. Lembro-me que vinham os miúdos, todos felizes e a inspetora ficou... diz assim “você não registam não fotografam. Têm que começar a tirar fotografias... para uma revista.” Porque nós trabalhávamos pelo prazer de trabalhar com os miúdos. O nosso objetivo não era mostrar o que fazíamos, mas era trabalhar e sentirmo-nos felizes e vermos as crianças felizes e a crescer. Hoje a nossa preocupação é trabalhar, mas recolher evidências para depois divulgar. Que isto é positivo também. Mas nós depois nessa altura, começamos a usar a máquina fotográfica, e começamos a fazer as nossas primeiras fotografias, que metemos nos dossiês ali. Das várias situações que nós íamos desenvolvendo ao longo do ano. Então temos ali 2/3 dossiês com imensas fotografias, que às vezes até vêm cá os miúdos que nos pedem para nós mostrarmos, já grandes, crescidos, formados, e nós até cedemos fotografias (tiram, revelam e voltam a trazer as fotografias). Foram os primeiros registo que nós fizemos com os meninos. E depois apareceu a máquina de filmar que também comprámos uma. Também filmámos.

Aliás, na altura que fomos fazer o CESE, nós também já registávamos mas também sentimos mais necessidade ainda quando chegamos aos projeto de investigação, e eu na altura fiz o projeto de investigação com um grupo de 3 anos de idade, que foi sobre Matemática, porque acho que eu na minha formação inicial, era uma das áreas que não me sentia bem preparada. Eu queria trabalhar a Matemática, com o sentido da Matemática mas de uma forma lúdica. E então havia nessa altura, já as grandes dificuldades na Matemática e eu tinha uma filha que era uma boa aluna, mas na Matemática tinha muitas dificuldades e então nós no Jardim-de-infância... devemos começar a trabalhar a Matemática, para os meninos verem que a Matemática não é assim um “papão”. E foi o que me levou a escolher esse tema. Aí necessitei da máquina de filmar.

E- Havia formação sem erviço?

I- Tínhamos formação dada por colegas. Colegas que estavam na DREN, no Porto (que era a Ana Garrett, a Dora Vigário, a Elisa, mais duas ou três) em que vinham a Bragança. Davam-nos formação e quando elas vinham para essa formação reuníamos as colegas do concelho, que vinham a Bragança (do rural). E onde nos encontrávamos, colocávamos as nossas dificuldades, trocávamos impressões e elas ajudavam-nos e trazia-nos também novidades. Orientavam-nos também no sentido de nós irmos crescendo, porque por exemplo, eu lembro-me que nos passámos dos temas de vida aos projetos. Era um projecto e nós depois trabalhávamos com esse projeto o ano inteiro. Nós agora trabalhamos com projetos que vão nascendo. Segundo os interesses e necessidades dos meninos. Na altura falava-se muito, mais ou menos nos anos 90, na pedagogia de situação, que eu andei dois anos, acho que foi os piores anos em que me senti tão mal...sentia-me perdida. Porque eu vinha para a sala e observava os meninos e das situações que observava, eu agarrava nessas situações para estruturar o meu trabalho. Mas isto não dava segurança ao Educador. A mim não dava. E então eu senti-me e mal, não andava bem e isto também durou pouco tempo. Foi 2 anos, nem isso, porque depois apareceram os tais projetos que a Educadora tem objetivos, traça os seus objetivos, estrutura o seu trabalho, planificação. Claro, mas baseado nas características de grupo, nas suas necessidades. Mas há um suporte, é a planificação. Eu sei que vou para a sala que vou trabalhar isto, não quer dizer que se surgir no momento algum tema importante, que surja da conversa da manhã eu não siga esse tema. Que não sou rígida, mas dá mais segurança ao Educadora porque dá mais consciência. Dá mais segurança e eu sinto-me melhor hoje.

E- Portanto na altura tinha 25 crianças numa sala. Trabalhavas dessa maneira como se trabalhava. As crianças estavam por idades ou eram grupos heterogêneos?

I- Nos primeiros anos dividimos as crianças por idades, sala dos 3 anos, dos 4 e dos 5 anos de idade. Depois havia outros grupos que estavam misturados. Eram 5 salas. A continuidade educativa era dentro de Jardim-de-infância. No 1º ciclo, nós no início, não havia qualquer ligação com o 1º ciclo. Depois passado, mais ou menos nos anos 90, nós começamos a ver a necessidade de nos relacionarmos com o 1º ciclo. Sentimos essa necessidade, quem tinha miúdos de 5 anos. Porque no nosso último período, preparávamos para os miúdos irem para o 1º ciclo. Mas antes, nos primeiros anos, isso nem vos passava pela cabeça. Isso não, não acontecia. Era isolado da nossa parte e dos nossos colegas do 1º ciclo. Depois sentimos essa necessidade e então começamos a visitar, sempre no último período. Antes, aí dois meses do ano acabar, fazíamos uma visita ao 1º ciclo. Às escolas mais próximas, que era à estação e à Mãe d'Água. (Que eram para onde iam a maior parte das crianças). Porque sentimos essa necessidade, dos meninos antes de sair do Jardim-de-infância, conhecer as escolas do 1º ciclo. Porque estavam organizadas de forma diferente. Foi aí que começamos a relacionar com eles. Tivemos relação com o 1º ciclo sim, no primeiro e segundo ano de trabalho com colegas do 1º ciclo, porque não havia Educadoras suficientes para as vagas que foram criadas para o Pré-escolar e então foram colocadas professoras do 1º ciclo, no rural. Que elas se reuniam connosco, nessas reuniões que nós fazíamos de formação. Eram reuniões de conselho de docentes, em que as colegas das aldeias vinham reunir connosco uma vez por mês. As colegas, algumas delas, eram professoras do 1º ciclo. Em que tinham necessidade e foi bom. Tinham necessidade de ouvir... porque não tinham a nossa formação e estavam a trabalhar com as “mesmas crianças”. E foi aí que houve um relacionamento. Porque elas foram ocupar as vagas de Educadores. Depois, foi mais tarde, quando sentimos essa necessidade que deveríamos ir com os meninos às escolas do 1º ciclo. Nos primeiros anos nós sentimos assim um bocadinho, no primeiro e segundo ano... depois já não... porque os colegas já nos conheciam. E passaram eles depois também a vir ao Jardim-de-infância, porque os meninos saíam do Jardim-de-infância, falavam do Jardim e os colegas da escola, vieram aqui dois ou três anos (também dependia dos colegas) e vinham recordar o Jardim-de-infância e vinham-nos visitar, foi engraçado, também passámos essa fase. Hoje é diferente: há uma articulação, porque há reuniões, há uma passagem de testemunho, já é diferente.

E- Já não assim mais nada a dizer... a não ser uma coisa: os modelos, as teorias, o Fröebel ou Maria Montessori, todos esses pedagogos que fazem parte da história da Educação de Infância, revisitava-los de vez em quando, utilizava-los ou lembrava-se deles ou ficou só com uma vaga ideia e depois não os trabalhava muito?

I - Nós, o trabalhar em grupo obriga-nos a dialogar, a reflectir e, talvez... eu acho que foi isso: o estarmos numa cidade, termos um Jardim-de-infância desta dimensão, o fazermos reuniões, o refletirmos em grupo: aprendemos. E tínhamos necessidade muitas vezes, como nós não éramos pessoas de estar paradas, tínhamos que estar sempre em movimento, porque havia sempre aquela preocupação com o que estávamos a fazer, como fazer, e então como estávamos também próximos do Magistério e estivemos sempre em ligação com escolas de formação de Educadores. Começamos com Magistério, depois com a ESE, isto também nos obrigava a estar atualizadas, estar atentos.

E- E sobre o Magistério: o primeiro curso começou em 1983/84, recebeste logo aqui estagiários?

I- Logo, desde o primeiro ano. Mas antes já trabalhávamos com a Escola de Enfermagem.

E- Quando veio para aqui, eram 5, entretanto quando foi para o concurso para efetivas é que concorreu a Lúcia e a Hermínia...

I- Portanto passamos das instalações provisórias para as definitivas, as 5 (a Teresa Borges, a Natália Rocha, a Angelina Sanches, a Isabel Cordeiro e eu). Depois passámos para as definitivas e abrimos o Jardim-de-infância. Acabou o ano letivo e saem os concursos de efetivos. Então os 5 lugares foram a concurso e houve o segundo concurso. Eu só fiz 2 concursos na vida, foi o primeiro de agregados e o segundo de efetivos. Nesse segundo concurso que fizemos, apanhei eu, a Teresa Borges, a Natália Rocha e no lugar da Angelina e da Isabel, apanham duas colegas que estavam a trabalhar no centro de educação especial, em que essas colegas tinham mais tempo de serviço. Não era a média, penso que era mais o tempo de serviço que a graduação profissional. Era assim, a graduação profissional, que era a média de curso mais os anos de serviço. Então, apanhou a Hermínia e a Lúcia. A Angelina depois foi para Parada e a Isabel para Vinhais. Mas estiveram lá pouco tempo...

- Mas contratadas ou vinculadas?

- Não, efetivas. Houve uma mudança. Depois entretanto abre o Magistério e, eu não me lembro se foi por convite se foi por concurso, a Angelina foi para o Magistério com a Isabel. Passámos outra vez a trabalhar juntas. Na altura, trabalhar numas instalações provisórias e depois vir para um Jardim de novo, definitivo e abandonar umas instalações acabadinhas...foi um bocadinho frustrante para elas e para nós também, claro. Dávamo-nos bem...

E- Pronto, vamos então terminar a entrevista. Muito obrigada senhora Educadora Isabel Poças, foi um prazer conversar consigo e partilhar as suas memórias.

Anexo VIII - Entrevista Educadora 6 - Centro de Educação Especial e Jardim-de-infância nº. 1 de Bragança do Ministério da Educação.

E- Entrevistadorº

L-Entrevistada Educadora

Data da Entrevista: 26-08-2011

Nome da Educadora de Infância: Lúcia Parra

L- Chamo-me Lúcia de Fátima Parra, nasci dia 20 de Maio de 1953, no Brasil. Com 4 anos de idade fui para a aldeia de Bemposta Mogadouro. Fiz a Primária em Bemposta com uma professora extraordinária, gostei muito de todos os meus Professores. Depois fiz em Bemposta a telescola, vim para Bragança onde fiz a escola secundária - fiz o 5º ano. Quando acabei o 5º ano quis logo começar a trabalhar. Com 18 anos foi então que me surgiu a oportunidade de ir trabalhar para o Centro de Educação Especial como vigilante.

E – Esteve lá quanto tempo a trabalhar como vigilante?

L – Estive lá 2 anos éramos as mães das crianças levantávamo-los, deitávamo-los, dávamos-lhe de comer fazíamos-lhe tudo e alguns eram da minha idade tinham 19 anos. Nos entramos com a condição de que se nos mandassem tirar o curso de Educadoras de Infância tínhamos que ir, senão ficávamos sem emprego, se por acaso tivéssemos que ir tirar o curso tínhamos que trabalhar lá os 3 primeiros anos depois de acabarmos o curso. Não podíamos ir trabalhar para mais lado nenhum ao terminar o curso. Em 1974 fomos tirar o curso eu e a Hermínia fomos para o Porto para a escola Paula Frassinetti. Eles pagaram-nos o curso mas nas férias tínhamos que ir trabalhar. O curso na altura tinha a duração de 3 anos.

E – Como é que foi o percurso de tirar o curso?

L – Gostei imenso, tivemos estágio logo no 1º ano mas só estágio de observação, fazíamos vários estágios de observação em fábricas. Nem sempre éramos recebidas da melhor forma porque também tinha acabado de se dar o 25 de abril e as pessoas andavam um bocado desconfiadas. No segundo ano fazíamos estágios de 15 dias em cada instituição mesmo no Jardim-de-infância. Era um estágio de observação e intervenção mas era muito mais direcionado para a atividade fazíamos teatro de sombras, fantoches, lembro-me que a primeira vez que fui estagiar foi para a flori que era na Foz e a Educadora quis logo que eu contasse uma história, mas eu não quis fazer nada. Então ela fez um teatro de fantoches e nós estivemos lá a assistir. Gostei imenso de passar pelos centros por onde passei porque era uma diversidade tremenda e um contraste terrível. Era quase o início de coisas novas havia muita tentativa para se fazer o melhor. Experiências a nível pedagógico por exemplo, lembro-me que se procurava inovar mas depois a escola como era religiosa também se entrava um bocadinho em confronto com isso que era por exemplo: havia uma Educadora que na altura ela era de 3º ano e nós éramos de 1º e falava-se muito nela porque ela inovava muito era muito contestaria, retilava muito. Uma vez parece que a diretora viu numa aula de ginástica e que lhe disse: -isso são formas de uma senhora Educadora estar assim dessa forma púdica? Ela não se ficou e respondeu-lhe. Mas enfim, por aí já se pode ver a contestação e a intenção também. Já seriam questões políticas. Essa mesma Educadora fez assim várias experiências na Ribeira e no bairro do Aleixo, que eram bairros muito polémicos, desde piolhos a asneiras e disparates. Lembro-me que uma das Educadoras estagiárias começou a dizer asneiras com as crianças, porque ela chamava-as à atenção e elas continuavam a dizer asneiras e então a Educadora começou a dizê-las também e os miúdos chamavam-na à atenção. Ela disse-lhe: -essa agora, então vocês podem dizer asneiras e eu não posso! A partir daí as crianças começaram a dizer que não se podiam dizer asneiras! Tentavam-se essas inovações para ver se resultavam e mesmo a outros níveis experimentavam-se coisas muito interessantes mesmo a nível de fantoches.

L – Acha que a parte teórica foi bem trabalhada ao longo do seu curso?

LP – Acho. Tínhamos um Professor de psicologia fantástico e mesmo a nível de articular a teoria com a prática, por exemplo. Perdia-se muita coisa porque nós ainda não estávamos preparadas. Mas experimentava-se muito, mesmo a própria escola, por exemplo, se houvesse um filme, um teatro, nós íamos. Havia assim uma relação quase de mãe e filha na escola. Houve uma altura por causa do 25 de abril que a escola passou a ser oficial porque aquilo era particular.

L – Houve problemas entre o ensino oficial e particular nessa altura?

LP – Não o oficial ainda não tinha sido criado depois saíram colegas para criar o oficial, saíram muitas colegas da Paula Frassinetti e abriram então uma escola oficial. Que depois passou a ser em Viana do Castelo.

LP – Eu acabei o curso em 1977 acabei em Junho e dia 1 de julho já estava a trabalhar no Centro de Educação Especial.

L – Tinham crianças no CEE tinham Jardim-de-infância?

LP – Não era bem Jardim-de-infância mas tinham crianças a partir dos 4 anos.

L – As Educadoras então eram a Anita a Hermínia e a Lúcia?

LP – Sim, tínhamos uma sala e trabalhávamos com crianças de 1º ciclo mas mesmo aquele início, fazíamos mais atividades.

L – Esteve lá quantos anos?

LP – Estive lá até 1982. Aquilo era oficial pertencia ao Ministério dos assuntos sócias pertencia ao IOS e ao Centro de Educação Especial.

L – Quem eram as Educadoras do IOS?

LP – A Alexandrina, a Isaura e a Teresa que era a Diretora.

L – Como é que foi depois a passagem para o Ministério de educação.

LP – Em 1982 levantou-se a questão de podermos ficar efetivas no Ministério da Educação. Nós concorremos e na verdade foi a melhor coisa que fizemos, concorremos quase no último dia, tanto que precisávamos de umas fotocópias autenticadas e fomos ao notário e já não nos queriam autenticar, depois dissemos-lhe que se não nos autenticasse já não podíamos concorrer e lá nos conseguiram autenticar as fotocópias.

L – Na altura quando foram para o Ministério de Educação abriu logo com 5 salas?

LP – Abriu logo com 5 salas, aliás, elas já lá estavam, estava lá a Bela e a Angelina, depois elas saíram, passaram para o Magistério. Estava lá a Tiza, a Angelina, a Natália e a Isabel. A Natália trabalhou no Jardim-de-infância do Cachão e a Isabel trabalhou na Misericórdia eu e a Hermínia é que trabalhámos sempre no Ministério da Educação.

L – Essas suas colegas também tiraram o curso na escola Paula Frassinetti?

LP – Tiraram, a Isabel acabou um ano depois de nós lembro-me da Isabel ser estagiária porque nós as de 3º ano já estávamos responsáveis por uma sala. Outras ainda estavam com uma Educadora, eu já estava sozinha, responsável por uma sala e tinha estagiárias de 2º ano e por ironia do destino fui parar ao Jardim-de-infância que eu não queria. Fartei-me de chorar, era o Jardim-de-infância com mais poder económico do Porto, era só para gente rica, que deixava os filhos o dia todo no jardim, os pais eram pessoas muito ocupadas, gente da política, iam para o estrangeiro e para todo o lado. Isto no meu 3º ano que fiz o estágio todo seguido só ia na quinta-feira à escola o dia todo Fazíamos o horário que já fazemos agora das 9h as 12h e das 14h as 16h. Nós os estagiários adaptávamo-nos conforme as necessidades de cada centro de estágio. Eu como vigilante, porque o CEE continuou a pagar-me, ganhava mais do que as Educadoras que estavam lá a trabalhar. Fiquei lá muitas vezes até mais tarde para fazer o prolongamento, que era feito com todas as crianças juntas num salão.

L – Depois, no Jardim-de-infância do Ministério da Educação que horário fazia?

LP – Na altura não sei se trabalhava 5 horas ou 6 horas, eram 5 horas. Fazíamos 25 horas por semana depois é que passou para 6 horas por dia.

L – Foi logo trabalhar para o Jardim-de-infância novo?

LP – Fui, fiquei logo ali efetiva, não podia perder essa oportunidade.

L – As salas já funcionavam por idades?

LP – Na altura, procurava-se fazer mais por idades, agora voltou tudo a tentar ser horizontal, pelo menos os agrupamentos estão a tentar fazer isso. Na altura tentamos fazer por idades mas às vezes não era possível porque havia menos crianças de 3 anos. As crianças geralmente eram sempre mais velhas, porque havia falta de Jardins-de-infância, havia uma grande lista de espera e apanhavam sempre as crianças mais velhas.

L – Já trabalhavam com projeto pedagógico?

LP – Na altura não. Começamos a trabalhar por temas de vida Começamos a trabalhar assim, porque também tínhamos poucas indicações, tínhamos uma reunião anual no início do ano com os inspetores e com as Educadoras, ou seja, em termos pedagógicos não tínhamos grandes orientações, partia-se do princípio que nos vínhamos formadas para isso como se trabalhava com temas de vida quando estávamos a estagiar começamos a trabalhar também.

LP – Trabalhávamos todas da mesma forma porque tiramos todas o curso na mesma escola portanto aprendemos todas da mesma forma, depois fomos evoluindo e começamos a pensar de forma diferente umas das outras. Mas uma das coisas que tivemos sempre foi o envolvimento dos pais. Lembro-me que uma vez, em 1987, fizemos uma feira e depois fez-me reportar à infância, precisamente por causa disso, porque nos valorizaram tanto, a Câmara montou-nos uma barraca ali na Avenida ao pé dos correios e desde rosas que os pais arranjavam, crochês que os pais faziam - a feira era sobre as tradições- desde

desenhos, compravam-nos tudo, na altura fizemos 30 contos. Os pais estavam sempre interessados e motivados pelo Jardim-de-infância, os pais eram extraordinários na altura.

L – Em termos de materiais, mobiliário tinham necessidades ou estavam bem equipados?

LP – Nos sempre nos queixamos, mas na altura estavam bem equipados então materiais de música havia bastante material, aliás ainda é o que hoje têm. Tínhamos livros extraordinários que nunca mais apareceram assim. Na altura foi o Ministério de Educação que forneceu os materiais, mas a Câmara que ainda era com o Engenheiro Pinheiro tinha um carinho especial por aquele Jardim-de-infância porque foi ele que o construiu e sabia lidar connosco. Por exemplo, íamos-lhe pedir qualquer coisa e ele estava sempre muito bem-disposto e tentava sempre ajudar. O Presidente da Câmara nunca quis por grades no jardim porque dizia que o Jardim-de-infância pertencia à comunidade e a comunidade havia de aprender a respeitá-lo, mas depois veio outro presidente que já as colocou. Mas também era perigoso por causa daquelas rampas. Mas a filosofia dele era essa por isso tivemos sempre um bom relacionamento com a Câmara porque era a “escolinha”. Sempre que precisávamos de consertar alguma coisa ele mandava logo alguém. Tanto que nos últimos anos que trabalhei como coordenadora pedi muitas vezes à Câmara qualquer coisa que precisássemos ele dava-nos sempre. Com os trabalhadores da Câmara tínhamos uma relação ótima porque já me conheciam ou tiveram lá netos, ou filhos, de maneira que procuravam sempre ajudar-nos.

L – Em termos de pessoal, cada sala tinha uma auxiliar ou ajudante?

LP – A nível de auxiliares estávamos muito mal, as auxiliares eram colocadas pelo Ministério de Educação. Tínhamos 3 para o Jardim-de-infância todo. Também não havia prolongamento na altura, as crianças só estavam na escola até às 17:00, assim como nós. O horário do Jardim-de-infância era das 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00. Os pais tinham que ir buscar as crianças para almoçar, embora nos já entendêssemos um bocadinho a situação dos pais porque também sempre os respeitamos e sabíamos que às vezes era impossível. De vez em quando arranjávamos estratégias, por exemplo uma Educadora saía às 17h30m para lhe dar hipótese de ficarem mais um bocadinho, estava sempre uma Educadora presente, fazíamos horário rotativo ou por exemplo até às 12h30m a contar com os atrasos. Lembro-me que uma vez às 19:00 fui levar um menino à Quinta das Carvas (Um bairro afastado da cidade). Uma vez mandamos uma carta a propósito de um questionário e até fui eu que fiz a carta e dissemos que nós éramos pais, psicólogos, amigos, padres éramos tudo. Lembro-me de uma vez que estávamos preparar uma reunião de pais e estávamos a falar sobre os conselhos que havíamos de dar aos pais, e eu dizia assim: -mas então vou eu dar conselhos a quem é mais velho do que eu! Porque eu ainda fui para lá novinha os pais das crianças eram mais velhos do que eu, a própria comunidade do bairro da Mãe de água e da estação, os mais velhos já nos conheciamos-nos todos, tínhamos crianças da cidade toda mas de certa forma os da Mãe de Água e da estação, como estavam ali perto, melhor os conhecíamos.

L- Quantas reuniões tinham com os pais anualmente?

LP – Com os pais só fazíamos uma reunião no início do ano, não fazíamos mais porque os pais estavam sempre envolvidos, os pais participavam em todas as festas, festa de natal, carnaval, fim de ano os pais eram muito colaboradores. Tivemos sempre muitos estagiários de Enfermagem, depois quando chegou o magistério tivemos também os estagiários do magistério, depois começamos a ter os estagiários da Escola Superior de Educação mesmo sem termos remunerados. Na minha altura por exemplo eu ganhava o meu vencimento mas também ganhava por ser estagiária de 3º ano, os estagiários já ganhavam. Eu costumava dizer que fui para Educadora quase que, por acidente porque na altura não escolhíamos mas foi a melhor profissão que eu podia ter tido na vida.

L – Recorda-se das ações de formação que fazia? Era o Ministério de educação que as orientava ou o sindicato?

LP – Era o Ministério de educação, na altura, essencialmente no início do ano, era uma semana de formação ou sobre literatura infantil ou sobre materiais de desperdício, eram sempre sobre temáticas interessantes, eram extraordinárias as ações de formação.

L – Envolveram alguma vez em projetos nacionais?

LP – Não. Uma vez participamos num concurso com a Hungria sobre máscaras, mas nunca nos disseram nada isto já foi quando estava o agrupamento a funcionar no 1º ano. Vínhamos muito à Escola Superior de Educação, à Agrária aos laboratórios. Tínhamos a inspetora que era extraordinária lembro-me que fizemos uma vez um diaporama para apresentar na reunião de pais, lá esta fazíamos a reunião de pais no início do ano mas depois fazíamos assim determinadas ações ao longo do ano. Fizemos esse diaporama sobre toda a vida do Jardim-de-infância e foi extraordinário porque os pais todos diziam que nunca tinham visto uma coisa tão bonita. Era em slides, depois com frases alusivas ao que se fazia. Lembro-me que a inspetora levou esses slides para abrir a Escola Superior de Viseu. Lembro-me de ir ao primeiro encontro de Educação Pré – Escolar em Coimbra, lembro-me que as coisas que se falaram lá como sendo

uma maravilha já nós as fazíamos aqui há muito tempo. Bragança teve sempre um papel pioneiro em termos de educação, nos é que não valorizámos muito aquilo que fazíamos em termos de imagem de deitar cá para fora. Trabalhávamos muito num campo mais restrito que era a comunidade, chegávamos resolver problemas de amor, problemas emocionais entre marido e mulher, entre pais e filhos era o papel social do Educador.

L – Tiveram algum tipo de relacionamento com algum Jardim-de-infância de Espanha?

LP – Não aqui estávamos isolados era a Lei do desenrasca.

L – A informação chegava-vos de que forma?

LP - Era precisamente através da reunião e ação de formação que fazíamos no início do ano. Normalmente era uma Educadora que fazia isso, chamavam-se as reuniões do lançamento do ano. Falava-se de como se devia trabalhar e depois eram as ações de formação aqui na Escola Superior de Educação, faziam-se grandes coisas a nível de formação. Também havia os livros que comprávamos, as revistas, os jornais, a televisão.

Mas considerava a experiência, a prática muito importante. Eu também transporte para a experiência que vivenciava porque tive uma infância extraordinária e colocava-me sempre no lugar do outro para ver o que é que aquilo me fazia. Fizemos um esforço tremendo para que a educação fosse valorizada, e que houvesse evolução, nos próprios Educadores. Encarar a educação de outra forma sem ser de uma forma diretiva que não estou a dizer que não deva existir, porque há momentos para tudo, um esforço ao longo destes anos mesmo a nível sindical e político e que às vezes parece que foi tudo por “Água abaixo”.

No princípio fazíamos também passeios mas só eram aqui. Tivemos sempre um bocadinho de medo em relação à Bracalândia, mas isso também foi muito mais tarde, como não conhecíamos, tínhamos medo, mas depois fomos a primeira vez e gostamos imenso, então começamos a ir sempre, fomos à Bracalândia, ao Jardim zoológico da Maia, fomos também à Serra de Montesinho, fizemos lá uma dramatização que era o lobo e o cordeiro passamos lá o dia. Uma vez fomos fazer uma largada de balões à Praça da Sé, outra vez foram ao Castelo fizeram lá várias atividades, dramatizamos a lenda da princesa. A nossa inspetora motivava-nos muito para sairmos mesmo quando nós lhe dizíamos que estava muito frio ou chovia ela dizia sempre para lhe vestirmos os casacos e galochas porque as crianças têm que sair.

E- Pronto, vamos então terminar a entrevista. Muito obrigada senhora Educadora Lúcia Parra, foi um prazer conversar consigo.

Anexo IX - Entrevista Educadora 7 - Jardim-de-infância do Sagrado Coração de Jesus.

E- Entrevistador

I - Entrevistada

Entrevista à Educadora de Infância Maria da Conceição Barreira - nascida no ano de 1939 – Religiosa da Congregação das Irmãs da Caridade do Sagrado Coração de Jesus

E-Quando e onde tirou o Curso de Educadora de Infância?

I- Concluí o Curso de Educadora de Infância no ano de 1979 na Escola de Educadoras de Infância Paula Frassinetti no Porto. Teve a duração de 3 anos. Durante o curso estagiei em 3 ou 4 Jardins-de-infância, primeiro em observação, depois comecei a orientar algumas atividades. Sei que no 2º ano estive num e voltei para lá fazer o estágio final no ano seguinte. O estágio final foi durante todo o ano e era de 4 dias por semana, apenas um era para ter aulas na escola à sexta-feira. Tinha 20 crianças numa sala pequeníssima. Estive todo o ano sozinha sem ninguém a ajudar-me, apenas ia lá a coordenadora do Jardim algumas vezes.

E- Quando começou a trabalhar no Jardim-de-infância do Sagrado coração de Jesus de Bragança?

I-Foi logo que acabei o curso. Comecei em setembro de 1979.

E- Fale-me do Jardim-de-infância?

I-O Jardim já funcionava há uns anos desde 1971 na nossa casa juntamente com as alunas do lar ali na viela da Estacada. Quando se abriu, foi mais como uma experiência a ver como era aceite. Começou com uma sala, eram poucas crianças, mas depois foi crescendo e passaram a funcionar em 3 salas. Antes de mim nunca tinham tido lá uma Educadora de infância. Trabalhava lá uma irmã e mais as ajudantes que eram contratadas de fora da Congregação. Tivemos sempre a trabalhar funcionárias de fora. As irmãs não trabalhavam lá. Só eu que era a Educadora. Durante o curso quando vinha de férias para Bragança passava por lá a dar umas ideias. Sabe como é, via muitas coisas nos Jardins no Porto e procurava dar umas ideias e melhorar o nosso em Bragança. Quando eu ia lá ajudar nas férias durante o curso as salas já estavam lotadas e havia lista de espera. As salas eram grandes, muito boas, com muita luz das janelas. Já tínhamos montado aquecimento central a gás, o que era uma raridade naquela época. No rés-do-chão havia a Portaria, a secretaria, a sala de visitas, o ginásio com balneários, uma parte que fazia de vestiários das crianças e uma sala de estudo para as meninas do lar. Também havia o recreio na parte de trás da casa, onde havia um escorrega, um baloiço, um equipamento em ferro para eles fazerem lá habilidades de subirem e descerem. Mas o baloiço foi tirado, porque estavam sempre a haver acidentes quando as crianças passavam em frente a ele. No 1º andar era onde funcionava o JI. As salas eram todas no 1º andar da casa, no cimo das escadas havia um átrio grande que dava para as salas. Era um ótimo espaço para recreio interior, às vezes até fazíamos aí as festas.

E- Como estavam mobiladas e equipadas as salas?

I-As salas eram grandes mas tinham pouca coisa quando eu comecei a ir por lá. Tinham armários, mesas, alguns brinquedos, jogos e uma pequena biblioteca com alguns livros e pouca coisa mais. Mas depois quando ia indo por lá nas férias e depois já formada alterou-se muita coisa. Adaptamos algum mobiliário. Cortei as pernas às mesas e às cadeiras porque eram muito altas, fiz estantes pequenas, caminhas, fogões, mesas de cabeceira, guarda-fatos, baús e tanta coisa mais. Era eu e com a ajuda das ajudantes que fizemos quase o material todo para preparar as salas. A maior parte dele era com desperdícios de madeira e caixas e outras coisas. Também fazíamos jogos em madeira e em cartão como puzzles, dominós, figuras e sólidos geométricos e tanta coisa mais. Comprávamos também o que precisávamos: Material para pintar, tintas, pinceis, cartolinas, papel manteigueiro que era mais grosso vinha em folhas grandes que depois dividíamos para as crianças pintarem, folhas de papel, lápis de cera, Eu fazia muitos desenho em entretela para decorar a sala e pintava com lápis “maneley” (Uma cera diferente, parecidos aos lápis pastel) que comprava em grandes quantidades em Espanha quando ia a Madrid. Pusemos placares nas paredes para afixar os trabalhos das crianças e o que íamos fazendo. Afixávamos tudo o que fazíamos os adultos e os trabalhos das crianças como os desenhos e pinturas. Escrevíamos também os temas que estávamos a trabalhar. Também pendurávamos coisas no teto para decorar a sala.

Só passou a haver cantinhos nas salas quando eu os criei. Montávamos aqueles cantinhos fixos ao longo do ano e depois dependia e íamos alterando de cantinhos e a sua disposição da sala. Criei vários cantinhos: música, casa das bonecas, pintura, garagem, construções, biblioteca, etc. Havia regras na sala que fazíamos em grupo. Eu queria que eles entendessem o que se decidia e eram feitas por todos. Na casa das bonecas só podiam estar lá 4 crianças. Os meninos gostavam muito de ir para a casa das bonecas. Só

podiam mudar de cantinho quando arrumassem tudo naquele onde estavam. Tinha que estar atenta para não estarem sempre os mesmos no mesmo cantinho. Tinham que ir mudando. Todos os dias de manhã e de tarde havia sempre um tempo destinado para irem brincar livremente dentro da sala. Depois também tinham sempre o recreio de manhã e de tarde.

E-Como era o horário do JI?

I-Era das 8:00 até às 19:00. As crianças podiam começar a chegar a partir das 8 da manhã e ficavam no ginásio até às 9:00 e depois iam para as salas e começava o acolhimento e depois as atividades até às 10 ou 10:30 dependia. Tomavam o pequeno almoço e depois faziam um intervalo no recreio de meia hora, e novamente para as salas e dependia do trabalho, tanto podíamos trabalhar em atividades como brincarem livremente nas áreas. Depois ao meio dia era a hora de ir almoçar. A maioria almoçava no JI, mas havia alguns que iam almoçar com os pais. A seguir ao almoço iam brincar para o ginásio e começávamos novamente às 14:00 na sala. Depois às 16:00 era a hora do lanche, a seguir iam para o recreio e depois voltavam novamente para a sala. A partir das 17:00 esperavam que os pais os viessem buscar. Podiam ficar no JI até às 19:00. Nesse tempo podiam brincar livremente. Normalmente ficavam no ginásio. As crianças podiam ir no autocarro do colégio que levava as meninas do lar ao liceu e do JI. Havia sítios certos pela cidade onde passava e os pais entregavam e iam buscar os filhos. Mas a maioria eram os pais que os iam levar e buscar ao JI.

E- As crianças dormiam a seguir ao almoço?

I.Quando comecei a passar pelo JI e quando iniciei a trabalhar em 1979, as crianças não dormiam. Mas depois dois ou três anos mais tarde começaram a dormir o grupo de crianças do grupo dos 3 anos de idade e aquelas mais pequenas que também tínhamos sempre a partir dos dois anos. Ficou livre uma sala do lar das meninas e preparámos aquela sala para eles dormirem. Comprámos para lá caminhas e dormiam até às 14:00. Os outros grupos brincavam até às 14:00. Eu brincava sempre com eles nos recreios. Não gostava de ficar lá parada a olhar para eles. Estava sempre a fazer brincadeiras com eles.

E- Como estavam organizados os grupos de crianças pelas salas?

I-Estavam sempre organizadas por idades. Havia o grupo dos 3, dos 4 e dos 5 anos de idade. Eram grupos muito grandes, porque tivemos anos em que eram cento e tal crianças. Chegava a haver salas com 40 e 50 crianças. Nos primeiros anos que eu fui foi quando tivemos mais crianças, mas depois foram diminuindo. Tivemos que reduzir os grupos. Não podíamos ter tantas crianças nas salas. Eu era a coordenadora das três salas. Estava eu numa sala e depois uma auxiliar em cada uma das outras salas. Orientei e formei as ajudantes e todo o pessoal que trabalhava com as crianças e explicava-lhe tudo como queria que se fizesse. Organizava e iniciava as atividades a realizar em cada sala. Começava as atividades numa sala e depois noutra e andava assim a passar por elas todas. As auxiliares de cada sala continuavam. Ia sempre passando a ver como estavam a correr. Mas eram muitas crianças e não funcionava muito bem. Então ao fim do 1º ano, como eram muitas crianças passei a ficar só com o grupo de crianças dos 5 anos de idade. Dali para a frente fiquei sempre com o grupo dos 5 anos. Decidi ficar com este grupo porque como era a única Educadora e para os preparar melhor para a escola Primária e também porque as outras ajudantes que estavam nas salas já faziam um bom trabalho. Há um choque muito grande para as crianças quando vão do pré-escolar para a Primária. Assim não havia um choque tão grande. Trabalhava muito a iniciação e sensibilização à escrita. Não os ensinava a ler e a escrever, isso não. Preparava-os era muito bem. Quando chegavam à Primária estavam muito melhor preparados e já não lhe custava tanto a transição.

E-Como organizava as atividades educativas às crianças?

I-No primeiro ano como já disse era eu que organizava as atividades para as 3 salas. Como fiquei só com o grupo dos 5 anos já era diferente. Só tinha aquele grupo mas ainda tinha uma auxiliar na sala. Nas outras salas também eram duas pessoas. Nos primeiros anos eram grupos de muitas crianças, chegaram a ser 45 a 50. Tinha que dividir a turma em dois grupos de trabalho. Eu tinha sempre as coisas planeadas. Fazia planos para o dia e para a semana e trabalhava aquele plano de acordo com as crianças. Também o modificava conforme os interesses e necessidades. Começávamos às 9:00. Reuníamos todos sentados no centro da sala em roda. Aquele era o momento de diálogo onde se preparava o dia. Era um momento de reflexão, de partilha de ideias, de tranquilidade. Fazia-se um pouco de tudo, contávamos as novidades, cantávamos canções, marcavam as presenças, alterava-se se fosse o caso o quadro do tempo, preparava as crianças para o que íamos fazer. Motivava sempre as crianças para o que fôssemos tratar. Tanto podia ser uma canção, como uma história, uma poesia, uma lengas-lengas e trabalhava qualquer tema. Nunca começava um trabalho sem as preparar bem antes. Fazia aquilo que entendia e me parecia melhor e decidíamos em conjunto muitas vezes. Eles também davam sugestões ótimas muitas vezes e eu seguia as indicações que eles davam. Fazíamos atividades de música, plástica, pintura, teatros de fantoches, teatros de sombras humanas e teatro normal, sombras chinesas, ginástica – todas as semanas havia um dia de ginástica e todos tinham que trazer fato de treino, todos menos eu, que nunca levava. Depois conforme as

atividades as crianças trabalhavam nas mesas se fosse o caso em pequenos grupos. Às vezes faziam todos o mesmo mas também havia vezes que faziam coisas diferentes.

I-. Quando estavam mais agitados fazíamos a educação do Silêncio. Batia as palmas eles ficavam logo com atenção. Punha música suave, só música clássica, calma, tranquila, num tom que eles ouvissem tranquilamente quando estavam confortavelmente sentados nas almofadas em roda e eles escutavam em silêncio. Utilizava esta técnica quando era conveniente. Mas às vezes eles também já pediam. Também ficávamos a escutar os sons do exterior, depois os do interior. Todos os dias trabalhava um pouco a iniciação à escrita, nem que fossem só 10 minutos. Às vezes podia demorar 30 minutos, dependia do interesse e motivação das crianças. Sempre gostei muito da iniciação à escrita. Fazíamos o canto e mimica e o canto e gesto. Era à base de canções e gestos. Usávamos o quadro onde eu desenhava objetos e só numa fase quando estivessem bem desenvolvidos é que passava às letras. Fazia os gestos com uma mão depois com a outra e depois com as duas ao mesmo tempo e cantava uma canção. Primeiro fazia eu, e depois repetiam as crianças em grupos de duas ao mesmo tempo. Quando chegavam à Primária aprendiam a ler e a escrever com muita maior facilidade que todos os outros. Os Professores na Primária ficavam maravilhados. As crianças depois já tinham cada um o seu livro para trabalhar. Eu também fazia e preparava muitas fichas para eles fazerem. Os grafismos eram só depois de ter trabalhado com eles bem a sensibilização à escrita. Depois também tinha fichas de muitos grafismos, labirintos e outras coisas mais. Só depois de saberem fazer bem os grafismos é que passávamos às letras. Sempre num ambiente agradável, natural e lúdico. Nunca forçava nada. A mudança para a escola Primária era muito mais fácil para as crianças. Iam mais seguras e tranquilas. Também muitas iam para a nossa escola Primária. Já a conheciam bem quer as salas quer as professoras quer os alunos da Primária. A passagem para a escola era fácil para elas. Era um pouco mais difícil para as que iam para outras escolas, pois não conheciam nada.

Dava também todos os dias formação cristã. Não era rezar, que eu nunca rezava com as crianças. Falávamos nos valores, na amizade, na partilha, no respeito, na obediência e só no Natal lhe falava em Jesus. Não falávamos em milagres nem rezávamos, mas todos os dias havia um tempinho para a formação cristã. Também trabalhava a matemática, noções de nº., quantidade, figuras geométricas, conjuntos. Também fazíamos atividades de Ciências com Água, luz, sombras, germinação dos feijões. Tudo de uma forma sempre sem forçar nada. As crianças tinham que estar sempre envolvidas. Se começava a perceber que não lhe interessava parávamos e iam brincar livremente. Que eles gostavam muito e eu considerei sempre muito importante. Fazíamos também visitas e passeios à cidade à estação dos comboios a ver os comboios e as linhas férreas e ao Museu, ao cinema.

E-Qual era a mensalidade a pagar?

I-Dependia dos rendimentos da família. Havia vários escalões. Mas também havia sempre crianças que não pagavam nada. As crianças eram de toda a cidade e pertenciam a todos os estratos sociais desde os mais ricos até aos mais pobres. Nós ajudávamos sempre quem precisasse.

E-Fazia avaliação das crianças?

I-A avaliação das crianças sempre a considerei muito importante. Eu queria que elas fossem bem preparadas para a escola Primária, por isso conversava muito com as professoras primárias sobre o desenvolvimento das crianças. Quase todas as crianças continuavam lá a escola Primária. Tinha a preocupação de registar toda a informação que considerasse importante para avaliar cada criança no sentido sempre de melhorarem. Tomava nota do que faziam bem e do que faziam mal e era baseada nessa informação que os ajudava a melhorarem. Portanto havia a minha avaliação para mim. Avaliava também com eles todos os dias nos momentos de reflexão que tínhamos logo de manhã e durante o dia e claro quando estavam a fazer os trabalhos. Depois todos os dias quando os pais vinham trazer ou buscar as crianças também eram ótimos momentos para conversar com os pais e trocarmos ideias sobre as crianças. Todos os trabalhos que as crianças faziam eram arrumados numa pasta e no final do ano eram entregues aos pais. Os pais viam assim o crescimento dos filhos através dos trabalhos que fizeram ao longo do ano. Para terminar no final do ano fazia uma avaliação individual de cada criança por escrito e entregava aos pais. Os pais participavam muito connosco. Tínhamos sempre as festas de natal e de fim de ano e costumávamos fazer uma reunião no início do ano e sempre que era preciso.

E- Para terminar lembrasse dos Jardins-de-infância que havia em Bragança?

I-Sim funcionava um na Congregação das Servas Franciscanas, havia o da Segurança Social, já tinha aberto o da Misericórdia e depois abriu o da Estação do Ministério da Educação.

E- Pronto, vamos então terminar a entrevista. Muito obrigada senhora Educadora Maria da Conceição barreira, foi um prazer receber os seus dados.

Anexo X - Entrevista Educadora 8 - Jardim-de-infância do Hospital Distrital de Bragança.

E- Entrevistador

H-Educadora Entrevistada

Data da Entrevista: 6/09/2013

-Educadora Entrevistada: Estela da Conceição Pereira

E- Pode falar um pouco de si e da sua formação académica?

H- Nasci em Alfandega da Fé no ano de 1949. Fui para Angola e trabalhei como auxiliar de Educação durante 3 anos em colégios do Estado.

Depois por causa da descolonização, tal como milhares de portugueses, voltei para Portugal. Cheguei a Bragança em 1975, tinha 3 anos de serviço de Angola e entrei para o quadro de adidos. Depois em 1976 comecei a trabalhar no JI da Misericórdia e fiz o pedido ao quadro de adidos para me darem o destacamento para ficar na misericórdia. Enquanto estava à espera da resposta e como estava convencida que me iam dar o destacamento, fui ficando lá. Fui eu que abri o JI da Misericórdia com mais duas Educadoras e pessoal ajudante. Fiquei responsável pela sala das crianças de 3 anos de idade. Comecei em Fevereiro de 1976 e estive lá até ao mês de maio. Mas como a Misericórdia não era estatal não me autorizaram o destacamento. Como no hospital estavam a precisar para a Creche e Jardim-de-infância uma auxiliar destacaram-me para lá.

E- Onde funcionou o JI da Misericórdia?

H- Funcionou nuns pavilhões pré-fabricados de madeira, onde já tinha funcionado uma parte do hospital da Misericórdia. A Creche funcionava no rés-do-chão do Hospital onde hoje é o lar de idosos. Ficou lá uma Educadora e ajudantes. A Educadora era a Isabel. Ajudei a montar o JI. Havia 3 salas, mais uma sala pequena onde dormiam os pequenos. Eu como era auxiliar educativa fiquei numa sala com vinte e tal crianças. Havia mais duas Educadoras que estavam cada uma em sua sala com as outras crianças, que eram a Maria da Cruz e a Dulce. As salas eram boas, eram maiores que as do hospital e da previdência. Lembro-me que tinham aquecedores, mesas e cadeiras e alguns jogos e materiais, como legos, tintas, lápis. Sei que almoçavam lá. O almoço era feito na cozinha da misericórdia e todos os dias levavam lá o almoço. O meu grupo de crianças dormia em colchões. As outras crianças também dormiam, naquela altura depois do almoço dormiam todas as crianças. O JI abria às 8 com as ajudantes e as Educadoras e eu só entrávamos às 9h. Depois fechava às 19h. Nós fazíamos 40 horas. Tinham muito espaço para brincar na rua.

Mas depois tive que ir embora. Só trabalhei até maio, eu queria ficar lá mas o quadro de adidos não me deixou ficar lá destacada. Comecei então a trabalhar no Hospital em Junho de 1976. Ainda estive a receber o vencimento do quadro de adidos mais ou menos um ano. Depois já foi sempre o Hospital que me pagou. Posteriormente acabaram com o quadro de adidos e criaram um lugar no quadro do Hospital e eu passei para o quadro em 1979.

E- Onde funcionou a Creche e Jardim-de-infância do Hospital?

H- Funcionou numa primeira fase no Hospital e numa segunda fase no bairro da previdência. Quando comecei a trabalhar a Creche e JI funcionava no 4º piso do hospital. Eram 2 salas mais um espaço ou salita pequena. Duas estavam cheias de camas e depois havia uma salinha pequena que era onde estava com as crianças. Disse que eram camas a mais porque as salas estavam ocupadas com aquelas camas para bebés. Ficou só uma sala com camas e ficamos com a outra livre. As crianças ficaram logo com mais espaço para brincarem e ainda tínhamos a varanda que era muito grande e tinha uma rede de proteção. Era onde brincavam e até lá dormiam no verão, estavam mais frescos. Quando cheguei havia um regulamento interno mas nunca tinha sido divulgado nem aplicado. Eu divulguei-o aos pais e aplicamos aquelas regras todas. Alguns pais não gostaram muito mas tínhamos que impor as regras para funcionar melhor. As horas de entrada, de saída, horas do almoço do lanche, a roupa que traziam de casa e as mudas, usarem bibes, não trazerem a fralda de manhã com que dormiam, documentação, muitas coisas.

H- Quem era o pessoal que lá trabalhava?

H- Trabalhava eu e outro pessoal todos funcionários do hospital, eram 4 ajudantes e uma enfermeira destacadas para aquele serviço. Havia também a Educadora Anita que passava lá de manhã. Mas depois ficou grávida e teve alguns problemas coma gravidez e já não pode continuar. Trabalhávamos 40 horas por semana.

E- Qual era o horário de funcionamento?

H- Abríamos às 8 da manhã e fechava às 18h. Nunca fechava durante o ano. Só mesmo domingos e feriados. Tivemos bastantes crianças ainda no Hospital. Ficavam lá mais ou menos conforme os turnos

dos pais, mas alguns também ficavam antes e depois dos turnos. Houve umas alturas que queriam que estivessemos abertos 24 horas. O diretor do hospital fez um inquérito a todos os pais a perguntar-lhe qual o horário de funcionamento que preferiam. A maioria respondeu 24 h. Ainda pensaram nisso. Mas eu disse ao diretor que assim ia haver pais que os filhos nasciam no hospital e só de lá saíam quando fossem para a escola Primária. Mas depois não ficou esse horário. Ainda chegou a fechar às 20h depois às 19h e o que ficou mais tempo foi a fechar às 18h. E também estávamos abertos aos sábados até às 13h. Quando comecei a trabalhar haviam à volta de 20 crianças depois começámos a ter mais e chegámos a 30 depois 40. Também os pais não pagavam quase nada e eram muito bem tratados. Depois mais para a frente as mensalidades aumentaram e estavam feitas de acordo com os vencimentos dos pais. Faziam lá as refeições todas, o nosso refeitório era numa das nossas salas. Era o hospital que nos fornecia a alimentação desde os pequenos-almoços, almoços e lanches. Comida muito boa e diversificada. Os lanches eram muito diversificados, não era só manteiga. Era também queijo, fiambre, compotas, as melhores papas para os bebés, leite de vaca. Tudo do melhor. Havia pais que saíam do turno e esperavam que os filhos lanchassem para os irem buscar. Mas era igual no hospital como depois quando funcionava no Bairro da Previdência.

E - Fale-me dos materiais que usavam e do funcionamento?

H-A sala que equipei para eles fazerem atividades tinha todo o material em qualidade e quantidade do melhor que havia na altura. Tínhamos conta aberta numa livraria papelaria – Rosa Douro em Bragança e íamos sempre lá buscar o que precisávamos. Nunca houve qualquer problema financeiro para comprar o que fizesse falta. Tínhamos muito material só nos faltava espaço porque cada vez havia mais crianças.

Já não havia espaço para receber os filhos de todos os funcionários, porque o pessoal do Hospital também ia aumentando. Por isso havia uma lista de espera grande. Os pais preferiam por ali os filhos do que nos Jardins das freiras porque só tinham vantagens: era mais barato pois quase não pagavam, sabiam que funcionava bem, eram bem tratadas e as crianças estavam no mesmo local de trabalho sendo mais fácil para os ir levar e trazer.

As crianças tinham sempre atividades para fazer, ou as que organizávamos ou as que eles queriam fazer livremente. Havia sempre tempo de trabalharem e de brincarem nas salas e no recreio na varanda. Funcionava muito bem, por isso se resolveu mudar para um espaço maior. Assim no ano letivo de 1978/79 mudamos para os apartamentos da previdência. O hospital tinha ficado com um prédio de apartamentos só para o pessoal enfermeiro do hospital. Como eram muitos apartamentos o hospital destinou 3 a para funcionar a Creche e o Jardim-de-infância. Eram todos tipos T3. Eram dois no rés-do-chão e um em cima. A Creche funcionava no de cima e num em baixo. O JI funcionava no outro. Os apartamentos foram bem adaptados, com o melhor mobiliário e material. Levámos todo o mobiliário e material que havia no hospital. Os pais e funcionários do hospital ajudaram-nos a fazer tudo nas mudanças e depois a equipar e a arranjar os apartamentos. O hospital tinha diversos funcionários como picheleiros, eletricitas, carpinteiros, pintores que sempre nos ajudaram em tudo o que precisávamos no arranjo de alguma coisa. Bastava eu pedir. Os apartamentos tinham todos aquecedores a óleo para o tempo frio. Ali já tivemos muitas mais crianças.

As crianças começavam a chegar a partir das 8 da manhã e ficavam todos no apartamento da Creche até às 9h. Às 9 eram distribuídos para as suas salas. No apartamento da cima ficavam as crianças até os 18 meses, num de baixo ficavam as de 18 meses a 3 anos. Depois no outro apartamento ficavam as crianças entre os 3 e os seis anos de idade. Os apartamentos tinham todos 3 quartos, uma cozinha e uma saleta. Havia duas funcionárias a trabalhar em cada apartamento. Em todos eles as crianças circulavam pelas salas todas. Havia salas específicas para dormirem onde estavam as caminhas e outras salas equipadas para brincarem. Na Creche havia também uma sala parque com brinquedos, cavalinhos e um espaço para mudar as fraldas que era no quarto onde dormiam. No apartamento do JI, montamos cantinhos que estavam distribuídos pelas divisões. Havia o cantinho da biblioteca com livros e material para pintarem como folhas e lápis, mesas e cadeiras, o cantinho das profissões, dos jogos, a casinha das bonecas. Havia placares nas paredes para afixar os trabalhos e as informações. Fazíamos atividades muito interessantes. Nos primeiros anos que funcionámos ali nos apartamentos, as crianças do JI não estavam divididas por salas. Era tudo deles, podiam andar livremente por todo o apartamento. Tinham sempre um intervalo a meio da manhã e outro a meio da tarde era na rua em frente, porque não havia nenhum parque. Olha era bom que tivéssemos o parque infantil que existe agora lá. Realizávamos muitas atividades. Organizava as atividades por temas. Às vezes era eu que os decidia outras vezes por influência das crianças. Também dependia da época em que estávamos. Todos os trabalhos que as crianças faziam eram arrumados numa pasta e que no final do ano levavam para casa. Não fazíamos nenhuma avaliação das crianças a não ser as conversas que mantínhamos com os pais todos os dias. Fazíamos muitos passeios, picnics, íamos ao circo quando havia, ao cinema à Torralta, visitar o museu, fazíamos atividades em conjunto com o Jardim-de-

infância do IOS, fazíamos festas de natal – o Hospital oferecia sempre prendas às crianças, participávamos nos desfiles de carnaval da cidade, festas de final de ano. Os pais gostavam muito de participar.

As crianças iam bem preparadas para a escola Primária. Não tínhamos qualquer contacto com as professoras da escola Primária. Era eu que coordenava tudo, coordenava o trabalho das outras funcionárias, fazia os pedidos de material informava sobre quantos almoçavam, o mapa de pessoal e de crianças, registava as presenças.

Depois eu de 1980 até 1982 fui tirar um curso para as auxiliares educativas passarem a Educadoras de Infância, na cidade da Guarda. Nesses dois anos estagiei sempre num Jardim-de-infância e tinha aulas ao fim do dia das 17 às 20H. Durante as férias que havia no curso, nesses dois anos tive que ir trabalhar sempre para o JI do Hospital. Nesses dois anos quem ficou a supervisionar foi uma assistente social quês e chamava Beatriz Veloso.

Tivemos sempre pessoal que ia lá trabalhar temporariamente e estagiários da enfermagem e do magistério quando abriu o curso de Educadoras de Infância. Nos dois últimos anos em 1985 e 1986 tivemos alunas estagiárias do Magistério do Curso de Educadoras de Infância que fizeram lá o estágio final e já foi diferente. Tivemos duas estagiárias por ano que fizeram o estágio final. Iam todos os dias e foi o ano letivo todo e ficava uma em cada sala. Dividimos as crianças em dois grupos de idades e ficou um grupo com os mais pequenos e outro com os de maior idade em duas salas diferentes. Ai as estagiárias estavam com eles cada uma em cada sala a fazer as atividades. Elas trabalharam muito bem e fizeram muitas atividades. Recebemos outras estagiárias que iam em observação mas aquelas eram finalistas e fizeram o estágio final.

No último ano em que trabalhamos ali fechamos no mês de maio e fomos para o Jardim da Coxa, mas levamos as crianças e o pessoal. As estagiárias também foram e acabaram lá o estágio. Mudámos para a parte da Creche. Ainda levamos umas 20 ou 30 crianças. Fui eu que abri a Creche do Jardim da Coxa. Estive lá de maio até dezembro de 1986. Depois fui trabalhar para a pediatria do hospital onde me reformei. O Jardim-de-infância da coxa já tinha aberto no mês anterior, em abril, com as crianças do JI do IOS. Porque aquele jardim era para ser 40% do Hospital e 60% do resto da população da cidade. Mas depois ficou só a pertencer ao Centro Regional e aceitavam todas as crianças. Mas nessa altura não pensaram no pessoal funcionário. Assim algumas ficaram a trabalhar no JI da coxa, outras saíram e eu fui para a pediatria do hospital.

E- Pronto, vamos então terminar a entrevista. Muito obrigada senhora Educadora Estela Pereira, foi um prazer receber os seus dados.

Anexo XI - Entrevista Educadora 9 - Jardim-de-infância do Centro de Bem-Estar Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Bragança.

E- Entrevistador

C-Educadora Entrevistada - Data da Entrevista: 7/09/2013

-Educadora Entrevistada: Élia Cordeiro

E- Pode falar um pouco de si e da sua formação académica?

C- Chamo-me Élia Cordeiro, nasci no ano de 1957 e tirei o Curso de Educadora de Infância na Escola de Formação de Educadoras de Infância Santa Mafalda no Porto, em setembro de 1980. Terminei em setembro porque foi quando concluí a tese do curso e me entregaram o diploma. O Curso teve a duração de 3 anos. No 1º ano já fazíamos observação em vários Jardins-de-infância no Porto, no 2º ano continuávamos observação mas também já fazíamos intervenção e no 3º ao tínhamos estágio todo o ano durante 4 dias por semana. Só à sexta é que íamos à escola para aulas de apoio ao estágio. Durante o curso trabalhamos muito a Maria Montessori e diversos pedagogos como Fröebel, Claparède, John Dewey, Décroly e outros. A escola tinha o grande Colégio Universal do Porto onde tinha várias salas de Jardim-de-infância e era onde faziam o estágio de 3º ano as melhores alunas do curso. As outras faziam o estágio em outros colégios. Eu fui umas das alunas que fiz lá o estágio do 3º ano numa sala onde trabalhei todo o ano só o método de Maria Montessori. Em cada sala deste Jardim-de-infância trabalhava-se segundo um modelo diferente: Decroly, Claparède, Fröebel, John Dewey. Ficávamos responsáveis pelo grupo todo o ano e tínhamos que trabalhar só segundo o modelo que nos pertencesse. Trabalhávamos muito bem a observação das crianças através de muitos instrumentos de observação como grelhas de observação. Estava tudo muito bem organizado.

E – Foi logo trabalhar como Educadora de Infância ao terminar o curso?

C-Sim, foi, mesmo antes de tirar o curso. Eu estive sempre ligada à Igreja, às catequeses e era muito conhecida aqui em Bragança. Quando ainda frequentava o curso, o Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, que sabia que eu andava a tirar o curso de Educadora de Infância, contactou o meu pai para saber se eu queria ir trabalhar para a SCMB. Por isso, comecei logo a trabalhar no Jardim-de-infância da SCMB no dia 1 de setembro de 1980. Mesmo antes de entregar a tese final do curso que só foi no fim de setembro. Só nessa altura entreguei o diploma e me fizeram o contrato.

E- Onde funcionava o Jardim-de-infância da Misericórdia e como?

C – O JI funcionava em 4 pavilhões pré-fabricados localizados no mesmo sítio onde hoje está o JI. Cinderela. Eram os pavilhões onde antes tinha sido a Maternidade do Hospital da Misericórdia e o único hospital de Bragança. Eram 3 salas, cada uma em cada pré-fabricado, e um salão de refeitório no outro pré-fabricado. Passava-se de umas salas para as outras. Ao lado do refeitório havia uma pequena despensa que também funcionava como gabinete. Havia um hall de entrada que era onde se recebiam os pais e onde era o vestiário com cabides para as crianças colocarem as suas roupas e casa de banho separadas por sexos para as crianças e para os adultos e já com as loiças pequeninas adaptadas às ideias das crianças. As salas eram grandes, com 50m2 de áreas aproximada e todas com janelas para o exterior. O recreio era à volta dos pavilhões, onde havia cavalinhos, balancés e baloiços. O chão era de areia e terra. Ainda na zona do recreio estava a escola Adões Bermudes onde numa parte dessa escola, morava um funcionário da Misericórdia, o Sr. Moisés com a sua família e onde havia dois salões grandes que utilizávamos para fazer ginástica com as crianças e para recreio interior quando chovia. Esta escola foi demolida depois para se construir o novo edifício em 1982. As paredes dos pavilhões pré-fabricados tinham fibra de vidro que lhes dava um bom isolamento e o chão era de soalho forrado com alcatifa plástica.

E- Como estavam organizadas as crianças pelas salas do JI?

C- As crianças eram divididas conforme as idades pelas salas: havia a sala das crianças com 3 anos, outra com 4 anos e outra com 5 anos. A partir desse ano pusemos um teto no nº. máximo de crianças por sala que passou a ser de 30. Cada sala não podia ter mais que 30 crianças. Quando cheguei passei a ser a diretora do Jardim-de-infância e também da Creche e ao mesmo tempo fiquei de Educadora de uma sala de crianças. Reuni com a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Bragança e pus as minhas condições para o bom funcionamento do Centro infantil e fiz logo questão de exigir que me pagassem como às Educadoras do Ministério da Educação. A Mesa Administrativa apoiou-me sempre em tudo. Como nova diretora tive algumas dificuldades em impor as minhas ideias e organizar todo o Jardim-de-infância. Era a mais nova de todos os funcionários, tinha 21 anos e havia funcionárias com mais de 4 anos e por vezes não aceitavam muito bem as minhas ideias. Mas consegui organizar tudo muito bem. A Mesa Administrativa conseguia sempre tudo o que queria para o bem da instituição.

E- As crianças pagavam mensalidades para frequentarem o JI?

C- Havia uma tabela que cada família pagava correspondente ao seu orçamento familiar. Sei que não era das mais elevadas da cidade. Mas também havia famílias mais carenciadas que não pagavam nada por terem lá os filhos. Chegamos a ter várias. Mas quer a Creche quer o JI eram financiados pelo Centro Regional de Segurança Social. A SCMB tinha muito poder e conseguia fazer bons acordos. Na cidade era quem tinha mais poder. Todas as pessoas que ocupavam lugar de destaque na cidade faziam parte da irmandade da SCMB, logo era mais fácil conseguirem o que pretendiam. Por exemplo o Vice-provedor da SCMB em 1980 era o Presidente do Centro Regional de Segurança Social o que facilitava logo na atribuição de subsídios e dos acordos estabelecidos de financiamento.

E- Havia muitas crianças a frequentar o JI?

C- Quando cheguei no não de 1980, não havia muitas crianças porque tinha acabado de abrir o Jardim-de-infância do Ministério da Educação e foram logo 5 salas de atividades totalmente grátis, por isso perdemos muitas crianças. Mas depois começaram a aumentar. Eu fiquei com uma sala de crianças de 5 anos de idade e algumas das crianças eram filhas de pessoas importantes da cidade e as inscrições aumentaram muito. No final do ano já tínhamos as salas todas cheias. Tínhamos 90 crianças a frequentarem em junho de 1981 e a partir daí tivemos sempre lista de espera. Nesse ano era a única Educadora, pois as anteriores tinham ido embora, para o Ministério da Educação e para o Centro Regional de Segurança Social. Havia uma auxiliar que acho que acho que se designava de agente educativa rural que ficou numa sala e uma auxiliar educativa noutra. Tínhamos era muitas ajudantes educativas. Eram 2 ajudantes por sala. A Misericórdia trabalhou sempre com muitas ajudantes. Depois é que entrou outra Educadora em 1981. Estivemos ainda um ano só duas Educadoras. Depois veio outra em 1982 e passamos a ser 3 até 1986.

E- Como estavam organizadas as salas do JI?

C-As salas estavam todas organizadas com mobiliário e materiais e equipamentos adquiridos nos anos anteriores. Havia armários, estantes e mobiliário em miniatura para as áreas como camas, estantes, guarda-fatos, mesas, cadeiras, fogões, todo esse mobiliário próprio para JI. Depois nos anos seguintes foi sempre a aumentar e a melhorar. A Mesa Administrativa comprava sempre o que precisávamos. Entregávamos uma lista com o material e depois entregavam-nos. Ainda houve um tempo em que íamos a uma papelaria comprar o material, abríamos uma conta e e depois a misericórdia ia lá pagar. Depois organizei os espaços de todas as salas segundo o modelo de Maria Montessori. Como tinha trabalhado muito a Maria Montessori durante a minha formação no curso passei a seguir o seu modelo nas atividades pedagógicas também. Havia as áreas sensoriais onde tínhamos muito material com sensações como frasquinhos com cheiros, misturas de cores, sabores, objetos com texturas diferentes, etc. Havia a áreas da matemática, da natureza, dos jogos e construções, da casinha das bonecas, do disfarce, da garagem, da biblioteca. Havia áreas fixas ao longo dos anos mas também havia áreas que se iam alterando. Eramos sempre as Educadoras quem decidia tudo. As crianças pouco participavam nas decisões. Quando chegavam às salas estas já estavam todas organizadas à espera delas. Depois só tínhamos que lhe explicar tudo como funcionava e as regras e toda a organização. Todo o material estava organizado em caixas identificadas por escrito e com o desenho respetivo do que tinha dentro. Cada criança quando queria usar um material ou um jogo com peças, ia buscar o seu pano de flanela que abri em cima da mesa e punha lá os seus jogos e objetos para brincar. Só podia brincar naquele espaço. O pano servia para que a criança apenas ocupasse o seu espaço e não o dos outros. Resultava muito bem porque não havia objetos espalhados pela sala e pelas mesas e servia também para a diminuição do ruído. O pano era quadrado e tinha aproximadamente 40 cm de lado. As crianças aprendiam a estar no espaço da sala e sabiam sempre onde organizar o material. Todo o material tinha o seu lugar. Quando acabassem eram eles que arrumavam tudo no lugar para outra criança poder utilizar. Eramos nós as Educadoras que definíamos todas as regras. Depois só tínhamos que explicar tudo muito bem às crianças para elas entenderem tudo e aprenderem a estar. Todo o material e objetos estavam identificados com símbolos, sinais. Foi assim que trabalhei no curso. Era o método de Montessori e funcionava muito bem para as crianças. Todas as caixas estavam com o material que se comprava ou que nós produzíamos. Lembro-me de fazermos material de enfiamentos, cortávamos pedaços pequenos de tubos e depois com cordões as crianças faziam enfiamentos. Havia também botões e pedaços de tecido com botões para as crianças aprenderem a abotoar. Tínhamos sempre material para as crianças aprenderem a apertar as sapatilhas onde elas podiam treinar e aprender. Este método de trabalhar permitia às crianças uma maior segurança e era mais fácil para elas usarem tudo na sala e saberem sempre onde estava tudo. Muito deste material era ou comprado, ou mandado fazer no carpinteiro ou feito pelas Educadoras e auxiliares.

E- Havia algum trabalho de preparação das crianças para escola Primária de modo que facilitasse a sua integração e continuidade educativa?

C- Não nos preocupávamos nada com isso. Não tínhamos qualquer relação com as escolas primárias nem com as suas professoras. Nunca fazíamos visitas às escolas nem nada disso. Nem nos passava isso pela cabeça. Mas as nossas crianças iam sempre muito bem preparadas para a escola. Trabalhávamos muito bem a iniciação à leitura e à escrita. Utilizávamos o método de Maria Montessori através das suas tábuas. Nós é que as construíamos. Eram duas tábuas onde colocávamos letras em madeira e com a parte de cima forradas com lixa. Uma tábuas tinha todas as letras maiúsculas e minúsculas manuscritas e na outra tábuas as letras minúsculas e maiúsculas impressas. As crianças passavam o dedo em cima delas muitas vezes na parte áspera da lixa e depois procuravam desenhar numa folha. Era ótimo para trabalhar a simbologia e a consciência fonológica das crianças.

As salas estavam sempre todas decoradas nas paredes, nas janelas e com mobiles pendurados no teto. Os trabalhos das crianças eram afixados sempre nas paredes. Todos os trabalhos das crianças eram guardados em pastas que nós fazíamos com cartolinas. No final do ano essas pastas eram entregues aos pais. Fazíamos avaliação diária com as crianças ou ao fim da manhã ou ao fim do dia. As crianças falavam da sua atividade que realizaram, do que gostaram mais de fazer, das dificuldades que sentiram e dos materiais que usaram e se ainda precisavam de mais tempo para acabar o trabalho. No final do ano fazíamos sempre a avaliação individual de todas as crianças. Consistia no preenchimento de uma ficha individual onde colocávamos cruces conforme o que achássemos de cada criança. Era avaliada em todos os aspetos sensoriais, motores, psicológicos, motricidade, dificuldades, habilidades, etc. Além das cruces ainda escrevíamos sempre o que achávamos de cada criança no geral.

Na entrada do JI afixávamos num painel toda a informação que considerava importante: o horário de funcionamento do JI, os horários das funcionárias, as ementas semanais, o regulamento interno, o plano de atividades e outras informações pertinentes para os pais.

Havia uma rotina diária que era muito importante para a estabilidade das crianças. Elas sabiam o que ia acontecer sempre ao longo do dia e isso dava-lhes muita segurança e tranquilidade. O JI abria às 8:00 com uma ajudante ou auxiliar. A partir dessa hora começavam a entrar as crianças. Nessa altura havia casais que entravam os dois a trabalhar às 8:30 e às 9:00 por isso vinham trazer as crianças antes de irem para o trabalho. Os pais das crianças, na sua maioria, trabalhavam todos fora de casa. Às 8:30 entrava uma Educadora. Não era sempre a mesma, havia uma escala e ia rodando para que houvesse sempre uma Educadora durante todo o dia até às 18:30. Claro que quando era só eu de Educadoras não dava para fazer isso. Mas nos anos seguintes quando aumentou o nº. de Educadoras já dava. Cada Educadora fazia 7h por dia e as auxiliares e ajudantes 8 horas de trabalho por dia. Depois às 9:00 começávamos com o acolhimento com as crianças sentadas na roda no centro da sala. Era a roda de Maria Montessori. Desenhava uma roda “círculo” no centro da sala, onde todos se sentavam de forma a estarmos todos bem organizados e sentados tranquilamente em cima de uma almofada que cada um levava. O acolhimento era um tempo muito importante. Era a preparação para o dia. Cada criança podia falar o que quisesse e partilhar com os colegas. Cantávamos canções e era uma forma de acolher da forma mais agradável possível a todas as crianças. Era muito importante para o diálogo, para desinibição, para ficarmos todos a conhecer-nos melhor e a preparar o dia. Quando estivessem todas as crianças – que era por voltas das 9:30 iniciavam-se as atividades. Era recomendado aos pais – aliás havia uma folha logo na entrada que dizia para as crianças entrarem impreterivelmente até às 9:30, que era para não interromperem as atividades que se iniciavam a essa hora. As atividades dependiam dos temas e época do ano em que estívéssemos. Havia sempre histórias que se liam ou contavam, teatros, projeção de slides, sempre muitas imagens, e muita ação das crianças depois a fazerem elas as coisas: recortes, pinturas de todas as formas, construções, colagens, fichas, etc. Pode-se dizer que durante aqueles anos todos se fez um pouco de tudo. Havia atividades orientadas até às 10:30 e depois as crianças iam lanchar e para o recreio. Não havia uma hora certa, tanto podia ser ir às 10:00 como às 10:15 ou 10:30. Dependia de muita coisa como a duração as atividades, das crianças, da motivação, do tempo.... Depois iam ao intervalo e por volta das 11:00 voltavam a entrar para a sala onde havia ou a continuidade de atividades, ou o início de uma nova ou iam para as áreas que tínhamos muito bem organizadas para eles trabalharem. Às 12:00 ou 12:30 era a hora do almoço e depois todas as crianças dormiam até às 14:00 ou 14:30. De tarde voltava a haver atividades até às 16:00 ou 16:30, lanchavam, iam para o recreio e novamente para as salas a brincarem para as áreas à espera que os pais os viessem buscar até às 18:30 ou 19:00. A partir das 17:30 ficavam todas as crianças numa sala vigiadas por uma auxiliar e uma Educadora.

No início fazia reuniões semanais com as auxiliares educativas e depois com as Educadoras. Era aí que fazíamos as planificações de todo o trabalho semanal, mensal, anual. Era aí que decidíamos os projetos e os sub ou mini projetos. No início foi muito importante este trabalho com as auxiliares pois eram elas que ficavam sozinhas com as crianças numa sala, apesar de ser eu a orientar e a ver o trabalho que eu fazia com as crianças. Elas faziam o que eu fazia. Eram minhas subalternas e tinham que fazer as coisas como

eu lhe dizia. Passava pelas salas a ver como estava tudo a funcionar e alterava o que achasse que estava mal. Eu controlava sempre tudo o que se passava no JI. Então estas reuniões eram importantes para lhe explicar tudo para que elas fizessem as atividades com as crianças da melhor forma possível. Sempre considerei muito importante a troca de ideias e de reflexão com a equipe pedagógica. Era importante para planearmos e organizarmos o nosso trabalho com as crianças, com os pais, sobre os projetos a realizar, o que precisávamos de comprar, construir ou pedir aos pais, etc. Muita coisa. Eramos nós que decidíamos o tema que iríamos trabalhar em cada ano e os subtemas dali resultantes. Além disso trabalhávamos sempre as temáticas fixas ao longo do ano como as estações do ano, o magusto, o natal, o carnaval, a páscoa, fim de ano, dias comemorativos como do pai, da mãe, da primavera, dia da criança, etc. Fazíamos sempre uma reunião com os pais em cada período do ano: uma no início onde apresentávamos o plano anual de atividades e informávamos de tudo o que precisavam sobre o funcionamento do Jardim-de-infância. Dizíamos o que queríamos que as crianças trouxessem para o JI, os horários, as rotinas, as nossas regras, etc. Essa informação estava toda num panfleto que entregávamos aos pais. Discutia-se logo nessa reunião que participação queríamos dos pais, decidiam-se os dias das festas do magusto e do natal e os passeios que pretendíamos fazer. Depois fazíamos outra no 2º período e outra no final de ano. As reuniões eram realizadas no salão do refeitório dos pavilhões ou em cima na sala de refeitório do lar de idosos. Também participavam as outras funcionárias e as estagiárias. Depois em novembro do ano de 1981 mudamos para outras instalações para se iniciarem as obras do novo Jardim-de-infância. Levou-se todo o material e mobiliário que havia em baixo. Passamos para umas oficinas que tinham acabado de ser construídas nesse ano. Eram 3 salas todas ao lado umas das outras com porta para a rua. No meio entre as salas havia uma salinha que servia para arrumação e para as nossas reuniões e para receber os pais. Não se passava de umas salas para as outras. Só havia uma casa de banho numa das pontas. As crianças para lá irem, tinham sempre que sair pela rua o que era muito desagradável no inverno e em dias de chuva e frio. As salas eram pequenas e estávamos lá mesmo apertadinhos, retangulares, chão de cimento mas forrado a alcatifas de plástico e paredes brancas e altas. Portas de ferro e entrava muito frio por baixo. Tínhamos que fazer aqueles chourições de tecidos para por debaixo da porta para impedir de entrar o frio. Tínhamos aquecedores de parede elétricos. Não havia refeitório e as crianças almoçavam num salão do lar de idosos. Depois de almoço todas as crianças dormiam nos catres em ferro e com lona, e cada uma com o seu cobertor, na sua sala quer nas oficinas quer em baixo nos pavilhões. Os espaços das salas foram organizados como estavam quando o JI funcionava nos pavilhões pré-fabricados. Aliás tudo em cima se manteve como em baixo, desde os horários à organização da rotina diária às atividades realizadas com as crianças. Em frente às salas era a rua que funcionava o recreio das crianças. Era um espaço pequeno onde se colocou areia e os equipamentos de recreio que havia em baixo.

E- Participavam em ações de formação?

C- Sim. A Mesa Administrativa dava-nos todo o apoio. Organizávamos o trabalho e participávamos nas ações de formação que achássemos interessantes realizadas na cidade ou fora.

E- Como era a relação com a comunidade local?

C- Era ótima. A Misericórdia sempre foi uma instituição muito respeitada. Fazíamos muitas visitas com as crianças a espaços da cidade e uma viagem de fim de ano sempre para fora de Bragança. No ano de 1982 o pessoal da SCMB foi fazer uma visita a Jardins-de-infância de Zamora. Fomos eu e outra Educadora, mais o provedor e duas auxiliares. Queríamos a ver a forma como se trabalhava em Espanha, como estavam organizados para fazermos igual ou melhor. Reparei que nós estávamos mais desenvolvidos. Dessa visita resultou a visita das crianças e dos pais de um Jardim-de-infância de Zamora ao nosso JI em Bragança e depois fomos nós lá com as nossas crianças e com os pais. Foram dois dias muito bem organizados e muito interessantes. Partilhamos informações, e foi muito produtivo. Devia haver mais situações destas. As crianças e os pais adoraram.

C- Tiveram alunas estagiárias do curso de Educadoras de Infância da escola do Magistério e da Escola Superior de Educação?

C- Sim. Logo a partir de 1984 passamos a receber alunas estagiárias do magistério e depois da Escola Superior de Educação. Já foram as alunas estagiárias que nos ajudaram a fazer a mudança do JI para o novo edifício em 1986

E- Quando se mudaram para o novo Jardim-de-infância?

C- Já fui eu que tratei de todo o processo de mudança do JI e da sua montagem. Até fui ao Porto a comprar mobiliário novo e material pois já havia muito mobiliário estragado. Foi muita coisa nova. Mudamos em setembro de 1986. Mas a inauguração do JI só foi em Junho de 1987. Foi um dia muito importante com o Secretário de Estado e tudo e as pessoas mais importantes da cidade. Foi um dia de muita azáfama.

E- Muito obrigado Educadora Élia.

Anexo XII - Relatório final do Jardim-de-infância nº. 1 de Bragança do Ministério da Educação do Ano letivo 1982/1983.

Bragança, 14 de julho de 1983

TEMPO FORTE – O FOLAR

Como surgiu?

Aproximação da Quadra da Páscoa.

A Paula Cristina foi à aldeia passar o fim-de-semana. Na segunda-feira chegou ao Jardim-infantil com um “naco” (bocado) de folar. Visto que se estava a aproximar a Páscoa, a mãe dela já tinha feito os folares para mandar a alguns familiares e amigos que estavam longe. Este “naco” de folar fez surgir uma conversa entre as crianças; umas diziam que a mãe ainda não tinha feito o folar, outra que a mãe já tinha comprado a farinha, outra que a avó já estava a juntar os ovos e outra ainda que a avó tinha um forno onde o cozia. Ao longo dos dias as crianças transmitiam para as suas atividades alguma coisa do desenrolar das conversas já surgidas. Perante tanto entusiasmo perguntámos: - Então o que é preciso para fazer o folar?

-Farinha, ovos, manteiga, azeite, salpicão, presunto, chouriça, toucinho, sal e fermento.

Ao mesmo tempo em que se falava, o Nando estava preocupado porque o Pedro dizia que o folar não se cozia em casa no forno do fogão, mas no forno da padaria. O problema foi discutido em grupo e algumas crianças diziam que a mãe ia à aldeia cozê-lo no forno da avó. Chegou-se à conclusão de que o folar tanto pode ser cozido em casa, na padaria ou no forno da aldeia. Estávamos em plena vivência – O folar em família. Lembramos a todas as crianças:

-E se fizéssemos o nosso folar?

-Mas nós não temos forno!? Disse a Marisa.

O Nando disse que a avó tinha um forno de lenha (contactamos a avó) mas não tinha lenha e o forno era demasiado pequeno). Atalhou a Filipa:

-A minha avó na aldeia tem um forno grande e tem muita lenha.

No fim-de-semana seguinte a Filipa foi à aldeia, falou com a avó e ela disse que podíamos ir. Depois de estudado o assunto com os pais foi marcado o dia da ida e fizemos a lista das crianças que queriam participar. A Câmara cedeu duas camionetas para o transporte até à aldeia de Rossas que dista 17km da cidade de Bragança. Estava tudo resolvido, faltava o principal. Não tínhamos dinheiro para comprar os ingredientes respetivos. Como fazer? O Victor disse:

-A minha mãe tem muitas chouriças em casa, eu posso trazer uma.

-Eu trago presunto.

-Eu peço à minha mãe para comprar farinha.

-Eu trago ovos.

Todos queriam participar. Ficou assente que cada menino traria um ovo pedaço de chouriça, salpicão, presunto ou toucinho. Foi uma avalanche de coisas. Dividimos as crianças em grupos e partimos as carnes. Colocamos tudo em alguidares, os ovos em baldes; a farinha nos sacos, etc. Soubemos que junto ao forno havia uma grande eira (relvado destinado à secagem do cereal). Levamos bolas e mantas. Avisamos os pais que fizessem um lanche para as crianças porque íamos ficar lá todo o dia. Chegou o dia de fazer o folar. De manhã as crianças chegaram acompanhadas pelos pais com o respetivo farnel. Chegaram as camionetas e o entusiasmo foi geral. Metemos tudo dentro e partimos. Já em Rossas as camionetas pararam junto à eira onde íamos ficar. Procuramos uma sombra para guardar os farnéis. Estendemos as mantas e todos juntos depressa fizemos a exploração do local: Dos medeiros (montes de palha destinada à cama dos animais) fizeram escorregas, do tronco (local onde os lavradores levam as vacas para observar quando estão magoadas nas patas) fizeram labirinto e baloiço; duma charrua de trator fizeram brincadeiras imaginando carros; Havia também um monte de areia onde fizeram construções e um sequeiro (monte de lenha seca) que proporcionou jogos de equilíbrio. Enquanto tudo isto aconteceu, fomos ver o forno onde iríamos fazer o folar. Dividimo-nos em grupos e iniciámos o trabalho, o que era necessário fazer o mais cedo possível uma vez que é tarefa bastante morosa e longa. Enquanto uns batiam os ovos, outros mexiam-nos e outros foram com a Filipa a casa da avó derreter as gorduras: a manteiga e o azeite. Uma senhora vizinha da avó da Filipa ofereceu-nos a sua colaboração. Colocámos a farinha na masseira e despejamos nela o fermento que foi desfeito à parte com um pouco de Água quente. Em seguida os ovos já com sal, a manteiga e o azeite. Com a ajuda da senhora Alzira, algumas crianças começaram a amassar, enquanto outras traziam lenha do sequeiro para acender o forno. Depois de todos participarem na confeção da massa, a mesma ficou a levedar durante 2 horas e meia, aproveitando este

espaço de tempo para almoçar. Juntaram-se as mantas e os farnéis e todos comemos da mesma merenda. Em seguida sentaram-se as formas com azeite e enquanto um grupo fazia isto, o outro fingia (dividir a massa em parcelas) e colocava um bocado na masseira e sobre esta bocados de carne e novamente massa. Depois da massa e da carne nas formas ficou a levedar mais 2 horas no tendal (estrado de madeira onde se põe o pão fingido). Acendeu-se o forno e todos quiseram meter-lhe lenha. Quando já estava roxo (quente ao rubro) ranhou-se (friccionou-se com um pau – ranhadouro). Tiraram-se as brasas com um saca-borrinhos 8pau em trapézio na ponta). E finalmente varreu-se com um vassouro (pau comprido que tem na ponta uma vassoura de palha) previamente molhada, enformou-se (meteu-se no forno) o foliar – 12 folares. Enquanto esperávamos que cozesse fomos acabar de comer o farnel. Como havíamos cozido algumas bolas (folares pequeninos) estas saíram mais cedo do forno, por isso fizeram parte do lanche. Durante a cozedura dos folares grandes fomos conhecer a aldeia, a Igreja; fontanários e presenciamos toda a azáfama duma vida na aldeia. Chegou finalmente o momento da saída dos folares, os quais iam sendo carregados na camioneta, na qual entramos rumo a Bragança, cansados mas satisfeitos com o sucesso: folares grandes e bonitos.

À chegada a expectativa dos pais que nos ajudaram a descarregar os folares e a levá-los para o Jardim-de-infância. No dia seguinte as crianças não trouxeram lanche de casa. Partiram-se os folares e no recreio exterior fez-se um lanche em conjunto. Alguns pais ainda tiveram oportunidade de provar o foliar. Com esta vivência que foi uma das maiores do ano, as crianças descobriram o gosto pelo tradicional mediante de uma interligação entre dois meios diferentes: citadino e rural. Aproveitaram a eira e o material lá existente para jogos e motricidade, equilíbrio, imaginação, fantasia, onde puderam por à prova toda a sua criatividade. No decorrer da confeção do foliar todas as crianças tiveram oportunidade de desenvolver todo um aspeto sensorial: quente, frio, gorduroso, mole, duro, áspero, macio...; espírito de observação e interajuda; aquisição de vocabulário: masseira, tendal, eira, forno de lenha e outros termos regionais: ranhadouro, vassouro, saca-borrinhos. Noções temporais: tempo que a massa demorou nas várias leveduras, a própria transformação da massa e o tempo de cozedura; Educação cívica: devido à curiosidade por vezes gerava-se a confusão e então era preciso saber esperar, saber respeitar os outros e saber respeitar as regras do jogo.

E- Muito obrigado

Anexo XIII - Relatório e Projeto Pedagógico do Jardim-de-infância nº. 1 de Bragança do Ministério da Educação do ano letivo de 1983/84.

Data: 12-7-84

Vamos dar uma visão global referente aos cinco grupos de crianças que constituem o nosso Jardim-de-infância.

GRUPO DO 3 ANOS:

Grupo heterogéneo, egocêntrico e dinâmico. Integração lenta de algumas crianças; (algumas crianças ainda chupavam pelo dedo e usavam linguagem de bebe.) De início procuravam fazer jogos individuais, lentamente foram aplicadas regras que ajudavam as crianças na sua integração e socialização. Foram a pouco e pouco introduzidas atividades coletivas com grupos pequenos, que se iam alargando. O grupo em geral gostava de ouvir muitas vezes as mesmas histórias, lengalengas, canções mimadas e gradualmente o teatro de fantoches, a audição de discos e cassetes. Jogos de grande movimentação.

GRUPO DOS 4 ANOS:

Frequentaram o Jardim-de-infância já no ano anterior e por isso a Educadora do Jardim, adultos e a própria sala eram-lhes já familiares. Faziam jogos em grupo respeitando-se uns aos outros. Aprenderam a respeitar o seu trabalho e deram a respeitar o seu trabalho e tudo isto lhes permitiu afirmar a sua personalidade e autonomia, imitavam o adulto disfarçando-se na “arca das trapalhadas”.

GRUPO DO 4 E 5 ANOS:

É um grupo heterogéneo no aspeto de idade. Frequentou pela primeira vez o Jardim-de-infância. Tinham uma necessidade natural de agressividade nas emoções de alegria, de contentamento e de tristeza constituindo assim um tratamento de defesa contra as insuficiências da própria personalidade. Gostavam muito de imitar, o vocabulário era pobre. Não tinham um nível de pensamento suficiente para sentir à vontade no domínio relacional. A comunicação verbal é frágil e superficial. O grupo foi envolvido pouco a pouco com o trabalho e regras impostas ao longo do ano.

GRUPO DOS 5-6 ANOS:

Grupo homogéneo, que teve frequência do ano anterior. A Educadora, a sala, os colegas não eram novidade para elas. Sentiam-se grandes e gostavam de ser tratadas como tal, gostavam de respeitar as regras que lhes eram dadas e criar as suas próprias regras, quer através do jogo quer através do trabalho. Gostavam de assumir certas responsabilidades e sentiam necessidade e gosto pela iniciativa. As crianças sentiam-se já membros de uma sociedade (jardim) em que cada um tem o seu lugar; respeito pelos outros, o saber respeitar o trabalho de cada um, saber esperar; sentido da responsabilidade, isto é, o grupo caminhou gradualmente para uma afirmação da sua personalidade, autonomia e socialização.

GRUPO DOS 5-6 ANOS:

Grupo muito heterogéneo no aspeto comportamental (comportamento muito marcado pelo meio social.) Crianças muito ativas em contraste com um pequeno grupo mais passivo. Mostrou-se desde início como um grupo ativo, dinâmico, agressivo, necessitando muito do papel moderador da Educadora. Algumas crianças que pela primeira vez frequentaram o jardim tiveram desde início muita dificuldade em relacionar-se com os outros: saber ouvir; saber brincar e saber respeitar as ideias de cada um; saber respeitar o trabalho dos outros, não sabiam pegar no lápis, no pincel, ternura, etc. A pouco e pouco foram-se habituando às regras e aos hábitos que lhe foram impostos pelo trabalho e pelo grupo em que estavam inseridos. Cada criança progressivamente foi marcando o seu lugar no grupo num caminho para a conquista da sua autonomia e da socialização.

Vivências em Comum

- Primavera; - Magusto; - Natal; - Reis; - Carnaval; - Dia da Criança; - Dia da Árvore

Atividades em Comum

Cozinhados; Fantoches: Execução – Teatro; Teatro de Sombras; Dramatizações; Folclores: Danças – Canções; Plástica: Modelagem Pintura – Digitinta.

Magusto

Recolha de castanhas; Atividades relacionadas com o tema; Castanhas cozidas (estava a chover)

Natal

Recolha de material para a árvore; Recolha de material para o presépio; Montagem do presépio e da árvore; Decoração do jardim e das salas; Canções de Natal; Atividades relacionadas com o tema.

Reis ou Janeiras

Recolha de quadras; Adaptação de mímicas as quadras; Saída com as crianças para a rua, a cantar os reis; Distribuição dos reis pelas crianças.

Carnaval

Jardim-de-infância: Recolha de material com as crianças; Decoração; Confeção de material (Máscaras, Chapéus etc.).

CIDADE: Dois filmes (banda desenhada); História da carochinha dramatizada pelas Educadoras; Rancho Infantil (Bairro Mãe D'Água); Palhaços (F.A.O.J); Lanche; Baile

Nota: Junto enunciamos o programa, que foi distribuído pelas famílias.

Dia da Criança

Jardim-de-infância: Desenhos para autocolantes; Execução de cartazes Saída para a rua com grupos de crianças para venda de autocolantes; Preparação da atividade apresentada pelo nosso jardim; Lanche.

Cidade

Quinta-feira: Gincanas; Corridas de sacos; Corridas de velocidade.

Sexta-feira (1 de Junho): Danças executadas pelas crianças; Teatro "O Pedro e a Rita" executado pelas alunas da escola de Educadoras de Bragança; Lanche

- Distribuição de chupa – chupas pelas crianças de crianças de todos os Jardins-de-infância da cidade.

Dia da árvore

Substituição de árvores no recreio do Jardim-de-infância; Oferta de panfletos alusivos ao dia, pela Câmara Municipal; Teatro de sombras; Audição do disco "Uma árvore é um amigo" Joel Branco.

Primavera

Canções novas; Pinturas coletivas executadas no recreio por todas as crianças do Jardim-de-infância; Decoração do Jardim e das salas com as pinturas e material feito pelas Educadoras.

NOTA: - Passamos a descrever as vivências mais fortes, quer a nível de Jardim-de-infância quer a nível de cidade. O Carnaval de uma forma mais criativa e o Dia Mundial da Criança em grelhas.

Carnaval: -

Serpentinas, mascarilhas, confettis, chapéus nas mãos das crianças anunciavam o carnaval, que já se aproximava. Era necessário dar um ar festivo e colorido ao Jardim-de-infância e então todos juntos vimos o material existente em stock; tínhamos carência de material e por isso pedimos a colaboração das crianças, que participavam com balões, serpentinas, confettis, roupas, colares, sapatos, pinturas ... que serviram para enriquecer a "arca das trapalhadas", a qual nos ajudou muito na preparação de todas as atividades: Dramatizações, canções, mímicas e teatro livre (palhaçadas feitas pelas crianças.) Em simultâneo com estas atividades foi executado todo o arranjo e decoração do jardim pelas crianças e Educadoras. Paralelamente com o que se estava a viver no jardim, ao fim do dia as Educadoras de todos os Jardins-de-infância da cidade reuniram a fim de planear e elaborar a melhor maneira de viver um carnaval diferente. Então chegamos à conclusão de que seriam as crianças espectadoras de um programa que as Educadoras lhes ofereciam. Ao fim de várias reuniões e depois de feitos os devidos contactos a "festa" teria lugar no ginásio da "Escola Secundária da Sé". Cada Jardim-de-infância preocupou-se em elaborar e executar os acessórios da parte que tocava a cada Educadora na dramatização. As próprias crianças ajudaram na confeção de rabos, orelhas, fatos, etc. Na Dramatização "História do Carochinha", a Hermínia foi o burro, a Isabel o boi, a Lúcia o pato, a Natália a carochinha e a Tiza o João Ratão (Como já foi dito as outras personagens seriam interpretados pelas restantes Educadoras da cidade). Chegou finalmente o dia, e todos mascarados, crianças e Educadoras já vestidas e pintadas para a dramatização fizemos um desfile pelas ruas até ao local. Iniciou-se o programa. (Foram feitos programas que tinham sido distribuídos pelos pais).

PROGRAMA 1 – Anexo ao relatório

Tudo decorreu com alegria e entusiasmo. No fim da festa foi distribuído um lanche e um balão a cada criança.

A colaboração dada à festa: Dinheiro, transporte dos acessórios e aparelhagem, cedência do salão, filmes, foi dada por alguns pais, Câmara Municipal, Governo Civil, F.A.O.J. e Rancho Folclórico Infantil do Bairro da Mãe d'Água.

CARNAVAL

Destreza manual – recorte e picotagem de máscaras e confeção de acessórios.

Criatividade, inspiração e autonomia – palhaçadas, dramatizações, etc.

Socialização – convívio com as crianças dos Jardins-de-infância da cidade.

Linguagem – aprendizagem e dicção correta de palavras novas, canções, poesias, trava-línguas, lengalenga, histórias, etc.

Sensorial

Educação Cívica e Social – respeitar os outros, saber entrar no salão, saber estar e saber esperar, respeitar regras.

Expressão mímica – gestual e facial (corporal).

Educação estética – combinar cores, pinturas de cara.

FUNDAMENTAÇÃO	OBJETIVOS OU PROPÓSITOS	AÇÕES O que fazer (caminhada)?	MEIOS Como se vai fazer e quando?
-Falta de iniciativas deste género. -Cooperação e convívio com todos os Jardins-de-infância da cidade	-Dar a conhecer à comunidade o que é o Jardim-de-infância. -Maior abertura entre todos os Jardins-de-infância. -Convívio entre as crianças. -Cooperação e entreajuda. -Socialização, autonomia, alegria. -Intercâmbio, respeito pelas regras. -Proporcionar atividades novas. -Levar as famílias a participar.	-Reuniões -Festejas o dia Mundial da Criança -Gincanas -Corridas de sacos -Corridas de velocidade -Danças e canções executadas pelas crianças -Teatro -Lanche -Angariar fundos -Escolha do local -Elaborar um programa -Pedir aparelhagem sonora.	-Dia 31 de Maio e 1 de Junho (Dia Mundial da Criança) -Reuniões com as Educadoras e os grupos de crianças dos jardins-de-infância -Desenhos e escolha de autocolantes -Ida à tipografia e venda dos autocolantes -Execução de cartazes: Gincanas, alusivos ao dia e identificação do Jardim-de-infância -Confeção e recolha de material: sacos, bolas, fitas, baldes, arcos, roupa velha, sapatos, saias de papel, laços, etc. -Mensagem enviada à comunidade, por um grupo de crianças através da rádio.

QUEM PARTICIPOU?	COMO PARTICIPOU?	ANÁLISE CRÍTICA
-Crianças -Educadoras -Pessoal auxiliar -Pais -Comunidade -Estagiárias.	1.1-Participação na confeção de material e cartazes; canções, danças, gincanas, decoração do local, venda de autocolantes. 2.1-As Educadoras planearam, executaram, reuniram e participaram. 3.1-Participou na confeção de roupas e da decoração de lanches. 4.1-Ajuda na recolha de material, compra de autocolante. Participação nos lanches, transporte de material. 5.1-Compra de autocolantes; abertura da rádio difusão; contributo gratuito de aparelhagem sonora e do local da festa; donativos de comerciantes; transporte das crianças – Câmara.	-Relativamente a este trabalho achamos necessidade de uma maior disponibilidade. -Dificuldade em reunir todos os Jardins-de-infância. -Confronto entre várias correntes pedagógicas. -Falta de experiência em ações de grandes grupos. -Necessidade de um grupo (Educadoras) responsável. -Falta de abertura por parte de algumas pessoas e instituições.

As Educadoras:

Natália da A.R. Mendes da Pinha; Lúcia de Fátima Parra Gonçalves; Teresa de Jesus Pires Gonçalves Borges; Hermínia Albuia Alves Rodrigues; Isabel Maria da Silva Miranda Poças

RELATÓRIO JARDIM-DE-INFÂNCIA BAIRRO DA ESTAÇÃO BRAGANÇA

1983/1984

LEGENDA:

- Introdução
- Caracterização do meio e do Jardim-de-infância
- Descrição das ações
- Avaliação

INTRODUÇÃO:

O Jardim-de-infância de Bragança comporta cinco Educadoras efetivas, todas formadas pela Escola “Paula Frassinetti” do Porto; tendo a Lúcia, a Natália e a Hermínia concluindo o curso no ano de 1977; A Lúcia e a Hermínia trabalharam de 1977 a 1982 no C.E.E de Bragança e de 1982 até este momento no Jardim-de-infância de Bragança.

A Natália trabalhou de 1977 a 1979 no I.O.S. Cachão – Mirandela e de 1979 até este momento no Jardim-de-infância de Bragança.

A Isabel trabalhou de 1978 a 1979 na Santa Casa da Misericórdia de Bragança e de 1979 até este momento no Jardim-de-infância de Bragança.

A Teresa trabalhou desde 1979 neste Jardim-de-infância de Bragança.

CARACTERIZAÇÃO DO MEIO E DO JARDIM-DE-INFÂNCIA:

O Jardim-de-infância encontra-se situado entre dois bairros da cidade (Bairro da Estação e Bairro da Mãe d'Água) sendo este último uma mistura de diferentes camadas sociais oriundas das várias partes da cidade.

Especificamente muito próximo do Jardim-de-infância existem blocos camarários feitos propositadamente para benefício das famílias mais necessitadas.

O Jardim-de-infância funciona com instalações próprias e definitivas, tem cinco salas, cozinha, três gabinetes, duas casas de banho para adultos, com um grande espaço exterior e um pequeno exterior coberto.

Além das cinco Educadoras trabalham neste jardim, três auxiliares de apoio à limpeza e uma professora Primária destacada ao abrigo do artigo 20, em apoio administrativo.

Todos os anos passam por este Jardim, estagiários do 1º ano de Enfermagem e estagiários do 1º e 2º anos da Escola de Educadoras de Bragança.

CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS:

SALA DE 3/4 ANOS – Educadora Lúcia

Grupo com diferentes aspetos comportamentais, crianças demasiado passivas e por vezes com recusa de trabalho, limitando-se de início a sentarem-se e a olharem para tudo e todos com curiosidade; outros ativos e alegres contrastando com os anteriores e tendo este mesmo grupo alguns elementos que perturbaram o ambiente na sala. A integração foi lenta, muito agarrados à figura da mãe necessitando de muita ternura, atenção e carinho. De início uma procura pelos jogos individuais mas a pouco e pouco foram introduzidas atividades coletivas com pequenos grupos, que iam aumentando. Através destas atividades foram surgindo regras que ajudaram o grupo na sua integração, socialização e a criar o seu próprio espaço. Grupo com preferência pela casinha das bonecas, arca das trapalhadas e jogos de movimentação. No final o grupo sofreu uma grande transformação comportamental titulando-se mais homogéneo.

Sala dos 4 anos – Educadora Natália

Grupo alegre (Todas as crianças gostavam muito de cantar) dinâmico e com sentido de justiça. Todas as crianças colaboravam nas atividades propostas; predominavam os rapazes com tendência para brincadeiras barulhentas, de movimentação geral. Foram sabendo lentamente aderir às regras do jogo, aprendendo a perder e a respeitar os outros. Grupo com grande preferência pela modelagem.

Sala dos 4/5 anos – Educadora Hermínia

Grupo heterogéneo no aspeto comportamental; parte do grupo já frequentava o jardim no ano anterior. Alguns elementos do grupo com uma necessidade natural de agressividade como instrumento de defesa ao lado das suas emoções de alegria, contentamento e tristeza. Grupo muito ativo que foi evoluindo ao longo do ano nos seus hábitos e regras que lhe foram impostas pelo decorrer do trabalho e do grupo.

Sala dos 5 anos – Educadora Isabel

Este grupo frequenta pela 1ª vez o Jardim-de-infância, predominam as meninas. Grupo com determinadas características de comportamento: Quando lhe convinha, agrupavam-se os meninos e um lado e as meninas a outro, para a realização das atividades; os meninos muito mais ativos e barulhentos faziam com que as meninas mais calmas fugissem (das atividades por eles escolhidas) para outros cantos da sala. Embora houvesse esta disparidade comportamental, em atividades orientadas pela Educadora os meninos não se mostravam elementos perturbadores, pelo contrário aderiam às atividades colaborando com alegria e prazer.

Sala dos 5 anos – Educadora Teresa

Grupo homogéneo que já frequentou o Jardim-de-infância nos últimos dois anos anteriores. Crianças muito ativas, que gostavam de ser tratadas como “grandes”. Respeitavam as regras que lhes eram dadas e criavam as suas próprias regras. Responsáveis, com sentido de justiça e iniciativa; Organizavam os seus próprios jogos, sentindo-se senhores das suas ações, que começam a ser mais firmes, ponderadas e ordenadas. Não gostavam de tratar as coisas superficialmente, refletiam e queriam ir até ao fim dos seus “porquês”.

Atividades comuns

-Magusto – Natal – Carnaval – Dia da Criança – Dia da árvore

Magusto:

de castanhas; Atividades relacionadas com o tema; Recolha da lenha; Magusto ao ar livre com as crianças do bairro.

Natal:

Recolha de material para a árvore; Recolha de material para o presépio; Montagem do presépio e da árvore; Decoração do Jardim e das salas; Lanche de Natal.

Carnaval:

Decoração do Jardim-de-infância; Recolha de material e sua confeção; Atividades relacionadas; Festas das crianças e adultos mascarados, palhaços, canções, baile e lanche.

Dia mundial da criança:

Manhã: Ida ao parque da cidade.

Tarde: Peça de teatro; Canções; Poesias; Palhaçadas.

Festa de fim de ano:

Dança cômica; Dramatização (“Músicos de Brema”); Folclore; Canções.

Nota: O dia mundial da criança e a festa de fim de ano foram dinamizadas pelas estagiárias.

De todas as atividades realizadas nas salas, passamos a descrever só uma, aquela que cada Educadora achou ser a mais forte da sala.

Sala dos 3 anos – Os animais. Como surgiu?

Na sequência dum jogo “O coelho e a toca” e no contacto que o grupo teve com imagens de coelhos e através de conversas. Aproveitando o interesse das crianças elaborei um projeto – Viver e e conhecer os animais.

O Coelho:

Orelhas

-Suas características: Pêlo; Cor dos olhos; Locomoção; Movimentos do nariz; grandes.

-Alimentação: Couves; Ervas; Cenouras; Produto.

-Onde vive: No monte (Toca); Nas coelheiras.

-O que nos dá: a pele (vestuário); a carne.

Como viver?

- Contacto com pessoas que tratam de coelhos;
- Recolha de material;
- Fazer a casa do coelho;
- Arranjar condições para a estadia do coelho na sala;
- Visitas a coelheiras;
- Compra do coelho;
- Alimentação.

Percurso – Desenrolar da ação

Surgiu então a pergunta: - Onde arranjar, alugar, acomodar o coelho? Arranjamos um canto (o mais escuro da sala) para lá elaborarmos a coelheira. Começou então a azáfama. Construímos a coelheira; enquanto nos preocupávamos com a sua construção íamos conversando e perguntando como adquirir o coelho? A hipótese mais viável seria a compra do mesmo. Arranjou-se um peto na sala para fazer face às despesas que poderiam surgir. Uma menina da sala dos 5 anos, disse que ia pedir à mãe, um coelho, e sem darmos por isso, no dia seguinte, estava na sala um coelhinho todo branco oferecido pela mãe da menina. Fizemos os acabamentos na coelheira, meteu-se lá o coelho, mas não tínhamos condições estéticas e de higiene (a vinda do coelho foi inesperada). Forrámos o caixote com plástico, fomos ao super-mercado da esquina comprar couves para as primeiras necessidades; Surgiram ideias para trazer de casa:

Alimentação: Farelos; produto; couves; ervas.

Não era funcional o plástico na coelheira, provocava mau cheiro e acumulação das fezes. Resolvemos fazer então outra coelheira mais funcional. Fomos de novo ao super-mercado e pedimos um caixote de fruta. Fomos a uma carpintaria e o carpinteiro ajudou-nos a fazer um tabuleiro para a parte inferior do caixote que se podia retirar para limpar. Comprou-se a rede e colocou-se no respetivo lugar. O coelho lá no seu canto ficou a fazer parte da vida da sala. Eram as crianças que o ajudavam a limpar e a alimentar. Fez-se uma escala e todos os dias a respetiva criança trazia a comida. Entretanto na sequência de conversas e do trabalho na sala, visitamos a família do coelho (uma grande família). Dentro e fora de grandes coelheiras, que comiam e saltitavam livremente. Durante alguns dias permaneceu o coelho na sala, mas devido ao intenso calor vimos necessidade de o retirar para um canto do corredor aí permanecendo algum tempo. Continuando o mau cheiro e depois de conversarmos chegou-se à conclusão de que nesta época do ano o mais indicado seria o coelho regressar à coelheira inicial. Levámo-lo então de volta prometendo visitá-lo e levar-lhe couves fresquinhas.

Sala dos 4 anos – Os animais – Como surgiu?

Num dia de feira, enquanto as crianças andavam no recreio apareceu uma mãe com uma caixa de pintainhos. Algumas crianças rodearam-na entusiasmadas a observarem os pintainhos. Na sala conversando, surgiu a ideia de comprar um pintainho. Partindo desta situação, o meu objetivo era viver e conhecer os animais.

Pintainho:

- Suas características: Bico; Penas; Patas; Crista; Cor dos olhos; Asas.
- Onde vive: Capoeira; Rua.
- Alimentação: Grão; Milho; Ervas; Farelo; Bichinhos.
- Como nasce e cresce: galinha; Galo; Ovos.

Como viver:

- Recolha de material;
- Fazer a capoeira;
- Arranjar espaço para a capoeira;
- Arranjar um bebedouro;
- Comprar o pintainho e a comida;
- Contactos com pessoas que tratam de pintainhos.

Percurso: - (Desenrolar da ação)

Uma mãe vinda da feira trazia numa caixa, pintainhos. Todas as crianças quiseram ver e tocá-los. Na sala conversámos, algumas crianças tinham galinhas e pintainhos em casa, então surgiu a ideia: - Era bom termos um pintainho aqui na sala. Fomos visitar uma capoeira para vermos como é a casa dos pintainhos. E as coisas que precisam de comer. Na visita as crianças conversaram com as pessoas que tratavam dos pintainhos, galos e galinhas; Observaram-nos, viam como eles comiam e bebiam e ficaram a saber de que alimentos precisavam para comer. Já na sala dissemos: - Mas, para vir para a sala, um pintainho, viver connosco, precisa de espaço: - Onde vamos colocá-lo? Precisa duma casa. E o que é preciso para fazer a casa do pintainho? Madeira, rede e pregos. Fizemos a recolha do material e todos fizemos a capoeira. Mas, antes da chegada do pintainho era necessário, arranjar também comida para ele não se sentir mal. Soubemos que numa moagem perto do Jardim-de-infância havia a comida que o pintainho precisava, fomos lá para comprar mas os senhores mostraram-nos a moagem e ofereceram um saco pequeno de comida. No interior da capoeira já existia uma tigela para a comida, um bebedouro, palha para o chão, etc. Estava tudo preparado. Mas para comprar o pintainho é preciso dinheiro! Como compra-lo? Então, surgiu a ideia do peto. No dia combinado fomos ao mercado e compramos o pintainho, escolhemos um pequenino e muito amarelinho. Na sala o pintainho estava a tremer, fazia frio, então resolvemos colocar a capoeira junto do aquecedor. Observamos o pintainho: dormia de pé, levantava a cabeça depois de beber, piava, limpava o bico na rede... Enfim o pintainho fazia parte da vida na sala, as crianças tratavam dele dando-lhe Água, comida e limpando a capoeira, pegavam nele ao colo, aqueciam-no. Durante a noite o pintainho tinha frio e uma manhã quando chegamos à sala o pintainho estava morto (estava teso, não se mexia, tinha os olhos fechados). O que vamos fazer agora com o pintainho? Resolvemos enterrá-lo. Fomos a casa de uma vizinha, ela emprestou-nos um sacho, fizemos uma cova onde o enterramos. O grupo ficou triste e para amenizar a situação um pai mandou para a sala, um pombo, que durante algum tempo ocupou o lugar do pintainho na capoeira e nas vivências.

SALA DOS 4/5 ANOS _ OS TRANSPORTES COMO SURTIU?

Na cidade apareceram os transportes públicos (STUB) algumas crianças passaram a viajar no autocarro, provocando o interesse do grupo. Foi elaborado um projeto de trabalho voltado para os transportes.

AUTOCARRO

-Interior

Varões; Bancos; Volante; Nº. de passageiros; Campainha; Motorista; Revisor;

-Exterior:

Cor; Portas; Janelas; Formas.

Como viver?

- Passeio de autocarro;- Compra de bilhetes;- Conhecer as principais paragens da cidade;- Visita a uma recauchutagem;- Recolha de material.

Percurso: (desenrolar a ação)

Como e onde ir para apanhar o autocarro? Logo de manhã deslocámo-nos à Câmara Municipal e aí fomos comprar os bilhetes onde nos foi informado que era gratuito para crianças até 10 anos. Entramos no autocarro nº. 1 e fizemos um percurso pela cidade, pois nem todas as crianças conheciam a sua finalidade. Na visita as crianças observaram no interior do autocarro: varões, bancos, o volante, nº. de passageiros, campainha e o motorista. No exterior do autocarro; as cores, portas, janelas, forma do autocarro, pneus. Aqui as crianças tiveram oportunidade de conversar com o motorista que lhes fez as devidas explicações. Na sala conversamos sobre o nosso passeio e registamos o que era preciso para a montagem de uma oficina e de um autocarro. Começamos então a construir um autocarro com o material existente na sala: as cadeiras eram os bancos do autocarro, mesas, armários, tábuas serviam para completar o autocarro. Depois do autocarro construído havia uma bilheteira, o motorista e os passageiros, deslocavam-se no faz de conta pela cidade. Um dia resolvemos fazer um passeio à cidade observando a sinalização das paragens do autocarro, passado algum tempo dirigimo-nos a uma oficina, pois ouvimos que o autocarro nº. 2 tinha avariado. Fomos à oficina observar a avaria do mesmo. Vimos então, como andavam vestidos os mecânicos, os instrumentos necessários ao arranjo do autocarro, bem como toda a orgânica duma oficina de autocarros. A caminho do jardim passamos na recauchutagem, donde trouxemos material para a sua montagem: pneus e câmaras-de-ar. Na sala procuramos um espaço e começamos o nosso trabalho, delinearam-se estradas com sentidos obrigatórios, proibidos e paragens. Nestas linhas os meninos deslocavam os automóveis com bastante ordem. Procurei com este pequeno projeto realidades que para a maior parte eram desconhecidas.

Sala dos 5 anos – As Profissões como surgiu?

Uma criança cortou o cabelo, tentando imitar a cabeleireira com outras colegas nas cadeiras da biblioteca, local errado para o fazer, então, surgiu a pergunta: - Onde o podemos fazer? E como? Aproveitando esta

situação e de acordo com o interesse das crianças elaborei um projeto – viver e conhecer o valor das profissões.

Como viver:

- Arranjar espaço na sala para fazer o salão;- Visitar um salão;- Observar o trabalho de cabeleireira;- Recolha de material;- Importância desta profissão no arranjo e limpeza das pessoas.

Percurso – (o desenrolar da ação)

Como e onde o podemos fazer?

Arranjamos um espaço na sala, retiramos dois cantos (construções e picagem) e ficou no ar, como montar o salão? O que é necessário? Várias sugestões apareceram, mas optamos por ir visitar um salão para ver como era, pois nem todos conheciam. Na visita as crianças observaram o salão, conversaram com a cabeleireira, familiarizaram-se com as pessoas que lá trabalham. Na sala, conversamos sobre a visita e fizemos o registo do que era necessário para a montagem, afixámo-lo no placard. Começamos a montagem do salão.

- Material confeccionado na sala:

Secador fixo; Lavabo; Recortes de revistas; Prateleiras para o trabalho de cabeleireira.

Material recolhido:

Secadores de mão; Escovas e pentes; Toalhas; Rolos; Redes; Revistas; Champô; Sabão; Embalagens vazias; Vernizes.

O salão praticamente estava pronto para começarmos a trabalhar. Mas, para um bom funcionamento do mesmo, há que haver regras a respeitar: horas de abertura e encerramento, nº. de pessoas a trabalhar e nº. de clientes. Começaram os problemas, todos queriam ir para o salão, houve necessidade de ir visitar novamente a cabeleireira (Gina) para observarmos, o trabalho da cabeleireira e das empregadas, o papel das clientes e a ordem e organização do salão. A partir daqui as coisas melhoraram começou-se a trabalhar com mais ordem, pois já havia um melhor conhecimento do trabalho e da orgânica, enquanto isto, o grupo dos rapazes não andava satisfeito “ não eram mulheres para ir a cabeleireira” propuseram fazer ao lado do salão uma barbearia pois os homens arranjam-se lá. Arranjamos nos mesmos moldes do salão, a barbearia desejada. Visitamos um barbeiro, observamos o seu trabalho e o material necessário. Na sala, enquanto no salão já trabalhavam com entusiasmo, fazendo mises, enrolar o cabelo à mão etc. Os rapazes montavam a barbearia pensando no material que tinham que arranjar: pincel de barba, sabão, giletes, navalha de barbear, álcool para desinfetar toalhas etc. As vivências continuavam com entusiasmo observação dos penteados, diferentes tipos de cabelo e cores, arranjo das unhas etc. Junto com a estagiária viver a sério (aproveitando para fazer limpeza a duas crianças) lavando e secando com o secador de mão, as crianças adoraram, senti que foi o auge desta vivência. Pois o meu principal objetivo dentro desta vivência era criar hábitos de higiene, asseio pessoal não esquecendo o principal objetivo do meu projeto inicial, que era o conhecimento a necessidade e o valor das profissões.

Sala dos 5 anos _ Tradição Oral

Como surgiu?

A partir duma ida ao teatro, as crianças vieram para a sala e transmitiram não só no papel como com o próprio corpo (dramatização) a peça a que assistiram “ A cidade e os homens”. Apanhando o fio à meada, elaborei o projeto.

_ Histórias; - “ Capuchinho Vermelho”; - “ Carochinha”; - “Três Porquinhos”; - “ A Lenda do Castelo de Bragança”;_ Adivinhas.

Como Viver?

- Conversas;- Recolha, confeção e seleção de material;- Visitas;- Dramatização;- Ida ao castelo;- Confeção de livros;- Reorganização do canto da Biblioteca.

Percurso – Desenrolar da Ação

Depois de termos vivido na sala a peça a que assistimos no “ teatro em movimento” pedi as crianças se gostariam de trazer de casa mais histórias para contarmos na sala. Entre várias apareceu a do “ Capuchinho Vermelho” que embora conhecida de todos foi contada mais uma vez. Comecei então por fazer com o grupo a reflexão da história, entretanto surgiram na sala vários desenhos e até pinturas do lobo, do capuchinho, etc. Parti depois para a dramatização da história que começou por ser livre, deixando as crianças exteriorizarem-se à vontade. Uma segunda dramatização foi de seguida proposta por mim, sendo feita já com mais “ rigor”, em que houve uma crítica não só do adulto (Educadora) como das próprias crianças. Chegamos então à conclusão de que o capuchinho estava vestido de maneira diferente,

que o lobo também não era como nós, mas sim um animal, e fomos confrontar fotografias de livros com desenhos feitos pelas crianças. Então que é preciso para conseguir um fato como o do capuchinho? E um rabo e umas orelhas grandes como as do lobo? Foi feita uma recolha de material, algum dele existia no Jardim e outro trazido pelas crianças.

- Material Recolhido:- Lãs;- Tecidos;- Esponja;- Botões.

Vimos quais eram as personagens que entravam na história e o que precisavam para cada uma delas, começamos a confeccionar as roupas e verificámos que só isto não chegava. Era preciso: cola, linhas, agulhas e tesouras. A sala foi então modificada tendo alguns cantos sido substituídos. Confeccionamos roupas a ajustaram-se aos personagens certos

Capuchinho – capa vermelha

Avozinha – touca e avental

Lobo – rabo, orelhas e dentes

Mãe de capuchinho – lenço e avental

Arranjaram-se os restantes acessórios: cenário, cesto, espingarda, botas, chinelos, bolos... A sala transformou-se num teatro: palco, plateia e bilheteira, comum a todo o Jardim e durante vários dias.

Avaliação

Através de reflexões feitas nas reuniões do Conselho Pedagógico e relativamente ao desenrolar das ações vividas durante todo o ano, conseguimos duma maneira geral levar a cabo aquilo que nos propusemos fazer. Embora na prática houvesse momentos de insegurança na aplicação das novas correntes pedagógicas. Achamos por isso necessidade da conveniência de ações de formação, voltadas para as modernas pedagogias (de notar que as cinco Educadoras, deste Jardim-de-infância não estiveram presentes na ação de formação “ Fundamentos Psicológicos das modernas pedagogias e sua aplicação no Jardim-de-infância”.

Anexo XIV - Relatório e Projeto Pedagógico do Jardim-de-infância nº. 1 de Bragança do Ministério da Educação do ano letivo de 1985/86.

Bairro da Estação

Título: Tradição Local

Educadoras: Teresa Borges, Natália Rocha, Hermínia Rodrigues, Lúcia Parra e Isabel Poças

- Organização do Relatório
- Projeto de Trabalho Síntese
- Projeto Educativo
- Caracterização
- Definição de objetivos
- Organização
- Estratégias de Ação Desenvolvidas
- Evolução
- Avaliação
- Sugestões/Propostas
- Descrição detalhada de um Projeto desenvolvido
- Trabalho desenvolvido com os pais, comunidade e Autarquias
- Participação em ações de formação
- Trabalho desenvolvido na áreas de Expressão Plástica ou Musical
- Fichas de dados Estatísticos
- Anexos

PROJETO DE TRABALHO – SINTESE 1º Período

O que se pretendia fazer?

Outubro:

- Vindimas:
Vindimar; Pisar o Vinho; Recolher material; Aguardente.
- Sementeiras:
Preparar a Terra; Semear; Visitas
- Marmelada:
-Apanha dos marmelos; Compra dos marmelos e açúcar; Confeção da marmelada; Geleia.

Novembro:

- Castanha:
-Visitar um Souto; Recolha de material; Apanha da castanha; Culinária; magusto; Rebusco

Dezembro:

- Natal:
-Literatura: Histórias; Quadras; Canções; Poemas; Provérbios; Ditados
-Culinária: Aletria; Rabanadas; Filhoses de abóbora; Noite de Consoada (Ceia-Chocolate)
-Decoração: Presépio; Pinheiro; Pai Natal.
-Festa de Natal.
- Azeitona
-Apanha da azeitona; Azeite (Visita a um lagar).
- Matança
-Mata-porco; Desfeita (Desmanchar); Mata-Bicho; Jantar melhorado.

O que conseguimos Realizar?

Outubro:

Ateliers: Experimentação; Nº. de crianças; Acerto de horários; Grupos etários
Marmelada

(Não conseguimos realizar as vindimas e as sementeiras por falta de tempo em virtude de se ter prolongado a experimentação e organização dos ateliers).

Dezembro – Castanha

Natal

(A azeitona e as matanças são vivências que se projetam para o 2º Período)

Continuação do Projeto de Trabalho

Tradição Oral

Síntese- 2º Período (Janeiro, Fevereiro, Março, Abril)

Janeiro

Reis:

- Contactos com cantadores de Reis; Recolher quadras e canções;
- Cantar os Reis dentro e fora do jardim; Confeção de
- Instrumentos musicais; Culinária (Bolos e pudins).

Festa dos Reis:

- Passagem de Slides (Síntese 1º Período); Lanche (Resultado do
- Cantar dos Reis e da Vivência no Jardim).

Inverno:

- Clima: Neve; Chuva; Nevoeiro; Frio
- Vestuário
- Canções
- Contos Tradicionais à volta da lareira
- Sabedoria Popular

Fevereiro

Medicina Caseira:

- Organização do Espaço;
- Vivências (Dentro do espaço criado-gabinete)

Vivências:

- Contactos com benzedeiras;
- Recolhas (Rezas, mezinhas, orações, ervas, ditos populares);
- Conhecimento de medicamentos caseiros (Chás, Xaropes, ervas cicatrizantes...);
- Confeção de alguns chás de ervas; Contos Tradicionais; Confronto e contacto com a medicina atual.
- Visitas: Benzedeiras; Herbanário; Farmácia; Consultório; Hospital.

Meios para atingir os objetivos desejados:

Janeiro-

Reis:

-Levar a criança a conhecer os usos e costumes tradicionais transmontanos; -Contactos com a comunidade (Saídas para a cidade e bairros para cantar os Reis); -Desenvolvimento sensorial através das experiências na plástica; -Enriquecimento do vocabulário, jogos de palavras; - Desenvolvimento da criatividade (Confeccionar instrumentos musicais, tirando partido de desperdícios: Copos de iogurte, latas, caricas, arame, feijões, etc.

Inverno:

-Pôr a criança em contacto com a realidade local (Frio, Neve, Nevoeiro, etc.);
-Fazer sentir que o frio, a neve e a chuva, impede as saídas do Jardim-de-infância e de casa (Reuniões, serões à volta da lareira para ouvir alguns contos tradicionais ou não, como no tempo dos nossos avós;
-Conhecimento de palavras especificamente transmontanas: - Escano, tenazes, tição, estrafoqueiro, fole, etc.;
-Sensorial. Confronto das roupas de inverno com as de verão e a diferença entre o frio e o calor.
Ex: Aquecer as mãos nos aquecedores, lã, capas de chuvas, as galochas, etc..

Fevereiro

Carnaval:

- Levar a criança a conhecer e experimentar os usos e costumes tradicionais;
- Projeção de slides (Carnaval numa aldeia transmontana: caretos, fatos tradicionais;
- Destreza manual – Confeção de máscaras, fatos, cartazes, enfeites, bilhetes para venda;
- Elaboração do fato carnavalesco tradicional;

- Conhecimento do vocabulário novo: Corno, desfile, careto, mascarilho, confetis, entrudo, embude, botelo, (Chouriço feito com ossos e carne), casulas (cascas);
- Abertura à comunidade – Envolvimento da cidade e arredores no curso carnavalesco, através da venda de trabalhos das crianças, empréstimo e confeção de fatos;
- Lembrar à população os Corsos Carnavalescos;
- Criar o gosto e anseio pessoal.

Março

Dia do Pai (19 de março):

- Visita a uma Igreja (Ver o S. José); -O papel do pai na família; -Confeção das prendas.

Dia da árvore (21 de março):

- Importância das árvores; -Contactos com a Câmara Municipal; -Plantação de árvores;
- Teatro de Sombras – Fazer apanhado geral, focando o fecho do inverno e realçar o começo da Primavera (Grupo novo, alegria).

Abril

Páscoa

- Literatura: -Orações do Folar; - Usos (Ramo, lavar as casas, etc.); - Histórias;
- Culinária: -Recolha dos ingredientes necessários ao foliar; - Ovos de Páscoa; -Ir a um forno caseiro fazer o foliar; - Decoração do JI.

Primavera

- Visitar os campos; - Contacto com um pássaro; - Herbanários (Recolha de ervas e folhas); - Histórias; - Literatura: Quadras e provérbios; Renovar e plantar plantas dentro do Jardim-de-infância; Experiências com sementes; - Visitas regulares a uma quinta (falar com um lavrador desde o amanho da terra);- Apresentação da lenda do castelo de Bragança; Visita ao Castelo de Bragança.

Maio

Feira das Cantarinhas

Conversas:

- Sobre a feira e em especial sobre a cantarinha tradicional.

Visita a um Oleiro:

- Verificar todo o processo do fabrico da cantarinha tradicional. Onde se faz a recolha do barro, qual o material usado? Roda do Oleiro, molde...o cozer da cantarinha.

Elaboração de trabalho com barro:

- Experimentar e fazer a cantarinha tradicional:

Contos Tradicionais

Contactos com os campos

Pastores:

- Conversas, rebanho, traje do pastor, palavras relacionadas com o pastoreio.

Observação da Natureza:

- Transformação dos campos e pastagens;
- Flores, o desabrochar das sementeiras e efetuadas...

Dia da Mãe

- O papel da mãe na família; poesias; canções; Fátima-Mês de Maria – Mãe; Fazer prenda da mãe.

Visita a Rio d`Onor – Aldeia tradicional transmontana.

- Vida em regime comunitário; - Construção e conservação das casas tradicionais (material usado, arquitetura); - Almoço e merenda; levar lanche e almoçar em comunidade; Passeio de fim de ano.

1)-Projeto Educativo:

- Nove meses de inverno e três de inverno assim foi batizado pelo novo clima do nordeste transmontano. Para fazer face à monotonia deprimente que se vive durante estes longos meses de frio, o provo procurou opor-se a esta melancolia servindo-se da inúmeras tradições transmitidas de pais para filhos junto ao crepitar da lareira enquanto se aqueciam nas noites frias representando um símbolo da comunidade. Muitas destas tradições desapareceram encontrando-se ameaçadas pelo irresistível decurso do tempo, de culturas diferentes e mais sofisticadas. Parte deste património cai no esquecimento.

O reencontro com estas tradições é algo especial, uma fonte inesgotável de novos conhecimentos. A vida real é condicionada e acompanhada pelos usos, costumes e rituais desde o nascimento até à morte, na qual reúnem especial significado.

Há portanto que preservar este património e mante-lo presente. Há que entrar neste modo participando, procurando resolver problemas pessoais e sociais, determinar valores, orientar preferências individuais e acima de tudo descobrir-se a si mesmo no membro completo de um grupo que por vezes está inserido na comunidade. Verificamos ser importante que a criança participe de uma forma prática e de uma forma envolvente no mundo que a rodeia. Provando à criança, ao longo deste ano letivo experiências autênticas de contato com tudo o que lhes disse, enriqueceria de uma forma espontânea a sua força emocional que a ajudaria a desenrolar e enriquecer a sua personalidade.

De acordo com tudo isto elaboramos o registo do projeto pedagógico:

Tradição Local (usos e costumes):

-Jogos –Festas –Folclore –Literatura –Artesanato -Cozinha tradicional -Agricultura

1ºPeríodo:

- Apresentação -Contactos com os ateliers -Acerto de horários -Acerto de grupos –Marmelada - Castanhas –Natal

2ºPeríodo:

-Reis –Inverno –Carnaval -Medicina Caseira -Sementeiras da Primavera -Páscoa

3ºPeríodo:

-Páscoa (Folar) -Jogos Tradicionais -Visita a Rio de Onor (aldeia tradicional)

Síntese:

-Diaporama –Exposição

2) Caraterização

O Jardim-de-infância encontra-se situado entre dois horários da cidade (Bairro da Estação e Bairro da Mãe d'Água) sendo este ultimo uma mistura de diferentes camadas oriundas das várias partes da cidade. Especificamente muito próximo do Jardim-de-infância existem blocos camarários feitos especificamente para benefício das famílias mais necessitadas. O Jardim-de-infância funciona com instalações próprias e definitivas: Cinco salas, um gabinete administrativo, um gabinete a funcionar como atelier de biblioteca, uma cozinha a funcionar como atelier de plástica e outro a funcionar como gabinete de apoio aos ateliers, duas casas de banho para crianças, três casas de banho para adultos. O Jardim é rodeado de um grande espaço exterior relvado e tem ainda um pequeno espaço exterior coberto. Além das cinco Educadoras, trabalham neste Jardim-de-infância, três auxiliares de apoio e limpeza e uma professora Primária destacada no artigo 20, em apoio administrativo. Todos os anos passam por este Jardim-de-infância, estagiários do 1º, 2º e 3º ano da escola de Educadoras de Bragança.

Caraterísticas do Grupo de Crianças

Sala de 4/5 anos – Educadora Lúcia

O grupo com diferentes aspetos comportamentais; crianças mais passivas em contraste com outras mais ativas e alegres. O grupo já frequenta o Jardim no ano anterior, tendo este ano alegres elementos novos. Grupo com preferências pela casinha das bonecas, áreas das trapalhadas e jogos de movimentação. A maior evolução foi no relacionamento e respeito pelos outros.

Sala de 5 anos – Educadora Hermínia

Grupo homogéneo na idade e em todo o aspeto comportamental. Bastante responsável nas atitudes que tomavam. Dezassete crianças frequentaram pela primeira vez o Jardim-de-infância, as restantes já haviam frequentado no ano anterior. Este grupo dividia-se muito, rapazes nas construções e meninas na casinha das bonecas e um outro grupo de meninas no desenho. No terceiro período o grupo de meninos que frequentava as construções voltou-se para a casinha das bonecas e o grupo que frequentava a casinha das bonecas virou-se para as construções. Nas atividades propriamente orientadas eram bastantes recetivos principalmente nos jogos de grande movimento.

Sala de 5/6 anos – Educadora Natália

Este grupo já frequentou o Jardim-de-infância os dois anos anteriores e é constituído por crianças que no fim do ano irão para a escola Primária; Predominam os rapazes os quais procuram, quando no acolhimento colocar-se todos a um lado, fazendo jogos “pisar de olhos” às meninas que por sua vez coram e riem, dizendo segredinhos, “ se são namorados”. É um grupo de frequência regular; Gostam de atividade mais complicadas muitas vezes criam as suas próprias regras e jogam sozinhas; Sentem-se grandes e gostam de ser tratadas como tal; Grande parte do grupo consegue estar durante muito tempo na mesma atividade. Grupo curioso e responsável, que gosta de levar os seus trabalhos até ao fim. Gostam de ouvir histórias que falem da realidade; Têm uma linguagem mais rica. Perante situações desconhecidas ficam renitentes mas logo se sentem seguros e entregam-se à atividade com entusiasmo. Bastante autónomos sentem-se já membros de uma sociedade. Ao longo dos três anos que frequentaram o jardim, o grupo caminhou gradualmente para uma afirmação a sua personalidade, autonomia e socialização.

Sala dos 3/ 4 anos – Educadora Isabel

Grupo formado por oito crianças de 4 anos e dezasseis de 3 anos alegre; egocêntrico e dinâmico. A integração foi lenta muito agarrada à figura da mãe, necessitando de ternura, atenção e afeto. De início uma exploração do espaço (sala); Depois uma procura pelos jogos individuais. A pouco e pouco foram introduzidas atividades coletivas com pequenos grupos que iam aumentando gradualmente. A par disto foram surgindo pequenas regras que ajudaram o grupo à sua integração, socialização e a criar o seu próprio espaço. Gostava de ouvir histórias, canções e jogos de movimento. As zonas da sala mais desejadas, eram a casinha das bonecas, construções e canto dos jogos. No final do ano as crianças estavam diferentes mais amigos, mais unidos, respeitando-se mutuamente. Desejo de ser grande, sair da sala dos pequeninos.

Sala dos 4 anos – Educadora Teresa

É um grupo que frequenta pela 1ª vez o Jardim-de-infância. A integração não foi difícil, adaptando-se com facilidade à sala e à Educadora. Para eles tudo era novo, a casinha das bonecas, os jogos, e o desenho. Grande parte do grupo nunca tinha desenhado, e este canto foi muito procurado. De linguagem pobre, gostavam de ouvir histórias e canções; tinham preferência por jogos movimentados. E um grupo com frequência regular.

3) Definição de objetivos:

Levar a criança a conhecer e a tomar contacto sempre que possível com as tradições transmontanas.

Linguagem:

– Aperfeiçoamento da linguagem; - Enriquecimento do vocabulário;- Aquisição de palavras novas; - Correção de frases e palavras.

Observação:

- Atenção; – Memorização; - Oralidade; - Levar a criança a escutar e dialogar; - Preparar a criança para o mundo que a rodeia; - Encorajar a capacidade da criança para improvisar e expressar; -Fomentar a relação e a análise.

Desenvolvimento Psico-motor

- Desenvolver a criança nos diferentes comandos motores; - Perceção espacial e temporal; - Desenvolver a coordenação neuro- muscular; - Tomada de consciência do esquema corporal; - Estimular o respeito pelas regras; - Proporcionar à criança a expressão dos sentimentos, através do gesto e movimento; - Fomentar na criança a representação mental; - Estimular a faculdade de simbolização na criança; - Proporcionar à criança descargas emocionais e destreza física.

Desenvolvimento afetivo Social

-Socialização da criança; – Desenvolver a capacidade de responsabilidade; – Respeitar a individualidade de cada um; – Respeitar e estimular a liberdade de escolha de cada criança; – Autonomia; –Ajudar a criança a ganhar confiança e segurança em si mesma; – Contribuir para a formação da personalidade; – Desenvolver a integração na sociedade; – Incutir hábitos de asseio pessoal

Desenvolvimento Sensorial

-Iniciar a criança na observação do mundo que a rodeia; – Proporcionar à criança o desenvolvimento do gosto, tacto, olfato, visão e audição; - Reconhecer e nomear as sensações; - Descoberta da imitação e recordação de sons; – Exercitar e desenvolver harmoniosamente todos os sentidos, através do correto manuseamento dos diferentes materiais.

Desenvolvimento Perceptivo e Cognitivo

-Iniciar a criança na observação do mundo que a rodeia; – Procurar explicações e verifica-las; – criar, selecionar, comparar, classificar e ordenar objetos; – Desenvolver capacidades visuais, memorização e atenção.

4) Organização – Tempo, Espaço e Material

Espaço:

Espaço Interior:

- Ateliês: Biblioteca; Artes Plásticas;
- Salas: 3 anos; 4 anos; 4 e 5 anos; 5 anos; 5 anos;
- Gabinete Expositor: Apoio aos ateliês; Arrumo e exposição de trabalhos

Espaço Exterior:

- Plantações de árvores;
- Aparecimento de material de recreio (Pneus, manilhas, etc.).

Tempo:

- Acerto de horários nos ateliês e salas:
- Inverno:
 - Organização de atividades próprias de recreio dentro das cinco salas.
- Verão:
 - Organização de jogos tradicionais e outros no exterior.

Material:

- Recolha de material; -Elaboração de material; -Compra e distribuição.

Nota: Todo este material foi organizado e distribuído em função das necessidades surgidas, nas salas e no novo espaço criado (Ateliês).

5) Estratégias de ação desenvolvidas:

Saídas:

-Campo – castelo – Forno Tradicional – Bairro – Igrejas – Escolas – Jardins-de-infância – Jardins públicos – Aldeia típica de Trás-os-montes (Rio de Onor).

Diaporama:

- Pais – Professores/Educadores; - Entidades locais; - Alunas da Escola de Educadoras.

Exposição:

-Crianças das Escolas Primárias da cidade; - Crianças dos Jardins-de-infância; - Pais; - Crianças do Centro de Educação Especial; Alunas da Escola do magistério; - Professores; - Entidades Locais; - Comunidade (Jornais e rádio).

6) Evolução:

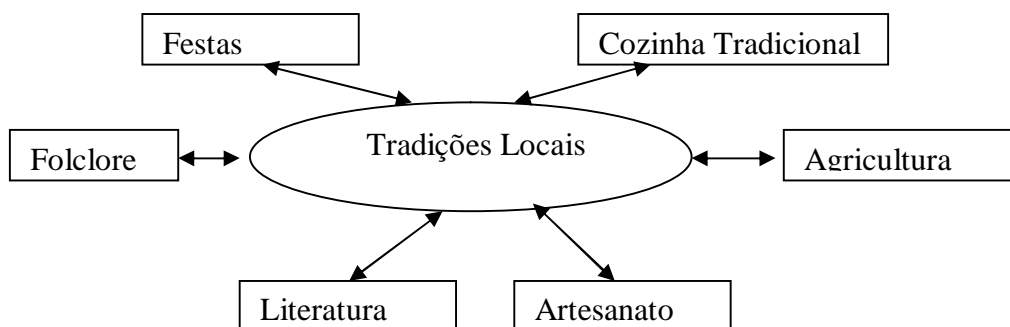
-Na evolução dos grupos sentiu-se a dificuldade em registar pormenorizadamente e especificamente os dados relativos a cada criança.

7) Avaliação:

Quanto ao projeto pedagógico que desenvolvemos este ano letivo, não conseguimos realizar tudo o que estava projetado. Pelo caminho algumas etapas foram cortadas por razões alheias à nossa vontade, como por exemplo, as saídas para o exterior (Dificuldades de transportes camarários e PSP). O clima, com o frio e a neve, também cortou algumas saídas. Apesar de ter havido alguns percalços e devido ao empenhamento verificado pela parte de todos conseguimos comunicar às crianças o gosto pelo tradicional e enraizá-los no seu próprio meio, o que consideramos ser o mais importante. Quanto à metodologia usada sentimos dificuldades na elaboração e planificação do projeto, principalmente no registo e evolução das crianças. Contudo achamo-nos mais seguras e com muita força de vontade para continuar.

8) Sugestões/Propostas

Dada a dimensão do Projeto – Tradição Oral – e como um ano letivo é muito pouco para o explorar, pretendemos continuar tendo como proposta para o novo ano – O artesanato –



1º Período

- Cestaria

-Montagem; -Receção das Crianças; -Cestaria: -Contactos (Cesteiros nas aldeias de Babe e Parâmio); -Organização do espaço no jardim.

2º Período

- Tecelagem

Primavera: Sementeiras; - Visitas; Pastoreio; Tosquia; Preparação da lã.

Tecelagem: Contactos – tecedeita, etc.; Arranjar espaço no Jardim.

Páscoa

3º Período

- Olaria

Cantarinhas: Visita a Pinela (Ver o oleiro, recolher barro); Arranjar espaço- olaria no Jardim

Exposição – Venda na feira – Bancas da Câmara de Artesanato.

Festa?

9.1) Descrição detalhada de um projeto desenvolvido:

Numa sequência de trabalho uma das vivências mais fortes neste Jardim-de-infância foi sem dúvida o carnaval-Entrudo. Iniciamo-la através de projeção de slides-registo feito nas aldeias vizinhas ligado às celebrações críticas, satíricas e brincalhonas do entrudo nordestino. Exemplares destes fatos e máscaras, envolvimento das crianças na experimentação, na dramatização, manipulação e expressão de sentimentos ligados a esta quadra, Confeção, execução e compra de fatos carnavalescos – a criança tem oportunidade de experimentar, comprar e criar o seu próprio fato e projetar elementos afetivos sobre aquilo que desejaria vestir no culminar da vivência – Corso Carnavalesco- A comunidade esteve presente desde início participando e colaborando naquilo eu foi necessário; estabeleceram-se contactos com todos os pais, com todos os Jardins-de-infância da cidade, escolas primárias, PSP e grande parte da comunidade, resultando uma animação mútua, presente no corso. O Dia do corso – De tarde as crianças chegaram mais cedo e os próprios pais ajudaram a vestir, pintar, as crianças. Cerca das Catorze horas e trinta minutos e já com o trânsito encerrado pela PSP, dirigimo-nos para a praça da Sé, local de encontro de toda a comunidade envolvente. O Corso desfilou por várias ruas da cidade com toda a adesão e carinho da gente transmontana e veio culminar num bem animado “baile” no ginásio da Escola Secundária da Sé, decorado e equipado com instalação sonora.

Projeto do Corso Carnavalesco

Objetivos a atingir	Meios	Atividades
-Desenvolvimento intelectual -Desenvolvimento da linguagem Palavras novas; regionalismos;	-Projeção de slides de caretos; -Conversas -Histórias de carnaval	- Confeção de enfeites -Elaboração de cartazes e símbolos para o Corso

correção de palavras; construção de frases -Desenvolvimento Sensorial: Cores, materiais com diferentes espessuras. -Motricidade Destreza manual: Recortar, cozer, modelar, recortar, desenhar, pintar, enfiar, etc. -Criar gosto e asseio pessoal -Fazer nascer o gosto pelo tradicional	-Contactos com fatos e caretos -Canções de Carnaval -Cordo (Desfile) -Baile -Angariar fundos -Recolha de material de desperdício -Contactos com os pais e com a comunidade.	-Confeção de máscaras e fatos carnavalescos tradicionais -Jogos dramáticos -Jogos tradicionais -Decoração do Jardim-de-infância -Elaboração de desenhos feitos pelas crianças com a finalidade de angariar fundos para a festa de carnaval
--	---	--

9.2) Trabalho desenvolvido com os pais, comunidade e autarquias:

Reuniões e contactos:

-Pais; Educadoras; Núcleo; Magistério; Estagiárias; Governo Civil ⁽¹⁾; Câmara ⁽²⁾; Bispo ⁽³⁾; Escolas Primárias; Outros Jardins-de-infância.

(1)- Governo Civil – levar o conhecimento do Jardim-de-infância, dos eu projeto e alertar para possíveis ajudas.

(2)- Câmara – Foram feitos contactos devido à necessidade de conservação do próprio Edifício do Jardim-de-infância e pedido de transportes para as saídas de Jardim-de-infância.

(3)- Bispo - O Jardim-de-infância tem a honra da sua visita , que, por iniciativa própria quis conhecer o que é a vida do Jardim-de-infância mais propriamente o que é a Educação Pré-escolar, referindo também o papel importante da Educadora nessa educação.

9.3) Participação em ações de formação

Todas as Educadoras participaram na ação de saúde realizada na Escola de Enfermagem e na ação de expressão plástica na Escola Secundária da Sé.

9.4) Trabalho realizado nas reuniões concelhias:

Nas duas reuniões concelhias foram tratados os seguintes assuntos como consta nas atas: frequência nos Jardins-de-infância; Troca de experiências acerca do trabalho; Dificuldades sentidas com grupos heterogéneos a nível etário e elaboração de um boletim informativo que como nos foi pedido foi enviado para a Direção Geral do Ensino Básico.

9.5) Trabalho desenvolvido na áreas de expressão plástica ou musical:

Funcionou neste Jardim-de-infância todo o ano um atelier de Expressão Plástica. Tiveram lugar as atividades: Modelagem, picagem, pintura, digitinta, moldagem e culinária, sempre ligadas ao Projeto Educativo.

9.6) Trabalho realizado com crianças deficientes integradas:

Neste ano letivo 85/86, não houve integração de crianças deficientes.

9.7) Fichas de dados estatísticos

Conforme foi pedido na reunião de avaliação pela orientadora Emília, esta ficha foi enviada para essa direção Geral de Ensino Básico, após a reunião.

Diaporama- Tradição Local

Jardim-de-infância do Ministério da Educação- Bairro da Estação – Bragança 1985/86

- 1) Uma criança é a coisa mais maravilhosa! Tudo nela é vida a despertar.
- 2) Pais e Educadores encontram na Criança um vasto, delicado e não fácil campo de ação.
- 3) Esse campo de ação determina valores, orientando preferências individuais e acima de tudo descobrir-se a si mesma, como membro completo de um grupo, que por sua vez está inserido na comunidade.
- 4) O Jardim-de-infância existe, para a pouco e pouco fazer a integração social a Criança.
- 5) Há que ter em conta a vida das Crianças, as suas capacidades e grau de desenvolvimento, dar prioridade à relação com o “outro” e em especial com os pais. Por isso e para que se mantenha o equilíbrio no Jardim-de-infância, ir-se-ão alterando atividades individuais.
- 6) Com atividades coletivas, assim como atividades orientadas, com atividades de expressão livre.
- 7) Consideramos ser importante que a Criança participe de uma forma prática e de uma maneira envolvente, no mundo que a rodeia.
- 8) A sua vida social é condicionada e acompanhada pelos usos, costumes usuais desde o nascimento até à morte. Há que preservar e manter presente este património.
- 9) Ora, no início deste ano letivo e refletindo sobre o assunto, elaboramos o projeto pedagógico – Tradição Local – com o fim de proporcionar à criança experiências autênticas de contacto com as inúmeras tradições.
- 10) De acordo com tudo isto, iniciamos o projeto, salientando vivências pontuais, situadas por fases, ao longo do ano.
- 11) Na confeção da marmelada, fomos a uma quinta colher marmelos que trouxemos para o Jardim-de-infância.
- 12) De regresso, o diálogo sobre o que se passou lá fora; depois tentar pôr tudo a funcionar.
- 13) Organizar pequenos grupos, preparar material e experimentar fazer.
- 14) Escolher o movimento certo que as diferentes fases da realização do trabalho exigem.
- 15) Todo este esforço de preparação e execução é uma vivência que culmina na concretização do produto final – marmelada.
- 16) Todos nós sabemos como é importante para uma Criança desta idade, uma aquisição nova “já sou capaz de fazer”. É a descoberta da vida que cresce nela a descoberta afinal de que começa a ser uma “pessoa crescida” como os grandes.
- 17) Esta descoberta, de que já é capaz de fazer muitas coisas, é um estímulo importante para a vivência seguinte – a castanha.
- 18) Sendo assim e na caminhada do projeto, fomos a um souto, que foi a motivação para recolher material, pois a criança nesta idade espera que o Jardim-de-infância lhe fale da vida, a vida que não parou lá fora e que através de conversas informais faça projetar situações que desejam viver.
- 19) Assim, tiveram oportunidades de experimentar com a castanha, toda a vida o fizeram e deixaram lá em casa: descascar, cortar, cozer, assar.
- 20) Toda esta cadeia de ações contribuiu para o ponto culminante – o Magusto.
- 21) Seria exaustivo descrever todo um dia diferente. Vamos apenas dizer que no Magusto toda a gente colaborou no desencadear das atividades.
- 22) Encontrar espaço, trazer palha, trazer lenha, acender a fogueira.
- 23) Assar as castanhas, abafar as castanhas.
- 24) E finalmente o mais divertido, as tradicionais enfarruscadelas, seguidas do lanche.
- 25) No Natal, o nosso principal objetivo, foi ter presente a amizade e a solidariedade. A alegria deve estar refletida na nossa expressão e na atmosfera que se vive no Jardim-de-infância, através de todos os pormenores.
- 26) A árvore de Natal, o presépio, as rabanadas, as filhoses e finalmente a festa das crianças. Então aparecerá o Pai Natal que está em toda a parte: nas montras, televisão... Ele estará presente como elemento animador que trás alegria e dá presentes.
- 27) Acolhemos o ano novo com toda a preparação para o cantar dos Reis. Exploramos instrumentos musicais, aprendemos quadras tradicionais, inventamos outras que seriam o ponto de partida para a alegria e o prazer que sentiríamos ao cantar os Reis.
- 28) Pensando assim, saímos com o som dos instrumentos, o ritmo, o cantar tão tradicional e a certeza de sermos recebidos por todos. Assim foi, e a recolha dos Reis (dinheiro, ovos, bolo-rei, frutos secos...) originou no ateliê atividades plásticas e confeção de bolos que iriam contribuir para o lanche final.
- 29) “Nove meses de inverno e três de inferno”, assim foi batizado pelo povo o clima do Nordeste Transmontano. Fizemos sentir às Crianças que o frio, a chuva, a neve impedem as saídas do

- Jardim-de-infância e de casa, e por isso, a necessidade de reuniões e serões à volta da lareira para ouvir os contos dos nossos avós.
- 30) Na hora do conto, as Crianças ouviam do narrador os contos recolhidos ao longo do ano.
 - 31) Para isso há que criar um ambiente acolhedor, que a atividade requer. Junto à lareira, o narrador contará o conto com as crianças à volta.
 - 32) Numa sequência de trabalho, uma das vivências mais fortes, foi sem dúvida o Carnaval – Iniciamo-la através da projeção de slides – registo feito nas aldeias vizinhas ligado às celebrações, críticas satíricas e brincalhonas do entrudo nordestino.
 - 33) Recolhendo exemplares destes fatos e máscaras, as Crianças envolveram-se através da experimentação, dramatização, manipulação e expressão de sentimentos ligados a esta quadra.
 - 34) Confeccionaram-se, executaram-se e compraram-se fatos, que a Criança teve oportunidade de experimentar, comparar, criar o seu próprio fato, e projetar momentos afetivos sobre aquilo que desejaria vestir no Corso Carnavalesco.
 - 35) No corso, participaram todos os Jardins-de-infância de Bragança e desfilou em várias ruas, com toda adesão e carinho da gente transmontana.
 - 36) Veio culminar num bem animado baile no ginásio da Escola Secundária da Sé, decorado e equipado com instalação sonora. Tudo isto levou a Criança a descobrir que a alegria e a brincadeira são próprias da vida das pessoas e ajuda-as a cimentar a amizade.
 - 37) Uma dramatização serviu de introdução ao confronto da medicina caseira e da medicina atual.
 - 38) Surgiu o Posto Médico com situações essencialmente lúdicas onde as Crianças representaram ações.
 - 39) O jogo dramático ajuda a Criança a expressar o seu mundo interior e a integrar o mundo exterior dentro do seu esquema de pensamento.
 - 40) Se cada estação do ano tem o seu encanto, a da Primavera é bem evidente. É a temperatura que se torna mais amena e a natureza que se reveste de cor.
 - 41) Fizeram sentido as plantações de árvores no espaço exterior e as sementeiras que se fizeram em canteiros, vasos e copos, com feijão, grão-de-bico, melão, milho... Houve oportunidade de observar o crescimento de tudo o que é novo e que rebenta por todo o lado.
 - 42) Páscoa – Como uso e costume desta época, não podia faltar o foliar, cozido nos fornos mais tradicionais de Bragança.
 - 43) Recolheram-se os ingredientes; dividiram-se tarefas por grupos. Partir a carne, despejar a farinha, partir ovos, derreter a manteiga...
 - 44) Amassar; o forno; foliar no forno.
 - 45) A saída do forno.
 - 46) A chegada ao Jardim-de-infância. Porquê este trabalho? Porque estamos na presença de experiências que levam à Criança a possibilidade de compreender, participar e apreciar os detalhes, na execução daquilo que as pessoas gostam de dar e comer nesta época – O Foliar.
 - 47) Jogos Tradicionais – O facto da Criança ser facilmente sensível à força da vida que se manifesta na Primavera, levou-nos a procurar o espaço exterior; gozar o ar puro.
 - 48) No desenvolvimento das situações, procuramos que aqui tivessem lugar os jogos tradicionais, desde os jogos de roda até àqueles que representam um carácter mais competitivo (o jogo do fito; corrida de sacos).
 - 49) O jogo da venda.
 - 50) Equilíbrio da colher-
 - 51) Copo d'Água.
 - 52) Tendo em conta a necessidade essencial de movimento, atividade e ritmo que a Criança tem, procuramos com os jogos ir de encontro às suas necessidades levando-os a um melhor conhecimento de si e dos outros.
 - 53) Combinou-se o passeio de fim de ano. Não foi casual o desfecho da caminhada de todo o projeto pedagógico. Fomos passar o dia à aldeia mais tradicional de Trás-os-Montes – Rio de Onor.
 - 54) Aldeia com características próprias; Regime comunitário: o forno e o pastoreio.
 - 55) O carro típico de bois.
 - 56) Depois foi o regresso ao fim do dia ao Jardim-de-infância e a natural ansiedade dos pais.
 - 57) Este foi um percurso pedagógico que desenvolvemos este ano com as Crianças, projetando valorizar a cultura da nossa terra, refletindo e registando, não procuramos esgotar recurso. Quanto às consequências na vida das Crianças, esperam-se que sejam as melhores, mas não é, honestamente possível, ter certezas nenhuma. Talvez a grande certeza possa ser o

empenhamento em acertar na procura de soluções, dando aos meninos o lugar que lhes compete no Mundo, devolvendo-lhes o respeito que merecem.

58) Poema. Fim.

